



ISFIC

INSTITUTO SUPERIOR DE FORMAÇÃO,
INVESTIGAÇÃO E CIÊNCIA

REVISTA ESPECIALIZADA EM INVESTIGAÇÃO E CIÊNCIA

ALBA

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ONDE NASCE A CIÊNCIA

MENSAGEM DE
ARMINDA DA CONCEIÇÃO JANFAR
ADMINISTRADORA GERAL



Prezados leitores, investigadores, docentes e colaboradores,
É com grande satisfação que apresentamos o **número 7 da Revista Científica ALBA – ISFIC Research and Science Journal**, uma publicação que reflecte o compromisso do ISFIC com a promoção da ciência, da pesquisa e do conhecimento interdisciplinar. Esta revista consolidou-se como um espaço indispensável para a disseminação de investigações relevantes e inovadoras, contribuindo significativamente para o desenvolvimento científico a nível nacional e internacional.

Esta edição especial é o reflexo directo de um evento académico de suma importância: o **VI Simpósio Internacional de Economia e Gestão da RIAL (Rede Internacional Académica da Lusofonia)**. Realizado com êxito entre os dias 25 e 28 de junho de 2024, no acolhedor e dinâmico Instituto Federal do Paraná, Campus da Foz do Iguaçu, este simpósio proporcionou um fórum robusto para a troca de ideias e a apresentação de pesquisas de ponta.

O sucesso da Revista ALBA é o resultado do empenho colectivo de investigadores dedicados, revisores de pares rigorosos e de uma comunidade académica que valoriza a ciência como um pilar essencial para o progresso. A todos os que contribuíram para a concretização deste número, expresso a minha profunda gratidão. O vosso trabalho não só enriquece a revista, mas também eleva o nome do ISFIC como uma instituição que prioriza a excelência e a inovação.

Realçar que todos os artigos publicados nesta edição foram submetidos a um criterioso processo de avaliação, assegurando o mais alto padrão de qualidade e originalidade. Além disso, a utilização de ferramentas avançadas como o **Plagius – Detector de Plágio Profissional 2.9.6** reafirma o nosso inabalável compromisso com a ética e a integridade científica.

Aos leitores – sejam estudantes, docentes ou profissionais – o nosso desejo é que encontrem nesta edição não apenas respostas às suas questões científicas, mas também inspiração para novas ideias e investigações. Que esta revista continue a ser uma fonte de conhecimento, diálogo e inovação para todos.

Em nome do ISFIC, reitero o nosso compromisso em continuar a apoiar iniciativas como a Revista Científica ALBA, fortalecendo a nossa contribuição para o avanço da ciência e da sociedade. Agradeço profundamente a todos os investigadores, docentes, trabalhadores e leitores que tornam possível esta jornada de sucesso.

Desejo a todos uma leitura enriquecedora e produtiva.

Com os melhores cumprimentos,

Arminda da Conceição Janfar

MENSAGEM DE
RODRIGUES ZICAI FAZENDA
DIRECTOR GERAL



Prezados leitores, investigadores, docentes e colaboradores,

É com sumo agrado que apresentamos o número 7 da **Revista Científica ALBA - ISFIC Research and Science Journal**. Esta publicação consolidou-se como um espaço de excelência para a disseminação do conhecimento científico, fomentando a investigação e o progresso em diversas áreas do saber.

Esta edição especial é o reflexo directo de um evento académico de suma importância: o **VI Simpósio Internacional de Economia e Gestão da RIAL (Rede Internacional Académica da Lusofonia)**. Realizado com êxito entre os dias 25 e 28 de junho de 2024, no acolhedor e dinâmico Instituto Federal do Paraná, Campus da Foz do Iguaçu, o simpósio reuniu uma comunidade vibrante de pensadores e inovadores.

Neste volume, compilamos trabalhos de investigadores e especialistas que dedicaram tempo e esforço à produção de estudos relevantes e de elevada qualidade. Cada artigo publicado reflecte o compromisso com a integridade científica e a busca incessante por soluções inovadoras para os desafios contemporâneos. Reafirmamos com orgulho que todos os trabalhos foram criteriosamente avaliados por pares e submetidos a rigorosos processos de revisão, assegurando a sua qualidade e originalidade, sempre com o apoio de ferramentas profissionais, como o **Plagius – Detector de Plágio Profissional 2.9.6**.

Expressamos a nossa profunda gratidão aos investigadores que escolheram a **Revista ALBA** como plataforma para partilhar os resultados do seu trabalho, aos revisores que, com a sua dedicação e expertise, contribuíram para a avaliação dos artigos, e aos docentes e colaboradores do ISFIC que, directa ou indirectamente, são pilares fundamentais para o sucesso desta revista. A vossa participação é crucial na construção e fortalecimento desta plataforma científica.

Aos nossos leitores, agradecemos a confiança e o interesse em acompanhar as edições da **Revista ALBA**. É para vós que continuamos a trabalhar, com o objectivo de não apenas informar, mas também inspirar novas ideias e colaborações profícuas.

Desejamos que este número 7 proporcione uma leitura produtiva e enriquecedora. Confiamos que, juntos, continuaremos a promover o conhecimento e a ciência como elementos basilares do desenvolvimento humano e social.

Desejamos a todos uma excelente leitura e um próspero ano de 2025.

Com os melhores cumprimentos,

Rodrigues Zicai Fazenda

Fundadores da Revista ALBA-ISFIC

Research and Science Journal



Marca ALBA-Licenciada pelo Instituto de Propriedade Industrial. Processo número 49248

FICHA TÉCNICA

NÚMERO 7, VOLUME 1, 1ª EDIÇÃO, 2025

ISFIC Research and Science Journal “ALBA” é uma publicação semestral de carácter científico - académico, propriedade do Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência (ISFIC), com sede na Av. Emília Daússe, 1990, Bairro do Alto Maé 1100, Casa da Educação da Munhuana, na Cidade de Maputo - Moçambique Os artigos publicados são da inteira responsabilidade dos seus autores.

EQUIPA EDITORIAL

Administradora Geral: Arminda da Conceição Janfar

Director Geral: Rodrigues Zicai Fazenda

Editor: Alexis García Ponce de León

Desenho Gráfico: Alexis García Ponce de León

Alba Ciana Milan

Jaqueline Maria Janfar

Revisores linguísticos: Jose Elias Machado, Alba Ciana Milan e Valentim Isidro Raposo – ISFIC; Rogério Fernandes Romão – ISPG (Instituto Superior politécnico de Gaza) e Edvino Bunguene - ISFIC.

Gestora Financeira: Soraia Janfar

Assessor Científico: RIAL (Rede Internacional Académica da Lusofonia)

LINK: <https://alba.ac.mz>

REVISORES DE PARES

- Professor Catedrático Pedro Vita - Universidade Kimpa Vita-Angola
- Prof. Doutor Fidele Mampuya Kinda - Universidade Kimpa Vita- Angola
- Prof. Doutor João Samartinho - Universidade Politécnica de Santarém- Portugal
- Prof. Doutor Gilmar Conceição- Universidade Licungo- Moçambique
- Prof. Doutor Tomé Francisco Chicombo - Instituto Superior Politécnico de Gaza- Moçambique
- Prof. Doutor Alberto Chicafo Mulenga - Universidade Eduardo Mondlane- Moçambique
- Prof. Doutor Roberto Martins Souza - Instituto Federal do Paraná, Brasil
- Prof. Prof. Doutor Cleber Fernando Serafin - Instituto Federal do Paraná- Brasil
- Profª. Doutora Jaqueline Fátima Roman - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - Brasil
- Prof. Doutor Jorge Michel Ruiz Canizares - Universidade Matanzas de Cuba
- Prof. Doutor Bernardo Pemba – Universidade do Namibe - Angola
- Prof. Doutor Victorino Muhuva - Atlantic International University – EUA
- Prof. Doutor Cornélio Abdul Issufo Ismael Mussá – Universidade São Tomás de Moçambique

ÍNDICE		Páginas	Nº na alba.mz
Editorial		1	
CONTABILIDADE, AUDITORIA, FISCALIDADE E FINANÇAS			
1.	Prejuízos financeiros pela falta de tributação dos imóveis do projecto da juventude no Município do Uíge – Catapa Edgar Domingos (Universidade Kimpa Vita - Angola)	3 – 11	9AO
2.	A contabilização da amortização do imobilizado corpóreo de um centro de formação profissional: Estudo de caso do Centro Integrado de Formação Profissional de Talatona 2022 Tandu Wulu, Márcio Dos Santos Simão (Angola)	12 - 28	11AO
3.	Aprendendo a investir com uma oportunidade de alavancar as finanças pessoais Roberto Carlos Dalongaro, Elaine Cristina Arantes (Instituto Federal do Paraná - Campus Pinhais e Campus Colombo IFPR - Brasil)	29 - 39	19BR
4.	A relevância do equity research na tomada de decisão de investimento em acções – Uma abordagem ao Mercado de Valores Mobiliários Angolano. Estudo de caso: Banco Angolano de Investimento 2019 - 2021 José Lukeba Dos Santos Eduardo (Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude - Angola)	40 – 58	25AO
5.	Os determinantes da eficácia da auditoria interna no sector público de Moçambique Ísvera E. Pereira Luís, Joana R. Bié Ribisse, Luís Cumbe (Instituto Superior de contabilidade e Auditoria de Moçambique)	59 – 74	28MZ
6.	Tendências e desafios financeiros nas operadoras de telecomunicações angolanas na nova era digital. Caso: Unitel vs Africell (2021 - 2022) Crissolito Evaristo Domingos Inácio (Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude -ISPAJ- Angola)	75 -86	39AO
7.	Análise de viabilidade económica e financeira do projecto musical marimbando em Luanda no ano de 2024 Tandu Wulu, Osvaldo Hongolo Muhongo, Hirondina Sebastião Toto Jorge (Angola)	87 - 103	38AO

ECONOMIA			
8.	A ausência de contratos de franquias no mercado como uma fraqueza no empreendedorismo em Angola Fernando Chipuco (Universidade Agostinho Neto - Angola)	104 - 118	5AO
9.	Índice Interno de Esforço: Um indicador robusto para o serviço público Alisson Antônio de Oliveira (Intituto Federal do Paraná – IFPR - Brasil)	119 – 129	13BR
10.	As implicações da economia informal face ao surgimento dos pequenos negócios das famílias do Município de Malanje: Estudo realizado no Mercado Municipal de Malanje em Angola Fortunato Gaspar Paulo (Angola)	130 - 146	17AO
11.	Influência da relação entre os processos de conhecimentos e as mudanças estratégicas no desempenho das organizações: Estudo de caso na Sociedade de Comércio Martal, S.A. (2010 – 2018) Alexandre João Dundo Barros (Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude ISPAJ - Angola)	147 - 159	26AO

12.	Modelo de gestão de processos de negócio como uma ferramenta estratégica para melhorar o processo de participação nos concursos públicos em Moçambique. Estudo de caso: Kambeny Comercial, lda Zein Nadim S. Cassamo, Miranda Albino Martins Muualo (Instituto Superior de Comunicação e Imagem, Campus Mapulango e Universidade Técnica Diogo Eugénio Guilande - Moçambique)	160 – 170	27MZ
13.	Contribuição do transporte rodoviário na Região Metropolitana de Maputo: Avaliação do nível de satisfação da população com o serviço prestado pelos transportadores públicos Pedro José Miguel (Instituto Superior de contabilidade e Auditoria de Moçambique)	171 – 184	29MZ
14.	Determinantes sócio-económicos associados à produtividade agrícola em Moçambique José Eugénio Travasso Faria (Instituto Superior Mutasa - Moçambique)	185 – 196	36MZ
15.	O papel da ciência, tecnologia e inovação no desenvolvimento económico sustentável – O caso da empresa Shoprite-Angola Eurico Josué Ngunga, Paulo Vieira (Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude –ISPAJ- Angola)	197 – 211	37AO
RECURSOS HUMANOS			
16.	Diversidade e inclusão – Uma visão do 3º setor em Portugal Jacqueline Batista Rezende (Instituto Politécnico do Porto - Portugal)	212 - 219	24PT

SOCIOLOGIA			
17.	Estratégia de prevenção do consumo de drogas entre jovens: Caso da Cidade de Maputo entre 2022 e 2023 Filipe Naftal Filimone (Instituto Superior Guaza Muthine - Moçambique)	220 – 234	31MZ
18.	Impactos da ação empreendedora na sobrevivência das comunidades: Um estudo sobre o Bairro Vinte Oito de Agosto (vulgo Bairro da lixeira) maio de 2024 Fernando Chipuco, Nazaré Francisco (Universidade Agostinho Neto e Universidade Lusíada - Angola)	235 - 246	43AO

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS			
19.	Influência da avaliação de desempenho para o desenvolvimento institucional e dos funcionários Américo Bernardo Aldredo Sozinho (Universidade Jean Piaget de Mocambique)	247 – 255	35MZ

EDUCAÇÃO			
20.	o ensino por meios de plataformas digitais na era das tecnologias: Um estudo acutilante sobre as vantagens versus desvantagens das aulas virtuais nas IES em Moçambique no desafio da garantia da qualidade (2020-2024) João Baptista Amide (Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini ISGEGM – Moçambique)	256 - 269	3MZ

21.	As metamorfoses curriculares e a construção de um Homo Mocambicanus - Uma visão filosófica Joaquim Mulamula Sabino Mbanguine, João Baptista Amide (ISGEGM – Moçambique) Itélio Joana Muchisse (Universidade Católica de Moçambique)	270 - 281	4MZ
22.	A integração curricular das tic's no processo de ensino – aprendizagem. um enfoque a implementação do comércio electrónico na Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita Amoussou Dorothée, José Mário João, Ivano Castelo João Puza, Jaime César Manuel (Universidade Kimpa Vita - Angola)	282 – 295	10AO
23.	Competências para o futuro no Ensino Superior: O caso do Projeto Strong do Instituto Politécnico de Tomar Célio Gonçalo Marques, Lúcia Mateus (Instituto Politécnico de Tomar - Portugal)	296 - 306	23PT
24.	Diálogo e alteridade: Perspectivas para uma pedagogia do encontro em Martin Buber João Chimene Júnior (Universidade São Francisco (USF)- São Paulo/ Brasil)	307 – 316	34MZ
25.	Educação e o seu impacto no desenvolvimento económico, cultural e social: inteligência artificial e desafios para o Ensino Superior na Lusofonia, na era da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade Dizunguidi Makanda, Cristóvão João Zua, Miguel Bungo (Instituto Superior Politécnico de Ndalatando - Angola)	317 - 324	47AO

SUSTENTABILIDADE SOCIAL

26.	Um olhar CTS ao enfrentamento das emergências climáticas Victor Henrique dos Santos Silva (Instituto Federal do Paraná - Campus Paranaguá IFPR - Brasil)	325 - 332	16BR

AGRICULTURA

27.	A agricultura familiar no Município de Paranaguá: Um ensaio fotográfico Georgia Celina Barboza de Macedo (Instituto Federal do Paraná – IFPR - Brasil)	333 - 342	12BR

28.	TICS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO		
29.	Sistema de Apoio à Cocriação de Inovação, Criatividade e Empreendedorismo: Um projeto vencedor e a interpretação de alguns desvios aos resultados João Paulo Samartinho, Maria Potes Barbas, Olinda Sequeira (Instituto Politécnico de Santarém - Polo em Literacia Digital e Inclusão Social do CIAC – Centro de Investigação em Artes e Comunicação e Instituto Politécnico de Tomar. SmartCities Center - Portugal)	343 – 357	22PT
30.	Modelagem de processos de pagamento dos emolumentos numa IES em Angola: Caso do Instituto Politécnico da Universidade Kimpa Vita- Uíge Makiese Mavakala (Instituto Politécnico da Universidade Kimpa Vita - Angola)	358 - 370	21AO



João Samartinho
(Secretário Executivo e
Associado Honorário da RIAL)



Rodrigues Zicai Fazenda
(Associado Honorário da RIAL)



Rogério F. Romão
(Tesoureiro e Associado
Honorário da RIAL)

Alavancando o Conhecimento para um Futuro Sustentável – Uma Retrospectiva do VI Simpósio Internacional de Economia e Gestão da RIAL

É com grande satisfação que apresentamos o **Volume 1, Número 7** da **ALBA - ISFIC Research and Science Journal**. Esta edição especial é o reflexo direto de um evento acadêmico de suma importância: o **VI Simpósio Internacional de Economia e Gestão da RIAL (Rede Internacional Acadêmica da Lusofonia)**. Realizado com êxito entre os dias 25 e 28 de junho de 2024, no acolhedor e dinâmico Instituto Federal do Paraná, Campus da Foz do Iguaçu, o simpósio foi um verdadeiro celeiro de ideias e debates construtivos.

Com o lema "**Por um ensino superior integrado, inovador e orientado para o desenvolvimento sustentável das comunidades**" – o simpósio permeou todas as discussões e inspirou os **30 artigos** que compõem este número. Este lema não foi apenas uma declaração de princípios; foi um chamado à ação. Ele ressalta a nossa convicção de que o ensino superior detém um papel central na formação de cidadãos e profissionais capazes de enfrentar os desafios do século XXI, promovendo a inovação e o desenvolvimento sustentável nas suas comunidades.

Cada um dos trabalhos aqui publicados é o resultado de um esforço abnegado e de um rigor científico exemplar. Os artigos, apresentados e debatidos durante o VI simpósio, abordam uma vasta gama de tópicos, desde modelos de gestão emergentes e estratégias para o desenvolvimento econômico local, até a aplicação de práticas sustentáveis em diferentes setores e o impacto das novas tecnologias na inclusão social. A diversidade e profundidade da pesquisa refletem a vitalidade e a relevância da área de Economia e Gestão na contemporaneidade.

Como editores, João Samartinho, Rodrigues Zicai Fazenda e Rogério Fernandes Romão, temos a honra de destacar que esta edição é um testemunho da riqueza intelectual gerada pela colaboração internacional. A RIAL, com a sua rede de académicos lusófonos, demonstra o poder da união de mentes em prol do avanço do conhecimento. O simpósio não foi apenas uma plataforma para a apresentação de pesquisas; foi um ambiente para a criação de conexões, a troca de experiências e o fortalecimento de laços que, sem dúvida, impulsionarão futuras parcerias e projetos.

Acreditamos que os artigos presentes neste número da **ALBA - ISFIC Research and Science Journal** oferecerão aos nossos leitores *insights* valiosos e perspectivas inovadoras. Que estas contribuições inspirem novas pesquisas, fomentem o diálogo científico e solidifiquem o compromisso do ensino superior com um futuro mais integrado, inovador e, acima de tudo, sustentável.

BOA LEITURA

ARTIGOS

*Originais do VI Simpósio Internacional de
Economia e Gestão da Lusofonia realizado no
Instituto Federal do Paraná em Julho 2024 —
Brasil - Campus da Foz do Iguaçu
Edição Especial*

31 - 03 | 2025

PREJUÍZOS FINANCEIROS PELA FALTA DE TRIBUTAÇÃO DOS IMOVEIS DO PROJECTO DA JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DO UÍGE – CATAPA

Financial losses due to the lack of taxation of the properties of the Youth Project in the Municipality of Uíge – Catapa

Perjuicios financieros por la falta de tributación de los inmuebles del Proyecto de la Juventud en el Municipio de Uíge – Catapa

Edgar Domingos¹

¹ *Mestre em Direito, Docente Universitário, Chefe do Centro de Investigação e Desenvolvimento da Faculdade de Direito da Universidade Kimpa Vita, email:edgardomingo@live.com.pt.*

Autor para correspondência: edgardomingo@live.com.pt

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Domingos, E. (2025). Prejuízos financeiros pela falta de tributação dos imóveis do Projecto da Juventude no Município do Uíge – Catapa. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 3-11. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

Angola vive desde 2014 uma crise financeira sem precedentes, o que obriga o Estado a deixar de depender exclusivamente da sua maior fonte de arrecadação de receitas (petróleo) para o efeito, vem procurando diversificar cada vez mais as suas fontes e essa tarefa é dificultada por condicionalismos de ordem meramente administrativa. Neste trabalho buscou-se investigar os impactos causados pela omissão e regularização predial no país (com especial realce para o projecto da juventude na província do Uíge) atendendo que são condições essenciais para operacionalizar uma das principais fontes de arrecadação de receitas para o Estado através dos impostos (IPU). Pelo que, o objectivo é de demonstrar de que forma o a omissão e falta de regularização jurídica dos imóveis influenciam negativamente a operacionalização desta fonte de receita para o Estado e consequentemente na vida do cidadão, pois sem a regularidade jurídica não se consegue se quer hipotecar o bem para efeito de concessão de um crédito por

exemplo. Vale referir que os resultados demonstraram que só em relação a omissão predial dos imóveis que compõe o projecto da juventude na Província do Uíge (Angola) que está composto por 72 residências o Estado deixa de arrecadar anualmente o equivalente a 360.000,00 Kwanzas, que dos sete (7) anos de existência do projecto o Município teria arrecadado um total de 2.500.000,00 Kwanzas com forte impacto sobre a vida dos munícipes uma vez que o IPU é uma fonte de receita municipal. Assim sendo com o presente estudo apresenta-se as causas e soluções para o poder público operacionalizar de forma assertiva esta fonte de receita municipal. Pelo que, para concretização do objectivos, recorremos ao tipo de pesquisa bibliográfica, descritiva e o estudo de caso, quanto a abordagem é quantitativa.

Palavras-chave: Imposto, Imóveis, cobrança, Arrecadação, receita.

ABSTRACT

Angola has been experiencing an unprecedented financial crisis since 2014, which forces the State to stop depending exclusively on its main source of revenue collection (oil) for this purpose, it has been seeking to increasingly diversify its sources and this task is made difficult by purely administrative constraints. In this work, we sought to investigate the impacts caused by the omission and regularization of property in the country (with special emphasis on the youth project in the province of Uíge), given that they are essential conditions to operationalize one of the main sources of revenue collection for the State through taxes (IPU). Therefore, the objective is to demonstrate how the omission and lack of legal regularization of the properties negatively influence the operationalization of this source of revenue for the State and consequently in the life of the citizen, because without legal regularity it is not possible to mortgage the property for the purpose of granting a credit, for example. It is worth mentioning that the results showed that only in relation to the omission of the properties that make up the youth project in the Province of Uíge (Angola), which is composed of 72 residences, the State fails to collect annually the equivalent of 360,000.00 Kwanzas, that of the seven (7) years of existence of the project, the Municipality would have collected a total of 2,500,000.00 Kwanzas with a strong impact on the lives of the citizens, since the IPU is a source of municipal revenue. Therefore, with this study, the causes and solutions for the government to assertively operationalize this source of municipal revenue are presented. Therefore, in order to achieve the objectives, we resorted to the type of bibliographic, descriptive research and the case study, while the approach is quantitative.

Keywords: Tax, Real Estate, collection, Collection, revenue.

RESUMEN

Angola vive una crisis financiera sin precedentes desde 2014, que ha obligado al Estado a dejar de depender exclusivamente de su mayor fuente de recaudación de ingresos (el petróleo) para este fin. Se busca diversificar cada vez más sus fuentes y esta tarea se ve dificultada por limitaciones de carácter puramente administrativo. Este trabajo buscó investigar los impactos provocados por la omisión y regularización de la propiedad en el país (con especial énfasis en el proyecto juventud en la provincia de Uíge), dado que son condiciones esenciales para la operacionalización de una de las principales fuentes de recaudación de ingresos del Estado a través de impuestos (IPU). Por tanto, el objetivo es demostrar cómo la omisión y falta de regularización jurídica de los inmuebles influyen negativamente en el funcionamiento de esta fuente de ingresos para el Estado y en consecuencia en la vida del ciudadano, ya que sin regularidad jurídica no es posible ni siquiera hipotecar el inmueble a efectos de otorgar un crédito, por ejemplo. Cabe mencionar que los resultados mostraron que solo en relación a la omisión patrimonial de los inmuebles que componen el proyecto juventud en la Provincia de Uíge (Angola), que está compuesta por 72 residencias, el Estado deja de recaudar anualmente el equivalente a 360.000,00 Kwanzas, mientras que en los siete (7) años de existencia del proyecto el Municipio habría recaudado un total de 2.500.000,00 Kwanzas, con fuerte impacto en la vida de los ciudadanos, ya que el IPU es una fuente de ingresos municipales. Por ello, este estudio presenta las causas y soluciones para que los poderes públicos operacionalicen de manera asertiva esta fuente de ingresos municipales. Por tanto, para alcanzar los objetivos se utilizó el tipo de investigación bibliográfica, descriptiva y de estudio de caso, pues el enfoque es cuantitativo.

Palabras clave: Impuestos, Bienes Raíces, Recaudación, Ingresos

INTRODUÇÃO

Até o ano 2010, Angola era motivo de comentários elogioso pela sua performance económica a escala de dois dígitos. A moeda nacional (Kwanza) era bastante valorizada, 100 Akz era o equivalente a 1 USD o que permitia que com 100.000,00 Akz se pudesse adquirir 1000 USD. Em pouco tempo, com a crise global e a exponencial descida do preço do petróleo no mercado internacional, o país emigrou para uma profunda crise com uma inflação galopante e impactos severos para a vida do cidadão, causado pela perda extraordinária do poder de compra e desemprego em face aos despedimentos resultantes da fraca produção das empresas bastantes dependentes das importações, pois, neste momento 1 USD custa o equivalente a 851,99 Kz.) desde sempre o crescimento económico de Angola esteve atrelado ao preço do petróleo, quando o preço sobre a nossa economia também, quando desce, entra em crise.¹

Para sair desta crise profunda o Governo Angolano definiu como estratégia, a diversificação económica e o alargamento da base tributária,² Ora, é nesta fonte de arrecadação de receita do Estado que assenta o nosso estudo, pois, alargar a base tributária para ser feita requer que as outras estruturas do Estado funcionem correctamente, de tal sorte que temos em Angola um sistema Tributário obsoleto, ineficiente e excessivamente complexo. Nesta ordem, a reforma Tributária em curso sobre os impostos relativo a propriedade urbana (imposto Predial Urbano) e a Tributação de locações urbanas, esqueceu de vista o quadro da situação jurídica imobiliária vigente em Angola, além da ineficácia da máquina administrativa

estatal. Pelo que, deve existir igualmente uma reforma Administrativa, pois, os dois órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos (Direcção Nacional de Impostos e Serviço Nacional das Alfandegas) têm recursos humanos insuficientes, desmotivados e com baixa formação académica;

Em face ao acima exposto, num estado em que há enormes problemas com a regularização jurídica dos imóveis, falta de cultura de registo da propriedade imobiliária por parte do cidadão, escassez de quadros na Administração Geral Tributária e extensa densidade territorial do país, este texto visa contribuir para um debate actual sobre a eficácia da política de arrecadação de receitas sobre a propriedade imobiliária, pelo que, pretende-se responder as seguintes questões;

- Por que razão a Administração Geral Tributária não cobra o Imposto Predial Urbano no Projecto da Juventude na Província do Uíge?
- Qual a relação da falta de cobrança dos impostos sobre imóveis no Projecto da Juventude com a inexistente regularização jurídica dos mesmos;

Com o presente estudo pretende-se igualmente determinar as razões que estão na base da falta de cobrança e presumível isenção fiscal que se constata em relação aos titulares e beneficiários dos imóveis que compõe o projecto da juventude no Bairro Catapa, de cujas 72 casa habitadas a já sete anos sem nunca terem se quer sido inscritas na matriz predial, concomitantemente não são tributadas e o município deixa de arrecadar as receitas que seriam aplicadas à projectos em benefício das comunidades, daí que é também objectivo desta pesquisa a demonstração dos resultados do que o Estado (Município do Uíge) deixa de

¹Carvalho, C. R. (2015). A crise económica em Angola- Causas e Efeitos.

² Manuel, N. T. (2022). A Reforma fiscal e tributária em angola: sua importância na diversificação e desenvolvimento da economia angolana, Artigo JuLaw n.º 041/2022 (905 -924), P. 912.

arrecadar anualmente pela falta de Tributação dos imóveis do referido projecto.

Referencial teórico

Situação jurídica imobiliária em Angola

Em Angola com base a lei n.º 3/76, de 3 de Março (Lei das Nacionalizações e Confiscos) e da lei n.º 43/76, de 19 de Junho (Lei Sobre o Confisco de Prédios de Habitação abandonados), também chamada lei de reversão dos bens favor do Estado, originou uma concentração exacerbada da propriedade sobre imóveis no acervo patrimonial do Estado, o que para se desfazer muitos deles foram objecto de privatização através do processo da venda do património imobiliário do Estado e não obstante obrigação legal para proceder a titulação e registo dos factos aquisitivos a favor do Estado e a sua alienação aos particulares isso não tem sido materializado na medida em que maior parte dos imóveis do acervo patrimonial do Estado não tem titulação nem registo.³

Factos que originam conflitos sociais e perda de receitas para o Estado, pois, os imóveis do Estado não são sujeitos a Tributação, salvo se ocupados por particulares, com repercussões negativas para o desenvolvimento económico do país na medida em que coloca em causa a paz social, a certeza, segurança jurídica e as mais legítimas expectativas das pessoas pela falta de prova da existência do direito de propriedade na esfera jurídica das pessoas, dificulta o próprio tráfego jurídico imobiliário por força dos princípios registais, da legitimação e do trato sucessivo bem assim como impossibilidade da constituição de hipotecas ou execução para pagamento dos credores.⁴

O sistema angolano de regularização imobiliária

Tendo em atenção que maior parte do contingente imobiliário no país ainda esta afecta ao Estado adquirido pelas vias referidas no ponto anterior, várias são as tentativas que o Governo levou a cabo para incentivar a regularização jurídica dos imóveis quer da esfera estatal quer da esfera privada, no entanto sem sucesso.

De tal sorte que numa entrevista recente o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos Dr.º Marcy Lopes, afirmou que em Angola 80% dos imóveis tem a situação jurídica irregular, alicerçando mesmo aquele dirigente que esta irregularidade representa um enorme constrangimento ao desenvolvimento socioeconómico do país.⁵ De resto, esta sempre foi uma preocupação do executivo embora com políticas pouco assertivas, pois se prolonga o tempo e o problema se mantém. Assim, no ano de 2012, através do Decreto Presidencial n.º 169/12, foi criado o regime vigente de Regularização Jurídica dos Imóveis Destinados à Habitação, Comércio e Mistos, Públicos e Privados, tendo definido os procedimentos para a dinamização dos processos de regularização jurídica destes imóveis;

De acordo o decreto presidencial acima referido, no seu artigo 14.º, deveriam ser criados em todo território nacional um Gabinete Provincial e um Guiché único do imóvel, para de forma célere, eficaz tratar dos procedimentos de constituição, modificação de direitos bem como a oneração quer do direito de propriedade ou outros direitos reais sobre imóveis, devendo estas estruturas serem integradas por Representantes do Governo Provincial, Ministério da Justiça, Finanças e um secretário executivo. O certo é que, passados agora 12 anos desde a implementação desta medida, o referido

³ Ngola, M. (2019). Regularização Jurídica da Propriedade Imobiliária em Angola, WA editora, P. 19.

⁴ Idem. Ngola, M. P. 20

⁵<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/pais-tem-80-por-cento-de-imoveis-com-a-situacao-juridica-irregular/>, acessado aos 06 de Maio de 2024.

órgão nunca se quer foi institucionalizado, pouco menos existe em todas as províncias, mantendo-se o estado de coisa sobre a irregularidade imobiliária.

Mais recentemente o executivo através do Despacho nº 900/2023, de 28 de agosto, criou um grupo de trabalho com o objectivo de para a concretização do Programa de Massificação do Registo Predial, cujo objectivo é regularizar o máximo possível de imóveis até 2027, o certo é que um ano depois não são sentidos os efeitos da actuação do referido grupo de trabalho, permanecendo o estado de coisa sobre a irregularidade imobiliária em Angola.

Critério para Tributação Imobiliária em Angola

Dois principais impostos incidem sobre os imóveis o Imposto predial urbano (é o que incide sobre bens imóveis não arrendados, como casas (vivendas, apartamentos, edifícios), fábricas, indústrias, terrenos) e o SISA (imposto que incide sobre as transmissões onerosas de imóveis, sejam eles prédios urbanos ou rurais e é devida por quem adquire os bens imóveis).⁶

Incidência

Ora, de acordo com o art.º 3.º, da Lei n.º 20/20, de 9 de Junho, Lei que aprova o Código do Imposto Predial, este imposto incide sobre o valor patrimonial ou rendas dos prédios urbanos e rústicos bem como as transmissões gratuitas ou onerosas de bens imóveis. Considerando esse imposto como uma receita própria do município e ou autarquia local.

Isenções

Por sua vez, os artigos 4.º e 5.º do mesmo diploma legal determina algumas isenções a este imposto, inicialmente para certas entidades (Estado, Autarquias locais, Partidos Políticos, representantes

diplomáticos. Estão também isentos deste imposto a primeira transmissão onerosa de imóveis com valor igual ou inferior a Akz 3.000.000,00, destinados a habitação própria.

A pedido dos interessados podem ser isentados deste imposto os imóveis de construção precária (casas construídas com chapas de zinco, pau a pique, capim, adobe, em condições de descarte), e as habitações sociais (são habitações de baixa renda apoiadas pelo Estado destinadas a criar melhores condições de acesso a habitação com qualidade, por parte de pessoas com menor capacidade aquisitiva) desde que sejam destinadas a habitação própria

Matéria colectável

A matéria colectável nos prédios urbanos (que é o nosso caso) corresponde ao valor patrimonial do imóvel, calculado de acordo com as disposições do Decreto Presidencial n.º 191/21, de 10 de Agosto (Que aprova as regras sobre a inscrição, avaliação e reavaliação de imóveis). De acordo com o presente diploma legal, a avaliação patrimonial de um imóvel é feita pela Repartição Fiscal da situação do imóvel, com base a fórmula de avaliação de prédios urbanos com os seguintes indicadores;⁷

$$V_p = V_b \times A_c \times C_l \times C_a \times C_s \times C_{af}$$

V_p – Valor patrimonial

V_b - Valor base

A_c - Área coberta

C_l - Coeficiente de localização

C_a – Coeficiente de antiguidade

C_s - Coeficiente de serviço

C_{af} – Coeficiente de afectação

Caracterização do projecto imobiliário da juventude na Província do Uíge (Angola), bairro Catapa

A reserva fundiária do Catapa possui uma área útil com cerca de 201 hectares para a construção de 200 casas para a juventude e mais cinco mil casas sociais. No local

⁶ Santos, C. P. (2021). Enquadramento sobre o Sistema Tributário Angolano, P. 9

⁷ Ferreira, R. F. A Tributação Angolana – o novo Imposto Predial Urbano, Revista RFF, n.º 8/15, P.4.

existem já um total de 72 residências concluídas, residências estas entregues aos seus moradores a partir do ano de 2017, cada uma das residências ocupa uma área útil de 600 m², entregues pelo Governo Provincial através do seu Gabinete Provincial da Cultura, Juventude e Desporto, com critérios pouco transparente como já nos acostumaram a pessoas que compõe o aparelho governativo e partidárias ligadas ao poder, portanto, pessoas com um poder financeiro estáveis; As residências o Governo atribuiu o valor de Akz 3.500.000,00, no entanto de lá para cá, foi aos moradores entregue uma nota de entrega e pagaram a título de entrada apenas Akz 250.000,00. Actualmente tornou-se a zona nobre da província com residências de alto padrão, no entanto nunca tributada a já sete anos.

Diagnóstico e constatação

Em face ao que acima foi exposto, atendendo que trata-se de um projecto habitacional recente, o seu valor patrimonial atento ao critério de avaliação patrimonial acima decreto, as residências que compõe o projecto habitacional do Capata é de Akz 5.220.864,00 (Cinco Milhões Duzentos e Vinte Mil e Oitocentos e Sessenta e Quatro Kwanzas), calculado de acordo as disposições combinadas dos artigos 5.º à 11.º do Decreto Presidencial n.º

191/21, de 10 de agosto, nos seguintes moldes;

Se atendermos que a fórmula, $V_p = V_b \times A_c \times C_l \times C_a \times C_s \times C_{af}$, por se tratar de um projecto localizado na sede capital da província do Uíge, considerada como zona 2, de acordo a tabela constante do artigo 8.º, o valor base é de 54.384,00. Estando as residências todas elas construídas numa área útil de 600 m², a área coberta corresponde a 600 m². Por estar na zona 2, o seu coeficiente de localização é 1, o projecto tem existência efectiva de sete anos, pelo que varia entre os 5 à 10, cujo coeficiente é 1, possui serviços de água e luz, o seu coeficiente é 0,8 e o de afectação 0,8;

Ora, trazendo esses dados para a fórmula acima, teremos que o $V_p = 54.384,00 \times 600 \text{ m}^2 \times 1 \times 1 \times 0,2 \times 0,8$, termos e que teremos a final como valor patrimonial de cada uma das residências do projecto avaliado em Akz 5.220.864,00 (Cinco Milhões Duzentos e Vinte Mil e Oitocentos e Sessenta e Quatro Kwanzas).

Face os seus valores patrimoniais apurados devem ou não ser tributados?

De acordo com o artigo 16.º da Lei n.º 20/20, de 9 de Junho, as taxas aplicáveis ao valor patrimonial dos prédios, pela sua detenção ou arrendamento, variam conforme tabela em anexo:

Tabela 1: Quadro ilustrativo das taxas de incidência do imposto predial: D.R n.º 101. I Série (2020)

N.º	Valor Patrimonial em Kwanzas	Taxa	Valor fixo
01	Até 500.000,00	0,1%	
02	De 5.000.001,00 à 6.000.000,00		Akz 5.000,00
03	Superior a 6.000.000,00 sobre o excesso de 5.000.000,00	0,5%	

Assim sendo, tendo em atenção ao valor patrimonial daqueles imóveis abrangido no intervalo entre 5.000.001,00 à 6.000.000,00, as residências do projecto da juventude no Catapa são Tributáveis no valor fixo anual de 5.000,00, quer-se com isso dizer que só para aquele projecto, para as 72 casas já habitadas, o estado deveria arrecadar anualmente 360.000,00, que dos sete anos de existência o estado deixou de arrecadar naquele projecto um total de 2.520.000,00 (Dois Milhões Quinhentos e Vinte Mil Kwanzas);

Causas da falta de tributação dos imóveis do projecto da juventude

Várias são as razões apontadas para que não seja levado a cabo a liquidação do IPU no projecto habitacional do Catapa, dentre as quais se destacam as seguintes;

a) Ineficiência dos serviços públicos

Um dos primeiros passos para a liquidação do IPU é a inscrição do prédio na matriz predial, de acordo com o Decreto Presidencial n.º 191/21, de 10 de Agosto, no seu artigo 16.º, defini matrizes prediais como sendo registos, físicos ou electrónicos, de que consta toda a informação sobre os prédios, designadamente a sua caracterização, a localização e o seu valor patrimonial tributário, a identidade dos proprietários e, sendo caso disso, dos usufrutuários, superficiários ou detentores materiais dos imóveis sob qualquer título legítimo, sem o qual o prédio é para efeitos fiscais considerado omissos ou inexistente.

A organização e conservação das matrizes cabe às Repartições Fiscais da área da situação dos prédios, ora, de acordo com o artigo 32.º do mesmo diploma, todos os prédios omissos, devem ser incritos pelo

detentor no prazo de 90 dias contados da transmissão, a inscrição é da iniciativa do contribuinte que deve fazê-lo por via do portal da AGT, podendo ser feita oficiosamente pela própria AGT.

No entanto a parametrização do software, um autêntico quebra-cabeças para funcionários fiscais, acrescido da falta de interesse dos contribuintes em inscrever os seus imóveis, dado que não existe qualquer penalização no plano concreto para quem assim não o faz, sendo estes a larga maioria. No projecto em referência em audição aos moradores, muitos deles desconhecem esta obrigação e a maior parte defende-se pela falta de conclusão do processo de cedência dos imóveis que até a presente data não se conclui.

É dever das administrações municipais cooperar junto das repartições fiscais o levantamento dos prédios omissos localizados na sua circunscrição territorial, devendo levar a cabo políticas de incentivo e obrigação aos titulares de imóveis ao pagamento do IPU, o que em concreto não ocorre tudo porque a própria Administração Municipal não tem o mínimo domínio e cadastro dos imóveis existentes em seu território nem os possuídos nem os abandonados, o que dificulta seguramente a liquidação deste imposto.

Pretensa isenção por ser um projecto social

Há quem considere que os imóveis que compõem este projecto não devem ser tributados porque integram um projecto de cariz social, cujo objectivo foi de atribuir moradias condignas aos jovens mais necessitados ao nível do município. O que não colhe, pois, a isenção nos dos projectos sociais carecem de um aval da AGT que avalia e isenta, pelo que, o interessado deve

requerer, o que não é o caso, além de que 95% dos detentores destes imóveis são quadros seniores do aparelho de estado não são pessoas desfavorecidas. O pagamento dos impostos é a condição da existência e funcionamento do Estado, e é da responsabilidade de todos os cidadãos com capacidade contributiva, devendo o Estado exigir o seu cumprimento de forma igualitária para todos⁸ e não discriminatória como vem ocorrendo, há sectores que são tributados e outros simplesmente lhes foi atribuída uma carta branca a semelhança do projecto em estudo, têm uma isenção oficiosa.

Soluções para uma melhor Tributação imobiliária

O imposto tem como finalidade financiar ou munir o Estado de recursos financeiros com vista a realizar as suas actividades ou despesas a favor do colectivo ou dos cidadãos,⁹ para melhorar a Tributação o órgão encarregue para cobrança dos Tributos deve;

Maior sensibilização e divulgação da legislação

Há muitos cidadãos que não sabem o valor do imposto e a sua importância, mesmo aqueles que vivem em grandes cidades, pois, muitos não sabem o benefício que podem ter quando se paga um imposto. Também é preciso fazer um grande investimento em termo de recursos humanos, técnico e tecnológico para que haja uma maior e melhor fiscalização;

Melhor operacionalização dos sistemas digitais

Há um grande avanço da digitalização dos serviços da Administração Geral Tributária, no entanto, as inovações devem vir acompanhada com formações e refrescamento dos operadores, pois com a implementação do Sistema Integrado de Gestão Tributária (SIGT), lembrando que em Angola existe uma baixíssima literacia digital, dos 32 milhões de habitantes apenas 11 milhões têm acesso a internet, mais de 70% da população angolana não tem acesso a internet, a smart phones, o que seria um grande empasse para abrangência do referido programa.

CONCLUSÕES

Chegado ao fim da nossa reflexão, partilhamos ideias, porém não consideramos como definitivas, estão abertas ao debate e críticas dos demais académicos e investigadores do Direito angolano e não só. Assim sendo, são por demais evidentes os efeitos negativos da falta de cobrança por um lado e pagamento do IPU por outro lado, sendo certo que a falta de conhecimento por parte do contribuinte e a ineficiência dos serviços da Administração Geral Tributária levaram com que se ficasse até a presente data sete anos sem cobrança nem pagamento do IPU nas 72 residências que compõe o projecto da juventude do bairro Catapa na Província do Uíge – Angola, levando a um prejuízo para os cofres do Estado e nas receitas municipais de aproximadamente 2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil Kwanzas);

Em linhas gerais, as residências que compõe aquele projecto habitacional têm um valor patrimonial acima dos

⁸ Vula, O. D.; & Joaquim, S. P. (2020). A ineficácia do imposto predial no ordenamento jurídico angolano, Artigo JuLaw, P.17

⁹ <https://www.portaldeangola.com/valor-a-importancia-do-imposto/>, acessado aos 03 de Maio 2024.

5.000.000,00 por esse motivo tributáveis, inexistindo razões legais para que não se efective, bastando vontade política e interesse do sujeito activo (AGT), pois, se depender da voluntariedade e dificuldades tecnológica no portal da AGT, muito dificilmente se poderá liquidar os impostos a curto prazo.

Daí tornar-se tão evidente a fraca contribuição do Imposto Predial Urbano para o OGE, a sua eficácia é dúbil, motivada pelo desconhecimento da lei por parte dos contribuintes, fraca cultura de pagamento de impostos, falta de inscrição de prédios na Matriz Predial, a inexistente fiscalização e tímida cobrança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carlos, R. C. (2015). A crise económica em Angola- Causas e Efeitos.
- do Santos, C. P. (2021). Enquadramento sobre o Sistema Tributário Angolano.
- Fernandes, R. (s/d). A Tributação Angolana – o novo Imposto Predial Urbano, Revista RFF, n.º 8/15.
- Nelson, T. M. (2022). A Reforma fiscal e tributária em angola: sua importância na diversificação e desenvolvimento da economia angolana, Artigo JuLaw n.º 041/2022 (905 -924).
- Ngola, M. (2019). Regularização Jurídica da Propriedade Imobiliária em Angola, WA editora.
- Vula, O. D.; & Joaquim, S. P. (2020). A ineficácia do imposto predial no ordenamento jurídico angolano, Artigo JuLaw.

Legislação

- Lei n.º 20/20, de 9 de junho, (Lei que aprova o Código do Imposto Predial)
- Decreto presidencial n.º 191/21, de 10 de agosto (Que aprova as regras sobre

a inscrição, avaliação e reavaliação de imóveis).

Decreto Presidencial n.º 169/12 - Regime de Regularização Jurídica dos Imóveis Destinados À Habitação, Comércio e Mistos, Públicos e Privados

Internet

- <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/pais-tem-80-por-cento-de-imoveis-com-a-situacao-juridica-irregular/>, acessado aos 06 de maio de 2024.
- <https://www.portaldeangola.com/valor-a-importancia-do-imposto/>, acessado aos 03 de maio 2024.

31 - 03 | 2025

A CONTABILIZAÇÃO DA AMORTIZAÇÃO DO IMOBILIZADO CORPÓREO DE UM CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ESTUDO DE CASO DO CENTRO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE TALATONA 2022

Accounting for the amortization of tangible assets of a professional training center: Case study of the Integrated Training Center of Talatona 2022

La contabilidad de la depreciación del inmovilizado material de un centro de formación profesional: Caso práctico del Centro de Formación Profesional Integrada de Talatona 2022

Tandu Wulu¹, Márcio Dos Santos Simão²

¹xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, paulintandu@gmail.com

Autor para correspondência: paulintandu@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Wulu, T.; & Simão, M. S. (2025). A contabilização da amortização do imobilizado corpóreo de um centro de formação profissional: Estudo de caso Do Centro Integrado De Formação Profissional de Talatona 2022. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 12-28. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

O presente estudou tratou da contabilização da amortização do imobilizado corpóreo, tendo como estudo de caso o Centro Integrado de Formação de Talatona, assim pretendíamos avaliar a contabilização das amortização do centro de formação profissional de Talatona, em Luanda comparando com as normas do Plano Geral da Contabilidade de Angola. Fundamentar sobre a contabilidade, bem como suas técnicas de contabilizações das amortizações, por se constituir um instrumento que permite aos gestores tomar as melhores decisões, baseadas em informações mais aprofundadas sobre a situação da empresa. Para tal tivemos como bases livros de autores relacionados com o tema em análise bem como documentos associados ao Centro de formação

profissional. Iniciando com uma abordagem teórica sobre a contabilidade que dará noções fundamentais sobre a mesma, e em seguida da apresentação das técnicas de cálculo das amortizações que trata das normas angolanas para a contabilização dos imobilizados bem como os métodos de registos das amortizações, e por fim dos estudos das contabilizações das amortizações realizadas no Centro Integrado de Formação Tecnológica onde foi apresentados mapas de gestão das amortizações dos artigos seleccionados, e comparamos com as teorias e normas ligadas as contabilizações das amortizações. Como resultado o Centro apura as amortizações de acordo com as quotas constantes sugeridas pelo art. 27º do CII e pelo PGCA, e regista as amortizações de forma correcta utilizando as contas 18 e 73. Em suma, a contabilização correcta da

amortização é fundamental para uma gestão eficaz do património.

Palavras-chave: Contabilidade, imobilizado corpóreo e amortizações.

ABSTRACT

This Study dealt with the accounting for the amortization of tangible fixed assets, taking as a case study the Talatona Integrated Training Center, so we intended to evaluate the accounting for the amortization of the Talatona vocational training center, in Luanda, comparing with the standards of the General Plan of Angola Accounting. Explain accounting, as well as its amortization accounting techniques, as it is an instrument that allows managers to make the best decisions, based on more in-depth information about the company's situation. To do this, we used books by authors related to the topic under analysis as a basis, as well as documents associated with the Professional Training Center. Starting with a theoretical approach to accounting that will give fundamental notions about it, and then the presentation of depreciation calculation techniques that deal with Angolan standards for accounting for fixed assets as well as depreciation recording methods, and finally the studies of amortization accounting carried out at the Integrated Technological Training Center where amortization management maps for selected items were presented, and we compared them with the theories and standards linked to amortization accounting. As a result, the Center calculates amortizations in accordance with the constant quotas suggested by art. 27 of the CII and by the PGCA, and records depreciation correctly using accounts 18 and 73. In short, correct accounting of amortization is essential for effective asset management.

Keywords: Accounting, tangible assets and amortizations.

RESUMEN

Este estudio abordó la contabilización de la amortización de activos fijos tangibles, tomando como caso de estudio el Centro Integrado de Formación de Talatona, por lo que se pretendió evaluar la contabilización de la amortización del centro de formación profesional de Talatona, en Luanda, comparándola con las normas del Plan General de Contabilidad de Angola. Proporcionar una base a la contabilidad, así como sus técnicas para contabilizar la amortización, ya que es un instrumento que permite a los gerentes tomar las mejores decisiones, basadas en información más profunda sobre la situación de la empresa. Para ello, se utilizaron como base libros de autores relacionados con la temática en análisis, así como documentos asociados al Centro de Formación Profesional. Iniciando con un abordaje teórico de la contabilidad que proporcionará nociones fundamentales sobre la misma, seguido de la presentación de las técnicas de cálculo de la amortización que aborda las normas angoleñas de contabilización de activos fijos, así como los métodos de registro de la amortización, y finalmente los estudios de la contabilidad de la amortización realizados en el Centro Integrado de Formación Tecnológica donde se presentaron mapas de gestión de la amortización de ítems seleccionados, y los comparamos con las teorías y normas vinculadas a la contabilidad de la amortización. En consecuencia, el Centro calcula las amortizaciones de acuerdo con las cuotas constantes sugeridas por el art. 27 del CII y por el PGCA, y registra las amortizaciones. utilizando correctamente las cuentas 18 y 73. En resumen, la contabilización correcta de la depreciación es esencial para una gestión eficaz de los activos.

Palabras clave: Contabilidade, activos fijos tangibles y amortización

INTRODUÇÃO

A amortização consiste em repartir o custo do activo imobilizado pelos exercícios que beneficiam do seu uso, imputando a cada um dos mesmos a parte que lhes cabe no gasto total efetuado aquando da aquisição dos bens. A Contabilidade pode ser identificada como um sistema de informação financeiro que tem como base as operações realizadas pelas entidades, os registos em suportes próprios, por forma a produzir um conjunto de quadros e outros elementos que nos permitam conhecer a sua situação financeira e apurar os resultados da sua actividade, (Franco 1997, p.23). As Empresas estão em crescimento em todo o mundo, elas já fazem parte do mercado globalizado, formando um pilar fundamental as economias. Mas apesar de haver grande número de empresas, ainda é elevado o índice de empresas que fecham as portas antes de completarem cinco anos de actividades. Almeida, (2016, p.18), afirma que, “o elevado número de empresas que fecham as portas antes de completarem cinco anos de actividade geralmente ocorre devido a gestão inadequada, que pode ocorrer por falta de fornecimento de informações úteis para a gestão, o que pode levar as empresas à descontinuidade. Para que tal facto não aconteça é necessário que gestores e contabilistas atuem em conjunto”. Ferrão, (2000, p.52), cabe aos contabilistas dar informações relevantes aos gestores, na eminência de tomar decisões correctas e evitar a descontinuidade da empresa. Por sua vez, as empresas de menor dimensão, e pela menor capacidade financeira em criar e manter algumas das estruturas administrativas subjacentes aos negócios, optam por subcontratar alguns serviços, nomeadamente os de contabilidade. Nestas circunstâncias, as informações financeiras tendem a estar desfasada no tempo e no

espaço, dificultando por um lado, a sua utilização como instrumento de sustentação para as tomadas de decisões por parte dos gestores, por outro, a monitorização relativamente à evolução e previsão dos resultados esperados para o final do período. Apenas com o aproximar do fim do ano fiscal, as generalidades destas empresas procuram inteirar-se junto ao departamento de contabilidade.

Pozo, (2007, p.87), diz que, a contabilização das amortizações é muito importante porque, assim como as demais despesas, elas reduzem o lucro líquido da empresa, afectando directamente o resultado financeiro. Além disso, é uma forma de se registar o desgaste e a depreciação dos bens da empresa ao longo do tempo, o que é fundamental para a avaliação correcta do valor contabilístico dos activos. Isso é importante para a empresa, pois permite que ela faça uma análise mais precisa da sua situação financeira e patrimonial, bem como para as prestações de contas a investidores, credores e outras partes interessadas. Além de contribuir para o fortalecimento económico das empresas junto ao sector onde actuam, indirectamente as informações geradas pela contabilidade também fomentam a economia. Observar-se que a contabilidade através dos seus instrumentos de apoio a gestão ou ferramentas é capaz de contribuir para reduzir o número de mortalidade das empresas, por outro lado, muitas vezes os empresários ou gestores não fornecem as informações que o contabilista precisa para desenvolver uma contabilidade eficiente e eficaz, (Assis 2004, p.13).

Os investimentos em imobilizado fixo com uma vida útil limitada estão sujeitos a uma amortização sistemática durante essa vida. Excepcionalmente, sobre os bens adquiridos podem, ser calculadas as amortizações correspondentes à quota anual ou por duodécimo. Os cálculos das amortizações do período quando utilizados os critérios fiscais, tendem a apresentarem

uma certa rigidez face às variações do imobilizado bruto do período, resultante da aplicação da taxa aplicável ao imobilizado. O montante calculado depende do regime de amortizações usado, e geralmente, as empresas praticam as taxas máximas previstas na regulamentação fiscal, (Assis 2004, p.14).

O objectivo de tal flexibilidade na escolha do regime, é o de permitir que às empresas adopção a melhor estratégia que traduza a sua realidade e proporcione uma imagem verdadeira e apropriada da mesma. Contudo, aquilo que foi pensado pelo Legislador como forma de facilitar a vida das empresas tende a criar oportunidades de manipulação dos resultados possibilitando que às empresas adquiram os bens, calculem e contabilizem as amortizações de acordo com os seus interesses específicos, e que podem oscilar entre a minimização do imposto a pagar e a não deterioração dos resultados do período, (Borges, Macedo, Morgado, Moreira, Isidro, 2002, p. 32).

Os gestores dispõem, de um certo grau de discricionariedade na contabilização das amortizações relativas ao ano de aquisição dos activos. Daí que a aquisição propositada de activos num determinado ano possa ser uma forma de se concretizar um objectivo de influenciar os resultados do período no sentido descendente, (Borges et. al, 2002, p.34).

Problema da pesquisa

Considerando a importância dos Imobilizados para o funcionamento normal de um centro de Formação profissional e sabendo a o cálculo errado das amortizações pode implicar a falência da organização. Portanto, sabendo da importância da contabilização da amortização do imobilizado, o presente estudo visa responder ao seguinte problema: *Será que o Centro Integrado de Formação de Talatona, contabiliza as amortizações de acordo com as normas estabelecidas pelo plano geral de*

contabilidade para que este possa garantir a recuperação dos equipamentos amortizados no ano 2022?

Objectivos da Pesquisa

Geral: Pretende-se avaliar contabilização das amortizações dos Imobilizados do Centro Integrado de Formação de Talatona.

Específicos: Fundamentar sobre a contabilidade; Apontar as técnicas de cálculo das amortizações e contabilizações dos imobilizados; Demonstrar a contabilização das amortizações do Centro Integrado de Formação de Talatona no exercício 2022.

MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo com Marconi e Lakatos em 2013, a selecção da metodologia está directamente relacionada com o problema a ser estudado, dependendo de factores como; a natureza do fenómeno, o objecto de pesquisa e outros elementos que possam surgir no campo de investigação, salienta ainda que na metodologia deverá ser indicada a natureza e o tipo de estudo a realizar, as técnicas para obtenção de dados e quais os métodos para a exploração dos dados.

Para a realização do presente estudo recorreremos às seguintes técnicas de pesquisas:

Pesquisa exploratória: O desenvolvimento das noções apresentadas neste estudo foi extraído em livros relacionados com o tema Quanto a técnica de colecta de dados: Pesquisa Documental: Foram recolhidos os dados bem como documentos fornecidos pelo Centro de Formação de Talatona.

Quanto a natureza da pesquisa: Pesquisa quantitativo: Mattar, (2001) a pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendado um curso final da acção. Ela quantifica os dados e

generaliza os resultados da amostra para os interessados.

Para esta monografia utilizou-se o método quantitativo que tem como sua principal característica ser conclusivo, quantificando um problema para que seja possível entender a dimensão que ele possui, ou seja, é uma pesquisa que fornece informações numéricas sobre o comportamento do público-alvo da empresa.

Quanto ao nível de abordagem empregou-se os seguintes métodos:

Dedutivo-indutivo: pois se partiu da teoria geral sobre treinamento e desenvolvimento, e desde as particularidades fez-se uma generalização por intermédio do estudo de caso.

Análise e síntese: fez-se um processo de leitura e sintetização para compressão e interpretação da contabilização das amortizações do Centro Integrado de Formação de Talatona, ou seja, empregues na pesquisa, para constatar ideias e, posterior, sintetiza-las e organiza-las em relação ao tema.

População e amostra

Quando a amostra é rigorosamente seleccionada, os resultados obtidos no levantamento tendem a aproximar-se bastante dos que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo, (Gil, 2017, p, 42).

- *A População*

Para o estudo a população é todos os imobilizados corpóreos do Centro Integrado de Formação Profissional de Luanda. A nossa população foi estimada em cerca de 3.500 Imobilizados corpóreos

- *Amostra*

Neste estudo foi utilizada a amostragem probabilística aleatória simples, uma vez que, cada elemento da população terá a mesma probabilidade de ser seleccionada para fazer parte da amostra. Nesta ordem, a nossa amostra é de 10 Imobilizados Corpóreos.

fundamentação teorica

Noções

Entende-se por imobilizado os elementos patrimoniais activos, corpóreos ou incorpóreos, que a empresa utiliza como meios para a realização dos seus objectivos económicos. Representam um conjunto variado de elementos cuja característica agrupada reside não na natureza do bem em si, mas na possibilidade de permanecerem na empresa por prazos mais ou menos longos, servindo quer como meios de produção, quer como fonte de rendimento ou de condições de trabalho, ou seja, são geradores de valor económico futuro e, por conseguinte, de futuros influxos de natureza monetária. Assim por exemplo, os edifícios nas empresas de construção civil constituem existências enquanto para a generalidade das outras empresas constituem bens imobilizados, (Favero & Lonardoni, 1997, p.30).

Segundo Favero e Lonardoni fala que as imobilizações aparecem-nos vulgarmente divididas em dois grandes grupos:

Técnicas - constituídas por elementos que tornam possível o arranque e desenvolvimento da actividade da entidade. Representam os fundos investidos, com características de permanência e que estão ligadas às actividades normais. Podem ser de natureza corpórea, como é o caso dos edifícios, instalações, máquinas, terrenos, construções em curso, etc., ou de natureza incorpórea como é o caso de trespasses, alvarás, patentes, campanhas publicitárias, etc.. As primeiras têm existência física - bens tangíveis - e as segundas representam direitos ou despesas que, pelo seu elevado montante e ou efeito duradouro sobre a actividade da empresa, não devem considerar-se como custo de um só exercício.

De rendimento - abrangem os investimentos de capital em actividades inorgânicas e cujos objectivos visam proporcionar um certo rendimento ou controle de outras empresas. Constituem

exemplos destas imobilizações as participações de capital noutras empresas, as obrigações e títulos de participação, os empréstimos de financiamento, os investimentos em imóveis, os títulos de dívida pública, etc.

Os imobilizados depreciables

Imobilizados depreciables são activos que segundo CII, (Finanças, 2017, p339):

- Se espera que sejam usados durante mais do que um período contabilístico;
- Tenham uma vida útil limitada;
- Sejam detidos para uso na produção ou no fornecimento de bens e serviços, para arrendamento a outros ou para fins administrativos.

Os Terrenos não são considerados activos depreciables por terem uma vida útil ilimitada.

Vida útil

A vida útil de um imobilizado é:

- O período durante o qual se espera que um activo depreciable seja usado pela empresa;
- O número de unidades de produção ou similares que a empresa espera obter do activo.

A vida útil é portanto, definida em termos de utilidade esperada dos bens e pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil é uma questão de julgamento, (Vigário, 2007, p.11).

Ao exercer-se tal julgamento devem ser tidos em consideração os seguintes factores:

- Utilização esperada do activo, avaliada com referência a sua esperada capacidade ou produção física;
- Desgaste e estragos físicos esperados, que dependem da intensidade do uso do programa de reparação e manutenção e do cuidado de manutenção em situação ociosa;

- Obsolescência técnica proveniente de alterações ou melhoramentos na produção ou de uma alteração no mercado de procura para o serviço ou produto derivado do activo;
- Limites legais ou semelhantes sobre o uso do activo, tais como as datas de extinção de locações com elas relacionadas.

A vida útil pode ser dilatada, por exemplo, por dispêndios subsequentes no activo que melhorem a condição do mesmo para além do seu nível de desempenho originalmente aliado.

A vida útil pode ser reduzida, por exemplo, por mudanças tecnológicas ou alterações a mercado dos produtos.

A vida útil de um edifício não é afectada pelo aumento no valor do terreno sobre o qual um edifício se encontra implantado.

Quantia depreciable

A quantia depreciable de um activo depreciable é o seu custo (histórico ou outro que o substitua) deduzido do valor residual estimado do activo.

O valor residual do activo é determinado por estimativa baseada no valor residual, prevalecente à data da estimativa, de activos semelhantes que tenham atingido o fim da sua vida útil, e que tenham funcionado sob condições semelhantes àquelas em que o activo será usado. A estimativa é feita à data de aquisição do activo e deverá ser revista na data em que se faça uma eventual reavaliação, (Madeira & Caiado, 2004, p.154).

O valor residual bruto é, em todos os casos, reduzido pelos custos de venda esperados no fim da vida útil do activo. O valor residual de um activo pode ainda ser reduzido de forma a reflectir custos significativos de desmantelamento, renovação ou restauração que sejam necessários incorrer no fim da vida útil do activo quando na compra do activo tais custos já se encontrem previstos.



Método de depreciação

O método de depreciação a usar deve reflectir o modelo pelo qual os benefícios económicos do activo sejam consumidos pela empresa.

Na contabilização do imobilizado corpóreo deve observar –se os aspectos valorimétricos¹⁰ previsto no CII e no PGC, (2007, p.80):

- O registo inicial de um item imobilizado tangível deve ser realizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. Quando os respectivos elementos tiverem uma vida Útil limitado, ficam sujeitos a uma amortização sistemática, durante esse período.
- O custo de aquisição e o custo de produção dos elementos do activo imobilizado devem ser determinados de acordo com as definições adoptadas para as existências.

Nestes primeiros números consagra-se a adoção do princípio contabilístico do custo histórico e a necessidade de actualizar o valor contabilístico dos imobilizados através do mecanismo das amortizações.

As amortizações

A operação contabilística que visa simultaneamente a imputação do custo da utilização dos imobilizados pelos diversos exercícios e a actualização (depreciação) desses mesmos bens, chama-se amortização.

Tendo presente que os imobilizados têm carácter duradouro, então é normalmente fixado um determinado período de tempo, durante o qual se espera que possam ser utilizados em condições de funcionamento económico. A esse período chama-se vida útil ou vida económica. Na determinação deste período, dever-se-á ter em conta, não só o Intervalo de tempo em Que o bem está em boas condições de funcionamento, ou

seja, a sua vida física, mas ainda a perda de valor resultante de inovações tecnológicas ou obsolescência. São estas as razões determinantes de uma vida económica, em geral, mais curta que a vida física, (Borges, et al, 2003, p.353).

Em qualquer dos casos, os imobilizados não se consomem em um só exercício, mas sim no número de anos previsto para a sua vida económica. Desta forma, não parece razoável imputar o custo total ao exercício no qual se faz a sua aquisição. Por outro lado, à medida que vai sendo usado a sua utilidade diminui, até se chegar teoricamente à uma utilidade (valor) nula. Em resumo, os bens imobilizados ao serem utilizados nos sucessivos exercícios vão-se depreciando, ou seja, vão perdendo valor, (Costa & Alves, 2005, p. 41).

Amortizar consiste em registar de forma sistemática a perda do valor de um activo imobilizado, ou de outra maneira, em repartir o custo de uma imobilização pelos exercícios abrangidos pela sua vida útil ou duração económica.

Acrescentaremos ainda que pelo facto de os custos contabilizados não corresponderem a desembolsos efectivos, a empresa reterá desta forma fundos que, em economias não inflacionadas, possibilitam a substituição dos imobilizados antigos por novo.

Antes de referirmos o conteúdo e movimentação das contas da classe 1 analisemos os aspectos relacionados com os critérios que presidem ao cálculo dos valores correspondentes ao desgaste ou utilização dos bens imobilizados em cada um dos anos da sua vida económica, mais sinteticamente, vejamos quais os critérios utilizados na determinação das quotas anuais de amortizações, segundo, (Borges, et al, 2003).

Cálculo das quotas de amortizações

Os bens imobilizados estão sujeitos a desgaste ou perda de valor, cujas causas

¹⁰ Os aspectos Valorimétricos estão descritos no Código do Imposto Industrial do art. 26º.

principais podem ser resumidas da forma seguinte:

- Causas independentes do uso e proporcionais ao tempo (desgaste físico resultante da acção normal de factores estranhos à actividade e limitação do uso no tempo);
- Causas provocando uma depreciação proporcional ao uso (o desgaste físico do uso e perdas de substâncias);
- Depreciações inesperadas (desgaste físico provocado por acontecimentos extraordinários e negligências).

Interessam-nos apenas os dois primeiros tipos, já que o último, traduzindo em um risco, cai nos seguros. Referimos já, que a cada um dos exercícios económicos, se deverá imputar como custos, as perdas de valor atribuídas às imobilizações, (Orrú, 1990, p. 33).

A solução estaria, em nosso entender, na avaliação directa da depreciação sofrida. Contudo, na prática, este critério não tem a desejada viabilidade, atendendo às razões seguintes:

1. Trabalho que representa;
2. Pelos conhecimentos técnicos que requer por parte do avaliador;
3. Pelos perigos do subjetivismo a que tal tipo de avaliação pode estar sujeita;
4. Pela não existência de um mercado activo de bens em estado de uso.

Assim, e para entender estes inconvenientes, foram estabelecidos alguns critérios de base teórica que presidem à

determinação das quotas anuais de amortizações.

Encontram-se vulgarmente divididos em dois Grupos:

1. Critérios rígidos

Quando todas as quotas de amortização são fixadas à data da aquisição de bens imobilizados. Têm apenas em atenção o factor tempo, no processo de depreciação do activo;

• Quotas constantes¹¹

Pressupõe este critério, que o desgaste é directamente proporcional ao tempo, ou seja, é constante o valor das quotas anuais de amortização. Considerando que:

Va - valor de aquisição do imobilizado;

R - valor residual (valor atribuído ao imobilizado no fim da vida útil);

A - valor a amortizar $A = V - R$;

Qt – quota de amortização;

Aa – amortização acumulada no período t, inclusive;

n – anos da vida útil ou económica;

VL – valor contabilístico no fim do período

$t \quad V_t = VL - Aa$.

A quota de amortização será, no período t, dada pela fórmula:

$$Qt = \frac{V-R}{n} = \frac{A}{n}$$

As amortizações acumuladas no período t, serão:

$Aat = t.Q$ em que $Q = Qt$ por as amortizações serem constantes.

Tabela 1 Amortizações Quotas Constantes

Anos	Amortização		Valor Contabilístico
	Anual	Acumulada	
1	$Q_1 = Q$	$Aa_1 = Q$	$VL_1 = Va - Aa_1$
2	$Q_2 = Q$	$Aa_2 = 2Q$	$VL_2 = Va - Aa_2$
3	$Q_3 = Q$	$Aa_3 = 3Q$	$VL_3 = Va - Aa_3$
t	$Qt = Q$	$Aat = tQ$	$VL_t = Va - Aat$
n	$Q_n = Q$	$Aan = nQ = A$	$VL_n = Va - Aan = R$

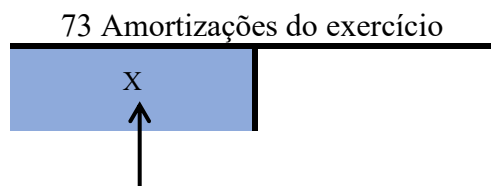
¹¹O Método para os cálculos das quotas de amortizações sugeridos pelo legislador está

descritos no artigo 26º do Código do Imposto Industrial.

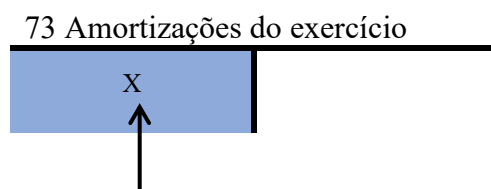
Métodos de Registo das Amortizações

Como se referiu, a amortização corresponde a uma redução do valor do imobilizado, pode ser registada de duas formas:

1. Registrando directamente a redução sofrida (quota de amortização) na conta



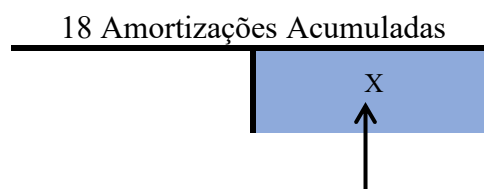
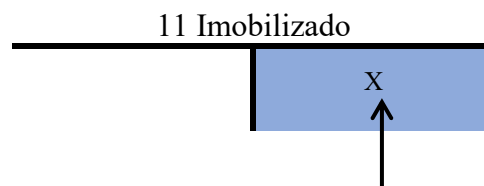
- *Método indirecto:*



do imobilizado correspondente (**Método directo**);

2. Criando uma nova conta (Amortizações acumuladas) onde são registadas as quotas de amortização no fim do período correspondente **Método indirecto**.

- *Método directo:*



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Contabilização das Amortizações do Centro Integrado de Formação Profissional

Apresentação da empresa

O Centro Integrado de Formação Profissional foi Inaugurado em Setembro de 2008, é um empreendimento do Governo de Angola, criado pelo Decreto Executivo que visa apoiar o desenvolvimento do país com foco na formação profissional técnica e tecnológica. É um Centro dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Tratamento da amortização

Considerando uma amostra do imobilizado corpóreo composto por 10 artigos distribuídos pelas seguintes subcontas: Edifícios, Equipamento de carga e transporte, equipamentos básicos e administrativos.

Edifícios

O Centro Integrado de Formação Tecnológica Localizado no Talatona, teve um custo de construção de 2.104.480.000,00 kz, inaugurado aos 02/09/2008 com um tempo de vida de 25 anos.

Pela aquisição do Imobilizado (Edifício)

D	11.2.1 Edifício	C	D	43 Depósito a ordem	C
	2.104.480.000,00			2.104.480.000,00	↑

Dados

Valor de Aquisição = 2.104.480.000,00

Vida útil = 25 anos

Taxa = 4% ao Ano

Amortização Anual = Valor de Aquisição x Taxa

Data de Utilização 02/09/2008

Tempo restante para a amortização de 2008 – 3 meses e 28 dias tendo como base o ano comercial teremos:

Cálculos

Amortização anual

Quota de amortização

$$A_{\text{anual}} = 2.104.480.000,00 \times 4\%$$

$$Q_{2008} = A_{\text{Diaria}} \times \text{Tempo restante}$$

$$A_{\text{anual}} = 84.179.200,00$$

$$Q_{2008} = 233.831,1111 \times 118 \text{ dias}$$

$$A_{\text{Diaria}} = \frac{84.179.200,00}{360}$$

$$27.592.071,11 \text{ kz}$$

$$Q_{2008} =$$

$$A_{\text{diaria}} = 233.831,1111$$

Pela contabilização da amortização de 2022 do Imobilizado Edifício

D	18.1.2 Amort. Acumulados Edifícios	C	D	73.1 Amort. Do exercício	C
	1 121 921 671,11(ST)			(1) 84 179 200,00	
	84 179 200,00 (1)				

Equipamento de Carga e Transporte

O Centro possui em seus equipamentos de carga e transporte viaturas de marca Toyota

Hiace, Hyundai Creta, Suzuki alto com uma vida útil de 5 anos para o Toyota Hiace e para Hyundai Creta e 4 anos para o Suzuki alto.

Tratamento contabilístico pelas aquisições¹² dos Imobilizados de Carga e Transporte

D	11.4 Eq. Carga e Transporte	C	D	43 Depósito a ordem	C
12.500.000,00				12.500.000,00	←
9.170.841,00				9.170.841,00	←
4.500.000,00				4.500.000,00	←

¹² Se as aquisições forem a prazo o registo será na conta 11. Imobilizado Corpóreo em contrapartida da conta 37.1.1- Compra de Imobilizado Corpóreo.

Equipamento Administrativos

O Centro possui em seus equipamentos administrativos seguintes itens: Armário,

¹² Se as aquisições forem a prazo o registo será na conta 11. Imobilizado. Corpóreo em contrapartida da conta 37.1.1- Compra de Imobilizado Corpóreo.



Secretaria, Impressoras, Telefone fixo,
Computadores, Cadeiras.

D	11.5 Eq. Administrativos C	D	43 Deposito a ordem C
480.000,00		480.000,00	←
838.080,00		838.080,00	←
1.864.551,84		1.864.551,84	←
39.900,00		39.900,00	←
239.500,00		239.500,00	←
911.900,00		911.900,00	←

Tratamento Contabilístico das Aquisições dos Imobilizados Administrativos

Pela contabilização da amortização de 2022 do Imobilizado (secretaria)

D 18.1.5 Amort. Acumulados Eq. De carga e Transp. C	D 73.1 Amort. Do exercício C
12.222,00 (Si)	(6) 104.760,00

Amortização da Impressora HP

$$A_{\text{anual}} = 621.517,89$$

Dados

$$A_{\text{diaria}} = \frac{621.517,89}{360}$$

Valor de aquisição = 1.864.551,84

$$A_{\text{diaria}} = 1.726,44$$

Vida útil = 3 anos

Taxa = 33,33% ao ano

Quota de amortização

Amortização Anual = Valor de Aquisição x Taxa

$$Q_{2021} = A_{\text{diaria}} \times \text{Tempo restante}$$

Data de Aquisição 29/01/2021- 11 meses e 1 dias restantes

$$Q_{2021} = 1.726,44 \times 331 \text{ dias}$$

$$Q_{2021} = 571.450,61 \text{ Kz}$$

Tendo como base o ano comercial teremos

Para o ano de 2022 o valor Contabilístico do Imobilizado impressora foi de 671.583,95 Kz com uma amortização acumulada de 1.192.967,89 kz.

Cálculos

Amortização anual

$$A_{\text{anual}} = 1.864.551,84 \times 33,33\%$$

Pela contabilização da amortização de 2022 do Imobilizado (Impressora)

D 18.1.5 Amort. Acumulados Eq. De carga e Transp. C	D 73.1 Amort. Do exercício C
571.450,61 (Si)	(7) 621.517,28

Amortização do Telefone fixo

Dados

Valor de aquisição = 39.900,00 Kz
 Vida útil = 6 anos
 Taxa = 16,66% ao ano
 Amortização Anual = Valor de Aquisição x 16,66%
 Data de Aquisição 29/06/2019- 6 meses e 1 dias restantes.

Cálculos

Amortização anual

$$A_{\text{anual}} = 39.900,00 \times 16,66\%$$

$$A_{\text{anual}} = 6.650,00$$

$$A_{\text{Diaria}} = \frac{6.650,00}{360}$$

$$A_{\text{diaria}} = 18,47$$

Quota de amortização

Pela contabilização da amortização de 2022 do Imobilizado (Telefone Fixo)

D 18.1.5 Amort. Acumulados Eq. De carga e Transp. C	D 73.1 Amort. Do exercício C
16.643,47 (Si)	(8) 6 650,00
6 650,00 (8)	

Amortização do Computador

Dados

Valor de aquisição = 239.500,00 Kz
 Vida útil = 5 anos
 Taxa = 20 % ao ano
 Amortização Anual = Valor de Aquisição x Taxa
 Data de Aquisição 14/01/2021- 11 meses e 16 dias restantes
 Tendo como base o ano comercial teremos:

Cálculos

$$Q_{2019} = A_{\text{Diaria}} \times \text{Tempo restante}$$

$$Q_{2019} = 18,47 \times 181 \text{ dias}$$

$$Q_{2019} = 3.343,47 \text{ Kz}$$

Com base as informações vimos que a primeira amortização correspondente ao ano de 2021 foi feita respeitando o princípio da especialização ou do acréscimo. Onde o valor da amortização anual foi dividido tendo em conta o tempo restante do exercício de 2021.

Para o ano de 2022 o valor Contabilístico do Imobilizado Telefone Fixo foi de 16.606,53 Kz com uma amortização acumulada de 23.293,47 kz.

Amortização anual

$$A_{\text{anual}} = 239.500,00 \times 20\%$$

$$A_{\text{anual}} = 47.900,00$$

$$A_{\text{Diaria}} = \frac{47.900,00}{360}$$

$$A_{\text{diaria}} = 133,05$$

Quota de amortização

$$Q_{2021} = A_{\text{Diaria}} \times \text{Tempo restante}$$

$$Q_{2021} = 133,05 \times 346 \text{ dias}$$

$$Q_{2021} = 46.037,22 \text{ Kz}$$

Pela contabilização da amortização de 2022 do Imobilizado (computador)



D 18.1.5 Amort. Acumulados Eq. De carga e Transp. C

D 73.1 Amort. Do exercício C

46.037,22 (Si)

(9) 47 900,00

47 900,00 (9)

Amortização das Cadeiras**Dados**

Valor de aquisição = 911.900,00 Kz

Vida útil = 8 anos

Taxa = 12,5 ao ano

Amortização Anual = Valor de Aquisição x 12,5%

Data de Aquisição 29/11/2021- 1 meses e 1 dias restantes

Tendo como base o ano comercial teremos:

Cálculos

Mapa de Amortização dos Artigos Seleccionados Referentes ao Período 2022

Amortização anual

$$A_{\text{anual}} = 911.900,00 \times 12,5\%$$

$$A_{\text{anual}} = 113.987,50$$

$$A_{\text{Diaria}} = \frac{113.987,50}{360}$$

$$A_{\text{diaria}} = 316,63$$

Quota de amortização

$$Q_{2021} = A_{\text{Diaria}} \times \text{Tempo restante}$$

$$Q_{2021} = 316,63 \times 31 \text{ dias}$$

$$Q_{2021} = 9.815,59 \text{ Kz}$$

Tabela 2 Mapa de Amortização

Código	Ano	Descrição	Marca	Valor de		Valor			Amortização		Valor Contabilístico
				Aquisição	Data	Taxa	Líquido inicial	Anual	Acumulada		
11.2	2022	Edifício		2 104 480 000,00	02/09/2008	4,00%	982 558 328,89	84 179 200,00	1 206 100 871,11	898 379 128,89	
11.4.1	2022	Automóvel	Toyota	12 500 000,00	25/07/2019	20,00%	6 423 611,11	2 500 000,00	8 576 388,89	3 923 611,11	
11.4.2	2022	Automóvel	Hyundai	9 170 841,00	12/11/2018	20,00%	3 423 780,64	1 834 168,20	7 581 228,56	1 589 612,44	
11.4.3	2022	Automóvel	Suzuki	4 500 000,00	15/06/2019	25,00%	1 640 625,00	1 125 000,00	3 984 375,00	515 625,00	
11.5.1	2022	Armário	Marelli	480 000,00	17/07/2021	16,66%	443 777,78	80 000,00	116 222,22	363 777,78	
11.5.2	2022	Secretaria	Marelli	838 080,00	18/11/2021	12,50%	825 858,00	104 760,00	116 982,00	721 098,00	
11.5.3	2022	Impressoras	Hp	1 864 551,84	29/01/2021	33,33%	1 293 101,23	621 517,28	1 192 967,89	671 583,95	
11.5.4	2022	Telefone	Cisco	39 900,00	29/06/2019	16,66%	23 256,53	6 650,00	23 293,47	16 606,53	
11.5.5	2022	Computador	Dell	239 500,00	14/01/2021	20,00%	193 462,78	47 900,00	93 937,22	145 562,78	
11.5.6	2022	Cadeira	Marelli	911 900,00	29/11/2021	12,50%	902 084,41	113 987,50	123 803,09	788 096,91	
Total				2 135 024 772,84			997 727 886,36	90.613.182,98	1 227 910 069,46	9074 703,38	

Pela Contabilização das Amortizações do Exercício 2022

Considerando os movimentos anterior teremos:



D 73.1 Amor. Do Exercício C		D 18.1 Amortização Acumulada C	
(1) 84.179.200,00			1.137.296 886,47 (SI)
(2) 2.500.000,00	90.613.182,98 (11)		84.179.200,00 (1)
(3) 1.834.168,20			2.500.000,00 (2)
(4) 1.125.000,00			1.834.168,20 (3)
(5) 80.000,00			1.125.000,00 (4)
(6) 104.760,00			80.000,00 (5)
(7) 621.517,00			104.760,00 (6)
(8) 6.650,00			621.517,00 (7)
(9) 47.900,00			6.650,00 (8)
(10) 113.987,50			47.900,00 (9)
			113.987,50 (10)
		Sc: 1.227.910.069	
90.613.182,98	90.613.182,98		

D 82.8 Amortização do Exercício C		D 73.9 Transferência para <u>Resul. Operacionais</u> C	
(12) 90.613.182,98		(11) 90.613.182,98	90.613.182,98 (12)
		90.613.182,98	90.613.182,98

Com base os cálculos realizados bem como as movimentações notamos que as contas 73 devem estar saldadas quando se pretende apurar os resultados operacionais.

Para feitos de questões legais as amortizações, devem ser apresentadas no mapa de Amortização

CONCLUSÕES

O Estudo teve como tema a contabilização do Imobilizado Corpóreo do Centro Integrado de Formação Profissional de Talatona. O estudo pretendeu avaliar a contabilização das amortizações do Centro Integrado de Formação Profissional de Talatona. Para tal tivemos como bases livros de autores relacionados com o tema em análise bem como documentos contabilísticos associados do Centro de formação em estudo

Os resultados das amortizações dos bens imobilizados seleccionados para o período económico de 2022 deram um valor total de amortização anual de 90.613.182,98 tendo como amortizações acumuladas de 1.227.910.069,46 que levou a um valor contabilístico total dos artigos seleccionados de 907.114.703,38. O Centro em Estudo contabiliza de forma correcta as amortizações respectivamente nas contas 18 e 73 obedecendo assim as normas do PGCA.

Assim a contabilização das amortizações é muito importante porque, assim como as demais despesas, elas reduzem o lucro líquido da empresa, afectando directamente o resultado financeiro. Além disso, é uma forma de se registar o desgaste e a depreciação dos bens da empresa ao longo do tempo. Isso permite que a empresa possa realizar a manutenção, reparo ou substituição dos bens, de forma a garantir a continuidade do negócio e a maximização dos lucros reduzindo custos.

Portanto respondeu-se a pergunta de partida que norteou este estudo, será que o Centro Integrado de Formação Profissional de

Luanda, contabiliza as amortizações de acordo com as normas estabelecidas pelo plano geral de contabilidade para que este possa garantir a recuperação dos equipamentos amortizados? De acordo com a organização da empresa, o Centro Integrado de Formação Profissional do Talatona, Contabiliza as Amortizações de acordo com as normas estabelecidas pelo Plano Geral de Conta de Angola. Além disso, as informações obtidas com a amortização dos imobilizados corpóreos são importantes para fins contabilísticos e fiscais, tais como a declaração do Imposto e a elaboração do balanço patrimonial. Com Base o estudo realizado no Centro Integrado de Formação Tecnológica Profissional de Talatona, sugerimos:

- Que o Centro Integrado de Formação Profissional do Talatona mantenha as boas políticas de controlo e contabilização dos imobilizados;

Que o Centro Integrado de Formação Profissional do Talatona entre em contacto com Ministério das Finanças para se aferir a existência de taxas de reavaliações dos Imobilizados para que possa apurar os valores reais dos imobilizado a amortizar, garantindo assim a precisão e a conformidade das informações contabilísticas da empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, F. (2016). *Introdução à Gestão de Organizações*. Lisboa: Escolar Editora.
- Assis, R. (2004). *Apoio à Decisão em Gestão da Manutenção na Gestão de Activos Físicos*. Lisboa: Lidel-edições.
- Borges António, R. A. (2002,). *Elementos da Contabilidade Geral*, Rei dos Livros, (21ª, ed.). Lisboa: Áreas Editoras.
- Borges, A., João, M., José, M., & Isidro, H. M. (2002). *Práticas de*

- Contabilidade Financeira (3ª ed.). Lisboa: Áreas.
- Borges, A., Rodrigues, A., & Rodrigues, R. (2003). Elementos da Contabilidade Geral, Rei dos Livros, (22ª ed.). Lisboa, Portugal: Áreas.
- Carlos Nabais, F. N. (2021,). Práticas Contabilísticas. Lisboa: Lidel.
- Costa, C. B., & Alves, G. C. (2005). Contabilidade Financeira (5ª ed.). Lisboa: Publisher.
- Favero, L. H., & Lonardoni, M. (1997,). Contabilidade: Teoria E Prática. São Paulo: Atlas.
- Ferrão, A. B. (2000). A Contabilidade e a Prestação de Contas (8ª ed.). (R. d. Livros, Ed.) Lisboa: Rei dos Livros.
- Filho, M., & Filho, E. J. (2015). Planejamento da pesquisa científica (2º ed.). São Paulo: Atlas.
- Finanças, M. d. (2017). Legislação Fiscal. Luanda: Plural Editores.
- Franco, h. (1997). Contabilidade Geral (3º ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2017). Como Elaborar Projecto de Pesquisa (6ª- ed.). São paulo: Atlas.
- Hendriksen, E. S., & Breda, M. F. (1999). Teoria Da Contabilidade. São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S. d. (2010). Contabilidade introdutória (11º ed.). São Paulo: Atlas.
- Jacinto, R. (1990). Contabilidade Geral. São Paulo: Ática.
- Lousã, A., & Salgueirinho, C. (2018). A contabilidade e a Getão Diária. Luanda: Plural Editores.
- Madeira, P. J., & Caiado, A. C. (2004). O Encerramento de Contas na Perspectiva Contabilístico Fiscal (4.ª ed.). Lisboa: Áreas Editoras, SA.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2013). Fundamentos de metodologia científica (5ª- ed.). São Paulo: ATLAS.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2017). Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas.
- Mattar, F. N. (2001). Pesquisa de marketing (7º ed.). São Paulo: Atlas.
- Nabais, J. C. (2010). Direito Fiscal (5ª ed.). Coimbra, Portugal: Almedina.
- Orrú, M. (1990). Contabilidade Geral, Fundamentos. São Paulo: Scipione.
- Padoveze, C. L. (2000). Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de. São Paulo: Atlas.
- Pereira, A. (2011). Gestão de Operações. Lisboa: Escolar Editora.
- PGC. (2007). Plano Geral De Contabilidade, aprovado pelo decreto nº 82/01, de 16 de novembro. Luanda: Plurais editores.
- Pozo, H. (2007). Administração de recursos materias e patrimoniais: uma abordagem logistica. São Paulo: Atlas.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul: Feevale.
- Silva, F. V. (1975). Contabilidade Geral (3º ed., Vol. III). lisboa: Livraria Sá da costa editora.
- Teixeira, S. (2017). Gestão da Organizações. Lisboa: Escolar Editora.
- Vigário, A. (2007). Consultoria Contabilística. Luanda: Texto editores.
- Wilken, E. D. (1979,). Elementos Da Contabilidade Geral. Rio De Janeiro: Aurora.

31 - 03 | 2025

APRENDENDO A INVESTIR COM UMA OPORTUNIDADE DE ALAVANCAR AS FINANÇAS PESSOAIS

Learning to invest with an opportunity to leverage personal finances

Aprender a invertir con la oportunidad de apalancar las finanzas personales

Roberto Carlos Dalongaro¹, Elaine Cristina Arantes²

¹Doutor em Administração, IFPR Campus Pinhais. roberto.dalongaro@ifpr.edu.br.

²Doutora em Administração, IFPR Campus Colombo. elaine.arantes@ifpr.edu.br.

Autor para correspondência: roberto.dalongaro@ifpr.edu.br

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Dalongaro, R. C.; & Arantes, E. C. (2025). Aprendendo a investir com uma oportunidade de alavancar as finanças pessoais. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 29-39. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

O conhecimento financeiro é vital para a transformação do futuro das pessoas, por isso, que buscar constantemente aprimorar o entendimento relativo ao mundo financeiro pode contribuir para um futuro com estabilidade financeira, como também possibilitar a geração de renda extra por meio do retorno que as oportunidades de investimento do dinheiro podem proporcionar. O presente artigo tem como objetivo destacar a importância da educação financeira para a construção de uma independência econômica futura, como também discutir o custo de oportunidade do dinheiro que pode trazer retorno com o uso do cartão de crédito a custo zero. Foi realizada uma revisão bibliográfica trazendo um destaque sobre a importância da educação financeira, mostrando que a mesma pode proporcionar uma estabilidade financeira futura, por meio do conhecimento constantemente aprimorado na área financeira, também foi destacado na teoria a importância do custo da oportunidade do dinheiro. A metodologia do trabalho de pesquisa tem uma abordagem quali-quantitativa,

destacando no viés qualitativo a importância do conhecimento relativo à educação financeira, e já no lado quantitativo, mostra o custo de oportunidade do dinheiro usando os limites do cartão de crédito a custo zero. Os resultados mostram que utilizar uma linha de crédito a custo zero pode possibilitar a oportunidade de investir o dinheiro no momento presente, com um retorno futuro incrementando o patrimônio das finanças pessoais.

Palavras-chave: Custo de oportunidade, educação financeira, finanças pessoais, cartão de crédito.

ABSTRACT

Financial knowledge is vital for transforming people's future, which is why constantly seeking to improve understanding of the financial world can contribute to a future with financial stability, as well as enabling the generation of extra income through the return that opportunities of investment money can provide. This article aims to highlight the importance of financial education for building future economic independence, as

well as discussing the opportunity cost of money that can bring a return with the use of a credit card at zero cost. A literature review was carried out highlighting the importance of financial education, showing that it can provide future financial stability, through constantly improved knowledge in the financial area, the importance of the opportunity cost of money was also highlighted in theory. The methodology of the research work has a qualitative-quantitative approach, highlighting the importance of knowledge related to financial education on a qualitative basis, and on the quantitative side, it shows the opportunity cost of money using credit card limits at zero cost. The results show that using a zero-cost line of credit can provide the opportunity to invest money in the present moment, with a future return increasing personal finance assets.

Keywords: Opportunity cost, financial education, personal finances, credit card.

RESUMEN

El conocimiento financiero es vital para transformar el futuro de las personas, por lo que buscar constantemente mejorar la comprensión del mundo financiero puede contribuir a un futuro con estabilidad financiera, además de posibilitar la generación de ingresos adicionales a través del retorno que pueden proporcionar las oportunidades de inversión de dinero. Este artículo tiene como objetivo resaltar la importancia de la educación financiera para construir la independencia económica futura, así como discutir el costo de oportunidad del dinero que puede traer retornos con el uso de una tarjeta de crédito de costo cero. Se realizó una revisión bibliográfica resaltando la importancia de la educación financiera, demostrando que ésta puede brindar estabilidad financiera a futuro, a través de la mejora constante del conocimiento en el área financiera. También se destacó en teoría la importancia del coste de oportunidad del dinero. La metodología del trabajo de investigación

tiene un enfoque cualitativo-cuantitativo, resaltando la importancia del conocimiento sobre la educación financiera desde una perspectiva cualitativa, y en la parte cuantitativa, muestra el costo de oportunidad del dinero utilizando límites de tarjetas de crédito a costo cero. Los resultados muestran que utilizar una línea de crédito sin costo puede brindar la oportunidad de invertir dinero en el momento presente, con un rendimiento futuro que aumenta el patrimonio de las finanzas personales.

Palabras clave: Costo de oportunidad, educación financiera, finanzas personales, tarjeta de crédito

INTRODUÇÃO

No atual cenário financeiro, é de extrema importância procurar entender conceitos e práticas relativos ao mundo das finanças. Buscar constantemente aprimorar este entendimento pode ser decisivo para um futuro promissor com o alcance da independência financeira.

Neste contexto, o Decreto nº 10.393 (2020), instituiu a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), com o intuito de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País, além de possibilitar a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, contribuindo para a estabilidade financeira, o bem-estar dos indivíduos e de seus familiares e para que as tomadas de decisões sejam mais conscientes.

Para isso, o presente artigo vem a contribuir com o destaque do entendimento das finanças pessoais, como também ressaltar que existe o custo de oportunidade do dinheiro, ou seja, que ele pode proporcionar diferentes resultados em diferentes situações.

Os objetivos de estudo da pesquisa são: destacar a importância da educação financeira para a construção de uma independência econômica futura, e também discutir o custo de oportunidade do dinheiro que pode trazer retorno com o uso do cartão de crédito a custo zero.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Revisão da literatura

A fundamentação teórica da presente pesquisa vem mostrar a importância da educação financeira para as finanças pessoais, como também, destacar o custo de oportunidade do dinheiro, de como ele pode ser aproveitado no momento presente para alavancar a finanças pessoais dos poupadores.

A importância educação financeira

A educação Financeira quando iniciada desde cedo permite aos indivíduos escolhas com maior acerto, pois o indivíduo obterá um conjunto de conhecimento para gerenciar da melhor forma possível os seus recursos financeiros. Segundo Costa e Miranda (2013), “indivíduos financeiramente educados tendem a cometer menos erros e a se expor mais a investimentos mais dinâmicos e mais lucrativos”. Sendo assim, compreende-se que, quanto maior o nível de educação financeira adquirida no decorrer da vida, melhor será o gerenciamento e a administração de seus recursos.

Atualmente, é fundamental que as pessoas estejam preparadas para tomar os diferentes tipos de decisões financeiras, seja para realizar um investimento, administrarem suas receitas ou até mesmo para adquirir um bem. A Educação Financeira proporciona aos cidadãos os conhecimentos necessários sobre finanças pessoais que lhes permitirá tomar decisões financeiras mais assertivas. De acordo com Banco Central do Brasil (2021), a Educação Financeira permite as pessoas desenvolverem “capacidades e

autoconfiança para gerenciar bem seus recursos financeiros”.

Dolvin e Templeton (2006), defendem que os programas de educação financeira estimulam o desenvolvimento de conhecimento, aptidão e habilidades, formando indivíduos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparados para administrar as suas finanças de maneira eficaz.

Com isso, o planejamento financeiro é um aspecto importante na tomada de decisão das famílias, pois permite que os indivíduos possam se organizar financeiramente, controlando suas receitas e despesas pessoais, a fim de atingir um determinado objetivo (Ferreira; Gandolfi, 2018).

O planejamento financeiro pessoal tem objetivos divididos em períodos de curto, médio e longo prazo, possibilitando um melhor aproveitamento dos recursos. O planejamento de longo prazo são ações projetadas para um futuro distante, acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros. Os planos financeiros de médio e curto prazo são ações planejadas para um período de tempo menor, envolvendo de um a cinco anos (Medeiros; Lopes, 2014).

Contudo, segundo Lizote et al. (2012) a educação financeira é considerada um modelo através do qual as pessoas adquirirão conhecimentos essenciais para administrar corretamente suas finanças, para tomarem decisões coerentes. Permite que elas tenham capacidade de administrar suas receitas, tomando decisões e utilizando os recursos disponíveis hoje, porém sem deixar de pensar no futuro.

Consolidando a relevância da temática finanças, Mankiw (2001), relata que “o investimento em educação é tão importante quanto o investimento em bens físicos para o sucesso econômico a longo-prazo de um país”. O autor cita ainda que, uma forma da sociedade ter um padrão de vida melhor é proporcionando às pessoas um ensino sobre educação financeira de qualidade e incentivá-las a praticar os conceitos aprendidos.

Por fim, Dias et al. (2013) relata que. “A Educação Financeira permite aos jovens a aquisição de conhecimentos e capacidades fundamentais para as decisões que, no futuro, terão que tomar sobre as suas finanças pessoais, além de se gerar um efeito multiplicador de informação e de formação junto das famílias”.

As finanças pessoais e suas relações com a educação financeira

De acordo com Cruz et al. (2012), a população em geral está se preocupando cada vez mais em atingir altos níveis salariais, mas nem sempre o maior ganho corresponde ao maior patrimônio. Nesse sentido, o objetivo das finanças pessoais é controlar melhor o destino do dinheiro do que a sua origem, pois não adianta ter um salário alto se o indivíduo não sabe administrá-lo corretamente.

Por sua vez, a educação financeira contribui com as finanças pessoais pelo fato de ser uma ciência humana comportamental, visto que é por meio dela que se forma o hábito disciplinar, cuja finalidade é a organização financeira de um indivíduo, para que o mesmo saiba planejar antes de tomar uma decisão que envolva custos, uma vez podendo ser considerado banal. (Da Silva, 2022).

Neste contexto, a educação financeira desenvolve habilidades que darão suporte às pessoas nas tomadas de decisões, fazendo uma boa gestão de suas finanças pessoais. Essa capacidade facilita uma maior integração dos indivíduos na sociedade e contribui para o surgimento de um mercado mais competitivo e eficiente (Vieira; Bataglia; Sereia, 2011). Com as facilidades da vida moderna, adquirir bens e serviços com o uso do cartão de crédito, se tornou simplificada a atividade de gastar, porém com o mau uso dos cartões de crédito, é possível perder o controle dos gastos e com isso, consequentemente, acumular dívidas e este fato está relacionado com a falta de conhecimento sobre a educação financeira. Muitos não possuem o hábito de controlar

os gastos, não tendo a noção exata das entradas e saídas, com isso perdendo a disponibilidade de recursos (Vieira; Lins; Silva, 2020).

Nesse contexto, segundo Serasa (2011), planejamento financeiro pessoal significa coordenar nossa vida financeira de tal maneira que possamos sempre ter reservas para as eventualidades da vida e sistematicamente, construir um patrimônio (imobiliário e financeiro), que garanta na aposentadoria fontes de renda complementares e suficientes para termos uma vida no mínimo tranquila e confortável.

Com isso, Segundo Cerbasi (2004) “o indivíduo determinar os objetivos no curto, médio e longo prazo é mais importante do que só poupar sem nenhuma finalidade durante a vida, porque só o fato de guardar dinheiro não trará felicidade tampouco segurança financeira, ao menos que saiba efetivamente o bem que o dinheiro pode proporcionar para se conseguir tais feitos”. Por fim, A necessidade do planejamento financeiro pessoal está contida no ato de traçar objetivos ou sonhos que até então eram tidos como utópicos em metas, bem embasadas e alicerçadas em atitudes coerentes e munidas de verdade. Dentre os mais variados objetivos possíveis para engajá-lo no planejamento financeiro, pode-se destacar o ato de manter reservas financeiras para emergências, seguir um plano de independência financeira ou apenas levar uma vida equilibrada e organizada. (Rocha, 2009).

Oportunidades do custo do dinheiro

Segundo Nascimento (1998), o custo do capital próprio é o custo de oportunidade do investidor, por representar a expectativa de retorno do capital que ele possui, sendo o parâmetro que utilizará para decidir-se entre aplicar seu capital na empresa ou em outras oportunidades de negócio.

Já para Assaf Neto (2003), o conceito de custo de oportunidade é considerado importante na ciência econômica. Como os recursos financeiros são escassos, a escolha

por aplicá-los a uma determinada alternativa pode envolver um sacrifício relativo, quando comparado a outra opção mais rentável que poderia ser adotada. Um aspecto fundamental a ser considerado quando se define custo de oportunidade é a comparação de investimentos de risco semelhantes.

Com isso, não faz sentido comparar a taxa de retorno de uma decisão com risco com os ganhos oferecidos por uma alternativa sem risco (títulos públicos, por exemplo). A diferença entre essas taxas é mais bem entendida como um prêmio pelo risco incorrido, e não como um custo de oportunidade. Alternativas com diferentes níveis de risco, por outro lado, não permitem uma comparação homogênea dos retornos produzidos, distorcendo o conceito de custo de oportunidade na avaliação da atratividade econômica de um investimento. (Assaf-Neto, 2003, p. 165).

Entretanto, Clemente et al (2002) apresenta seu conceito de custo de oportunidade da seguinte forma: Admita-se que fosse possível ordenar todas as oportunidades relevantes de aplicação do capital disponível de acordo com alguma medida do ganho associado a cada uma delas. As inúmeras oportunidades de investimento ordenadas de acordo com as várias possibilidades de ganhos. Se a decisão for a melhor possível, essa ordem será rigorosamente seguida, de forma que as oportunidades contempladas serão as primeiras da ordenação, ou seja, as mais lucrativas.

Ainda assim, para quem lida com o custo de oportunidade em todas as escolhas do seu cotidiano. Por exemplo, o que é mais vantajoso para alguém em um dia de sol: estudar ou ir à praia? E quais são os prós e contras envolvidos em cada uma dessas opções? O custo de oportunidade não se refere somente a questões financeiras, mas também aos diferentes aspectos da vida, como tempo, energia e recursos. Toda escolha implica na renúncia de algo. Logo, ao decidir entre duas ou mais opções, é necessário considerar todos os aspectos que

poderiam ter sido obtidos caso outra opção tivesse sido escolhida. (Riconnect, 2024).

O custo de oportunidade se refere ao valor perdido devido a uma determinada escolha realizada. Ou seja, ao escolher uma determinada ação ou investimento, há um custo associado à renúncia das oportunidades que poderiam ter sido aproveitadas. (Riconnect, 2024).

Esse custo não é necessariamente definido em termos monetários, podendo ser medido por benefícios, satisfação, tempo ou qualquer outra métrica relevante. É uma forma de avaliar o valor relativo das escolhas disponíveis e considerar as consequências de longo prazo de uma decisão específica. Como por exemplo, ao optar por uma viagem, se estará abrindo mão de um investimento, por exemplo, e vice-versa. (Riconnect, 2024).

MATERIAIS E MÉTODOS

Por sua vez, em um primeiro momento o estudo possui abordagem quantitativa, isto é, quando busca estabelecer relações entre as variáveis (Gil, 2010).

No caso da pesquisa em pauta, a relação é demonstrada por meio da simulação da rentabilidade de um investimento na linha do tempo. Investimento esse que foi oportunizada a sua aplicação em função da utilização do limite do cartão de crédito no momento presente.

No caso de investimentos, as decisões costumam ser difíceis de serem tomadas, pois podem envolver altos riscos e muito planejamento. Nesse artigo é possível entender sobre como o custo de oportunidade, o qual contribuir na tomada de decisão na hora de investir.

Já no que tange a parte qualitativa da pesquisa, é possível trabalhar com a discussão da importância da educação financeira para as finanças pessoais. Da importância dessa educação para a tomada de decisão assertiva no ambiente

financeiro, pois as pessoas se distinguem não só por agir, mas por pensar e por interpretar suas ações, e isso tudo pode influenciar a sua tomada de decisão na hora de investir. A humanidade que pode ser resumida no mundo das relações, representações, e intencionalidade é objeto de pesquisa qualitativa, que dificilmente pode ser identificada em números e indicadores quantitativos (De Souza Minayo; Deslandes; Gomes, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destacando a importância da educação financeira para a construção de uma independência econômica futura

A presente pesquisa buscou demonstrar a importância da educação financeira para a construção de um futuro promissor em termos de finanças pessoais.

Nesse viés a pesquisa reflete e discute sobre os objetivos de estudo. Contemplando o objetivo de destacar a importância da educação financeira para a construção de uma independência econômica futura.

Para isso, Segundo Huf e Zdanowicz (2017), argumentam que para as tomadas de decisões o planejamento financeiro é fundamental, visto que o mesmo proporciona uma melhor gestão nos negócios, podendo assim atingir os objetivos de maneira segura. E na vida pessoal não é diferente, já que antes de qualquer compra, deve-se analisar se há necessidades e condições para essa aquisição, e que a mesma poderá afetar negativamente os demais objetivos.

Desta forma, segundo os referidos autores, antes de realizar algum investimento ou até mesmo a aquisição de algum bem, é preciso fazer uma análise dos recursos disponíveis, do contrário pode-se vir a ter uma situação de endividamento.

Os vários autores contemplados na revisão da literatura da presente pesquisa, levam

através dos conceitos expostos, o entendimento de que se faz necessário a educação financeira de forma continuada, e a expertise em gerenciar o dinheiro disponível para aproveitar a oportunidade de alavancar as finanças pessoais.

Considerando que, O custo de oportunidade se refere ao valor perdido devido a uma determinada escolha realizada. Ou seja, ao escolher uma determinada ação ou investimento, há um custo associado à renúncia das oportunidades que poderiam ter sido aproveitadas. (Riconnect, 2024). Isso demonstra que, ter a oportunidade de acumular conhecimento financeiro prévio pode levar o poupador ou investidor a tomar decisões que contribuam de uma forma mais positiva no crescimento de suas finanças pessoais, possibilitando a concretização de objetivos financeiros no médio e longo prazo.

Com isso, Rocha (2009) reforça que a necessidade do planejamento financeiro pessoal está contida no ato de traçar objetivos ou sonhos que até então eram tidos como utópicos em metas, bem embasas e alicerçadas em atitudes coerentes e munidas de verdade. Dentre os mais variados objetivos possíveis para engajá-lo no planejamento financeiro, pode-se destacar o ato de manter reservas financeiras para emergências, seguir um plano de independência financeira ou apenas levar uma vida equilibrada e organizada.

Essa argumentação leva ao entendimento de que é preciso planejar para alcançar os objetivos que dependam de recursos financeiros, e que, optar por reservas de emergências evita o aumento de custos financeiros não previstos, e com isso, pode sobrar mais recursos para oportunidades de investimentos futuras.

Por fim, essas sobras de recursos providas de uma educação financeira consolidada ao longo do tempo, poderá oportunizar a

independência econômica e financeira do poupador ou investidor consciente do uso dos seus recursos financeiros.

Discutindo o custo de oportunidade do dinheiro que pode trazer retorno com o uso do cartão de crédito a custo zero.

Esse objetivo vem discutir o custo de oportunidade do dinheiro que pode trazer retorno com o uso do cartão de crédito a custo zero.

Com o correto uso do cartão de crédito, pagando o total da sua fatura na data do vencimento, e com uma negociação junto a operadora do cartão é também possível isentar os custos de anuidade do uso do

cartão de crédito, isso sendo possível pelo relacionamento e a concentração de compras em um único cartão. (Banqi, 2023).

Com isso, se consolida o custo financeiro zero no uso do cartão de crédito pelo usuário do cartão.

Segundo a Banqi (2023), o cartão de crédito oferece uma série de benefícios que podem facilitar sua vida financeira. Além da conveniência e praticidade de fazer compras sem precisar ter dinheiro em mãos, eles também têm vantagens em termos de segurança e condições de pagamento, conforme demonstrado no quadro 1 abaixo

Quadro 1: Benefícios do cartão de crédito

BENEFÍCIOS	CONCEITO
Condições de pagamento	Os cartões de crédito dão várias possibilidades para pagar compras ao longo do tempo. Em vez de ter que pagar o valor total de uma vez só, você pode escolher parcelar o pagamento em várias prestações. Isso pode ser uma mão na roda quando você precisa fazer uma compra maior e não tem o valor total no ato. Ah, e dependendo da loja em que você fizer sua compra, você pode parcelar em várias vezes sem pagar nenhum juro a mais por isso.
Ajuda nas emergências	Ter um cartão pode ser útil para lidar com emergências e imprevistos financeiros. Sabe aquela “surpresinha” inesperada que aparece de vez em quando, como um conserto de máquina de lavar ou a compra de remédios caros? Então, o cartão de crédito pode permitir que você cubra o custo emergencial e pague depois em parcelas menores, que cabem no seu bolso.
Facilidade para comprar	Com um cartão de crédito, você pode fazer compras mesmo quando não tem dinheiro disponível de imediato. Você recebe um limite de crédito que pode usar para fazer suas compras e, em seguida, paga a fatura do cartão em uma data futura. Essa flexibilidade pode ajudar quando você quiser aproveitar uma oferta especial.
Facilidade para acompanhar o saldo	Também é fácil ver o crédito que você tem disponível para fazer suas compras. Isso inclui a capacidade de verificar o saldo do cartão de crédito e o limite de crédito disponível de forma rápida e fácil, seja por meio de um aplicativo móvel, pelo site (também chamado de internet banking) ou por uma linha telefônica dedicada.
Agilidade	Outro benefício do cartão de crédito é sua agilidade. As transações podem ser processadas e autorizadas pelo emissor do cartão rapidinho, em questão de segundos. Nada de perder tempo contando moedinhas ou notas na carteira.
Segurança	Os cartões têm um monte de recursos tecnológicos que ajudam na segurança. Os dados do cartão de crédito, como o número do cartão, a data de validade e o código de segurança, geralmente são criptografados. Isso significa que os dados são convertidos em uma forma codificada durante a transmissão, o que dificulta o uso por qualquer pessoa não autorizada.
Organização do dinheiro	O cartão também pode ser bom para organizar seu dinheiro. Usar um cartão de crédito permite colocar várias despesas em um só lugar. Em vez de lidar com várias notas fiscais e recibos, é possível revisar todas as despesas em um extrato mensal.

Então, considerando que existe um custo financeiro zero no uso do cartão de crédito pelo usuário do cartão devido a condições de negociações com os vendedores e a operadora do cartão, é possível estimar o custo de oportunidade do valor que não foi pago à vista no ato da compra.

Com isso, é possível projetar o investimento do valor não gasto no momento presente, e analisar o quanto esse dinheiro/recurso financeiro poderia render em uma determinada aplicação financeira ao poupador que teve a oportunidade de investir.

Tabela 1: Demonstrativo do custo de oportunidade de investimento do valor não gasto no momento da compra com o cartão de crédito

Tempo/Meses	Valor Comprado R\$	Capitalização
Janeiro	5,000,00	5.41,78
Fevereiro	5,000,00	10.167,80
Março	5,000,00	15.379,13
Abril	5,000,00	20.676,82
Maior	5,000,00	26.061,97
Junho	5,000,00	31.535,66
Julho	5,000,00	37.099,00
Agosto	5,000,00	42.753,10
Setembro	5,000,00	48.499,09
Outubro	5,000,00	54.338,11
Novembro	5,000,00	60.271,32
Dezembro	5,000,00	66.299,88
TOTAL	60,000,00	66.299,88

Conforme a tabela 1, considerando a taxa básica de juros da economia de 10,50% anual ou 0,8355% mensal definida pelo BCB (2024), é possível observar que tendo um gasto mensal na fatura do cartão de crédito de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), considerando que esse valor não gasto no momento presente em função da compra a crédito sem custo financeiro, pode ser investido em uma aplicação financeira remunerada pela taxa básica de juros da economia SELIC.

É possível chegar a uma capitalização anual no final dos 12 meses de R\$ 6.299,88, ou seja, uma oportunidade de obter um rendimento capitalizado somente pelo crédito futuro possibilitado pelo cartão de crédito. Um custo de oportunidade que soma positivamente na formação de capital do investidor somente por investir o valor não gasto no momento presente com a compra a prazo no cartão de crédito.

CONCLUSÕES

O presente artigo trouxe por meio de sua pesquisa uma contribuição no entendimento do custo de oportunidade do dinheiro. O qual discutiu o custo favorável de oportunidade em utilizar o crédito a juro zero do cartão de crédito, o qual obteve uma capitalização na análise a uma taxa SELIC de 10,50% anual, o equivalente a 0,8355% mensal. Isso demonstrou acumular uma oportunidade de ganho anual na ordem de R\$ 6.299,88. A pesquisa também mostrou alguns benefícios no uso do cartão de crédito para o seu usuário.

Por fim, o trabalho também mostrou a importância da educação financeira continuada para possibilitar tomada de decisões consciente no que tange as finanças pessoais dos indivíduos, ou seja, pessoas mais educadas financeiramente poderão acumular capitalização patrimonial maior ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Assaf-Neto, A. (2003). *Finanças Corporativas e Valor*. São Paulo: Atlas.
- Banco Central do Brasil. Cidadania Financeira. BCB, 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/cidadania/financeira>>. Página visitada em 25/05/2024.
- Banco Central do Brasil. Taxa de juro SELIC. BCB, 2024. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/>>. Página acessada em 27/05/2024.
- BANQI. Quais são os benefícios do cartão de crédito? BANQI, 2023. Disponível em: <<https://www.banqi.com.br/blog/cartao/quais-sao-os-beneficios-do-cartao-de-credito>>. Página visitada em: 15/05/2024.
- Cerbasi, G. P. (2004). *Casais Inteligentes Enriquecem Juntos*. São Paulo: Gente.
- Clemente, A. (2002). *Projetos empresariais e públicos*. 2ª ed. São Paulo: Atlas.
- Costa, C. M.; Miranda, C. (2013). Educação financeira e a determinação da taxa de poupança. *Revista de Gestão. Finanças e Contabilidade*, 3(3), 309-325. 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/377>>. Página visitada em 30/05/2024.
- Cruz, B. H.; Kroetz, M.; Fáveri, D. B. (2012). *Gestão Financeira Pessoal: uma aplicação prática*. IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2012. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/19116831.pdf>>. Página visitada em 25/05/2024.

- Da Silva, P. P. (2022). Educação financeira: proposta de cartilha de orientação para Estudantes do ensino superior. IFGOIANO. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/3345/1/Artigo%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20%28PIBIC_2021-2022%29%20%2811%29.pdf>. Página visitada em 26/05/2024.
- Decreto N° 10.393, de 9 de junho de 2020. (2020, 10 de Junho). Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira — ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira — FBEF. Presidência da República. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm>. Página visitada em 15/05/2024.
- De Souza-Minayo, M. C.; Deslandes, S. F.; & Gomes, R. (2011). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Curitiba: Editora Vozes.
- Dias, A. et. al. (2013). Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Formação de Adultos. Ministério da Educação e Ciência. Referencial de Educação Financeira. MEC.pt.
- Dolvin, S. D.; Templeton, W. K. (2006). Financial education and asset allocation. *Financial Services Review*, 15(3), p. 133, Summer.
- Ferreira, D.C.; Gandolfi, P.E.O. O planejamento financeiro familiar como estratégia de empoderamento de uma comunidade economicamente vulnerável. *Revista em Extensão*, v. 17, n. 1, p. 93-104, 2018.
- Gil, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.
- Huf, E.; & Zdanowicz, J. (2017). A importância do planejamento financeiro pessoal: estudo de caso com as formandas 2016 do curso de administração das Faculdades Integradas de Taquara. *Revista de Administração de Empresas Eletrônica-RAEE*, n. 7, p. 102-124.
- Lizote, S. J.; Lana, J. (2012). Finanças Pessoais: um Estudo Envolvendo os Alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. IX – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/10216156.pdf>>. Página visitada em 20/05/2024.
- Mankiw, N. G. (2001). Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. (2a. ed., Maria José Cyhlar Monteiro Trad.). Rio de Janeiro: Campus-Elsevier.
- Medeiros, F. S. B.; & Lopes, T. A. M. (2014). Finanças Pessoais: um estudo com alunos do curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria – RS. *Revista Eletrônica Estratégia & Negócio*, v. 7(2), p. 221-251. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.19177/reen.v7e22014221->](http://dx.doi.org/10.19177/reen.v7e22014221-). Página visitada em 22/05/2024.
- Nascimento, A. M. (1998). Uma contribuição para o estudo dos custos de oportunidade. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: USP.
- RICONNECT. (2024). Entenda o efeito do custo de oportunidade nos investimentos! RICONNECT. Disponível em: <<https://riconnect.rico.com.vc/blog/>>

custo-oportunidade-o-que-e/>.

Página visitada em: 21/05/2024.

Rocha, J. (2009). Devo não nego: tudo o que deve saber para sair da dívida e tem vergonha de perguntar. 2. ed. São Paulo: Saraiva.

Serasa. (2011). Serasa crédito. São Paulo. Disponível em:

<http://www.serasa.com.br/guia/conteudo.htm>. Acesso em: 13 de Maio. 2024.

Vieira, J. K.; Lins, R. A.; & Da Silva, S. L. (2020). A importância da educação financeira para aumento de eficiência no planejamento e controle de finanças pessoais. VII CONAFASF. Congresso Acadêmico Faculdade Sagrada Família. CONAFASF. Disponível em:

<https://conafasf.fasf.com.br/anais_dir/2020/A1_A2.pdf>. Página visitada em 22/05/2024.

Vieira, S. F. A.; Bataglia, R. T. M.; & Sereia, V. J. (2011). Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. *Revista de Administração Unimep*, 9(3), p. 61-8

31 - 03 | 2025

A RELEVÂNCIA DO EQUITY RESEARCH NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO EM ACÇÕES – UMA ABORDAGEM AO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS ANGOLANO. ESTUDO DE CASO: BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTO 2019 - 2021

The relevance of Equity Research in making investment decisions in shares – An approach to the Angolan securities market. Case study: Banco Angolano de Investimento 2019 - 2021

La relevancia de la investigación de renta variable en la toma de decisiones de inversión en renta variable: una aproximación al mercado de valores angolano. Caso de estudio: Banco de Inversión de Angola 2019 - 2021

José Lukeba Dos Santos Eduardo¹

¹ *Licenciado em Contabilidade e Auditoria, Mestre em Finanças e Mercados Financeiros, Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude, Angola. Joseeduardo14@outlook.pt / Joseeduardo928736161@gmail.com*

Autor para correspondência: Joseeduardo14@outlook.pt / Joseeduardo928736161@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Eduardo, J. L. S. (2025). A relevância do equity research na tomada de decisão de investimento em acções – uma abordagem ao mercado de valores mobiliários angolano. Estudo de caso: Banco Angolano de Investimento 2019 - 2021. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 40-58. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

O presente artigo tem como tema “A relevância do equity research na tomada de decisão de investimento em acções”, durante um período trienal. Evidencia a contribuição do equity research como meio de informação para o processo de tomada de decisão e também apresenta os passos para a análise do mesmo em de determinado período e as diversas técnicas para analisá-lo e extrair as informações contidas nos relatórios e contas. O objectivo do trabalho é analisar a relevância do equity research na tomada de decisões de investimentos em acções no mercado de valores mobiliários de Angola, no período em análise. Inicialmente foi feito uma pesquisa bibliográfica enfatizando o histórico da análise e aspectos importantes para que se

possa conhecer mais acerca do equity research, bem como dos instrumentos para o equity research na tomada de decisão de investimento em acções da empresa em causa e demonstrados em tabelas e figuras para facilitar o entendimento dos dados. Tendo em conta os resultados dos cálculos da óptica do património, mercado e rendimento que reflectem acerca de todo o exposto neste trabalho, foi possível verificar que, a empresa apresenta um resultado líquido positivo durante o período em análise demonstrando que tem uma situação financeira estável e com capacidade de distribuir os dividendos aos accionistas. Usamos, como recursos metodológicos, um paradigma interpretativo positivista baseado numa pesquisa quantitativa e quantitativa aplicada, tendo como dimensão do processo

de pesquisa a metodologia bibliográfica e documental. No final chegou-se à conclusão de que o estudo permitiu conhecer a relevância do equity research na tomada de decisão de investimento em ações.

Palavras-chave: Equity research, tomada de decisão, ações.

ABSTRACT

The present work has as its theme “The relevance of equity research in the decision making of investment in equities”, during a three-year period. It highlights the contribution of equity research as a means of information for the decision-making process and also presents the steps for analyzing it in a given period and the various techniques for analyzing it and extracting the information contained in reports and accounts. The objective of the work is to analyze the relevance of equity research in the decision making of investments in shares in the Angolan securities market, in the period under analysis. Initially, a bibliographical research was carried out emphasizing the history of the analysis and important aspects so that one can learn more about equity research, as well as instruments for equity research in the decision-making process of investing in shares of the company in question and demonstrated in tables and figures to facilitate the understanding of the data. Taking into account the results of the calculations from the point of view of assets, market and income that reflect about all the exposed in this work, it was possible to verify that the company presents a positive net result during the period under analysis, demonstrating that it has a stable financial situation and able to distribute dividends to shareholders. We use, as methodological resources, a positivist interpretative paradigm based on quantitative and quantitative applied research, having bibliographical and documentary

methodology as a dimension of the research process. In the end, it was concluded that the study made it possible to understand the relevance of equity research in making decisions about investing in shares.

Keywords: Equity research, decision making, equities.

RESUMEN

El tema de este artículo es “La relevancia de la investigación de acciones en la toma de decisiones de inversión en acciones”, durante un período de tres años. Se destaca la contribución de la investigación patrimonial como medio de información para el proceso de toma de decisiones y además se presentan los pasos para analizarla en un período determinado y las diversas técnicas para analizarla y extraer la información contenida en los informes y cuentas. El objetivo de este trabajo es analizar la relevancia de la investigación patrimonial en la toma de decisiones de inversión en acciones en el mercado de valores angolano, en el período analizado. Inicialmente se realizó una investigación bibliográfica, enfatizando en la historia del análisis y aspectos importantes para que se pueda conocer más sobre la investigación patrimonial, así como los instrumentos para la investigación patrimonial en la toma de decisiones respecto a la inversión en acciones de la empresa en cuestión y demostrado en tablas y figuras para facilitar la comprensión de los datos. Teniendo en cuenta los resultados de los cálculos desde la perspectiva patrimonial, de mercado y de resultados que reflejan todo lo expuesto en este trabajo, fue posible verificar que la compañía presenta un resultado neto positivo durante el período bajo análisis, demostrando que cuenta con una situación financiera estable y capacidad para distribuir dividendos a los accionistas. Utilizamos, como recursos metodológicos, un paradigma interpretativo positivista basado en la investigación cuantitativa y cuantitativa aplicada, con la metodología

bibliográfica y documental como dimensión del proceso de investigación. Al final se concluyó que el estudio permitió comprender la relevancia de la investigación patrimonial en la toma de decisiones respecto a la inversión en acciones.

Palabras clave: Investigación de acciones, toma de decisiones, acciones

INTRODUÇÃO

“Hoje em dia, a sobrevivência das empresas é cada vez mais influenciada pela globalização, esta por sua vez é caracterizada por alguns factores, tais como: Rapidez, incerteza, competitividade, informação” (Gomes e Portugal, 2014, p. 7).

A envolvente de factores descritos pelos autores (Op.cit) demanda dos gestores das empresas um exercício contínuo de avaliação da tendência das principais variáveis económicas e financeiras de entre os quais, se inclui os indicadores de informação contabilísticas seja no curto ou longo prazo, que pode ser determinado a partir das demonstrações financeiras enquanto um dos componentes da informação financeira para tomada de decisões de investimento.

As empresas recorrem aos mercados financeiros e duas situações. Enquanto utilizadores de recursos financeiros, procuram angariar junto dos investidores os capitais que necessitam para assegurar o financiamento da sua actividade e crescimento. Na medida em que possam existir excedentes financeiros, os mercados financeiros proporcionam alternativas para a sua aplicação.

Os mercados financeiros canalizam os recursos das entidades que têm excesso de fundos e falta de oportunidades produtivas para a sua aplicação, para as entidades que tendo oportunidades de investimento não dispõem dos fundos necessários para a sua

implementação. Por outras palavras, os mercados financeiros, constituem um mecanismo através do qual entidades que poupam (e.g., famílias) podem transferir fundos para as entidades que investem.

O presente estudo tem por principal objectivo analisar a relevância do *Equity Research* na tomada de decisão de investimento em acções – uma abordagem no mercado de valores mobiliários de Angola. Mais concretamente, procura-se avaliar de forma quantitativa a capacidade do *Equity Research* para sistematizar os factores que influenciam o valor de mercado das acções.

Neste artigo, realizamos, igualmente, uma análise qualitativa que expressa a importância do *Equity Research* na valoração dos títulos das sociedades cotadas.

Importância do estudo

A temática que constitui o escopo do presente estudo revela um conteúdo bastante importante porque funde-se em aspetos relacionados com a teoria do *Equity Research* na tomada de decisão de investimento em acções, evidenciando assim um estudo de caso.

A importância da publicação de informação do *Equity Research* para a tomada de decisão de investimento em acções tem sido amplamente discutida na literatura dos mercados financeiros. Diversos estudos realizados, quase sempre em países anglo-saxónicos, evidenciaram a sua relevância quando combinada com o relato financeiro tradicional. Esta conclusão é ainda mais notória quando se trata de valorizar empresas de sectores de alta tecnologia.

Objectivos

Como qualquer acção de investigação científica demanda o estabelecimento de objectivos como consequência do problema levantado.

Segundo Marconi & Lakatos (2003, p.219) “o objectivo da pesquisa esta relacionado

com o conteúdo intrínseco, quer dos fenómenos e eventos, quer das ideias estudadas. No presente estudo tem-se os seguintes objectivos”.

Objectivo geral

A qualidade das decisões de gestão tomadas no seio da organização está directamente relacionada com a qualidade da informação na qual se baseiam, incluindo nesta última a informação contabilística. Para efeitos desta pesquisa tem-se como objectivo geral o seguinte:

- Analisar a relevância do *Equity Research* na tomada de decisões de investimentos em acções no mercado de valores mobiliários de Angola.

Objectivos específicos

Segundo Marconi & Lakatos (2003, p.219) os objectivos específicos para efeitos de pesquisa científica desempenham uma função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objectivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares.

Para efeitos desta pesquisa tem-se como objectivos específicos os seguintes:

- Caracterizar teoricamente as principais variáveis da relevância do *Equity Research* e a sua abrangência;
- Aferir os efeitos que influenciam a tomada de decisão dos investidores, no âmbito do investimento no mercado das acções;
- Analisar a correlação do *Equity Research* na tomada de decisões de investimento em acções.

Identificação do problema

A Informação financeira ao nível da tomada de decisões dos investidores, acresce uma particular relevância no que diz respeito ao investimento no mercado de capitais,

nomeadamente no mercado dos títulos mobiliários, onde as acções se destacam como um instrumento de grande dinâmica e importância para o mercado e economia.

No caso particular de Angola, sublinha-se o facto da organização e gestão do mercado de capitais, ser relativamente recente e com isso estar ainda na fase de estruturação e a formular ainda as dinâmicas do mercado em geral, que lhe permitam criar no futuro uma dimensão, volume de negócios e expressão nacional e internacional, ao nível das suas empresas e estruturas.

Sabendo-se que todo este processo de investigação científica, que envolve os mercados de capitais, acrescem maior dificuldade pelo facto dos estudos neste âmbito serem ainda reduzidos, no que diz respeito às conclusões, evidências e comprovação científica, mostra-se assim mais desafiante e pertinente estudar a correlação entre o *Equity Research* e o investimento em acções em Angola.

A problemática da Investigação, está assim centrada na qualidade da informação financeira, fornecida através dos veículos de acesso ao *Equity Research*, sendo que pela juventude do mercado de capitais angolano e as dinâmicas e estruturas ainda insuficientes, os critérios subjacentes ao estudo deverão ser mais detalhados e evidenciados no que se refere às conclusões e resultados a apresentar.

Para inverter o cenário descrito, é necessário formular a seguinte pergunta de investigação:

Qual é a relevância do Equity Research na tomada de decisões de investimento em acções no mercado de valores mobiliários de Angola?

Hipótese

Segundo Rampazzo (2004, p.36), “hipótese é a suposição de uma causa ou de uma lei destinada a explicar provisoriamente um fenómeno, até que os factos venham a contradizê-la ou afirmá-la”.

Para o nosso trabalho propomos como principais hipóteses os seguintes:

Ha: Existe um efeito correlacionado entre a boa e fidedigna informação financeira, e a tomada de decisão de investimento em acções no mercado de valores mobiliários, por via desta o *Equity Research* permite análise e interpretação dos dados e utilização das diversas ferramentas técnicas a disposição dos investidores influenciando o volume de transações realizado em bolsa, estando associado a qualidade e volume da informação com o interesse que os investidores dedicam para a aquisição desses títulos.

Hb: A relevância atribuída ao *Equity Research* não está relacionada com as variáveis genéricas da empresa, mas sim com as variáveis relativas ao empresário/gestor e variáveis contabilístico/financeiras genéricas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Tratando-se de um estudo de caso a pesquisa a desenvolver será de natureza prática e teórica que se desenvolverá no momento teórico formulando o problema de investigação, os objectivos e o marco teórico. No momento metodológico elaborando os instrumentos de coleta de informação, aplicação de instrumentos e sistematização da informação e a interpretação de resultados analisando e interpretando a informação.

Existem dois métodos para a realização da investigação, nomeadamente:

- Método qualitativos; e
- Métodos quantitativos.

Enquanto a investigação qualitativa está interessada em apurar significados e o seu entendimento, não se preocupando com a sua medição, a investigação quantitativa está mais interessada na análise formal dos dados potenciando a imersão de evidência (Cavaye, 1996).

Para alcançar os objectivos anteriormente definidos, dividimos a nossa metodologia de investigação em duas partes principais:

- Na primeira, efectuamos um estudo quantitativo, o qual se pretende analisar a relevância do *equity research* na tomada de decisão de investimento no mercado das acções – uma abordagem ao mercado de valores mobiliários Angolano.
- Na segunda, procedemos a uma análise qualitativa, com a finalidade de conhecer os resultados dos indicadores que nos permitiram fazer avaliação da empresa para tomada de decisões em investimento no mercado de valores mobiliários (acções) sendo estas informações de carácter financeira e não financeira na elaboração de relatórios de *research* e na emissão de recomendações de investimento.

Prodanov e Freitas (2013) “defendem que os métodos de procedimento ou técnicas de investigação são: histórico, experimental, observacional, comparativo, estatístico, clínico e monográfico”.

Neste estudo considera-se essencial a utilização da análise estatística, indicada para estudos com metodologia quantitativa, pois permitirá a formulação das conclusões. Os dados que vão ser alvo de análise estatística foram obtidos através dos relatórios económicos e financeiros do BAI. A análise e apresentação dos dados será efectuada através da ferramenta estatística Microsoft Excel, permitindo a constituição de tabelas e gráficos para a apresentação dos resultados obtidos.

EQUITY research

Para investir numa empresa, é preciso estar bem-informado. Por isso, as instituições financeiras dedicam-se a fazer estudos e investigação a fundo os activos disponíveis

nos Mercados Financeiros ou mais particularmente na bolsa de valores.

No mercado financeiro, a palavra *equity* é traduzida como património, estando geralmente relacionada com Balanço Patrimonial de uma empresa. Outra forma que a palavra *equity* também é interpretada, diz respeito ao valor totalitário dos activos numa rubrica determinada de um investimento. Normalmente a palavra também é ligada a outro termo, como é o caso da denominação *private equity*, quando nos referimos às acções ou quotas de uma empresa, não transacionáveis ou disponíveis na bolsa de valores mobiliários.

Para investir numa empresa, é preciso estar bem informado. Por isso, as instituições financeiras dedicam-se a fazer estudos e investigação a fundo os activos disponíveis nos Mercados Financeiros ou mais particularmente na bolsa de valores.

Segundo Pinho, J et. al (2019) “A *equity research* é o segmento do mercado que estuda minuciosamente uma empresa e analisa todos os pormenores do negócio para encontrar boas oportunidades de investimento”.

João Carvalho das Neves (2002) “define avaliação de empresas e negócios como o processo usado para determinar o valor de uma entidade comercial, industrial, de serviços com o intuito de exercer uma actividade económica”.

Além disso, desenvolve modelos de investimento e ferramentas de triagem que identificam estratégias de negociação que ajudam a gerir o risco.

O objectivo do equity research é garantir que os investidores tomem decisões de investimento mais assertivas ao terem acesso a uma ampla visão sobre uma marca ou negócio. Esta ferramenta, desempenha, portanto, um papel

importante nos mercados financeiros ao conectar empresas aos investidores interessados em adquirir suas acções. (Pinho, J et. al, 2019)

Quando analisamos o *equity research* procedemos pelos métodos de avaliação de uma empresa, o problema inicial deve-se à diversidade de métodos que temos para escolher. É difícil dizer quais os métodos de avaliação mais correctos, todas as metodologias têm vantagens e inconvenientes, adaptando-se melhor ou pior a determinados sectores, mercados, países, conjunturas, etc. É crucial não esquecer que as empresas se inserem num mundo extremamente complexo, com variáveis que flutuam todos os segundos. Além disso, avaliar não é uma ciência exacta, pelo contrário, depende de factores objectivos e subjectivos, sendo que estes últimos podem levar a grandes flutuações no valor da avaliação. Muitos autores, como Copeland (1996), defendem que o método dos *Discounted Cash Flow* (DCF) é a metodologia mais apropriada não só porque capta todos os elementos que afectam directamente a avaliação da empresa de uma forma abrangente, mas também simplificada. Além disso, os autores do livro sublinham que a abordagem do DCF é fortemente apoiada pelo mercado de acções e pelo modo como este afecta a valorização das empresas. Por sua vez, Fernandez sublinha que a metodologia do *Price Earnings Ratio* (PER), o múltiplo do *Enterprise Value* pelo EBITDA e o Valor Residual, são os três métodos mais utilizadas pelos analistas aquando da avaliação de empresas.

Os diversos autores dividem os diversos métodos de avaliação em categorias. A classificação dos métodos é bastante importante uma vez que apesar dos métodos estabelecerem pressupostos diferentes no que se refere ao preço, muitas

vezes partilham de características comuns e podem ser classificados em termos mais genéricos. Há muitas vantagens na utilização de classificações, já que facilita ao analista identificar onde é que os modelos individuais se ajustam melhor e porquê é que levam a diferentes resultados e quando os modelos se baseiam em erros, do ponto de vista lógico.

Há três ópticas mais conhecidas e leccionadas no mundo académico:

1. Óptica patrimonial;
2. Óptica de mercado;
3. Óptica do rendimento.

Óptica patrimonial: esta óptica pretende determinar o valor do património que a empresa representa através da determinação do valor “real” ou “intrínseco” de cada um dos elementos que compõem a empresa num determinado momento. Como nos referimos, os autores utilizam diferentes terminologias, a este grupo, Fernandez (2004) designa métodos baseados no balanço e Damodaran (2002) designa por avaliação baseada nos activos.

Óptica de Mercado: uma abordagem mais adequada para empresas cotadas em bolsa que se baseia nos rácios calculados a partir de cotações bolsistas das acções das empresas. Fernandez (2004) denomina de métodos baseados na demonstração de Resultados e Damodaran (2002) denomina por avaliação relativa.

Óptica Financeira (ou Óptica com base no rendimento): neste caso considera-se que o valor da empresa resulta da capacidade da mesma em gerar fluxos monetários futuros. De acordo com esta óptica, a empresa vale pelo potencial de gerar riqueza, não sendo aceitável que se utilizem modelos estáticos, como é feito na abordagem patrimonial. Fernandez (2004) denota de métodos de

cash flows descontados e Damodaran (2002) denota de avaliação intrínseca.

O Processo de Tomada de Decisão

De acordo com Teixeira (2005, p. 72) “o processo de decisões consiste precisamente em gerar e avaliar alternativas, cuja escolha conduza a um curso de acção”.

Chiavenato (2003) “acrescenta que o processo de decisão é o processo de análise e escolha das várias alternativas disponíveis, existindo seis elementos comuns na decisão”:

1. O gestor (pessoa que faz a escolha);
2. O objetivo que o decisor pretende alcançar com a decisão;
3. A preferência (critérios que o decisor usa para fazer a escolha);
4. A estratégia (representa o custo da acção);
5. A situação (envolve os aspetos do ambiente fora do seu controlo);
6. O resultado (é a consequência da sua estratégia).

A importância da informação contabilística no processo de tomada de decisões de investimento

De acordo com Lopes (2013) “a utilização de um sistema de informação baseado na contabilidade vai permitir suportar a decisão empresarial de vários tipos, nomeadamente”:

- Momento para comprar, vender, ou deter um investimento em capital próprio;
- Analisar a competência do conselho de administração;
- Capacidade da entidade proporcionar benefícios aos seus colaboradores;
- Avaliar a segurança dos empréstimos à entidade;
- Determinar políticas de planeamento fiscal;
- Distribuição de dividendos;
- Preparar e usar estatísticas sobre o rendimento nacional;

- Gerir a entidade.

“A informação contabilística é um elemento essencial na gestão e no processo de tomada de decisão de uma empresa fornecendo informação pertinente e útil em vários aspetos da gestão” (Alves, 2003).

Sistema financeiro

O sistema financeiro é organizado de forma a garantir a formação a captação, a capitalização e a segurança das poupanças, assim como a mobilização e aplicação dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento económico e social, em conformidade com a Constituição e a lei. Vários autores falaram sobre o tema, segundo Pinheiro (2012), o sistema financeiro corresponde ao conjunto de instituições, instrumentos e mercados organizados, que tem como objectivo transferir a poupança dos agentes que têm em excesso para os agentes que necessitam, para que possam investir. De acordo com o autor, o sistema financeiro tem as seguintes funções:

- Fomentar a poupança;
- Transformar a poupança em créditos;
- Dirigir os créditos às actividades produtivas;
- Gerir as aplicações e estabelecer um mercado para elas.

Mercados financeiros

“Mercados Financeiros – procura e oferta total de operação com vista à afectação eficiente de capital financeiro entre as várias alternativas de uso físico na economia” (Tomé, 1999, p. 6).

Tendo em conta que na economia existem os agentes superavitários (que têm dinheiro em excesso) e agentes deficitários (que necessitam de dinheiro), torna-se crucial que a economia crie elos de ligação entre ambos. Esta ligação é estabelecida por meio dos mercados financeiros (também denominado mercado do dinheiro) que

segundo Andrezo & Lima (2007) correspondem ao conjunto de instituições e instrumentos que oferecem alternativas de aplicação e captação de recursos financeiros, com vista a criação de liquidez e gestão de riscos. O mercado financeiro de acordo com os autores encontra-se dividido em quatro mercados específicos:

- Mercado monetário;
- Mercado de crédito;
- Mercado de derivados;
- Mercados de capitais.

Mercado de capitais

De acordo com Mota & Tomé (1991), “o mercado de capitais é um subsegmento do mercado financeiro que tem como instrumentos de trabalho títulos de médio e longo prazo, como acções, obrigações, títulos do tesouro entre outros”.

Encontrando-se subdividido em dois componentes:

- Mercado primário;
- Mercado secundário.

No mercado primário são criados os títulos com vista à capitalização das empresas, no mercado secundário são negociados os títulos emitidos no mercado primário, o que proporciona liquidez aos títulos. A diferença entre os dois mercados cinge-se ao facto de que no mercado primário as empresas procuram obter recursos para os seus negócios e no mercado secundário acontecem as transações de acções entre os compradores e vendedores sem que ocorra alterações financeiras na empresa. Ou seja, após ter passado algum tempo da compra de acções no mercado primário, o investidor almejará converter as aplicações realizadas novamente em dinheiro através da venda das mesmas, a realização da venda será então denominada como operação secundária.

Bolsa de Valores

Todavia, importa realçar que após a emissão dos títulos no mercado primário, os mesmos precisam de ser comercializados nos mercados secundários, um desses mercados é a bolsa de valores.

“As bolsas são mercados estruturados e dotados de instrumentos jurídicos adequados que permitem que se efectuem transacções ou operações de compra e venda de títulos, com transparência e segurança “. (Mota & Tomé, 1991, p 36).

Acções

Uma acção é um título representativo do capital social das sociedades anónimas e em comandita por acções. O proprietário da acção é um dos proprietários da empresa. Distinguem-se dois tipos de acções: acções comuns e acções preferenciais. (Mota e Tomé, 1992)

Uma acção comum conferem a seu detentor, chamado de accionista, o direito de voto nas assembleias de accionistas da empresa. Na assembleia são definidas as estratégias de negócios, são escolhidos os conselheiros e os directores da empresa. Os dividendos - parte do lucro que a empresa distribui entre seus accionistas - podem não ser prioritários para esse tipo de acção.

As acções preferenciais, os accionistas não participa das decisões estratégicas da empresa, mas por outro lado tem prioridade no recebimento de dividendos. Também em situações em que a empresa entra em processo de falência ou de dissolução, esse accionista tem prioridade no recebimento dos recursos oriundos da venda dos activos da companhia. As acções preferenciais são as mais procuradas por investidores, apresentando maior liquidez (facilidade de compra e de venda no mercado). Por isso, é comum as acções preferenciais terem preço superior ao das ordinárias.

Retorno de investimento em acções

O retorno proporcionado pelo investimento em acções tem duas componentes, ambas incertas: dividendos, podem ser zero ou

positivos e o seu montante não está fixado à data do investimento; e ganhos de capital, resultantes da variação de preço da acção. Se o preço aumentar, verifica-se um ganho positivo (mais valia), se o preço diminuir, verifica-se um ganho negativo (menos valia).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Equity Research na tomada de decisão de investimento em acções no mercado de valores mobiliários de Angola, veremos qual a relevância do *Equity Research* para os investidores na aquisição de acções no mercado de valores mobiliários de Angola.

Banco Angolano de Investimento

Criado a 14 de Novembro de 1996, o BAI é hoje um banco dinâmico que trabalha com as mais modernas tecnologias. Presta particular atenção à eficiência e personalização na abordagem ao mercado, e trabalha para tornarmos parceiros indispensáveis do seu negócio.

Empenham-se no serviço atento às necessidades do segmento de Particulares, oferecem soluções inovadoras destinadas a apoiar as PME (Pequenas e Médias Empresas) e são uma referência incontornável entre os maiores grupos empresariais do país. Tem uma sólida equipa com profissionais dedicados e capacitados. Desta forma garantem a sua presença nacional e internacional.

Contam com 171 pontos de atendimento, sendo 132 agências, 10 Centros de atendimento às empresas, 12 postos, 2 centros de serviços *premium*, 15 ATM Centers e 1 canal não presencial, o BAI Directo. Internacionalmente, o banco marca presença em Portugal, BAI Europa, em Cabo Verde, BAI Cabo Verde, e com parcerias que asseguram o negócio BAI em S. Tomé e Príncipe. O BAI aposta numa oferta diversificada e distintiva, indo ao

encontro das necessidades financeiras dos seus clientes.

O capital social do Banco é de Kz 157.545.000.000, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, dividido em 19.450.000 acções ordinárias, com o valor nominal de Kz 8.100 cada. O Banco detém 1.328.928 acções próprias, que correspondem a 6,83 % do Capital social. As participações dos membros dos Órgãos Sociais encontram-se divulgadas no Anexo às “Demonstrações Financeiras”.

Estrutura do modelo de governo

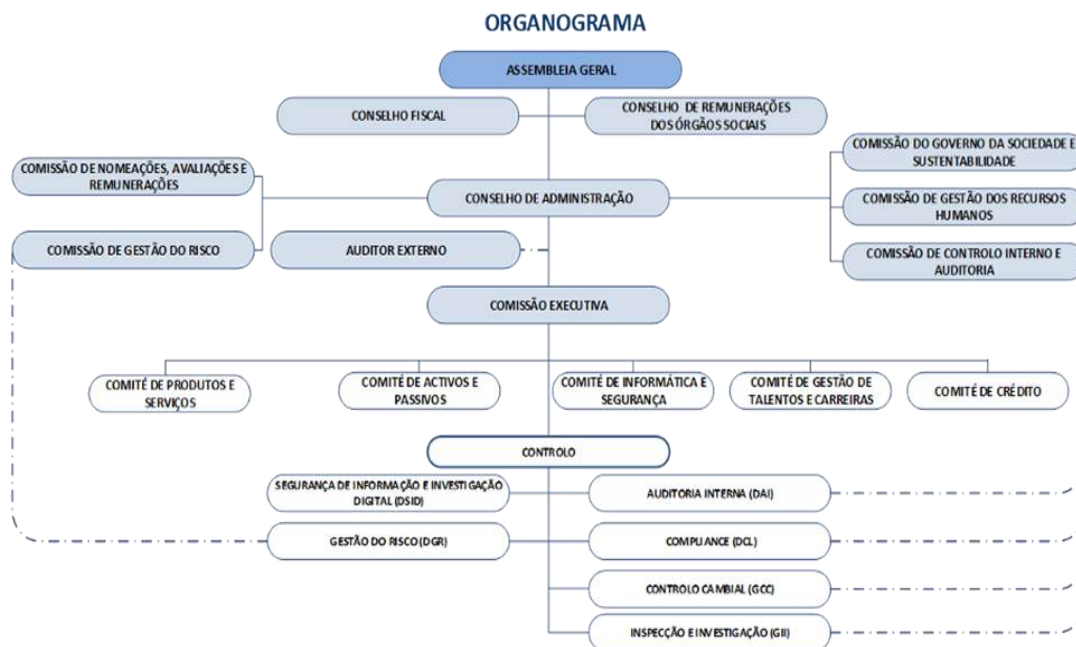


Figura 1: Organigrama

A relevância do equity research na tomada de decisão de investimento em acções é baseada nos relatórios económicos e financeiros dos diferentes exercícios económicos em análise, com ênfase nas seguintes demonstrações de financeiras:

- Balanço patrimonial e Demonstração de resultados.

Acções

Acções próprias: em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o Banco tem reconhecidas

O BAI - Banco Angolano de Investimentos, S.A | Sociedade Aberta, adopta o modelo de governo societário que integra uma Assembleia Geral (AG), um Conselho de Administração (CA), formado por uma Comissão Executiva (CE) e cinco Comissões especializadas, um Conselho Fiscal (CF) e um Auditor Externo. O Banco tem ainda um Conselho de Remunerações dos Órgãos Sociais (CROS) e um Secretário da Sociedade. A firma *Price Water House Coopers* (Angola), Lda (PwC) desempenha actualmente a função de auditor externo do Banco, tendo sido nomeada para o quadriénio de 2022-2025.

nesta rubrica acções próprias no valor nominal de mKz 739.335 (valor não reavaliado) correspondentes a 5% do capital social, adquiridas em 2017, que poderão ser alienadas após abertura do capital do Banco em Bolsa.

Acções ordinárias: em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o capital social do Banco, no valor de mKz 157.545.000, encontrava-se representado por 19.450.000 acções ordinárias, totalmente subscritas e

realizadas por diferentes accionistas, dos
quais se destacam:

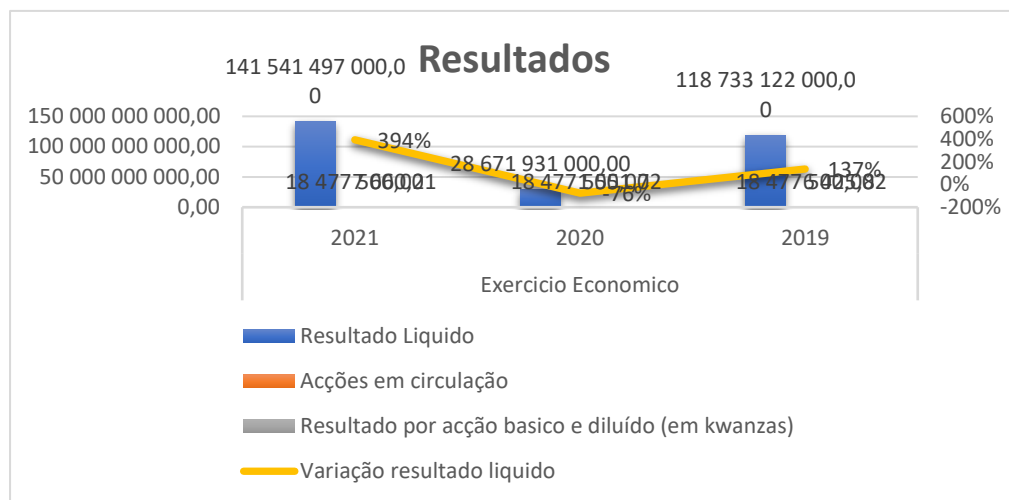


Gráfico 1: Acções

FASE 3: Discussão dos resultados

À data de elaboração do relatório de 2021 encontrava-se em curso a preparação da oferta pública de venda de 10% do capital social do Banco detidas pelos accionistas

Sonangol, SGPS e Endiama, EP no âmbito do Programa de Privatizações 2019-2022 (“PROPRIV”), aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 250/19, de 5 de Agosto, alterado pelo Despacho Presidencial n.º 76/20, de 29 de Maio.

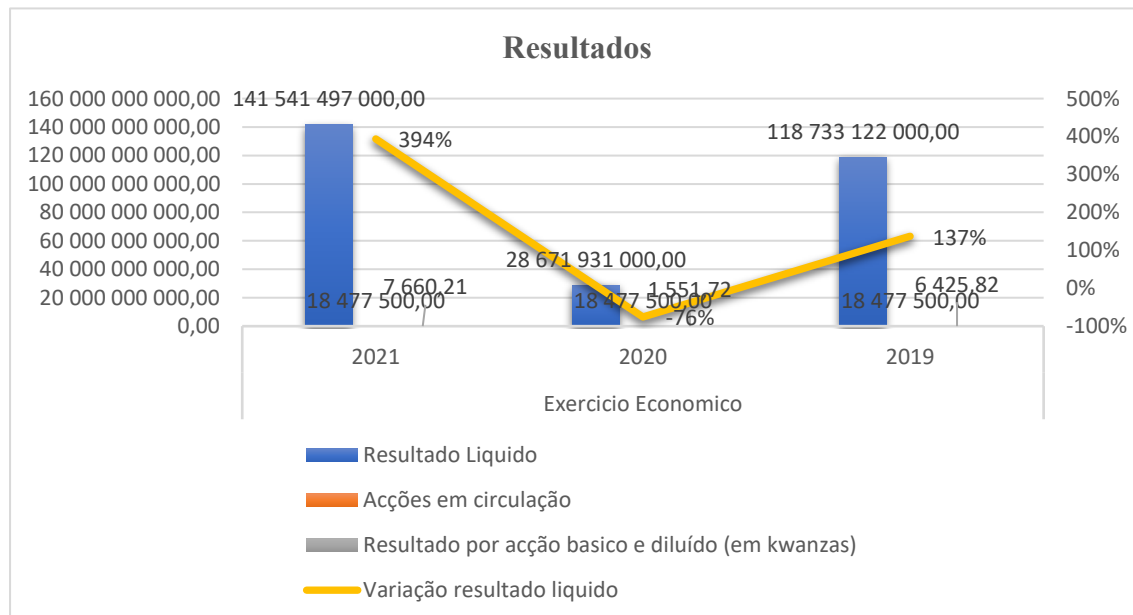


Gráfico 2: Resultados Líquidos

Os dados apresentados mostram as actividades económicas da empresa durante o período de observação, em que o resultado líquido do exercício é valorimétrico com tendências alternadas.

Os dados percentuais expressam a variação calculada com valores negativos e positivos, do qual as variações foram, (137% para 2018-2019) significa que teve um aumento significativo mais acima dos 100% e em relação ao período anterior, já

os períodos subsequentes os resultados decresceram com variações negativas e positivas na ordem (-76 % para 2019-2020) e (394 % para 2020-2021), o ano com o melhor proveito foi o de 2021.

Podemos dizer que o nível de actividade em termos de resultados líquidos é aceitável, a situação é aceitável, tanto mais que as variações entre os resultados líquidos mostram isso, apesar de apresentar variações negativas.

Óptica patrimonial

A óptica patrimonial pretende determinar o valor da empresa pela estimativa do valor dos seus activos e passivos. Baseia-se no

balanço da entidade durante um exercício económico. Desta forma, os modelos que se enquadram dentro desta óptica são modelos estáticos, o que significa que estes modelos não têm em consideração a possível evolução futura ou o valor temporário do dinheiro, e também não consideram a situação da indústria em que a empresa se insere, os recursos humanos e os problemas organizacionais, os contratos, entre outros, já que estes factores não se encontram reflectidos nas políticas contabilísticas.

Valor dos Capitais Próprios (ou Book Value): corresponde ao valor da empresa para os seus sócios ou accionistas.

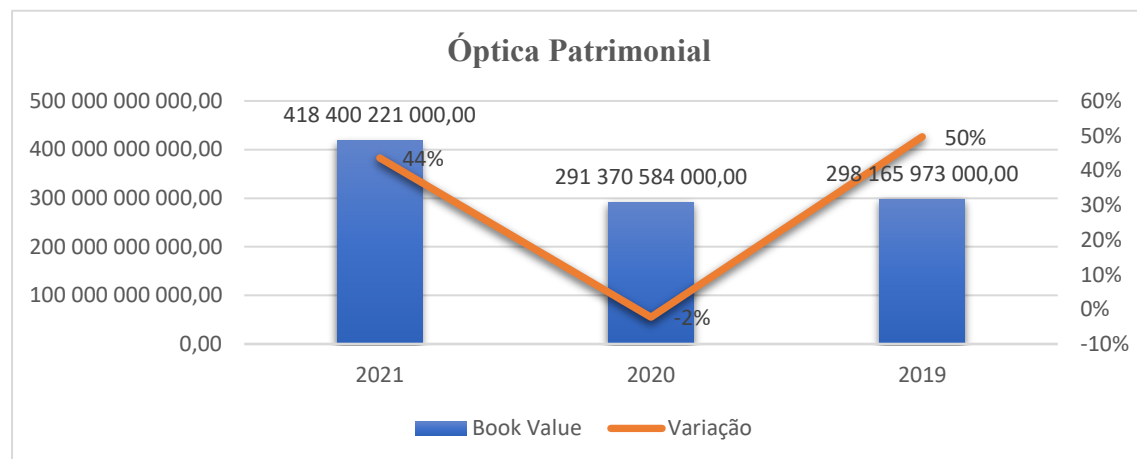


Gráfico nº 3 Óptica Patrimonial

Quanto à Óptica Patrimonial, pela metodologia do *Book Value*, ou seja, valor dos capitais próprios, conseguimos apurar que o valor da empresa é em mKz 298.165.973 em 2019, 291.370.584 em 2020 e 418.400.221 em 2021.

Este valor é, contudo, um valor que apenas nos dá um retrato estático da empresa em 2019, 2020 e 2021, esta é, aliás uma das desvantagens da óptica patrimonial.

Os dados percentuais expressam a variação calculada com valores negativos e positivos, do qual as variações foram, (50% para 2018-2019) significa que teve um aumento significativo mais não acima dos 100%, já os períodos subsequentes os resultados decresceram com variações

negativas e positivas na ordem (-2 % para 2019-2020) e (44 % para 2020-2021), o ano com o melhor *book value* foi o de 2021.

Óptica de mercado

A óptica de mercado permite determinar o valor de mercado de uma empresa. Dentro desta abordagem os múltiplos os métodos mais utilizados para esta análise são:

- *Price Earnings Ratio* (PER);
- *Price Book Value* (PBV).

Price Earnings Ratio (PER)

O PER (ou em português Coeficiente de Capitalização de Resultados) é um

indicador de rentabilidade potencial das acções, obtido através da relação existente entre a cotação em bolsa de uma acção e os *Earnings Per Share* (EPS).

O PER irá indicar o número de vezes que o lucro líquido por acção está contido no preço da mesma.

Price Book Value (PBV)

É a relação que se estabelece entre a cotação de uma acção e o seu valor contabilístico de capital próprio.

Sendo assim, vamos ilustrar os resultados obtidos da empresa em análise no seguinte gráfico:

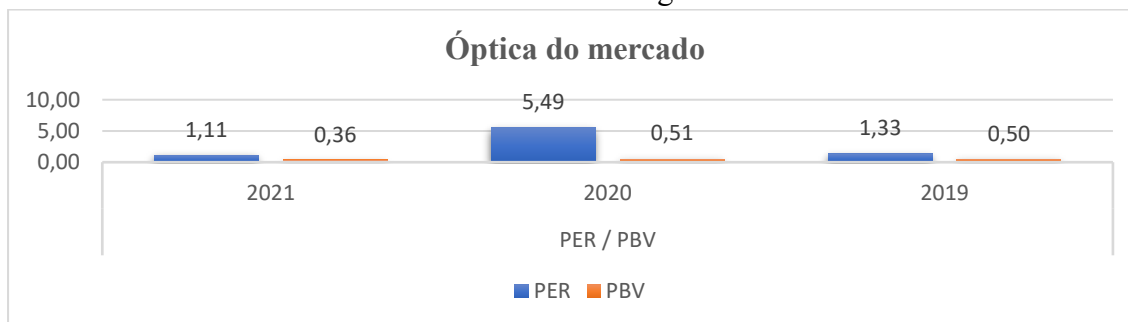


Gráfico 4: Óptica do mercado

Pela óptica de Mercado, o PER da empresa foi calculado pelo quociente da cotação por acção em dia 31 de dezembro de cada exercício económico em análise. O valor do PER (1,33 em 2019, 5,49 em 2020 e 1,11 em 2021).

E, no entanto, é bastante difícil fazer a comparação entre as empresas do mesmo sector porque as mesmas não estão cotadas em bolsa de valores. O que fica difícil dizer se os títulos de valores mobiliários (acções) transacionados por parte das outras empresas da mesma indústria está mais baixo ou mais alto do que o PER da indústria. Mas de forma cautelosa podemos

ainda assim afirmar que actualmente em função do crescimento do próprio banco BAI o mesmo deve apresentar um PER superior em comparação com as empresas da mesma indústria.

O PBV da empresa apresenta valores inferiores a 1 (0,50 em 2019, 0,51 em 2020 e 0,36 em 2021). O que significa que as acções da empresa estão a ser vendidas a um valor inferior ao seu valor contabilístico, isto é, evidencia uma gestão que não acrescentou valor para o contabilista.

Óptica de rendimento

Tabela 1: Pressupostos

Pressupostos	2021	2020	2019
Taxa de crescimento g			
Inflação	25,75%	22,27%	17,08%
Taxa de crescimento na perpetuidade g	2,60%	1,40%	1,50%
Beta Levered	28,35%	23,67%	18,58%
Bu - beta	0,59	0,56	0,43
t - taxa de imposto industrial	25%	25%	25%
Capital próprio	418 400 221 000,00	291 370 584 000,00	298 165 973 000,00
Dívida líquida	2 620 848 781 000,00	2 765 533 898 000,00	2 343 536 693 000,00
E	0,13766566	0,095315567	0,112868862
D	0,86233434	0,904684433	0,887131138
Beta Levered	2,771809209	3,986415585	2,53479824
Custo do capital próprio (Ke)			
rf	1,10%	5,67%	3,90%
Bl - beta levered	2,771809209	3,986415585	2,53479824
rm	3,10%	6,14%	4,51%
(rm-rf)	2,00%	0,47%	0,61%
Ke	6,64%	7,54%	5,45%
Custo do capital próprio pelo modelo de Gordon			
Div1	775,86	1 927,75	1 093,16
Po	8 100,00	8 100,00	8 100,00
g	0,2835	0,2367	0,1858
Ke	37,93%	47,47%	32,08%
Custo do capital alheio (Kd)			
Euribor	-0,534%	-0,509%	-0,337%
Spread	7,50%	7,50%	7,50%
Kd	6,966%	6,991%	7,163%
Weight Average Cost of Capital (WACC)			
Capital próprio	418 400 221 000,00	291 370 584 000,00	298 165 973 000,00
Ke	6,64%	7,54%	5,45%
Capital alheio	2 620 848 781 000,00	2 765 533 898 000,00	2 343 536 693 000,00
Kd	6,97%	6,99%	7,16%
WACC	5,19%	5,28%	5,23%

Na aplicação deste método, o primeiro passo foi determinar os indicadores e definir os pressupostos base do processo de avaliação. Nomeadamente a taxa de crescimento g, o beta, o custo do capital próprio Ke, o custo de capital alheio Kd, e o WACC. A maior dificuldade neste ponto é não esquecer que tem de haver coerência entre os valores utilizados, o período temporal a que respeitam e ter alguma sensibilidade para ver até que ponto os valores expressam a realidade. Os pressupostos e fontes utilizados para a determinação dos parâmetros apresentados na tabela acima, foram:

- Para determinar a taxa de crescimento, era necessário definir a inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade. A taxa de Inflação utilizada foi retirada através da informação disponível no Banco Nacional De Angola em função dos anos em análise. Quanto à taxa de crescimento na perpetuidade, o relatório e contas do BAI não espelha, logo tivemos que nos basear nas taxas de

crescimentos dos bancos comerciais que foi variando a cada ano.

- Para o cálculo do custo do capital alheio e o custo do capital próprio, utilizei o valor da dívida líquida e do capital próprio extraídos dos relatórios e contas.
- Para o cálculo do Beta leveared, além dos custos do capital alheio e custo do capital próprio, foi utilizada a taxa de imposto efectiva indicada pelo relatório e contas que são de 25% para todos os anos, quanto ao Beta unleveared foi baseado no site de database do economista Damodaran.
- Para encontrar o custo do capital próprio era necessário definir o risk free ou taxa de juro sem risco, o risco de mercado e o prémio de risco. Para definir a taxa de juro sem risco recorri à informação disponibilizada no site do BNA. Para determinar o prémio de risco de Angola, recorri, mais uma vez, ao site do economista Damodaran e,

através da diferença entre o prémio de risco e a taxa de juro sem risco, encontrei o risco de mercado.

- Para o custo do capital próprio, pelo modelo de Gordon, recorri ao valor dos dividendos estabelecido na Política de Distribuição de Dividendos, as cotações foram retiradas do site do BAI e referem-se à cotação de fecho de 31 de Dezembro de 2019 a 2021.
- O capital alheio exige a determinação da Euribor e do Spread. Os dois inputs

foram retirados da base de dados no site do BNA.

- O WACC resulta da utilização dos parâmetros atrás escolhidos.

A fase seguinte, a avaliação propriamente dita, requer alguma reflexão. Como já foi dito, há inúmeras metodologias de avaliação, mas nem todas se aplicam a todas as empresas. Neste caso, o BAI é uma empresa com uma dimensão significativa, com uma posição no mercado sólida e duradoura e com Resultados Líquidos e Capitais Próprios positivos e elevados.

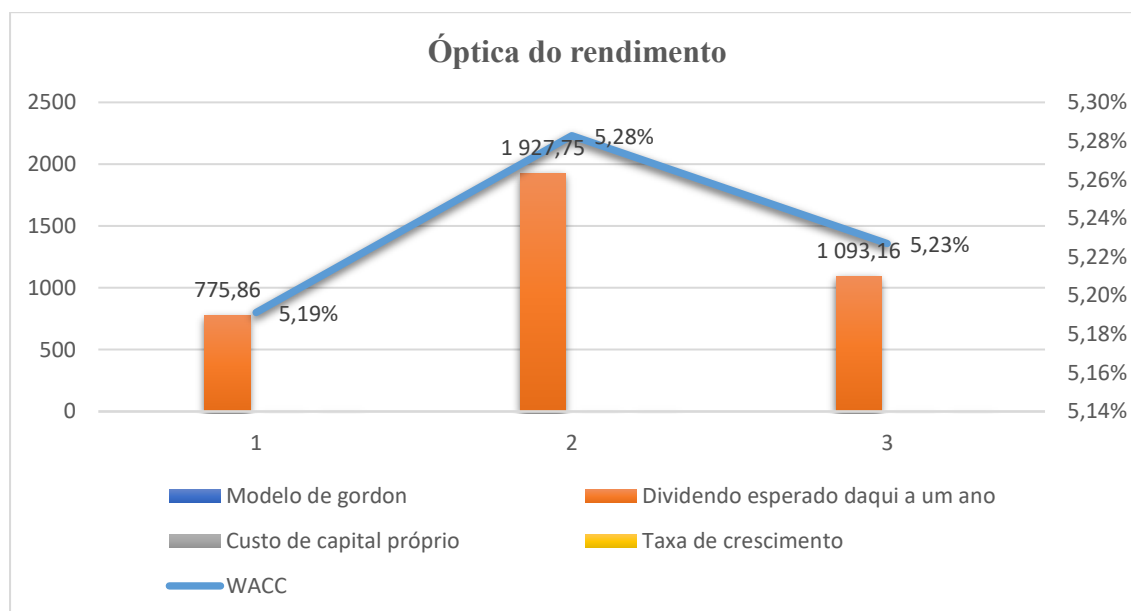


Gráfico 5: Óptica do Rendimento

No que toca à Óptica do Rendimento as conclusões não são tão lineares.

Na perspectiva dos Dividendos foi utilizado o Modelo de Gordon. A escolha deste modelo centrou-se no facto de qualquer um dos outros modelos ter subjacente que as empresas crescem a taxas diferentes em determinados períodos e, esta situação não é compatível com a situação do BAI. Na escolha deste modelo, primeiro porque estou assumir que os dividendos crescem sempre à mesma taxa, o que não é muito realista.

Este método, é muito influenciado pela política de dividendos praticada na empresa. A distribuição de dividendos é uma componente essencial na política financeira, principalmente para empresas cotadas, como o BAI. Uma vez que os dividendos representam resultados gerados que são distribuídos pelos detentores de capital, muitas empresas optam por reter os fundos na empresa para entregar aos accionistas. Além disso, a política de dividendos é vários modos de sinalização e comunicação dos gestores com o mercado, que fornece a investidores e financiadores informação sobre a evolução do mercado.

Neste caso específico, o banco BAI distribui Akz 775,86 em 2021, Akz 1.927,75 em 2020 e Akz 1.093,16 em 2019, montante que é decidido em Assembleia Geral, não significa que a empresa não tenha capacidades para proceder a um pagamento mais elevado.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, o capital social do Banco, no valor de mKz 157.545.000, encontrava-se representado por 19.450.000 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam:

Tabela 2: Acções

Accionistas	Acções ordinárias								
	2021			2020			2019		
	Numero de acções	% de participação	Montante	Numero de acções	% de participação	Montante	Numero de acções	% de participação	Montante
Sonangol Holding Limitada - SGPS	1 653 250	8,50%	13 391 325,00	1 653 250	8,50%	13 391 325,00	1 653 250	8,50%	13 391 325,00
Oberman Finance Corp	972 500	5,00%	7 877 250,00	972 500	5,00%	7 877 250,00	972 500	5,00%	7 877 250,00
Dabas Management Limited	972 500	5,00%	7 877 250,00	972 500	5,00%	7 877 250,00	972 500	5,00%	7 877 250,00
Mário Abílio R.M. Palhares	972 500	5,00%	7 877 250,00	972 500	5,00%	7 877 250,00	972 500	5,00%	7 877 250,00
Theodore Jameson Giletti	972 500	5,00%	7 877 250,00	972 500	5,00%	7 877 250,00	972 500	5,00%	7 877 250,00
Lobina Anstalt	972 500	5,00%	7 877 250,00	972 500	5,00%	7 877 250,00	972 500	5,00%	7 877 250,00
Coromasi Participações Lda	923 875	4,75%	7 483 388,00	923 875	4,75%	7 483 388,00	923 875	4,75%	7 483 388,00
Mário Alberto Dos Santos Barber	752 715	3,87%	6 096 992,00	752 715	3,87%	6 096 992,00	752 715	3,87%	6 096 992,00
Outros	11 257 660	57,88%	91 187 045,00	11 257 660	57,88%	91 187 045,00	11 257 660	57,88%	91 187 045,00
Total	19 450 000	100%	157 545 000,00	19 450 000	100,00%	157 545 000,00	19 450 000	100,00%	157 545 000,00

A data da elaboração do relatório de contas de 2021 encontrava-se em curso a preparação de oferta pública de venda de 10% de acções, e de certa forma desperta o interesse dos investidores para aquisição dessas mesmas acções.

Os resultados líquidos obtidos pelo banco nos últimos 3 anos são positivos e com uma margem crescente olhando para os seus resultados durante o exercício económico em análise, o que de certa forma dispersa o interesse de qualquer investidor em adquirir acções neste banco. Podemos assim analisar os resultados líquidos em função dos dados percentuais que expressam a variação calculada com valores negativos e positivos, do qual as variações foram, (137% para 2018-2019) significa que teve um aumento significativo mais acima dos 100% e em relação ao período anterior, já os períodos subsequentes os resultados decresceram com variações negativas e positivas na ordem (-76 % para 2019-2020)

e (394 % para 2020-2021), o ano com o melhor proveito foi o de 2021.

Quanto à óptica patrimonial, pela metodologia do *Book Value*, ou seja, valor dos capitais próprios, conseguimos apurar que o valor da empresa é em mKz 298.165.973 em 2019, 291.370.584 em 2020 e 418.400.221 em 2021.

Pela óptica de mercado analisamos o PER e o PBV:

- O PER da empresa foi calculado pelo quociente da cotação por acção em dia 31 de dezembro de cada exercício económico em análise. O valor do PER (1,33 em 2019, 5,49 em 2020 e 1,11 em 2021).
- O PBV da empresa apresenta valores inferiores a 1 (0,50 em 2019, 0,51 em 2020 e 0,36 em 2021). O que significa que as acções da empresa estão a ser vendidas a um valor inferior ao seu valor contabilístico, isto é, evidencia

uma gestão que não acrescentou valor para o contabilista.

E por fim a óptica do rendimento, onde os sócios estarão interessados em saber o retorno do investimento feito, Neste caso específico, o banco BAI durante o período em análise distribui o seguinte: Akz 775,86 em 2021, Akz 1.927,75 em 2020 e Akz 1.093,16 em 2019, montante que é decidido em Assembleia Geral, não significa que a empresa não tenha capacidades para proceder a um pagamento mais elevado.

Quanto aos indicadores calculados reflectem que empresa é financeiramente equilibrada e que de certa forma desperta o interesse por parte de qualquer investidor em adquirir as acções que tiverem disponíveis no mercado de valores mobiliários, podemos afirmar isso com base nos indicadores calculados que o *equity research* ajuda na tomada de decisões de investimos, basta olharmos para os resultados da óptica patrimonial, mercado e de rendimento

CONCLUSÕES

No termo deste estudo que teve como tema a relevância do equity research na tomada de decisão de investimento em acções – uma abordagem no ao mercado de valores mobiliários Angolano e com um estudo de caso no Banco Angolano de Investimento nos exercícios económicos de 2019, 2020 e 2021.

Face ao estudo efectuado ficou patente, através dos resultados obtidos, ao longo do período em análise, que o equity research na tomada de decisões em investimento de acções para todos os investidores que estejam interessados em adquirir acções no BAI seria uma mais valia, porque com base os indicadores calculados nos últimos três anos o BAI deu aos seus detentores de capital um valor mínimo de: Akz 775,86 em

2021, Akz 1.927,75 em 2020 e Akz 1.093,16 em 2019. Quanto aos indicadores calculados reflectem que empresa tem liquidez, e uma boa política de gestão, os gestores focaram em manter a rentabilidade do investimento e dos sócios.

Por outro lado, a óptica patrimonial, óptica de mercado e a óptica de rendimento, apresentaram valores positivos, a pesar de ter uma variação negativa pelo simples facto do resultado líquido do exercício de 2020 reduzir significativamente sobre aquilo que é o normal, mas com base o relatório e contas de 2020 essa variação deu-se em função da situação pandémica da covid 19 que o país vivenciava. O WACC, ou seja, custo medio ponderado do capital nos mostra que os investidores do banco BAI terão o retorno dos seus capitais investidos na ordem dos 5,19% em 2021, 5,28% em 2020 e 5,23% em 2019, os custos medio ponderado não varia tanto assim, mas podemos considerar que no período em análise o ano que apresentou o melhor retorno foi o de 2020.

Concluindo esta pesquisa, pode afirmar-se que os objectivos preconizados foram globalmente atingidos, tendo sido possível encontrar respostas à pergunta que orientou esta pesquisa e a hipótese proposta foi integralmente confirmada (Ha), o BAI após comparar os proveitos com os custos, constatou-se que obteve em 2019, 2020 e 2021 um resultado líquido positivo constituindo, um lucro do exercício, situação que ocorre porque os proveitos do exercício, ou seja, os valores arrecadados com a venda ou prestação de serviços, e outros proveitos da empresa mostraram-se suficientes para cobrir os custos totais que foram suportados durante o exercício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrezo & Lima. (2007). Mercado Financeiro - Aspectos Históricos e Conceituais (3ª. ed), Editora Atlas.
- Azevedo, C. & Azevedo, A. G. (2008). Metodologia científica – contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos. (9ª. ed), Universidade Católica, Editora – Lisboa.
- Chiavenato, I. (2003). Introdução à Teoria Geral da Administração. (7ª. ed), Elsevier Editora - Rio de Janeiro.
- Copeland T., Koller T.; and Murrin J. (1996). Valuation: Measuring and Managing the Value of Companies, (2º. ed), New York, Wiley.
- Damodaran A. Investment Valuation: Tools and Tecnhniques for Determining the Value of Any Asset, (2º. ed), University Edition, Wiley Finance Series, 2002.
- Gomes, P; Portugal, M. Manual de práticas contabilísticas, (1º. Ed). Escolar Editora, 2014.
- Iudícibus, S. Teoria da Contabilidade. (9ª ed), Atlas Editora. São Paulo, 2009.
- Lakatos, E. M.; & Marconi, M. A. (2003). Fundamentos de metodologia científica. (5ª. ed). São Paulo: Atlas S.A.
- Lopes, I. (2013). Contabilidade Financeira – Preparação das Demonstrações Financeiras, sua Divulgação e Análise. Escolar Editora. Lisboa.
- Mota, A. S. G & Tomé, J. H. C. (1991). Mercado de Títulos, uma abordagem integrada. Texto Editora.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. (2ª. Ed). Novo Hamburgo. São Paulo.
- Rampazzo, Lino. (2004). Metodologia (2005). científica. (2º ed), Editora: Loyola.
- Teixeira, S. Gestão das Organizações. (2º. Ed). McGraw-Hill. Madrid.
- Manual*
- Fernández, P. (2004). Company Valuation Methods. The Most Common Erros in Valuations, IESE Business School- University of Navarra.
- Cavaye, A. A. (1996). Multi-Faceted Research Approach For IS. Information Systems Journal, 6, 227-242.
- Paulo, E & Martins, E. (2007). Análise da qualidade das informações contábeis nas companhias abertas. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração. Salvador.
- Pinho, J. (2019). Equity research. Mestrado em finanças e mercados financeiros. Universidade Gregório Semedo.
- Vanzela, C. (2003). Metodologia para a implementação da Contabilidade por Actividades em Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica. Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- Sites**
- Comissão de mercado de capitais, Disponível em: <https://www.cmc.ao/sites/main/pt/Paginas/Home.aspx>.
- Taxas anual do Euribor, disponível em: <https://www.idealista.pt/news/euribor/anual/historico/>.
- Relatório e Contas 2019, 2020 e 2021 [versão electrónica], 12.02.2023, disponível em: <https://www.bancobai.ao/pt/institucion>



al/governo-societario/modelo-
organizacional#_ftnref1.

Site de database do economista Damodaran
disponível em:
https://pages.stern.nyu.edu/~adamodar/New_Home_Page/datafile/Betas.html.

31 - 03 | 2025

OS DETERMINANTES DA EFICÁCIA DA AUDITORIA INTERNA NO SECTOR PÚBLICO DE MOÇAMBIQUE

The determinants of internal audit effectiveness in the public sector of Mozambique

Los determinantes de la eficacia de la auditoría interna en el sector público en Mozambique

Ísvera Eduardo Pereira Luís¹, Joana Rafael Bié Ribisse², Luís Cumbe³

¹Msc, Instituto Superior de contabilidade e Auditoria de Moçambique. isvera.pereira@iscam.ac.mz

²PhD, Instituto Superior de contabilidade e Auditoria de Moçambique. joana.ribisse@gmail.com

³Msc, Instituto Superior de contabilidade e Auditoria de Moçambique. luiscomb@live.com

Autor para correspondência: isvera.pereira@iscam.ac.mz

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Luís, I. E. P; Ribisse, J. R. B.; & Cumbe, L. (2025). Os determinantes da eficácia da auditoria interna no sector público de Moçambique. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 59-74. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

O objectivo geral desta pesquisa foi de investigar os determinantes da eficácia da Auditoria Interna (EAI) no sector público de Moçambique, com foco específico nos fundos públicos no período entre 2018 e 2022. A pesquisa se concentrou na análise do departamento/área de auditoria interna dos fundos públicos em Moçambique. Os dados foram coletados por meio de questionários estruturados, obtendo 38 respostas de 10 fundos públicos durante o período de coleta. Utilizando estatísticas descritivas e análise do modelo de regressão linear, os resultados obtidos destacam uma relação linear entre três variáveis fundamentais: o apoio da gestão, a independência organizacional dos auditores internos e a competência profissional dos auditores internos, observou-se ainda, que o apoio da gestão e a competência profissional dos auditores internos têm uma influência positiva na eficácia da auditoria interna no setor público. No entanto, a independência

organizacional dos auditores internos não demonstrou uma relação significativa e positiva com a eficácia da Auditoria Interna, nem uma contribuição estatisticamente relevante. Em conjunto, essas três variáveis independentes explicam 51,2% da contribuição para a eficácia da Auditoria Interna nos fundos públicos de Moçambique. Apesar da falta de impacto significativo da independência organizacional dos auditores internos, a análise conjunta desses determinantes é crucial para identificar possíveis irregularidades e para agregar valor à eficácia da Auditoria Interna nos fundos públicos. Esses resultados destacam a importância do apoio da gestão e da competência profissional dos auditores internos, enquanto ressaltam a necessidade de estudo profundo quanto à independência organizacional dos auditores internos para otimizar ainda mais a eficácia da Auditoria Interna no contexto dos fundos públicos. Esta pesquisa contribui para o entendimento dos determinantes que influenciam a eficácia das auditorias

internas no setor público, oferecendo informação valiosa para práticas de auditoria e gestão nos fundos públicos de Moçambique.

Palavras-chave: Eficácia da auditoria interna, sector público, fundos públicos.

ABSTRACT

The overall aim of this study was to investigate the determinants of Internal Audit effectiveness in the public sector of Mozambique, specifically focusing on public funds between 2018 and 2022. The research centered on analyzing the internal audit department/area of public funds in Mozambique. Data was collected through structured questionnaires, yielding 38 responses from 10 public funds during the data collection period. Using descriptive statistics and linear regression model analysis, the results obtained highlight a linear relationship among three key variables: management support, organizational independence of internal auditors, and professional competence of internal auditors. Furthermore, it was observed that management support and professional competence of internal auditors have a positive influence on the effectiveness of internal audit in the public sector. However, the organizational independence of internal auditors did not demonstrate a significant positive relationship with Internal Audit effectiveness, nor a statistically relevant contribution. Collectively, these three independent variables explain 51.2% of the contribution to Internal Audit effectiveness in Mozambique's public funds. Despite the lack of significant impact from the organizational independence of internal auditors, the combined analysis of these determinants is crucial for identifying potential irregularities and adding value to Internal Audit effectiveness in public funds. These findings underscore the importance of management support and the professional competence of internal auditors, while emphasizing the need for

further investigation into the organizational independence of internal auditors to further optimize Internal Audit effectiveness in the context of public funds. This research contributes to understanding the determinants influencing the effectiveness of internal audits in the public sector, providing valuable insights for auditing and management practices in Mozambique's public funds.

Keywords: Effectiveness of internal audits, public sector, public funds.

RESUMEN

El objetivo general de esta investigación fue investigar los determinantes de la efectividad de la auditoría interna (IAE) en el sector público de Mozambique, con un enfoque específico en los fondos públicos en el período comprendido entre 2018 y 2022. La investigación se centró en el análisis del departamento/área de auditoría interna de fondos públicos en Mozambique. Los datos se recolectaron a través de cuestionarios estructurados, obteniendo 38 respuestas de 10 fondos públicos durante el período de recolección. Utilizando estadística descriptiva y análisis de modelos de regresión lineal, los resultados obtenidos destacan una relación lineal entre tres variables fundamentales: el apoyo de la dirección, la independencia organizativa de los auditores internos y la competencia profesional de los auditores internos. También se observó que el apoyo de la dirección y la competencia profesional de los auditores internos tienen una influencia positiva en la eficacia de la auditoría interna en el sector público. Sin embargo, la independencia organizacional de los auditores internos no demostró una relación significativa y positiva con la efectividad de la Auditoría Interna, ni una contribución estadísticamente relevante. En conjunto, estas tres variables independientes explican el 51,2% de la contribución a la eficacia de la Auditoría Interna en los fondos públicos en Mozambique. Apesar de la falta de impacto significativo de la independencia

organizacional de los auditores internos, el análisis conjunto de estos determinantes es crucial para identificar posibles irregularidades y agregar valor a la efectividad de la Auditoría Interna en los fondos públicos. Estos resultados destacan la importancia del apoyo de la dirección y de la competencia profesional de los auditores internos, al tiempo que subrayan la necesidad de estudiar en profundidad la independencia organizativa de los auditores internos para optimizar aún más la eficacia de la auditoría interna en el contexto de los fondos públicos. Esta investigación contribuye a la comprensión de los determinantes que influyen en la eficacia de las auditorías internas en el sector público, ofreciendo información valiosa para las prácticas de auditoría y gestión de fondos públicos en Mozambique.

Palabras clave: Eficacia de la auditoría interna, sector público, fondos públicos

INTRODUÇÃO

Segundo a IPPF (2017), a auditoria interna consiste numa atividade independente e imparcial de garantia e aconselhamento, planeada para acrescentar valor e otimizar as operações de uma entidade. Esta função apoia a entidade na realização dos seus objetivos através de uma abordagem metódica, seguindo um processo adequado para avaliar e aprimorar a eficácia dos seus sistemas de controlo interno, gestão de riscos e governança.

A gestão eficaz do setor público tem sido historicamente um desafio, onde os indicadores financeiros não são os únicos critérios de avaliação. Dellai e Omri (2016) destacam que a gestão e medição do desempenho organizacional no setor público têm ganhado destaque, especialmente com a crescente demanda por transparência e eficiência. Essa necessidade resultou em reformas no setor público de várias economias, incluindo Moçambique, de acordo com os termos prescritos nos Decreto 14/1900 de 14 de Setembro, e Decreto 23/2004 de 20 de

Agosto que criam as unidades de auditoria interna, visando aprimorar o controlo e a governança. Por isso, a pesquisa sobre os determinantes da eficácia da auditoria interna no sector publico de Moçambique.

A auditoria interna é reconhecida como uma ferramenta crucial para garantir a governança e o funcionamento eficaz das organizações (IIA, 2010). Inicialmente focada na conformidade, controlo financeiro e salvaguarda de activos, sua função têm se expandido nos últimos anos, tornando-se mais abrangente e valorizada (Dellai; Omri, 2016). Cohen e Sayag (2010) ressaltam que, com o aumento dos requisitos regulatórios e o foco em governança e gestão de riscos, a auditoria interna desempenha um papel vital na detecção e avaliação de possíveis abusos e na melhoria dos sistemas de controlo.

No contexto moçambicano, a auditoria interna desempenha um papel crucial na prevenção e detecção de má utilização de fundos públicos, alinhando-se com a busca por transparência e prestação de contas (Goodson et al., 2012). A efetividade das auditorias internas, tem sido questionada, especialmente devido à ocorrência de fraudes e corrupção, além da falta de realização de auditorias planeadas (Cardoso, 2022; Gebregziabher; Sala, 2022; Maleane, 2022). Diante desse contexto, a pesquisa responde a seguinte questão: como o apoio da gestão, a independência organizacional e a competência profissional influenciam a eficácia da auditoria interna nos fundos públicos?

a pesquisa tem como objectivo geral analisar os determinantes que influenciam a eficácia da auditoria interna no setor público moçambicano entre 2018 e 2022 e tem como objectivos específicos os seguintes: Determinar o efeito do apoio da gestão para a eficácia da auditoria interna nos fundos públicos de Moçambique; Descrever a relevância da independência organizacional dos auditores internos para a eficácia da auditoria interna nos fundos públicos de Moçambique e; Examinar o

efeito da competência profissional dos auditores internos e competente para a eficácia da auditoria interna nos fundos públicos de Moçambique. Esta pesquisa é relevante tanto para a gestão do setor público quanto para a formulação de políticas governamentais. A compreensão dos desafios enfrentados pela auditoria interna pode ajudar na implementação de estratégias para aprimorar sua eficácia, contribuindo para uma gestão mais transparente e eficiente dos recursos públicos. Além disso, preenche uma lacuna na literatura acadêmica moçambicana, fornecendo dados valiosos para futuras pesquisas e promovendo avanços contínuos no campo da auditoria interna nos fundos públicos.

Fundamentação teórica

Teorias associadas à eficácia da auditoria interna no setor público

Nesta secção, são apresentadas e discutidas teorias comumente aplicadas no estudo da Eficácia da Auditoria Interna (EAI) no âmbito do setor público. Autores como Beuren et al, (2021), Cohen e Sayag (2010), Endaya e Hanefah (2016), Rudhani et al, (2017) têm contribuído para esta área. Entre as teorias relevantes estão a Teoria da Agência, Teoria Institucionalista, Teoria da Comunicação e Teoria Contingencial. Nesta pesquisa, focam-se especificamente na Teoria da Agência e na Teoria da Contingência, dada a sua aplicabilidade ao contexto dos fundos públicos em Moçambique.

Teoria da Agência

A Teoria da Agência analisa os conflitos que surgem entre proprietários (principais) e gestores (agentes) nas organizações (Panda; Leepsa, 2017). Esses conflitos resultam da separação de papéis e interesses divergentes entre as partes. Jensen e Meckling (1976) destacam que os gestores nem sempre agem no melhor interesse dos proprietários, levando a custos de monitoramento e conflitos de interesse. A

auditoria interna, como mecanismo de controlo, pode ajudar a mitigar esses conflitos, proporcionando informações precisas e confiáveis (Adams, 1994).

Segundo os termos prescritos no artigo 446º da Lei n.º 24/2019 de 24 de Dezembro, no contexto moçambicano, a auditoria interna desempenha um papel importante na redução dos problemas de agência no setor público, contribuindo para a transparência e prestação de contas na utilização dos recursos públicos.

Teoria da Contingência

A Teoria da Contingência reconhece que não há um sistema único para governar e controlar organizações, dependendo de factores internos e externos (Goto; Al-Hasan, 2013). No contexto da auditoria, isso implica que os procedimentos e resultados são influenciados por variáveis contingentes. Daft (2012) destaca a importância de adaptar os métodos de auditoria às circunstâncias específicas, como a cultura organizacional e regulamentação local.

No contexto moçambicano, a aplicação da teoria da contingência implica ajustar as práticas de auditoria às características únicas do ambiente local, garantindo a flexibilidade e adaptação necessárias para uma auditoria eficaz de acordo com os termos prescritos no artigo 11º do Decreto nº 81/2019 de 23 de junho. Isso reforça a ideia de que a auditoria interna deve ser uma abordagem adaptativa e sensível ao contexto, mantendo a qualidade e objectividade.

Histórico da Auditoria Interna no Sector Público de Moçambique

A história da auditoria interna no sector público de Moçambique remonta ao período colonial, com a criação dos serviços de Administração da Fazenda e Contabilidade em 1900 pelo Decreto 14/1900. Em 1958, o Decreto 42082 estabeleceu a Inspeção Provincial de Fazenda e Contabilidade, delineando suas competências. Após a independência, a

estrutura do Ministério das Finanças incluía a Inspecção Geral de Finanças (IGF), cujas competências foram formalizadas em 1990 com a aprovação da Constituição.

A consolidação da função de auditoria interna no sector público ocorreu com o Decreto Presidencial nº 2/96 e o Diploma Ministerial nº 2/97, atribuindo à IGF inspecções, auditorias e sindicâncias aos órgãos do Estado. O Estatuto da IGF, aprovado pelo Decreto nº 40/99, a definiu como órgão de controlo financeiro do Estado. Em 2001, a Estratégia Global da Reforma do Sector Público introduziu reformas legais para aprimorar os serviços públicos, culminando na criação do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) em 2002.

A evolução legislativa continuou com a Lei nº 14/2020, que renomeou o subsistema de controlo interno para Subsistema de Auditoria Interna, solidificando a posição da IGF como a entidade superior das auditorias internas. O Decreto nº 81/2019 estabeleceu o Regulamento de Auditoria Interna do Sector Público, delineando os princípios e regras para as Unidades de Auditoria Interna (UAI). Além disso, o Manual da Auditoria Interna foi aprovado em 2021 pelo Diploma Ministerial nº10/2021, consolidando ainda mais a prática de auditoria interna no sector público de Moçambique.

Resultados empíricos seleccionados e hipóteses

Pesquisas anteriores têm analisado os elementos que afectam a eficácia da auditoria interna. Segundo Mihret et al. (2010), a eficácia da auditoria interna está intrinsecamente ligada ao entendimento do conceito de auditoria interna do IIA. O propósito central da auditoria interna, conforme destacado por Yee et al. (2008), é fornecer uma função independente e imparcial de auditoria e aconselhamento, visando agregar valor e complementar as actividades organizacionais. Através de uma abordagem sistemática, a auditoria interna auxilia as organizações na avaliação

e aprimoramento dos processos de gestão de riscos, controlos e governança corporativa. Walter e Guandarú (2012) examinaram os elementos que influenciam a eficácia da auditoria interna, identificando métricas como a elaboração de planos de auditoria e a implementação de recomendações, destacando a importância da independência e competência profissional, respaldo da gestão e qualidade do trabalho de auditoria (Dellai & Omri, 2016). Yee et al. (2008) realizaram entrevistas com gestores em Singapura, revelando o reconhecimento da importância dos auditores internos e a relevância das perspectivas dos clientes da auditoria interna. Al-Twaijry et al. (2003); Alzeban e Gwilliam (2014) enfatizaram a independência e competência profissional como determinantes-chave da eficácia da auditoria interna. O apoio da gestão ao departamento de auditoria é crucial para sua aceitação e aprimoramento (AHMAD et al., 2009; Alzeban; Gwilliam, 2014; Dellai; Omri, 2016). Na análise de entidades do sector público na Arábia Saudita, Alzeban e Gwilliam (2014) evidenciaram a ligação entre o suporte da gestão e a eficácia das auditorias internas.

Essas pesquisas destacam três pilares fundamentais que são determinantes para a eficácia da auditoria interna: independência, competência profissional e apoio da gestão. Com base nesses pilares, foram formuladas hipóteses para a pesquisa actual.

Efeito do Apoio da Gestão na Eficácia da Auditoria Interna

Com base nos resultados empíricos destacados, é evidente a relevância da actividade de auditoria interna em relação a outros processos organizacionais. A falta de aprovação, apoio e incentivo da gestão pode levar ao fracasso da auditoria interna, tornando-a uma despesa inútil. O respaldo e o comprometimento da gestão são cruciais para melhorar a eficácia das auditorias internas, sendo a adesão da administração ao trabalho dos auditores internos e ao

processo de auditoria um factor determinante para o sucesso dessa função. Conforme a IPPF (2017), o apoio da alta direcção e do Conselho de Administração é essencial para que o departamento de auditoria interna cumpra suas responsabilidades de supervisão do controlo, gestão de riscos e governança corporativa. Assim, formula-se a seguinte hipótese:

Hipótese 1 (H1): O apoio da gestão está positivamente relacionado com a eficácia da auditoria interna nos fundos públicos de Moçambique.

Efeito da Independência da Auditoria Interna na Eficácia da Auditoria Interna

Conforme mencionado anteriormente, a independência da auditoria interna é crucial para garantir que os auditores possam desempenhar suas funções de maneira imparcial e objectiva. Para alcançar esse nível de independência, o chefe de auditoria deve ter acesso directo e irrestrito à alta administração e aos responsáveis pela governança. Essa independência é fundamental para evitar qualquer influência que possa comprometer a imparcialidade dos auditores internos em suas responsabilidades (IPPF, 2017). A independência organizacional dos auditores internos é um requisito fundamental, destacado pela IPPF (2017), que inclui relatórios administrativos para a alta administração e relatórios funcionais ao Conselho de Administração ou Comissão de Auditoria. Com base nessas considerações e em estudos anteriores, a segunda hipótese deste estudo foi formulada:

Hipótese 2 (H2) A independência organizacional dos auditores internos está positivamente relacionada com a eficácia da auditoria interna nos fundos públicos de Moçambique.

Efeito da Competência Profissional e a Eficácia de Auditoria Interna

De acordo com os auditores mencionados anteriormente, a IPPF (2017) destaca também a importância da competência profissional dos auditores internos. Os conhecimentos, habilidades e outras competências são elementos fundamentais que influenciam a capacidade dos auditores internos para desempenharem as suas funções de auditoria interna. Estes elementos auxiliam os auditores na avaliação da situação atual e das questões emergentes do cliente, permitindo-lhes oferecer aconselhamento e recomendações para melhorar as atividades organizacionais. A competência do auditor interno é evidenciada pela obtenção de certificações e qualificações profissionais adequadas. É também o determinante mais significativo que influencia a eficácia de todas as atividades de auditoria interna. Alguns autores sugerem que a avaliação da Competência profissional pode basear-se na educação necessária, nas qualificações profissionais, na experiência e no número de horas de formação de um auditor interno, assim como na sua atualização constante. Também identificaram a falta de competência do auditor interno como um problema que prejudica a eficácia das auditorias internas em alguns países africanos. Com base nesses pressupostos, formulou-se a terceira hipótese:

Hipótese 3 (H3): Competência profissional dos auditores internos está positivamente relacionada com a eficácia da auditoria interna nos fundos públicos de Moçambique.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para iniciar a análise e discussão dos dados, a pesquisa adoptou uma abordagem quantitativa utilizando o software estatístico SPSS, focando nos fundos públicos da administração indireta do Estado em Moçambique. A amostra foi seleccionada por conveniência, incluindo 42

participantes com base nos critérios de existência de um departamento de auditoria interna e em funcionamento há pelo menos três anos no intervalo de período da pesquisa 2018 a 2022. A população alvo foi delimitada a 10 fundos públicos que preenchem os critérios acima referidos. A variável dependente principal foi a eficácia da auditoria interna, enquanto as variáveis independentes incluíram o apoio da gestão, independência organizacional e competência profissional dos auditores

internos. Para a recolha de dados, foram utilizados questionários estruturados, baseados na escala Likert. A análise dos dados envolveu técnicas estatísticas descritivas e a aplicação de um modelo de regressão linear múltipla $EAI = \beta_0 + \beta_1AG + \beta_2IO + \beta_3CP + e$ para explicar, o efeito do apoio da gestão (AG), independência organizacional (IO) e competência profissional (CP) na eficácia da auditoria interna (EAI) dos fundos públicos de Moçambique.

Tabela 1: Características dos fundos públicos de Moçambique (população)

Nº	Fundo Público	Total de inqueridos		(Tempo departamento) anos (2018-2022)
		Auditores	Resposta	
1	Fundo de Apoio a Reabilitação da Economia - FARE	2	1	5
2	Fundo do Desenvolvimento Agrário – FDA agora FAR – Fundo Fomento Agrário e Extensão Rural, FP	9	9	4
3	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável - FNDS	2	2	5
4	Fundo de Fomento Pesqueiro FFP	1	1	3
5	Fundo Nacional de Energia FUNAE	4	4	5
6	Fundo para Desenvolvimento Artístico e Cultural- FUNDAC	7	6	3
7	Fundo de Desenvolvimento de Transportes e Comunicação FDTC	5	5	5
8	Fundo Para o Fomento de Habitação - FFH	2	1	5
9	Fundo de Estradas FE, FP	5	5	5
10	Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água FIPAG	5	4	5
Total		42	38	

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estatísticas descritivas

Taxa de resposta:

Entre os 42 auditores internos pertencentes aos 10 fundos envolvidos na pesquisa, 38 responderam aos questionários, resultando em uma taxa de resposta de 90,47%. Esta

taxa superou significativamente o mínimo recomendado de 50%.

Características demográficas dos auditores internos (inquiridos).

A análise das características demográficas dos auditores internos dos fundos públicos de Moçambique revela padrões distintos de distribuição em relação ao sexo, experiência profissional, área de formação e cargo:

Tabela2: características demográficas dos auditores internos dos fundos públicos

Descrição	Características demográficas	Total (%)	Teste Qui-Quadrado	
			Valor do Teste	Valor de P
Sexo	Masculino	23 (62.2)	8.134	0.043
	Feminino	15 (37.8)		
	Total	38 (100)		
Experiência Profissional	0-5 anos	5 (13.5)	57.709	0,0000
	6-10 anos	8 (21.6)		
	11-15 anos	13 (35.1)		
	16-20 anos	11 (29.7)		
	Total	38 (100)		
Área de formação	Contabilidade, Auditoria e Fiscalidade	22 (59.5)	20.301	0.207
	Gestão	10 (27)		
	Economia/Finanças	1 (2.7)		
	Administração Pública	1 (2.7)		
	Outras áreas	3 (8.1)		
	Total	38 (100)		
Cargo	Auditor interno	21 (60)	224	0.894
	Auditor interno sénior	2 (5.7)		
	Técnico de Auditoria	12 (34.3)		
	Total	36 (100)		

A análise revela uma predominância masculina significativa, representando 62.2% da amostra, a associação estatisticamente significativa entre sexo e experiência profissional, evidenciada pelo teste Qui-Quadrado (valor de $p = 0.043$ para sexo), sugere que tais características podem influenciar os processos e resultados da auditoria interna, destacando a importância de políticas e práticas de recrutamento, desenvolvimento profissional e equidade de gênero para a eficácia da auditoria interna no contexto dos fundos públicos de Moçambique. Observa-se ainda uma predominância de participantes com 11 a 15 anos de experiência profissional (35.1%) sugere uma considerável maturidade e experiência dentro da profissão, potencialmente contribuindo para uma abordagem mais sólida e informada na execução das auditorias. A associação altamente significativa entre a experiência profissional e idade (valor de p muito baixo, 0.0000) ressalta a influência considerável que o tempo de serviço pode ter nos resultados e processos de auditoria interna, enfatizando a importância do

desenvolvimento contínuo e da retenção de talentos nesse setor.

Além disso, a diversidade de áreas de formação dos participantes, com uma maioria em Contabilidade, Auditoria e Fiscalidade (59.5%), indica uma base educacional sólida e variada dentro da profissão de auditoria interna. A associação significativa entre a área de formação e nível de formação (valor de $p = 0.207$) sugere que diferentes especializações académicas podem influenciar os processos e resultados da auditoria interna, destacando a necessidade de uma abordagem inclusiva e interdisciplinar no recrutamento e desenvolvimento profissional dos auditores internos.

Quanto aos cargos ocupados, a maioria dos participantes atua como Auditores internos (60.0%), seguidos pelos Técnicos de Auditoria (34.3%). A associação não significativa entre o cargo e sexo (valor de $p = 0.894$) indica que, embora haja uma diversidade de funções e responsabilidades dentro da profissão de auditoria interna, essas diferenças não parecem influenciar significativamente os resultados observados. No entanto, a distribuição

heterogênea de participantes em relação aos cargos sugere a necessidade de uma abordagem flexível e adaptável na gestão e desenvolvimento desses profissionais,

garantindo uma estrutura organizacional eficaz e uma colaboração sinérgica para o alcance dos objetivos da auditoria interna nos fundos públicos de Moçambique.

Tabela 3: Efeito do Apoio da Gestão na Eficácia da Auditoria Interna

	N		Média	Desvio padrão
	Válido	Perdido		
A equipa de auditoria interna tem apoio e assistência directa da gestão de topo	38	0	3.50	1.268
Os membros da equipa de auditoria interna têm apoio directo e assistência de supervisores imediatos	38	0	3.11	1.034
Os membros da equipa de auditoria interna recebem a assistência esperada da entidade auditada durante o seu compromisso de auditoria	37	1	3.08	1.278
Os membros da equipa de auditoria interna são respeitados e assistidos pela entidade auditada durante o seu compromisso de auditoria	36	2	3.72	.615
Os auditores internos têm facilidade de estabelecerem comunicação directa com os gestores a todos os níveis	37	1	3.68	1.056
A auditoria interna participa na tomada de decisões estratégicos da organização	38	0	2.82	1.291
A direcção aprova a conta de gerência da instituição, baseando-se no parecer emitido pelos auditores internos	38	0	2.87	1.379

Ao analisar os dados da tabela, observa-se que os itens relacionados ao apoio da gestão à equipa de auditoria interna apresentam uma média de avaliação em torno de 3, o que indica uma percepção geralmente positiva por parte dos auditores internos. No entanto, há uma variação considerável nos desvios padrão, sugerindo uma certa heterogeneidade nas respostas dos participantes. Os pontos mais relevantes incluem o alto nível de apoio percebido pela equipa de auditoria interna por parte da gestão de topo e a facilidade de comunicação direta com os gestores em todos os níveis, ambos com médias superiores a 3,5. No entanto, a participação da auditoria interna na tomada de decisões estratégicas da organização e a aprovação da conta de gerência baseada no parecer dos auditores internos apresentam médias mais

baixas, indicando uma área potencial para melhoria. Do ponto de vista teórico, a teoria da agência pode explicar parcialmente a importância do apoio da gestão para a eficácia da auditoria interna, destacando a necessidade de alinhamento de interesses entre gestores e auditores internos para garantir a integridade e transparência dos processos de auditoria. No entanto, considerando o contexto específico dos fundos públicos em Moçambique, uma abordagem contingencial pode ser mais apropriada, reconhecendo a influência de variáveis contextuais na eficácia da auditoria interna. Nesse sentido, sugere-se que as organizações públicas em Moçambique considerem fortalecer ainda mais o apoio da gestão à equipa de auditoria interna, garantindo sua participação efetiva na tomada de decisões estratégicas e

promovendo uma cultura de transparência e responsabilidade.

Tabela 4: Efeito da Independência da Auditoria Interna na Eficácia da Auditoria Interna

	N		Média	Desvio padrão
	Valido	Perdido		
A auditoria interna opera de forma totalmente independente, e conduz o seu trabalho sem interferência	38	0	3.34	1.400
A auditoria interna decide seriamente sobre o âmbito, o tempo e o nível dos procedimentos de auditoria com base nas normas de auditoria e na política de auditoria da organização	38	0	3.76	1.125
Os auditores internos têm livre acesso a todos os documentos, dados, informações e funcionários da organização	38	0	3.34	1.258
A auditoria interna tem quadro de pessoal razoável a execução de actividades	38	0	2.68	1.526
A auditoria interna elabora a sua própria proposta de orçamento	38	0	3.34	1.494
A auditoria interna tem orçamento suficiente para o desempenho das suas funções e atribuições	38	0	2.37	1.195
Existe estabilidade no exercício das funções de auditor interna (não são movimentados sem fundamentação)	38	0	3.11	1.290

Ao analisar os dados da tabela, observa-se que os itens relacionados à independência da auditoria interna apresentam uma média de avaliação em torno de 3, indicando uma percepção geralmente positiva por parte dos auditores internos quanto a esse aspecto. No entanto, há uma variação considerável nos desvios padrão, sugerindo uma certa heterogeneidade nas respostas dos participantes. Pontos relevantes incluem o alto grau de autonomia percebido na tomada de decisões sobre o escopo, tempo e nível dos procedimentos de auditoria, bem como o livre acesso dos auditores internos a documentos, dados e informações da organização. No entanto, aspectos como o quadro de competência profissional e o orçamento suficiente para o desempenho das funções da auditoria interna apresentam médias mais baixas, indicando possíveis áreas de preocupação. Do ponto de vista

teórico, tanto a teoria contingencial quanto a teoria da agência podem ser aplicáveis. A teoria contingencial destaca a importância de adaptar a estrutura e práticas de auditoria interna ao contexto específico de Moçambique, considerando determinantes como recursos disponíveis e estabilidade institucional. Por outro lado, a teoria da agência ressalta a necessidade de garantir a independência da auditoria interna para mitigar conflitos de interesse e assegurar a integridade dos processos de auditoria. Diante desse ponto de situação, sugere-se que as organizações públicas em Moçambique reforcem as condições que promovem a independência da auditoria interna, como a garantia de recursos adequados e a estabilidade no exercício das funções dos auditores internos, a fim de potencializar a eficácia da auditoria interna nos fundos públicos do país.

Tabela 5: Efeito da Competência Profissional e a Eficácia de Auditoria Interna

	N		Média	Desvio padrão
	Valido	Perdido		
Não há mera afectação de pessoal no processo de auditoria interna, mas são recrutados para o cargo auditores internos qualificados	38	0	3.58	1.056
Os auditores internos têm uma forte consciência profissional sobre os acontecimentos gerais do sector de Auditoria Interna	38	0	4.42	.599
O sector da auditoria da organização progrediu em termos de pessoal devidamente qualificado ou profissional	38	0	2.97	1.102
A auditoria interna tem desenvolvido uma boa cooperação entre auditores e auditados	37	1	3.86	.855
Os auditores internos realizam formações contínuas de desenvolvimento profissional ou assistem a seminários educativos.	38	0	3.05	1.355
Existe no sector de auditoria interna uma equipe multidisciplinar para responder a exigência das tarefas a executar	38	0	3.55	1.032
O pessoal de auditoria interna existente tem competências excelentes que respondem as necessidades e objectivo organizacional estabelecido para a auditoria interna	37	1	4.35	.753

Ao analisar os dados da tabela, é possível observar que os itens relacionados à competência profissional dos auditores internos apresentam uma média geralmente alta, com destaque para a forte consciência profissional dos auditores internos e as competências excelentes do pessoal de auditoria interna existente, com médias de 4.42 e 4.35, respectivamente. Esses resultados indicam uma percepção positiva por parte dos participantes quanto à competência profissional dos auditores internos nos fundos públicos de Moçambique. No entanto, alguns itens, como o progresso do setor da auditoria em termos de pessoal qualificado e a realização de formações contínuas de desenvolvimento profissional pelos auditores internos, apresentam médias mais baixas, sugerindo áreas potenciais para melhoria. A teoria contingencial pode ser aplicável nesse contexto, pois destaca a importância de adaptar a estrutura e práticas de auditoria interna ao ambiente específico

de Moçambique, levando em consideração determinantes como a disponibilidade de pessoal qualificado e o nível de desenvolvimento profissional. Além disso, a teoria da agência também pode ser relevante, uma vez que enfatiza a necessidade de garantir a competência profissional dos auditores internos para mitigar conflitos de interesse e assegurar a qualidade dos processos de auditoria. Diante desse ponto de situação, sugere-se que as organizações públicas em Moçambique invistam na capacitação contínua dos auditores internos, garantindo o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais necessárias para realizar auditorias eficazes nos fundos públicos. Além disso, é importante promover políticas e práticas que incentivem o recrutamento e retenção de pessoal altamente qualificado na área de auditoria interna, visando elevar o padrão de competência profissional em toda a organização.

Análise do Modelo de Regressão

Tabela 6: Análise de Correlação

Variáveis independentes	Coeficiente de Correlação	Variáveis independentes		
		Apoio de Gestão	Independência Organizacional	Competência profissional
Apoio de Gestão	Valor do teste	1	.311**	.174**
	Valor de p		.000	.005
	N		262	260
Independência Organizacional	Valor do teste	.311**	1	.328**
	Valor de p	.000		.000
	N	262		264
Competência profissional	Valor do teste	.174**	.328**	1
	Valor de p	.005	.000	
	N	260	264	

A tabela apresenta os coeficientes de correlação entre as variáveis independentes pesquisadas: apoio de gestão, independência organizacional e competência profissional dos auditores internos. Observa-se que o apoio de gestão possui uma correlação positiva significativa com a independência organizacional ($r = 0,311$, $p < 0,01$) e com a competência profissional ($r = 0,174$, $p < 0,01$), indicando que um maior apoio da gestão está associado a uma maior independência organizacional e competência profissional

dos auditores internos. Além disso, a independência organizacional mostra uma correlação positiva significativa com a competência profissional ($r = 0,328$, $p < 0,01$), sugerindo que auditores internos mais independentes tendem a ser mais competentes. Esses resultados destacam a importância do apoio da gestão na promoção da independência organizacional e da competência profissional dos auditores internos, determinantes essenciais para a eficácia da auditoria interna no setor público.

Tabela 7: Modelo Resumo^b

Modelo	R	R Quadrado	Quadrado R ajustado	Erro Padrão
1	.460 ^a	.512	.199	.978
a. Determinantes:(Constante), Competência profissional, Apoio da Gestão, Independência Organizacional				
b. Variável dependente: Eficácia da Auditoria Interna				

A análise da tabela mostra que o modelo proposto apresenta um coeficiente de determinação (R Quadrado) de 0.512, indicando que aproximadamente 51.2% da variabilidade da eficácia da auditoria interna pode ser explicada pelas variáveis incluídas no modelo. Além disso, o Quadrado R ajustado, que leva em consideração o número de preditores no modelo, está em 0.199, sugerindo uma adequada adaptação do modelo aos dados. O erro padrão, com um valor de 0.978, indica a dispersão dos dados em torno da

linha de regressão. As variáveis independentes incluídas no modelo - Competência profissional, Apoio da Gestão e Independência Organizacional de Auditores - parecem ter um impacto significativo na eficácia da auditoria interna, uma vez que estão relacionadas com o coeficiente de determinação. Isso sugere que, ao considerar esses determinantes, é possível melhorar a compreensão e previsão da eficácia da auditoria interna nos fundos públicos de Moçambique.

Tabela 3: Análise de variância (ANOVA^a)

Modelo		Soma de quadrados	df	Quadrado médio	F	Sig.
1	Regressão	46.023	3	15.341	16.037	.000 ^b
	Residual	171.234	179	.957		
	Total	217.257	182			
A. Variável dependente: Eficácia Da Auditoria Interna						
b. Determinantes:(Constante), Competência profissional, Apoio da Gestão, Independência Organizacional						

A ANOVA revela que o modelo proposto é estatisticamente significativo ($F = 16.037$, $p < 0.001$), indicando que pelo menos uma das variáveis independentes (Competência profissional, Apoio da Gestão, Independência Organizacional de Auditores) tem um efeito significativo na eficácia da auditoria interna. Isso é evidenciado pela alta soma de quadrados para a regressão (46.023), que é consideravelmente maior do que a soma de quadrados residual (171.234). Além disso, o valor de F é maior em comparação com o

erro padrão, sugerindo que as variáveis independentes estão contribuindo significativamente para explicar a variabilidade na eficácia da auditoria interna. Em resumo, os resultados desta análise sugerem que as variáveis incluídas no modelo têm um impacto conjunto na eficácia da auditoria interna nos fundos públicos de Moçambique, o que reforça a importância da Competência profissional, apoio da gestão e independência organizacional na melhoria dos processos de auditoria interna.

Tabela 9: Coeficientes^a

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade	
		B	Erro Padrao	Beta			Tolerância	VIF
1	(Constante)	1.616	.315		5.125	.000		
	Apoio da Gestão	.421	.067	.428	6.296	.000	.952	1.050
	Independência Org. Auditores	-.027	.057	-.034	-.478	.633	.850	1.176
	Competência profissional	.334	.068	.340	4.965	.000	.870	1.150
a. Variável dependente: Eficácia da Auditoria Interna								

A tabela dos coeficientes revela a contribuição de cada variável independente (Apoio da Gestão, Independência Organizacional de Auditores e Competência profissional) para a variável dependente (Eficácia da Auditoria Interna) no modelo de regressão adotado. O coeficiente padronizado (Beta) indica a magnitude do impacto de cada variável na variabilidade da variável dependente, controlando os efeitos de outras variáveis no modelo. Os resultados mostram que o Apoio da Gestão ($\beta = 0.428$, $p < 0.001$) e a Competência profissional ($\beta = 0.340$, $p < 0.001$) têm coeficientes significativos e positivos, o que sugere que um maior apoio

da gestão e uma maior Competência profissional estão associados a uma maior eficácia da auditoria interna. No entanto, a Independência Organizacional de Auditores não apresenta significância estatística ($\beta = -0.034$, $p = 0.633$), indicando que, neste modelo, a independência organizacional dos auditores não tem um impacto estatisticamente significativo na eficácia da auditoria interna. $Y = 1,616 + 0,421AG - 0,027IOA + 0,334CPA$.

Validade das hipóteses

As hipóteses foram validadas com base nos resultados obtidos na análise estatística. A

hipótese H1, que postula uma relação positiva entre o apoio da gestão e a eficácia da auditoria interna, foi confirmada pelos coeficientes significativos e positivos obtidos na análise de regressão, indicando que um maior apoio da gestão está associado a uma maior eficácia da auditoria interna nos fundos públicos de Moçambique. Da mesma forma, a hipótese H3, que sugere uma relação positiva entre a competência profissional dos auditores internos adequado e competente e a eficácia da auditoria interna, foi validada pelos resultados significativos e positivos dos coeficientes relacionados à Competência profissional. No entanto, a hipótese H2, que propõe uma relação positiva entre a independência organizacional dos auditores internos e a eficácia da auditoria interna, não foi confirmada, pois o coeficiente correspondente não apresentou significância estatística. Portanto, os resultados sugerem que tanto o apoio da gestão quanto a Competência profissional são determinantes na eficácia da auditoria interna nos fundos públicos de Moçambique, enquanto a independência organizacional pode ter menos impacto do que inicialmente previsto.

CONCLUSÕES

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que o apoio à gestão e a Competência profissional são determinantes significativos na determinação da eficácia das auditorias internas nos fundos públicos de Moçambique. A constatação de que um maior apoio à gestão e a presença de pessoal da auditoria interna competente está positivamente relacionada com a eficácia das auditorias internas sugere que políticas e práticas que promovam o apoio contínuo da gestão aos processos de auditoria e o investimento em formação e desenvolvimento profissional dos auditores podem contribuir para melhorar os padrões de auditoria interna no contexto dos fundos públicos de Moçambique. No entanto, a falta de significância estatística

da independência organizacional dos auditores indica a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre os determinantes que influenciam essa dimensão dos auditórios internos. Para futuras pesquisas, sugere-se explorar outros determinantes de eficácia de auditorias internas, como a qualidade da supervisão e a utilização de tecnologias de informação em auditorias, além de investigar os efeitos de diferentes estratégias de gestão de recursos humanos na competência e eficácia dos auditores internos. Essas análises adicionais podem fornecer dados valiosos para o aprimoramento contínuo de auditorias internas nos fundos públicos de Moçambique.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, M. B. (1994). Internal audit and agency theory. *Accounting and Business Research*, v. 24, n. 96, p. 311-324.
- Al-Waijry, A. A.; Brierley, J. A.; & Gwilliam, D. R. (2003). Empirical evidence on corporate governance in GCC countries. *Managerial Auditing Journal*, v. 18, n. 1, p. 54-66.
- Alzeban, A.; & Gwilliam, D. (2014). The Role of Internal Audit in Corporate Governance: Evidence from Saudi Arabia. *Advances in Accounting*, v. 30, p. 217-223.
- Beuren, I. M.; Lopes, P. B. V.; & Eduardo F. (2021). Auditoria: Conhecimentos Essenciais. Atlas.
- Cardoso, A.; Silva, J.; & Santos, M. (2022). Determinants of Internal Audit Effectiveness in Public Sector Entities: The Case of Portugal. *Public Organization Review*, v. 22, p. 1-21.
- Cohen, J.; & Sayag, G. (2010). An empirical analysis of internal control and firm performance. Working paper.

- DAFT, Richard L. (2012). Organization theory and design. Cengage Learning.
- Decreto 81/2019. B.R. (06-08-2019). Aprova o Regulamento da Actividade de Auditoria Interna do Sector Público.
- Decreto 14/1900 D.R. (14-09-1900).
- Decreto 42082/58. D.R. (31-12-1958).
- Decreto 2/96 D.R. (21-05-1996). o Estatuto Orgânico do Ministério e o respectivo quadro de pessoal.
- Decreto 40/99. B.R. (29-06-1999) Aprova o Estatuto Orgânico da Inspeção-Geral de Finanças, abreviadamente designado por IGF.
- Diploma Ministerial nº10/2021 de 25 de Janeiro. Aprova o Manual de Auditoria Interna. I SÉRIE - Número 16
- Dellai, H.; & Omri, A. (2016). The determinants of internal audit effectiveness: A survey of the Tunisian public sector. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v. 26, p. 72-86.
- Endaya, A.; Hanefah, M.; & Hakim, H. (2016). The influence of internal audit effectiveness on financial accountability: The case of local government in Aceh, Indonesia. *Journal of Finance and Accounting*, 4(1-1), 13-19.
- Gebrezghiabher, D. A.; & Sala, A. (2022). The role of internal audit function in the public sector: An empirical study in Ethiopia. *International Journal of Auditing*, v. 26, n. 1, p. 123-140.
- Goodson, R.; Lane M.; & Michael, L. (2012). "Internal Auditors' Perceptions of Audit Committee Effectiveness: In The Public Sector." Tese de Doutorado, Universidade do Texas em Arlington.
- Goto, S.; & Al-Hasan, A. (2013). The role of audit committees, external auditors, and internal auditors in reducing earnings management. *Managerial Auditing Journal*, v.28, n. 7, p. 660-677.
- IIA- Institute of Internal Auditors. (2010). *International Standards for the Professional Practice of Internal Auditing*. Institute of Internal Auditors. Volume IIA.
- IIA- Institute of Internal Auditors. (2017). *Red Book: Defining Internal Auditing*. Institute of Internal Auditors.
- IPPF - Instituto dos Profissionais de Auditoria Interna. (2017). *Auditoria Interna: Atividade Independente e Imparcial*. IPPF, vol. 1, p. 10-15.
- Jensen, M. C.; & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, p. 305-360.
- Lei 24/2019. B.R. (24-12-2019).
- Lei 9/2002. B.R. I Série – 07 (12-02-2002). "A Conta Geral do Estado deve ser elaborada com clareza, exactidão e simplicidade, de modo a possibilitar a sua análise económica e financeira"
- Lei 14/2020. B.R. I Série – 246 (23-12-2020). Estabelece os princípios e normas de organização e funcionamento do Sistema de Administração Financeira do Estado
- Maleane, A. (2023). "Governo vai continuar a desencorajar práticas ilícitas de gestão de fundos públicos" — Primeiro-Ministro - Rádio Moçambique. Disponível em: <https://www.rm.co.mz/governo-vai-continuar-a-desencorajar-praticas-ilicitas-de-gestao-de-fundos-publicos-pm/>. Acesso em: [25-03-2023].
- Mihret, D. G.; Woldeyohannes, T. B.; & Kasahun, H. G. (2010). The role of internal auditors in the corporate

- governance process of public sector entities in Ethiopia. *Managerial Auditing Journal*, v. 25, p. 403-424.
- Panda, B. K.; & Leepsa, N. M. (2017). theory and stakeholder theory: A synthesis and exploration of complementary perspectives. *IUP Journal of Corporate Governance*, 16(4), 7-20.
- Rudhani, E.; Vokshi, S.; & Hashani, M. (2017). The Role and Importance of Internal Audit in the Public Sector of the Republic of Kosovo. *European Journal of Interdisciplinary Studies*, v. 3, p. 76-83.
- Yee, R. W.; Tian, W.; Goh, K. W.; & Chua, Y. K. (2008). Perceptions of internal auditing in Singapore. *Managerial Auditing Journal*, v. 23, n. 7, p. 649-671.

31 - 03 | 2025

TENDÊNCIAS E DESAFIOS FINANCEIROS NAS OPERADORAS DE TELECOMUNICAÇÕES ANGOLANAS NA NOVA ERA DIGITAL. CASO: UNITEL VS AFRICELL (2021 - 2022)

Financial trends and challenges facing Angolan telecommunications operators in the new digital era. Case: UNITEL vs AFRICELL (2021 - 2022)

Tendencias y desafíos financieros de los operadores de telecomunicaciones angoleños en la nueva era digital. Caso: UNITEL vs AFRICELL (2021 - 2022)

Crissolito Evaristo Domingos Inácio¹

¹ *Mestre em Finanças e Mercados Financeiros e Pós-graduado em Gestão de Ensino Superior, Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude, Angola*
Crissolito1@hotmail.com/
crisevadi@gmail.com.

Autor para correspondência: crisevadi@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Inácio, C. E. D. (2025). Tendências e desafios financeiros nas operadoras de telecomunicações angolanas na nova era digital. Caso: UNITEL vs AFRICELL (2021 - 2022). *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 75-86. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

O presente artigo cujo tema é “Tendências e desafios financeiros nas operadoras de telecomunicações angolanas na nova era digital. Caso: UNITEL vs AFRICELL (2021 - 2022)”. As tecnologias de informação e comunicação, “TIC” afiguram-se como um dos factores cada vez mais necessários para acompanhar os fenómenos resultantes dos processos de inovação e desenvolvimento trazidas pelas alterações da 4ª revolução que se assiste ao nível das grandes economias globais, onde o contexto nacional dos investimentos, serviços e soluções, deverão estar alinhados aos objectivos definidos nos planos e programas de desenvolvimento nacional, para o desenvolvimento económico, melhoramento das condições sociais e culturais dos cidadãos e, do ambiente de negócios. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica que ajudou no desenvolvimento das palavras-chave que fizeram parte da fundamentação teórica

graças a publicação de vários autores que trataram dos mesmos conceitos e método histórico que nos facilitou em obter informações referentes ao surgimento histórico das mesmas operadoras e o descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa. As técnicas utilizadas que facilitaram a operacionalidade dos mesmos métodos foram documentais que ajudou na busca das informações contidas nos relatórios do INACOM e do MINTTICS e estatística que facilitou na elaboração de tabelas e gráficos contidos no artigo. De igual modo, analisou-se a evolução de quotas de mercado em termos de cliente durante o período bienal em estudo onde se verificou que o UNITEL se mantém como líder do sector na ordem de 72% dos subscritores em relação à AFRICELL que detém 24% dos usuários uma vez que ela opera apenas em três das dezoito províncias do país.

Palavras-chave: Desafios financeiros, telecomunicações e era digital.

ABSTRACT

This article whose theme is “Financial trends and challenges in Angolan telecommunications operators in the new digital era. Case: UNITEL vs AFRICELL (2021 - 2022)”. Information and communication technologies, “ICT” appear as one of the increasingly necessary factors to accompany the phenomena resulting from the processes of innovation and development brought about by the changes of the 4th revolution that we are witnessing at the level of large global economies, where the national context of investments, services and solutions, must be aligned with the objectives defined in national development plans and programs, for economic development, improvement of the social and cultural conditions of citizens and the business environment. Bibliographical research was used, which helped in the development of keywords that were part of the theoretical foundation thanks to the publication of several authors who dealt with the same concepts and historical method that facilitated us in obtaining information regarding the historical emergence of the same operators and the descriptive with qualitative and quantitative approach. The techniques used that facilitated the operation of the same methods were documentary, which helped in the search for information contained in the INACOM and MINTTICS reports, and statistics, which facilitated the creation of tables and graphs contained in the article. Likewise, the evolution of market shares in terms of customers was analyzed during the biennial period under study, where it was found that UNITEL remains the leader in the sector in the order of 72% of subscribers in relation to AFRICELL, which holds 24 % of users since it only operates in three of the country's eighteen provinces.

Keywords: Financial challenges, telecommunications and digital era.

RESUMEN

Este artículo se titula «Tendencias y desafíos financieros de los operadores de telecomunicaciones angoleños en la nueva era digital. Caso: UNITEL vs. AFRICELL (2021-2022)». Las tecnologías de la información y la comunicación, “TIC”, aparecen como uno de los factores cada vez más necesarios para estar a la altura de los fenómenos resultantes de los procesos de innovación y desarrollo provocados por los cambios de la 4ª revolución que se están observando a nivel de las principales economías globales, donde el contexto nacional de inversiones, servicios y soluciones debe estar alineado con los objetivos definidos en los planes y programas nacionales de desarrollo, para el desarrollo económico, la mejora de las condiciones sociales y culturales de los ciudadanos y del entorno empresarial. Se utilizó la investigación bibliográfica para ayudar al desarrollo de las palabras clave que formaron parte de la base teórica, gracias a la publicación de varios autores que trataron los mismos conceptos, y un método histórico que nos facilitó la obtención de información respecto al surgimiento histórico de los mismos operadores y el enfoque descriptivo con un enfoque cualitativo y cuantitativo. Las técnicas utilizadas que facilitaron la operación de los mismos métodos fueron la documental, que ayudó en la búsqueda de información contenida en los informes del INACOM y MINTTICS, y la estadística, que facilitó la elaboración de las tablas y gráficos contenidos en el artículo. Asimismo, se analizó la evolución de las cuotas de mercado en términos de clientes durante el bienio en estudio, donde se encontró que UNITEL se mantiene como líder del sector con el 72% de los suscriptores frente a AFRICELL, que posee el 24% de los usuarios, ya que sólo opera en tres de las dieciocho provincias del país.

Palabras clave: Desafíos financieros, telecomunicaciones y la era digital

INTRODUÇÃO

O fomento de uma economia na era digital eficiente, assente nos princípios de inclusão e de inovação, é um importante elemento catalisador para a melhoria do ambiente de negócios, a criação de novos, bem como ajuda na promoção da literacia digital diminuído, deste modo, as assimetrias digitais ainda existentes na sociedade, onde a formação e capacitação dos angolanos é imprescindível para a consolidação da sociedade da informação e do conhecimento. O advento das TIC tornou possível a criação de melhores produtos e serviços digitais das principais operadoras de Telecomunicações angolanas, bem como a utilização de processos mais eficazes e cada vez mais simplificados ao nível dos serviços da Administração do Estado e das empresas, estimulando o governo electrónico nas mais diferentes perspectiva. A obtenção de financiamento para projectos em condições competitivas é, historicamente, um desafio para as prestadoras de serviços de telecomunicações. Para atender às demandas dos consumidores e acompanhar a situação, as empresas de telecomunicações estão realinhando suas estratégias de negócios. Muitos tiveram que embarcar rapidamente em jornadas para se tornarem prestadores de serviços digitais. Obviamente, isso implica uma série de desafios em termos de operações, arquitectura, redes e atendimento ao cliente.

A comunicação é relevante, especialmente em uma sociedade que está cada vez mais conectada e inovadora. Para os negócios, a conectividade é a espinha dorsal de quase todas as operações e seus desafios no sector de telecomunicações podem ter um impacto profundo e abrangente. De interrupções inesperadas a problemas de cobertura e velocidade, as dificuldades enfrentadas pelas empresas neste setor, dentre elas, a Unitel e Africell são variadas e complexas. Ao longo deste artigo, discutiremos os principais desafios e tendências das telecomunicações em ambientes

corporativos e o impacto operacional desses desafios, com os custos associados.

Tendo em conta que a Agenda Conectar 2020, aprovada pela União Internacional das Telecomunicações, e a Agenda 2063 da União Africana também atribuíram como prioridade à penetração das tecnologias da informação e da comunicação às populações, atribuindo grande especial para o acesso à internet, transformando-o num serviço que deve fazer parte do habitat moderno sendo prestado como serviço básico de qualidade que integram o objectivo a alcançar e a integrar no nível da qualidade de vida, e bem-estar para todos. Sendo que as comunicações e a conectividade da infraestrutura como necessárias para que África tenha uma infraestrutura de telecomunicações de nível mundial, e a investigação espacial como forma de África se tornar num parceiro relevante nos negócios mundiais e na utilização do espaço para fins pacíficos.

Problema da pesquisa

- Que tendências e desafios financeiros enfrentaram as operadoras de telecomunicações angolanas na nova era digital. Caso: UNITEL vs AFRICELL no período de 2021 – 2022?

Objectivos da Pesquisa

Geral

- Apresentar as tendências e desafios financeiros enfrentaram as operadoras de telecomunicações angolanas na nova era digital. Caso: UNITEL vs AFRICELL no período de 2021 – 2022.

Específicos:

- Apresentar a fundamentação teórica dos termos e conceitos ligados ao tema em estudo;
- Descrever o procedimento metodológico das diferentes operadoras para atender a demanda dos consumidores na era digital;

- Comparar em termos de proveitos, serviços e desafios e tendências da Unitel e a Afriell de 2021 até 2022.

O Sector em estudo nas Economias Mundiais

À medida que as tecnologias de comunicação avançaram, os meios de comunicação mudaram, impactando tanto na forma da sociedade se organizar como na própria economia. Até o final da década de 1970, a definição de telecomunicação era simples: prestar serviços de telégrafo ou telefonia a fim de viabilizar comunicação à distância por sinais ou voz. No entanto, a partir de 1980, o mercado das telecomunicações se transformou. A primeira mudança adveio de políticas de reestruturação organizacional das empresas de telecomunicações. Esse processo consistia em um movimento global de liberalização comercial e privatização do setor. Os principais problemas enfrentados com relação ao setor envolviam: longa espera para instalação dos serviços, baixa qualidade dos mesmos e baixa produtividade do sector como um todo. (Ros; Banerjee, 2000, p.223).

Na busca da correção desses gargalos, a abertura de mercado ao capital privado se iniciou no Reino Unido no ano de 1980, quando o governo privatizou a *British Telecom*.

Até 1985, menos de 2% das companhias de telecomunicações em 167 países eram privatizadas. As privatizações, entretanto, aceleraram na década de 1990. Até o final de 1998, a proporção de empresas de telecomunicações privatizadas subiu para 42%. Como resultado desse movimento, em muitos países, a competição na oferta e qualidade de serviços cresceram, passando o Estado a ser responsável apenas pela regulação desse setor, intermediando os interesses dos investidores e usuários (Melo, p.87).

Outra transformação no sector de telecomunicações angolana foi atribuída a um movimento de integração das telecomunicações à informática, decorrente

da expansão da internet. Essas mudanças levaram a uma aceleração do crescimento do setor e ao surgimento de novas tecnologias, aplicações e serviços de telecomunicações. Dessa forma, a infraestrutura de telecomunicações passou a permitir a oferta não apenas dos serviços tradicionais, como telefonia e *fax*, como também a prestação de múltiplos serviços de telecomunicação e de alor adicionado a partir da mesma rede. Inclusive, a integração à internet acarretou em um aumento exponencial da quantidade de informações compartilhadas, demandando um.

Tendências e desafios

De acordo com o relatório da Autoridade Reguladora da Concorrência (2023, p. 2), o Sector das Telecomunicações é, actualmente, um dos mais importantes para a competitividade do país, na medida em que as telecomunicações são transversais e integrativas de qualquer sistema económico e social.

A rede de telecomunicações que cobre, actualmente, o globo terrestre é, sem dúvida, a mais complexa e extensiva de todas as criações tecnológicas e, porventura, a mais útil de todas, na medida que constitui o sistema essencial para o desenvolvimento social e económico da civilização. Os serviços prestados pelas empresas desse sector cobrem um vasto portfólio de produtos: desde a actividade tradicional de comunicação, por telefones fixos e móveis, ao fornecimento de dados com recurso aos serviços avançados da 5.^a geração (5G) e à transmissão de canais televisivos via satélite ou cabo.

O sector das telecomunicações contribui directa e indirectamente para o desenvolvimento económico de qualquer Estado. Afinal, este sector é de capital importância para a competitividade do país e tem um impacto económico significativo nas actividades de outros sectores, na medida em que as telecomunicações são transversais e integrativas de qualquer sistema económico e social.

Em Angola, o sector apresenta grande relevância, principalmente após o processo de liberalização, iniciado em 2001, que desencadeou um conjunto de investimentos que possibilitaram o seu crescimento e expansão. Só em 2019, o sector das Telecomunicações (e Correios) foi o responsável directo por 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), confirmando a sua crescente importância como prestador de serviços e gerador de emprego e receitas para o Estado, contribuindo, igualmente, para o seu reconhecimento como um dos potenciais motores da diversificação económica.

De acordo com Instituto Nacional de Estatística- INE (2022) a população angolana é estimada em 32,1 milhões de habitantes, sendo o mercado de comunicações móveis actualmente servido da seguinte forma: 15,3 milhões de usuários de telefonia móvel, 120 mil usuários de telefonia fixa, 7,5 milhões de usuários de internet e 1,8 milhões de usuários televisões por subscrição.

Não obstante os investimentos realizados, os serviços de comunicações electrónicas no país ainda se encontram em predominância na capital (Luanda), o que se justifica por ter a maior malha empresarial e densidade populacional, em comparação com outras províncias. Com efeito, os custos de instalação de infraestrutura são altos e, por consequência da sua concentração nos mesmos pontos de interesse, acabam por conduzir à sua duplicação.

As duas empresas ganharam licença por parte do Banco Nacional de Angola, e já operam no sector financeiro com o programa Unitel Money e Afrimoney, pelo que demonstra o próximo desafio para as demais operadoras. Não obstante a estes resultados a Unitel é accionista de várias empresas, dentre elas, um dos maiores Bancos Comerciais do país (BFA), sendo o accionista maioritário com 51,9% contra 48,1% detido pelo BPI.

Antecedentes históricos

O relatório da Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC) de 2023, fez menção de que, os antecedentes do presente estudo circunscrevem-se ao processo de liberalização do sector das telecomunicações em Angola, com início em 1975, de que, de forma sintetizada, se podem destacar 4 (quatro) fases principais:

- **1.ª Fase:** Controlo Absoluto das Telecomunicações pelo Estado (1975 – 1994) Em 1975, as telecomunicações foram eleitas como uma das actividades estratégicas para a afirmação e conservação da independência do novo Estado;
- **2.ª Fase:** Controlo Relativo das Telecomunicações pelo Estado (1994 – 2000) - Em 1997, é aprovado o regulamento sobre o acesso ao exercício da actividade de prestação de serviços de telecomunicações complementares e de valor acrescentado, por Decreto n.º 18/97, de 27 de Março. Ainda em 1997, inicia-se o fim do monopólio da Angola Telecom na exploração das comunicações, por via do Despacho n.º 65/97, de 31 de Dezembro de 1997.

Já no ano 2000, fruto das orientações da Lei n.º 13/94 e dos Decretos n.ºs 18/97 e 9/99, o Estado, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/00, de 19 de Março, assina, com a UNITEL, SARL, o primeiro contrato de concessão para a prestação do serviço de telecomunicação complementar móvel.

Neste mesmo período, são emitidas 4 (quatro) licenças de serviços fixos¹¹ para as respectivas operadoras: *Mercury Telecommunication Services* (hoje MSTelcom), Mundo Startel, Nexus e Wezacom, com o objectivo de expandir os serviços às zonas rurais e suburbanas.

- **3.ª Fase:** Expansão e Modernização das Telecomunicações (2001 – 2009) - No mesmo ano é aprovada a Lei de Bases das Telecomunicações, através da Lei

n.º 8/01, de 11 de Maio, que veio definir as bases gerais para o estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas e serviços de telecomunicações. Em 2002, é aprovada a nova Lei de delimitação dos sectores da actividade económica, que relativiza ainda mais a intervenção do Estado nas telecomunicações. É criada, ainda nesse ano, a MOVICEL, que passou a operar como subsidiária da Angola Telecom:

- **4.ª Fase:** Incremento e Consolidação de Informação e

Comunicação (2010 – Presente) - A partir de 2010, com a revisão da Constituição da República, o Estado tornou-se mais regulador, coordenador e definidor de políticas do desenvolvimento da economia e menos operador. No mesmo período, reforça-se a promoção da iniciativa privada e da economia de mercado, assente nos valores da sã concorrência. Ainda no mesmo ano, entra para o mercado a empresa ZAP, com serviços de TV por subscrição, via satélite.

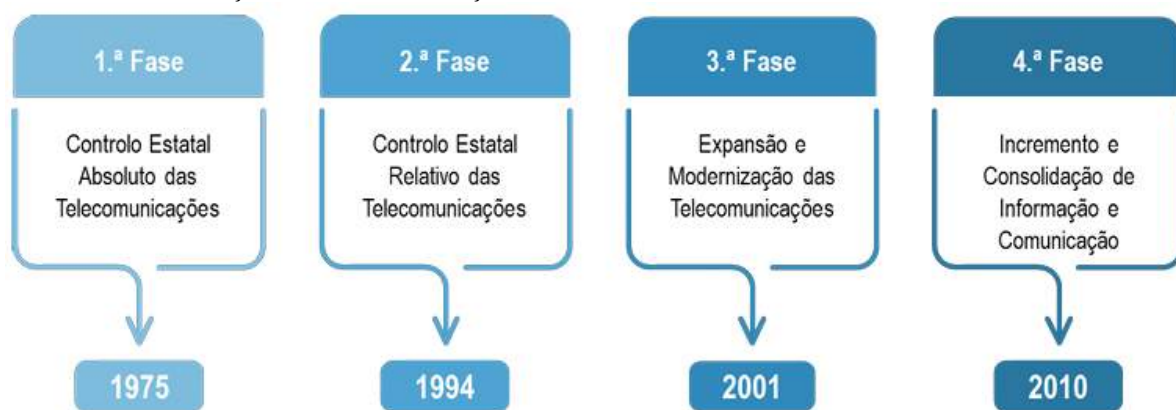


Figura 1: Processo de Liberalização das Telecomunicações em Angola (ARC, 2021)

Era Digital

Com a entrada da Africell no mercado das telecomunicações, em Dezembro de 2021, o sector cresceu quase 70% para 25,9 milhões de subscritores até Setembro de 2023, um aumento em relação aos 15,3 milhões de subscritores de 2021. A operadora com origem no Líbano e capital americano trouxe uma nova dinâmica ao mercado, que era essencialmente dominado pela Unitel, que detinha 90% dos subscritores, sendo que a Movicel detinha os restantes 10%.

Apesar desta nova era do mercado dos telemóveis, a Unitel, que pertence na totalidade ao Estado, através do Instituto Nacional de Gestão de Activos (IGAPE) e da Sonangol (o que não é recomendável em economias de mercado, pois o estado deve

apenas regular o sector e não o contrário), ela mantém a hegemonia, mas perdeu quota de mercado para 72% dos 25,9 milhões de subscritores actuais.

Actualmente, a operadora Africell opera apenas nas províncias de Luanda, Benguela e Huíla mas já é a segunda maior operadora do mercado de telefonia móvel com 24% de quota, fazendo (quase) desaparecer a Movicel, que tem apenas 4% dos cartões SIM activos. E se a Africell entrar nas restantes 15 províncias, o que será da carteira de mercado no sector das telecomunicações...

A Unitel, cujas acções foram apropriadas pelo Estado em 2022, conta com 18,6 milhões de clientes, o que se traduz num aumento de 2,4 milhões de subscritores em comparação com os três primeiros trimestres de 2022.

Talvez já estamos a viver uma concorrência perfeita no sector das telecomunicações, e necessidade de se rever as políticas e decretos/Leis do sector, pois, poucas empresas são responsáveis pela maioria ou por toda a oferta do serviço. Nesse contexto, os produtos e serviços comercializados por elas podem ou não ser diferenciados. O que faz com que, as empresas obtêm lucros consideráveis no curto e médio prazo, pois as condições normais é obter tais resultados a longo prazo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo quanto aos objectivos caracterizou-se por uma pesquisa bibliográfica, histórica e descritiva. Para o presente estudo utilizou-se um método de abordagem misto (pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa). Quanto aos procedimentos, a pesquisa caracterizou-se por estudo observatório e comparativo, bem como estudo de caso: procura o aprofundamento de uma realidade específica. Quanto ao método de pesquisa,

o trabalho apresenta uma pesquisa hipotético-dedutivo.

A recolha de dados foi feita através das análises financeiras (UNITEL e AFRICELL), bem como dos relatórios do instituto nacional de comunicação e da Autoridade Reguladora da Concorrência angolana; observação directa e análise documental. Para melhor compreender, analisar e interpretar os resultados, utilizamos elementos da estatística descritiva e indicadores financeiros, principalmente, percentagem e rácios. Estes elementos estatísticos e indicadores financeiros permitiram-nos perceber a evolução das variáveis endógenas e exógenas. A unidade de pesquisa foi realizada na Unitel e Africell.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Angola apresenta um conjunto de empresas que actuam nos variados segmentos do sector das telecomunicações. De acordo com o levantamento realizado, foi possível identificar 17 (dezassete) empresas no sector.

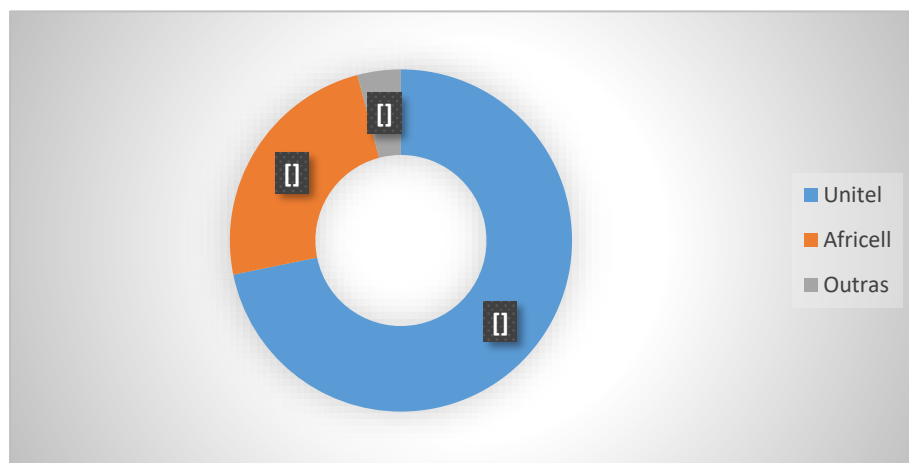


Gráfico 1: Quotas de subscritores de Telefonia móvel celular.

A disputa pelo domínio do segmento de telefonia móvel celular mantém-se favorável à Africell que, ao contrário da Unitel e Movicel, só tem registado ganhos desde a sua entrada no mercado, conforme espelha o mais recente relatório do Instituto Angolano das Comunicações (INACOM), relativo aos períodos em estudo.

A Unitel mantém-se a liderar o primeiro lugar deste segmento com 18.564.799 subscrições, o que representa 71.8% de todas as subscrições de telefonia móvel celular, muito abaixo dos 73% de subscrições que a operadora concentrava no final de 2022, pelo que precisava olhar para os cenários actuais do sector, caso contrário

poderá igualar-se nos próximos tempos a Africell.

Na segunda posição está a Africell, que conta agora com 6.231.661 de subscrições, o que representa 24.1% das subscrições de telefonia móvel celular, muito acima dos 21% de subscrições de que a operadora dispunha no final de 2022, pelo que apresenta um bom resultado, pois ainda só opera em três cidades do País. Mas a Africell, em apenas um ano, conquistou

42,9% dos assinantes, somando, nesta altura, 960.369 clientes.

Em 2022, no ano de estreia da operadora de capital americano, a operadora em posse do Estado detinha 7,6 milhões e a Africell 5,6 milhões de utilizadores. Outro mercado importante é o da Huíla, onde a Africell inaugurou operações em Agosto do ano passado. A província do Sul do País tem perto de 1,7 milhões de subscritores.

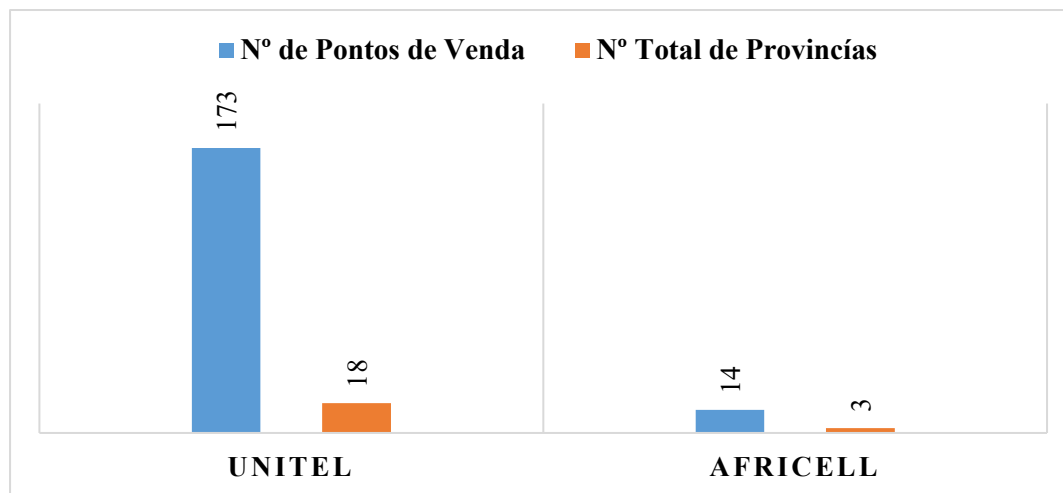


Gráfico 2: Cobertura nacional por pontos de venda de serviços de telefonia móvel

Relativamente aos meios de acesso, de acordo com os dados fornecidos pelas empresas em análise e publicados no relatório da ARC, tanto a Unitel (173) como a Africell (14) recorrem a lojas próprias. Porém, as duas empresas recorrem, igualmente, a agentes, possuindo a Africell um total aproximado de 6 000 agentes e a

Unitel com um total 5 104 agentes. Apesar da cobertura nacional, com excepção da Africell, que cobre 3 (três) províncias, é notável a diferença entre ambas, na medida em que a Unitel lidera quer em total de postos de venda quer em número de agentes, mas tendência de crescimento da Africell é maior.

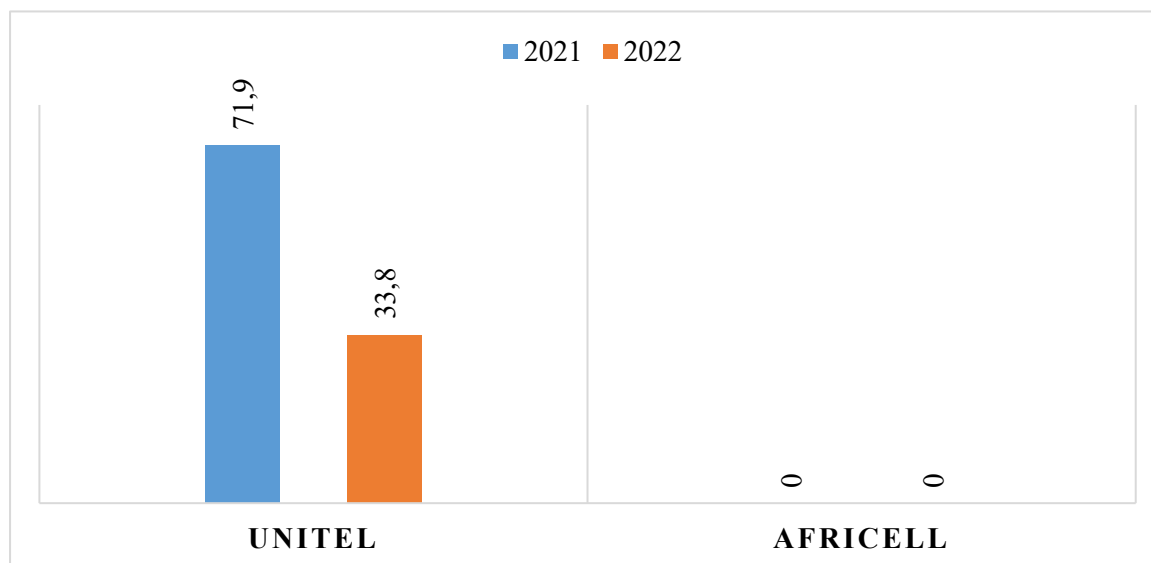


Gráfico 3: Lucros obtidos em Mil milhões de Kwanzas

A maior operadora de telefonia móvel no País, a Unitel, viu os seus lucros caírem significativamente para 33,8 mil milhões Kz em 2022, o equivalente a 41 milhões USD à taxa de câmbio média actual, contra os 93,8 mil milhões Kz (113 milhões USD) contabilizados em 2021, espelhando uma quebra expressiva de 64%, a partir do relatório e contas da empresa referente ao ano passado.

O resultado financeiro negativo decorreu de perdas monetárias estimadas em cerca de 51 mil milhões Kz (62 milhões USD), em consequência da variação cambial que foi desfavorável para a empresa, bem como os juros a pagar às firmas Vidatel, de Isabel dos Santos, Geni, do general Leopoldino Fragoso do Nascimento “Dino”, PT Ventures, controlada pela brasileira Oi, e MS Telecom, detida pela Sonangol. As operações financeiras da Africell teve seu início apenas em Abril de 2022, tendo neste momento não publicado seus relatórios e conta, mas tal facto sucede em função dos obstáculos que enfrentou nos primeiros dias da sua operacionalidade.

A depreciação do kwanza e os desafios das operadoras de Telecomunicação

A depreciação do kwanza (moeda angolana) nos últimos tempos tem tornando os custos das empresas de telecomunicações no país mais elevados, já que grande parte dos fornecedores são estrangeiros.

A instabilidade da moeda nacional depois da flexibilização do câmbio, desde 2018 até a presente data, não só aumentou os custos das empresas das telecomunicações, como também condiciona novos investimentos em infraestruturas e dificulta os financiamentos. Assim, para seguir o processo de digitalização que ocorre em todo o mundo, os players do sector procuram manobras enquanto não ajustam os preços, porem aqui uma desvantagem

entre a Unitel e a Africell, sendo a última de financiamento estrangeiro e por sinal norte americano, além do mais esta inserido em outros países do continente tem alguma vantagem na aquisição de novos serviços e produtos a partir do exterior, diferente da Unitel, que desde a data de 2018 é detido a 100% pelo estado.

A Unitel, já se depara com o problema da depreciação do kwanza há mais oito anos, uma vez que uma parte dos investimentos exige capital estrangeiro e os fornecedores também são estrangeiros, o que obriga a empresa a refazer os cálculos sempre que a moeda nacional deprecia. Esta acaba sendo uma das razões porque a Unitel nos últimos cinco anos, não publica de forma oficial no seu portal o relatório e contas.

Um dos desafios é saber até que ponto estas operadoras aguentarão financeiramente este nível, que de facto, é um desafio“, como é caso da Movicel que quase já não existe.

Pelo que provavelmente o órgão regulador poderá nos próximos tempos emitir a possibilidade de reajustar os preços nos próximos tempos, uma vez que a depreciação tem sido recorrente, pelo menos até a presente data. Mas, ainda há muita coisa para se consertar antes de se avançar com uma possível subida dos preços, já que com a inflação (nesta altura ronda em 24%) crescente que se tem verificado, os rendimentos líquidos das famílias também baixaram. Isto quer dizer que o rendimento líquido disponível que é alocado para o consumo de telecomunicações tem vindo a decrescer de forma decrescente, portanto, as pessoas têm menos poder de compra.

O negócio das telecomunicações em todas as operadoras do país era de três mil milhões de dólares, hoje não se consegue chegar a mil milhões de dólares. E acredito que se o cenário não mudar, este cenário deverá ainda perdurar muito tempo, pelo que pode colocar algumas destas operadoras em desvantagem de outras.

Os orçamentos das empresas das telecomunicações são feitos para que haja capacidade para absorver choques externos pelo menos ao que se apresenta actualmente o cenário do sector. E para haver alterações no preço tem de haver uma concertação entre os players e o regulador. Razão pela qual o recrutamento e selecção do pessoal já não é mais visto neste sector conforme se assistia há 8 anos atrás. Todos os intervenientes no sector precisam perceber que os ciclos mudam, e é preciso conversar com o regulador e consertar decisões. Com o intuito de nivelar e sermos proporcionais àquilo que está a acontecer.

A actual realidade contrasta com a de 2012, por exemplo, quando menos de 5 mil milhões Kz separavam os lucros da operadora de toda a banca comercial angolana. Nessa altura, a Unitel, sozinha, obteve lucros equivalentes a 95,1% dos lucros dos 22 bancos que operavam no País, num ano em que operadora de telefonia móvel alcançou rendimentos de 99 mil milhões Kz, equivalentes a mil milhões USD à taxa de câmbio média do período, ao passo que no agregado as 22 instituições financeiras fecharam o ano com lucros na ordem dos 94,2 mil milhões Kz (985 milhões USD).

A Unitel é um agente dominante no mercado e os clientes sofreram como resultado disso porque não receberam o melhor em termos de preço, valor e serviço que teriam se existisse uma concorrência verdadeira e o dinamismo que isso traz. Mas as estratégias da Africell tem estado a preocupar a operacionalidade da Unitel.

A Africell introduziu planos de preços muito mais criativos e flexíveis, o que fez com que as operadoras já existentes entrassem no jogo, procurou apresentar soluções de alta velocidade, mais serviços de valor acrescentado. Em particular, coisas como pagamentos móveis e conteúdos, que não foram bem integrados no produto principal de comunicação, vão fazer parte da nossa solução.

CONCLUSÕES

Apesar desta nova era digital no sector das telecomunicações angolanas, a Unitel, que pertence na totalidade ao Estado, através do Instituto Nacional de Gestão de Activos (IGAPE) e da Sonangol, mantém a hegemonia, mas está perdendo quota de mercado para 72% dos 25,9 milhões de subscritores actuais.

Actualmente, a operadora Africell opera apenas nas províncias de Luanda, Benguela e Huíla, mas já é a segunda maior operadora do mercado de telefonia móvel com 24% de quota, fazendo (quase) desaparecer a Movicel, que tem apenas 4% dos cartões SIM activos. A operadora de telefonia móvel, Africell prevê em 2024, ainda este ano, expandir o sinal nas províncias do Huambo, Cabinda, Huíla e Zaire, perfazendo um total de seis, numa altura em que já conta com mais de sete milhões de clientes em apenas um ano de operações, de acordo as informações do site da referida empresa.

Em termos comparativos, nos últimos nove meses de 2023, o mercado de telefonia móvel cresceu 15,6% em relação ao período homólogo de 2022 (registava 21,8 milhões de utilizadores).

Houve alguma dificuldade em obter informações de financeiras da Africell, primeiro deve-se pelo facto da mesma ter entrando em funcionamento em Abril de 2022, mas conforme o código fiscal angolano, a sua publicação é de carater obrigatório, mas o caminho que vem percorrendo a Africell, mesmo com os bloqueios que a mesma encontrou no mercado são de facto assustadoras para os concorrentes, pois tal demonstra que é o regresso ao crescimento "normal" depois do "boom" entre 2021 e 2022, período em que a subscrição de telefonia móvel cresceu 49%. A entrada em cena da operadora Africell foi a grande impulsionadora de recorde de crescimento no mercado angolano. Isto permitirá que seu capital investido cresça num curto espaço de tempo devido as inovações e soluções digitais que

a mesma apresentada e que as demais são obrigadas a seguir o mesmo caminho.

A Unitel, cujas acções foram apropriadas pelo Estado em 2022, conta com 18,6 milhões de clientes, o que se traduz num aumento de 2,4 milhões de subscritores em comparação com os três primeiros trimestres de 2022, a fidelização e a confiança dos seus clientes é o principal aspecto positivo que faz com que a Unitel não perca por enquanto seus clientes, e a concorrência desleal que teve durante muito tempo, colou a mesma por muito tempo confortada, urge a necessidade de criar novas estratégias, no sentido de não perder o controlo do mercado.

Contudo, compreender o comportamento dos custos das operadoras angolanas não é tarefa simples. Isto porque, os custos recebem interferência dos diversos ramos de actividade, na medida em que cada sector tem sua própria produção e o seu próprio ambiente operacional, bem como, tecnologia associada, mercados de produtos e ambientes regulatórios, por exemplo actualmente a Unitel enfrenta sérios problemas de aquisição de novos equipamentos modernos tendo em conta a concorrência e a Africell pelo facto de seus investidores serem americanos tem quase alguma vantagem neste sentido.

Portanto, o sector de telecomunicações angolanos, o qual passou por diversos processos de regularização que se iniciaram em 1994, é um exemplo típico destas interferências no comportamento dos custos e devido a sua importância para o desenvolvimento do país, carece de estudos para sua melhor compreensão.

O ambiente competitivo instaurado em Angola tem impulsionado as empresas de telecomunicações a obterem ferramentas e sistemas que permitam o conhecimento de seus custos, bem como o seu acompanhamento. Neste sentido, os gestores que, além de mensurar os custos, compreendam o comportamento destes, apresentam maior capacidade de prever a trajetória destes custos nas diversas

circunstâncias operacionais em tempo hábil e útil.

Portanto os objectivos a que destinavam esta pesquisa foram parcialmente alcançados, tendo em conta os défices das demais informações financeiras.

Sugere-se para novas pesquisas analisar o comportamento dos custos destas empresas, a fim de comparar os impactos das mesmas tendo em conta as tendências e desafios financeiros nas operadoras de telecomunicações Angolanas na nova era digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Archer, R. (1988). Tecnologia e Desenvolvimento. Revista Brasileira de Tecnologia, 19(1), pp. 46.
- Barbieri. (2010). Inovação e sustentabilidade: Novos modelos e proposições. Revista de Administração de Empresas. São Paulo. V. 50, N. 2. Abr./Jun.
- Belfort, N. (2012). Da Reforma do Código Florestal e o Conflito de Interesses entre Ruralistas e Ambientalistas. Revista De Direito Da Unigranrio, v. 5, n. 1, p. 24.
- Bourdieu, P. (2008). A miséria do mundo / sob direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo... ET. AL. 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes.
- Couto et al. (2004). Ciência, Inovação e Desenvolvimento Sustentável: Desafios e implicações estratégicas para a universidade. II Seminário Internacional - Rede Alfa PPlanGIES 25-29 de Outubro. Covilhã, Portugal.
- Dias, R. (2009). Gestão Ambiental Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 1ª Ed., São Paulo: Atlas.
- Kotler, P. (2000). Administração de marketing. São Paulo: Prentice Hall.
- Marconi, M. A. (1999). Técnicas de Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas

- de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 4. ed. – São Paulo: Atlas.
- Meadows, D. H. et al. (1992). *The limits to growth*. New York: Universe Books, 1972. – *Beyond limits: confronting global collapse, envisioning a sustainable future*. S. l.: Chelsea Green Publishing Company.
- Ngunga, E. J. (2015). *Science, Technology and Innovation – The challenges of strengthening the national innovation system of Angola*. BH, Brasil.

Livros

- Artigo integral na edição 758 do Expansão, de sexta-feira, dia 12 de Janeiro de 2024.
- Decreto Presidencial n.º 18/97, de 27 de Março.
- Lakatos, E.; & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª. ed.), São Paulo: Atlas.
- Lei n.º 13/94 e dos Decretos n.ºs 18/97 e 9/99, o Estado, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/00, de 19 de Março.
- Lei de Bases das Telecomunicações, através da Lei n.º 8/01, de 11 de Maio.
- Melo, J. R. (2000). *Liberalization and privatization in Chile*. In B. Wellenius, & P. A. Stern (Eds.). *Implementing reforms in the telecommunications sector: Lessons from experience*. Washington DC: World Bank.
- Minttits, Livro branco das Tecnologias de informação e Comunicação, Estratégia para a transformação digital, 2019 -2022.
- Banerjee, A.; & Ros, A. J. (2000). *When, where, and how? Implementing elective telecommunications competition and regulatory policy*.

Revista

Revista O Telegrama: Leia o artigo na íntegra na edição n.º 3 da revista O Telegrama, de 24 de Novembro de 2023, em papel.

Relatórios e outros

Unitel (202 -2021) Relatórios e Contas. Relatório da Autoridade Reguladora da Concorrência (ARC) , 2023.

Relatório do Instituto Nacional da Comunicação (INACOM), 2022.

Banco Fomento Angola (2021 - 2017) Relatórios e Contas.

Recursos online

<https://www.inacom.gov.ao/ao/>
<https://www.africell.ao/>

31 - 03 | 2025

ANALISE DE VIABILIDADE ECONOMICA E FINANCEIRO DO PROJECTO MUSICAL MARIMBANDO EM LUANDA NO ANO DE 2024

Economic and financial viability analysis of de marimbandando musical Project in Luanda 2024

Análisis de viabilidad económica y financiera del Proyecto Musical de Marimbandando en Luanda 2024

Tandu Wulu¹, Osvaldo Hongolo Muhongo², Hironidina Sebastião Toto Jorge³

¹Msc.

²Lic.

³Lic.

Autor para correspondência:

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Wulu, T.; Muhongo, O. H.; & Jorge, H. S. T. (2025). Analise de viabilidade economica e financeiro do projecto musical marimbandando em Luanda no ano de 2024. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 87-103. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

O presente artigo trabalho desenrola-se no âmbito de um investimento financeiro para a criação de uma oficina de instrumentos musicais tradicional angolano por parte da Academia Reino das melodias Prestação de Serviço, com grande ênfase na marimba, numa primeira fase será fabricado apenas a marimba e a dicanza. O estudo de viabilidade econômica e financeira é direcionado ao sector de educação, ou seja, pretende-se saber a rentabilidade do projecto Marimbandando se implementado no sistema de ensino em Luanda, público e privado. Especificamente apresentar os principais aspectos teóricos sobre estudo de projecto de investimento, identificar as principais receitas e custos, fontes de financiamento, taxas de juros e os prazos de reembolso de modo a avaliar a sua rentabilidade, e analisar os principais elementos de suporte de viabilidade econômica e financeira (VAL, TIR e Payback) de projecto de Investimento. Em termos metodológicos utilizou-se o método

analítico e o descritivo, bem como pesquisas bibliográficas e documentais. O trabalho desenrolou-se em três fases, começando com as generalidades sobre as noções gerais de um projecto de investimento, sua tipologia, classificação, etapas e avaliação. Depois a descrição dos formulários de base da avaliação do projecto como plano de investimento, de exploração e de financiamento. Por fim, o estudo de caso, onde se apresentou o projecto, através da avaliação dos diferentes indicadores de viabilidade, tais como: CASH – FLOW, VAL, TIR e Payback. Partindo do investimento feito, amortizações, das receitas e despesas, até a determinação dos diferentes resultados parciais, e do cumprimento dos pressupostos técnicos, económicos e financeiros, conseguimos demonstrar que é um projecto com mercado sustentável, técnico e operacionalmente viável para a sua aprovação e financiamento.

Palavras-chave: Investimento, cash flows, VAL, TIR, payback.

ABSTRACT

The work takes place within the scope of a financial investment for the creation of a traditional Angolan musical instrument workshop by Academia Reino das melodias Prestação de Serviços, Lda with great emphasis on the marimba, in the first phase only the marimba and the dicanza. The economic and financial viability study is aimed at the education sector, that is, the aim is to know the profitability of the Marimbando project if implemented in the education system in Luanda, public and private. Specifically, present the main theoretical aspects regarding the study of an investment project, identify the main revenues and costs, sources of financing, interest rates and repayment terms in order to assess its profitability, and analyze the main elements supporting economic viability and financial (VAL, IRR and Payback) of the Investment project. In methodological terms, the analytical and descriptive method was used, as well as bibliographic and documentary research. The work took place in three phases, starting with generalities about the general notions of an investment project, its typology, classification, stages and evaluation. Then the description of the basic forms for evaluating the project such as investment, exploration and financing plans. Finally, the case study, where the project was presented, through the evaluation of different viability indicators, such as: CASH – FLOW, VAL, IRR and Payback. Starting with the investment made, amortizations, revenues and expenses, up to the determination of the different partial results, and compliance with the technical, economic and financial assumptions, we were able to demonstrate that it is a project with a sustainable market, technically and operationally viable for its approval and financing.

Keywords: Investment, cash flows, VAL, IRRs, payback.

RESUMEN

Este artículo es parte de una inversión financiera para la creación de un taller de instrumentos musicales tradicionales angoleños por parte de la Academia Reino das Melodies Prestação de Serviço, con fuerte énfasis en la marimba. En una primera fase se fabricarán únicamente la marimba y la dicanza. El estudio de viabilidad económico-financiera está dirigido al sector educación, es decir, se pretende conocer la rentabilidad del proyecto marimbando si se implementa en el sistema educativo de Luanda, tanto público como privado. En concreto, presentar los principales aspectos teóricos del estudio de proyectos de inversión, identificar los principales ingresos y costes, fuentes de financiación, tipos de interés y plazos de amortización para evaluar su rentabilidad, y analizar los principales elementos que soportan la viabilidad económica y financiera (VAN, TIR y Payback) de un proyecto de inversión. En términos metodológicos se utilizaron los métodos analíticos y descriptivos, así como la investigación bibliográfica y documental. El trabajo se realizó en tres fases, iniciando con información general sobre las nociones generales de un proyecto de inversión, su tipología, clasificación, etapas y evaluación. A continuación se describe las formas básicas para evaluar el proyecto como plan de inversión, exploración y financiamiento. Finalmente, el caso de estudio, donde se presentó el proyecto, a través de la evaluación de diferentes indicadores de viabilidad, tales como: CASH – FLOW, VAL, TIR y Payback. A partir de la inversión realizada, amortizaciones, ingresos y gastos, hasta la determinación de los diferentes resultados parciales, y el cumplimiento de los supuestos técnicos, económicos y financieros, pudimos demostrar que es un proyecto con mercado sustentable, técnica

y operativamente viable para su aprobación y financiamiento.

Palabras clave: Inversión, flujos de caja, VPN, TIR, amortización

INTRODUÇÃO

Projeto de investimento é definido como um conjunto de informações internas e/ou externas à empresa, coletadas e processadas com o objectivo de analisar-se (e, eventualmente, implantar-se) uma decisão de investimento (Wolter & Mathias, 1996). Angola é um país muito rico e com várias possibilidades para empreender, dentre todas as áreas o sector que menos recebe investimento é a cultura e educação. A cultura e a educação têm um papel preponderante na vida de um cidadão essa deve começar na infância.

O presente trabalho abordará sobre análise de viabilidade económica e financeiro do projecto musical Marimbando e o seu impacto social no ano 2023. Pretende-se com este, provar que a cultura e a educação são áreas de investimento muito rentável, além de termos a matéria prima a disposição e a mão de obra acessível.

O ensino primário em Angola e em outras partes do mundo é composto por um conjunto de disciplinas, uma delas é a educação musical. Tem-se verificado um fraco investimento nesta área do saber, tanto no enriquecimento do programa, manuais e sobretudo instrumentos musicais.

A nossa cultura tem crescido de forma exponencial fora das nossas fronteiras, Angola precisa dar uma atenção especial para a sua cultura que também pode ser uma das fontes para arrecadar receitas.

Acredita-se que se o nosso País investisse na produção do instrumento musical que é um dos principais elementos de representação da cultura nacional, seríamos os maiores exportadores desse instrumento e de outros como a dikanza que é conhecido também como reco-reco, etc.

Problema da pesquisa

- Qual é a viabilidade económica, financeira, sociocultural e educacional do projecto musical Marimbando em Luanda no ano de 2024?

Objectivos da Pesquisa

Geral

- Analisar a viabilidade económica, financeira, do projecto musical Marimbando em Angola no ano 2024.

Específicos:

- Apresentar conceitos gerais sobre investimento.
- Evidenciar as opções metodológicas para a viabilidade do investimento.
- Descrever a viabilidade do projecto de investimento Marimbando em Angola no ano de 2024.

Conceitos teóricos sobre projecto de investimento

Conceito de Projecto de investimento.

Coen e Eisner (1992, p. 508) definem investimento como sendo a formação de capital, ou seja, aquisição ou criação de recursos a serem usados na produção, distribuição e comercialização de bens e serviços. Para Marques, o investimento “corresponde numa aplicação de capitais, ou seja, a um conjunto de recursos financeiros capaz de ter aplicações produtivas ou lucrativas”

O Estudo de investimento que aqui apresentamos é sobre o contexto das finanças empresariais e enquadra-se na perspectiva microeconómica.

Um projecto de investimento pode ser entendido em duas acepções. Uma enquanto plano ou intenção de investimento e outra como estudo ou processo escrito da intenção de investimento ou negócio.

No primeiro sentido, projecto de investimento é uma proposta de aplicação

“de recursos escassos que possuem aplicações alternativas a um negócio, que se espera, gerar rendimentos futuros durante um certo tempo, capazes de remunerar a aplicação. Na segunda interpretação, o projecto de investimento “é entendido como a tradução no papel da intenção de investimento”

As duas ações são equivalentes, sendo reunidos no dossier do projecto de investimento os estudos de suporte a intenção de negócio exigidos pelas instituições financeiras às empresas que procuram por financiamento, são hoje designados de planos de negócio ou também por projectos de investimento.

1. Rebelatto explica a necessidade da planificação e avaliação dum ou múltiplos projetos, onde uma das questões mais importantes no desenvolvimento dos negócios e a geração e a avaliação de alternativas de investimento. A avaliação do investimento tem maior importância em especial, nas economias com imprevisibilidade política e económica (Rebelatto, 2004).
2. Conforme Neto a planificação do projeto apresente elaboração dum mapa com informação relevante para efetuar uma avaliação certa, que vai permitir a verificação da viabilidade financeira do empreendimento antes da implementação do investimento (Neto, 2009). Segue o Marques a razão da avaliação financeira do projeto proposto é a determinação da rentabilidade ou determinação de «um juízo» sobre qualidade técnica e comercial do projeto, onde propõe utilizar os preços de mercado ou preços em termos de empresa para os estudos de viabilidade (Marques, 2006).

Características, Tipologia e Classificação dos Projectos de Investimento.

Características.

Segundo Consalter, cada projecto tem característica própria, sendo que, dentre as características gerais ou aspectos básicos, podemos mencionar os seguintes:

- a) De forma a promover Existência de entidade (s) promotora (s);
- b) Alocação de meios importantes variáveis e mutáveis;
- c) Temporalidade ou Descontinuidade;
- d) Dinamismo e evolução;
- e) Irreversibilidade;
- f) Existência de factores de influência externa;
- g) Unicidade;
- h) Singularidade;
- i) Administração específica;
- j) Riscos.

a compreensão dos aspectos básicos de um projecto, abaixo realiza-se breves considerações sobre eles:

a) Existência de entidade (s) promotora (s)

Todo projecto tem entidade promotora, esta última, por sua vez é definida como sendo a entidade pública ou privada, responsável pelo planeamento, execução, implantação e controlo do projecto.

b) Alocação de meios de meios importantes variáveis e mutáveis

A elaboração de um projecto exige a interacção de recursos diversificados, bem como a intervenção de especialistas de diferentes disciplinas técnicas. Por outro lado, regista-se maior dificuldade (de gestão) na diversidade do que nas quantidades. De realçar que os recursos a utilizar variam ao longo do projecto.

c) Dinamismo e evolução

O projecto tende a criar algo de novo e está em contínua evolução, desenvolvendo situações de frequente mudanças. Como tal, impõe uma dinâmica muito forte nas actividades de seus participantes. A dinâmica de um projecto pode ser comparada á onda (Brand), pois esta forma-se, muda de forma e de intensidade e

desfaz-se bruscamente sobre os rochedos ou suavemente sobre a areia da praia.

d) Irreversibilidade

Na execução ou implantação de um projecto, as decisões que se vão tomando são em geral irreversíveis, pois que a marcha atrás, implica grandes prejuízos económicos e podendo inviabilizar os prazos de conclusão.

e) Existência de factores de influência externa

Todos projectos podem sofrer influências externas ou autoinfligidas, estas por sua vez são exercidas pelo meio ambiente, social, político e económico. Estas últimas podem provocar alterações ou mesmo fracasso do projecto (independentemente de possíveis problemas de razões técnicas), sendo muito difíceis de serem previstas.

f) Unicidade

O produto e/ou serviço de cada projecto é único. Podemos tomar como exemplo o Mundial de futebol ou também chamado de copa de mundo, que envolve conceitos (de planeamento), recursos físicos (materiais e construções) e eventos (os jogos realizados).

g) Singularidade

Não há dois projectos iguais. Cada projecto depende de seus objectivos, do ciclo de vida, da competência da equipa, da disponibilidade de recursos e certamente dos factores do ambiente em que está contextualizado.

h) Administração específica

Quando administrado por meio de técnicas específicas, dependendo tanto da natureza intrínseca da situação, quanto da forma consciente de assegurar a orientação do esforço para obtenção de um resultado, os projectos têm maior probabilidade de êxito.

i) Riscos

O projecto têm componentes de incerteza, que cercam o resultado esperado e/ou as condições de realização durante a

execução, uma vez que as expectativas dos agentes económicos mudam. Os projectos muitas das vezes estão sujeitos a riscos ambientais, sociais, políticos, económicos e de imagem. De realçar que em certos casos, a implantação de projecto desvirtua-se dos objectivos pré-determinados.

No entanto, mesmo que ao elaborar o projecto, o gestor do mesmo esteja ciente das especificidades supramencionados, não é possível no início do projecto estabelecer com precisão suas características e seus parâmetros.

As características essenciais do processo de planeamento de projectos, segundo Consalter são as seguintes:

- a) Definição dos objectivos propostos;
- b) Identificação das

actividades e recursos necessários para realizá-las;

- c) Estabelecimento das relações sequências para as actividades;
- d) Determinação do prazo de conclusão do projecto;
- e) Determinação dos recursos necessários ao cumprimento dos objectivos.

De formas a compreender melhor estas características, o autor esmiúça cada uma delas, resultando na seguinte avaliação:

- O processo de planeamento começa pela definição clara de objectivos do projecto;
- Todas as actividades envolvidas no projecto e os recursos necessários para realizá-los devem ser identificados, ou seja, é preciso determinar quais são os trabalhos e materiais necessários para que o projecto seja concluído;
- Uma vez identificadas as actividades, sua relação sequencial precisa ser determinada, antes que outras actividades sejam iniciadas, o gestor do projecto deve identificar quais actividades devem ser completadas e quais podem ser empreendidas simultaneamente, podendo planear a fase de utilização de diagramas de fluxo;

- Feita esta identificação, o gestor deve realizar o cálculo das estimativas de tempo para as actividades e a sua programação;
- Fazendo uso das estimativas, o gestor desenvolverá o cronograma geral do projecto, resultando na fixação da referida data de conclusão;
- O cronograma do projecto é comparado com os objectivos, e são feitos os ajustes necessários;
- Os recursos são estimados e colocados em um cronograma financeiro.

O processo de planeamento só se torna completo, quando for totalmente executado e quando sua continuidade for assegurada por meio de avaliação e do controlo.

A avaliação de um projecto pode ser feita por meio de um estudo de viabilidade, na qual serão analisadas a exequibilidade, as formas de alcançar os objectivos, as opções de estratégia e a metodologia.

A implementação ou implantação de um projecto exige o processo de controlo. Este último tem por objectivo disponibilizar informações sobre a execução das diversas etapas do projecto, de forma a assegurar

que os objectivos propostos sejam alcançados.

O Controlo é uma função administrativa essencial do sistema de planeamento, que envolve o processo de acompanhamento das actividades para determinar se os resultados, em termo de desempenho técnico, de tempo e de custos projectados, estão sendo atingidos com eficácia e eficiência.

Um sistema de avaliação e controlo eficaz, permite estabelecer padrões, observar e comparar desempenhos, bem como, empreender acções correctivas se necessário. Os elementos que devem ser avaliados e acompanhado nesse sistema são¹³:

- Escopo do Projecto;
- Especificações do produto e/ou serviço;
- Cálculo de custos;
- Projecções Financeiras, que consistem no provisionamento de fundos e outros padrões de desempenho derivados do projecto.

Segundo Consalter, as principais decisões e tarefas do planeamento de um projecto, esquematicamente representam-se na ordem apresentada a seguir:

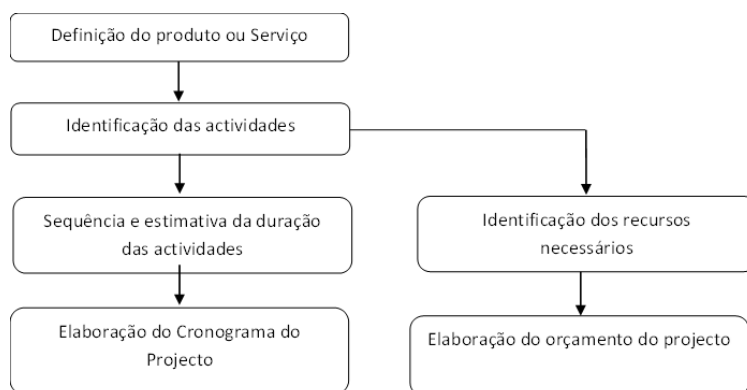


Figura 1: Decisões e tarefas referentes ao planeamento de projecto (Consalter, 2012, P. 24)

Estrutura de informação para Avaliação da Viabilidade Técnica, Económica e financeira de um Projecto de Investimento.

A análise da viabilidade técnica, económica e financeira de um projecto, pressupõe a pesquisa e arrumação sistemática de elementos técnicos, económicos e

¹³ Consalter, Op. Cit. p. 24. Nota 4

financeiros, por sua vez devidamente estruturados, sendo estes conducentes à determinação da rentabilidade do projecto. Os elementos fundamentais, que pressupõem a estruturação da informação, são:

- Fundamentação;
- Apresentação da empresa;
- Pesquisa de mercado;
- Análise estratégica;
- Plano de Investimento;
- Plano de amortizações;
- Plano previsional de funcionamento do projecto;
- Mapa de receitas previsionais (Cash-flows de entrada);
- Mapa de custos previsionais (Cash-flows de saída);
- Mapa de encargos com pessoal;
- Mapa do serviço da dívida;
- Demonstração de resultados;
- Balanço previsional;
- Análise dos cash-flows do projecto;
- Conclusão.

MATERIAIS E MÉTODOS

No trabalho apresentado esta realizada a investigação empírica, para compreender melhor a influência dos variáveis propostas sobre a intenção da implementação do projecto (Hill, 2008).

As teorias são propostas com outras formas de apresentação de ligações empíricas, são versões da realidade (Hill, 2008) onde essas representações podem ser certas ou erradas. Por outras palavras as teorias são as versões de realidade que são introdutórias e limitadas (Hill, 2008).

Como o projeto de investimento, estudo de caso, propõe criação de um atelier para o fabrico, comercialização e prestação de serviços no campo musical, e educacional, a problemática e respetivamente a teoria que vai determinar as hipóteses são especificadas na área da cultura e educação. A investigação tem três orientações, que são:

- ❖ Cultura.
- ❖ Educação.
- ❖ Análise Financeira e Investimento.
- ❖ Empreendedorismo.

Segundo Hungler & Polit (1995, p. 367), “a metodologia em investigação consiste na determinação das etapas, procedimentos e estratégias utilizadas para reunião e análise de dados”. É através da metodologia que se estuda, descreve e explica os métodos que se vão aplicar ao longo do trabalho, de forma a sistematizar os procedimentos adotados durante as várias etapas, procurando garantir a validade e a fidelidade dos resultados. A metodologia tem como objectivo analisar as características dos vários métodos disponíveis, observando as suas vantagens e desvantagens. Na fase metodológica, segundo Fortin (2000, p. 202) “deve-se operacionalizar o estudo, isto é: precisar o tipo de estudo, as definições operacionais das variáveis, o meio onde se desenrola o estudo e a população deste mesmo estudo”. Para essa pesquisa foi usado o método indutivo.

Método indutivo

Este método é responsável pela generalização, isto é, partimos de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral. Objectivo dos argumentos indutivos é levar a conclusão cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. (Cervo, Bervian, da Silva, 2007, p. 57)

Com este método foi possível fazer levantamento de várias situações que nos fez perceber a necessidade e importância do nosso projecto no mercado nacional.

Para a efetivação do nosso estudo tivemos as seguintes amostras:

- ❖ Três (3) mestres marimbistas.
- ❖ Cinco (5) professores de música.
- ❖ Cinco (5) professoras do ensino primário.
- ❖ Duas (2) Psicopedagogas.
- ❖ Três (3) Técnicos do ministério da cultura.

Os tipos de pesquisa a serem utilizados neste estudo são: pesquisa qualitativa – descritiva, bibliográfica, exploratório, de campo, e pesquisa quantitativa.

Pesquisa Descritiva

Pesquisa descritiva quando o pesquisador apenas regista descreve os factos observados sem interferir neles. Esta pesquisa ajudou-nos a registar, analisar, classificar e entender factos sociais, educacionais os sem a nossa interferência. (Cervo, Bervian, Da Silva, 2007, p 61).

Pesquisa Bibliográfica

Pesquisa bibliográfica quando elaborado a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações periódicas e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, materiais cartográficos, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contacto directo com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Esta pesquisa foi usada devido a necessidade que tivemos de recolher algumas informações ligadas ao projecto de investimento (Cervo, Bervian, Da Silva, 2007, p. 61)

Pesquisa Quantitativa

Pesquisa Quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de técnicas estatísticas. Esta pesquisa foi responsável pela tradução das respostas obtidas na pesquisa de campo em percentagens para facilitar a sua análise. (Cervo, Bervian, Da Silva, 2007, p. 61).

Pesquisa Exploratória

É um estudo do tipo exploratório uma vez que, “as pesquisas deste tipo têm como principal finalidade, descrever, esclarecer sem modificar conceitos e idéias, com vista à formulação do problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil, 1989, p. 45).

Esta pesquisa foi crucial no processo de auscultação dos grupos que serviram de amostra.

Foi ainda adotado o método quantitativo, visto que se trata de um processo sistemático de colheita de dados quantificáveis (Fortin, 2000). A recolha dos dados processou-se num determinado.

Pesquisa de Campo Pesquisa de campo

É aquela utilizada com o objectivo de conseguir informações ou conhecimentos a cerca de um problema para qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese que queiramos comprovar, ou ainda, descobrir fenómenos ou relações entre eles. Com esta pesquisa fomos ao campo recolher todas as informações necessárias acerca da problemática em questão (Cervo, Bervian, Da Silva, 2007, p. 61).

Técnicas utilizadas na Recolha de Dados

Para a recolha de dados vamos utilizar como técnicas o questionário e a entrevista que são instrumentos utilizados na investigação no campo das ciências sociais e humanas. Questionários é um instrumento de recolha de dados constituídos por uma série ordenada e perguntas, que devem ser respondidas por escritos e sem a presença de entrevistador. (Marconi, Lakatos; 2003, p 201).

População e Amostra

Segundo Carvalho (2009, p.137) a população é um conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição. Cada elemento da população designa-se muitas vezes por indivíduo dado estatístico ou unidade estratégica. A população em estudo corresponde aos profissionais ligados a educação (professores e psicopedagogos), cultura (músicos e técnicos do ministério da cultura), fazendo um total de 18 pessoas entrevistadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para concretizar essa pesquisa foi aplicado um questionário aos entrevistados

fechadas à resposta única, e para cada questão, foi realizada uma contagem manual onde os resultados foram apresentados em percentagem, o que facilitou a leitura dos resultados e o resumo

do estudo. Por isso passamos a analisar as tabelas e os gráficos que traduzem a visão dos mesmos, de acordo com as respostas encontradas a partir da aplicação do respectivo questionário.

Tabela 4: Classificação dos entrevistados por sexo

Descrição	Frequência	Percentagem
Feminino	8	44,4%
Masculino	10	56,6%
Total	18	100%

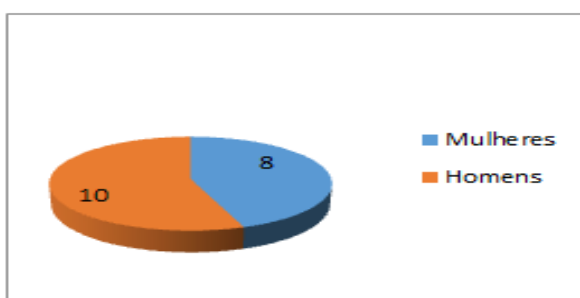


Gráfico 1: Classificação por sexo.

Nesta seleção, amostra é composta por 10, que representa 56,6% Homens e 8 Mulheres que representam 44,4%.

Tabela 5: Classificação dos entrevistados por área de trabalho.

Descrição	Frequência	Percentagem
Professoras Primárias	5	27,8 %
Psicopedagogas	2	11,2 %
Professores de Música	5	27,8 %
Marimbeiros	3	16,7 %
Técnicos do Ministério da cultura	3	16,7 %
Total	18	100 %

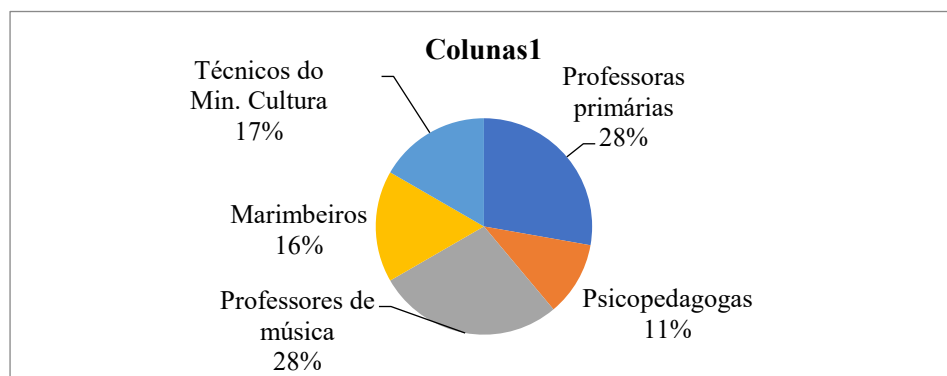


Gráfico 2: Entrevistados por área de trabalho.

Projecto de investimento musical marimbando

Angola é um país muito rico e com varias possibilidades para empreender, dentre todas as áreas o sector que menos recebe investimento é a cultura e educação, logo o presente grupo viu uma grande oportunidade na criação de atelier para fabricação de instrumentos musicais tradicionais angolanos denominados projecto musical marimbando.

Este empreendimento visa ter um atelier no Rocha Pinto no lado oposto da empresa Toyota de Angola e o escritório e a sala modelo no Talatona IIIª travessa.

Aproveitando esta grande oportunidade o grupo decidiu trazer ao povo angolano e em especial à todas as instituições de ensino público e privado um projecto lindo, educativo, inclusivo, prático e dinâmico na área de educação musical.

Funcionamento do projecto

Atelier:

- ✓ Aberto de Segunda à Sexta feira;
- ✓ Das 8:00 até as 15:00;

Escritório e sala modelo

- ✓ Aberto de Segunda à Sexta feira;
- ✓ Das 8:00 até as 15:0

Marimbando nas escolas

Aberto segundo o horário da instituição de ensino.

Análise estratégica

Nesta fase frisar a posição estratégica do projecto musical MARIMBANDO com a apresentação dos possíveis pontos chave para o êxito quer na sua implementação, andamento e sucesso no presente e futuro, bem como o equacionamento de oportunidades proporcionadas pelo ambiente e entender as competências do Projecto.

Missão

- ❖ A empresa tem como missão a prestação de serviço e venda de instrumentos musicais obedecendo

os padrões internacionais, para a satisfação dos clientes e parceiros. Elevar o nível motivacional dos colaboradores para manter a empresa mais produtiva, gerar emprego e contribuir para o desenvolvimento económico e sociocultural do País.

- ❖ Criar mercado para utilização e comercialização dos instrumentos tradicionais angolanos, implementar os instrumentos musicais tradicionais no sistema de ensino nacional.
- ❖ Satisfazer os clientes e parceiros oferecendo serviço e material de qualidade a um bom preço, de formas a alcançar as instituições de alto, médio e baixo nível social.

Visão estratégica

Neste sector é a única empresa em todo território nacional, o que não significa que se deva trabalhar relaxadamente, pois está-se ciente de que com esta existência no mercado muitas outras empresas terão interesse em investir no sector, daí a visão estratégica:

- ❖ Superação todos os dias fornecendo serviços de qualidade; Analisar os nossos pontos fracos e melhorar todos os dias.
- ❖ Atingir a robustez financeira e manter-se líder no mercado de prestação de serviços, e venda de instrumentos musicais tradicionais angolanos sendo uma referência recomendada no que tange ao desenvolvimento cognitivo e motricidade das crianças

Valores

Fornecer serviços e produtos de qualidade e de fácil utilização para toda comunidade escolar.

Estar ciente que os potenciais clientes e parceiros são as instituições de ensino primário e que este projecto é principalmente direccionado as crianças. Pretende-se actualizar as metodologias de ensino de forma inclusiva para todas as

crianças e principalmente as que têm necessidades educativas especiais.

Objectivo Geral

- ❖ Desenvolver a motricidade na utilização de instrumentos musicais.

Objectivos Específicos

- ❖ Promover o gosto pela mais bela arte” música”
- ❖ Criar recursos para toda comunidade escolar;

Análise de mercado

Decidiu-se actuar no mercado de prestação de serviços e venda de instrumentos musicais tradicionais angolanos, atendendo as oportunidades que o mercado oferece,

visto que no sistema de ensino existe a disciplina de educação musical mas não se faz o uso de instrumentos, principalmente nas escolas públicas por causa do alto custo dos instrumentos musicais convencionais. As escolas privadas na sua maioria usam a flauta doce, o que não é recomendável para os primeiros contactos com a música devido ao seu nível de exigência.

As instituições têm uma atenção especial ao ensino primário por se tratar de crianças e por ser a fase do primeiro contacto com a comunidade escolar, por isso decidiu-se investir nesse sector poque para as escolas e encarregados de educação as crianças são a prioridade.

Planos estratégicos



O Projecto contempla 3 fases de criação.

1ª Fase: Escreveu-se o livro “O REINO DAS MELÓDIAS que conta com conteúdos, actividades, canções escolares conhecidas, ineditas e muitos exercicios de intrumentos de percussão, com maior enfase às marimbas para os alunos da 1ª à 6ª classe (em fase de edição pela Editora das letras e a ser disponibilizado no próximo ano lectivo).

2ª Fase: Gravação de um CD com 10 faixas musicais cuja as letras estão escritas no livro. 3ª Fase: Criação do projecto MARIMBONDO.

Planos estratégicos de venda

1ª Venda do CD para arrecadar receita para o investimento do projecto.

2ª Venda do Livro e recebimento dos direitos autorais para aumentar o valor do investimento do projecto.

3ª Implementação do projecto musical MARIMBANDO.

Análise Swot

- ❖ A contratação de recursos humanos especializados nas áreas de actuação;
- ❖ A oferta de serviços para crianças no sistema de ensino;
- ❖ A demanda elevada deste serviço e produto no país;
- ❖ Localização facilitada.
- ❖ Facilidade de encontrar matéria prima para o fabrico dos Instrumentos.

Público-alvo

A prestação dos serviços e comercialização dos produtos destina-se ao público em geral e em particular instituições de ensino. Segundo o novo jornal, estima-se que Angola tenha mais de 5 000 instituições de ensino privado e só esta empresa oferece esse serviço, daí ter um mercado bastante amplo para explorar.

Análise Investimento

A academia Reino das melodias Prestação de serviços, (SU) Lda, que é proprietária do projecto MARIMBANDO, é uma empresa de direito Angolano, no ramo de vendas e prestação de Serviço. Para a sua implementação, recorreu-se a um financiamento, do BANCO DE FOMENTO ANGOLA (BFA), sendo a moeda de referência, o Kwanza. O Investimento total está avaliado em 6 298 100,00 (Seis milhões e duzentos e oitenta mil e sem kwanzas), repartidos em 75% de capital alheio num volume de 4 723 500 (Quatro milhões e duzentos e vinte tres mil

e quinhentos kwanzas) e os outros 25% de capital próprio avaliado em 1 574 500,00 (Um milhão e quinhentos e setenta e quatro mil e quinhentos kwanzas).

Com os valores obtidos para os critérios de rentabilidade, conclui-se que o projecto MARIMANDO da empresa Academia Reino das melodias, revela-se viável pela Taxa de Retorno exigida, pois o valor actual líquido no sexto ano de (VAL) foi de 14 132 374, 65 Kz (Catorze milhões e cento e trinta e dois mil e trezentos e setenta e quatro kwanzas).

A Taxa interna de Rentabilidade (TIR) situa-se nos 80% pelo que, por este critério o projecto também é viável, dado o custo dos capitais investidos.

O período de recuperação do investimento ocorre nos primeiros quatro meses do ano da sua implementação. Logo, por este critério, o projecto é também viável.

Este mapa compõe um conjunto de imobilizados do investimento.

Tabela 6: Mapa de investimento.

MAPA DE INVESTIMENTO				
Nº	DESCRIÇÃO	QT	PU	VALOR
	Maquina de serra mesa	2	350 000,00	700 000,00
2	Aplainador Eletrico de mes	2	200 000,00	400 000,00
3	Fita serra	1	800 000,00	800 000,00
4	Maquina lixadeira de mesa	3	205 000,00	615 000,00
7	Estintores	3	35 000,00	105 000,00
8	Computador	2	300 000,00	600 000,00
9	Gerador	1	350 000,00	350 000,00
10	Impressora	1	150 000,00	150 000,00
11	Sofa	1	150 000,00	150 000,00
12	Balcão	1	200 000,00	200 000,00
13	Cadeira	2	200 000,00	400 000,00
14	Secretaria	1	200 000,00	200 000,00
15	Despesa de constituição	1	100 000,00	100 000,00
16	Fundo de maneo			1 528 100,00
TOTAL				6 298 100,00

O mapa que se apresenta na (Tabela 7), espelha o tempo de vida útil de cada imobilizado

Tabela 7: Mapa de amortização.

MAPA DE AMORTIZAÇÃO															
Nº	DESCRIÇÃO	QT	PU	VALOR	TAXA	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	TOTAL	VALOR RESIDUAL
1	Maquina de serra mesa	1	299 400,00	299 400,00	0,125	37 425,00	37 425,00	37 425,00	37 425,00	37 425,00	37 425,00	37 425,00	37 425,00	299 400,00	-
2	Aplinaador Elétrico	1	50 100,00	50 100,00	0,1	5 010,00	5 010,00	5 010,00	5 010,00	5 010,00	5 010,00	5 010,00	5 010,00	40 080,00	10 020,00
3	Maquina de lixadeira	1	90 350,00	90 350,00	0,1	9 035,00	9 035,00	9 035,00	9 035,00	9 035,00	9 035,00	9 035,00	9 035,00	72 280,00	18 070,00
7	Estintores	1	35 000,00	35 000,00	0,2	7 000,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00	7 000,00				35 000,00	-
8	Computador	1	300 000,00	300 000,00	0,333333	100 000,00	100 000,00	100 000,00						300 000,00	-
9	Gerador	1	300 000,00	300 000,00	0,25	75 000,00	75 000,00	75 000,00	75 000,00					300 000,00	-
10	Impressora	1	150 000,00	150 000,00	0,333333	50 000,00	50 000,00	50 000,00						150 000,00	-
11	Sofa	1	150 000,00	150 000,00	0,125	18 750,00	18 750,00	18 750,00	18 750,00	18 750,00	18 750,00	18 750,00	18 750,00	150 000,00	-
12	Balcão	1	150 000,00	150 000,00	0,125	18 750,00	18 750,00	18 750,00	18 750,00	18 750,00	18 750,00	18 750,00	18 750,00	150 000,00	-
13	Cadeira	2	150 000,00	300 000,00	0,125	37 500,00	37 500,00	37 500,00	37 500,00	37 500,00	37 500,00	37 500,00	37 500,00	300 000,00	-
14	Secretaria	1	200 000,00	200 000,00	0,125	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	25 000,00	200 000,00	-
	TOTAL			2 024 850,00		383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00	3 067 760,00	28 090,00

Este mapa apresentado na (Tabela 8), demonstra a capacidade de reembolso do capital alheio.

Tabela 8: Mapa do serviço da dívida.

SERVIÇO DA DÍVIDA					
DESCRIÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
CI	4 723 575,00	3 778 860,00	2 834 145,00	1 889 430,00	944 715,00
REEMBOLSO	944 715,00	944 715,00	944 715,00	944 715,00	944 715,00
JUROS	1 653 251,25	1 322 601,00	991 950,75	661 300,50	330 650,25
PRESTAÇÃO	2 597 966,25	2 267 316,00	1 936 665,75	1 606 015,50	1 275 365,25
CAP. RESTANTE	3 778 860,00	2 834 145,00	1 889 430,00	944 715,00	-

Este mapa espealha o cumprimento das obrigações

Tabela 9: Custo com Pessoal.

CUSTO COM PESSOAL												
Nº	DESCRIÇÃO	QT	PU	Valor	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8
1	DIRECTOR GERAL	1	250 000,00	250 000,00	3 500 000,00	3 850 000,00	4 235 000,00	4 658 500,00	5 124 350,00	5 636 785,00	6 200 463,50	6 820 509,85
4	SECRETARIA E CAIXA	1	80 000,00	80 000,00	1 120 000,00	1 232 000,00	1 355 200,00	1 490 720,00	1 639 792,00	1 803 771,20	1 984 148,32	2 182 563,15
5	OPERARIO MESTRE	2	90 000,00	180 000,00	2 520 000,00	2 772 000,00	3 049 200,00	3 354 120,00	3 689 532,00	4 058 485,20	4 464 333,72	4 910 767,09
6	OPERARIO AJUDANTE	3	60 000,00	180 000,00	2 520 000,00	2 772 000,00	3 049 200,00	3 354 120,00	3 689 532,00	4 058 485,20	4 464 333,72	4 910 767,09
7	MONITOR	3	70 000,00	210 000,00	2 940 000,00	3 234 000,00	3 557 400,00	3 913 140,00	4 304 454,00	4 734 899,40	5 208 389,34	5 729 228,27
8	PROFESSORES	3	100 000,00	300 000,00	4 200 000,00	4 620 000,00	5 082 000,00	5 590 200,00	6 149 220,00	6 764 142,00	7 440 556,20	8 184 611,82
9	AUXILIAR LIMPEZA	1	50 000,00	50 000,00	700 000,00	770 000,00	847 000,00	931 700,00	1 024 870,00	1 127 357,00	1 240 092,70	1 364 101,97
10	SEGURANÇA	2	40 000,00	80 000,00	1 120 000,00	1 232 000,00	1 355 200,00	1 490 720,00	1 639 792,00	1 803 771,20	1 984 148,32	2 182 563,15
11	TOTAL CUSTO COM PESSOAL			1 330 000,00	18 620 000,00	20 482 000,00	22 530 200,00	24 783 220,00	27 261 542,00	29 987 696,20	32 986 465,82	36 285 112,40
12	INSS			106 400,00	1 489 600,00	1 638 560,00	1 802 416,00	1 982 657,60	2 180 923,36	2 399 015,70	2 638 917,27	2 902 808,99
13	SEGURO DE SAUDE			39 900,00	558 600,00	614 460,00	675 906,00	743 496,60	817 846,26	899 630,89	989 593,97	1 088 553,37
14	TOTAL			1 476 300,00	20 668 200,00	22 735 020,00	25 008 522,00	27 509 374,20	30 260 311,62	33 286 342,78	36 614 977,06	40 276 474,77

Esse mapa demonstra os custos com os insumos.

Tabela 10: Mapa dos insumos

MATERIA PRIMA(INSUMOS)												
Nº	DESCRIÇÃO	QT	PU	VALOR	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8
1	Madeira tacula	60	2 500,00	150 000,00	1 800 000,00	1 980 000,00	2 178 000,00	2 395 800,00	2 635 380,00	2 898 918,00	3 188 809,80	3 507 690,78
2	Madeira Normal	60	3 500,00	210 000,00	2 520 000,00	2 772 000,00	3 049 200,00	3 354 120,00	3 689 532,00	4 058 485,20	4 464 333,72	4 910 767,09
3	Caixa de parafuso	20	3 000,00	60 000,00	720 000,00	792 000,00	871 200,00	958 320,00	1 054 152,00	1 159 567,20	1 275 523,92	1 403 076,31
4	Tubo PVC pequeno	10	1 800,00	18 000,00	216 000,00	237 600,00	261 360,00	287 496,00	316 245,60	347 870,16	382 657,18	420 922,89
5	Tubo PVC medio	10	2 500,00	25 000,00	300 000,00	330 000,00	363 000,00	399 300,00	439 230,00	483 153,00	531 468,30	584 615,13
6	Tubo PVC grande	10	3 500,00	35 000,00	420 000,00	462 000,00	508 200,00	559 020,00	614 922,00	676 414,20	744 055,62	818 461,18
7	Balde de cola	2	20 000,00	40 000,00	480 000,00	528 000,00	580 800,00	638 880,00	702 768,00	773 044,80	850 349,28	935 384,21
8	Pau de bambú	30	600,00	18 000,00	216 000,00	237 600,00	261 360,00	287 496,00	316 245,60	347 870,16	382 657,18	420 922,89
9	TOTAL			556 000,00	6 672 000,00	7 339 200,00	8 073 120,00	8 880 432,00	9 768 475,20	10 745 322,72	11 819 854,99	13 001 840,49

Este mapa revela a quantidade de instrumentos musicais produzidos.

Tabela 11: Mapa de produção.

MAPA DE PRODUÇÃO PARA VENDA										
Nº	DESCRIÇÃO	QT	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8
1	MARIMBA	35	420,00	462,00	508,20	559,02	614,92	676,41	744,06	818,46
2	DICANZA	32	384,00	422,40	464,64	511,10	562,21	618,44	680,28	748,31
TOTAL			804,00	884,40	972,84	1 070,12	1 177,14	1 294,85	1 424,34	1 566,77
MAPA DE PRODUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO										
Nº	DESCRIÇÃO	QT	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8
1	MARIMBA	22,75	273,00	300,30	330,33	363,36	399,70	439,67	483,64	532,00
2	DICANZA	20,8	249,60	274,56	302,02	332,22	365,44	401,98	442,18	486,40
TOTAL			522,60	574,86	632,35	695,58	765,14	841,65	925,82	1 018,40

Este mapa revela capacidade de venda e de prestação de serviços.

Tabela 12: Mapas de vendas.

MAPA DE PRODUÇÃO PARA VENDA										
Nº	DESCRIÇÃO	QT	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8
1	MARIMBA	35	420,00	462,00	508,20	559,02	614,92	676,41	744,06	818,46
2	DICANZA	32	384,00	422,40	464,64	511,10	562,21	618,44	680,28	748,31
TOTAL			804,00	884,40	972,84	1 070,12	1 177,14	1 294,85	1 424,34	1 566,77
MAPA DE PRODUÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO										
Nº	DESCRIÇÃO	QT	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8
1	MARIMBA	22,75	273,00	300,30	330,33	363,36	399,70	439,67	483,64	532,00
2	DICANZA	20,8	249,60	274,56	302,02	332,22	365,44	401,98	442,18	486,40
TOTAL			522,60	574,86	632,35	695,58	765,14	841,65	925,82	1 018,40

Este mapa revela os custos obtidos com fornecimentos de serviços terceiros.

Tabela 13: Mapa de FST.

FORNECIMENTO SERVIÇO TERCEIRO												
Nº	DESCRIÇÃO	QT	PREÇO	VALOR	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8
1	ÁGUA	1	7 000,00	7 000,00	84 000,00	92 400,00	101 640,00	111 804,00	122 984,40	135 282,84	148 811,12	163 692,24
2	ELECTRICIDADE	1	15 000,00	15 000,00	180 000,00	198 000,00	217 800,00	239 580,00	263 538,00	289 891,80	318 880,98	350 769,08
3	ALUGUER DE ESCRITÓRIO	1	200 000,00	200 000,00	2 400 000,00	2 640 000,00	2 904 000,00	3 194 400,00	3 513 840,00	3 865 224,00	4 251 746,40	4 676 921,04
4	ALUGUER DE ARMAZÉM	1	350 000,00	350 000,00	4 200 000,00	4 620 000,00	5 082 000,00	5 590 200,00	6 149 220,00	6 764 142,00	7 440 556,20	8 184 611,82
5	COMBUSTÍVEL	50	300,00	15 000,00	180 000,00	198 000,00	217 800,00	239 580,00	263 538,00	289 891,80	318 880,98	350 769,08
6	REPARAÇÃO	2	15 000,00	30 000,00	360 000,00	396 000,00	435 600,00	479 160,00	527 076,00	579 783,60	637 761,96	701 538,16
7	MANUTENÇÃO	1	20 000,00	20 000,00	240 000,00	264 000,00	290 400,00	319 440,00	351 384,00	386 522,40	425 174,64	467 692,10
8	CONTABILIDADE	1	100 000,00	100 000,00	1 200 000,00	1 320 000,00	1 452 000,00	1 597 200,00	1 756 920,00	1 932 612,00	2 125 873,20	2 338 460,52
9	INTERNET	1	17 000,00	17 000,00	204 000,00	224 400,00	246 840,00	271 524,00	298 676,40	328 544,04	361 398,44	397 538,29
10	COMUNICAÇÃO	5	10 000,00	50 000,00	600 000,00	660 000,00	726 000,00	798 600,00	878 460,00	966 306,00	1 062 936,60	1 169 230,26
11	MARKETING	1	80 000,00	80 000,00	960 000,00	1 056 000,00	1 161 600,00	1 277 760,00	1 405 536,00	1 546 089,60	1 700 698,56	1 870 768,42
12	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1	10 000,00	10 000,00	120 000,00	132 000,00	145 200,00	159 720,00	175 692,00	193 261,20	212 587,32	233 846,05
	TOTAL		824 300,00	894 000,00	10 728 000,00	11 800 800,00	12 980 880,00	14 278 968,00	15 706 864,80	17 277 551,28	19 005 306,41	20 905 837,05

Esta conta nos permite avaliar de forma clara os custos e os proveitos.

Tabela 14: Conta de Exploração.

CONTA DE EXPLORAÇÃO									
DESCRIÇÃO	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8
RECEITAS DE SERVIÇOS	-6 298 100,00	33 480 000,00	36 828 000,00	40 510 800,00	44 561 880,00	49 018 068,00	53 919 874,80	59 311 862,28	65 243 048,51
DESCONTOS		1 674 000,00	1 841 400,00	2 025 540,00	2 228 094,00	2 450 903,40	2 695 993,74	2 965 593,11	3 262 152,43
VENDA LÍQUIDA		31 806 000,00	34 986 600,00	38 485 260,00	42 333 786,00	46 567 164,60	51 223 881,06	56 346 269,17	61 980 896,08
INSUMO		6 672 000,00	7 339 200,00	8 073 120,00	8 880 432,00	9 768 475,20	10 745 322,72	11 819 854,99	13 001 840,49
CUSTO COMPESSOAL		18 337 200,00	20 170 920,00	22 188 012,00	24 406 813,20	26 847 494,52	29 532 243,97	32 485 468,37	35 734 015,21
FST		10 728 000,00	11 800 800,00	12 980 880,00	14 278 968,00	15 706 864,80	17 277 551,28	19 005 306,41	20 905 837,05
AMORTIZAÇÃO		383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00
TOTAL DO CUSTO OPERACIONAL		36 120 670,00	39 694 390,00	43 625 482,00	47 949 683,20	52 706 304,52	57 938 587,97	63 694 099,77	70 025 162,75
RESULTADO OPRACIONAL		- 4 314 670,00	- 4 707 790,00	- 5 140 222,00	- 5 615 897,20	- 6 139 139,92	- 6 714 706,91	- 7 347 830,60	- 8 044 266,66
RESULTADO FINANCEIRO (SERV DA DÍVIDA)		- 2 597 966,25	- 2 267 316,00	- 1 936 665,75	- 1 606 015,50	- 1 275 365,25		-	-
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		12 036 000,00	13 239 600,00	14 563 560,00	16 019 916,00	17 621 907,60	19 384 098,36	21 322 508,20	23 454 759,02
RAI		5 123 363,75	6 264 494,00	7 486 672,25	8 798 003,30	10 207 402,43	12 669 391,45	15 397 677,59	18 410 492,35
IMPOSTO		1 280 840,94	1 566 123,50	1 871 668,06	2 199 500,83	2 551 850,61	3 167 347,86	3 493 669,40	3 852 623,09
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3 842 522,81	4 698 370,50	5 615 004,19	6 598 502,48	7 655 551,82	8 902 043,59	10 481 008,19	12 357 869,26
AMORTIZAÇÃO		383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00	383 470,00
CASH FLOW LÍQUIDO		4 225 992,81	5 081 840,50	5 998 474,19	6 981 972,48	8 039 021,82	9 885 513,59	11 864 478,19	14 141 339,26
PRESTAÇÃO		2 597 966,25	2 267 316,00	1 936 665,75	1 606 015,50	1 275 365,25	-	-	-
CAPACIDADE FINANCEIRA DA EMPRESA		1,63	2,24	3,10	4,35	6,30	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

Tal como diz o nome, esta conta serve para a tomada de decisão na avaliação da viabilidade do projecto.

Tabela 15: Indicadores de viabilidade.

DESCRIÇÃO	INDICADOR DE VIABILIDADE								
	ANO 0	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8
CASH FLOW LIQUIDO	- 6 298 100,00	4 225 992,81	5 081 840,50	5 998 474,19	6 981 972,48	8 039 021,82	9 885 513,59	10 864 478,19	11 941 339,26
CASH FLOW LIQUIDO ACUMULADO	- 6 298 100,00	- 2 072 107,19	3 009 733,31	9 008 207,50	15 990 179,98	24 029 201,80	33 914 715,38	44 779 193,58	56 720 532,84
COEFICIENTE DE ATUALIZAÇÃO	1,00	0,83	0,69	0,58	0,48	0,40	0,33	0,33	0,23
CASH FLOW LIQUIDO ATUALIZADO	- 6 298 100,00	3 521 660,68	3 529 055,90	3 471 339,23	3 367 077,78	3 230 702,57	3 310 638,50	3 638 491,77	2 777 173,86
CASH FLOW LIQUIDO ATUALIZADO E ACUMULADO	- 6 298 100,00	- 2 776 439,32	752 616,58	4 223 955,81	7 591 033,58	10 821 736,16	14 132 374,65	17 770 866,42	20 548 040,28
VAL ou (clat e ac do ano 6)	14 132 374,65								
TIR	80%								
PAY BACK SIMPLES	- 6 298 100,00	- 2 072 107,19	3 009 733,31	9 008 207,50	15 990 179,98	24 029 201,80	33 914 715,38	44 779 193,58	56 720 532,84
CASH FLOW ATUALIZADO	- 6 298 100,00	5 071 191,38	7 317 850,32	10 365 363,40	14 477 818,12	20 003 658,78	29 517 985,40	32 441 158,06	51 345 573,09
PAY BACK DESCONTADO	- 6 298 100,00	- 1 226 908,63	6 090 941,70	16 456 305,09	30 934 123,22	50 937 782,00	80 455 767,40	112 896 925,45	164 242 498,55

Tempo de Recuperação "Payback Simples"		
0,41	4,89	4 meses
0,89	26,79	26 Dias
0,79	6,31	8 horas
0,31	18,75	18 Minutos

Tempo de Recuperação "Payback Descontado"		
0,17	2,01	2 Meses
0,01	0,36	

CONCLUSÕES

A Taxa interna de Rentabilidade (TIR) situa-se nos 80% pelo que, por este critério o projecto também é viável, dado o custo dos capitais investidos.

O periodo de recuperação do investimento ocorre nos primeiros quatro meses do ano da sua implementação.

Logo, o projecto é viável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abecassis, F.; & Cabral, N. (2008). *Análise Económica e Financeira de Projectos: fundação calouste gulberkian, serviços de educação e bolsas*. 5ª Ed, Lisboa – Portugal.
- Barros, H. (2009). *Análise de Projectos de Investimento*. 4ª Ed. Sílabo, Lisboa – Portugal.

Barros, H. (1991). *Análise de Projectos de Investimentos*. 2ª ed. Lisboa: Edições Sílabo.

Barros, P. C. (2000). *Decisões de Investimentos e Financiamentos de Projectos*. Edições Sílabo, Lda., 3ª Edição, Lisboa – Portugal.

Barros, T. (2008). *Análise de Projectos de Investimentos*.

Bastardo, C.; & Gomes, A. R. (1991). *O financiamento e as aplicações financeiras das empresas*. Lisboa: Texto – Editora.

Buarque, C. (1991). *Avaliação Económica de Projectos: uma apresentação didática*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus.

Cebola, A. (2009). *Elaboração e Análise de Projectos e Investimentos*. 2ª Edição – Edições Sílabo, Lda., Lisboa – Portugal.

Consalter, M. A. (2012). *Elaboração de Projectos: da introdução a conclusão*. Curitiba: InterSaberes.

Graves, S. B.; Ringuest, J. L.; Medaglia, A. L. (2003). *Models & methods for*

project selection: concepts from management science, finance and information technology. s.l.: Springer.

Jiménez, J. A. O. (2003) Manual de proyectos de inversión. Santa Cruz de la Sierra: Upsa.

Marconi, M. A.; & Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. Editora Atlas, 5ª ed. São Paulo.

Marques, A. Concepção e Análise de Projectos e Investimentos – Edições Sílabo, Lisboa – Portugal.

Mithá, O. (2009). Análise de Projectos e Investimentos – Escolar Editora, Lisboa – Portugal.

Manual de Analise e investimento 3 ano 2020.

31 - 03 | 2025

A AUSÊNCIA DE CONTRATOS DE FRANQUIAS NO MERCADO COMO UMA FRAQUEZA NO EMPREENDEDORISMO EM ANGOLA

The absence of franchise contracts in the market as a weakness in entrepreneurship in Angola

La ausencia de contratos de franquicia en el mercado como debilidad del emprendimiento en Angola

Fernando Chipuco¹

¹Mestre em Gestão/Empreendedorismo e Inovação, Faculdade de Economia, Universidade Agostinho Neto, fernandoantoniofrancisco09@gmail.com.

Autor para correspondência: fernandoantoniofrancisco09@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Chipuco, F. (2025). A ausência de contratos de franquias no mercado como uma fraqueza no empreendedorismo em Angola. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 104-118. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

A ausência de contratos de franquia no mercado como uma fraqueza no empreendedorismo revela uma oportunidade de interpretar o conceito de franquia no mercado e sua relação com o empreendedorismo. Para se alcançar os objetivos deste artigo com rigor recorreu-se ao sistema de pesquisas, métodos e técnicas em que a base foi a pesquisa bibliográfica e a exploratória, permitindo fazer recurso aos métodos científicos e empíricos, e por sua vez o recurso as técnicas de coleta, seleção, tratamentos dos dados através da amostragem para um caso particular de Angola. O contrato de franquia no mercado empreendedor angolano tem sido uma realidade? O contrato de franquia nas empresas angolanas não é uma realidade pelo fato de estarem apenas plasmados na lei. Por fim, foi possível fazer uma constatação em algumas empresas no mercado angolano sobre a prática do contrato de franquia na realidade angolana em constatou-se que a ausência do contrato

de franquias é uma fraqueza no mercado empreendedor.

Palavras-chave: Empreendedorismo, franquia, mercado.

ABSTRACT

The absence of franchise contracts in the market as a weakness in entrepreneurship reveals an opportunity to interpret the concept of franchising in the market and its relationship with entrepreneurship. To achieve the objectives of this article rigorously, we used the system of research, methods and techniques in which the basis was bibliographical and exploratory research, allowing us to use scientific and empirical methods, and in turn the use of research techniques. collection, selection and processing of data through sampling for a particular case in Angola. Has the franchise contract in the Angolan entrepreneurial market been a reality? Franchise contracts in Angolan companies are not a reality because they are only set out in law. Finally, it was possible to make

an observation in some companies in the Angolan market about the practice of franchise contracts in the Angolan reality and it was found that the absence of a franchise contract is a frankness in the entrepreneurial market.

Keywords: Entrepreneurship, franchise, market.

RESUMEN

La ausencia de contratos de franquicia en el mercado como debilidad del emprendimiento revela una oportunidad para interpretar el concepto de franquicia en el mercado y su relación con el emprendimiento. Para alcanzar rigurosamente los objetivos de este artículo, se utilizó un sistema de investigación, métodos y técnicas, basado en la investigación bibliográfica y exploratoria, permitiendo la utilización de métodos científicos y empíricos, y a su vez la utilización de técnicas de recolección, selección y procesamiento de datos a través de muestreo para un caso particular en Angola. ¿El contrato de franquicia en el mercado empresarial angoleño es una realidad? El contrato de franquicia en las empresas angoleñas no es una realidad porque sólo está consagrado en la ley. Finalmente, fue posible realizar una constatación en algunas empresas del mercado angoleño sobre la práctica del contrato de franquicia en la realidad angoleña y se constató que la ausencia del contrato de franquicia es una debilidad en el mercado empresarial.

Palabras clave: Emprendimiento, franquicia, mercado.

INTRODUÇÃO

Como podemos considerar franquia ou franchising não perderíamos a essência deste artigo que enfoca a sua visão num mundo mais pragmático na vertente da gestão de negócios. As economias cada vez mais a estimularem os investidores para que geram mais receitas, mas os

empreendedores ficam envolvidos cada vez mais de como descobrirem novas oportunidades para serem bem-sucedidos nos seus negócios.

O empreendedorismo é um campo de estudo cada vez mais inovador, quer social quer económico. Este último envolve uma complexidade de variáveis que devem ser combinadas para que o empreendedorismo económico seja de fato sustentável.

As várias características que diferenciam os empreendedores, fazem com que os mundos dos negócios evoluam a cada dia que passa, como no caso dos contratos de franquia que começam desde os meandros do Sec. XX e a sua evolução da primeira a sexta geração de franquias. Para a realidade angolana apesar de ser legislado compreende-se que a ausência do contrato de franquia no mercado empreendedor angolano tem sido uma realidade.

Para se ter uma visão criteriosa do assunto abordado neste artigo se o contrato de franquia nas empresas angolanas não é uma realidade, então está apenas plasmado na lei foi pertinente estabelecer os objetivos que determinaram o curso do mesmo com o sentido de, interpretar o conceito de franquia e sua relação com o mercado empreendedor; destacar a ausência de franquias no empreendedorismo como fraquezas; fazer um estudo sobre franquias no empreendedorismo em Angola.

Fundamentação teórica

O termo franquia de acordo Mendez e Lehnisch (1991) significa outorgar, ou seja, conferir direitos a outrem. A franquia na língua francesa significa *franchising* cujo termo é de etimologia francês *franche* “outorga”.

As franquias tiveram um curso evolutivo desde o seu renascimento na década de 1950, elas saíram da primeira geração até a sexta geração como seguem-se:

- a) As franquias de primeira geração – são as que dão abertura de um modelo de contratos em franquias,



inicialmente restringiam-se na ação do franqueador que vende o direito de uso da sua marca ao franqueado sem a exclusividade da distribuição dos bens e serviços (Simão,1993);

- b) As franquias de segunda geração – com a importância que se foi dando a franquia surge com um reforço em que o franqueador concede o direito contratual ao franqueado e a exclusividade da distribuição dos bens e serviços (Sebrae, 2016);
- c) As franquias de terceira geração – são aquelas que para além do franqueador conferir os direitos da primeira e segunda geração também propicia o fornecimento de todo o seu modelo de negócio ao franqueado (Schwartz, 2003);
- d) Para a quarta geração aqui apontada – o destaque passa a ser assumido para o franqueado que adote um papel fundamental além dos requisitos mencionados a outras gerações, passa também a aplicar os seus conhecimentos locais do ponto de vista da experiência no que concerne a inovação de produtos;
- e) Na franquia da quinta geração – o novo modelo de negócio dá a possibilidade ao franqueador de tornar e comprar a sua franquia;
- f) A franquia da sexta geração notabilizada como a última nesse estudo – marca o surgimento de novos mercados fora das fronteiras nacionais, e começa a internacionalização do contrato de franquias com um crescimento bastante elevado (Simão,1993).

O contrato de franquia é um sistema funcional em que as partes contratantes assinam um acordo de franquia. Porém, o crescimento de contratos de franquia também tem sido uma realidade no mundo dos negócios (Hitt, Ireland, & Hoskisson, 2002).

Em uma conceção mais genérica de acordo Fernandes (2006) existem várias espécies

de franquias ou *franchising*, mas como pode ser consensual, a franquia permite o desenvolvimento de quatro ou três espécies empresarial, isto porque alguns autores consideram que a franquia de produção se trata da mesma que a franquia industrial.

Porém, para Simão (1993) fica expresso que espécies de franquias e formas de franquias, ou seja, espécies de *franchising* e formas de *franchising* não podem ser confundidas como a mesma classificação. Ao nos referimos das espécies de franquia no que concerne ao ramo empresarial podem ser: de serviço ou prestação de serviço; de produção; de distribuição e industrial, entretanto a espécie de distribuição também é tida como comercialização.

Ainda de forma reiterada, Fernandes (2006) apresenta sua clara visão sobre as espécies de franquia empresarial, porém, para ele são a de distribuição, de produção, de serviço ou de prestação de serviço, apenas três em vez de quatro.

Já para Simão (1993) considera as quatro espécies de franquia empresarial fazendo a seguinte distinção: a franquia de serviço, a franquia de produção, a franquia de distribuição e a franquia industrial.

Fernandes (2006) acrescenta que, a franquia de distribuição é uma espécie de franquia de entre as outras a mais recorrente nos mercados, também a chamada de franquia de comercialização, tendo o seu foco em abertura de redes de lojas idênticas, com o mesmo produto e com os mesmos símbolos etc.

Para a franquia de produção ou industrial compreende-se como uma espécie de franquia que consiste em um franqueado que fabrica produtos da marca do franqueador e coloca no mercado para sua respetiva venda.

Ora, ainda sobre as espécies de franquia, Simão (1997) descreve-as em quatro, como foi já acima referido. Pois, implica fazer a distinção entre as quatro espécies de franquias empresarial da seguinte maneira:

- a) A franquia de serviço - a espécie em que, o franqueado presta serviços como fornecer produtos em nome do franqueador, isto significa dizer que o franqueador disponibiliza todo apoio quer seja tecnológico, técnico ou material para o seu franqueado;
- b) A franquia de produção - a espécie que o franqueado está autorizado exclusivamente a comercializar o produto do franqueador por ele produzido ou seja pelo próprio franqueado, e que, o mesmo processo passa por uma supervisão por parte do franqueador;
- c) A franquia de distribuição - a comercialização dos produtos fabricados pelo franqueador é vendida pelo franqueado com a marca do franqueador;
- d) A franquia industrial - consiste em um franqueador conceder por via de um contrato específico, ou seja, contrato de franquia, a marca do seu produto para que o franqueado em seu nome fabrica e vende o referido produto. As quatro espécies de franquias diferenciam-se com base no relacionamento entre o franqueado e o franqueador ou (Schwartz, 2003).

As formas ou tipos de franquias empresarial estão intrinsecamente relacionadas as espécies de franquia empresarial. Todavia, do ponto de vista dos conceitos não há um consenso sobre quantas formas de franquia existem. Para Simão (1997) distingue-se treze formas como segue-se: misto; master; comer; associativo; financeiro; multifranchise; multimarcas; de nova instalação; de reconversão; de desenvolvimento de área; itinerante; de controlo de área; e sistema de franquia formatada.

Entretanto, Milman (1996) esclarece da seguinte maneira:

- 1) A franquia mista assenta na composição de um contrato na qual enquadra-se as diversas espécies de franquia, ou seja,

as quatro na qual abordou-se inicialmente nesta temática;

- 2) A franquia de master surge a figura de um subfranqueado contratado pelo franqueado, o que se compreende que o contrato pode estender-se até terceiros;
- 3) A franquia de comer tem como foco desenvolver-se em superfícies comerciais, onde o franqueado acarreta custos muito reduzidos com a instalação do negócio devido as infraestruturas já existentes, é um tipo de franquia muito frequente nos *shoppings* e supermercados variados;
- 4) A franquia associativa é uma forma de franquia em que se observa um associativismo entre o franqueador e o franqueado de forma que ambos partilham quer dos lucros quer dos dividendos que o negócio gera;
- 5) A franquia financeira consubstancia-se em um franqueado detentor do capital financeiro transferir a gestão do negócio a uma terceira pessoa que o representa;
- 6) A franquia-múltipla (*multi-franchise*) dá a permissão do franqueado adquirir vários pacotes de negócios do mesmo franqueador que estejam em diversos pontos;
- 7) A franquia multimarcas é a liberdade do franqueado possuir várias franquias de franqueadores diferentes com respaldo dos instrumentos jurídicos na qual se fundam as cláusulas contratuais dos pacotes de franquia;
- 8) A franquia de nova instalação, nesta forma o contrato visará na obrigatoriedade do franqueado adquirir uma superfície comercial para desenvolver o negócio;
- 9) A franquia de reconversão, nesta forma o franqueado já exercendo uma atividade comercial no seu ponto comercial, faz um contrato de franquia e reverte o seu negócio para a atividade do pacote de franquia que celebra com o novo franqueador;
- 10) A franquia de desenvolvimento de área, nesta forma o franqueado em vez de apenas subfranquear, como na forma do

master, ele busca um franqueado para desenvolver pontos de comércio em vários pontos de um país;

- 11) A franquia de controlo de área é um sistema em que o franqueador através de empresas que ele subcontrata passa a fazer o controlo da marca franqueada em determinada área;
- 12) Sistema de franquia formatada ocorre a transferência de técnicas e métodos industriais e administrativas do franqueador ao franqueado, este o último adquire direitos de propriedade incorpóreo no sentido de se viabilizar a supervisão dos equipamentos envolvendo uma compensação em pecúnia.

Segundo Kotler (2012), um mercado envolve um conjunto de atores, entre eles os consumidores potenciais que compartilham de uma necessidade ou desejos específicos dispostos e habilitados para fazer uma troca que satisfaça essa necessidade ou desejo, uma relação entre a demanda e oferta.

Já para Malheiros (2005), o mercado também é caracterizado como um grupo de clientes com poder aquisitivo e objetivando satisfazer as suas necessidades.

Schumpeter (1961), nas suas abordagens também faz menção de vários agentes económicos interagindo como produtores e consumidores que resulta em um mercado, e que por tal razão os agentes económicos percebem a quantidade ofertada de produtos a serem produzidos pela experiência adquirida no passado e, na maioria das vezes não distancia-se da quantidade cujo equilíbrio é o foco.

Um mercado é o centro das operações de uma empresa, não só para se conquistar o cliente, mas, também para se manter ao nível dos concorrentes (Malheiros, 2005). Outrossim, Schumpeter (1961) refaz a apreciação no conceito de mercado e destaca uma outra perspectiva, como não somente um local onde é feita trocas de interesses, em que os consumidores vão ao encontro da satisfação das suas necessidades, mas, também na perspectiva

dos produtores serem os que se beneficiam com o percurso dessa atividade económica na arrecadação dos lucros.

As estruturas de mercados avaliam-se sobre a oferta e a demanda de bens e serviços, ou seja, a quantidade produzida e a procura por parte dos clientes (Wagner, 2007).

A oferta e a demanda no mercado determinam o preço e a quantidade de um bem ou serviço, porém, o preço e a quantidade são os indicadores que determinam a estrutura de um mercado.

Segundo Kupfer (2002), várias características fundamentais podem determinar as estruturas de mercados que podem ser definidas em adiante.

- Monopólio - falta de acesso a novas empresas ao mercado.
- Oligopólio – poucas empresas que produzem produtos idênticos ou diferentes.
- Concorrência monopolística – vários produtos diferentes, mas substitutos.
- Concorrência perfeita – grande quantidade de empresas no mercado.

Todavia, no mercado com a estrutura de monopólio, o próprio impõe as suas condições na qual caracteriza-se pelo controlo e por um único produtor que toma o posicionamento de distribuidor dos produtos e serviços, não permitindo que os consumidores tenham outras opções.

A estrutura de mercado oligopólio que se difere do monopólio considera-se ser a situação de um mercado com poucas empresas, onde cada uma delas leva em consideração os comportamentos, as reações e as tomadas de decisões do mercado cuja característica fundamental é a interdependência entre as empresas (Troster, 2014).

Para Vasconcelos (2006), o mercado oligopólio pode ser dividido em oligopólio puro, onde nesse tipo de oligopólio os produtos são homogêneos (substitutos perfeitos) e em oligopólio diferenciado cujos produtos são diferenciados.

Segundo Kupfer (2002), a estrutura de mercado concorrência monopolística, que também é chamada de concorrência imperfeita, apresenta-se como um mercado com produção de produtos e serviços diferentes, entretanto, os mesmos são passíveis de substitutos próximos como fator de concorrência.

A estrutura de mercado de concorrência perfeita, apesar de um certo grau de imperfeição é caracterizada como um mercado altamente concorrencial, de acordo Troster (2014) existe um grande número de compradores e vendedores criando um equilíbrio entre o preço que é dado pelas empresas para os consumidores, nesta ordem os produtos passam a ser substitutos perfeitos, porém, a transparência quanto aos preços é uma realidade devido a informação que circula no respetivo mercado.

Os teóricos neoclássicos entre eles “Alfred Marshall” compreendiam que a maximização dos lucros era o fim comportamental do sector empresarial privado, mas com os mercados de concorrência perfeita a exigência da competitividade passou a contradizer tais teorias neoclássicas, pois os consumidores no dia-a-dia são mais exigentes quanto as marcas e a qualidade dos produtos (SRAFFA,1926).

Empreendedorismo é um termo muito frequente desde os economistas clássicos aos dias de hoje (Barreto, 1998).

Empreendedorismo é o estudo das habilidades de constituir uma atividade quer social, quer empresarial. Para este último campo do empreendedorismo consiste em criar um negócio que possa gerar rendimento.

Segundo João (2014), o empreendedorismo é entendido no sentido do desenvolvimento económico e social.

Para Chagas (2000), os economistas percebem que o empreendedorismo é essencial ao desenvolvimento económico, não haverá desenvolvimento económico sem que na sua base existam líderes empreendedores.

O empreendedorismo no desenvolvimento económico não está envolvido apenas no aumento da produção e renda *per capita*, envolve-se inicialmente na constituição e mudança da estrutura do negócio e da sociedade (Hisrich e Peter, 2004).

De acordo Direzenchi (2008), o empreendedorismo possui uma atenção indispensável no crescimento económico, por garantir a criação de diferentes empresas e criar postos de trabalho. Para além de gerar valores de impacto social, o empreendedorismo é responsável por motivar a promoção de riquezas de um país e pode proporcionar o conforto social como solução para muitos problemas.

No desenvolver do empreendedorismo foram surgindo várias formas de classificar o empreendedorismo, porém, vários autores abordaram o assunto tal como o Neubert (2016), que classifica em empreendedorismo social e empreendedorismo económico. Porém, para a última classificação, o empreendedorismo económico foca nas atividades com fins lucrativos, isto é, nas empresas inseridas nos diversos mercados que procuram cada vez mais competirem com os seus concorrentes, o que não acontece no empreendedorismo social. Entretanto, as atividades económicas no âmbito do empreendedorismo podem ser convencionais (individual) ou corporativas (Melo Neto e Froes, 2002).

Todavia, existem vários tipos de empreendedorismo adjacentes aos que se elucidou acima, tais como:

- O empreendedorismo *start-up* que tem a ver com indivíduos desafiadores que concebem novos negócios ou empresas onde são claros os desafios relativos à competitividade do negócio, à busca de diferenciais competitivos, conquista de clientes, lucros, produtividade e manutenção de negócios. (“*start*” significa “iniciar”, e “*up*”, significa “para cima” (Gitahy, 2011);

- O empreendedorismo corporativo tem a ver com o empreendedorismo interno, referente a indivíduos dotados de capacidade de identificação de oportunidades, que se transformam em negócios no seio de uma organização (Maximiniano, 2004).

O termo empreendedor tem a sua origem em função da natureza do empreendedorismo e surgiu na França no século XVIII (Parker, 2009).

Segundo Dolabela (2010), empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade.

De acordo Baggio (2014) existem diferentes características do indivíduo empreendedor.

Entretanto, Pessoa (2005) distingue as seguintes características do empreendedor:

- Necessidade de autorrealização como uma necessidade pessoal, o que o diferencia dos outros investidores;
- Assumir riscos financeiros ao iniciar o próprio negócio, essa condição é de extrema importância por envolver perdas ou ganhos;
- Autoconfiança que leva em conta possuir segurança ao sentir que pode enfrentar os desafios e problemas.

Na visão de Semedo (2014), muitos empreendedores não sabem que têm tais características, mas conseguem criar uma empresa e muitas delas com sucessos.

Ainda para Dornelas (2008), empreendedor é aquele que deteta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados.

Para ser empreendedor é preciso saber fazer acontecer, usar a criatividade, saber captar as novas ideias de outras fontes, usar as ideias para cumprir seus objetivos (hisrich e peter, 2004).

Um indivíduo deve ter espírito empreendedor de acordo Chiavenato (2004), o que implica dar força a economia, desenvolver recursos, criar talentos e ideias

dinâmicas, ver oportunidades e aproveitar-se delas antes que outrem o faça. O autor reafirma que empreender é realizar uma ideia ou projeto em um negócio lucrativo assumindo suas responsabilidades e riscos, assim como conhecer o mercado que pretende atuar, e ter a capacidade de analisar as oportunidades de negócio que o mercado oferece, por fim, explorar as suas necessidades e dificuldades.

Na mesma abordagem sobre tipos de empreendedores, Matos (2013) destaca os seguintes:

- O empreendedor artesão, nele pode incluir todos os espíritos de empreendedorismo que tiram o melhor partido de um dado investimento e graças a ele obtêm os seus rendimentos, podendo tal resultar de algo puro e simplesmente criado pela sua mente ou reutilizado na sequência de uma aprendizagem ou aceitação prévia (Matos, 2013; Ngorora e Mago, 2016);
- Os empreendedores inovadores, para Matos (2013), se enquadram os titulares que desenvolvendo um determinado processo ou produto transformam uma ideia em realidade, materializando o que foi pensamento, em seu benefício ou dos outros podendo ou não comercializar a criação em virtude da sua vontade;
- O empreendedor de oportunidade, aquele que aposta no desenvolvimento de algo já criado, mas cujo potencial não foi capitalizado na medida do permitido, e na visão permanente do indivíduo deve haver um estado de alerta para identificar as oportunidades (matos, 2013; kirzner, 1979);
- O empreendedor por necessidade, que se afina na visão de que a motivação estimula-se na base de uma autorrealização que deve ser

satisfeita, sendo esta a necessidade principal das várias necessidades (Matos, 2013; mclelland,1972);

- O empreendedor de filosofia corresponde ao que faz do empreendedorismo o seu modo de vida, e aposta no risco presente bem como traçar o futuro, mas, realiza independente distanciando-se de todos para gerir os demais tipos de empreendedores pelo facto de não estar sob o acompanhamento ou ordens de natureza empresarial (Matos, 2013).

Entretanto, o empreendedorismo e o empreendedor andam de mãos dadas, enquanto um estuda toda ação “empreendedorismo” o outro é a ação estudada “empreendedor”.

MATERIAIS E MÉTODOS

De facto, sem o recurso a metodologia teríamos um estudo fora da sistematização, o uso das pesquisas, o uso dos métodos e das técnicas corretamente permitiu alcançar o principal objetivo desta pesquisa que teve como objeto as empresas empreendedoras se se recorrem ao contrato de franquia.

Este artigo versa em uma abordagem exploratória e descritiva, outrossim, em procedimentos históricos e comparativos. A pesquisa exploratória como segue-se, foi “A investigação preliminar - estudos exploratórios - deve ser realizada através de dois aspetos: documentos e contatos diretos” (Lakatos 2003, p. 159).

Na revisão da literatura na qual permitiu fazer o embasamento teórico foi pertinente usar as fontes bibliográficas como ponto inicial e fulcral das abordagens. Na pesquisa bibliográfica fez-se consultas de livros, artigos, dissertações, teses, revistas especializadas, jornais e relatórios publicados (Bastos,1995),

A pesquisa descritiva teve em conta a compreensão da população estratificada em características diferentes tal como o sector em que cada empresa atua, e o posicionamento de liderança nos segmentos

de mercados em que cada uma exerce a sua atividade comercial, extrativa e transformadora (GIL, 2008).

Quanto aos métodos foram utilizados os principais métodos científicos de procedimentos, de abordagem e os métodos empíricos.

O recurso ao método histórico permitiu chegar as informações sobre as sociedades mais remotas para se compreender a evolução do contrato de franquia até os dias de hoje (Lakatos e Marconi, 2003).

O método comparativo teve como finalidade equiparar vários fenómenos interligados que permitiram chegar a uma explicação viável.

Para Gil (2008) compreende que o método dedutivo é o método que parte de generalidades e desce a particularidades, e prediz os acontecimentos de casos particulares com base na lógica. Enquanto o método indutivo leva o pesquisador a chegar a resultados partindo de particularidades a generalidades.

Para Lakatos (2003), o método hipotético-dedutivo vem dar resposta as indagações que se levantam em torno do assunto, porém, o mesmo foi proposto por Karl Popper e consiste na adopção de raciocínios insuficientes para a explicação de um fenómeno.

O método de observação esteve na base das constatações sobre a ausência do contrato de franquia em Angola no empreendedorismo como uma fraqueza.

Foi utilizado o estudo de casos múltiplos, onde recorreu-se ao conjunto de empresas que disponibilizaram as suas informações através dos seus gestores que se disponibilizaram a responder as questões submetidas. As mesmas operam no mercado angolano.

Utilizou-se as técnicas de entrevista, de análises e interpretação dos resultados. Quanto ao instrumento utilizou-se o formulário de perguntas que foi submetido aos responsáveis das empresas que selecionamos para o estudo sobre a ausência de contratos de franquias no



mercado como uma fraqueza no empreendedorismo em Angola.

Para a análise dos dados tratou-se de forma quantitativa e qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O contrato de franquia na realidade angolana é plasmado na Lei 18/03 de 12 agosto sobre os Contratos de Distribuição, de Agência, Franchising e Concessão Comercial. Pois, ela formaliza a relação jurídica entre particulares singulares ou coletivos.

O artigo 3.º da Lei 18/03 de 12 de agosto enuncia os tipos de franchising (franquia), na qual alguém pode distribuir, prestar serviço, produzir ou industrializar. Portanto, em ambos revestimentos de franchising, o licenciado realiza a sua atividade em nome do licenciador.

É frequente vermos muitas lojas revendedoras de produtos representarem marcas que se confundem com franquias.

Quanto a forma de contrato, o franchising está sujeito a forma escrita, tudo fica expresso de acordo o que foi assumido pelas partes, invocando os princípios da Boa-fé.

Segundo a Lei 18/03 de 12 de agosto, no seu artigo 42.º o franqueado pode conceder o subcontrato a outrem desde que tenha a autorização do franqueador.

As partes se obrigam a cumprir com o contrato escrito, sem prejuízo da Lei.

Com base na lei angolana a franquia é expressa como franchising, o que não implica nenhuma deturpação dos conceitos, pois o termo varia pela língua. O contrato de franquia não tem sido uma prática no ordenamento jurídico angolano, apesar de estar tipificada na lei. Muitas empresas atuam no território angolano como franquias celebradas em outros países, porém, não são empresas de direito angolano.

O mercado angolano é de facto um mercado com diversidades de estruturas. Porém, admite-se que é um mercado bastante fértil ao empreendedorismo.

Para Quintas (2013), no mercado angolano, o empreendedorismo é uma das propriedades da política económica do governo, e é uma atividade de mais-valia ao mercado nacional.

Os estudos realizados pelo Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) apontam a importância da formação em empreendedorismo na sobrevivência do negócio, pois só em Luanda 80% das empresas criadas com um mínimo de 6 meses por pessoas que tiveram formação sobre o empreendedorismo se mantiveram vivas após 5 anos (Angola, 2013).

Foi realizado um estudo de múltiplos casos com 9 empresas no mercado angolano que atuam em diversos sectores de atividades sobre o contrato de franquia concedido aos novos empreendedores.

Tabela 1: Sectores de atividades

Empresas	Sectores de Atividades			
	Extrativa	Transformadora	Comércio	Serviço
A				
B				
C				
D				
E				
F				
G				
H				
I				

Foi identificado quatro sectores nomeadamente o sector extrativo, o sector transformador, o sector do comércio e o sector de prestação de serviço em que as empresas selecionadas para o estudo desenvolvem as suas atividades.

Os sectores com maior incidência de atividades das empresas selecionadas de acordo a tabela 1 são: o sector de comércio com oito empresas; o sector a seguir com maior incidência de atividades pelas empresas selecionadas é o sector de prestação de serviço com quatro empresas; os sectores com menor incidência de atividades pelas empresas selecionadas de acordo a tabela 1 são o sector da indústria extrativa com uma empresa e o sector da indústria transformadora com uma empresa.

Porém, segundo os fundamentos sobre o contrato de franquia apresentados no capítulo anterior, o mesmo teve maior incidência nos sectores do comércio e prestação de serviço, cujas empresas apresentam-se abaixo com as suas descrições.

A empresa **A**, de acordo a tabela 1 atua no sector do comércio e prestação de serviço onde comercializa equipamentos para o mercado em Angola nos segmentos de construção civil, mineração e energia.

A empresa tem como principais atividades:

- Importação, comercialização e assistência técnica de equipamentos de marca Caterpillar para indústria de construção civil e mineração;
- Importação, comercialização e assistência técnica de geradores de marca Caterpillar;
- Aluguer de equipamentos de marca Caterpillar para geração de energia, construção civil e minas.

A empresa **B** de acordo a tabela 1 atua no sector de prestação de serviço. Tem um amplo objeto consistindo

fundamentalmente no atendimento das preocupações dos seus clientes no domínio da prestação de serviços, dispondo de um corpo de estafetas urbanos, e dedicando-se a trabalhos de facilitação, elaboração e tramitação de documentos de várias naturezas tais como licenças de construção e alvarás diversos nas áreas do comércio, aviação civil e outros transportes, pescas e outras, com a finalidade de garantir maior conforto e celeridade junto das várias instituições oficiais afins.

A empresa **C** segundo a tabela 1 atua no sector de comércio na qual prepara e comercializa refeições.

A empresa **D** de acordo a tabela 1 atua no sector de comércio e prestação de serviço, e tem a sua atividade em soluções de energias que inclui:

- Manutenção de sites de telecomunicação, limpeza e pavimentação;
- Manutenção de infraestruturas de telecomunicação, limpeza e manutenção das antenas, gerador, painel solar, bancos de baterias;
- Fornecimento de energia 24h/24h, fornecimento de energia elétrica por meio de grupos eletrogéneos;
- Venda e aluguer de geradores, colocação, substituição, venda e aluguer de grupos eletrogéneos.

A empresa **E** de acordo a tabela 1 atua nos sectores da indústria extrativa e do comércio, trata-se de uma empresa de prospeção, exploração, recuperação e comercialização de diamantes.

A empresa **F** de acordo a tabela 1 atua no sector de comércio de produtos alimentares e não alimentares.

A empresa **G** de acordo a tabela 1 atua nos sectores de produção e comércio de refrigerantes, sumos, águas, bebidas energéticas e bebidas alcoólicas.

A empresa **H** de acordo a tabela 1 atua no sector de comércio tem como objeto social, a comercialização de produtos a grosso e a retalho.

A empresa **I** de acordo a tabela 1 atua no sector de comércio e prestação de serviço, tem como objeto principal a prestação de serviços móveis de voz e dados.

As empresas serviram para análise sobre a situação gerada pelas fraquezas quanto ao contrato de franquia no empreendedorismo em Angola.

Na sequência das questões foram analisadas conforme as tabelas que serão apresentadas abaixo.

Tabela 2: Empresas líderes no segmento de mercado em que atuam

Empresas	Sim	Não
A		
B		
C		
D		
E		
F		
G		
H		
I		
Total	6	3

De acordo a tabela 2, os entrevistados submetidos a questão se as suas empresas são líderes no segmento do mercado em que atuam foi apurado o seguinte: a empresa **A** é líder no segmento de mercado em que atua; a empresa **B** não é líder no segmento de mercado em que atua; a empresa **C** não é líder no segmento de mercado em que atua; a empresa **D** é líder no segmento de mercado em que atua; a empresa **E** é líder no segmento de mercado em que atua; a empresa **F** é líder no segmento de mercado em que atua; a empresa **G** é líder no segmento de mercado em que atua; a empresa **H** não é líder no segmento de mercado em que actua; e a empresa **I** é líder no segmento de mercado em que atua.

Sendo seis empresas são líderes e três não são líderes.

Pois, as empresas líderes no mercado gozam de uma posição favorável, elas têm maior probabilidade de fazerem novos investimentos, internacionalizarem os seus produtos, as suas marcas, ou ainda os seus negócios, sendo esta uma condição favorável a celebração de contratos de franquias.

Para que se seja líder no mercado, as empresas fazem uma série de investimentos, tais como o capital humano, as tecnologias e financeiros. Com isto tornam-se mais competitivas, e por sua vez tornam o mercado mais atraente, o que pode dar origem ao surgimento de novas empresas.

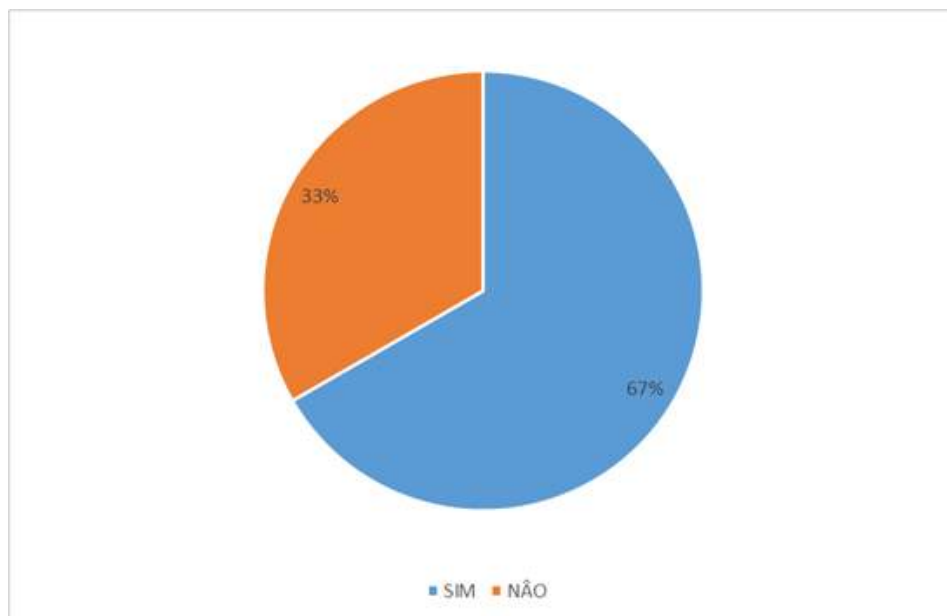


Gráfico 1: Empresas líderes no segmento de mercado em que atuam

Segundo o gráfico 1 foi constatado que 67% das empresas em estudo são líderes no mercado em que atuam, porém, a liderança representa a posição privilegiada no mercado, exigindo da mesma um esforço

constante para não perder o posicionamento. O que permitirá as empresas expandirem os seus negócios através de franquias em vários mercados.

Tabela 3: Empresas que têm feito contratos de franquia

Empresas	Sim	Não
A		
B		
C		
D		
E		
F		
G		
H		
I		

De acordo a tabela 3 foi verificado que as 9 empresas não têm feito contratos de franquia e pela natureza do tipo de contrato deixa um equívoco entre aquilo que as empresas por uma ou outra forma consideram de franquia em detrimento de um contrato de agência, este contrato em

Angola tem sido confundido, (n.º 1 e 2 do artigo 1.º da Lei n.º 18/03, de Agosto).

Todavia, a não celebração do contrato de franquia por parte de empresas conceituadas no mercado é uma fraqueza no empreendedorismo em Angola.

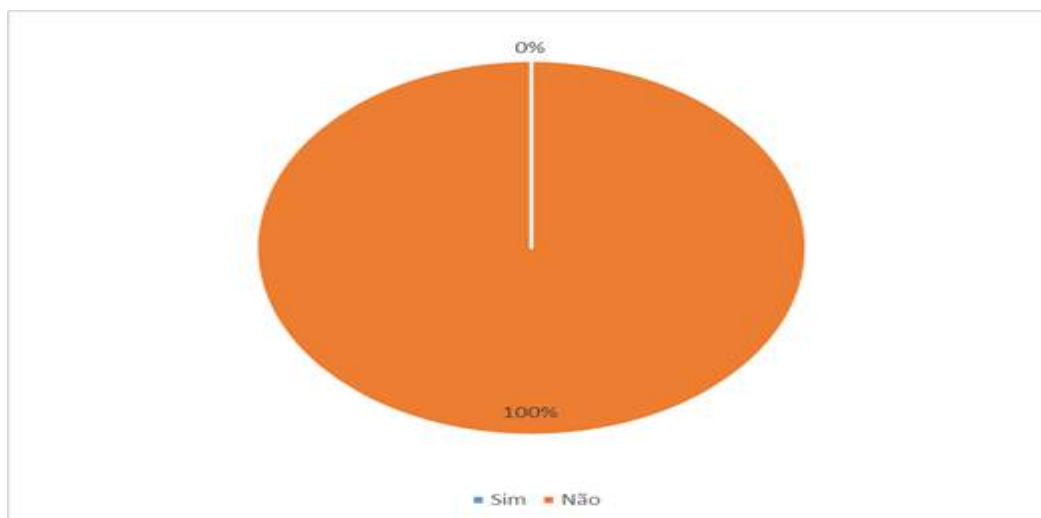


Gráfico 2: Contratos de franquia

Conforme consta no gráfico 2 constatou-se que 100% das empresas em estudo no mercado angolano não celebraram o contrato de franquia mesmo com o posicionamento de 67% das empresas liderarem os seguimentos de mercado em que atuam. O que remete-se a análise do tipo de estruturas de mercados de concorrência imperfeita e oligopólios assim como monopólios.

O contrato de franquia para uma empresa é na vertente de uma estratégia de desenvolvimento, o que significa que outros mercados devem ser atingidos com a ajuda de um franqueado, ou seja, franchisado.

Uma empresa que cresceu ou desenvolveu o seu negócio e não procura expandir, assim como internacionalizar o seu produto considera-se ter uma grande fraqueza.

A empresa quando já cresceu em um determinado mercado geograficamente deve procurar atingir outros mercados para poder chegar ao seu desenvolvimento. Ao menos que detém o monopólio do mercado e não tenciona atingir outros mercados.

A competitividade nos diversos mercados, a concorrência perfeita faz com que as empresas identifiquem as suas fraquezas para reverem os seus posicionamentos, tal como contratar pessoal qualificado e desenvolver novos produtos e expandir em outros pontos.

Todos os dias surgem empresas novas em segmentos diferentes, o mercado fica inundado de concorrentes a darem possibilidades de se celebrar contratos de franquias

CONCLUSÕES

O tema em análise sobre o contrato de franquia no mercado empreendedor foi pertinente para o enquadramento da realidade angolana, os fundamentos sobre o percurso do mundo das franquias que teve o seu despontar na década de 1950 depois de uma guerra mundial em que vislumbrou o interesse sobre a adequação dos contratos de franquias em qualquer economia como ponto decisivo para o fomento ao emprego. Os mercados têm requerido dos empreendedores maiores práticas de fazerem chegar os produtos e serviços para a satisfação das necessidades aos consumidores, as franquias abrangem as espécies correspondentes aos quatro sectores económicos, e são de mais-valia para o empreendedor que investe na indústria extrativa ou na indústria transformadora, assim como no sector de comércio ou no sector de prestação de serviço.

Para o estudo de casos múltiplos sobre a ausência de contratos de franquias no mercado empreendedor em Angola foi

notório que, o referido contrato na sua essência é desconhecido por muitos investidores pelo facto de alguns contratos como os contratos de distribuição, os contratos de agência serem aplicados em vez de um contrato de franquia, razão pelo qual pensa-se que existem muitas franquias em Angola.

Foi comprovado na pesquisa que do ponto de vista da origem dos contratos, o de franquia existem particularidades em relação ao contrato de um revendedor.

A legislação angolana plasma o contrato de franquia nos termos de franchising que significam outorgar “Lei 18/03 de 12 agosto”, entretanto as empresas submetidas em análise no estudo de múltiplos casos comprovaram de facto a probabilidade hipoteticamente levantada que: o contrato de franquia nas empresas angolanas não é uma realidade pelo facto de estar apenas plasmado na lei. Implica apresentar esta preocupação para o mercado empreendedor angolano que um contrato de franquia viabiliza o empreendedorismo dentro e fora das fronteiras.

Por último, chegou-se a conclusão que a ausência do contrato de franquia passa por uma questão de estudos feitos sobre a divulgação do franchising em Angola, os respetivos contratos de distribuição, de agência, e concessão comercial na sua aplicação são confundidos com o franchising e o facto das empresas angolanas atuarem nos seus sectores com estruturas de mercados monopólios, oligopólios e concorrência imperfeita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Angola. (2010). Constituição da República de. (Assembleia Constituinte) Publicada na 1ª Série do Diário da República N.º 23 de 5 de fevereiro de 2010.
- Lei Sobre os Contratos de Distribuição, Agência, Franchising e Concessão Comercial -Lei n.º 18/03, de 12 de agosto. Jornal de. 30 de julho de 2013.
- Baggio, D. K. (2014). Empreendedorismo: conceitos e definições. *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, Passo Fundo – RS, 1(1)*, p. 25-38, jan./jun.
- Chiavenato, I. (2004). *Gestão de Pessoas e o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Dolabela, F. (2010). *A corda e o sonho*. Revista HSM Management.
- Dornelas, J. C. A. (2008). *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios / José Carlos Assis Dornelas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projectos de pesquisa*; São Paulo: atlas.
- Gitahy, Y. (2011). *O que é uma startup? Empreendedor Online – Empreendedorismo na Internet e negócios online*.
- Hisrich, R. D.; & Peter, M. P. (2004). *Empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman.
- Kirzner, I. M. (1979). *Perception, opportunity, and profit: studies in the theory of entrepreneurship*. Chicago: University of Chicago Press.
- Lakatos, E. M.; & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo, SP: Atlas.
- Matos, M. (2013). *Ser Empreendedor: Vantagem e desvantagens de ser empreendedor ou empreendedora*. Obtido em 05 de 11 de 2014, de <http://empreendedorismo.pt/tipos-deempreendedores/>.
- Maximiano, A. C. (2004). *Introdução à administração*. 6. ED. São Paulo: ATLAS.
- Mcclelland, D. C. (1972). *A sociedade competitiva*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

- Ngorora, G. P. K.; & Mago, S. (2016). Rural Entrepreneurship and Welfare in South Africa: A Case of Nkonkobe Municipal Area in the Eastern Cape Province. *Journal of Economics*, 7(2-3), p. 169-178.
- Parker, S. C. (2009). *Economics of Self-Employment and Entrepreneurship*. Cambridge University Press.
- Quintas, J. P. (2013). *O Empreendedorismo Feminino: Estudo no Mercado de Huambo - Angola* Universidade Fernando Pessoa Porto.
- Semedo, R. (2014). *Empreendedorismo e Desenvolvimento Local: Caso Município de São Lourenço dos Órgãos*. Instituto Piaget, Ciências Contáveis. Cabo Verde: Piaget.

31 - 03 | 2025

ÍNDICE INTERNO DE ESFORÇO: UM INDICADOR ROBUSTO PARA O SERVIÇO PÚBLICO

Index of internal effort: A robust indicator for the public service

Índice de esfuerzo interno: Un indicador robusto para el servicio público

Alisson Antônio de Oliveira¹

¹Mestre em Ciências, servidor público do IFPR, alisson.oliveira@ifpr.edu.br.

Autor para correspondência: alisson.oliveira@ifpr.edu.br

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: de Oliveira, A. A. (2025). Índice interno de esforço: Um indicador robusto para o serviço público. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 119-129. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

Este artigo discute os avanços no desenvolvimento do Índice Interno de Esforço (IIE), um framework elaborado especificamente para quantificar Atividades Intelectuais Explícitas (AIE) realizadas por funcionários públicos. O objetivo é destacar os progressos alcançados e evidenciar que, ao utilizar princípios filosóficos sólidos em conjunto com estruturas matemáticas robustas, é viável criar um sistema de avaliação automatizado dos resultados gerados pelas AIE executadas pelos servidores. O IIE é aplicável em diferentes escalas, desde setores específicos até em larga escala, como exemplificado nos dados disponíveis na plataforma Lattes de currículos. Para ilustrar a versatilidade da técnica, são apresentadas três provas de conceitos (PdC) distintas: a metrificação de códigos de programação na plataforma Arduino, a metrificação de patentes de propriedade intelectual em um contexto internacional e a metrificação da complexidade de jogos eletrônicos, com foco no gênero Real Time Strategy (RTS). Os resultados obtidos revelam que o framework do IIE, com sua função de metrificação da complexidade (IIEa), está significativamente

correlacionado com as técnicas específicas testadas nas PdC, o que torna o IIEa uma opção viável para a avaliação online das AIE. Devido à sua estrutura robusta, com foco na avaliação da complexidade e do esforço empregado nas AIE, o IIEa pode ser amplamente utilizado para automatizar sistemas de avaliação de desempenho. Durante os testes realizados, não foi identificado nenhum caso que refutasse a premissa do uso do IIEa.

Palavras-chave: Administração pública, avaliação de desempenho, complexidade, engenharia de sistemas, indicadores.

ABSTRACT

This article discusses advances in the development of the Index of Internal Effort (IIE), a framework specifically designed to quantify Explicit Intellectual Activities (EIA) performed by public servants. The aim is to highlight the progress made and to demonstrate that by using solid philosophical principles in conjunction with robust mathematical structures, it is feasible to create an automated evaluation system for the results generated by the EIAs carried out by the public servants. The IIE is applicable on different scales, from

specific sectors to large-scale, as exemplified by the data available on the Lattes platform for curriculum. To illustrate the technique's versatility, three distinct proofs of concept (PoC) are presented: the quantification of programming codes on the Arduino platform, the quantification of intellectual property patents in an international context, and the quantification of the complexity of electronic games, focusing on the Real Time Strategy (RTS) genre. The results obtained reveal that the IIE framework, with its complexity quantification function (IIEa), is significantly correlated with the specific techniques tested in the PoCs, making IIEa a viable option for online evaluation of EIAs. Due to its robust structure, focusing on evaluating complexity and effort employed in EIAs, IIEa can be widely used to automate performance evaluation systems. During the tests conducted, no case was identified that refuted the premise of using IIEa.

Keywords: Public administration, performance evaluation, complexity, systems engineering. indicators.

RESUMEN

Este artículo analiza los avances en el desarrollo del Índice de Esfuerzo Interno (IIE), un marco diseñado específicamente para cuantificar las Actividades Intelectuales Ocultas (OIA) realizadas por servidores públicos. El objetivo es destacar los avances alcanzados y demostrar que, mediante el uso de principios filosóficos sólidos junto con estructuras matemáticas robustas, es factible crear un sistema de evaluación automatizado de los resultados generados por las AIE ejecutadas por los servidores. El IIE es aplicable en diferentes escalas, desde sectores específicos hasta gran escala, como lo ejemplifican los datos disponibles en la plataforma Lattes CV. Para ilustrar la versatilidad de la técnica, se presentan tres pruebas de concepto (PoC) distintas: la metrificación de códigos de programación en la plataforma Arduino, la

metrificación de patentes de propiedad intelectual en un contexto internacional y la metrificación de la complejidad de los juegos electrónicos, centrándose en el género de estrategia en tiempo real (RTS). Los resultados obtenidos revelan que el marco IIE, con su función métrica de complejidad (IIEa), está significativamente correlacionado con las técnicas específicas probadas en el PdC, lo que hace de IIEa una opción viable para la evaluación en línea de AIE. Debido a su estructura robusta, centrada en la evaluación de la complejidad y el esfuerzo empleado en AIE, IIEa puede utilizarse ampliamente para automatizar los sistemas de evaluación del desempeño. Durante las pruebas realizadas no se identificó ningún caso que refutara la premisa de utilización de IIEa.

Palabras clave: Administración pública, evaluación del desempeño, complejidad, ingeniería de sistemas, indicadores.

INTRODUÇÃO

O processo de avaliação do trabalho intelectual enfrenta desafios complexos e resistência por parte dos avaliados, atribuída a várias razões. Ribeiro (2017) aponta possíveis causas, incluindo um sentimento de proteção exagerado dos avaliados em relação ao valor de seu próprio trabalho, falta de formação dos avaliadores em técnicas determinísticas e subjetividade inerente à avaliação humana. Além disso, a rotatividade anual dos avaliadores pode levar a erros sistêmicos e subjetividade excessiva nas avaliações.

A importância do feedback na avaliação é destacada por Missel (2012), que ressalta que organizações que usam feedback para gestão e melhoria contínua têm melhores índices de clima organizacional. No entanto, a aplicação eficaz do feedback na gestão pública ainda enfrenta desafios.

No contexto acadêmico, a avaliação da produção intelectual dos pesquisadores com base em plataformas como Sucupira (CAPES, 2023) é comum, assim como a

avaliação do impacto de revistas científicas usando métricas como o estrato Qualis (2017-2020) e indicadores como H5, JCR e FI (Avena e Barbosa, 2017).

Entretanto, investimentos públicos em pesquisas e patentes muitas vezes são ineficientes, com patentes registradas apenas para atender a requisitos acadêmicos para progressão salarial. Liu, Cao e Song (2014) evidenciam que na China, patentes públicas são abandonadas após avaliações acadêmicas, gerando diferenças de qualidade com patentes privadas. Em linha similar, Jesus, Souza e Leonidio (2019) concluíram em seu estudo que o principal fator para o depósito de uma patente pelas universidades públicas brasileiras é a busca dos pesquisadores por benefícios financeiros pessoais. Cativelli (2020) argumenta que a mera contagem de patentes não reflete contribuições científicas ou sociais.

Transitando do âmbito das patentes de propriedade intelectual para a esfera dos livros que influenciam a progressão salarial dos servidores públicos, destaca-se um nicho de mercado mencionado por Sousa et al. (2012) como "editoras predatórias", onde obras de pouca relevância são publicadas mediante o pagamento de taxas editoriais. Em meio à ausência de um sistema robusto de avaliação do trabalho, os livros com poucas páginas e sem citações são avaliados da mesma forma que obras de qualidade, afetando, assim, a eficácia do serviço público.

A avaliação dos livros pode se basear apenas na quantidade de livros produzidos, mas isso não reflete necessariamente a qualidade. Um caso ilustrativo é o livro "Zen e a arte da manutenção de motocicletas", que, segundo a Editora Labrador (2018), vendeu mais de 4 milhões de cópias após ser rejeitado por mais de cem editoras. Da mesma forma, a saga Harry Potter foi inicialmente rejeitada, como destacado pelo jornal BBC News (2018). Esses exemplos evidenciam a distinção

entre quantidade e qualidade, influenciada pelo crivo das editoras.

Segundo Higham, Rassenfosse e Jaffe (2021) a definição de qualidade é subjetiva, variando conforme as preferências individuais. Enquanto peças industriais possuem medidas específicas, a qualidade de um carro varia entre os compradores, inclusive em detalhes como cor. Franceschini, Galetto e Maisano (2019) enfatizam a necessidade de identificar as necessidades dos envolvidos para planejar a "qualidade" do produto. Mediante um olhar mais distante, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia do Brasil (INMETRO, 2023), indica que a ISO 9001 estabelece requisitos para o Sistema de Gestão da "Qualidade" (SGQ), mas a SGQ não é um indicador, na verdade, é só um padrão a ser seguido.

Além da qualidade, a complexidade ou dificuldade na realização de uma Atividade Intelectual Explicitada (AIE) também pode ser uma métrica buscada, mas ela carrega uma subjetividade similar à da qualidade. Então é necessário buscar indicadores administrativos menos subjetivos e mais científicos.

O Conselho Internacional de Engenharia de Sistemas (do inglês, International Council on Systems Engineering – INCOSE, 2015) distingue "complicado" de "complexo", exemplificando que sistemas complicados, como automóveis, possuem interações previsíveis, enquanto sistemas complexos, como o transporte aéreo, geram padrões emergentes, resultando em incertezas. Efatmaneshnik e Ryan (2016) corroboram, destacando a falta de consenso na mensuração da complexidade em engenharia de sistemas e a duvidosa capacidade dessas medidas de prever o sucesso do projeto.

Devido à quantidade de variáveis envolvidas nas Atividades Intelectuais Explicitadas (AIE), as conexões entre as variáveis e as competições existentes entre todos os envolvidos (stakeholders), as AIE

se caracterizam como um sistema complexo. Dentro da engenharia de sistemas, um sistema é a combinação de elementos que funcionam juntos para produzir a capacidade necessária para atender a uma necessidade. Os elementos incluem todo o hardware, software, equipamento, instalações, pessoal, processos e procedimentos necessários para essa finalidade (NASA, 2007).

No trabalho de Pakocs e Lupulescu (2016) sobre a avaliação de riscos específicos de produção de propriedade intelectual, os autores fizeram uma proposta teórica sobre como calcular os riscos no momento da produção de bens oriundos de propriedades intelectuais. Seguindo nesta linha Di Berardino e Corsi (2018) realizaram um trabalho de análise sobre a avaliação de qualidade de atividades de terceira missão e capital intelectual em universidades italianas.

A gestão da propriedade intelectual em projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) públicos é crucial para um processo de inovação sustentável (Miyashita et al., 2020). Transformar resultados da pesquisa em bens transferíveis promove a disseminação do conhecimento. No entanto, pesquisas transdisciplinares enfrentam desafios na coordenação de interesses conflitantes entre as partes interessadas (stakeholders), podendo gerar comportamentos indesejáveis e custos adicionais.

De acordo com Sage e Rouse (2011), a Casa da Qualidade, também conhecida como QFD (Quality Function Deployment), é uma técnica matricial que organiza as características de um novo produto com base nas necessidades do cliente. O QFD integra as funções organizacionais para garantir a satisfação dos requisitos críticos do cliente dentro de um processo de tomada de decisão, como os que são necessários em projetos de inovação. No entanto, devido à natureza arbitrária dos valores das variáveis, a aplicação do método pode

incorrer em viés em diferentes níveis de análise.

Resumindo a literatura apresentada anteriormente, os estudos sobre métricas e indicadores administrativos para a área de pesquisa e desenvolvimento (P&D) não são um tema novo. Entretanto, os métodos mais comuns são muito específicos para as suas áreas de aplicação, ou seja, pouco genéricos e pouco interdisciplinares. Entretanto, recentemente foi feita uma proposta no trabalho de Oliveira, Santos e Pilatti (2024) de um framework genéricos para mensurar qualquer tipo de Atividade Intelectual Explicitada (AIE) que possua capacidade de repetibilidade, batizado de Índice Internos de Esforço (IIE). O IIE precisa de mais atenção pelos administradores públicos devidos aos seus resultados promissores baseado em estatística e princípios da engenharia de sistemas.

A seção 1 apresentou uma introdução ao tema. A seção 2 apresentará as regras e premissas que formam o IIE. A seção 3 apresentará um resumo das aplicações do IIE em áreas distintas das AIE, sendo apresentadas as considerações finais na seção 4.

Índice interno de esforço: Regras e premissas

O Índice Interno de Esforço (IIE) é um *framework* criado dentro dos princípios da área de engenharia. Um *framework* pode ser definido como um conjunto de princípios ou abordagens que estruturam o processo de projeto (Mangaroo-Pillay, Coetzee, 2022). O IIE foi desenvolvido como algoritmo para sistemas eletrônicos do governo, para proporcionar uma avaliação de desempenho em larga escala, sendo mais eficiente e econômico do que comissões temporárias de especialistas ou outros sistemas de avaliação sazonais clássicos.

Registrado dentro do software Mensures (2016) o IIE foi criado especialmente para melhorar a efetividade do trabalho entregue a sociedade. O IIE se baseia em axiomas

sociais e da engenharia, como, por exemplo, o (i) *areté*: que do grego quer dizer a excelência naquilo que se faz. Este axioma é usado para orientar a métrica no processo de deixar clara a diferença entre as AIEs e como os servidores públicos devem agir de forma eficaz em seu trabalho; (ii) “*o todo é maior que a simples soma das partes*”. Esta frase antiga sintetiza princípios básicos dos sistemas complexos, como o comportamento não linear das variáveis, conexões com forças diferentes entre as variáveis, comportamentos emergentes, entre outros; (iii) a metrificação científica deve ser imparcial, sem viés e com verificação empírica, segundo os princípios do racionalismo científico de Popper (2001). Para isso, é necessário usar testes estatísticos para minimizar o viés humano.

Com base nos axiomas anteriores, agora avançamos para aplicá-los em um método computacional para avaliar as atividades intelectuais entregues por servidores públicos, visando contribuir com a avaliação de seu desempenho. O IIE possui duas formas: IIEa, para medir a complexidade da atividade intelectual, e IIE0, para avaliar o esforço individual médio. Para implementar o IIE, é necessário um pequeno banco de dados (*dataset*) dividido em três grupos:

- a) dados internos da atividade, como número de páginas e autores;
- b) resultados alcançados, como número de citações e impacto social;
- c) insumos da atividade, como tempo de desenvolvimento e valores monetários investidos. Estes últimos grupos (b & c) são úteis para selecionar variáveis internas de forma a minimizar algum possível viés. A falta dos dados dos grupos b & c não invalida o uso do IIE, mas aumenta o risco do indicador final possuir um viés.

Depois de adquirir os dados iniciais, os procedimentos para medir com o IIE são os seguintes:

- i. Organizar as variáveis na atividade em análise: insumos (c), resultados (b), variáveis diretamente e indiretamente observadas (a);
- ii. Realizar um teste estatístico de correlação do tipo todos contra todos para identificar as variáveis mais importantes na medição a serem usadas na função do IIE;
- iii. Organizar e classificar as variáveis significativas da AIE em um *ranking*, como, por exemplo, utilizando a Tipologia da Complexidade de Sheard e Mostashari (2010), comparando os itens da AIE com os dados da base;
- iv. Escolher quatro ou mais variáveis internas (a) com correlação significativa com as variáveis externas da AIE (variáveis do grupo b & c). Separar as variáveis significativas em grupos de resultados e insumos, cada grupo contendo pelo menos uma variável;
- v. Utilizar a Função 1 do IIEa para calcular a complexidade da atividade. Em seguida, correlacionar o resultado do IIEa com os insumos (c) e resultados (b) sociais ou comerciais. Se não houver correlação significativa, retornar ao passo i, repetindo o processo até chegar a conclusões significativas sobre a complexidade do trabalho;
- vi. Após uma correlação significativa com o IIEa, é alcançado um indicador da complexidade da AIE. Em seguida, para medir o esforço médio individual dos autores, é possível usar a função primitiva (IIE0), conforme apresentado por Oliveira, Santos e Pilatti (2024). Isso inclui o número de inventores no denominador e outras variáveis relevantes para avaliar o esforço individual.

$$IIEa = 1 + \sum_{n \geq 3} \sqrt[n]{W_n} \quad (1)$$

Com a sequência de etapas apresentada acima, ao final é encontrado um indicador robusto para ser usado na administração pública. O termo robusto é oriundo da área

de Controle de Sistemas, no qual Dorf e Bishop (2011) indicam que dentro do processo de identificação de um sistema com incertezas significantes, é necessário usar as técnicas de controle robusto. Estas incertezas são oriundas de: mudanças dos parâmetros previamente lidos, mudanças naturais que não foram consideradas, atraso na entrega das informações, mudança do ponto de equilíbrio ou meta, ruído na ferramenta de aquisição de dados, entre outros. Em resumo, um sistema de controle robusto exibe o desempenho desejado, apesar da presença de incertezas significativas do processo.

Segue-se para a próxima seção, na qual, são apresentados resultados da aplicação do IIE, em sua forma de metrificação da complexidade (IIEa).

Aplicações do IIE

Esta seção apresenta três Provas de Conceito (PdC) confrontando o Índice Interno de Esforço (IIE), em sua forma de aproximação da complexidade (IIEa), com métricas especializadas de Atividades Intelectuais Explicitadas (AIE). Para leitores não familiarizados com estas áreas, as variáveis e comparações podem dificultar a compreensão dos resultados e conclusões das PdC. Para uma apresentação mais detalhada e especializada de cada AIE medida, é recomendada a consulta ao artigo original, que fornece uma explicação mais abrangente e menos resumida.

Prova de Conceito 1: Metrificação de Códigos de Programação

A metrificação de programas na linguagem de programação C/C++, dentro das especificidades da plataforma Arduino, foi realizado no trabalho de Oliveira e Pilatti (2021). As métricas confrontadas com o IIEa foram: (i) o número de linhas de código (*Lines of Code – LoC*); (ii) Complexidade Ciclométrica (CC); e a avaliação humana, feita por alunos de um curso técnico profissionalizante de Jogos Digitais.

Os resultados estatísticos demonstraram uma correlação positiva e significativa entre a complexidade genérica do IIEa com as outras três métricas confrontadas.

Dentre as conclusões desta PdC, Oliveira e Pilatti (2021) indicam que o IIEa demonstrou eficácia ao automatizar a mensuração de AIE na forma de códigos em C/C++. Tal afirmação estatística é decorrente de uma correlação positiva e significativa entre o IIEa e as demais métricas confrontadas.

Segundo Oliveira e Pilatti (2021) testes subsequentes com grandes conjuntos de código, como *Kernels*, devem ser conduzidos para realizar comparações estatísticas semelhantes e validar a aplicabilidade do IIEa em diferentes escalas, seja pequena, média ou grande. Adicionalmente, novos experimentos com códigos em diferentes linguagens de programação, mas com aplicação acadêmica similar, são cruciais para identificar possíveis limitações na aplicação do IIEa.

Prova de Conceito 2: Metrificação de Patentes

Patentes de propriedade intelectual foram metrificadas com o IIEa na PdC de Oliveira et al. (2023). Neste ensaio um *dataset* com patentes pertencentes a três extremos foram selecionadas, sendo elas: (i) no extremo inferior, foram selecionadas patentes consideradas "estranhas" pela *World Intellectual Property Organization* (WIPO) e que são disponibilizadas em sua plataforma *online*; (ii) no extremo superior, foram escolhidas patentes premiadas pelo Escritório Europeu de Patentes (EPO) em seu prêmio anual, que analisa cinco categorias: indústria, pesquisa, países não europeus, pequenas e médias empresas, e realização em vida; (iii) para um indicador de alto impacto (disrupção), foram usados dados de Glänzel e Meyer (2003), com as 10 patentes mais citadas em periódicos pelo *Science Citation Index* (SCI) do *Institute*

for Scientific Information (ISI) entre 1996 e 2000, e que foram depositadas no Escritório Americano de Patentes (USPTO) entre 1980-2000. Com estes três grupos distintos o *dataset* abrangeu diversas áreas de atuação, níveis econômicos e diferentes países.

Para confrontar os resultados alcançados com o IIEa foram usadas as métricas: (C1) índice de valor de patentes, proposto por Cattivelli (2020); (C2) valor de venda das patentes na plataforma Ocean Tomo, conforme o trabalho de Fischer e Leidinger (2014); (C3) a complexidade ou o esforço na produção de um produto, que foi adaptado da proposta de Groover (2016).

Como resultado, o IIE em sua aproximação da complexidade (IIEa) apresentou correlação positiva e significativa com a principal variável de controle, que foi o indicador de disrupção das patentes. Além disso, o IIEa apresentou correlação positiva e significativa com as demais métricas da área de patentes, com isso, indicando que ela, mesmo usando variáveis diferentes e sendo uma métrica genérica, apresentou resultados proporcionais às métricas específicas da área de patentes.

Dentre as conclusões apresentadas no trabalho, Oliveira et al. (2023) indicam um problema grave na variável número de citações de uma patente, pois esta variável possui grande diferença de uma base de dados para outra, com isso, uma métrica multivariável e robusta, como o IIEa, possui uma tendência a melhores resultados que outras métricas.

Prova de Conceito 3: Metrificação da Complexidade de Jogos Eletrônicos

Oliveira e Laureano (2024) desenvolveram uma pesquisa sobre a metrificação da complexidade de jogos eletrônicos, tendo como alvo um gênero de jogo conhecido pelo tempo crítico na tomada de decisões e o grande número de variáveis sob controle, que são os jogos do gênero Estratégia em Tempo Real (*Real Time Strategy* – RTS),

sendo usado como PdC o jogo gratuito StarCraft II (SC2) da empresa Blizzard Entertainment.

Sales et al. (2013) indicam que muitos jogos complexos apresentam três fontes de imprevisibilidade: (i) o acaso, introduzindo certa aleatoriedade controlada, geralmente não sendo ideal para jogos extensos e complexos; (ii) uma série de regras intrincadas, onde a complexidade do jogo gera inúmeras possibilidades para evitar a formação de padrões pelo jogador; e (iii) as repercussões das escolhas dos jogadores, buscando tornar o jogo menos previsível e, conseqüentemente, mais cativante, muitas vezes empregando estratégias para simular o comportamento humano por meio de aspectos emocionais. Nesse contexto, o SC2 possui todas estas características para ser usado como *dataset* de uma PdC.

A PdC adotou uma abordagem experimental para avaliar os efeitos cognitivos e motores em jogadores de SC2, ao longo das 10 fases obrigatórias do modo campanha. A complexidade do jogo foi medida com o IIEa, e este foi confrontado com as seguintes métricas: (i) média de ações por minuto (Actions Per Minute - AAPM, um indicador clássico do gênero RTS; (ii) tempo necessário para completar cada partida; (iii) a porcentagem de objetivos concluídos em cada partida; e (iv) a dificuldade selecionada em cada fase do jogo. Elementos não essenciais, como conquistas e melhorias permanentes, foram excluídos da pesquisa para evitar conflitos com outros modos de jogo.

Os resultados estatísticos revelaram que a metrificação proposta para a complexidade, utilizando o IIEa, mostrou uma correlação positiva e significativa com as seguintes variáveis: (i) o número das fases do jogo, indicando um aumento progressivo da complexidade a cada fase; (ii) as ações por minuto (APM), refletindo uma metrificação similar ao padrão deste gênero de jogo eletrônico; (iii) o tempo de duração das partidas, sugerindo uma maior

concentração e ações necessárias para completar as fases.

Oliveira e Laureano (2024) apontam diversas limitações no *dataset* criado devido à grande variedade de gêneros de jogos eletrônicos existentes e à possível mistura desses gêneros em alguns jogos. Contudo, duas limitações se destacam devido à sua generalidade: (i) a curva de aprendizado do SC2 é elevada, especialmente para jogadores novatos. Este item pode não ocorrer em outros jogos; (ii) trabalhos futuros poderiam investigar mais amplamente jogadores de diferentes idades e habilidades, proporcionando uma compreensão mais abrangente dos efeitos da idade nos resultados obtidos.

Em suas conclusões sobre o *framework* do IIEa aplicado ao jogo SC2, Oliveira e Laureano (2024) sugerem que uma maior complexidade de um jogo não é necessariamente negativa, já que há uma comunidade de jogadores que apreciam esta condição e, além disso, criam categorias para aumentar a dificuldade em jogos clássicos. Essa comunidade é conhecida como Speedrunners (Speedruns Brasil, 2024). Por outro lado, existem esforços de acessibilidade em jogos, visando reduzir as dificuldades para pessoas com deficiência. Assim, é fundamental o desenvolvimento de jogos com várias opções para alcançar o maior número possível de jogadores.

Uma das conclusões importantes deste estudo foi a criação de um indicador de complexidade de jogos eletrônicos usando os princípios da Engenharia de Sistemas (IIEa), algo não observado anteriormente na literatura.

CONCLUSÕES

Com base nos dados apresentados, o IIE emerge como um *framework* promissor para a mensuração de Atividades Intelectuais Explicitadas (AIE) executadas por servidores públicos. Como um método genérico, uma vez dominados seus procedimentos, ele pode ser aplicado a uma

ampla gama de AIE, visando uma avaliação mais precisa do desempenho dos agentes públicos e, consequentemente, melhores resultados para a sociedade.

O IIE fundamenta-se em princípios sólidos da engenharia de sistemas e sociais, como a busca pela excelência (*areté*), a compreensão de sistemas complexos e estatísticos, além da imparcialidade na análise científica, passível de implementação de forma local ou em grandes bases de dados do governo.

Em termos de aplicação prática, o IIEa foi confrontado com métricas especializadas em diferentes áreas, como códigos de programação, patentes e jogos eletrônicos. Os resultados demonstraram uma correlação significativa entre o IIEa e as métricas específicas de cada domínio, evidenciando sua capacidade de proporcionar uma avaliação próxima das métricas especializadas, mesmo sendo uma abordagem genérica. O IIEa revelou-se robusto, sustentado por axiomas e provas de conceito (PdC), não apresentando falhas até o momento, embora sejam necessárias mais PdC para uma completa validação pela comunidade científica.

Em trabalhos futuros, será explorada a função de avaliação primitiva do IIE, denominada IIE0, na qual são necessários insumos do processo de pesquisa que gerou a AIE, como investimentos financeiros e número de autores, um aspecto não observado em diversos conjuntos de dados, como o *dataset* sobre a complexidade de jogos apresentado. No entanto, um exemplo do IIE0 pode ser encontrado no estudo de Oliveira, Santos e Pilatti (2024).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Avena, M. J.; & Barbosa, D. A. (2017). Indicadores bibliométricos das Revistas de Enfermagem sob a ótica das bases indexadoras. *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo, v. 51, e03262. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?scr>

- ipt=sci_arttext&pid=S0080-62342017000100455&lng=en&nr m=iso >.
<https://doi.org/10.1590/s1980-220x2017014603262>.
- BBC NEWS. Harry Potter, 20 anos: como livro rejeitado por editoras se tornou fenômeno infanto-juvenil. BBC News. Disponível em: <
<https://www.bbc.com/portuguese/geral-40403271> >.
- Cativelli, A. S. (2020). Indicadores métricos de valor de patentes: construção de um Índice de Valor utilizando as patentes verdes brasileiras. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tese. 284 p. Disponível em: <
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219292> >.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (2024). Plataforma Sucupira. Disponível em: <
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/> >.
- Di Berardino, D; Corsi, C. (2018). A quality evaluation approach to disclosing third mission activities and intellectual capital in Italian universities. *Journal of Intellectual Capital*. 19, pp. 178-201. DOI 10.1108/JIC-02-2017-0042.
- Dorf, R. C.; & Bishop, R. H. (2011). *Modern control systems*. 12th ed. [s. l.]: Prentice-Hall. ISBN 9780136024583.
- Editora Labrador (2016). 10 livros rejeitados antes do sucesso. Disponível em: <
<http://editoralabrador.com.br/blog/10-livros-rejeitados-antes-do-sucesso/> >.
- Efatmaneshnik, M.; & Ryan, M. J. (2016). A general framework for measuring system complexity. *Complexity*, 21(S1). 533–546. doi:10.1002/cplx.21767
- Fischer, T.; & Leidinger, J. (2014). Testing patent value indicators on directly observed patent value - An empirical analysis of Ocean Tomo patent auctions. *Research Policy*, 43(3), p.519–529. <http://dx.doi.org/10.1016/j.respol.2013.07.013>.
- Franceschini, F.; Galetto, M.; & Maisano, D. (2019). *Designing Performance Measurement Systems: Theory and Practice of Key Performance Indicators*. Management for Professionals. Editora Springer International Publishing. ISBN: 978-3-030-01191-8.
- Glänzel, W.; & Meyer, M. (2003). Patents cited in the scientific literature: An exploratory study of ‘reverse’ citation relations. *Scientometrics*, 58(2). pp. 415-428. doi:10.1023/a:1026248929668.
- Groover, M. P. (2016). *Automation, Production systems and computer-integrated manufacturing*. 4. ed. Pearson Indie Education. 817 p. ISBN 978-93-325-7249-2.
- Higham, K.; Rassenfosse, G.; & JAFFE, A. B. (2021). Patent Quality: Towards a Systematic Framework for Analysis and Measurement, *Research Policy*, 50(4), ISSN 0048-7333, <https://doi.org/10.1016/j.respol.2021.104215>.
- INMETRO. O que significa a ABNT NBR ISO 9001 para quem compra? CB-25. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro. Disponível em: <
<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/pdf/cb25docorient.pdf> >.
- International Council on Systems Engineering - Incose. (2015). *Systems engineering handbook: a guide for system life cycle processes and activities*. 4. ed. Hoboken, USA: John Wiley and Sons. ISBN: 978-1-118-99940-0.

- Jesus, C. S.; Souza, C. G.; & Leonidio, U. C. (2019). Variáveis motivacionais e patenteamento: uma revisão sistemática da literatura. In: XXXIX Encontro Nacional de Engenharia da Produção - ENEGEPP. Santos. 19 p. Disponível em: <
https://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_295_1668_38546.pdf.
- Liu, L.; Cao, C.; Song, M. (2014). China's agricultural patents: How has their value changed amid recent patent boom? *Technological Forecasting and Social Change*, 88. p.106–121. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2014.06.018.x>.
- Mangarao-Pillay, M.; & Coetzee, R. (2022). Lean frameworks: A Systematic Literature Review (SLR) investigating methods and design elements. *Journal of Industrial Engineering and Management*, 15(2), 202-214. <https://doi.org/10.3926/jiem.3677>.
- Missel, S. *Feedback Corporativo: como saber se está indo bem*. Saraiva. São Paulo. 2012.
- Miyashita, S.; Katoh, S.; Anzai, T.; & Sengoku, S. (2020). Intellectual Property Management in Publicly Funded R&D Program and Projects: Optimizing Principal-Agent Relationship through Transdisciplinary Approach. *Sustainability*, 12, 9923. <https://doi.org/10.3390/su12239923>
- National Aeronautics and Space Administration - NASA. (2007). *NASA Systems Engineering Handbook*. Washington: NASA Headquarters. Disponível em: <
https://www.nasa.gov/wp-content/uploads/2018/09/nasa_systems_engineering_handbook_0.pdf>.
- Oliveira, A. A.; & Pilatti, L. A. (2021). Mensuração da complexidade de códigos em C com o método do Índice Interno de Esforço. In: *Anais do XII Encontro Anual de Tecnologia da Informação – EATI*. 10(2); Novembro/. Disponível em: <
<http://anais.eati.info:8080/index.php/2019/article/view/64/61>>.
- Oliveira, A. A.; & Laureano, M. A. P. (2024). Exploring the Complexity of Games: A Study Referenced in the StarCraft 2 Game Campaign. In: XXIII Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital (SBGames 2024), Manaus/AM. 12 p. 2024. No prelo.
- Oliveira, A. A.; & Ribeiro, G. (2020). Sistema de Avaliação de Desempenho Baseado em Controle Adaptativo: uma Aplicação Participativa. *Teoria E Prática Em Administração*, 10(1), 38–52. <https://doi.org/10.21714/2238-104X2020v10i1-47322>. Disponível em: <
<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tpa/article/view/47322>>.
- Oliveira, A. A.; Santos, C. B.; & Pilatti, L. A. (2024). Bridging the gap in patent assessment: The Index of Internal Effort framework for pharma innovations. *J Pharm Pharmacogn Res*, 12(5): 852-869. https://doi.org/10.56499/jppres23.1859_12.5.852. Disponível em: <
https://jppres.com/jppres/pdf/vol12/jppres23.1859_12.5.852.pdf>.
- Pakocs, R.; & Lupulescu, N. B. (2016). Investigations regarding the evaluation of specific intellectual property production risks within Quality Management System, IOP Conference Series: Materials Science and Engineering. 161. IOP Publishing. DOI: 10.1088/1757-899x/161/1/012106.
- Popper, K. R. (2001). *A lógica da pesquisa científica*. 9. ed. São Paulo: Cultrix. 567 p. ISBN 85-316-0236-X.
- Ribeiro, G. (2017). *Avaliação de desempenho: instrumento de dominação ou de gestão organizacional*. São Carlos:

- Scienza. 128p. ISBN 9788599560532 (broch.).
- Sage, A. P.; & Rouse, W. B. (2011). *Handbook of Systems Engineering and Management*. 2º ed. 1504, Editora Wiley. ISBN: 978-1-118-21000-0.
- Sales, R.; Clua, E.; Oliveira, D.; & Paes, A. (2013). An Architecture Coupled with a Provenance Model for Affective Simulations in Games based on Real World. In: XII SBGames – São Paulo – Brazil, 10 p. Disponível em: <<https://www.sbgames.org/sbgames2013/proceedings/comp/04-full-paper.pdf>>.
- Sheard, S. A.; & Mostashari, A. A. (2010). Complexity Typology for Systems Engineering. INCOSE International Symposium, 20(1), 933–945. DOI:10.1002/j.2334-5837.2010.tb01115.x.
- Sousa, F. S. De O.; Nadanovsky, P.; Dhyppolito, I. M.; & Santos, A. P. P. (2021). Um ano de e-mails não solicitados: o modus operandi de revistas e editoras predatórias. *Revista Da Faculdade De Odontologia De Porto Alegre*, 62(1), 71–81. DOI: 10.22456/2177-0018.114115
- Speedruns Brasil. (2024). Comunidade brasileira de speedruns. Disponível em: <<https://speedrunsbrasil.com/sobre/>>

31 - 03 | 2025

AS IMPLICAÇÕES DA ECONOMIA INFORMAL FACE AO SURGIMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS DAS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE MALANJE: ESTUDO REALIZADO NO MERCADO MUNICIPAL DE MALANJE EM ANGOLA

The implications of the informal economy in light of the emergence of small family businesses in the Municipality of Malanje: a study conducted at the municipal market of Malanje in Angola

Las implicaciones de la economía informal frente a la emergencia de las pequeñas empresas familiares en el Municipio de Malanje: Estudio realizado en el mercado municipal de Malanje en Angola

Fortunato Gaspar Paulo¹

¹fortunatogaspar1985@gmail.com.

Autor para correspondência: fortunatogaspar1985@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Paulo, F. G. (2025). As implicações da economia informal face ao surgimento dos pequenos negócios das famílias do Município de Malanje: estudo realizado no mercado municipal de Malanje em Angola. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 130-146. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

A pesquisa em foco aborda as "Implicações da Economia Informal face ao Surgimento de Pequenos Negócios das Famílias do município de Malanje", estudo foi realizado no mercado municipal de Malanje em Angola. A questão central que norteou esta investigação foi: Quais as implicações da economia informal no surgimento dos pequenos negócios das famílias do município de Malanje? O objetivo geral foi analisar as implicações da economia informal face ao surgimento dos pequenos negócios das famílias do município de Malanje, adotando o modelo descritivo auxiliado pela abordagem quantitativa. A pesquisa concentrou-se nos vendedores do mercado municipal de Malanje, com uma população de 3000 vendedores e uma amostra representativa de 250 participantes. A coleta de dados foi realizada por meio de

questionários, e a análise e interpretação dos resultados foram conduzidas utilizando pelos instrumentos de um questionário. Os resultados revelaram que a maioria dos empreendedores atua no mercado por um período de 2 a 5 anos, sendo a falta de emprego identificada como o principal motivador para a criação de negócios. Uma parte considerável dos participantes percebe a contribuição dos negócios no sustento familiar como mínima. A principal razão apontada para permanecer no mercado informal é a busca por menores custos. Além disso, os empreendedores enfrentam desafios significativos relacionados à concorrência e fiscalização. Esses resultados destacam a complexidade da economia informal em Malanje, enfatizando a importância dos empreendedores no mercado. Essa pesquisa contribui para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas entre a

economia informal e o surgimento de pequenos negócios familiares no município sede de Malanje-Angola.

Palavras-chave: Implicações, economia, negócios, família.

ABSTRACT

The research in focus addresses the "Implications of the Informal Economy in the Emergence of Small Family Businesses in the municipality of Malanje ", with an emphasis on the study carried out in the municipal market of Malanje- Angola. The central question that guided this investigation was: What are the implications of the informal economy on the emergence of small family businesses in the municipality of Malanje? The general objective was to analyze the implications of the informal economy in light of the emergence of small family businesses in the municipality of Malanje, adopting the descriptive model aided by the quantitative approach. The research focused on vendors at the Malanje municipal market, with a population of 3000 vendors and a representative sample of 250 participants. Data collection was carried out using questionnaires. The results revealed that the majority of entrepreneurs operate in the market for a period of 2 to 5 years, with the lack of employment identified as the main motivator for business creation. A considerable number of participants perceive the contribution of business to family support as minimal. The main reason given for remaining in the informal market is the search for lower costs. Additionally, entrepreneurs face significant challenges related to competition and oversight. These results highlight the complexity of the informal economy in Malanje, emphasizing the importance of entrepreneurs in the market. This research contributes to a deeper understanding of the dynamics between the informal economy and the emergence of small family businesses in the province.

Keywords: Implications; economy, business, family.

RESUMEN

La investigación en foco aborda las "Implicaciones de la Economía Informal ante el Surgimiento de Pequeñas Empresas Familiares en el municipio de Malanje", estudio realizado en el mercado municipal de Malanje en Angola. La pregunta central que guió esta investigación fue: ¿Cuáles son las implicaciones de la economía informal en el surgimiento de pequeñas empresas familiares en el municipio de Malanje? El objetivo general fue analizar las implicaciones de la economía informal ante el surgimiento de pequeñas empresas familiares en el municipio de Malanje, adoptando el modelo descriptivo auxiliado por el enfoque cuantitativo. La investigación se centró en los vendedores del mercado municipal de Malanje, con una población de 3000 vendedores y una muestra representativa de 250 participantes. La recolección de datos se realizó mediante cuestionarios y el análisis e interpretación de los resultados se realizaron mediante instrumentos de cuestionario. Los resultados revelaron que la mayoría de los emprendedores operan en el mercado por un período de 2 a 5 años, siendo la falta de empleo identificada como el principal motivador para la creación de empresas. Una parte considerable de los participantes percibe como mínima la contribución de las empresas a los ingresos familiares. La principal razón esgrimida para permanecer en el mercado informal es la búsqueda de menores costos. Además, los empresarios enfrentan desafíos importantes relacionados con la competencia y la supervisión. Estos resultados resaltan la complejidad de la economía informal en Malanje, enfatizando la importancia de los empresarios en el mercado. Esta investigación contribuye a una comprensión más profunda de la dinámica entre la economía informal y el surgimiento

de pequenas empresas familiares en el municipio de Malanje-Angola.

Palabras clave: Implicaciones, economía, negocios, familia

INTRODUÇÃO

A economia informal é uma realidade intrínseca a muitas comunidades urbanas em todo mundo, porém, o município de Malanje não é excepção. Nas ruas movimentadas do mercado municipal e em toda cidade, muitas famílias se envolvem em uma variedade de actividades económicas informais como forma de subsistência. No entanto, por trás dessa aparente informalidade reside uma complexa teia de interacções económicas que afecta profundamente as famílias que delas dependem.

A economia informal é caracterizada por actividades económicas não regulamentadas pelo governo e frequentemente operando fora dos sistemas formais de tributação e regulamentação, é um fenómeno global que desempenha um papel significativo nas dinâmicas económicas da comunidade em todo mundo.

No município de Malanje, é notável a predominância da economia informal como uma importante fonte de subsistência para muitas famílias. Contudo, a situação problemática que se destaca é a falta de um ambiente regulatório e de apoio adequado para os pequenos negócios familiares informais em toda a cidade. A ausência de um quadro regulador claro e de mecanismos de apoio, como acesso a financiamento e capacitação, cria um cenário onde esses empreendedores informais operam em condições desiguais e incertas.

Isso se traduz em desafios significativos para essas famílias, incluindo a instabilidade financeira, a falta de acesso a recursos para expandir seus negócios e a insegurança em relação ao futuro de suas actividades. A situação é agravada pela

concorrência acirrada entre os negócios informais, muitas vezes resultando em disputas e conflitos. Além disso, a falta de regulamentação pode prejudicar a colecta de impostos e o desenvolvimento económico sustentável no município de Malanje.

Portanto, a situação problemática que se observa é a carência de um ambiente regulatório e de apoio eficaz para os pequenos negócios familiares informais em todo o município de Malanje. Essa falta de regulamentação e apoio prejudica o potencial de crescimento desses negócios informais e cria desafios persistentes para as famílias que dependem deles para sua subsistência. Em função destes e outros problemas colocamos a seguinte questão de partida:

Quais as implicações da economia informal face ao surgimento dos pequenos negócios das famílias do município de Malanje?

Hipóteses

Para dar resposta a questão acima referenciada elaborou-se as seguintes Hipóteses:

- H1- A predominância da economia informal em Malanje cria desafios significativos para o surgimento e crescimento de pequenos negócios familiares limitando seu potencial económico.
- H2- A economia Informal é uma fonte de oportunidades e crescimento para pequenos negócios familiares em Malanje.

Através desta análise aprofundada, elaborou-se os seguintes objectivos.

Objectivo Geral

- Compreender as implicações da economia informal face ao surgimento dos pequenos negócios das famílias do município de Malanje.

Objectivos específicos

- Fundamentar o trabalho com base em teorias científicas relacionadas as implicações da economia informal face ao surgimento dos pequenos negócios das famílias do município de Malanje.
- Identificar as implicações da economia informal face ao surgimento dos pequenos negócios.
- Sugerir acções que visam a formalização dos pequenos negócios das famílias do município de Malanje.

Esta investigação, não apenas revelará o impacto ou as implicações da economia informal no surgimento dos negócios familiares, mas também fornecerá percepções valiosas para apoiar o desenvolvimento sustentável da economia na província de Malanje.

Ao investigar a economia informal e concentrar nosso foco nos pequenos negócios, buscamos evidenciar o papel substancial que eles desempenham na sustentação das famílias da região. Examina-se como esses empreendimentos informais não apenas fornecem meios de subsistência, mas também servem como catalisadores para o crescimento económico local. Além disso, este estudo explora os desafios intrínsecos que os pequenos negócios enfrentam, desde a falta de acesso a recursos até as barreiras regulatórias, e discute as oportunidades e potenciais para melhorar suas condições de vida.

Teoria de Suporte

A Teoria do Empreendedorismo Informal, desenvolvida por Henando de Soto (1987), destaca-se como uma estrutura teórica fundamental para compreender a dinâmica da economia informal e o surgimento de pequenos negócios. De Soto argumenta que as atividades económicas informais desempenham um papel crucial no desenvolvimento económico, especialmente em regiões onde a informalidade é predominante.

Essa teoria baseia-se na ideia de que os empreendedores informais, muitas vezes motivados pela falta de acesso a oportunidades formais de emprego, encontram maneiras criativas de estabelecer e manter seus negócios fora das estruturas tradicionais. De Soto destaca a importância de reconhecer e entender a economia informal como uma força motriz que impulsiona a atividade empreendedora em contextos específicos.

Além disso, a Teoria do Empreendedorismo Informal ressalta a capacidade adaptativa dos empreendedores informais diante de desafios como a falta de recursos e barreiras regulatórias. De acordo com essa teoria, a informalidade pode ser vista como uma resposta pragmática à ausência de alternativas viáveis no ambiente formal, refletindo a resiliência e a busca por oportunidades por parte desses empreendedores.

Essa abordagem teórica oferece uma lente analítica valiosa para examinar as implicações da economia informal no surgimento e desenvolvimento dos pequenos negócios familiares na região.

Definição dos termos e conceitos

Etimologia e conceito de Implicações

De acordo com o novo dicionário da língua portuguesa (2010):

A palavra “implicações tem origem no latim “*implicatio*”, deriva do verbo “*implicare*”, que significa entrelaçar, envolver, enredar. Refere-se a consequências ou efeitos resultantes de uma ação, decisão, situação ou circunstância. São as ramificações, relações ou desdobramentos que surgem a partir de determinado evento”. (p. 814)

Etimologia e conceito de economia

Para Bergo (2011, p. 2) “a economia é a Ciência que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação existente entre as limitadas necessidades a satisfazer e os recursos que,

embora escassos, se prestam a usos alternativos”.

Em outras palavras, podemos dizer que a economia estuda a maneira de administrar os recursos disponíveis com o objectivo de produzir bens e serviços, e distribuí-los para o seu consumo entre membros da sociedade.

Etimologia e conceito de negócio

Na visão de Kotler (2003 p. 3) “negócios são actividades económicas que envolvem a produção, compra ou venda de Bens e serviços com objectivo de obter lucro”.

Em nossa maneira de percebermos os assuntos, evidencia-se que negócio é uma actividade comercial que busca atender às necessidades ou desejos dos clientes, fornecendo produtos ou serviços em troca de um valor.

Etimologia e conceito de família

Para o novo Dicionário da Língua Portuguesa (2010):

designa-se por “família o conjunto de pessoas que possuem um grau de parentesco ou laços afectivos e vivem na mesma casa formando um lar; Conjunto Formado por duas pessoas ligadas pelo Casamento e pelos seus eventuais descendentes; conjunto de pessoas que têm um ancestral comum”. (p. 884)

Economia informal e as suas implicações

Podemos afirmar que, economia informal é um fenómeno de grande relevância no cenário económico global merecendo atenção considerável em pesquisas académicas e políticas públicas. Este campo de estudo aborda actividades económicas que ocorrem fora das estruturas formais e regulamentadas pelo governo, sendo marcado por características distintivas.

Alves (2001, p. 99) define “a economia informal como parte do sistema económico, constituída por pequenos grupos de produção, venda ou serviços, que não

respeita o pagamento de tributos e o registo de empregados e de transações”.

Em sua essência, a economia informal é definida pela ausência de registo oficial, evasão de impostos e frequentemente pela informalidade nas relações de trabalho. Este fenómeno não está restrito a uma única nação ou região, mas é observado em todo o mundo, desempenhando um papel significativo na subsistência de famílias e comunidades.

Pastore (2005, p. 102) argumenta que “a economia informal é um reflexo das deficiências do mercado de trabalho e das instituições sociais. Para o autor a economia informal é um fenómeno multifacetado, muitas vezes influenciado por factores económicos, sociais e políticos”.

Uma das características notáveis da economia informal é a sua diversidade. Ela abrange uma ampla gama de actividades, incluindo vendedores ambulantes, prestadores de serviços, domésticos, agricultores familiares, entre outros. Essa diversificação reflecte a capacidade de adaptação da economia informal às necessidades e oportunidades locais.

Assim entendemos nós, que, Pessoas com baixa escolaridade, migrantes e mulheres frequentemente encontram oportunidades na economia informal, contribuindo para a inclusão social. Apesar de suas vantagens, a economia informal também apresenta desafios importantes. A falta de protecção social para os trabalhadores informais é uma preocupação significativa, pois muitos não têm acesso a benefícios como seguro de saúde ou pensões. Além disso, a evasão fiscal associada a essa economia pode afectar a arrecadação de impostos pelo governo, influenciando os recursos disponíveis para serviços públicos e desenvolvimento.

Implicações positivas

De acordo com Perry (2000, p. 87) “a economia informal é uma resposta racional à rigidez e à falta de oportunidades no sector formal. Ela permite que as pessoas busquem meios de subsistência em

condições económicas desafiadoras e oferece flexibilidade na alocação de recursos”.

Nesta ordem de ideias, seguimos ainda com o nosso argumento de que, a economia informal é um componente intrincado e significativo da actividade económica global, desempenhando um papel crucial em inúmeras sociedades e contextos económicos. Suas vantagens são amplas e multifacetadas, contribuindo de maneira substancial para sua persistência e relevância.

Segundo Field (2008) a economia informal pode ser um espaço de autonomia e criatividade para os trabalhadores. Ela oferece oportunidades para inovação e empreendedorismo, muitas vezes fora das restrições do sector formal.

Implicações negativas

Assim podemos confirmar que a economia informal, embora apresente vantagens, também traz consigo uma série de desvantagens que merecem atenção. Essas desvantagens reflectem aspectos complexos desse fenómeno económico e seus impactos na sociedade.

Para Berg (2007) a economia informal pode perpetuar a pobreza ao não oferecer oportunidades de emprego de qualidade. Ela muitas vezes resulta em baixos salários, falta de segurança no trabalho e falta de perspectivas de desenvolvimento económico para os trabalhadores.

A instabilidade de renda é outra desvantagem notável. Porém, trabalhadores informais muitas vezes experimentam flutuações significativas em seus ganhos devido à natureza irregular das actividades informais. Isso pode resultar em dificuldades financeiras em momentos de baixa demanda ou em situações imprevistas.

Assim percebemos que, a falta de regulamentação formal também tem implicações negativas. A economia informal está frequentemente associada à evasão fiscal, o que pode prejudicar a

arrecadação de impostos pelo governo. Isso, por sua vez, pode afectar a capacidade do Estado de fornecer serviços públicos essenciais, como educação e saúde, impactando a qualidade de vida da população.

Impacto da economia informal nas finanças públicas

Em nossa visão, a economia informal desempenha um papel significativo na dinâmica financeira de um país, influenciando directa e indirectamente a arrecadação de impostos e, consequentemente, as finanças públicas. Este impacto é complexo e multifacetado, e pode ser explorado em várias dimensões. A economia informal dificulta a fiscalização e a cobrança de impostos. Muitas transações e actividades nesse sector ocorrem à margem das regulamentações fiscais, tornando-as difíceis de serem rastreadas e controladas pelas autoridades fiscais. Isso exige investimentos substanciais em fiscalização e administração tributária, que poderiam ser alocados de maneira mais eficiente em outras áreas.

Podemos aqui concluir que, a falta de conformidade tributária na economia informal não afecta apenas o aspecto financeiro, mas também mina a confiança dos cidadãos no sistema tributário. Quando os contribuintes formais percebem que alguns não estão pagando sua justa parcela de impostos, isso pode gerar descontentamento e desmotivar o cumprimento.

Desafios da economia informal em tempos de crise

Em nossa percepção, a economia informal em tempos de crise é um fenómeno complexo e problemático que merece análise detalhada. Em primeiro lugar, a economia informal é muitas vezes composta por trabalhadores autónomos e pequenos empreendedores que operam fora dos regulamentos governamentais e

estruturas formais de emprego. Esses trabalhadores enfrentam desafios substanciais durante crises económicas.

Para Tavares (2015, p. 181) “economia informal é frequentemente desprovida de regulamentação e padrões de segurança, colocando em risco a saúde e segurança dos consumidores, além de prejudicar a concorrência justa no mercado”.

O papel dos pequenos negócios na comunidade de Malanje

Os pequenos negócios desempenham um papel profundo e multifacetado na sustentação e desenvolvimento das comunidades em todo o mundo. Seu impacto abrange uma série de aspectos que vão além das transações comerciais, moldando a vida das pessoas e contribuindo para a estabilidade económica e social das comunidades.

Tal como afirma Filho (2007) ao examinar o tecido social das comunidades através da lente dos pequenos negócios revela um ecossistema dinâmico onde cada empreendimento desempenha um papel crucial na promoção da equidade económica, na diversificação de oportunidades e na construção de uma fundação sólida para o desenvolvimento sustentável.

Primeiramente, os pequenos negócios são pilares da criação de empregos locais. Eles empregam residentes, criando oportunidades de trabalho que podem ser particularmente significativas em áreas onde as opções de emprego formal são limitadas. Essa função é particularmente vital em comunidades rurais e em desenvolvimento, onde os pequenos negócios representam uma fonte essencial de emprego.

Além disso, a proximidade geográfica dos pequenos negócios muitas vezes reduz a necessidade de longas viagens diárias para o trabalho. Isso não apenas melhora a qualidade de vida dos trabalhadores, economizando tempo e recursos, mas também pode ajudar a reduzir o

congestionamento urbano e a pressão sobre a infraestrutura de transporte.

Lemos (2016) introduz que os pequenos negócios desempenham um papel fundamental na preservação e promoção da identidade cultural de uma comunidade. Ao contrário de grandes corporações globais, os empreendimentos muitas vezes elementos autênticos e tradicionais que refletem a história, os costumes e os valores únicos da região.

MATERIAIS E MÉTODOS

Caracterização do Município de Malanje

Este capítulo busca caracterizar a pesquisa de acordo com a metodologia científica que deverá ser utilizada para abordar o problema, quanto à natureza dos objectivos, ao delineamento ou método de investigação e os procedimentos de colecta, análise e interpretação de dados, e ao contexto da pesquisa

Procedimentos Metodológicos

Tipo de Pesquisa

Para a presente pesquisa optou-se pela escolha do modelo descritivo, auxiliada pela abordagem quantitativo. A escolha de um modelo descritivo se deve à necessidade de uma compreensão minuciosa das características da economia informal e de como os pequenos negócios contribuem para a sustentação das famílias, o que nos permitirá não apenas analisar mais descrever esses fenómenos de forma precisa.

Características dos Participantes da Pesquisa

População e Amostra

Na condução de uma pesquisa, é essencial definir claramente a população alvo, o grupo de interesse que represente o universo do estudo. No entanto é frequentemente inviável estudar todos os

membros dessa população devido as limitações de recursos, tempo e logística. É aí que entra o conceito de amostragem, que envolve a selecção de uma porção representativa da população. Porém a mesma população é de 3000 comerciantes. Ao passo que, a amostra é a porção representativa cuidadosamente seleccionada que permite ao pesquisador explorar e analisar fenómenos de interesse

com eficácia. Tendo em conta o nosso universo, a amostra da nossa pesquisa é constituída por 250 vendedores. Portanto, a população e amostra são elementos essenciais para a validade e relevância de uma pesquisa científica, permitindo-nos explorar e compreender os fenómenos de interesse de forma eficaz.

Características dos Participantes

Quadro 1: Característica dos participantes da pesquisa

%	IDADE			Género		Grau de Escolaridade			
	18-35	36-50	Mais de 50	M	F	6 ^a	9 ^a	Médio	Superior
100%	161	57	32	104	146	128	19	96	7
	65%	23%	12%	42%	58%	51%	8%	38%	3%

Variáveis

Uma variável em uma pesquisa científica é um elemento fundamental que pode ser medido, observado ou controlado. Ela representa um atributo, característica ou condição que está sujeito a variações ou mudanças. Variáveis são usadas para investigar relações, efeitos e fenómenos em um estudo, permitindo que os pesquisadores colectem dados e analisem resultados.

Variável independente

- Economia Informal

Variável dependente

- Implicações face ao surgimento dos pequenos negócios das famílias.

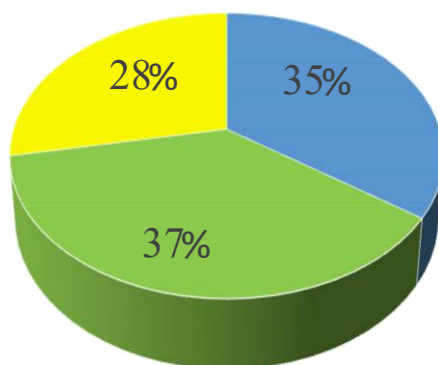
No âmbito da pesquisa sobre a economia informal, escolheu-se questionário como o instrumento de colecta de dados. O questionário é uma ferramenta amplamente reconhecida e utilizada em pesquisas devido à sua versatilidade e capacidade de obter informações de muitos participantes de maneira eficiente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, a pesquisa adentra na etapa crucial da interpretação dos dados colectados. É detalhado a apresentação dos resultados, permitindo uma compreensão profunda das descobertas obtidas no decorrer do estudo.

Técnicas e instrumentos utilizados

A quanto tempo comercializa o seu negócio aqui no mercado municipal?



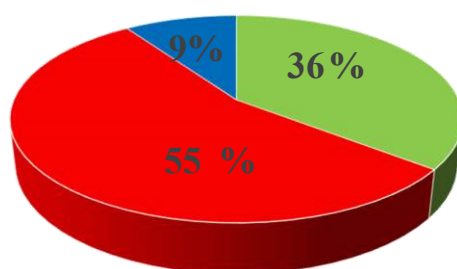
■ a) 1 ano ■ b) 2-5 anos ■ c) Mais 5 anos

Gráfico 1: A quanto tempo comercializa o seu negócio aqui no mercado Municipal?

O 35% dos inquiridos comercializam no mercado há 1 ano. 37% têm seus negócios no mercado entre 2 e 5 anos. 28% estão comercializando no mercado por mais de 5 anos. Isso pode nos mostrar que o mercado municipal é um ambiente comercial dinâmico.

Esses dados são relevantes para o objectivo geral da pesquisa, pois fornecem informações sobre o tempo de actuação das famílias no mercado, o que pode estar relacionado à forma como a economia informal influencia a formação e progresso dos pequenos negócios familiares.

Qual é o principal motivo que o levou a criar o seu negócio?



■ a) Oportunidade de Negócios ■ B) Falta de Emprego ■ c) Outro

Gráfico 2: Qual é o principal motivo que o levou a criar o seu negócio?

O 36% dos inquiridos mencionaram que criaram seus negócios devido a uma oportunidade de negócios. 55% indicaram que a falta de emprego foi o motivo que os levou a criar seus negócios.

9% mencionaram outros motivos. Esses resultados destacam que a falta de emprego é o motivo predominante para o estabelecimento de negócios no Mercado Municipal de Malanje, com a maioria dos

participantes da pesquisa mencionando essa razão. Em função deste resultado podemos dizer de que muitos empreendedores vêem o negócio como uma alternativa de renda devido à falta de oportunidades de empregos formais na cidade de Malanje. No entanto, 36% também mencionaram a criação de negócios devido a oportunidades de negócios, o que indica que uma parcela significativa dos empreendedores

reconheceu uma demanda ou nicho de mercado que poderia ser explorado. Essa análise dos motivos de criação dos negócios é relevante para o objectivo geral da pesquisa, uma vez que fornece uma visão sobre as motivações dos empreendedores no mercado informal e como esses motivos podem influenciar a formação e progresso dos pequenos negócios familiares em Malanje.

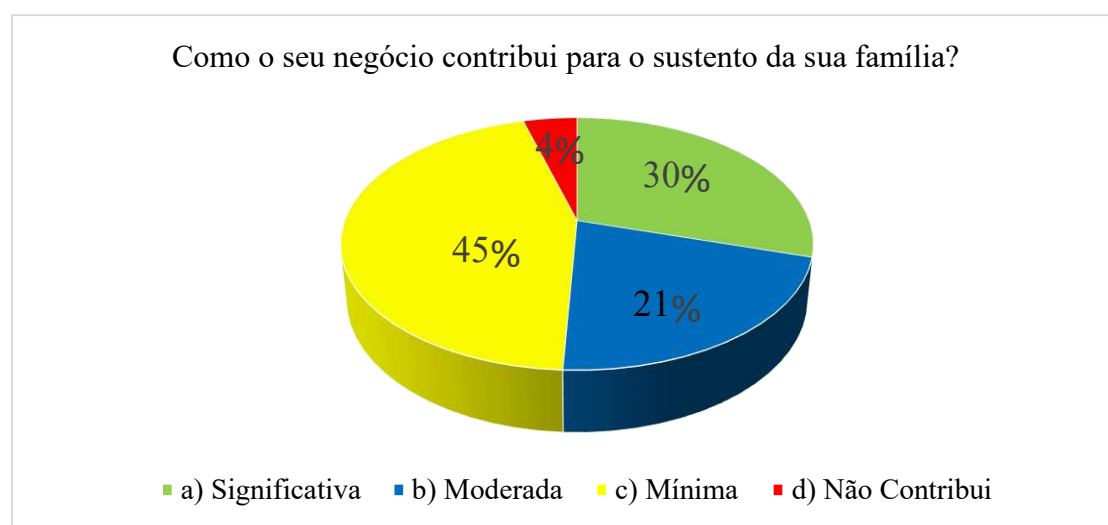


Gráfico 3: Como o seu negócio contribui para o sustento da sua família?

O 30% dos inquiridos afirmaram que seus negócios contribuem significativamente para o sustento de suas famílias, destacando o papel essencial desses empreendimentos na geração de renda familiar. 21% mencionaram que a contribuição de seus negócios é moderada, o que sugere que esses negócios desempenham um papel substancial no sustento, embora não seja a única fonte de renda.

Ao passo que, 45% disseram que a contribuição de seus negócios é mínima, evidenciando que, para muitos empreendedores, seus negócios no

Mercado Municipal têm uma contribuição limitada para o sustento familiar. Apenas, 4% dos entrevistados afirmaram que seus negócios não contribuem para o sustento de suas famílias, indicando que, em alguns casos, os negócios podem estar enfrentando desafios significativos.

Essa diversidade de informações sobre a contribuição dos negócios para o sustento familiar no Mercado Municipal de Malanje é essencial, pois nos permite entender como os pequenos negócios familiares se relacionam com as necessidades económicas das famílias em Malanje.

Já tentou formalizar o seu negócio?

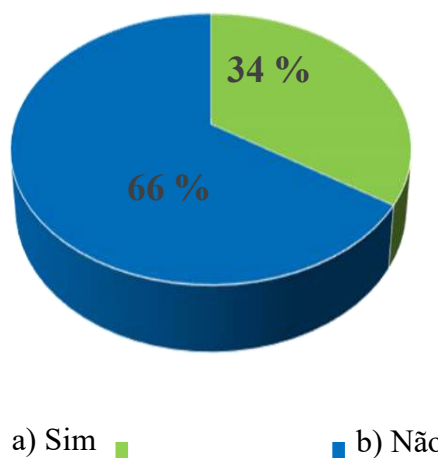


Gráfico 4: Já tentou formalizar o seu Negócio?

O 34% dos inquiridos responderam afirmativamente, indicando que já tentaram formalizar seus negócios. 66% dos negociantes questionados, responderam negativamente, o que sugere que a maioria dos empreendedores do Mercado Municipal não buscou a formalização de seus negócios.

Esses resultados destacam que uma parcela significativa dos empreendedores já tentou formalizar seus negócios, mas a maioria

optou por permanecer na economia informal. Essa decisão pode estar relacionada a uma variedade de factores, como barreiras para a formalização, custos associados ou preferência pela flexibilidade do sector informal. A análise desses dados é importante para compreender a relação entre a economia informal e os esforços de formalização dos pequenos negócios familiares no Mercado Municipal de Malanje.

Porquê permanece como vendedor neste mercado, em vez de estabelecer um negócio formal

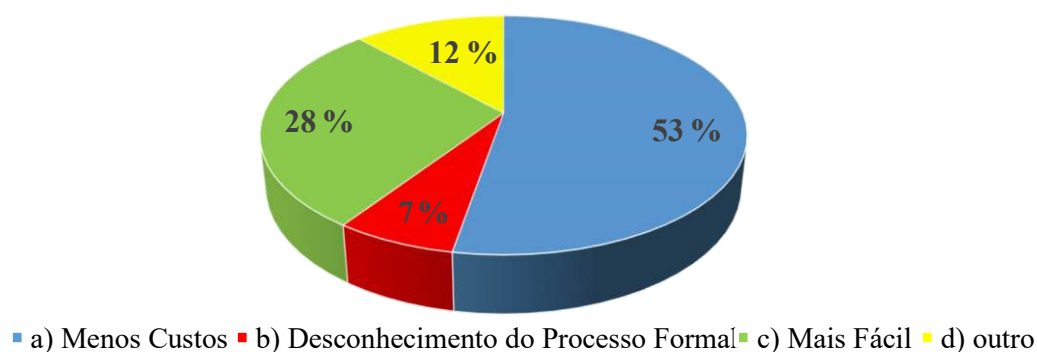


Gráfico 5: Porquê permanece como vendedor neste mercado, em vez de estabelecer um negócio formal?

O 53% dos inquiridos mencionaram que permanecem como vendedores no mercado informal devido a menores custos, indicando que a economia informal é vista como uma opção mais acessível em termos financeiros. 7% alegaram desconhecimento do processo formal, o que sugere que uma pequena parcela dos empreendedores pode não estar ciente dos procedimentos necessários para a formalização. 28% responderam que permanecem no mercado informal porque é mais fácil, o que destaca a simplicidade e a flexibilidade associadas à economia informal e 12% mencionaram outros motivos não especificados.

Esses resultados evidenciam que a economia informal é escolhida predominantemente devido aos menores custos e à percepção de maior facilidade. Isso reflecte a importância da acessibilidade financeira e da simplicidade na tomada de decisões dos empreendedores. Apenas uma pequena parcela mencionou o desconhecimento do processo formal como motivo. A análise desses dados é crucial para compreender por que os empreendedores optam por permanecer no mercado informal em Malanje, em vez de buscar a formalização de seus negócios.

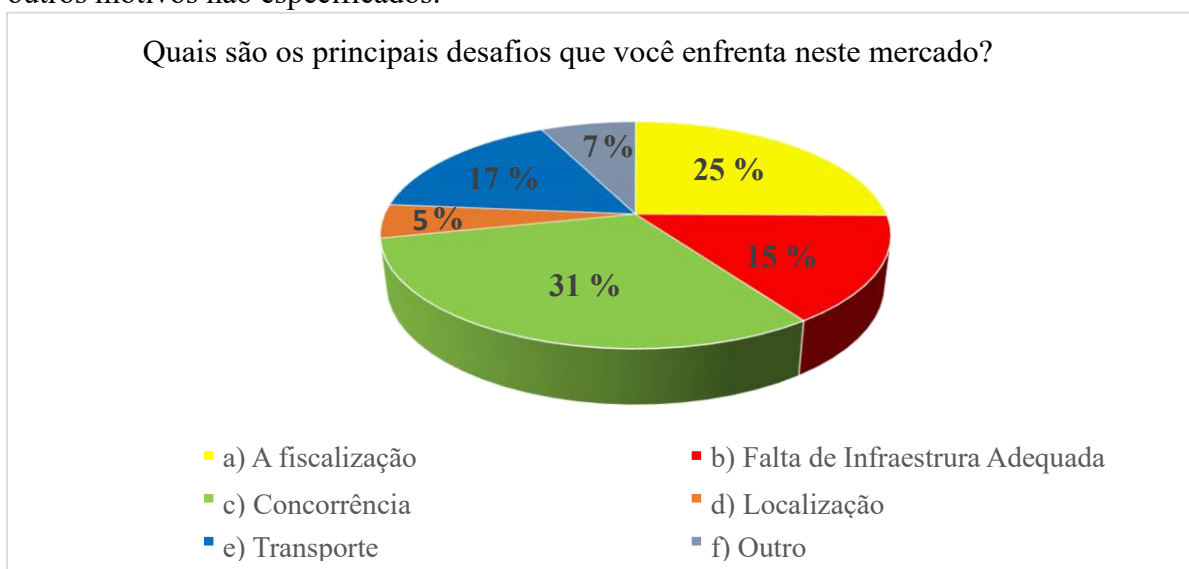


Gráfico 6: Quais são os Principais desafios que você enfrenta neste mercado?

O 25% dos inquiridos mencionaram a fiscalização como um dos principais desafios, o que sugere que a presença de órgãos reguladores ou fiscais é uma preocupação significativa para uma parte dos empreendedores. 15% apontaram a falta de infraestrutura adequada como um desafio, indicando que a carência de recursos e instalações apropriadas é uma preocupação importante para alguns. Ao passo que, 31% responderam que a concorrência é um dos principais desafios, destacando a natureza competitiva do mercado informal. 5% citaram a localização como um desafio, o que pode se

relacionar à importância da posição geográfica dos negócios. 17% mencionaram o transporte como um dos desafios, o que pode indicar questões de mobilidade e logística. E 7% indicaram outros desafios não especificados.

Esses resultados reflectem a diversidade de desafios enfrentados pelos empreendedores no mercado informal de Malanje. A concorrência é um desafio significativo, juntamente com questões relacionadas à fiscalização e transporte. Além disso, a falta de infraestrutura e outros desafios não especificados também são considerações importantes. A análise desses desafios é

fundamental para compreender as dificuldades e obstáculos que os empreendedores precisam superar no ambiente do mercado informal.

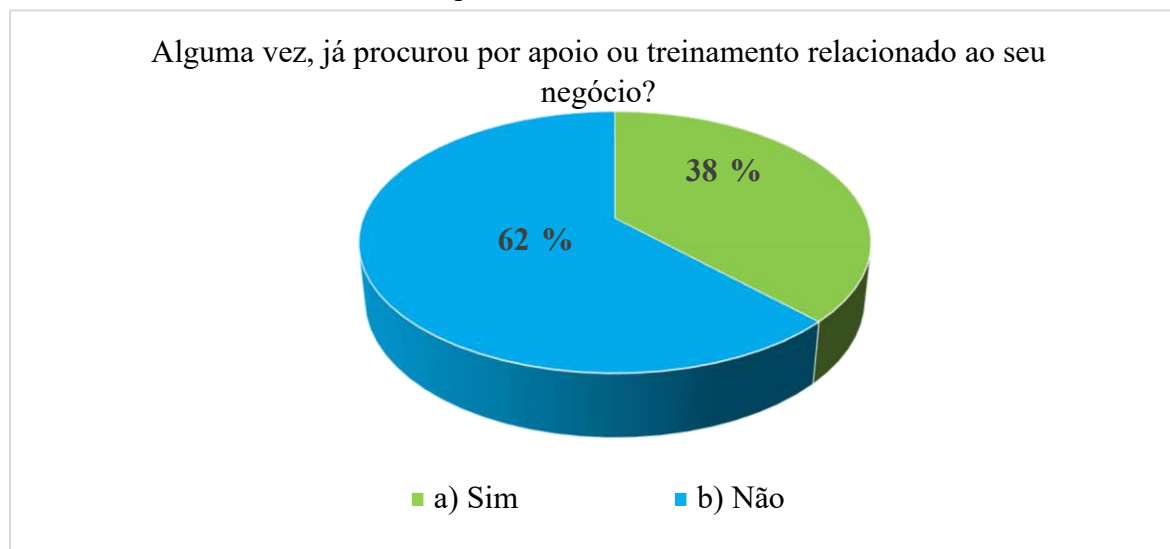


Gráfico 7: Alguma vez, já procurou por apoio ou treinamento relacionado ao seu negócio?

O 38% dos inqueridos responderam afirmativamente, indicando que já buscaram apoio ou treinamento relacionado aos seus negócios. 62% dos entrevistados responderam negativamente, o que sugere que a maioria dos empreendedores não procurou apoio ou treinamento específico para seus negócios.

Esses resultados demonstram que uma parcela significativa dos empreendedores no Mercado Municipal de Malanje buscou

apoio ou treinamento em algum momento. A busca por apoio pode incluir assistência relacionada a aspectos como gestão de negócios, financiamento ou desenvolvimento de habilidades empreendedoras. A análise desses dados é relevante para compreender a disposição dos empreendedores em buscar aprimoramento e suporte para seus negócios no contexto da economia informal.

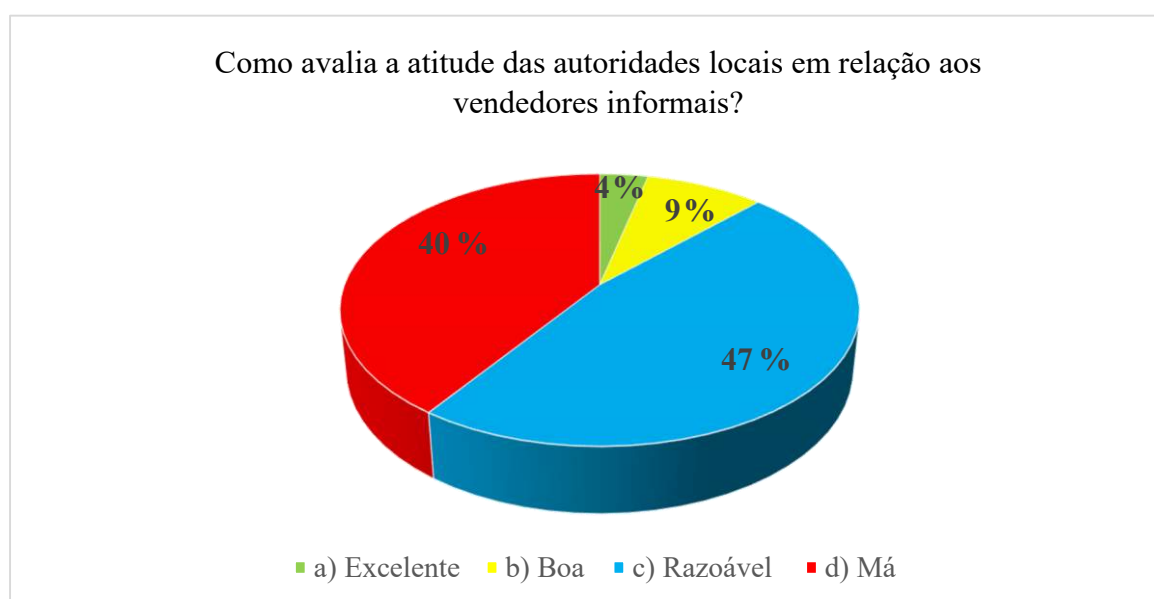


Gráfico 8: Como avalia a atitude das autoridades locais em relação aos vendedores informais?

Apenas 4% dos inquiridos avaliaram a atitude das autoridades locais como excelente, 9% consideraram a atitude das autoridades como "boa". 47% classificaram a atitude das autoridades como "razoável", sugerindo uma avaliação neutra. 40% avaliaram a atitude das autoridades como "má". Esses resultados mostram uma variação significativa nas percepções dos empreendedores em relação às atitudes das autoridades locais em relação aos vendedores informais. A análise dessas avaliações é crucial para compreender a relação entre os vendedores informais e as autoridades locais, o que pode ter implicações significativas no ambiente de negócios informal em Malanje e para o crescimento económico das comunidades locais.

Resultados da Pesquisa

Com base nas análises e interpretações das respostas ao questionário realizado no Mercado Municipal de Malanje, apresentamos um resumo dos principais resultados da pesquisa:

A maioria dos empreendedores actua no mercado por um período de 2 a 5 anos, a falta de emprego é o principal motivo para a criação de negócios no mercado, seguida por oportunidades de negócios. Uma boa Parte considerável dos empreendedores, afirmam que a contribuição dos negócios para o sustento familiar é mínima. Em contrapartida, um número inferior a este, afirmam que a contribuição é significativa. A maioria não tentou formalizar seus negócios, com apenas um pequeno percentual relatando tentativas de formalização, a principal razão para permanecer no mercado informal é a possibilidade de menores custos, seguida por ser uma opção mais fácil, ainda sobre os principais desafios a concorrência é identificada como o principal desafio,

seguida pela fiscalização e questões de transporte.

A maioria dos empreendedores observa os preços da concorrência para definir seus próprios preços e parte inferior dos empreendedores no mercado informal procurou apoio ou treinamento relacionado aos seus negócios. Quanto a avaliação da atitude das autoridades locais, a maioria dos empreendedores avalia as atitudes das autoridades locais como "más", enquanto o número bastante reduzido, consideram "excelentes".

Os resultados destacam a complexidade da economia informal em Malanje, com ênfase na importância dos empreendedores familiares no mercado. Eles enfrentam desafios relacionados à concorrência e à fiscalização, enquanto a maioria opta por permanecer na economia informal devido a custos menores. A atitude das autoridades locais é percebida de maneiras variadas. Esses resultados fornecem uma visão abrangente do ambiente de negócios no Mercado Municipal de Malanje.

CONCLUSÕES

O mercado informal, presente em muitas cidades e regiões, é um elemento fundamental na economia de Malanje. Caracterizado por negócios não oficialmente registados e, muitas vezes, operando nas margens da regulamentação governamental, o mercado informal desempenha um papel crucial na subsistência de inúmeras famílias e no panorama económico da região.

Nesse cenário, empreendedores familiares desempenham um papel central. Eles criam pequenos negócios em uma variedade de sectores, desde venda de produtos agrícolas até comércio retalhista. Esses

empreendedores frequentemente dependem desses negócios para o sustento de suas famílias, uma vez que o emprego formal é escasso.

A economia informal oferece oportunidades económicas que são, em muitos casos, essenciais para a sobrevivência das famílias em Malanje. No entanto, ela também traz desafios, como a falta de regulamentação, a concorrência acirrada e a instabilidade financeira.

Nesse contexto, esta pesquisa se concentrou em entender como a economia informal afeta a formação e o progresso dos pequenos negócios familiares. Com base nas análises realizadas, é possível concluir que os objetivos propostos foram alcançados de maneira satisfatória. Ao explorar as implicações da economia informal face ao surgimento de pequenos negócios familiares no município de Malanje, foi possível obter informações valiosas sobre o papel desse setor na dinâmica económica local.

Quanto às hipóteses formuladas, os resultados indicam que a hipótese 2, que afirmava que a economia informal é uma fonte de oportunidades e crescimento para pequenos negócios familiares em Malanje, foi confirmada. A pesquisa revelou que a economia informal de fato proporciona oportunidades significativas para o estabelecimento e desenvolvimento desses negócios.

No que diz respeito à hipótese 1, que sugeria que a predominância da economia informal cria desafios significativos para o surgimento e crescimento de pequenos negócios familiares, os dados apontam para uma conclusão diferente. Dessa forma, ao considerar as hipóteses, percebe-se que a relação entre a economia informal e os

pequenos negócios familiares em Malanje é mais complexa do que sugerido pela hipótese 1. Esta constatação destaca a importância de compreender nuances específicas do contexto estudado, proporcionando uma visão mais abrangente das implicações da economia informal nesse cenário.

os resultados obtidos proporcionam uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas entre a economia informal e os pequenos negócios familiares em Malanje, confirmando a hipótese 2 e, ao mesmo tempo, enriquecendo o entendimento sobre os desafios e oportunidades presentes nesse contexto específico.

Os resultados obtidos permitem concluir que a economia informal tem um impacto significativo na subsistência e desenvolvimento dos pequenos negócios familiares na província. No entanto, a pesquisa revelou também uma série de desafios enfrentados por esses empreendedores, como a concorrência acirrada, a falta de infraestrutura adequada e as atitudes das autoridades locais que variam em sua avaliação. A maioria dos empreendedores opta por permanecer na economia informal devido a menores custos e a percepção de que é uma opção mais fácil.

Essa escolha destaca a importância de políticas que facilitem a formalização de negócios, proporcionando capacitação, apoio e regulamentação eficaz. A pesquisa também ressalta a necessidade de melhorar as condições e a infraestrutura dos mercados informais, criando um ambiente propício ao crescimento dos pequenos negócios familiares.

Avaliando a atitude das autoridades locais, fica claro que a relação entre

empreendedores informais e autoridades deve ser aprimorada. Um diálogo construtivo e uma compreensão mais profunda das necessidades e desafios enfrentados pelos empreendedores podem levar a um ambiente de negócios mais favorável.

Esta pesquisa destaca que a economia informal é uma força económica importante em Malanje, que desempenha um papel significativo na subsistência de muitas famílias e no panorama económico da região. Com as estratégias adequadas, a economia informal pode ser um motor de crescimento e desenvolvimento económico, beneficiando empreendedores familiares e contribuindo para a melhoria das condições de vida das famílias em Malanje.

Portanto, é imperativo que os governantes, as autoridades locais e os formuladores de políticas adotem medidas que promovam um ambiente de negócios favorável e ofereçam apoio aos empreendedores familiares que desempenham um papel vital na economia informal de Malanje. Somente por meio de acções direccionadas e estratégias bem fundamentadas será possível colher os benefícios da economia informal e promover o desenvolvimento económico sustentável na região. Porquanto, sendo a investigação científica um produto inacabado, a exemplo de outras pesquisas, esta também deixa suas lacunas, pelo facto de não abranger todos os negociantes do mercado municipal de Malanje, e por isso como futuras linhas de investigação delineamos de forma mais abrangente o estudo, para que se possa ter mais participantes.

SUGESTÕES

Diante da pesquisa feita, sugerimos o seguinte aos comerciantes e não so o seguinte:

1. Simplificar e agilizar o processo de registo e legalização. Isso inclui reduzir a quantidade de documentação necessária, digitalizar procedimentos e disponibilizar recursos de orientação para tornar o processo mais acessível e eficiente.
2. Implementar programas de microcrédito e linhas de crédito específicas para empreendimentos informais, com taxas de juros favoráveis e condições acessíveis.
3. Fornecer orientação sobre requisitos legais, fiscais e regulatórios é fundamental para garantir uma transição suave.
4. Reduzir os custos associados à formalização, como taxas de registo e licenciamento, pode ser um incentivo significativo para empreendedores informais. Isso os torna mais propensos a buscar a legalização de seus negócios.
5. Oferecer assistência técnica e consultoria especializada para ajudar empreendedores informais a adaptar seus negócios às demandas do mercado formal, incluindo questões de qualidade e regulamentações específicas.
6. Implementar sistemas de monitoramento para acompanhar o progresso dos empreendedores informais durante a transição para o mercado formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, L. M. (2001). Glossário de Termos Económicos. Citrat- FFLCH/USP: São Paulo.
- Berg, C. (2007). Trabalho e Desenvolvimento Humano: Por que precisamos de uma abordagem da Economia Informal?. Instituto de Pesquisa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento Social (UNRISD): Washington, D.C.
- Bergo, C. (2011). Conceitos Básicos de Economia. Anbima: São Paulo.
- De Soto, H. J. (1987). O Mistério do Capital: Por que o Capitalismo Triunfa nos Países do Ocidente e Falha em Outros Lugares. Record: Nova Iorque.
- Field, J. C. (2008). Incentivos para Economia Informal: Implicações Para o Desenvolvimento e Proteção Social. Banco Mundial. Washington, D.C.
- Filho, S. A. (2007). O Que é Trabalho Informal?. Brasiliense: São Paulo.
- Figueredo, C. (2010). Novo dicionário da língua portuguesa. www.gutenberg.net 2010.
- Kotler, P. (2003). Administração de Marketing: Análise, planeamento, implementação e Controle. Pearson Education: São Paulo.
- Lemos, Gilvan, Trabalho Informal: uma visão multidisciplinar. Atlas: São Paulo 2016
- Perry, Paul Jeffrey Informalidade: Fuga e Escolha. Centro de Estudos sobre Desenvolvimento Económico: Bogotá.
- Pastore, J. Economia Informal No Brasil: Aspectos Quantitativos E Desafios Políticos. Revista do BNDES, 12(24), Rio de Janeiro. 2005

Tavares, M. (2015). Questão Agrária e Desenvolvimento na América Latina. Paz e Terra: São Paulo.

31 - 03 | 2025

INFLUÊNCIA DA RELAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS DE CONHECIMENTOS E AS MUDANÇAS ESTRATÉGICAS NO DESEMPENHO DAS ORGANIZAÇÕES: ESTUDO DE CASO NA SOCIEDADE DE COMÉRCIO MARTAL, S.A. (2010 – 2018)

Influence of the relationship between knowledge processes and strategic changes on the performance of organizations: A case study at Sociedade de Comércio MARTAL, s.a. (2010 – 2018)

Influencia de la relación entre los procesos de conocimiento y los cambios estratégicos en el desempeño de las organizaciones: Estudio de caso en la Sociedad de Comercio MARTAL, s.a. (2010 – 2018)

Alexandre João Dundo Barros¹

¹ *Mestre em Economia e Gestão Aplicadas. Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude ISPAJ. e-mail: alexandrebarros388@gmail.com*

Autor para correspondência: alexandrebarros388@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Barros, A. J. D. (2025). Influência da relação entre os processos de conhecimentos e as mudanças estratégicas no desempenho das organizações: Estudo de caso na Sociedade de Comércio MARTAL, S.A. (2010 – 2018). *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 147-159. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

Esta pesquisa visou compreender a relação entre os processos de conhecimento e as mudanças estratégicas, sua influência no desempenho das organizações, investigar os fundamentos que nortearam os processos de conhecimento, identificar as mudanças estratégicas no desempenho da organização, um estudo de caso na Sociedade de Comércio Martal S.A., entre 2010 e 2018. A pesquisa foi de carácter bibliográfico e documental, enquadrada na estratégia de investigação de estudo de caso único de natureza descritiva, predominantemente qualitativa. Relativamente aos processos de conhecimento, percebeu-se um esforço das empresas angolanas em atingir seus objectivos, apesar dos sucessos e insucessos decorrentes do perfil dos seus gestores, colaboradores e a conjuntura do

mercado local. Entretanto, este estudo pautou-se na verificação desses processos na empresa, tendo em conta as diversas idiosincrasias e cultura organizacional prementes no cenário comercial da cidade de Luanda. Num dos resultados da pesquisa, em torno do desempenho do pessoal, percebeu-se que o processo de acções formativas da empresa, apesar de que os conhecimentos foram armazenados, partilhados e aplicados, aumentando as competências, uma das medidas relevantes foi a contenção de custos, resumida na redução do pessoal. A avaliação de desempenho processou-se de forma informal, subjectiva e sem critérios claros. Nessa perspectiva, registou-se também uma redução de clientes e vendas, agravada pelas pressões do ambiente contextual.

Palavras-chave: Processos de conhecimento, organizações, mudanças estratégicas e desempenho da organização.

ABSTRACT

The present work has as its theme “The This research aims to understand the relationship between knowledge processes and strategic changes, their influence on the performance of organizations, to investigate the foundations that guide knowledge processes, identify strategic changes in the performance of the organization, a case study at Sociedade de Comércio Martal S.A., between 2010 and 2018. The research is on bibliographical and documentary nature, framed in the research strategy of a single case study of a descriptive nature, predominantly qualitative. With regard to knowledge processes, Angolan companies are endeavoring to achieve their objectives, despite the successes and failures resulting from the profile of their managers, employees and the situation of local market. However, this study was based on verifying these processes in the company, considering the various idiosyncrasies and organizational prevalent culture in the commercial scene in the city of Luanda. One of the results of the research regarding the staff performance was that the company's training process, even though knowledge was stored, shared and applied, increasing skills, one of the relevant measures was the cost containment, summarized in staff reductions. Performance appraisals are carried out informally, subjectively and without a clear criterion. From this perspective, there has also been a reduction in clients and sales, aggravated by the pressures of the competitive environment.

Keywords: Knowledge processes, organizations, strategic change and organization performance.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo comprender la relación entre los procesos de conocimiento y los cambios estratégicos, su influencia en el desempeño de las organizaciones, investigar los fundamentos que guiaron los procesos de conocimiento, identificar cambios estratégicos en el desempeño de la organización, un estudio de caso en Sociedade de Comércio Martal S.A., entre 2010 y 2018. La investigación fue de carácter bibliográfico y documental, enmarcada en la estrategia de investigación de un solo estudio de caso de carácter descriptivo, predominantemente cualitativo. En cuanto a los procesos de conocimiento, se observó que las empresas angoleñas están realizando esfuerzos para alcanzar sus objetivos, a pesar de los éxitos y fracasos resultantes del perfil de sus gestores, empleados y de la situación del mercado local. Sin embargo, este estudio se basó en la verificación de estos procesos en la empresa, teniendo en cuenta las diversas idiosincrasias y cultura organizacional vigentes en el escenario comercial de la ciudad de Luanda. En uno de los resultados de la investigación, respecto al desempeño del personal, se observó que el proceso de capacitación de la empresa, apesar de que el conocimiento se almacenaba, compartía y aplicaba, incrementando las habilidades, una de las medidas relevantes fue la contención de costos, resumida en la reducción de personal. La evaluación del desempeño se realizó de manera informal, subjetiva y sin criterios claros. Desde esta perspectiva, también se produjo una reducción de clientes y de ventas, agravada por presiones del entorno contextual.

Palabras clave: Procesos de conocimiento, organizaciones, cambios estratégicos y desempeño organizacional.

INTRODUÇÃO

No actual contexto global caracterizado por mudanças rápidas e constantes, as

organizações são pressionadas a adotar estratégias que visem satisfazer melhor os seus clientes, além da sua apetência pelo lucro e, em face disso, tornarem-se mais dinâmicas, flexíveis e abertas, no sentido de irem ajustando os seus objectivos aos novos cenários e, com isto, garantirem a sua sobrevivência. Todavia, isso pode tornar-se possível com uma gestão eficiente e racional, se for aprimorado o conhecimento e valorizar as competências dos trabalhadores que são impulsionadores dos processos de produção e o garante da sustentabilidade do desempenho da organização que, quanto maior, maior é a rentabilidade.

O desenvolvimento das competências individuais visa alcançar os objectivos em torno do capital humano e intelectual, formando profissionais adequados às expectativas organizacionais. Diante desse cenário, é imperioso primar por gestão por competências para o desenvolvimento de habilidades e capacidades competitivas das organizações que pretendem lograr posicionamentos melhores nos mercados. (Sanches, 2018)

O conhecimento tornou-se num importante capital para as empresas obrigadas a dar respostas rápidas para manterem as suas posições em mercados cada vez mais competitivos (Fileti, 2017). Para tal, é preciso alocarem parte dos seus recursos financeiros para investir no capital humano, com realce nas competências.

O objectivo desta pesquisa é compreender a relação entre os processos de conhecimento e as mudanças estratégicas e como influenciaram o desempenho da Sociedade de Comércio Martal, S.A., investigar os fundamentos que nortearam os processos de conhecimento, identificar as mudanças estratégicas implementadas para o alcance de desempenho e analisar o desempenho da empresa.

Com uma população-alvo de 187 trabalhadores, com amostra de 51, por níveis de gestão, a pesquisa foi de carácter bibliográfica e documental, enquadrada na

estratégia de investigação de caso único, de natureza descritiva e qualitativa de análise. O problema formulado nesta pesquisa resume-se na ausência de cultura do desenvolvimento de conhecimentos através de acções de capacitação, como forma de induzir, continuamente, novas competências nos trabalhadores, a falta de incentivos que visem estimular a partilha de conhecimentos e a valorização das competências, o que se resvalou na seguinte pergunta de partida:

Como a relação entre os processos de conhecimento e as mudanças estratégicas influenciaram o desempenho da Sociedade de Comércio Martal, S.A., no período compreendido entre 2010 e 2018?

A motivação na escolha do tema e a opção pela Sociedade de Comércio Martal, S.A para estudo do caso, surgiu por esta ser a única empresa nacional que possui o estabelecimento comercial mais antigo de Luanda, historicamente herdada de iniciativas empreendedoras de parentes Martins e Almeida, que, em 1944 se transformaram em Sociedade de Comércio Martins & Almeida, S.A, por escritura em 18 de julho de 1968, em Luanda, N.º.1968.12209. Logo depois, com a junção dos dois nomes deu-se o acrónimo “MARTAL”, tal como, hoje, é designado, (Diário da República, III Série – N.º. 33, de 31 de julho de 1998)

O “Supermercado Martal” sempre se manteve firme ante todos os momentos conturbados da economia angolana, a contextualizar alguns:

Aos seus 50 anos, no momento em que decorria este estudo e, para evidenciar os referidos momentos conturbados, é de realçar que a Martal, SA enfrentou o processo de transição de uma economia liberal portuguesa, robusta até 1974, com níveis altos de produção interna, para economia fechada ou centralizada, típica do regime vigente após independência de 1975. A partir desse período, o Estado tornou-se detentor de todas as empresas

herdadas do período colonial, sendo o maior distribuidor, o maior consumidor, o maior empregador, o maior importador e exportador.

Para Baptista, “a economia de Angola tem conhecido momentos conturbados, desde o período Pós-Independência até 2010. Estão na sua base factores diversos, entre os quais, o modelo centralizado ou de Economia Planificada, onde o Estado foi o único agente dinamizador” (Baptista, 2013, p.4). Durante esse período, até 2002, o setor privado manteve-se asfixiado e poucas empresas conseguiam sobreviver.

Entretanto, a MARTAL, sendo uma delas, não tinham muito espaço de manobras no processo de produção, preços, exportação e importação.

Com as restrições do socialismo, associadas à guerra civil, após a independência Nacional – em novembro de 1975 – e à desestruturação de todo o sistema económico que culminou com a troca da moeda, em 1976 – do Escudo português para o Kwanza, moeda nacional –, a situação das empresas agudizou-se ainda mais.

Embora, a partir de 2002, com o fim da guerra, se estabelecesse uma nova era económica – a economia de mercado –, surgiram as crises financeira mundial de 2008, a económica de 2012, em consequência da redução do preço do petróleo.

O estudo deste tema não se restringiu no âmbito académico, tendo em conta a relação entre academia-governo, academia-empresas e academia-sociedade, o que tornou imperioso reflectir sobre o contributo nas três perspectivas.

Na perspectiva do governo, importa referir que o conhecimento se tornou num factor presente em todas as acções de e para mudanças. Por essa razão, ele deve merecer atenção do governo, daí a importância em apostar num sistema de ensino de qualidade para a sociedade, de onde proveem os titulares dos cargos de interesse público,

exigidos cada vez mais, no âmbito de bem servir.

No âmbito de empresas, a importância do estudo recai na necessidade de instaurar a cultura do desenvolvimento de conhecimentos através de acções de capacitação, induzindo continuamente novas competências nos colaboradores e a valorização dessas competências que eles procuram transferir para toda a empresa, na qualidade de impulsionadores do processo produtivo no sentido de melhorar a sustentabilidade da empresa, garantindo vantagem competitiva.

Para a sociedade, é importante difundir o conhecimento, através de um sistema de ensino de qualidade que se aproxime aos padrões locais, regionais e universais, na medida em que se vive uma era da sociedade de informação e do conhecimento.

A revisão da literatura, a bibliografia disponível permitiu-nos analisar substancialmente os seus conteúdos, dentro dos três objectivos específicos desta pesquisa, nomeadamente, 1-Processos do conhecimento; 2-Mudanças estratégicas e; 3-Desempenho da organização, pautando por uma discussão teórica, tendo em conta as contribuições de diferentes autores que tenham desenvolvido estudos similares.

Fundamentação teórica

Com as constantes mudanças no ambiente interno e externo, as empresas procuram aprimorar uma perspectiva de competição sustentável mediante a aquisição e consolidação dos conhecimentos através do *benchmarking* e não só, com objectivo de concorrerem para vantagem competitiva nos negócios. A aquisição e consolidação dos conhecimentos através do *benchmarking* resvala no entendimento que:

A concorrência sempre estabelece uma forma de copiar as vantagens competitivas antes desenvolvidas. Portanto, possuir boas operações não garante o sucesso do amanhã.

É necessário desenvolver uma vantagem competitiva sustentável que seja um diferencial único da empresa, isto é, algo como a personalidade humana, o qual cada indivíduo se torna único em suas características e jeito de ser. (De Justo, et al., 2008, p 107).

Por conseguinte, a sistematização de uma gestão do conhecimento estruturada de forma a garantir maior influência ao conhecimento utilizável nos processos de trabalho pode acrescentar valor nos bens e serviços, face as mudanças tecnológicas e a dinâmica do comportamento dos clientes. Nesse sentido, a aposta no conhecimento, na valorização das competências é uma demonstração da importância das pessoas que, por esta via, se tornam mais profissionais, de modo a proporcionarem ganhos maiores para a organização, que pode tornar-se mais flexível e hábil na busca do sucesso (Paula & Nogueira, 2016).

É concludente que as mudanças nas organizações não sucedem por acaso, explica Bertero (2019), que parte desse ponto de vista para realçar que elas são incitadas por pessoas dotadas de conhecimentos e capazes de prever e lidar com as mutações do ambiente interno e externo através de acções concretas.

A relação entre conhecimento, mudanças e desempenho pode ser interpretada como uma força motriz combinada, conforme a figura¹, por via da qual se observa que um desempenho da organização pode ser alcançado por força das mudanças no ambiente interno e externo. Desta forma, pode-se sustentar a ideia segundo a qual a soma dos esforços simultâneos de vários subsistemas produz sempre um efeito multiplicador das partes, cujo diferencial é um resultado maior para a organização, conforme defende Chiavenato (2004):

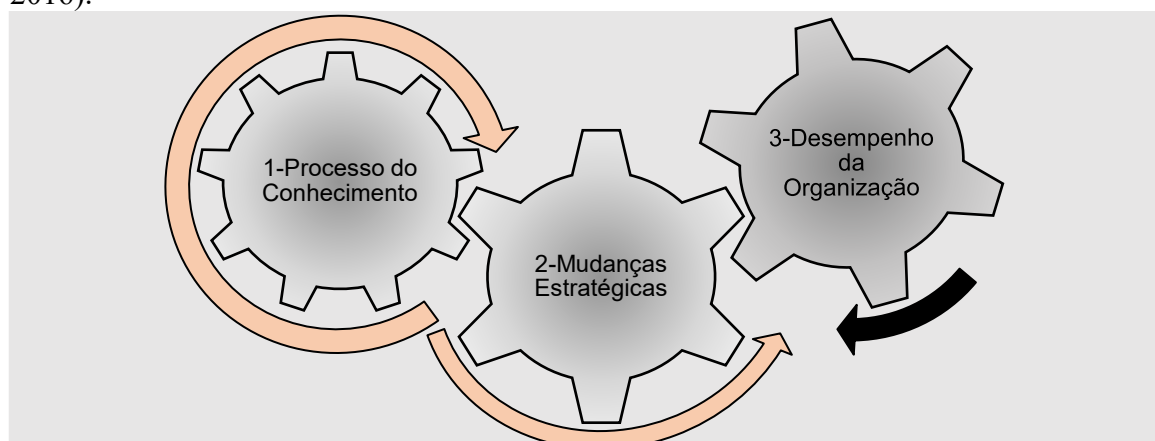


Figura 1: Articulação entre processo do conhecimento, mudanças estratégicas e desempenho

É observável a combinação de esforço simultâneo de dois diferentes órgãos, subentendidos de processo de conhecimento e mudanças estratégicas, em movimentos diametralmente contagiantes, a impulsionarem um terceiro órgão, designado de desempenho da organização que depende do esforço conjugado dos dois primeiros. Com essa análise, é possível perceber que, com o conhecimento, facilmente se pode identificar ou sugerir a mudança. Por outro lado, uma mudança pode estimular o desenvolvimento do

conhecimento. É concludente que as mudanças não sucedem por acaso nas organizações, explica Bertero (2019), que parte desse ponto de vista para realçar que as mudanças são incitadas por pessoas dotadas de conhecimentos e capazes de prever e lidar com elas através de acções consistentes.

Portanto, para um desempenho sustentável é preciso saber gerir o conhecimento adquirido, de forma dinâmica. E mais do que os recursos materiais ou financeiros, o

capital intelectual é fundamental para facilmente identificar os desvios nos resultados e recuperar esses resultados de forma controlada.

O argumento de Gonzalez & Martines torna a ideia mais clara, ainda que “a recuperação controlada ocorra quando existe a transformação das rotinas. Isto é, o

conhecimento é transformado para alcançar níveis superiores de desempenho” (Gonzalez & Martines, 2017, p. 261).

A figura2, demonstra a forma como a sustentabilidade de desempenho da organização é garantida por via de acções estratégicas.

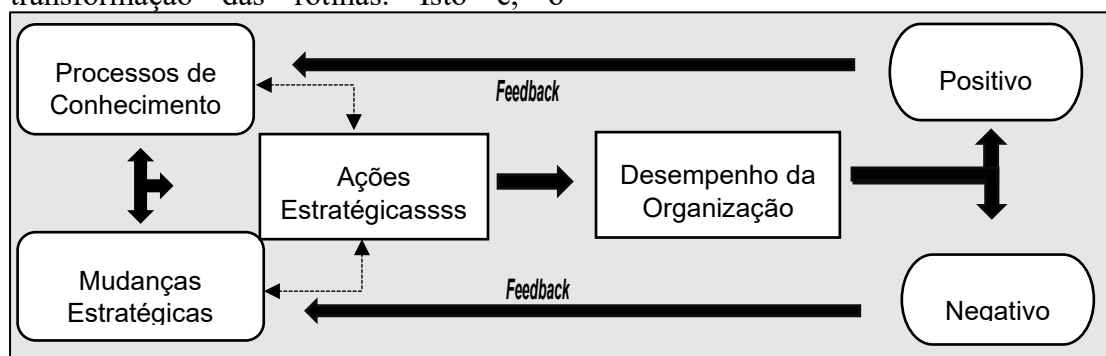


Figura 2: Desempenho da Organização através de acções estratégicas

Por intermédio da referida figura, é possível demonstrar, de forma ilustrativa e sintética, que o alcance sustentável do desempenho da organização faz-se através de uma harmonia consistente entre o conhecimento desenvolvido na base de um processo e das mudanças estratégicas implementadas em resposta às pressões exercidas pelo ambiente interno e externo da organização.

Portanto, quer os processos de conhecimento, quer as mudanças estratégicas podem produzir os seus efeitos no alcance do desempenho de forma independente por meio de acções estratégicas, embora a complementaridade de ambos crie maior sinergia para um desempenho maior. Porém, ainda na sequência da interpretação da figura2, o ponto culminante é o desempenho da organização que pode ser positivo ou negativo. Consequentemente, esses dois extremos dão o feedback, ao processo de conhecimento e as mudanças estratégicas da seguinte forma:

a) positivo (sucessos) – o resultado ocorreu nos parâmetros do desempenho da organização previamente definido. Nesse caso, deve-se avaliar toda a estratégia para

apurar as acções relevantes praticadas, desde as competências do pessoal, métodos, processos, procedimentos, enfim, todo o conjunto de práticas que contribuíram para o sucesso. Essas acções são transferidas para toda a organização como um conhecimento organizacional ou explícito cujo feedback vai servir para potenciar um novo conhecimento, a partir do já existente; b) negativo (insucessos) – o resultado não ocorreu nos parâmetros do desempenho da organização definidos e o feedback confere a necessidade de averiguar as debilidades registadas e introduzir mudanças que visem inovar os métodos, procedimentos e práticas de gestão cingidas em novos conhecimentos.

A necessidade constante de potenciar as competências do pessoal como imperativo para o sucesso de qualquer organização é ponto de vista sustentado por Neto & Teixeira (2006) ao realçarem que, por meio de um conjunto de acções estratégicas, a organização pode construir uma cultura de valorização do conhecimento individual, fazendo com que esse conhecimento se torna maior, transformando-o em conhecimento explícito e convertê-lo num produto valioso e determinante para

vantagem competitiva (Neto & Teixeira, 2006).

Importa referir que, o conhecimento e a mudança podem ser considerados os mais expressivos factores da plataforma da gestão estratégica, na medida em que o conhecimento se tornou no principal factor do desenvolvimento das empresas. Nessa perspectiva, é preciso que elas criem condições para converterem o conhecimento tácito em explícito, valorizando as experiências individuais e torna-as no aprendizado com pendor de inovações (Ribeiro, et al., 2016). Portanto, o desempenho da organização depende do conhecimento por ela produzido face as mudanças no ambiente empresarial, o que se exige identificar as ferramentas adequadas para gerir o fluxo de conhecimentos e criar um clima favorável para partilhar, disseminar e utilizar, de modo a elevar a eficiência. Todavia, esse desempenho só é atingível através de incentivos no desenvolvimento profissional, na valorização do conhecimento individual, na responsabilidade nas atividades e potenciar as suas competências para lidarem melhor com as alterações nos processos de trabalho e acções estratégicas tendentes a elevar os resultados (Mantovanini, 2011).

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e documental enquadrada na estratégia de investigação de estudo de caso único, de natureza descritiva com predominância na abordagem qualitativa de análise, utilizando o método dedutivo. Todavia, foram utilizados como materiais documentos em forma física e digital, tais como artigos científicos, livros, revistas, jornais e outros documentos com abordagens relevantes sobre o tema, guiões de entrevista e questionários.

No concernente ao tipo de pesquisa já referenciado como sendo de natureza

descritiva Gil, sustenta em seus estudos que:

As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a actuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos (Gil, 2002, p. 42).

A opção pelo estudo desta natureza reside no facto de, embora do levantamento bibliográfico não se encontrar trabalhos com temas como tal, encontrou-se temáticas conexas ao desempenho, mudança e conhecimento de forma independente, o que pode denotar aproximação ao tema em estudo.

O universo da população-alvo desta pesquisa foi de 187 trabalhadores, com uma amostra de 51 trabalhadores, agrupados da seguinte forma: no nível institucional e intermédio com 8 (Oito) trabalhadores entrevistados com 18 perguntas abertas, de modo a possibilitar que os inquiridos fundamentassem as suas respostas e 7 (Sete) perguntas fechadas. Para os restantes 43 trabalhadores do nível operacional submeteu-se um questionário com 23 perguntas fechadas e 5 (Cinco) semiabertas. A recolha de dados e informações foi feita, primeiramente, com base em entrevistas dirigidas aos gestores do topo e de nível intermédio, por estes ocuparem cargos dos mais altos níveis da empresa que lhes confere o maior acesso às informações relevantes e na qualidade de protagonistas das acções de mudanças estratégicas, de processos e procedimentos, aplicando guiões de entrevista. Para informações complementares, a recolha dos dados e informações estendeu-se aos trabalhadores especializados no nível operacional, mediante a aplicação de questionários e consulta de documentos disponibilizados.

A análise e interpretação dos dados e informações foi feita aplicando a técnica de análise de conteúdo que, permitiu a pré-análise, exploração de material e tratamento

dos resultados através do método de estatística simples, usando critério de selecção por características dos dados e informações, recorrendo o programa informático, o Microsoft Excel. Todavia, a eficácia da técnica de análise de conteúdo na pesquisa descritiva e qualitativa é realçada por alguns autores, entre outros (Ramos, Moura, Simões, & Li, 2021) e (Cardoso, Oliveira, & Ghelli, 2021) cujos

pontos de vista convergem no aspecto da comunicação, com os seguintes constituintes: elemento da investigação, mensagem, emissor, receptor e espaço.

Para a percepção da tendência dos 51 inquiridos, procurou-se sintetizar os resultados das variáveis, segundo a prevalência das respostas das questões, baseando-se no (Sim), quadro 1 e conforme expresso nos resultados da pesquisa.

Quadro 1: Hierarquia e sintetização dos resultados dos dados

No	Processos de Conhecimento	S/N	Mudanças Estratégica	S/N	Desempenho da Organização	S/N
1	Partilha de conhecimentos	35/16	Redução de custos com incidência no pessoal	44/7	Inexistência da avaliação do desempenho do pessoal	17/34
2	Aumento das competências	29/22	Resistência à mudança	22/29	Redução do fluxo de clientes	***
3	Ações formativas	21/30	Aumento do salário	13/38	Redução das vendas	***
4			Redução do salário	9/42		
Legenda		S/N - Sim/Não; *** conforme tendência dos gráficos				

Esta pesquisa está operacionalizada por três variáveis, sendo duas independentes que são Processos de conhecimento e Mudanças estratégicas; uma dependente que é Desempenho da organização, a única estudada com base na influência das duas variáveis independentes, pelo facto de, embora existir uma dicotomia que estabelece uma relação recíproca entre ambas, elas podem influenciar de forma direta e independente através de ações estratégicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e a discussão foram analisados de acordo com os três objectivos específicos que norteiam esta pesquisa, nomeadamente: Processo do Conhecimento, Mudanças Estratégicas e Desempenho da Organização.

No que diz respeito a multiplicação do conhecimento, analisou-se a articulação dos Processos de Conhecimento na Martal, S.A., conforme o gráfico, figura 3.

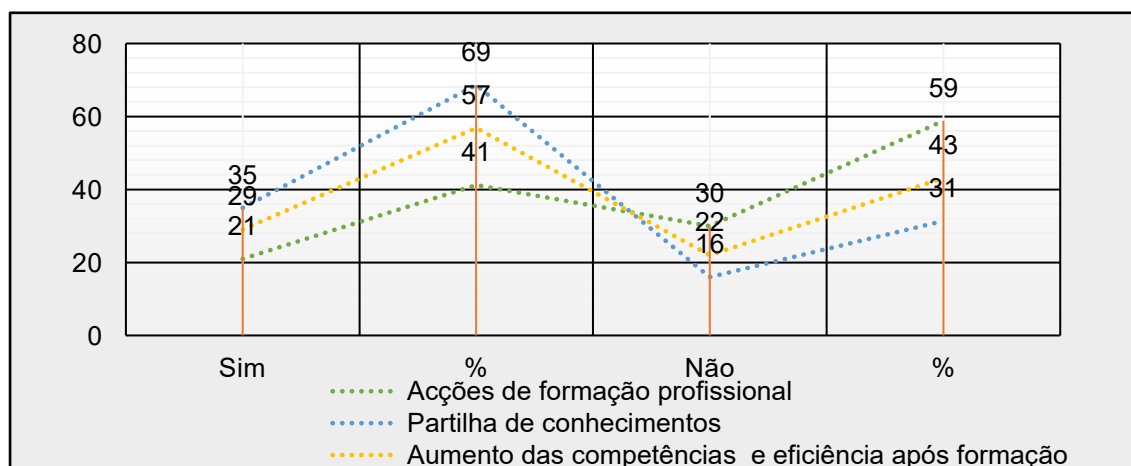


Figura 3: Gráfico de Processos de conhecimento

Conforme o gráfico, foram formuladas três questões, sendo que a primeira visa saber sobre a existência de práticas de acções de formação profissional. Das respostas dos 51 trabalhadores inqueridos, é notório que 30, equivalente a 59% negaram a existência de acções de formação contrariamente os outros 21 (41%).

Apesar da exiguidade deste último valor em termos comparativos, procuramos não o subestimar, uma vez que foi colocada uma pergunta adicional, a qual os 21 trabalhadores fundamentaram as suas respostas sobre o tipo de formação, mencionando as áreas de atendimento ao cliente, operação de caixa e prestação dos primeiros socorros.

A partilha de conhecimento, os resultados indicam que 35 trabalhadores (69%) afirmaram que houve, enquanto 16, isto é, 31%, negaram.

Por último, pretendeu-se saber se houve o aumento das competências e eficiência após formação, pelo que 29 indivíduos (57%) responderam positivamente e apenas 22 indivíduos, (43%) negaram tal facto.

Entretanto, sobre a questão relacionada com mudanças estratégicas predominantes na Martal, S.A. entre 2010 e 2018, foi respondida da seguinte forma:

- Os objectivos definidos pela Martal S.A, no âmbito do desenvolvimento social, económico e financeiro resumiram-se na implementação de uma gestão estruturada que permitiu estabelecer regras para reduzir o absentismo, desenvolver talentos, apostar nos recursos humanos e gerar mais lucro;
 - As principais alterações no ambiente interno consistiram no reforço de marketing, inovações, qualidade de produtos e substituição, ao máximo, de produtos importados para os nacionais;
 - Para manter a Sociedade firme no mercado, foi preciso primar-se pela racionalização de custos, melhorar o aproveitamento dos recursos financeiros e recursos humanos, evitando ao máximo a resistência à mudança através de várias formas de motivação, em função a cada momento.
- A partir dessas medidas estratégicas, procurou-se através do gráfico das mudanças estratégicas, figura IV, identificar e analisar as acções de incidência directa no pessoal, susceptíveis de insatisfação e de resistência à mudança.

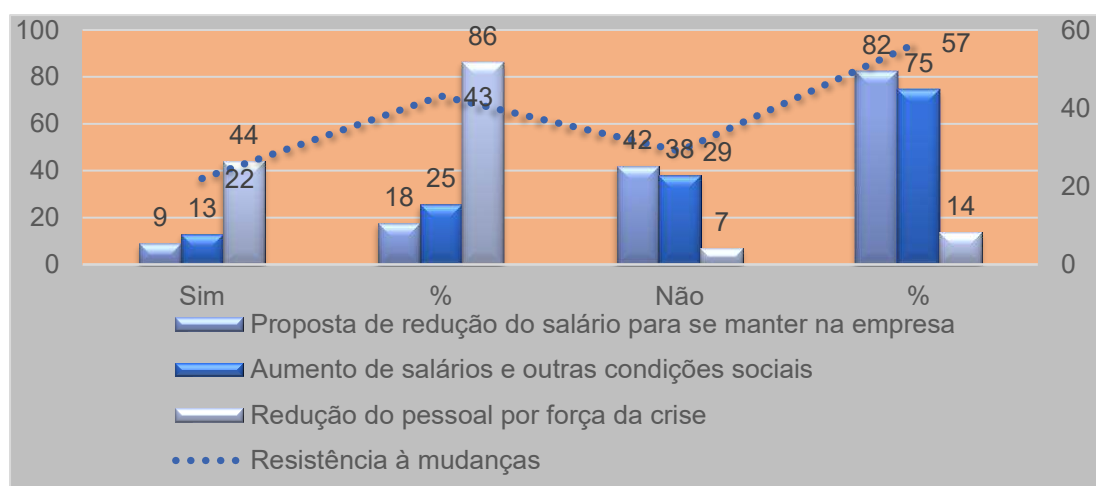


Figura 4: Gráfico das mudanças estratégicas na MARTAL, S.A.

Ao analisar as questões apresentadas graficamente, verificou-se que, dos 51 inqueridos, 44 confirmaram que houve

redução do pessoal como uma das medidas estratégicas, com prevalência de 86% sobre 7, correspondendo a 14%.

Por conseguinte, está demonstrado que não houve proposta de redução dos salários dos trabalhadores como condição de manterem os seus postos de trabalho, com a negação de 42 trabalhadores, equivalente a 82%, contra 9 (18%) que confirmaram. Tal como não houve aumento de salários, sendo que 38 trabalhadores (75%) negaram, contra 13 ou 25% que afirmaram positivamente. último, a resistência à mudança surge como uma questão particular e flutuante, em função do grau de insatisfação dos trabalhadores relativamente a cada uma das três questões. Também não houve resistência à mudança decorrente de alguma insatisfação relevante, embora se registe uma tendência em 57% de prevalência, sobre 43%, sendo que a principal razão se

relacionava com medo e insegurança de despedimentos iminentes.

Quanto a avaliação de desempenho dos trabalhadores, aspecto fundamental para o alcance de desempenho da organização procurou-se saber se houve. A informação prestada pelo grupo entrevistado confirma que a avaliação de desempenho é anual, baseada na assiduidade, pontualidade e competência. Esta informação confrontada com a do grupo de que se submeteu perguntas em questionários cuja maioria de 34 (67%) alegou não saber quando e como são avaliados, assim como os resultados da avaliação, contra 17 (33%) que afirmou positivamente, conforme o seguinte gráfico, figura 5.

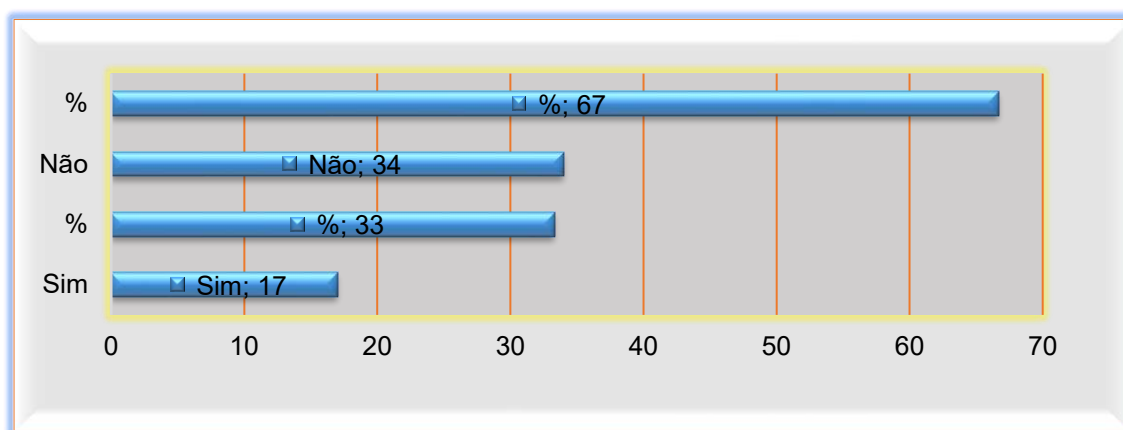


Figura 5: Gráfico de avaliação do desempenho dos trabalhadores

Os dados apresentados mostram as de acordo a disparidade dos resultados, conforme o gráfico, figura V, e pela forma como se procedeu avaliação de desempenho, segundo a administração, foi possível perceber-se que a avaliação de desempenho foi clara o suficiente.

Todavia, o desempenho da MARTAL, S.A, baixou em consequência da redução do fluxo de clientes e das vendas, análise que

resultou da informação da maioria invocando como principal razão o fraco poder de compras. A minoria que, embora ter afirmado que o fluxo de clientes ou aumentou ou se manteve, não soube explicar as razões. A redução do fluxo de clientes teve repercussões nas vendas, como é óbvio, ao que se pode confrontar com os dados contabilísticos, figura 6.

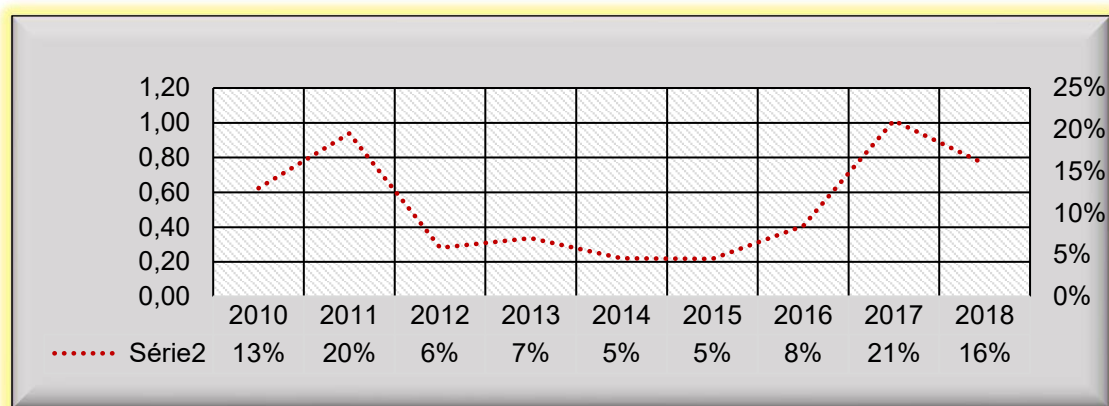


Figura 6: Gráfico de análise das vendas

Com a tendência dos dados deste gráfico pode-se compreender que a crise económica global teve maior repercussões na MARTAL, S. A. no período compreendido entre 2012 e 2016, na medida em que se verifica uma queda brusca das vendas de 20% para 6%, isto é, de 2011 para 2012, mantendo-se quase inalterável até 2016, embora com ligeiras variações na ordem 2% para voltar a subir de 8% para 21%, de 2016 para 2017, o que confirma os dados e informações qualitativos dos 16 indivíduos.

Das medidas adoptadas como estratégias que visaram manter a sociedade firme, conforme referido nos parágrafos (a, b, c) foram reforçadas por outras com vista procurar elevar o nível de desempenho, tais como reestruturar as infraestruturas, implementar estratégia de qualidade dos produtos, preços e valorizar mais o capital humano, primando pelo benchmarking, através de troca de experiências e conhecimentos com outras empresas).

CONCLUSÕES

O estudo do caso foi realizado nos termos do tema escolhido, no objecto de estudo, espaço geográfico e no limite temporal definidos, dentro dos três objectivos específicos desta pesquisa, nomeadamente: Processos de conhecimento, Mudanças estratégicas e o Desempenho na Sociedade de Comércio MARTAL, S. A.

Apesar das dificuldades registadas, sobretudo na abstinência e limitações da maior parte da população-alvo, foi possível apurar os resultados com os dados e informações obtidos. E, entre outros pontos fracos constatados, infere-se que houve congruência na maior parte das respostas das perguntas feitas em questionários e guiões de entrevistas.

No primeiro objectivo específico, verificou-se insuficiências nas acções formativas, por estas se restringirem em atendimento ao cliente, operação de caixa e primeiros socorros. Contudo, houve stock de conhecimento e todos os conhecimentos adquiridos foram armazenados, distribuídos e aplicados racionalmente, o que viabilizou o aumento das competências dos trabalhadores, permitindo um posicionamento estratégico efetivo no mercado.

Quanto ao segundo objectivo específico, as medidas das mudanças estratégias implementadas foram a contenção de custos resumida na redução do pessoal, o que resultou em alguma resistência à mudança, devido ao receio de despedimentos iminente. Também foi preciso reforçar as acções de marketing, experimentar várias inovações nos produtos e qualidade de serviços, substituir, ao máximo, os produtos importados pelos nacionais na tentativa de impulsionar os resultados, com vista a obter vantagem competitiva e gerar mais lucro. Entretanto, para racionalizar melhor os

recursos humanos e financeiros, implementou-se uma gestão estruturada, estabelecendo regras para reduzir o absentismo e motivar o pessoal através de vários incentivos. Uma delas é elevar o nível de talentos adequados aos cargos.

No que diz respeito ao terceiro objectivo específico, de referir que o desempenho da Sociedade de Comércio Martal, S.A. foi analisado nos resultados da pesquisa e na perspectiva do desenvolvimento do capital humano face as pressões do ambiente de negócio, embora se constatar que a avaliação de desempenho do pessoal foi informal e subjectiva, pouco clara, uma vez que os trabalhadores nunca estiveram ao corrente de quando, como eram avaliados e nem dos resultados das suas avaliações, o que explica a inexistência de critérios previamente definidos. Esse cenário contribuiu no poder explicativo da redução do fluxo de clientes, agravada pelo fraco poder de compras associada a deterioração da situação económica, resumida na depreciação da moeda nacional, o Kwanza, a subida dos preços de bens e serviços. Isso não reduz a importância em analisar esse desempenho em outras perspectivas, como no volume do faturamento e aumentar as quotas de mercado.

Considerando a relação proposta na problemática de pesquisa, as acções formativas devem ser abrangentes e melhorar a eficiência na gestão dos processos de conhecimento, tornando-os suficientemente articulados para os trabalhadores poderem lidar melhor com as pressões do ambiente operacional, na medida em que eles não comunicaram um cenário de mudanças estratégicas efectivo do ponto de vista do desenvolvimento do capital humano, face a dinâmica das pressões no ambiente operacional, em consonância com ambiente externo da empresa.

A avaliação de desempenho dos trabalhadores deve obedecer a critérios específicos e devem ser uma prática contínua, dado a sua importância no

desenvolvimento individual e da empresa, face a necessidade de desenvolver talentos e optar por um dos mais usuais métodos de avaliação de desempenho, que são: 90°, 180° ou 360°, entre outros, o que mais se adequar para a MARTAL.

Os trabalhadores devem saber quando e como são avaliados, tal como os resultados das suas avaliações e os benefícios, quer no âmbito individual, quer no âmbito da empresa, o que pode permitir um despertar de interesse em melhorar o desempenho individual, com reflexos na empresa.

Conceder mais autonomia financeira para as outras empresas da Sociedade para estas terem uma actuação mais acutilante, diante da concorrência, uma vez que a sua congregação conforma estrutura de uma corporativa. Contudo, reforçar a estrutura de controlo na sua gestão. Entretanto, este trabalho não esgota o seu objecto de estudo, deixando aberto à pesquisas ulteriores com vista a entender melhor os sucessos e insucessos dos desempenhos das organizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aragão, j. W., & adelina , m. . (2017). Metodologia Científica. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil.
- Bertero, C. O. (2019). Mudança Organizacional. Revista de Administração de Empresa.
- Cardoso, M. R., Oliveira, G. S., & Ghelli, K. G. (2021). Análise de Conteúdo: Uma metodologia de pesquisa qualitativa. pp. 110 - 111.
- Chiavenato, I. (2004). Comportamento Organizacional. Brazil.
- Chiavenato, I. (2009). Comportamento Organizacional: La dinámica éxito em la organizaciones (2ª ed.). Méico: Mc Draw Hill.
- De Justo, M. A. (2008). Modelo de Gestão de Mudança e Aprendizado Organizacional. Gestão Industrial (pp. 93-109). Campus Ponta

- Grossa-Panama/Brasil: UTFPR/UFAM.
- De Melo, R. F. (dezembro de 2011). Gestão das Organizações, Ramo da Gestão de Empresas. Construção de Vantagem Competitiva nas Estratégias de Internacionalização: Estudo de Caso FECEC. Portugal, Porto: Instituto Politécnico do Porto.
- Fileti, G. S. (07-08 de dezembro de 2017). Criação do Conhecimrnto Organizacional e Inovação. SUCEG, pp. 287-303.
- Gil, A. C. (2002). Como Elaborar Projecto de Pesquisa (4 ed.). S. Paulo, Brasil: Atlas S. A.
- Gonzalez, R. V., & Martines, F. M. (2017). O Processo de Gestão do Conhecimento: uma pesquisa teórico-conceitual. G & P, pp. 248-265.
- Mágda, L. (2013). Introdução à Metodologia de Pesquisa: Um guia para iniciantes. Porto: Penso.
- Mantovanini, V. F. (2011). Influência da avaliação de desempenho no desenvolvimento profissional. Centro Universitário Católico. Lins, SP: UNISALESIANO.
- Melo, F. F. (2016). Gestão de Desempenho promovendo as práticas de Gestão do Conhecimento Aplicado no contexto de inovação: Estudo de caso SEVA. Universidade FUMEC. BH, Brasil: Faculdade de Ciências Empresarial.
- Neto, A. S., & Teixeira, A. A. (2006). Sociedade do conhecimento e ciência administrativa: Reflexões inciais sobre sobre a gestão do conhecimento e suas implicações organizacionais. 220-232.
- Oliveira, M. F. (2011). Metodologia Científico: um manual para a realização de pesquisa em Administração. Universidade Federal de Goiás. Goiás, Brasil: UFG.
- Oliveira-Brochado, A., Caetano, J., Cobra, J., Fonseca, J. M., Portugal, M. N., Varela, M., . . . Miranda, S. (2013). Marketing e Comunicação: desafio da globalização. Lisboa: Escolar Editora.
- Paula, V. V., & Nogueira, D. N. (2016). Importância da área de gestão de pessoas, para o sucesso da organização. XII-Conferência Nacional de Excelência em Gestão (p. 20 e 30). S.P.: INOVARSE.
- Praça, F. G. (2015). Metodologia da pesquisa científica: Organização Estrutural e os desafios para redigir o trabalho de cocnclusão. FNSA, 72-87.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). Metodologia de Trabalho Científico: metodos e técnicas da pesquisa e trabalho académico. Rio G. Sul: FEELVALE.
- Ramos, R., Moura, E., Simões, S., & Li, Y. (06 de Março de 2021). Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: análise de dados. 3, pp. 50 - 54.
- Ribeiro, J. S., Soares, M. A., Jurza, P. H., Ziviani, F., & Neves, J. T. (2016). Gestão do Conhecimento e Desempenho Organizacional: integração dinâmica entre Competências e recursos. SesearchGate, 1-17.
- Sanches, V. L. (24 de Agosto de 2018). Gestão de Competências: Competências Individuais Vs Competências Organizacionais. Revista Científica Multidisciplinar-Núcleo do Conhecimento.
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação (4 ed.). Brasil: UFSC.

31 - 03 | 2025

MODELO DE GESTÃO DE PROCESSOS DE NEGÓCIO COMO UMA FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA MELHORAR O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO NOS CONCURSOS PÚBLICOS EM MOÇAMBIQUE. ESTUDO DE CASO: KAMBENY COMERCIAL, LDA

Business Process Management Model as a strategic tool to improve the process of participation in public tenders in Mozambique. Case study: Kambeny Comercial, Lda.

Modelo de Gestión de Procesos de Negocio como herramienta estratégica para mejorar el proceso de participación en licitaciones públicas en Mozambique. Estudio de caso: Kambeny Comercial, Lda.

Zein Nadim Selemene Cassamo¹, Miranda Albino Martins Muaualo²

¹*Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique, Campus Mapulango, 224 Rua Dos Irmaos Roby, Maputo, Moçambique. e-mail: zein.cassamo0@gmail.com*

²*Universidade Técnica Diogo Eugénio Guilande, Avenida das Indústrias nº 91, Machava, Moçambique. e-mail: mirandam939@gmail.com*

Autor para correspondência: zein.cassamo0@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Cassamo, Z. N. S.; & Muaualo, M. A. M. (2025). Modelo de Gestão de Processos de Negócio como uma ferramenta estratégica para melhorar o processo de participação nos concursos públicos em Moçambique. Estudo de caso: Kambeny Comercial, Lda. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 160-170. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

Este artigo propõe um modelo de Gestão de Processos de Negócio como uma ferramenta estratégica para melhorar o processo de participação nos concursos públicos da Kambeny Comercial, Lda. Para o desenvolvimento do presente artigo, foi usada a abordagem qualitativa, onde foram realizadas entrevistas não estruturadas, de modo a compreender como funciona o processo de participação dos concursos públicos em Moçambique usando como caso de estudo a Kambeny Comercial, Lda. No presente trabalho foi usada a amostragem intencional, pelo facto de terem sido escolhidos indivíduos especializados e que colaboraram na

descrição exacta do processo AS IS da empresa. Ao longo do trabalho foram usados dados primários e dados secundários, onde na população de 3 pessoas do departamento de procurement da Kambeny Comercial, Lda foi entrevistada uma pessoa. Para a realização deste trabalho foi necessário fazer a modelagem do processo AS IS do processo de participação do concurso público, analisar o processo actual de modo a identificar falhas e posteriormente mapear o modelo TO BE, ou seja, o processo melhorado. Da análise feita, apurou-se que a implementação da gestão de processos de negócio pode melhorar o processo de participação nos concursos públicos da Kambeny Comercial, Lda, visto que

identificando falhas no processo actual foi possível desenhar um novo processo (TO BE), garantindo assim um processo mais eficiente.

Palavras-chave: Gestão, processos, negócio, melhoria, modelagem.

ABSTRACT

This article proposes a Business Process Management model as a strategic tool to improve the process of participating in public tenders at Kambeny Comercial, Lda. For the development of this article, a qualitative approach was used, where unstructured interviews were carried out, in order to understand how the process of participating in public tenders works in Mozambique using Kambeny Comercial, Lda as a case study. In the present work, intentional sampling was used, due to the fact that specialized individuals were chosen and who collaborated in the exact description of the company's AS IS process. Throughout the work, primary and secondary data were used, where out of the population of 3 people from the procurement department of Kambeny Comercial, Lda, one person was interviewed. To carry out this work, it was necessary to model the AS IS process of the public tender participation process, analyse the current process in order to identify flaws and subsequently map the TO BE model, in other words, the improved process. From the analysis carried out, it was found that the implementation of business process management can improve the process of participation in public tenders at Kambeny Comercial, Lda, since by identifying flaws in the current process it was possible to design a new process (TO BE), ensuring thus a more efficient process.

Keywords: Management, processes, business, improvement, modelling.

RESUMEN

Este artículo propone un modelo de Gestión de Procesos de Negocio como herramienta estratégica para mejorar el proceso de participación en licitaciones públicas de Kambeny Comercial, Lda. Para el desarrollo de este artículo se utilizó un enfoque cualitativo, donde se realizaron entrevistas no estructuradas con el fin de comprender cómo funciona el proceso de participación en licitaciones públicas en Mozambique utilizando Kambeny Comercial, Lda. como estudio de caso. En este trabajo se utilizó un muestreo intencional, porque se eligieron individuos especializados que colaboraron en la descripción precisa del proceso AS IS de la empresa. A lo largo del trabajo se utilizaron datos primarios y secundarios, donde de la población de 3 personas del departamento de compras de Kambeny Comercial, Lda, se entrevistó a una persona. Para realizar este trabajo fue necesario modelar el proceso AS IS del proceso de participación en licitaciones públicas, analizar el proceso actual con el fin de identificar fallas y posteriormente mapear el modelo TO BE, es decir, el proceso mejorado. Del análisis realizado, se encontró que la implementación de la gestión de procesos de negocio puede mejorar el proceso de participación en licitaciones públicas por parte de Kambeny Comercial, Lda, ya que al identificar fallas en el proceso actual fue posible diseñar un nuevo proceso (TO BE), garantizando así un proceso más eficiente.

Palabras clave: Gestión, procesos, negocio, mejora, modelado

INTRODUÇÃO

O *Business Process Management (BPM)* é uma metodologia que visa proporcionar um melhor controle organizacional através de suas ferramentas e trata-se de uma abordagem estruturada, com base na visão por processos, de análise e melhoria contínua dos elementos de processo de uma

organização que agrega métodos, técnicas e ferramentas para suporte ao planeamento, implantação, gerenciamento e análise (Mariano & Müller, 2012, p. 4, citando Baldam et al., 2009).

Segundo Magalhães (2008, p. 2), o BPM visa o alinhamento dos processos de negócio com objectivos estratégicos e necessidades do cliente, impondo uma mudança na organização de uma orientação funcional para uma orientação a processos. O mesmo autor acrescenta que o BPM permite que a organização seja vista como uma série de processos funcionais ligados entre si e que permite a concretização dos seus produtos ou serviços. As políticas e a direcção continuam a ser definidas nos níveis hierárquicos mais altos, mas a autoridade de examinar, discutir e mudar os métodos de trabalho é delegada em equipas de trabalho multifuncionais.

É neste contexto, que este artigo aborda com base na contribuição de diversos autores (Baldam et al., 2009, p. 72, CBOK, 2019, p. 14), o tópico referente a gestão de processos de negócios, de forma específica a análise da implementação de um modelo de Gestão do Processos de Negócio no processo de participação nos concursos públicos em Moçambique, com o caso de estudo da Kambeny Comercial, Lda.

Fundamentação Teórica

Conceitos básicos

Processo

Segundo Dos Santos (2015, p.13), “processo é tudo o que ocorre através de uma sequência de acções”.

Costa, Dias & Couto (2018, p. 15), afirmam que o processo é “um conjunto de actividades interrelacionadas ou interativas que transforma insumos (entradas) em serviços/produtos (saídas)”.

Por outro lado, Souza (2021, p. 48) define o processo como sendo um “conjunto de actividades, vinculadas entre si, que visam transformar um insumo (entrada) em produto ou serviço (saída)”

Para Baldam e et al. (2009, p. 14), o processo “é um encadeamento de actividades executadas dentro de uma companhia ou organização, que transformam entradas em saídas”.

Na óptica de Capote (2012, p. 37), o processo nada mais “é que uma série de acções, ou passos, que são realizados para se alcançar determinados objectivos”.

Fluxograma

Souza (2021, p. 53), define o fluxograma como “um conjunto de ferramentas que possibilitam a representação gráfica de todas essas etapas”. Enquanto Costa, Dias & Couto (2018, p. 15), definem o fluxograma como sendo um “conjunto simples e limitado de símbolos que facilita o entendimento do fluxo de um processo”. Para (Zeni, 2015, p. 31, citando Slack, 1997) o fluxograma é “uma técnica de mapeamento que permite o registo de acções de algum tipo e pontos de tomada de decisão que ocorrem no fluxo real”.

As definições do Souza (2021, p.v53) e Costa, Dias & Couto (2018, p. 15) convergem e se enquadram no presente artigo, dado que o fluxograma é um meio pelo qual foi usado para facilitar o entendimento do processo actual (AS IS) ou processo convencional da participação dos concursos públicos da Kambeny comercial, Lda através de uma representação gráfica.

Business Process Management (BPM)

Business process management é uma abordagem de gestão disciplinada para identificar, projectar, executar, documentar, medir, monitorar e controlar processos de negócios automatizados e não automatizados para alcançar resultados consistentes e direccionados alinhados com os objectivos estratégicos de uma organização (CBOK, 2019, p. 14).

Melhoria contínua

Barbará et al (2006) citado por Baldam et al (2009, p. 72), apontam que a melhoria contínua consiste num processo contínuo de estabelecimento de objectivos e de

identificação de oportunidades de melhoria, através do uso de constatações e conclusões de auditorias, análises de dados, análises críticas pela administração ou outras fontes. A melhoria contínua é ampla podendo estar concentrada em problemas com clientes ou até mesmo com fornecedores, pois as suas bases encontram-se nas crenças de que praticamente qualquer aspecto de uma operação pode ser melhorado e que todas as pessoas envolvidas nisso podem identificar quais mudanças podem ser feitas para se obter o melhor resultado (Schwarzer 2014, p. 22).

Souza (2020, p. 23), convergindo com o raciocínio do primeiro autor, define a melhoria contínua como “uma prática adoptada por diversas empresas que visa atingir, ininterruptamente, resultados cada vez melhores. Sendo estes resultados referentes aos produtos e serviços da empresa, ou então em seus processos internos”.

Ciclo de vida do BPM segundo Baldam (2008)

Na visão de Baldam (2008, p. 131), as etapas que compõe ciclo básico de gestão de processos são: planeamento do BPM, modelagem e optimização de processos, execução de processos e controle e análise de dados.

Planeamento do BPM

Segundo Baldam (2008, pp.131-132), o planeamento tem o propósito de definir actividades de BPM que contribuirão para o alcance das metas organizacionais, das estratégias operacionais, definição de planos de acção para implantação, selecção e priorização de processos que necessitam acção imediata.

Modelagem e optimização de processos

Conforme Baldam (2008, pp.133-134), a modelagem e optimização de processos engloba actividades que permitem gerar informações sobre o processo actual AS IS ou a proposta de processo futuro TO BE. O tratamento conjunto dado às duas fases A IS

e TO BE está fundamentado no facto de que os autores geralmente promovem uma certa mistura dessas fases, além da prática de modelagem. Isto indica que mesmo ao se executar simplesmente um AS IS, cria-se uma oportunidade de “pensar sobre processo”, que pode levar de imediato a melhorias possíveis sobre o processo em questão, mesmo que de pequena monta.

Implantar processos

Baldam (2008, pp. 134-135) afirma que esta fase engloba actividades que garantirão a implantação e a execução dos processos, como:

- implantar novo processo (quando necessário);
- coordenar o ajuste de equipamentos e softwares se necessário;
- coordenar os testes e/ou piloto da solução;
- implantar planos de transferência de tecnologia, que incluem:
 - ✓ treinamentos; e
 - ✓ produção assistida.
- transferir a monitoria e controle da execução de instâncias do processo implantado aos executores do mesmo;
- realizar mudanças ou ajustes de curto prazo; e
- estabelecer critérios de fornecimento de dados para controle e análise dos processos.

Controlar e analisar processos

No entender de Baldam (2008, p.135), controlar e analisar processos engloba actividades relacionadas ao controle geral do processo (por meio de diversos recursos, como uso de indicadores, *Business Activity Monitoring* (BAM), business intelligence (BI), *Balanced scorecard* (BSC), métodos estatísticos e diagramas de causa e efeito), gerando informações que posteriormente realimentarão as actividades de optimização e planeamento:

- registar o desempenho dos processos ao longo do tempo, que inclui:



- ✓ registrar e controlar desvios de desempenho significativos;
- ✓ avaliar trajetória de desempenho dos processos; e
- ✓ registrar o conhecimento criado sobre os processos.
- fornecer dados de realimentação ao planeamento e à modelagem e optimização de processo, além de fornecer dados para outros propósitos;
- realizar *benchmarking* com referenciais externos e internos;
- realizar análise da maturidade da organização/unidade de negócios; e
- realizar auditorias do processo em uso.

Ferramentas de Apoio

Costa, Dias & Couto (2018, p. 40) apontam algumas ferramentas que auxiliam na melhoria de processos e ajudam a encontrar soluções para problemas complexos, dentre elas algumas se destacam: Matriz GUT,

Tabela 1: Matriz GUT segundo Costa, Dias & Couto (2018, p.40)

Processo	G	U	T	Pontuação (G) X (U) X (T)	Prioridade

MATERIAIS E MÉTODOS

Na presente seção do artigo são apresentados os procedimentos que levaram a obtenção de resultados e está dividida da seguinte forma: classificação da pesquisa, população, amostra e amostragem, material e métodos.

A presente pesquisa é aplicada visto que, solucionou-se um problema específico, que é o processo de participação nos concursos públicos em Moçambique, com o caso de estudo da Kambeny Comercial, Lda. Na elaboração do presente artigo foi aplicada a pesquisa qualitativa pois recorreu-se a

diagrama de causa e efeito, design thinking e brainstorming, porém, neste artigo é apresentada apenas a descrição da Matriz GUT.

Matriz GUT

Segundo Costa, Dias & Couto (2018, p.40), a Matriz GUT é uma ferramenta de auxílio na priorização de processos a serem mapeados, levando em consideração sua Gravidade, Urgência e Tendência. Ela também pode ser utilizada em situações como formação de estratégias, desenvolvimento de projectos, tomadas de decisão, colecta de dados. Fáveri & Da Silva (2016, p.100) afirmam que, essa ferramenta gerencial é utilizada para priorizar a tomada de decisão, levando em consideração a gravidade, a urgência e a tendência do evento relacionado. Os mesmos autores acrescentam que a partir dessas variáveis, o gestor pode agir com base em um escalonamento, identificando quais complicações devem ser resolvidas primeiro. A seguir é exemplificado como a Matriz GUT é estruturada:

entrevista de modo a perceber como funciona o processo de participação dos concursos da empresa em estudo. A presente pesquisa é descritiva, justificando-se pela procura de informações através de recolha de dados junto a empresa. Foi feito o estudo de caso para a realização do presente trabalho visto que foi escolhida a Kambeny Comercial, Lda uma empresa que participa constantemente em vários concursos, de modo a investigar se o BPM pode ser usado como uma ferramenta estratégica para melhorar o processo de participação nos concursos públicos em Moçambique. Para desenvolver a presente pesquisa foi usada a pesquisa bibliográfica,

visto que para o seu desenvolvimento foi feito o levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e electrónicos, como obras, artigos científicos, páginas de web sites, que abordam a gestão de processos de negócios. No presente artigo foi usada a amostragem intencional, pelo facto de ter sido feita a escolha de indivíduos não tanto pela representatividade, mas, porque eles prestaram a colaboração de que se necessitava, ou seja, os indivíduos escolhidos são especializados e colaboraram na descrição exacta do processo AS IS da empresa (Vieira, 2008, p. 42).

Além disso, ao longo do trabalho foram usados dados primários e dados secundários, onde na população de 3 pessoas do departamento de procurement da kambeny Comercial, Lda foi entrevistada uma pessoa.

Para o desenvolvimento do presente artigo foi usado o microsoft office word e para a elaboração dos fluxogramas foi usado o Bizagimodler.

Com a finalidade de se proceder com a recolha de dados foi usada a análise documental, que consistiu na recolha dados primários uma vez que foram obtidos pelo pesquisador através do uso de entrevista não estruturada feita à instituição de interesse. E a fim de desenvolver este artigo foi aplicado o método qualitativo, pelo facto de ser feita uma entrevista para analisar o processo de participação AS IS, identificar falhas e desenhar um novo processo TO BE. Esta pesquisa está operacionalizada por três variáveis, sendo duas independentes que são Processos de conhecimento e Mudanças estratégicas;

uma dependente que é Desempenho da organização, a única estudada com base na influência das duas variáveis independentes, pelo facto de, embora existir uma dicotomia que estabelece uma relação recíproca entre ambas, elas podem influenciar de forma direta e independente através de ações estratégicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Planeamento do BPM

Com vista a garantir que a Kambeny Comercial, Lda alcance a suas metas organizacionais de gerar lucros, expandir a sua imagem a nível nacional e internacional e criar parcerias com diversas instituições o presente plano de BPM tem como objectivo priorizar os seguintes processos que necessitam de acção imediata:

- melhorar o processo de modo a evitar retrabalho;
- criar mecanismos para ter mais oportunidades de negociação com os fornecedores; e
- criar condições de ter várias cotações uma semana antes da data da submissão, de modo que a kambeny comercial, Lda possa organizar melhor a sua proposta.

Modelagem e optimização de processos

O processo foi mapeado a partir de entrevistas, estas envolveu um funcionário do departamento de *procurement* e foram realizadas várias reuniões. Com as informações adquiridas obteve-se, como resultado, o fluxo do processo AS IS e propôs-se uma modelagem do Processo (TO BE), conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 2: Modelo convencional (AS IS) e Modelo proposto (TO BE) da Kambeny Comercial, Lda

Sequência de actividades	MODELO CONVENCIONAL (AS IS)	MODELO PROPOSTO (TO BE)
1.	O processo inicia com a verificação dos lançamentos dos concursos públicos nos diferentes meios de comunicação.	O processo inicia com a verificação dos lançamentos dos concursos públicos nos diferentes meios de comunicação.
2.	Após a verificação dos lançamentos, selecciona-se os concursos que estão relacionados com a actividades da empresa.	Após a verificação dos lançamentos, selecciona-se os concursos que estão relacionados com a actividade da empresa.
3.	No caso de não haver concursos que a empresa possa participar o departamento de procurement volta a verificar outros lançamentos.	No caso de não haver concursos que a empresa possa participar o departamento de procurement volta a verificar outros lançamentos.
4.	Caso haja concursos que a empresa possa participar é submetido o anúncio para a administração para que decida se é um concurso que é relevante para a empresa, tendo duas possibilidades:	Caso haja concursos que a empresa possa participar é submetido o anúncio para a administração para que decida se é um concurso que é relevante para a empresa, tendo duas possibilidades:
4.1.	Se a administração decide participar é feito o desembolso do valor para que os departamentos auxiliares possam depositar o valor e posteriormente realizarem a aquisição do caderno de encargo.	Se a administração decide participar é feito o desembolso do valor para que os departamentos auxiliares possam depositar o valor e posteriormente a realizarem aquisição do caderno de encargo.
4.2.	Se a administração não decide participar o departamento de procurement volta a verificar outros lançamentos de concursos.	Se a administração não decide participar o departamento de procurement volta a verificar outros lançamentos de concursos.
5.	Feita a aquisição do caderno de encargo este é submetido para o departamento de procurement, que por sua vez efectua o scan e envia para a administração.	Feita a aquisição do caderno de encargo este é submetido para o departamento de procurement, que por sua vez efectua o scan e envia para a administração.
6.	Após o scan, este departamento faz análise dos requisitos solicitados no caderno de encargo e envia a solicitação da cotação dos fornecedores.	Após o scan, este departamento faz análise dos requisitos solicitados no caderno de encargo e envia a solicitação da cotação dos fornecedores.
7.	Enquanto aguarda pela cotação e dos certificados que serão facultados pelos fornecedores, o departamento de procurement, submete o pedido da garantia bancária (quando solicitada) e os documentos legais requisitados no caderno de encargo.	Enquanto aguarda pela cotação e dos certificados que serão facultados pelos fornecedores, o departamento de procurement, submete o pedido da garantia bancária (quando solicitada) e os documentos legais requisitados no caderno de encargo.
8.	Recebida as cotações é preparada a proposta financeira com base no melhor preço facultado pelo um dos fornecedores e que apresenta o melhor preço que acolhe todos os requisitos.	Recebida as cotações, é feita a negociação dos preços com os fornecedores que apresentou melhor preço e que acolhe todos os requisitos.
9.	Preparada a proposta financeira, verifica-se se todos os requisitos estão reunidos, tendo duas possibilidades:	Feita a negociação, aguarda-se pela nova cotação. Uma vez recebida a nova cotação é preparada a proposta financeira, posteriormente verifica-se se todos os requisitos estão reunidos, tendo duas possibilidades:

9.1.	Não temos todos requisitos reunidos, neste caso o departamento de procurement terá de verificar e reunir os requisitos em falta.	Não temos todos requisitos reunidos, neste caso o departamento de procurement terá de verificar e reunir os requisitos em falta.
9.2.	Temos todos requisitos reunidos, neste caso a proposta é submetida para a administração para a sua aprovação.	Temos todos requisitos reunidos, neste caso a proposta é submetida para a administração para a sua aprovação.
10.	Submetido para administração, esta verifica se a proposta técnica está conforme ou não, tendo duas possibilidades:	Submetido para administração, esta verifica se a proposta técnica está conforme ou não, tendo duas possibilidades:
10.1.	A proposta não está conforme, o departamento de procurement terá de verificar os pontos mencionados pela administração e rectificar.	A proposta não está conforme, o departamento de procurement terá de verificar os pontos mencionados pela administração e rectificar.
10.2.	Se a proposta estiver conforme, é feito o número de cópias requisitadas pelo caderno de encargo e preparar as amostras (quando solicitadas).	Se a proposta estiver conforme, é feito o número de cópias requisitadas pelo caderno de encargo e preparar as amostras (quando solicitadas).
11.	Feitas as cópias e a preparação das amostras, sela-se o envelope e a caixa de amostra.	Feitas as cópias e a preparação das amostras, sela-se o envelope e a caixa de amostra.
12.	Submete-se a proposta e as amostras.	Submete-se a proposta e as amostras.
13.	Participa-se na sessão de abertura do concurso.	Participa-se na sessão de abertura do concurso.
14.	Envia-se a acta aos administradores.	Envia-se a acta aos administradores.

Do processo AS IS identificaram-se algumas falhas como: retrabalho, pouco espaço para a negociação por parte dos fornecedores e recepção de cotação tarde.

Com base no processo AS IS formulou-se uma proposta de Mapeamento do Processo Futuro (TO BE) melhorado de modo a eliminar as falhas que existiam no processo actual da Kambeny comercial, Lda.

Implantação do processo

Para assegurar que o processo seja implantado e executado, deverão ser feitas algumas mudanças, que foram identificadas no processo actual (AS IS), nomeadamente: evitar retrabalho, criar mecanismos para ter mais oportunidades de negociação com os fornecedores e por fim criar condições de

ter as cotações uma semana antes da data da submissão para que a Kambeny Comercial, Lda possa organizar melhor a sua proposta.

Controle e análise de dados

De modo a garantir o controle do processo, foi implementado a matriz GUT de modo a tornar as decisões mais claras e resolver os problemas que trarão maior impacto para a Kambeny Comercial no que diz respeito ao seu processo de participação do concurso públicos.

A Matriz GUT vai permitir que o processo se mantenha controlado na medida que este vai permitir identificar as actividades que são prioridade para poder melhorar e não estender os prejuízos que podem ser evitados.

Tabela 3. Matriz GUT

Matriz GUT					
Actividades	G	U	T	Pontuação	Prioridade
Pouco espaço para a negociação nos preços	4	6	2	48	1
Atraso na recepção das cotações	2	3	2	12	2
Retrabalhos por rectificações	2	3	2	12	3

Através da matriz GUT foi possível identificar as actividades que devem ser implementadas melhorias de modo a garantir que o processo tenha eficiência, como prioridade número 1 temos o pouco espaço para negociação com os nossos fornecedores. Como a segunda actividade temos atraso na recepção das cotações, e como a última actividade foi identificada retrabalhos por rectificações.

Neste trabalho verificou-se que a implementação da gestão de processos de negócio pode melhorar o processo de participação nos concursos públicos da Kambeny Comercial, Lda visto que identificando falhas no processo actual (AS IS) é possível desenhar um novo processo (TO BE) melhorado sem falhas garantindo assim um processo mais eficiente facto que foi observado no trabalho de Cardoso & Filho (2021), que aponta que o mapeamento de processos pode contribuir para inovar na prestação dos serviços relacionados à TIC. Constatou-se ainda, que o mapeamento por BPM contribui para a inovação nos serviços TI da unidade estudada, uma vez que, permitiu a identificação dos processos, um melhor conhecimento sobre o realizado e as suas inter-relações, envolvendo a padronização dos procedimentos, a identificação dos gargalos, a definição de prioridades, a compreensão do funcionamento do sector e das dificuldades nele existentes. Verificou-se também que a partir do mapeamento do processo actual (AS IS) da participação de concursos públicos da Kambeny Comercial, Lda, por meio de um fluxograma, foi possível identificar falhas e, posteriormente, realizar melhorias desenhando um novo processo (TO BE). Este mesmo pressuposto é suportado pelos estudos de Rojas, et al. (2011). Conclui-se que a metodologia BPM mostrou-se adequada à estrutura da organização, favorecendo o mapeamento das actividades. Foi possível realizar as actividades requeridas de forma

harmoniosa e apresentar melhorias para o processo estudado.

Nesta pesquisa efectuou-se o mapeamento do processo actual (AS IS) da participação de concursos públicos da Kambeny Comercial, Lda de modo a ilustrar como o processo funciona por meio de um fluxograma. Através do mapeamento identificou-se possíveis falhas no processo de participação de concursos públicos através da análise do processo actual. Este mesmo pressuposto é suportado pelos estudos de Almeida et al. (2019), onde na prática, trabalhou-se com BPM tendo como base a antiga disciplina de organização e métodos, que se modernizou com o nome de revisão ou reengenharia de processos. Essa prática identifica e soluciona gargalos nos processos, e propõe melhorias nos mesmos.

CONCLUSÕES

Neste trabalho explicou-se sobre a implementação da gestão de processos de negócio (BPM) na optimização e melhoria contínua de processo de participação nos concursos públicos da Kambeny Comercial, Lda.

Ao longo do trabalho explicou-se sobre o ciclo de vida do BPM, ao longo da pesquisa, percebeu-se que existem ciclos de vida do BPM na vertente de vários autores, na presente pesquisa foi usado o ciclo de vida do BPM na vertente de Baldam.

Efectuou-se o mapeamento do processo actual (AS IS) da participação de concursos públicos da Kambeny Comercial, Lda de modo a ilustrar como o processo funciona por meio de um fluxograma. Através do mapeamento identificou-se possíveis falhas no processo de participação de concursos públicos através da análise do processo actual.

Desenhou-se um novo processo Futuro (TO BE), ou seja, garantindo assim um processo melhorado sem as falhas identificadas.

Tendo em conta os resultados alcançados, conclui-se que o Modelo de Gestão de Processos de Negócio proposto pode melhorar o processo de participação da Kambeny Comercial, Lda nos concursos públicos, isto porque através da implementação da gestão de processos de negócio é possível identificar falhas no processo actual e implementar melhorias e de modo a tornar o processo eficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABPMP. BPM CBOK. (2019). Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio. Corpo Comum do Conhecimento – ABPMP BPM CBOK V4.0, Association of Business Process Management Professionals.

Baldam, R. (2008). Gerenciamento de processos de negócios no setor siderúrgico: Proposta de estrutura para implantação. Disponível online em: http://objdig.ufrj.br/60/teses/copppe_d/RoquemarDeLimaBaldam.pdf (consultado a 10/05/2023, às 19h:00).

Baldam, R. et al. (2009). Gerenciamento de processos de negócios: BPM - business process management. São Paulo: Editora Erica.

Capote, G. (2012). BPM para todos: Uma visão geral abrangente, objetiva e esclarecedora sobre gerenciamento de processos de negócio. (1a ed.), Carolina do Sul: Createspace Independent Publishing Platform.

Costa. M., Dias, A., Couto, K. (2018). Manual de Gestão por processos. Disponível online em: http://www.ifs.edu.br/images/EDFS/ebooks/2019/E-book_-_Manual_de_gest%C3%A3o_po

[r_processos.pdf](#) (consultado a 02/05/2023, às 15h:15).

Dos Santos, F. (2015). Gestão de processos. (1a ed.), Rio de Janeiro: Seses.

(consultado a 17/05/2023, às 20h:10).

Real, F., Caires, E., Mendes, R. (2018). Mapeamento de processos. UNICESUMAR.

Souza, A. (2021). Organização, Processos e Tomada de Decisão. PNAP. Disponível online em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/643256/2/Organiza%C3%A7%C3%A3o%2C%20Processos%20e%20Tomada%20de%20Decis%C3%A3o.pdf> (consultado a 25/05/2023, às 19h:00).

Schwarzer, M. (2014). Análise e sugestões de melhorias nos processos internos de uma empresa de software. (Monografia apresentada à Centro Universitário Univates, para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, Lajeado, Brasil). Disponível online em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/734/1/2014MatiasMacielSchwarzer.pdf> (consultado a 27/05/2023, às 19h:00).

Souza, N. (2020). Utilização da metodologia PDCA e da melhoria contínua para a redução perdas. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brazil. Disponível online em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/42169/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Nat%C3%A1lia%20Freitas%20de%20Souza.pdf> (consultado a 27/05/2023, às 20h:00).

Zeni, H. (2015). Estudo das técnicas do mapeamento de processos ao



setor CMA - BB tecnologia e serviços. Trabalho realizado para obtenção de grau de bacharel em Gestão da Informação, na Universidade Federal Do Paraná, Curitiba, Brasil). Disponível online em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/41090/HEL-EN-ALICE-PAOLIN-ZENI.pdf?sequence=1&isAllowed=y> (consultado a 28/05/2023, às 18h:25).

31 - 03 | 2025

CONTRIBUIÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE MAPUTO: AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO DA POPULAÇÃO COM O SERVIÇO PRESTADO PELOS TRANSPORTADORES PÚBLICOS

Contribution of road transport in the Maputo metropolitan region: Evaluation of the level of satisfaction of the population with the service provided by public transporters

Contribución del transporte por carretera en la región metropolitana de Maputo: Evaluación del nivel de satisfacción de la población con el servicio prestado por los transportistas públicos

Pedro José Miguel¹

¹*Mestre em Administração e Gestão, Instituto Superior de contabilidade e Auditoria de Moçambique (ISCAM), muendanepedro@gmail.com*

Autor para correspondência: muendanepedro@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Miguel, P. J. (2025). Contribuição do transporte rodoviário na região metropolitana de Maputo: Avaliação do nível de satisfação da população com o serviço prestado pelos transportadores públicos. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 171-184. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

O transporte rodoviário é a principal modalidade de locomoção colectiva de passageiros em Moçambique e na região Metropolitana de Maputo em especial. No entanto, nos últimos anos as empresas de transporte rodoviário tanto públicas como privadas tem enfrentando enormes desafios motivados principalmente pelo crescimento populacional, dificuldades financeiras e degradação das vias de acesso o que cria dificuldade de circulação das pessoas com consequente impacto no desenvolvimento económico e social das pessoas e da região. Com o actual cenário mostra-se ser urgente que se encontrem soluções que possam reverter esta situação e devolver aos utentes a confiança e tranquilidade com este serviço que é indispensável para a comunidade. O investimento para reabilitação e ampliação das vias de acesso

rodoviários, a aquisição de mais meios de transporte, o investimento no sector ferroviário, investimento no sector fluvial, são apontados como soluções para reduzir o sofrimento das populações e garantir a locomoção destes para os seus locais de trabalho, escola, mercados e outros locais desejados com eficiência e eficácia.

Palavras-chave: Transporte rodoviário, qualidade de serviços, satisfação do cliente.

ABSTRACT

Road transport is the main form of collective passenger movement in Mozambique and in the Maputo Metropolitan region in particular. However, in recent years, both public and private road transport companies have faced enormous challenges motivated mainly by population growth, financial difficulties and

degradation of access roads, which creates difficulties in the movement of people with a consequent impact on the economic and social development of people and the region. With the current scenario, it is urgent to find solutions that can reverse this situation and give users back confidence and peace of mind with this service, which is essential for the community. Investment in the rehabilitation and expansion of road access routes, the acquisition of more means of transport, investment in the railway sector, investment in the river sector, are highlighted as solutions to reduce the suffering of populations and ensure their movement to their places work, school, markets and other desired locations efficiently and effectively.

Keywords: Road transport, quality of services, customer satisfaction.

RESUMEN

El transporte por carretera es la principal forma de transporte colectivo de pasajeros en Mozambique y en la Región Metropolitana de Maputo en particular. Sin embargo, en los últimos años, las empresas de transporte vial tanto públicas como privadas han enfrentado enormes desafíos motivados principalmente por el crecimiento poblacional, las dificultades financieras y la degradación de las vías de acceso, lo que genera dificultades en el desplazamiento de personas con el consecuente impacto en el desarrollo económico y social de los pueblos y la región. Ante el escenario actual, es urgente encontrar soluciones que puedan revertir esta situación y devolver la confianza y tranquilidad de los usuarios con este servicio que es esencial para la comunidad. La inversión en la rehabilitación y ampliación de vías de acceso vial, la adquisición de más medios de transporte, la inversión en el sector ferroviario, la inversión en el sector fluvial, se destacan como soluciones para reducir el sufrimiento de la población y asegurar su

desplazamiento a sus lugares de trabajo, escuelas, mercados y otros lugares deseados con eficiencia y eficacia.

Palabras clave: Transporte por carretera, calidad de los servicios, satisfacción del cliente

INTRODUÇÃO

Em Mocambique o transporte rodoviário de passageiros é o meio de locomocao mais utilizado pela população, por conta da regularidade dos serviços oferecidos, pela maior abrangência do sistema rodoviária, pela acessibilidade e facilidade, por não haver alternativas para a maior parte de zonas, e pelo valor das tarifas, que são mais acessíveis embora nos ultimos tempos tendem a subir devido a varios factores onde o preco do combustivel ee o mais destacado. Fazendo uma comparacao entre o transporte rodoviário e outros tipos de transporte, nota-se facilmente que em mocambique, o transporte rodoviario de passageiros ee o mais proximo das populacoes pois, os sistemas ferroviários e fluviais não estão disponíveis em todo país de forma regular, principalmente nas zonas de expansao. Já em relação ao transporte aéreo, não existe comparacao possíveis pois, há escassez de infraestruturas, preços de bilhetes muito altos e longe da capacidade do bolso do cidadão comum e existencia de poucos provedores desse meio de transporte uma vez que sso existe uma e única empresa de babdeira nacional mas que também opera com poucos aparelhos que também são alugados.

Deste modo, em um país com características geográficas como Moçambique, o transporte rodoviário é fundamental para o deslocamento da população de uma província para outra, dum distrito para outro, de uma cidade para outra, de um bairro para outro, sendo um meio de locomoção bastante importante no desenvolvimento económica e social de uma nação. Nota-se, portanto, que é neste sector onde tanto o sector público como

privado mais investem criando-se mais competitividade e que, com o aumento do nível de exigência dos consumidores, que tendem a aumentar o nível de conhecimento dos seus direitos o que desafia as empresas a melhorar os serviços tornando-os mais acessíveis, humanizados e atraentes por forma a garantir-se o bem-estar da população.

O cenário descrito em relação ao país como um todo, não é diferente para o sector de transporte rodoviário da região metropolitana de Maputo que mostra-se cada vez mais pressionado com o aumento exorbitante da densidade populacional que não é acompanhado pelo aumento de infraestruturas uma vez que há muito investimento feito por particulares e pelo sector público mas que não se mostra eficaz pois, o investimento na aquisição de mais meios de locomoção exige a ampliação e modernização das vias de acesso o que não acontece no mesmo ritmo.

Na região metropolitana de Maputo circulam na rede rodoviária vários tipos de transportes ao serviço do cidadão, nomeadamente: i) Rede de transporte rodoviário público que é assegurado pelas empresas publicas localizadas nesta região com destaque para Empresa Municipal de Transporte Público (EMTPM), Empresa Municipal de Transporte Público da Matola (ETM) e pela Empresa Municipal de Transporte público de Boane (EMTB); ii) Rede privada que é assegurada pelos transportadores privados constituída por empresas de grande, pequena e média dimensão; Rede privada de particulares, que é composta por operadores privados individuais com operam normalmente com pequenos minibus denominados por “chapeiros”; Rede de táxis operado por táxis tradicionais composto por viaturas ligeiras e motorizadas melhoradas denominados de “tchopelas”; e atualmente existe igualmente um elevado número de viaturas ligeiras descaracterizadas que tornaram-se numa alternativa denominados por “Yango” que funcionam a partir de

solicitação online uma vez que estes não tem praça e são descaracterizados por não ter alguma identificação especial.

Mesmo com este número de alternativas existente no setor rodoviário, o nível de satisfação dos utentes continua muito longe de garantir o desenvolvimento socioeconómico uma vez que não é todo de acesso fácil pois, nem sempre está a disposição e altura do bolso do cidadão.

Deste modo, o aumento da exigência dos clientes em relação a fatores de qualidade em serviços coloca à prova o serviço prestado pelas empresas de transporte público e podem contribuir ainda mais para a proliferação de empresas e sistemas de transportes no entanto, em pouco irão contribuir uma vez que a solução do problema de insatisfação não se resolve apenas com mais entradas de autocarros nas rodovias mas também em priorizar ações que influenciam a qualidade percebida pelos clientes, que resultará em serviços com características mais atraentes para os usuários como por exemplo, a ampliação das vias de acesso por parte do governo, a redução da tarifa que exige que o governo subsidie os transportadores, a criação de alternativas a transporte rodoviário que é o investimento no sector fluvial e ferroviário para as zonas onde é possível e até mesmo a privatização das empresas de transportes públicos para deixarem se ser encargo para o governo passando assim a procurar a receita para a sua sobrevivência. Por conseguinte, por ser um importante instrumento de marketing, a satisfação é a principal forma de manter o cliente leal à organização.

Para Yu (2022), a teoria da satisfação, particularmente nos domínios do comportamento e bem-estar do consumidor, é um conceito multifacetado explorado em vários trabalhos de investigação. A teoria do desejo-satisfação do bem-estar aprofunda como as vidas dos indivíduos são consideradas bem-sucedidas quando os seus desejos são cumpridos,

abordando desafios como a neutralidade prudencial e desejos remotos.

Por outro lado, os sistemas de medição da satisfação do cliente beneficiam de abordagens inovadoras como um sistema baseado na teoria cinzenta difusa, aumentando a pontualidade e a eficácia através de módulos otimizados de lógica de hardware e gestão. (Dorsey, 2019).

Além disso, a satisfação é crucial para os decisores, com modelos que integram traços de personalidade e preferências para melhorar os processos de tomada de decisão, levando a resultados mais ajustados e realistas (Heathwood, 2016).

Estas diversas perspectivas contribuem coletivamente para uma compreensão mais profunda da teoria da satisfação em diferentes domínios.

Nos últimos anos, houve várias pesquisas desenvolvidas com o intuito de compreender e ajudar o transporte público rodoviário em todo o mundo, tendo como principais enfoques: (i) compreender as teorias de satisfação na tomada de decisão consideram a personalidade e as preferências para otimizar escolhas, potenciando o realismo de decisão e a eficiência em modelos computáveis para agentes virtuais (Castro-Rivera, at. all; 2022); (ii) Desenvolvimento de um modelo de alocação de energia baseado na satisfação utilizando a teoria dos jogos cooperativos, com o objetivo de maximizar a satisfação do usuário, minimizando o consumo de energia sob restrições energéticas, apresentando melhorias significativas na eficiência (Ortiz, at. all; 2021); (iii) A satisfação com os transportes públicos é influenciada significativamente pelos ambientes de acesso e saída, com fatores como a conectividade das ruas, a franqueza do caminho e a localização da paragem de autocarro a desempenhar papéis cruciais na satisfação geral da viagem (Suryani, at. all; 2023); (iv) avaliação da satisfação dos passageiros dos transportes públicos de Wrocław utilizando os métodos CSI e IPA, visando melhorar a

qualidade do serviço com base em 14 características identificadas (Dziaduch, at. all; 2023); e v) A satisfação dos passageiros com o transporte público na cidade de Tangerang é influenciada pela qualidade do serviço, tendo a satisfação o maior impacto na fidelização dos passageiros de acordo com os resultados da pesquisa (Inturri, 2021).

Desejando contribuir para a solução do problema em questão, foi levantada uma questão de partida visando avaliar o nível de satisfação das populações da região metropolitana de Maputo em relação ao transporte rodoviário público de passageiros.

O objectivo geral do trabalho é avaliar o nível de satisfação das populações com o serviço de transporte rodoviário público na região metropolitana de Maputo. Os objectivos específicos resumem-se em: i) Identificar os factores que condicionam o nível de satisfação dos clientes; Verificar a partir de um questionário, o nível de satisfação das populações da região metropolitana de Maputo em relação aos serviços prestados pelas empresas de transportes rodoviários públicos que operam na região; e Propor a partir de uma comparação entre os resultados deste estudo com os resultados dos outros estudos realizados em outros países e contextos visando encontrar melhores propostas de soluções.

Fundamentação Teórica/Estado da Arte

O transporte público rodoviário urbano de passageiros desempenha um papel crucial nas infraestruturas sociais, impactando o desenvolvimento económico e social. É vital para o crescimento das cidades, para a atratividade dos investimentos e para a prestação de serviços essenciais (Ortiz, at. all; 2021).

No entanto, este meio de transporte precisa de ser de qualidade para garantir a satisfação, que no entender de Yu (2022), as infraestruturas rodoviárias e o carácter da tripulação impactam a satisfação dos

clientes no sector dos transportes públicos rodoviários do Quênia. Melhorar a conduta, a formação e as medidas disciplinares pode melhorar a qualidade do serviço e a satisfação do cliente.

Em relação a satisfação do cliente, é um aspeto crucial no desenvolvimento do negócio, com impacto direto na rentabilidade e fidelização do cliente. A satisfação do cliente é um processo cíclico influenciado pela qualidade do serviço,

valor percebido e experiências passadas. É crucial para manter a lealdade e pode ser medido utilizando várias metodologias (Ganiyu, at. All; 2012).

A satisfação do cliente está ligada à fidelização do cliente, mas a fidelização envolve mais do que apenas a satisfação. A lealdade inclui atitudes emotivas, inércias e deliberativas, sendo os clientes emotivos os mais leais.

Tabela 1: Factores que contribuem para satisfação do cliente

Pontualidade	A pontualidade relaciona-se com o facto de tomar diligências no sentido de fazer as coisas atempadamente ou ainda de chegar a (ou partir de) um determinado lugar à hora combinada (Cerruti, at.all; 2023)
Lealdade	Num ambiente de negócio, a lealdade entre os membros do plasma para com uma empresa core é influenciada pela qualidade e satisfação do serviço, promovendo, em última análise, a colaboração contínua e recomendações (Shu-Fen Tu, 2022).
Respeito	é um alicerce fundamental para a construção de uma sociedade harmoniosa. Ele se manifesta através da consideração e aceitação das diferenças entre as pessoas. Ao respeitar o próximo, cultivamos empatia, reconhecendo suas experiências e perspectivas.
Cortesia	refere-se a qualidade de uma pessoa que é cortês. Pode significar uma maneira delicada e civilizada de agir, cumprimentar ou mesmo um gesto de doação ou favor para outra pessoa. Cortesia também pode ser dar prioridade à maneira de expressão, ação e gestos de outrem e esperar momento oportuno para expor e defender suas convicções, concordando ou discordando gentilmente (Marques, 2000).
Honestidade	A honestidade pode ser uma característica de uma pessoa ou instituição, significa falar a verdade, não omitir, não dissimular. O indivíduo que é honesto repudia a malandragem e a esperteza de querer levar vantagem em tudo.
Segurança	é fundamental para garantir a integridade física dos passageiros, dos colaboradores e das cargas que são transportadas. Além disso, a segurança no transporte também é importante para evitar acidentes e danos, bem como para proteger a propriedade das pessoas e das empresas (Kovanič, 2013).
Eficiência	A eficiência é uma característica positiva, principalmente como parte do perfil de profissionais que desejam obter sucesso em suas áreas de atuação (Carl, 2018).
Eficácia	é a qualidade daquilo que cumpre com as metas planeadas , ou seja, uma característica pertencente as pessoas que alcançam os resultados esperados Carl, 2018).
Tarifa	é uma cobrança facultativa, a ser paga em dinheiro, em decorrência da utilização de serviços públicos essenciais, feita indiretamente pelo estado, através de empresas privadas que prestam serviços em nome do mesmo (Kovanič, 2013).

Amor pelo próximo	envolve entrega, atenção às suas necessidades, tolerância. Demonstrar amor ao próximo é ter empatia, ou seja, se colocar no lugar da outra pessoa, entender suas dificuldades e oferecer ajuda (Carl, 2018).

Tabela 2: Artigos com foco nos serviços de transporte rodoviário de passageiros

Pesquisa	Contribuição
Aravind, M; Devi, T. R. & Nagamani (2013)	Satisfação dos passageiros com o PO. Os serviços de transporte da Sari Kencana são bastante elevados, com indicadores tangíveis, de empatia, fiabilidade, capacidade de resposta e garantia, todos categorizados como bastante satisfeitos.
Mein (2014)	O nível de satisfação dos clientes do transporte público rodoviário é influenciado por aspectos tangíveis, de garantia e empatia da qualidade do serviço prestado pelo serviço de autocarro Trans Jogja.
Imam (2014)	Os utilizadores de autocarros foram considerados os mais satisfeitos mas, em geral, os utilizadores dos transportes públicos em Amã não ficaram suficientemente satisfeitos, o que indica a necessidade de melhorar o sistema.
Dorsey (2019).	O nível de satisfação dos clientes dos transportes públicos rodoviários é determinado pela qualidade do serviço, partidas atempadas, condições de paragem, simpatia ao condutor e melhorias na gestão, conforme analisado no estudo.
Shu-Fen Tu, (2022).	A satisfação dos utentes dos transportes públicos é influenciada por rotas eficientes, tempos de espera curtos e horários fiáveis, especialmente para aqueles com longas deslocações, conforme o estudo.
Haryadi at. all. (2024)	Os clientes que utilizam os serviços Bus Rapid Transit na Tanzânia apresentaram níveis de satisfação moderados. Elementos como capacidade de resposta, fiabilidade e tangibilidade influenciaram significativamente a satisfação, enquanto a garantia e a empatia não.
Bernini & Lubisco (2005)	A perceção da qualidade do serviço e da acessibilidade influenciam significativamente a satisfação dos utilizadores de veículos particulares com o transporte público, enquanto os aspetos de segurança e proteção não mostram uma relação significativa com a satisfação.
Yu (2022)	O nível de satisfação dos clientes dos transportes públicos rodoviários é avaliado com base na disponibilidade do serviço, conforto durante a espera, e conforto durante a viagem no veículo.
Yu (2022)	Os principais determinantes da satisfação dos utentes do transporte público incluem características sociodemográficas e qualidade do serviço, influenciando o processo de tomada de decisão dos passageiros atuais e potenciais no transporte suburbano de autocarro.
Haryad (2024)	O nível de satisfação dos clientes dos transportes públicos rodoviários é influenciado por atributos como a informação online, o conforto e os preços, conforme o estudo sobre a visão dos alunos sobre os transportes públicos.
Singh (2016)	O estudo avalia a relação entre a qualidade do serviço e a satisfação do cliente numa empresa pública de transporte rodoviário de passageiros na Zâmbia, salientando a importância da satisfação do cliente na indústria dos transportes.
Mokonyama at. all, (2010)	Os clientes do transporte público rodoviário priorizam o respeito, a segurança e a fiabilidade da equipa de serviço para a satisfação. A tarifa é

	uma variável de trade-off, com os não utilizadores a apresentarem expectativas de qualidade de serviço mais elevadas.
Abenzoza, at.all, (2016)	Os níveis de satisfação dos utilizadores de transportes públicos foram analisados na Suécia, identificando atributos-chave como interface com o cliente, operação, rede e tempo de viagem como cruciais para o foco das partes interessadas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, transversal e analítico, de abordagem quantitativa, realizado com usuários do transporte rodoviário público da região metropolitana de Maputo, que abrange os Municípios de Maputo, Matola, Boane e Marracuene (recentemente promovida a esta categoria). Esta região é tem 3 empresas públicas que operam no sector de transporte rodoviário de passageiros e vários operadores privados com destaque para os licenciados e ilegais. Em termos de utentes deste sistema de transporte, destacam-se funcionários, estudantes, comerciantes, turistas e outros que precisam de circular diariamente para cumprir com as suas jornadas de trabalho. A amostra do estudo foi composta por 100 pessoas selecionadas aleatoriamente nos 4 municípios que compõem a região metropolitana, dos quais, 60 mulheres e 40 homens de idades compreendidas entre 17 a 62 anos de idade. Os critérios de seleção, foram: i) ser residente ou frequentador da região metropolitana; ii) ser usuário do transporte público; iii) concordar em participar livremente no estado respondendo o questionário e iv) saber ler e escrever. Todas as outras pessoas que não reúnem os requisitos, foram excluídos. Os selecionados, responderam a um inquérito com perguntas fechadas com opções de respostas que permitiu que todos pudessem apenas assinalar a resposta evitando assim respostas bastante desviantes. O conteúdo das questões estava intimamente ligado ao nível de satisfação com o sistema de transporte rodoviário público municipal e

intermunicipal. Por questões éticas, foi garantido o anonimato dos respondentes. Inicialmente foram definidos os elementos e os procedimentos que compõem a modelagem do problema. Nesta etapa define-se o objeto de estudo, assim como são apontados pontos primordiais para a realização da pesquisa, a destacar: i) Objecto do problema: o estudo foi na região metropolitana de Maputo, localizada nas províncias de Maputo Cidade e Maputo Província, que segundo o INE (2017) possui cerca de 3.000.000 habitantes dos quais mais de 70% dependem de transporte público para se deslocar; ii) construção do questionário: O questionário desenvolvido para avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas de transportes rodoviário público trazer informações relacionados ao gênero, idade, estado civil, escolaridade, tipo de passageiro, motivo da viagem, frequência de viagem e renda familiar.

Construção do questionário: O questionário desenvolvido para avaliar a qualidade dos serviços de transporte rodoviário municipal e intermunicipal de passageiros foi composto por questões que procuram avaliar o nível de satisfação dos utentes com o sistema de transporte rodoviário público que opera na região metropolitana de Maputo. Para a identificação de

critérios (itens) mais críticos e que devem ser priorizados para ações de melhoria, fez-se uma comparação entre os resultados de pesquisa e o recomendado pela literatura.

Coleta de dados: Foi distribuído um questionário por meio de plataformas digitais com destaque para whatsapp e email de vários grupos e as respostas caíram em 30 dias dos quais responderam 117 pessoas

tendo sido validados 100 pessoas que responderam correctamente o questionário e excluíram-se os restantes que foram

considerados nulos por não estarem no padrão desejado.

Tabela 2: Características dos respondentes

a) Género

FACTOR	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
Genero	60	60%	40	40%	100	100%

b) Idade

IDADE (anos)	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
17-27	19	19%	12	12%	31	31%
28-37	16	16%	7	7%	23	23%
38-47	10	10%	11	11%	21	21%
48-57	8	8%	7	7%	0.07	15%
58-67	7	7%	3	3%	0.03	10%
Total	60	60%	40	40%	100	100%

c) Estado civil

FACTOR	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
Solteiro	29	29%	16	16%	45	45%
Casado	17	17%	9	9%	26	26%
Divorciado	6	6%	2	2%	8	8%
Viúvo	4	4%	1	1%	5	5%
Outro	4	4%	12	12%	16	16%
Total	60	60%	40	40%	100	100%

d) Escolaridade

ESCOLARIDADE	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
Primário	7	7%	2	2%	9	9%
Secundário	20	20%	12	12%	32	32%
Licenciatura	27	27%	19	19%	46	46%
Mestrado	6	6%	7	7%	13	13%
Doutorado	0	0%	0	0%	-	0%
Total	60	60%	40	40%	100	100%

e) Tipo de passageiro

TIPO DE PASSAGEIRO	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
Estudante	15	15%	11	11%	26	26%
Trabalhador	27	27%	19	19%	46	46%
Comerciante	13	13%	10	10%	23	23%
Turista	2	2%	0	0%	2	2%
Outro	3	3%	0	0%	3	3%
Total	60	60%	40	40%	100	100%

f) Motivo da viagem

MOTIVO DA VIAJEM	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
Estudar	15	15%	11	11%	26	26%
Trabalhar	27	27%	19	19%	46	46%
Vender	13	13%	10	10%	23	23%
Passear	2	2%	0	0%	2	2%
Outro	3	3%	0	0%	3	3%
Total	60	60%	40	40%	100	100%

g) Frequência de viagem

MOTIVO DA VIAJEM	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
Todos os dias	9	9%	4	4%	13	13%
5 e 6 dias	26	26%	18	18%	44	44%
3 e 4 dias por semana	16	16%	13	13%	29	29%
1 e 2 dias	8	8%	3	3%	11	11%
Outro	1	1%	2	2%	3	3%
Total	60	60%	40	40%	100	100%

h) Renda familiar

RENDA FAMILIAR	Feminino		Masculino		TOTAL	
	Nr.	%	Nr.	%	Nr.	%
Alta	0	0%	0	0%	0	0%
Media alta	2	2%	5	5%	7	7%
Media	22	22%	19	19%	41	41%
Media baixa	35	35%	15	15%	50	50%
Baixa	1	1%	1	1%	2	2%
Total	60	60%	40	40%	100	100%

Em relação a análise de dados, após recolha, os dados foram agrupados por categorias e posteriormente analisados com base em métodos estatísticos recorrendo-se a análises percentuais para melhor interpretar o fenómeno. O uso do Excel ajudou na organização dos resultados. A análise consistiu basicamente na comparação do que existe escrito por outros autores e os resultados da pesquisa empírica realizada aos utentes do transporte rodoviário público da região metropolitana de Maputo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela3: Nível de satisfação dos utentes do transporte rodoviário público

Factor	Excelente	Muito bom	Suficiente	Mau
Pontualidade dos autocarros				X
Seriedade dos atendedores			X	
Respeito pelo passageiro				
Cumprimento do tempo				X
Cortesia dos tripulantes				X
Qualidade do autocarro			X	
Ajustamento da tarifa			X	
Flexibilidade das reclamações				X
Qualidade da fiscalização			X	

Os níveis de satisfação dos utentes dos transportes públicos rodoviários variam consoante os diferentes fatores. Estudos mostram que os utentes geralmente expressam insatisfação com a qualidade dos serviços de autocarro prestados nas cidades, com foco em atributos como a disponibilidade. Os fatores que influenciam a insatisfação incluem rotas de transporte eficientes, tempos de espera curtos e uso confiável do tempo, especialmente para aqueles com longas deslocações. Além disso, a fiabilidade do serviço impacta negativamente a satisfação do utilizador, com a irregularidade do progresso a afectar os tempos de espera, a lotação e a insatisfação geral do serviço. Em 2019 a pandemia de 2019, influenciou a percepção de risco dos utilizadores de transportes rodoviários na satisfação com as viagens, impactando particularmente no mau estar e as expectativas futuras, com o risco percebido relacionado com a saúde a tornar-se um determinante fundamental para o uso do transporte público. No geral, abordar a pontualidade, a segurança e a fiabilidade do serviço são cruciais para melhorar os níveis de satisfação dos utentes do transporte público rodoviário.

Qualidade dos serviços de transporte rodoviário público

A qualidade dos serviços de transporte público rodoviário é um aspeto crucial que impacta a satisfação dos utilizadores e a eficiência global. Vários estudos evidenciam a importância de avaliar e melhorar esta qualidade. Os dados de pesquisa sugerem que a qualidade dos serviços de transporte público rodoviário na região metropolitana de Maputo pode nem sempre corresponder às expectativas dos utilizadores, levando a lacunas entre os níveis de serviço percebidos e esperados. Fatores como segurança, respeito pelo ambiente, acessibilidade económica e conveniência desempenham papéis significativos na determinação da qualidade dos serviços de transporte são as grandes queixas dos utentes inqueridos. Adicionalmente, a optimização das rotas e a rentabilidade das empresas de transporte são essenciais para melhorar a qualidade do serviço e responder às exigências dos passageiros. Avaliar a satisfação dos passageiros através de modelos abrangentes pode ajudar a identificar pontos fortes e fracos no sistema de transporte, contribuindo, em última análise, para a melhoria da qualidade do serviço.

Percepção dos utentes dos serviços de transporte público

As percepções dos utilizadores de transportes públicos variam com base em fatores como inovação, sustentabilidade, limpeza e segurança [1] [2] [3] [4] [5]. Os utilizadores priorizam a velocidade, a frequência e a segurança dos serviços, com preferências de género influenciando. Os inqueridos valorizam mais o desenvolvimento tecnológico o que lhes leva a apontar o uso de tecnologia como solução para melhorar a qualidade dos serviços de transporte rodoviário. A pandemia COVID-19 aumentou as preocupações com superlotação, limpeza e odores nos transportes públicos, levando a uma diminuição da utilização. Na região metropolitana da Maputo, a insatisfação com os transportes públicos decorre de longos tempos de espera, rotas pouco claras e más condições dos veículos. Um estudo realizado em Budapeste durante a pandemia destacou a importância das horas de serviço, proximidade e frequência para a satisfação dos utentes. Em Madrid, a crise sanitária impactou a percepção social e as decisões de mobilidade dos utentes de transportes públicos, salientando a necessidade de políticas que garantam a segurança.

Propostas para melhoria do sistema de transporte rodoviário

As propostas para melhorar o sistema de transporte rodoviário incluem a implementação de sistemas tacógrafos para prevenir a condução de condutores cansados de veículos comerciais, reduzir o impacto ambiental através da abordagem dos poluentes emitidos pelo transporte rodoviário, analisar dados estatísticos sobre violações e acidentes para melhorar a segurança rodoviária, otimizar o sistema de tributação dos transportes para melhorar os métodos de cálculo fiscal e geração de receitas, e melhorar o sistema logístico de informação rodoviária para aumentar a

percentagem de implementação e controlo do plano de abastecimento funções. Essas medidas visam aumentar a segurança, a sustentabilidade ambiental, a eficiência e a geração de receita dentro do sistema de transporte rodoviário, levando, em última análise, a uma rede de transporte mais eficaz e confiável.

CONCLUSÕES

É claro que transporte rodoviário de passageiros contribui grandemente para o desenvolvimento de um país. Associada aos demais sistemas de transporte (aéreo, ferroviário e fluvial), o transporte rodoviário de passageiros destaca-se como fundamental sobre tudo em países subdesenvolvidos como é o caso de Moçambique.

Em todo o mundo, diversos estudos vêm sendo realizados com o intuito de analisar problemas relacionados ao transporte rodoviário de passageiros. Em geral, tais estudos concentram-se na análise do transporte rodoviário urbano de passageiros onde se destacam os estudos desenvolvidos para analisar a viabilidade económica e financeira das empresas que operam no sector, estudos que procuram avaliar a satisfação dos clientes e estudos que procuram avaliar a importância deste sistema de transporte no desenvolvimento das nações. Todo o estudo tem-se mostrado relevantes, pois, este tem uma grande interligação.

O presente artigo enquadra-se no segundo grupo conforme indicado no parágrafo anterior. Desejando contribuir para o debate no âmbito da problemática de transporte rodoviário, neste artigo foi apresentada uma abordagem metodológica para avaliar o nível de satisfação da população com o serviço prestado pelos transportadores públicos na região metropolitana de Maputo. Por meio do estudo de caso exploratório, foi possível obter resultados relevantes para fins de análise e melhoramento do sistema de gestão das

empresas de transporte rodoviário de modo a contribuir cada vez mais para a vida das pessoas.

É importante ressaltar que os resultados apresentados se referem a um estudo exploratório realizado a partir de uma amostra de passageiros que circulam em quatro municípios da área metropolitana de Maputo nomeadamente, Maputo, Matola, Boane e Marracuene sendo a maior zona económica da capital.

Em relação aos factores que condicionam o nível de satisfação dos clientes, os dados de pesquisa mostraram que, existem vários factores que minam a satisfação dos utentes com o funcionamento do sistema de transporte rodoviário na região metropolitana de Maputo com destaque para não cumprimento dos horários de partida e chegada nos destinos, problemas de tráficos, má qualidade dos tripulantes que desemboca no mau atendimento dos clientes, superlotação dos autocarros sobretudo nas horas de ponta, falta de profissionalismo por parte dos condutores e cobradores, fraca qualidade de fiscalização, mau estado mecânico dos autocarros e Pequena oferta de alternativa de mobilidade para atender o excesso de passageiros que dependem de transportes públicos.

O nível de satisfação das populações da região metropolitana de Maputo em relação aos serviços prestados pelas empresas de transportes rodoviários públicos que operam na região metropolitana de Maputo é baixo. Os nossos entrevistados reclamam entre vários aspectos os seguintes aspectos: O nível de satisfação dos clientes dos transportes públicos rodoviários varia consoante os diferentes atributos do serviço. O estudo indica que os clientes estão geralmente insatisfeitos com os serviços públicos de autocarros, com foco na pouca disponibilidade, pontualidade e segurança. Atributos como segurança, disponibilidade de espaço, limpeza e preços dos bilhetes impactam significativamente os níveis gerais de satisfação. Factores como desempenho pontual, velocidade de

deslocamento, frequência de serviço, comportamento do pessoal e limpeza do veículo são cruciais para a satisfação do cliente no transporte público. Adicionalmente, a importância dos diferentes atributos do serviço varia consoante as variáveis socioeconómicas e baseadas na mobilidade, destacando a necessidade de políticas direccionadas para aumentar a satisfação entre grupos de utilizadores específicos.

Muitos passageiros deixam para comprar a passagem em momentos antes do horário de embarque. Se por um lado os passageiros não conseguem comprar a passagem rapidamente devido à formação de grandes filas, por outro, não interessa à empresa iniciar a viagem com assentos não ocupados; Grandes filas geram tempo de espera muitas vezes excessivo, se não houver quantidade suficiente de atendentes nos guichês. Além disso, é possível que haja aumento das reclamações dos clientes com os atendentes, promovendo o descontrole dos atendentes em discussões indesejadas em alguns casos;

Para retirar a sua passagem, os passageiros que compraram pela Internet ou por telefone precisam entrar na mesma fila (fila única) dos demais clientes. Ou seja, além das facilidades da compra pela Internet não surtem o efeito desejado, ainda contribuem para prejudicar o processo de compra das passagens na rodoviária; Passageiros que compraram a passagem antecipadamente e chegaram ao terminal com antecedência ficam incomodados com a espera, saem do veículo e aguardam em pé a saída do ônibus;

Passageiros atrasados colocam a sua bagagem muito tempo depois dos demais, atrasando o início da viagem. A contagem (ou recontagem) final dos passageiros somente é feita quando todos estão supostamente em seus assentos; e Motoristas em atraso podem ser induzidos a cometer irregularidades no trânsito (ultrapassagens forçadas, excesso de

velocidade, e velocidades acima da média autorizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abenzoza, RF., Cats, O., & Susilo, YO. (2017). Travel Satisfaction with Public Transport: Determinants, User Classes, Regional Disparity and Their Evolution. *Transportation Research. Part A: Policy & Practice*, 95, 64–84. <https://doi.org/10.1016/j.tra.2016.11.011>.
- Dale, D. (2019). Preferences and Prudential Reasons. *Utilitas*.
- Aravind, M; Devi, T. R. & Nagamani, P. (2013). Transport-satisfaction of different levels of passenger's with reference to guntur apsrta region – A CASE STUDY. *G.J. C.M.P.*, Vol. 2(4):67-75 July-August, ISSN: 2319 – 7285. *Global Journal of Commerce & Management Perspective*.
- Bernini, C. & Lubisco, A. (2005). A new extension of dynamic simplex model for the public transport customer satisfaction. All the work was discussed and agreed by both authors. Cristina Bernini wrote sections 1, 2, 4, 5 and 7; Alessandro Lubisco wrote sections 3 and 6. *STATISTICA*, anno LXV, n. 4.
- Castro-Rivera, J; Morales-Rodríguez, M, L; Rangel-Valdez, N; Gómez-Santillán, C; Aguilera-Vázquez, L. (2022). Modeling Preferences through Personality and Satisfaction to Guide the Decision Making of a Virtual Agent. *Axioms*, 11, 232. <https://doi.org/10.3390/axioms11050232>. 2022.
- Chris, H. (2016). Desire-Fulfillment Theory. In *The Routledge Handbook of Philosophy of Well-Being*, ed. by Guy Fletcher (New York: Routledge).
- Dziaduch, I. (2023). Wrocław public transport passengers' satisfaction survey by means of csi and ipa. *economics and environment* 1(84). No. 1(84) 2023 • pages: 149-171 DOI: 10.34659/eis.2023.84.1.527.
- Ganiyu, R. A; Uche, I. I; Elizabeth, A. O. (2012). Is Customer Satisfaction an Indicator of Customer Loyalty?. *Australian Journal of Business and Management Research* Vol.2 No.07 [14-20] | October.
- Haryadi, B; Damayanti, B; Lieta Alam, M; Narendra, A. & Purnomo, A. (2022). Passenger's level of satisfaction with and loyalty to trans semarang bus services. *EIC-. IOP Conf. Series: Earth and Environmental Science* 1203 (2023) 012024 IOP Publishing doi:10.1088/1755-1315/1203/1/012024.
- Inturri, G; Giuffrida, N; Le Pira, M; Fazio, M; Ignaccolo, M. (2021). Linking Public Transport User Satisfaction with Service Accessibility for Sustainable Mobility Planning. *ISPRS Int. J. Geo-Inf.* 10, 235. <https://doi.org/10.3390/ijgi10040235>. 2021.
- Kovanič, L. (2013). Determination of elevator shaft uprightness applying the terrestrial laser scanning method. *GeoScience Engineering*, Volume LIX, No.3 <http://gse.vsb.cz> p. 6-20, ISSN 1802-5420. 2023.
- Imam, R. (2014). Measuring Public Transport Satisfaction from User Surveys. *International Journal of Business and Management*; Vol. 9, No. 6; ISSN 1833-3850 E-ISSN 1833-8119 Published by Canadian Center of Science and Education.
- Marques, M. L. (2000). Funcionamento do Discurso Político Parlamentar – a organização enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo, Braga, CEHUM – Universidade do Minho.

- Mei, A. W. (2014). Pengaruh kualitas pelayanan transportasi umumbus trans jogja terhadap kepuasan konsumen. Jurusan Manajemen Fakultas Ekonomi, Universitas Negeri Yogyakarta. Jurnal Ilmu Manajemen, Volume 11, Nomor 2, April.
- Merlin, C. (2018). Effectivity and Reducibility with Ordinal Turing Machines. 018arXiv:1811. 11630v3 [math.LO] 5 2Dec.
- Mokonyama, M; Lehasa, S. & Venter, C. (2010). Unravelling public transport customer SATISFACTION AND DISSATISFACTION DYNAMICS IN THE HIGH-END MIDDLE CLASS MARKET. Proceedings of the 29th Southern African Transport Conference (SATC 2010) 16 - 19 August 2010 Proceedings ISBN Number: 978-1-920017-47-7 Pretoria, South Africa Produced by: Document Transformation Technologies cc Conference organised by: Conference Planners.
- Ortiz, S; Ndoeye, M; Castro-Sitiriche, M. (2021). Satisfaction-Based Energy Allocation with Energy Constraint Applying Cooperative Game Theory. Energies, 14, 1485. <https://doi.org/10.3390/en14051485>.
- Singh, S. (2016). Assessment of passenger satisfaction with public bus transport services: a case study of lucknow city (india). Studies in Business and Economics no. 11(3)/2016. DOI 10.1515/sbe-2016-0039.
- Santagostino, D. G.; & Santagostino, A. L. (2023). Patient's punctuality in an outpatient clinic: the role of age, medical branch and geographical factors.
- Shu-Fen, T.; Ching-Sheng, H.; & Yan-Ting W. (2022). A Loyalty System Incorporated with Blockchain and Call Auction. J. Theor. Appl. Electron. Commer. Res. 2022, 17, 1107–1123. <https://doi.org/10.3390/jtaer17030056> <https://www.mdpi.com/journal/jtaer>.
- Suryani, F. M; Mutiawati, P; Faisal, R. (2023). The influence of service performance and passenger satisfaction on public transport loyalty in a small city in a developing country. Journal of Applied Engineering Science Vol. 21, No. 2, www.engineeringscience.rs.
- Yu, X.; & Hidden D. (2022). A Unified Strategy for Defending the Desire-Satisfaction Theory. The Ohio State University, Columbus, Ohio, USA. Utilitas (2022), 34, 445–460 doi:10.1017/S0953820822000309.

31 - 03 | 2025**DETERMINANTES SÓCIO-ECONÓMICOS ASSOCIADOS À
PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE****Socioeconomic determinants associated with agricultural productivity in
Mozambique****Determinantes socioeconómicos asociados a la productividad agrícola en
Mozambique****José Eugénio Travasso Faria¹**¹*Mestre em Desenvolvimento Agrário. Professor do Instituto Superior Mutasa. email:
pebane2021@gmail.com*Autor para correspondência: pebane2021@gmail.com**Data de recepção: 17-01-2025****Data de aceitação: 02-03-2025****Como citar este artigo:** Faria, J. E. T. (2025). Determinantes sócio-económicos associados à
produtividade agrícola em Moçambique. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp.
185-196. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.**RESUMO**

Esta pesquisa, situada no campo da "Questão Agrária", tem o objetivo investigar os determinantes socioeconômicos associados à produtividade agrícola em Moçambique, contribuindo para o entendimento crítico do impacto dessa produtividade no crescimento econômico do país. Utilizando uma metodologia de análise bibliográfica e documental fundamentada no método do materialismo histórico, a pesquisa examina os determinantes socioeconômicos associados à produtividade agrícola. Os resultados da pesquisa revelam que o setor agrário em Moçambique é caracterizado pela utilização limitada de serviços de extensão, acesso restrito a informações sobre preços de mercado e acesso limitado a serviços financeiros. Esta falta de investimentos essenciais restringe o potencial produtivo do setor agrário, limitando as oportunidades de crescimento e desenvolvimento econômico.

Palavras-chave:Agricultura,
determinantes socioeconômicos,
produtividade agrícola.**ABSTRACT**

This research, situated in the field of the "Agrarian Question," aims to investigate the socioeconomic determinants associated with agricultural productivity in Mozambique, contributing to a critical understanding of the impact of this productivity on the country's economic growth. Utilizing a methodology of bibliographic and documentary analysis based on the method of historical materialism, the research examines the socioeconomic determinants associated with agricultural productivity. The research results reveal that the agrarian sector in Mozambique is characterized by limited use of extension services, restricted access to market price information, and limited access to financial services. This lack of essential investments restricts the productive potential of the agrarian sector, limiting opportunities for growth and economic development.

Keywords: Agriculture, socioeconomic determinants, agricultural productivity.

RESUMEN

Esta investigación, situada en el campo de la “Cuestión Agraria”, tiene como objetivo investigar los determinantes socioeconómicos asociados a la productividad agrícola en Mozambique, contribuyendo a la comprensión crítica del impacto de esta productividad en el crecimiento económico del país. Utilizando una metodología de análisis bibliográfico y documental basada en el método del materialismo histórico, la investigación examina los determinantes socioeconómicos asociados a la productividad agrícola. Los resultados de la investigación revelan que el sector agrícola en Mozambique se caracteriza por un uso limitado de los servicios de extensión, un acceso restringido a la información sobre los precios del mercado y un acceso limitado a los servicios financieros. Esta falta de inversiones esenciales restringe el potencial productivo del sector agrícola, limitando las oportunidades de crecimiento y desarrollo económico.

Palabras clave: Agricultura, determinantes socioeconómicos, productividad agrícola

INTRODUÇÃO

A produtividade agrícola em Moçambique é influenciada por uma variedade de fatores socioeconômicos que desempenham um papel crucial na determinação da eficiência e do rendimento das atividades agrícolas. Estes fatores podem ser categorizados em várias dimensões, incluindo, mas não se limitando a, aspectos demográficos, educacionais, infraestruturais, de acesso a recursos e políticas públicas.

Dada a complexidade da questão da produtividade agrícola, nesta pesquisa restringe-se para uma análise crítica das determinantes socioeconômicas a ela associadas. Neste estudo, será dada especial atenção às questões relacionadas ao acesso

a recursos financeiros, como crédito agrícola e aos serviços de extensão agrária, visto que constituem umas determinantes cruciais da produtividade agrícola. A agricultura é uma das principais fontes de emprego e renda em muitos países, especialmente nos países em desenvolvimento. Estudos sobre produtividade podem ajudar a identificar métodos mais eficientes de produção, contribuindo para a redução da fome e da desnutrição.

Em África, a atividade agrícola desempenha um papel dominante no cenário econômico, representando não apenas uma significativa fonte de emprego e renda para a maioria da população, mas também uma importante fonte de receita governamental, derivada da exportação de produtos agrícolas e da pesca. Em Moçambique, a agricultura é a principal fonte de renda, empregando mais de 80% da população e contribuindo com cerca de 25% do Produto Interno Bruto (INE, 2010). Cerca de 3,9 milhões de famílias praticam agricultura em regime de sequeiro no seu local de residência em Moçambique, em parcelas de terra em média de 1,1 hectares (Mader, 2020).

Nos últimos anos, a agricultura em Moçambique exhibe uma tendência de declínio na produção per capita, na área média por exploração e na produtividade dos fatores (Carrilho & Ribeiro, 2020). Os determinantes sócios econômicos, como as dinâmicas nos mercados de bens e serviços e a capacidade financeira do país para apoiar o desenvolvimento agrícola, juntamente com a limitada utilização de serviços de extensão agrícola e fertilizantes, têm sido identificados como fatores restritivos na produção agrícola. Portanto, esta pesquisa pretendemos avaliar até que ponto os insumos agrícolas incluindo a utilização de fertilizantes e pesticidas, bem como, capacidade financeira do país influenciam na produtividade da agricultura em Moçambique?

Neste contexto, o objetivo geral desta pesquisa é investigar os determinantes

socioeconômicos que afetam a produtividade agrícola em Moçambique, contribuindo para o entendimento crítico do impacto dessa produtividade no crescimento econômico do país. Especificamente a pesquisa visa analisar a influência dos serviços de extensão agrícola na produtividade agrícola em Moçambique; examinar o acesso dos agricultores a informações sobre preços de mercado; e avaliar a disponibilidade e o impacto dos serviços financeiros e de crédito para os agricultores.

Os estudos dos determinantes socioeconômicos associados à produtividade agrícola em Moçambique são escassos na literatura existente. A grande maioria dos estudos referentes a produtividade agrícola concentra-se em escalas globais e continentais, com pouca atenção voltada para análises em escalas locais, como a unidade de produção. Assim, investigar os determinantes socioeconômicos em Moçambique poderá contribuir para o desenvolvimento da economia local e consequente a erradicação da insegurança alimentar.

O estudo é organizado em cinco seções, além da introdução. Na primeira parte, aborda-se o tema central, o problema de estudo, questões inerentes à originalidade do estudo, seu potencial de multiplicação e a relevância dos resultados esperados. A segunda parte destaca o referencial teórico. A terceira seção é reservada para a apresentação da metodologia utilizada. A quarta seção são analisados e interpretados os dados coletados e última parte apresentam se as referências bibliográficas.

Referencial teórico

A pesquisa situa-se no campo da “Questão Agrária”. Atualmente, prevalece o consenso que a “Questão Agrária” representa um campo de estudo científico que se dedica a estudar, de maneira abrangente ou em contextos particulares, como cada sociedade organiza, ao longo de sua história, o uso, a posse e a propriedade da terra. Estas três dimensões apresentam

atributos distintos, ainda que sejam interdependentes. A “Questão Agrária” é o resultado do desenvolvimento desigual da produtividade entre agricultura camponesa e agricultura capitalista (Amin, 2012). Podemos medir a produtividade bruta do trabalho agrícola pela produção de cereais por trabalhador agrícola por ano.

Em pouco mais de meio século, a disparidade entre a produtividade da agricultura menos produtiva do mundo, que é exclusivamente realizada com o uso de ferramentas manuais (tais como enxada, pá, faca etc.), e a agricultura mais avançada e bem equipada do momento, de fato, se acentuou: passou de 1 contra 10 no período do entre as guerras mundiais, para 1 contra 2.000 no final do século XX (Mazoyer & Laurence, 2009). Isso implica que o progresso da produtividade na agricultura e na produção de alimentos foi muito mais desigual do que em qualquer outra área. Concomitantemente, essa evolução resultou na redução dos preços relativos dos produtos alimentícios (em comparação com outros produtos industriais e de serviços) para cerca de um quinto do que eram há cinquenta anos.

Por outro lado, “os sistemas de agricultura camponesa ainda constituem a ocupação de quase metade da humanidade, ou seja, três bilhões de seres humanos” (Amin, 2012, p.12). Esses sistemas agrícolas se dividem entre aqueles que se beneficiaram da revolução verde (fertilizantes, pesticidas e sementes selecionadas), mas ainda operam com pouca mecanização, com uma produção variado entre entre 100 e 500 quintais por agricultor, e outro grupo excluído dessa revolução, com uma produção estimada em torno de 10 quintais por agricultor.

A “Questão Agrária” tem sido caracterizada pela articulação de respostas de certas organizações políticas determinadas e por situações circunstâncias particulares. Particularmente, os dois eminentes clássicos sobre o tema, ambos publicados em 1899, "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia" (Lênin, 1899/1969)

e "A Questão Agrária" (Kautsky, 1899/1980), podem ser devidamente apreendidos no contexto das lutas políticas em que se inseriam seus autores, sendo mais apropriado entendê-los como reflexos intrínsecos dessas lutas do que meras aplicações de uma doutrina elaborada, ainda que de forma incipiente, sobre as leis gerais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura (Abromovay, 1998).

Para efeito, é essencial considerar não apenas a dimensão económica, mas também a política e ideológica, a fim de compreender as dinâmicas subjacentes, as alianças e os conflitos, os interesses convergentes e divergentes, bem como a postura dos produtores em relação no modo de produção capitalista. Assumimos como método científico de abordagem e foco de análise, a orientação marxista (materialismo histórico e dialético), que sugere que a "Questão Agrária" possui uma dimensão sócio económica e histórica, pois a sua gênese deriva do processo de acumulação primitiva do capital. Segundo esta perspectiva, o modo de produção local e as relações de produção determinam como os trabalhadores agrários as suas terras e as transformações que se registam. O modelo de desenvolvimento agrário em Moçambique converge e atende às demandas da acção capitalista e os agricultores procuram ajustar-se a novos contextos, simultaneamente através de processos de resistência e/ou de integração perante a penetração do capital e novas formas de mercado (Bruna, 2017).

Em Moçambique os serviços básicos de sanidade vegetal e animal, de investigação e de extensão agrárias, de estatística, de fiscalização e controle de qualidade, de proteção e desenvolvimento do material genético, de imposição da lei e solução das distorções de mercado perderam prioridade em relação dos interesses privados localizados e pontuais (Carrilho; Ribeiro, 2020). Conforme aponta Mosca (2023) em Moçambique, a colonização até o final do século XIX, pode ser caracterizada predominantemente como uma estratégia

de exploração, sendo orientada principalmente para a extração de mão de obra (por meio da escravidão) e recursos naturais (tais como marfim, ouro e gemas preciosas), em algumas regiões voltadas também para a produção de produtos agrícolas-commodities.

A partir desse período, a estrutura económica se delineia em torno de quatro eixos fundamentais, que se influenciam reciprocamente: (1) a relação com Portugal, que se caracteriza por um enfoque na agricultura voltada para exportação e abastecimento da indústria metropolitana, especialmente na área têxtil, além do desenvolvimento do capitalismo decorrente do aumento da imigração de colonos, que faz parte da estratégia de ocupação política e económica; (2) a integração regional, em especial com a África do Sul e a então Rodésia do Sul, através da exportação de mão de obra e da prestação de serviços de transporte ferroviário e rodoviário e para esses territórios, envolvendo mercadorias e pessoas, com a utilização dos portos de Lourenço Marques e Beira; (3) o que Leite (1999) denominou de "eixo do Índico", que se relaciona sobretudo com a Índia, predominantemente através de trocas comerciais; e (4) a emergência de um capitalismo interno, baseado na agricultura, na indústria agroindustrial e alimentar, na indústria de substituição de importações e na construção civil (cimento, imobiliária e infraestruturas).

De acordo com a linha de pensamento de Bebbington (1999), as estratégias de subsistência estão intrinsecamente vinculadas à capacidade das famílias de obter diversos tipos de capitais, tais como o capital humano, físico e social. Em virtude de períodos prolongados de conflito armado e de políticas coloniais desfavoráveis à educação em Moçambique, os níveis de instrução permanecem consideravelmente reduzidos em comparação com outras nações em desenvolvimento. Consequentemente, as estratégias de subsistência da população rural baseiam-se predominantemente em atividades

agrícolas e pecuárias, bem como na exploração de recursos naturais, tais como o corte e comércio de caniços e estacas, e a coleta de mel. Os pobres seriam desproporcionalmente afetados por um sistema agrário ineficaz, pois estes gastam a maior parte dos seus rendimentos em despesas alimentares (Kalecki, 1993).

A crescente precarização das condições de trabalho, o fraco desempenho da agricultura familiar, as políticas e os movimentos políticos observados entre os agricultores constituem manifestações contemporâneas evidenciando a crescente subordinação da agricultura à lógica capitalista. Nesse contexto, verifica-se a diferenciação social entre os agricultores familiares, dado que o avanço socioeconômico de determinados agricultores coexiste ao mesmo tempo em que outros veem a sua reprodução social comprometida.

Na África subsahariana, o padrão de “ajuste setorial” na agricultura sob a custódia das instituições de Bretton Woods tem sido inequivocamente voltado para a destruição da segurança alimentar. A dependência em relação ao mercado mundial foi reforçada, a “ajuda alimentar” para a África subsahariana aumentou mais de sete vezes desde 1974, e as importações comerciais de grãos mais que dobraram. Assim “as importações de grãos para a África subsahariana aumentaram de 3,72 milhões de toneladas em 1974 para 8.47 milhões de toneladas em 1993. Ajuda alimentar aumentou de 910 000 toneladas em 1974 para 6.64 milhões de toneladas em 1993” (Chossundovsky, 2003, p. 99).

Portanto, na visão de Chossundovsky (2003) a análise das estratégias de reprodução fundamenta-se na premissa de uma agricultura familiar submetida à mercantilização. Nessa perspectiva, procura-se examinar de que maneira as estratégias de reprodução dos agricultores são influenciadas pelas transformações impostas pelo capitalismo nas configurações socioeconômicas. No entanto, as dinâmicas da agricultura familiar estão cada vez mais influenciadas

pela globalização e pela integração nos mercados agrícolas globais. As pressões externas, como políticas econômicas neoliberais, investimentos estrangeiros e mudanças climáticas, têm impactado significativamente a estrutura agrária do país, levando a transformações na produção, distribuição e acesso aos alimentos. Essas transformações, por sua vez, têm repercussões diretas na incidência da fome e na segurança alimentar das populações rurais e urbanas.

Daí cabe à família, por meio do núcleo doméstico, a prerrogativa de determinar as estratégias de reprodução a serem adotadas, com base nas circunstâncias imperativas enfrentadas por seus membros. A estrutura da ocupação da terra mudou radicalmente e está agora passando por uma reconfiguração no âmbito de uma nova forma mercantilizada de ocupação da terra. Em conjunto, esses fenômenos afetam a formação de classes, a organização sócio-política futura e, por extensão, questões de acesso à terra e posse de terras. As populações agrária experimentam dois ciclos de desapropriação e reintegração de posse de terra. Primeiro, nas mãos dos portugueses, e segundo, nas mãos do governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) no período da coletivização (Tanner, et al., 1993).

Em Moçambique a sustentação do sistema de agricultura familiar ocorre por meio do aumento de explorações, progressivamente menores, que acompanham a dinâmica demográfica, resultando em um desmatamento sistemático sem expansão da área total. Além disso, verifica-se uma baixa adoção de tecnologias, vulnerabilidade a flutuações meteorológicas e uma perda anual de floresta estimada entre 3% e 4% da área cultivada (Carrilho; Ribeiro, 2020). Apesar de desempenhar um papel significativo na produção de alimentos e no uso da terra, o setor familiar agrário apresenta uma integração apenas parcial no mercado.

Nota-se que, à medida que o modo de produção capitalista se aprofunda,

intensificando suas contradições e gerando uma nova configuração entre as classes sociais, surgem novas demandas para o Estado. Essas demandas exigem do Estado uma maior funcionalidade em relação à lógica do monopólio. Facto que ficou conhecido por “refuncionalização do Estado”, em que a instância estatal passa a desempenhar uma série de funções destinadas a subsidiar as necessidades do capital na fase do monopólio (Netto, 1996). Diante de tal fenómeno, o capital financeiro aliado aos capitais nacionais desenvolve uma nova forma de enfrentar a crise por um lado ampliando a exploração do trabalhador e por outro lado subjugando os pequenos e médios capitais. Surge assim o projeto neoliberal. A pragmática neoliberal configura-se, assim, como estratégia hegemônica de reestruturação de capital face à crise e às lutas de classes, e que deriva basicamente em três frentes articuladas: “o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas reestruturação produtiva e (contra) -reforma do Estado” (Montaño, 2003, p. 26). Assim, no capitalismo concorrencial, o Estado atua para assegurar o funcionamento da ordem burguesa, frequentemente por meio da repressão, em resposta às demandas dos trabalhadores. Entretanto, com o advento do monopólio, o Estado assume diretamente a responsabilidade pela preservação física e o controle ideológico dos trabalhadores.

As políticas sociais e as instituições desempenham objetivamente essas funções, garantindo certa renda para sustentar o consumo do trabalhador e sua família, por um lado, e, por outro lado, promovendo a homogeneização do discurso e do ideário burguês entre os trabalhadores (Netto, 1996). Esse redirecionamento visa atender exclusivamente a sectores de necessidades específicas, o que acaba por permitir a sua precarização. Além disso, essas políticas são descentralizadas administrativamente, resultando em regiões carentes tendo que lidar com a

administração de recursos insuficientes para atender suas demandas (Montaño, 2003).

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida através de procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica e documental, com análises qualitativas. A metodologia proposta permitiu uma análise abrangente e crítica dos determinantes socioeconômicos que afetam a produtividade agrícola em Moçambique, contribuindo para um entendimento mais profundo de como esses fatores influenciam o desenvolvimento econômico do país. Ademais, a combinação de pesquisa bibliográfica e documental forneceu uma base sólida para discutir implicações políticas e práticas agrícolas no contexto moçambicano. A pesquisa foi conduzida de maneira não sistemática, integrando as fontes consultadas com base no meu conhecimento e experiência acumulados ao longo dos anos. A pesquisa bibliográfica envolveu a revisão da literatura acadêmica existente sobre a produtividade agrícola, tanto em Moçambique quanto em contextos semelhantes. A bibliografia consultada foi selecionada com foco em estudos publicados nos últimos 20 anos para garantir relevância e atualidade. Para tal, foram identificados livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações relevantes sobre o tema. Foram consultados relatórios de instituições como o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Banco Mundial.

A análise e o tratamento dos dados foram com base na análise de conteúdo, que consistiu na análise interpretativa dos dados categorizados, buscando compreender as relações e impactos dos determinantes socioeconômicos na produtividade agrícola. Por fim, fizemos a triangulação dos dados, que consistiu na comparação

entre dados bibliográficos e documentais para garantir a validade e confiabilidade dos achados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão analisados e interpretados os dados coletados sobre os determinantes socioeconômicos associados à produtividade agrícola em Moçambique. A investigação focou-se em identificar e avaliar os principais fatores que influenciam a eficiência e o rendimento das atividades agrícolas, fornecendo uma visão abrangente sobre como diferentes aspectos socioeconômicos interagem para moldar os resultados agrícolas. A análise dos dados será estruturada de maneira a abordar sistematicamente os vários determinantes identificados, incluindo fatores como as dinâmicas nos mercados de bens, o acesso aos serviços de extensão agrária e a capacidade financeira do país para apoiar o desenvolvimento agrícola.

Determinantes socioeconômicos associados à produtividade agrícola

O primeiro fator determinante é a desproporção de alocação dos recursos financeiros governamentais destinados à agricultura, quando comparados com outros

sectores da economia. Conforme defende Nova et al. (2019, p. 3), (1) as dotações orçamentais para o sector agrário, entre os anos 2001 e 2018, foram, em média, de cerca de 4% do total orçamento para o sector público; (2) este sector absorveu cerca de 21% do investimento aprovado pelo então Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APIEX) entre 2001 e 2017, sendo este maioritariamente em capital estrangeiro; (3) a agricultura obteve cerca de 8% do crédito total para a economia entre 2001 e 2017, com tendência baixar (3,5% em 2017); e, (4) no mesmo período, a balança comercial permaneceu crescentemente deficitária.

Entre 2020 e 2021, a média anual alocada para a agricultura foi aproximadamente 9,6% e 5,5% do orçamento total do Estado, conforme reportado pelos Indicadores Básicos de Agricultura e Alimentação (2020-2022), como ilustra o gráfico 1. Estes valores estão abaixo da meta estabelecida pelo Programa Compreensivo para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), que era de 10%. Posteriormente, em 2022, a porção destinada à agricultura subiu para apenas 15.1% do orçamento da Conta Geral de Estado.

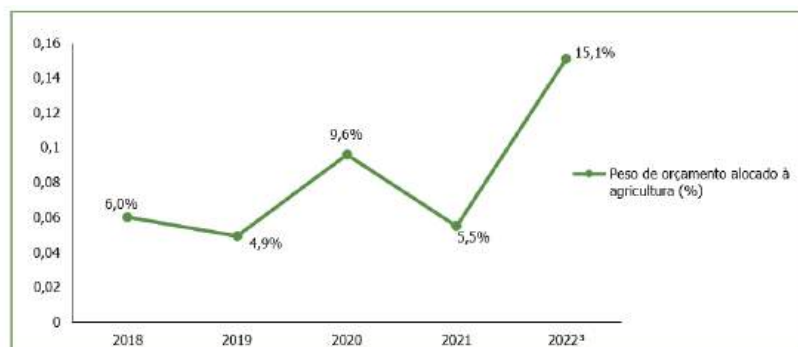


Gráfico 1 Orçamento alocado à agricultura em Moçambique, 2018-2022.

Segundo os IBAA- Indicadores Básicos de Agricultura e Alimentação (2019), o peso do PIB do sector agrário a preços constantes, ano base de 2014, que se estabilizou em torno de 23%, entre 2015 e 2019, tendo a respectiva taxa de crescimento registado 1,2% em 2019,

abaixo da média nacional que foi de 2,3% face a 2018. O orçamento do Estado alocado ao setor continuou abaixo de 10% em todo quinquénio, tendo-se fixado em 4,9% em 2019.

A mecanização agrícola, medida pelo número de tratores alocados pelo Fundo do

Desenvolvimento Agrário ao sector privado para agricultura familiar, reduziu, ao partir de 361 em 2015 para 26 unidades em 2019. No entanto, a área lavrada pelos provedores deste serviço e os produtores beneficiados aumentaram 97% e 78% respectivamente entre 2015 e 2019.

O crédito concedido ao sector agrícola manteve-se insignificante no período 2018 a 2022 se comparado com o resto da economia ao corresponder a um peso de 4% em 2018 e 5% em 2020, conforme revela a tabela 1.

Tabela 1: Crédito do sector agrícola e pesqueiro (10⁶ Mt), 2018-2022.

Actividade/Cultura	2018	2019	2020	2021	2022
Total do crédito à economia	213 861	218 740	239 745	246 817	240 977
Agricultura	5 429	5 769	8 102	4 838	4 508
Total agrícola	7 610	8 112	12 304	6 737	6 326
Chá	644	1 393	1 117	1 033	680
Açúcar	594	666	1 244	556	738
Cajú	1 472	828	895	551	352
Sisal	41	-	-	7	8
Copra	102	73	110	16	-
Algodão	693	769	1 051	349	79
Outros	1 883	2 040	3 684	2 326	2 652
Pecuária	510	864	1 214	816	859
Silvicultura e exploração florestal	157	163	324	44	70
Pescas	1 514	1 316	2 665	1 038	888

Segundo os resultados do estudo realizado por Mosca e Abbas em 2021, revelam: (1) a nível geral, existem muito baixas relações dos pequenos e médios produtores com os serviços financeiros (cerca de 1% obtém crédito; 8% pertence a um grupo de poupança e 19% dos agricultores têm pelo menos um membro da família que possui uma conta bancária, verificando-se, porém, alguma massificação do acesso ao sistema financeiro através de redes móveis; (2) em nenhuma província mais de 1% dos agricultores obtém crédito bancário; (3) o número de agricultores com empréstimos bancários aumenta com o tamanho das explorações, abrangendo cerca de 4% dos agricultores com mais de 10 hectares de terra; (4) as províncias com maior percentagem de agricultores que afirmam pertencer a uma associação de poupança ou crédito, são: Gaza (20%), Manica (14%), Sofala (12%), Maputo Província (11%) e Nampula (10%).

O segundo fator que impacta na produtividade da agricultura é o uso de tecnologias na agricultura familiar e

assistência técnica de serviços de extensão. Segundo (IAI, 2020), indica que existem no país cerca de 4,3 milhões de explorações agro-pecuárias, das quais 4 167 702 (97,8%) são pequenas, 93 183 (2%) são médias, e 873 (<1%) são grandes explorações. Do total de cerca de 4,3 milhões de explorações (pequenas e médias), cerca de 6,9% receberam informação ou conselho técnico de extensão, 39,9% tiveram acesso à informação sobre preços. Uma das razões que explicam a escassez de oferta de crédito no âmbito do sector agrícola reside, por um lado, na consideração de sua natureza como uma atividade caracterizada por longos ciclos de rotação produtiva e pela necessidade de capital a médio e longo prazo (Mosca; Nova, 2023).

Este fator implica uma maior exposição a riscos variados, tais como condições climáticas adversas, doenças e pragas, além de flutuações potenciais no mercado financeiro, como variações nas taxas de juros e nos prazos de empréstimo. A área cultivada foi de cerca de 5,5 milhões de

hectares, onde 5,5% das explorações utilizaram pesticidas nos seus campos, 8,8% usaram estrume, 7,8% utilizaram fertilizantes químicos e 9,1% usou a rega.

Tabela 2: Percentagem de explorações beneficiária de assistências de serviços de extensão (%)

Província	Tamanho da exploração (hectares)								
	<0.5	0.5 - 1	1-2	2-5	5-10	10-20	20 - 30	30 - 100	Total
Cabo Delgado	0	5	4	9	6	50		0	6
Gaza	0	5	10	11	14	5	0	25	9
Inhambane	3	3	5	8	13	17	13	50	5
Manica	0	5	9	13	19	24	60	0	11
Maputo Província	1	3	7	7	19	13	0	0	6
Nampula	0	3	4	8	11	19	75	0%	5
Niassa		6	7	11	16	25	100	100	8
Sofala	0	17	24	31	39	67	33	50	26
Tete	0	3	6	6	8	18	0	0	6
Zambézia	0	2	4	5	14	15	40	0	4
Nacional	1	4	7	11	15	22	22	17	7

De acordo com os resultados do estudo realizado por Mosca e Abbas (2021), conforme apresentado na Tabela 2, com exceção do último estrato (explorações com áreas entre 30 e 100 hectares), a assistência técnica aos produtores por meio da rede de extensão rural aumenta com o tamanho das explorações. As províncias de Sofala e Manica destacaram-se em 2019/2020, com 26% e 11% dos produtores, respectivamente, recebendo informações ou orientações de um agente de extensão rural. Por outro lado, os agricultores que receberam menos assistência foram aqueles nas províncias de Zambézia (4%), Nampula e Inhambane (5%), Cabo Delgado, Maputo e Tete (6%). A nível nacional, a extensão abrangeu 7% dos produtores.

O estudo citado também revela que 85% dos agricultores, aplicaram as recomendações técnicas dos extensionistas em quase todos os escalões, com exceção dos agricultores com menos de 0,5 hectares, nos quais a percentagem foi de 67%. Observa-se uma maior adoção à medida que o tamanho das explorações aumenta: 85% dos agricultores que cultivam entre 0,5 e 1 hectare afirmaram implementar 85% das sugestões técnicas, seguidos por aumentos ligeiros, atingindo 93% entre 10

e 30 hectares, e 100% para aqueles que trabalham entre 30 e 100 hectares. A nível nacional, e para todos os estratos de produtores, 87% afirmaram aderir às orientações técnicas. A província de Sofala destaca-se com 95%, enquanto Cabo Delgado, registou 79%.

As percentagens dos que disseram adoptar podem revelar: (1) aceitação/recepção para incorporação de novas técnicas produtivas, o que pode significar boa receptividade à inovação; (2) reconhecimento e confiança no trabalho dos extensionistas. A utilização de tecnologias aprimoradas permaneceu em patamares reduzidos entre 2002 e 2008, período no qual foram registrados os dados do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA). Por exemplo, o uso de pesticidas diminuiu de 7% em 2002 para 4% em 2008, e o acesso aos serviços de extensão declinou de 14% em 2002 para 8% em 2008.

Desde o período colonial, a adopção de serviços e tecnologias agrícolas tem variado, primordialmente em relação ao tamanho das propriedades rurais. No contexto do sector de produção de pequena escala, as práticas tecnológicas baseiam-se predominantemente em técnicas que dependem da mão de obra familiar. O uso de fertilizantes químicos e pesticidas tem

historicamente possuído importância limitada e mantém-se de relevância reduzida (Mosca, 2023).

Em 2006, a República Federal da Nigéria sediou o Summit sobre Fertilizantes da África sob os auspícios da União Africana (AU), como parte integrante da iniciativa da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). O resultado deste encontro foi a formulação da "Declaração de Abuja para a Revolução Verde Africana", na qual os Estados-membros da UA se comprometeram, até 2015, a otimizar o uso de fertilizantes para uma média de 50 kg/ha. Para alcançar esse objetivo, implementaram um plano de ação que incluía subsídios para aprimorar o acesso dos agricultores de pequena escala a fertilizantes. O programa proposto para Moçambique diferentemente do programa do Malawi, focaliza num segmento específico de 145 000 produtores comerciais que tem capacidade de produzir grandes volumes (acima de 10 toneladas de cereais) e de ter um impacto mais eficiente na produção em função de sua experiência comprovada na agricultura (Guanziroli; Guanziroli, 2015). Observa-se que o valor médio de uso de fertilizante cresceu de 708 para 821 meticais de 2002 (16%), e apenas 7% dos agregados familiares utilizaram fertilizantes em algum momento, enquanto um pouco mais de 10% utilizaram pesticidas.

Em relação à prestação de assistência à produção, o número total de profissionais de extensão agrícola era de 2 025 em 2013 e aumentou para 2 794 em 2018, abrangendo a extensão pública, que expandiu de 1 137 para 1 863, a extensão conduzida por empresas, que cresceu de 281 para 510, e a extensão promovida por organizações não governamentais, a qual diminuiu de 607 para 421 extensionistas. O serviço de extensão oferece suporte a cerca de 20% dos agricultores, com uma frequência limitada de visitas por agricultor, contrastando com a meta estabelecida de 100% até 2018, conforme

estipulado pelas Metas de Malabo." (Carrilho; Ribeiro, 2020).

Embora tenha um papel significativo na produção de alimentos e na ocupação de terras, o sector familiar tem integração parcial no mercado. O Estado exonerou-se na criação das condições necessárias para fortalecer sua capacidade de resistência frente a uma série de choques climáticos e imperfeições do mercado. No entanto, essa exoneração não se estendeu às médias e grandes empresas rurais, associadas aos interesses privados das elites políticas e económicas em âmbitos locais, centrais e internacionais. É nessa perspectiva que Montañó (2003) afirma que o Estado abdicou de criar as condições necessárias para fortalecer sua resiliência em face de vários choques climáticos e imperfeições do mercado. As instituições públicas do sector transferiram para empresas, Organizações não Governamentais (ONG's), que adiante se designa por "terceiro setor" e projetos a responsabilidade pela intermediação direta com os pequenos produtores.

As instituições públicas do sector transferiram para as empresas, ONG's e projetos a responsabilidade pela ligação direta com o pequeno produtor (Carrilho; Ribeiro, 2020). Boughton et al., (2007), Mather et al., (2011) defendem que não obstante a importância de mercados agrícolas na redução da pobreza (a participação nos mercados ainda é reduzida devido à baixa produção, falta de agro processamento, elevados custos de transporte e algumas vezes, a ausência de vias de acesso ligando as zonas de maior potencial produtivo às zonas deficitárias, entre outros aspectos.

Em 2002, apenas 3,4% dos agregados familiares vendeu arroz, e destes, cerca de 40% encontravam-se na província da Zambézia. Em 2002, o milho constituía o produto básico alimentar mais comercializado no país, correspondendo a cerca de 84% do volume total de cereais comercializados, e cerca de 44% do valor total de comercialização de culturas

alimentares. Cerca de 30% de agregados familiares vendeu milho em 2002 (Boughton et al., 2007). Em 2012 apenas 18% dos agregados familiares vendeu milho, com apenas 1,2% em Gaza e 33% na Zambézia. Considerando que nem todos pequenos produtores possuem a capacidade financeira de se tornarem comercialmente viáveis no curto ao médio prazo, agregados familiares que não consigam reunir os meios necessários, não poderão escapar da pobreza através da participação no mercado (Boughton et al., 2007). A frequência e o volume de comercialização dos produtos agrícolas são significativamente menores entre os pobres.

CONCLUSÕES

A análise dos determinantes socioeconómicos associados à produtividade agrícola revelou a complexidade e a interdependência dos fatores que influenciam a eficiência agrícola em Moçambique. Este estudo forneceu uma visão abrangente sobre como fatores, financeiros e de extensão agrícola moldam os resultados agrícolas. O acesso a crédito agrícola, subsídios e serviços de extensão agrícola foram confirmados como sendo os principais determinantes da produtividade agrícola. Agricultores com acesso a recursos financeiros têm maior capacidade de investir em insumos de alta qualidade e tecnologia, resultando em rendimentos mais elevados.

Os serviços de extensão agrícola, o acesso a informações sobre os preços de mercado e a disponibilidade de serviços financeiros e de crédito são consideravelmente limitados em todo o território nacional. A análise efetuada revela, no entanto, que os benefícios desses serviços aos produtores aumentam conforme o tamanho das explorações agrícolas. Os pequenos produtores, em particular, são os menos beneficiados pelos serviços ao produtor, tanto públicos quanto privados. A restrição ao acesso de serviços de extensão limita a disseminação de conhecimentos e

tecnologias agrícolas inovadoras, enquanto a escassez de informações sobre preços de mercado impede que os produtores obtenham preços justos por seus produtos. Evidências indicam que a introdução de crédito neste setor pode interromper a persistência da pobreza, permitindo que agricultores de baixa renda tenham acesso aos fertilizantes e, portanto, maximizem sua função de produção de maneira incondicional, resultando em um aumento significativo do lucro em uma função de produção eficiente. Essa compreensão mais profunda das necessidades e potenciais dos agricultores familiares sugere que políticas e programas agrícolas devem ser orientados não apenas para fornecer insumos e conhecimentos técnicos, mas também para garantir o acesso a crédito e serviços financeiros adequados. Além disso, estratégias que visem reduzir os custos de produção, como subsídios para insumos agrícolas, podem desempenhar um papel crucial na melhoria da produtividade e na redução da pobreza rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (1998). Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2ª ed. São Paulo: Unicamp.
- Amin, S. (2012). Contemporary Imperialism and the Agrarian Question. In: *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 1(1): 11–26. Disponível: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/227797601200100102>. Acesso 30/03/2024.
- Bruna, N. (2017). Plantações Florestais e a Instrumentalização do Estado em Moçambique. *Observador Rural*, (53), Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR).
- Bebbington, A. (1999). Capitals and capabilities: A framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. *World Development*, 27(12), 2021–44. Disponível:

- <https://www.iied.org/6151iied>. Acesso: 14/10/2023.
- Boughton, D., Mather, D., Barrett, C., Benfica, R., Abdula, D., Tschirley, D., Cunguara, B. (2007). Market Participation by Rural Households in a Low-Income Country: An Asset-Based. Approach Applied to Mozambique. *Faith and Economics*, 50, pp. 64-101.
- Carrilho, J. Z; & Ribeiro, R. N. (2020). Influência de factores institucionais no desempenho do sector agrícola em Moçambique. United Nations University World Institute for Development Economics Research. Disponível: Working Paper 2020/128-Influência de factores institucionais no desempenho do sector agrícola em Moçambique (unu.edu). Acesso: 25/10/2023.
- Chossundovsky, M, (2003). *The Globalization of Poverty and the New World Order*. Canada: Global Research, Center for Research on Globalization (CRG), Second Edition.
- Guanziroli, E. C.; & Guanziroli, T. (2015). *Modernização da Agricultura em Moçambique: determinantes da renda agrícola*.
- Mazoyer, M.; & Roudart, L. (2009). *História das Agriculturas no mundo: Do Neolítico à Crise Contemporânea*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU).
- Moçambique. (2020). Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER). Programa do Sector Agrário (2020-2024).
- Moçambique. (2022), Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Indicadores básicos de agricultura e alimentação (2018-2022). Maputo.
- Moçambique. (2010). Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Estatísticas de Moçambique. Maputo, 2010.
- Mather, D., Boughton, D.; Jayne, T. (2011). *Smallholder Heterogeneity and Maize Market Participation in Southern and Eastern Africa: Implications for Investment Strategies to Increase Marketed Food Staple Supply*. International Development Working Paper. East Lansing: Michigan State University.
- Mosca, J.; Nova, Y. (2023). *A Contra Transformação Estrutural Agrária em Moçambique*. Observatório de Meio Rural. Maputo: Moçambique.
- Montaño, C. (2003). *Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao Método de Marx*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Nova, Y.; Dadá, Y. A.; Mussá, C. (2019). *Agricultura em Números: Análise do Orçamento do Estado, Investimento, Crédito e Balança Comercial*. Observador Rural, (74). Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR).
- Kalecki, M. (1993). *The problem of financing economic development*. Em J. Osiatynsky, ed., *Collected Works of Michal Kalecki*, Vol. V Oxford: Oxford University Press.

31 - 03 | 2025

O PAPEL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL – O CASO DA EMPRESA SHOPRITE-ANGOLA

The role of science, technology and innovation for the sustainable economic development – The case of Shoprite-Angola

El papel de la ciencia, la tecnología y la innovación en el desarrollo económico sostenible: El caso de Shoprite-Angola

Eurico Josué Ngunga¹, Paulo Vieira²

¹PhD; Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude – ISPAJ; Departamento de Ciências Sociais e Económicas; email: ejngunga@gmail.com.

²Licenciado em economia – ISPAJ.

Autor para correspondência: ejngunga@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Ngunga, E. J.; & Vieira, P. (2025). O papel da ciência, tecnologia e inovação no desenvolvimento económico sustentável – O caso da empresa Shoprite-Angola. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 197-211. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

A ciência, a tecnologia e a inovação (CTI) são, no cenário mundial, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, crescimento económico, geração de emprego, geração de renda e a democratização de oportunidades (PACTI, 2007, p. 29). Os países que primarem suas actividades à pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a sua incorporação ao processo produtivo serão capazes de (SILVA, 2008) gerar produtos com maior conteúdo tecnológico e, portanto, maior valor agregado e vantagem competitiva para as organizações. Entretanto, essa abordagem, ao nível das organizações, carece de um maior aprofundamento no quadro da criação de uma ciência e tecnologia que seja capaz de promover um desenvolvimento sócioeconómico sustentável. Actualmente, em Angola e demais países africanos, é notória as discussões sobre novas formas de

as organizações se desenvolverem e sobreviverem num mercado cada vez mais competitivo, onde emergem novas necessidades. Assim sendo, o presente trabalho propõe-se enfatizar a preocupação em buscar uma maior utilização da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento económico sustentável, apresentando conceitos e relatos importantes para a compreensão do tema em causa e uma análise prática indutiva, de forma a clarificar os diversos benefícios que o investimento em ciência e tecnologia e inovação pode trazer para as organizações e consequentemente à sociedade. Numa pesquisa exploratória, com a propositura da análise qualitativa do objecto de investigação (Vergara, 2007), far-se-á uma análise sobre a situação da ciência, tecnologia e inovação em Angola, o perfil inovador e de absorção de tecnologias da empresa do GRUPO SHOPRITE e, consequente-mente, as repercussões dos investimentos em investigação, tecnologia

e inovação a nível endógeno e exógeno da multinacional.

Palavras-chave: Ciência, tecnologia e inovação, desenvolvimento económico, shoprite, P&D.

ABSTRACT

Science, technology and innovation (STI) is on the world stage of fundamental instruments to foster development, economic growth, job creation, income generation and democratization of opportunities (Pacti, 2007, p. 29). Countries that focus their activities on scientific research, technological development and their incorporation into the production process will be able (Silva, 2008) to generate products with greater technological content and, therefore, increase added value and competitive advantage for organizations. However, this approach, at the level of organizations, requires greater approach within the framework of creating a science and technology that is capable of promoting sustainable socioeconomic development. Currently, in Angola and other African countries, discussions about new ways for organizations to develop and survive in an increasingly competitive market, where new needs emerge, are notorious. Therefore, this work aims at emphasizing the concern on seeking greater use of science, technology and innovation for sustainable economic development, presenting important concepts and reports for understanding the topic in question and an inductive practical analysis, in order to clarify the various benefits that investment in science, technology and innovation can bring to companies and consequently to society. In an explanatory research, with the proposition of qualitative analysis of the object of investigation (Vergara, 2007), an analysis will be made of the situation of science, technology and innovation in Angola, the innovative profile and technology absorption of the company

SHOPRITE and, consequently, the repercussions of investments in research, technology and innovation at the endogenous and exogenous level of the multi-national.

Keywords: Science, technology and innovation, economic development, shoprite. R&D.

RESUMEN

La ciencia, la tecnología y la innovación (CTI) son, en el escenario mundial, instrumentos fundamentales para el desarrollo, el crecimiento económico, la creación de empleo, la generación de ingresos y la democratización de oportunidades (PACTI, 2007, p. 29). Los países que prioricen sus actividades en la investigación científica, el desarrollo tecnológico y su incorporación al proceso productivo podrán (SILVA, 2008) generar productos con mayor contenido tecnológico y, por tanto, mayor valor agregado y ventaja competitiva para las organizaciones. Sin embargo, este enfoque, a nivel organizacional, requiere mayor exploración en el marco de la creación de ciencia y tecnología capaces de promover el desarrollo socioeconómico sostenible. Actualmente, en Angola y otros países africanos, hay importantes discusiones sobre nuevas formas para que las organizaciones se desarrollen y sobrevivan en un mercado cada vez más competitivo, donde surgen nuevas necesidades. Por tanto, este trabajo pretende enfatizar la preocupación en buscar un mayor uso de la ciencia, la tecnología y la innovación para el desarrollo económico sustentable, presentando conceptos y reportes importantes para la comprensión del tema en cuestión y un análisis práctico inductivo, con el fin de esclarecer los diversos beneficios que la inversión en ciencia, tecnología e innovación puede traer a las organizaciones y consecuentemente a la sociedad. En una investigación exploratoria, con la propuesta de un análisis cualitativo del objeto de investigación

(Vergara, 2007), se analizará la situación de la ciencia, la tecnología y la innovación en Angola, el perfil innovador y la absorción de tecnologías de la empresa SHOPRITE GROUP y, en consecuencia, las repercusiones de las inversiones en investigación, tecnología e innovación a nivel endógeno y exógeno de la multinacional.

Palabras clave: Ciencia, tecnología e innovación, desarrollo económico, Shoprite, I+D

INTRODUÇÃO

O ritmo acelerado do desenvolvimento tecnológico e científico determina uma modificação permanente da sociedade e esta, por sua vez, determina algumas demandas tecnológicas com a intenção de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da espécie humana. Em uma busca incessante pelo conforto material, muitas vezes, as relações ocorridas dentro do contexto social buscam controlar a tecnologia através de práticas políticas e de meios legais disponíveis, direcionando sua produção para um alinhamento estratégico com as aspirações de desenvolvimento que se pretende. (Veraszto et al, 2008).

Nota-se, na realidade, maior concentração das actividades científicas e tecnológicas nos países mais avançados. Nesse contexto, “a lógica das empresas internacionais é concentrar suas actividades de inovação junto às suas casas-matrizes”. Esse é mais um aspecto da enorme diferença entre as nações, que “tende a perpetuar-se, caso os países em desenvolvimento não tomem medidas deliberadas para promover sua capacitação científica e tecnológica” (Archer, 1988, p. 46 in Ciência, Tecnologia e Inovação, SILVA, 2010).

Em Angola, há ainda problemas estruturais do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), onde destaca-se a instabilidade de recursos financeiros estatais para estas áreas; fraca envolvimento do sector privado nos investimentos nacionais em investigação e

desenvolvimento (I&D); ínfimos incentivos do sistema fiscal; inadequada estrutura de financiamentos e incentivos às actividades de I&D. Partindo da constatação de que o modelo de desenvolvimento foi baseado em importação de tecnologia, aliado à reserva de mercado interno, que vigorou até bem recentemente, poder-se-ia concluir que se estabeleceu um tipo de pensamento empresarial que rejeita o risco de investir em uma tecnologia nova e não testada (Vanessa, 2008).

Nos artigos 21º, 22º, 79º, 80º e 138º da constituição angolana estão plasmados, alguns pressupostos que primam pela promoção da formação do ser humano, pela excelência, pela qualidade, pela inovação e pelo desenvolvimento científico e tecnológico, em todas as instituições de ensino superior do país (Ngunga, 2015). Para isso, em 2011 foi criada a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação que visa a edificação de uma sociedade de conhecimento, através da inserção da ciência, tecnologia e inovação na estratégia de desenvolvimento do País, catalizador do desenvolvimento sócio económico e das instituições públicas e privadas de Angola, factor determinante no combate à pobreza e melhoria de vida dos cidadãos (Decreto Presidencial nº201/11 de 20 Julho).

É necessário alinhar as estratégias de desenvolvimento científico e tecnológico com as linhas orientadoras de uma vida social equilibrada para as gerações futuras, de modo que as duas grandezas impulsionem o crescimento económico, e essa por sua vez, fazer alcançar o tão desejável desenvolvimento. Na perspectiva de Vanessa, os desafios sociais e ambientais vividos actualmente podem ser vistos como oportunidades para aprendizagem e para inovação, gerando novas práticas de gestão e novas concepções de negócios, alinhados com o ideal do desenvolvimento sustentável – o equilíbrio entre eficiência económica,

justiça social e proteção ambiental (Vanessa, 2008, p. 3).

Nesse contexto, depreende-se que o desenvolvimento sustentável depende essencialmente das transformações capazes de gerar empregos mais qualificados, criar novas formas de organização, atendam a novas necessidades dos consumidores e melhorem a própria forma de viver, sem pôr em risco a satisfação das necessidades das gerações vindouras.

Assim sendo, no presente trabalho, propõe-se enfatizar a preocupação em buscar uma maior utilização da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável, apresentando conceitos e relatos importantes para a compreensão do tema em causa e uma análise prática indutiva, de forma a clarificar os diversos benefícios que o investimento em ciência e tecnologia e inovação pode trazer para as organizações e consequentemente à sociedade.

A importância dessas actividades para o desenvolvimento é habitualmente tida como óbvia, pois somente a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a sua incorporação ao processo produtivo são capazes de gerar produtos com maior conteúdo tecnológico e, portanto, maior valor agregado e vantagem competitiva para as organizações (Silva, 2008).

Todavia, a abordagem ao nível das organizações carece de um maior aprofundamento no quadro da criação de uma ciência e tecnologia que promova a sustentabilidade. Actualmente, em Angola, é notória as discussões sobre novas formas de as organizações se desenvolverem e sobreviverem num mercado cada vez mais competitivo, onde emergem novas necessidades. Não obstante, a inovação e o processo de criação e adaptação de tecnologias com esta finalidade nem sempre são prioridades para o sector, trazendo à luz a ignorância aos irrefutáveis benefícios dos investimentos em tecnologia e investigação e desenvolvimento. Assim, diante deste cenário, emerge a seguinte pergunta: Qual é a influência das inovações

tecnológicas adquiridas pelas empresas que operam em Angola, concernente ao seu papel gerador de valores económicos e sociais na sociedade angolana?

Numa combinação da pesquisa exploratória com a abordagem qualitativa, de forma geral, objetiva-se evidenciar a importância da ciência, tecnologia e inovação para o alcance e manutenção do desenvolvimento sustentável da sociedade angolana através das organizações. Mais especificamente, este trabalho pretende analisar o perfil inovador e de absorção de tecnologias do grupo SHOPRITE e as repercussões dos seus investimentos em ciência, tecnologia e inovação a nível endógeno e exógeno, caminho para agregar valor e desenvolvimento sócioeconómico.

Para o sucesso deste trabalho, far-se-á, inicialmente, uma incursão sobre o entendimento a respeito do desenvolvimento sustentável, a partir daquilo que os diversos autores têm proposto para esse tema. Em seguida, partiremos para outra abordagem em torno da ciência e inovação tecnológica, apoiando-nos também na literatura clássica que discorre o assunto, sem descurar da perspectiva dos pesquisadores contemporâneos que tratam também dessa questão. Por fim, desenvolver-se-á uma reflexão em torno das estratégias do grupo SHOPRITE na absorção de tecnologias para gerar desenvolvimento económico sustentável.

Fundamentação teórica

Desenvolvimento Sustentável

O movimento pelo desenvolvimento sustentável parece ser um dos movimentos sociais mais importantes deste início de século e milénio. São incontáveis as iniciativas voluntárias, relacionadas com o desenvolvimento sustentável, subscritas por empresas de sectores específicos como bancos, seguradoras, hotéis, indústrias químicas, das quais participam os grupos empresariais mais importantes desses sectores (Barbieri et al, 2010).

Tendo seu surgimento na década de 70, mais especificamente na Con-ferência de Estocolmo de 1972, inúmeros teóricos discutiam questões ligadas ao ecodesenvolvimento. Entretanto, na busca de uma via para um desenvolvi-mento com sustentabilidade para compatibilizar o desenvolvimento com a pre-servação da natureza, Sachs (2002) evoca o termo desenvolvimento sustentá-vel tendo em conta 8 dimensões da sustentabilidade, se considerar desenvol-vimento sustentável, respeitando todas as dimensões, a saber, econômica, ambiental, social, política-nacional e internacional, cultural, espacial, psicológi-ca. Seus idealizadores defendiam que o desenvolvimento sustentável só seria alcançado se três critérios fundamentais fossem obedecidos simultaneamente, a saber: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sua gênese no ecodesenvolvimento a partir da década de 70. Num debate acalorado entre economistas e ambientalistas, intentou-se em encontrar uma terceira via que servis-se de meio-termo para conter os avanços significativos do aquecimento global e outros malefícios criados pela força do crescimento económico (Meadows et al., 1972). Esse relatório reforça que o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção

dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforça o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras (Santos et al, 2013, p. 6).

Para Rodrigues e Silva (2013), o compromisso da sociedade está em assumir um novo hábito (Bourdieu, 1983) de consumir responsabilmente e projetar um tipo de desenvolvimento marcado por características diferenciadas no uso de técnicas e de tecnologias que cultive o cuidado com o equilíbrio eco-lógico e funcione dentro dos limites impostos pela natureza.

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável representa o esforço constante em equilibrar e integrar os três pilares do bem-estar social, prosperi-dade económica e protecção do meio ambiente em benefício das gerações actual e futuras (Belfort, 2012). As três dimensões devem estar integradas. O lado social tem a ver com a qualidade de vida das pessoas. A dimensão ambiental refere-se ao capital natural, indicando que é preciso amenizar o impacto ambiental negativo e compensar o que não é possível amenizar. A dimensão econômica refere-se aos temas ligados à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, e necessariamente ao crescimento económico (Couto et al, 2004).

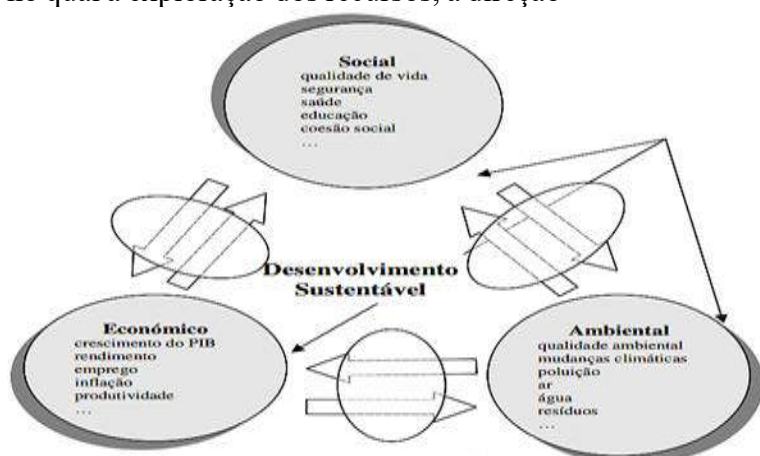


Figura 1: Esquema de desenvolvimento sustentável (Couto et al, 2004)

A figura 1 visa representar a complexidade das interações dinâmicas entre os sistemas

econômico, social e ambiental. O modelo nela representado, toma como pressuposto

que cada sistema está sujeito e é gerador de causas que poderão reduzir ou aumentar a sua sustentabilidade, inclusive a de outrem.

Contudo, existe o desejo natural de adoção de um indicador no qual esteja inserido um conjunto de informações que se justifica pela simplicidade e praticidade implicada. Daí a motivação de adotar indicadores-chave como critérios de mensuração de desenvolvimento tais como Produto Nacional Bruto (PNB per Capita) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A Ciência e Inovação Tecnológica Nas Organizações

A ideia de desenvolvimento mobilizou as nações capitalistas pobres no pós-guerra, isto é, com o fim da devastadora segunda guerra mundial, as nações viram-se obrigadas a buscar mecanismos que acelerassem o seu desenvolvimento. A grande maioria das políticas e teorias de desenvolvimento identificaram a industrialização como a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Tal identificação é resultado do entendimento de que a industrialização era o veículo da incorporação acelerada do progresso técnico ao processo produtivo e, portanto, da contínua elevação da produtividade do trabalho e da renda (Viotti, 2002).

A experiência universal prova que a Universidade é o centro de criação, divulgação e catalisação do processo de desenvolvimento científico de uma sociedade. Para isso, a ciência (Longo 1989) tem um papel crucial, pois consiste no conjunto organizado de conhecimentos relativos ao universo, envolvendo os fenómenos naturais, ambientais e comportamentais. E a geração do conhecimento científico terá materialidade através da pesquisa ou investigação científica, seguindo uma metodologia científica. Entretanto, a falta ou o parco investimento na investigação científica em Angola constitui um dos seus maiores constrangimentos para a elevação dos níveis de investigação científica e o

desenvolvimento tecnológico e inovação de Angola.

No âmbito empresarial, importa incorporar ao processo de trabalho essas valências tecnológicas que possibilitem inovações e modernização das empresas, como forma de prestar um melhor atendimento ao cliente e possibilitar um sistema de informações, controle e gerenciamento capaz de gerar menores custos. A teoria schumpeteriana, motivada por uma visão positivista no início do século XX, atrela a inovação tecnológica ao desenvolvimento económico. Para Schumpeter (1997), os avanços tecnológicos são regulados pelo mercado, o objectivo da produção tecnológica é, em suma, determinado pelo sistema económico, seguindo no diapasão do avanço da ciência.

As diferentes tipologias tecnológicas, desde os primórdios, fazem parte do dia-a-dia das empresas. E de acordo com o seu core business, mediante pesquisa e prática, a empresa passa a conhecer: 1 – a tecnologia embutida em seus produtos e serviços; 2 – a tecnologia utilizada para produzi-los; 3 – a tecnologia empregada no controle do processo produtivo e; 4 – a tecnologia característica da gestão do negócio (Gonçalves, 1994, p. 65). Assim sendo, a tecnologia passa a ser um aliado na optimização dos serviços, "mecanismo pelo qual o serviço é prestado de forma a abranger maior público, com maior eficiência e menores custos (Pinto, 2005).

A tecnologia adotada por uma empresa provoca forte impacto aos controles administrativos e exerce influência na importância concedida às suas várias funções. Ela precisa de ser administrada por meio de decisões racionais para produzir eficiência (Cristina, 2012 citado por Mourão et al, 2016).

Numa perspectiva de estratégia, Porter advoga que a inovação enquadra-se na obtenção de vantagens competitivas sustentáveis, manter-se competitivo no mercado, à capacidade de inovar e à aprendizagem organizacional. Dessa forma, a inovação surge como um elemento

fulcral da ação e diferenciador das empresas (Porter, 1980).

A figura abaixo mostra os benefícios da aplicação da inovação nas em-presas.



Figura 2: Benefícios da inovação numa empresa (InnoSkills, 2010, p. 6).

Assim, esses actores e empresas, por meio de novos produtos, serviços, técnicas e formas organizacionais, podem reduzir consideravelmente, além de obterem vantagens competitivas no mercado, podem reduzir consideravelmente os impactos ambientais e sociais aumentando a qualidade de vida das populações. Dessa maneira a inovação constitui a base da competitividade de economias desenvolvidas, tornando os padrões de vida mais elevados e possibilitando uma continuidade no financiamento da área de pesquisa e desenvolvimento (P&D) (Rosa *et al*, 2018, p. 164).

Numa perspectiva schumpeteriana, a permanência dos indivíduos ou instituições em contextos (económicos) adversos exigem desses o desenvolvimento de capacidades seletivas e a sistematização de suas ações para o enfrentamento desses fenómenos locais (Ngunga, 2015). As instituições de ensino e pesquisa, os órgãos governamentais, as instituições de normalização, as organizações da sociedade

civil, ou seja, o sistema nacional de inovação também tem um papel relevante nessa questão (Barbieri *et al*, 2010, p. 152).

Caso Prático: Shoprite

Caracterização da organização

O Grupo Shoprite é o maior revendedor de alimentos de África. Opera com aproximadamente 2.689 pontos de vendas em 15 países em toda África e ilhas do oceano Índico com nove marcas. A sede da empresa está em *Brackenfell, Cape Town*, uma província localizada na parte sul da África do Sul. A empresa está listada na bolsa de valores de Joanesburgo, e nas secundárias nas bolsas de valores namibiana e zambiana, tendo um volume de negócio anual avaliado cerca de **141 bilhões de rands** (equivalente a **US\$7.612.615.380,00**). A partir de 2023, o grupo SHOPRITE empregou mais de 160.000 pessoas em 2.738 lojas, dos quais 23.500 trabalham fora da África do Sul. (Relatório Integrado da Shoprite, 2023).





Figura 3: Marcas do Grupo SHOPTITE (Integral Report SHOPRITE, 2018).

A história da SHORITE começa em novembro de 1979 com a compra de 8 pequenas lojas PEP (*maior retalhista de marca única em África*) de mercearias em Western Cape, África do Sul, com menos de 400 trabalhadores e um valor de 1 milhão de rands (equivalente a US\$ 52.242,10), tendo sido, a posterior, nomeado com a designação de SHOPRITE, da família Rogut.

Entretanto, no histórico de crescimento da empresa, destacam-se alguns momentos, nomeadamente:

- **1980:** A visão foi definida concentrando-se no mercado de baixa e média renda e contemplar o crescimento interno com a aquisição de supermercados promissores ou grupo de supermercados.
- **1983:** O grupo se expande para Northern Cape e abre a sua primeira dependência fora de Western Cape, em Hartswater, e celebra sua 21ª distribuidora dentro de quatro anos de sua existência.
- **1986:** A expansão estende-se a Bloemfontein, e o grupo é listado na Bolsa de Valores de Joanesburgo com a capitalização de mercado de 29 milhões de rands (US\$ 1.573.738,32), operando na altura, com 33 pontos de venda.

- **1990:** A SHOPRITE é inaugurada em Windhoek, Namíbia; e dá-se por iniciada a expansão em todo continente africano. O grupo adquiriu Grand Bazaars no mesmo ano e passou a operar com 71 lojas e mais de 6000 funcionários.
- **2000:** O grupo abriu a sua primeira loja em Uganda quando a Clock Tower em Kampala abriu em novembro. No mesmo ano inaugurou-se uma loja no centro de Bulawayo (saiu do país em setembro de 2013).
- **2003:** As operações do grupo permitiram alcançar as secundárias na listagem da Bolsa de Valores de Lusaka (LUSE), com 2,7 milhões de ações em 4.200 Kwacha-moeda zambiana (equivalente a US\$0,16) por ação, enquanto o grupo permanecia na principal listagem da Bolsa de Valores de Joanesburgo (JES Limited). No mesmo ano, o grupo abre a sua primeira loja em Luanda, Angola, sita no Bairro palanca, com um novo formato bem-sucedido.

Actualmente, com uma visão de ser retalhista alimentar de preços baixos mais acessíveis, o grupo tem em Angola, especificamente, 57 lojas, constituídas por várias marcas do grupo existente em todo país (o Supermercado,

Usave, OK Mobiliária, Kentucky Fried Chicken, inclusive a farmácia MedRite) e emprega mais 5.000 trabalhadores, como ilustra a **Figura 3**. No ano fiscal terminado em junho de 2017, a cadeia de supermercados, que tem em Angola o maior mercado fora da África do Sul, investiu cerca de **1.311** milhões de rands (US\$71.143.825,57) em dívida pública angolana, apenas em Títulos do Tesouro indexados ao dólar norte-americano, com maturidade de dois a três anos e uma rentabilidade de 7% ao ano.

MATERIAIS E MÉTODOS

O caso prático deste trabalho foi realizado através de um estudo de caso aplicado à SHOPRITE, o maior retalhista de África, que também opera em Angola desde 2003, sendo este o maior mercado fora da África do Sul. Para o sucesso da pesquisa, foi necessário desenvolver, testar e validar uma metodologia capaz de avaliar o nível de inovação tecnológica apresentado pela organização e, conseqüentemente, verificar este nível e relacioná-lo com o seu volume de negócio, verificando assim a existência de uma relação entre ambos, bem como a sua repercussão económica e social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o ano de 2022, o Grupo SHOPRITE gastou cerca de 5.336 bilhões rands (US\$ **271,334,193.64**) em propriedades, estruturas, equipamentos e softwares comparado a 167 bilhões de rands (US\$ **9,060,458,080.00**) entre 2021, dos quais **1.220** bilhões de rands (US\$ **65,120,206.47**) foram gastos em tecnologia de informação, para manutenção e substituições normais (Relatório Integrado Shoprite, 2022).

Segundo o relatório integrado de 2022, as plataformas tecnológicas do Grupo estão sendo continuamente aperfeiçoados para manter-se em frente aos desenvolvimentos tecnológicos. Um novo sistema ERP e investimentos em transformações digitais,

conduziram a eficiências, mais colaboração e melhor inovação nos negócios.

O grupo fez investimentos significantes nos últimos anos implementando a tecnologia certa, o SAP (Systems Applications and Products). O SAP é um sistema de gestão empresarial criado por uma empresa alemã com o mesmo nome, por 5 ex-engenheiros consultores da IBM. A implementação do SAP no grupo SHOPRITE, começou em agosto de 2017 e continuou com a data designada para conclusão em 2019 de janeiro. Isto representou investimento em informática para apoiar administração de inventário, desenvolvimentos de centro de distribuição como também normais substituições de recurso. Este sistema provê uma visão inteira do Grupo de Shoprite em uma plataforma, com uma visão de tempo real de disponibilidade acionária e rentabilidade de artigo de linha, usar dados avançado ativamente para guiar todo o cliente, tomada de decisão cêntrica, de gamas de produto por loja, para estimar, cronometrando, produtos para promover e plano de lojas (Relatório integrado Shoprite, 2022).

O grupo lançou também, a primeira plataforma móvel permitindo o cliente para utilizar uma carteira móvel para transferir recentemente dinheiro por um dispositivo móvel e então fazer troca fora das lojas.

De acordo com a pesquisa, constatou-se que, o SHOPRITE usa o modelo integrado de inovação, baseado na “*integração e o desenvolvimento paralelo das diferentes atividades*”. Ele funciona da seguinte forma: a informação vinda dos fornecedores é integrada no processo de desenvolvimento do produto, numa fase inicial, ao mesmo tempo que integra as atividades dos diferentes departamentos envolvidos, que trabalham no projeto simultaneamente (em paralelo), em vez de sequencialmente (em série). O estabelecimento de parcerias estratégicas assume um papel importante neste modelo. Assim, enquanto o departamento de marketing realiza as suas atividades de identificação de demandas dos

consumidores, em integração, o departamento de I&D ocupa-se do desenvolvimento de novos produtos ou melhorias dos já existentes, e em paralelo, o departamento de produção trabalha com parceiros locais e, essencialmente, com fornecedores manufatureiros da África do Sul.

Estas práticas incluem determinadas características internas à organização, fortes ligações verticais inter-organizacionais, ligações horizontais externas e a utilização de um conjunto de ferramentas eletrônicas sofisticadas de inovação, primando pela reciprocidade, interatividade e mecanismos de *feedback* (SILVA, 2016), o que se pode ver a seguir.

E-LEARNING: Formação e Capacitação

O Grupo SHOPRITE é o maior empregador de sub-setor em África. Durante os anos 2020, 2021 e 2022, o Grupo empregou 160.000 pessoas, dos quais 65.2% são mulheres. O grupo também criou 3.676 trabalhos novos em 2023. (Integral Report SHOPRITE, 2023)''.

As pesquisas mostraram que houve um aumento das horas de formação no *MyZone*, bem como assistência financeira para

estudantes, com um crescimento de 12,5%, o que demonstra obviamente, o interesse e compromisso da empresa com a ciência e formação. Em contrapartida, como resultado, aumentou os benefícios sociais em 20% de 2017 a 2022 (Integral Report SHOPRITE, 2023), mas a criação de novos postos de trabalho diminuiu, sobretudo no período da pandemia.

O grupo garante para seus trabalhadores:

- Treinamento e desenvolvimento de carreira;
- Ambiente de trabalho produtivo;
- Dignidade e um modo de ganhar sustentabilidade;
- Vida decente.

De acordo com o Diretor Regional de RH, em Angola, o Grupo já empregou aproximadamente 6000 pessoas sendo maioritariamente jovens e, 50% delas são chefes de famílias. O Grupo SHOPRITE empregou em Angola nos seus anos iniciais, pessoas com baixo nível académico, mulheres e um número considerável de pessoas portadoras de deficiências – inclusão.

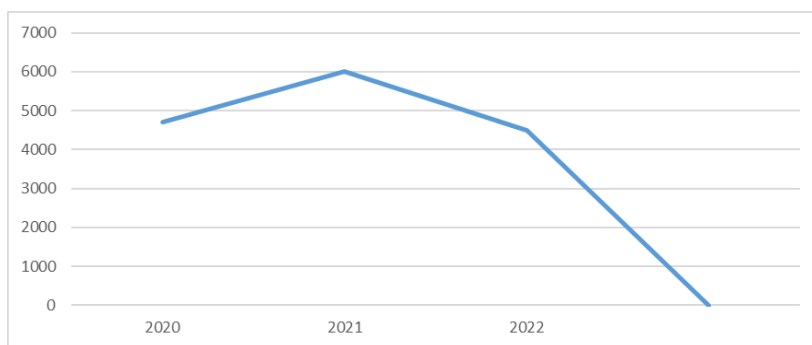


Gráfico 3: Número dos trabalhadores em Angola (integral report SHOPRITE, 2023).

O Grupo SHOPRITE é dos poucos retalhistas a implementar a plataforma E-LEARNING em África. A proposição de valor de empregado na Shoprite é **BeMore**, pois o grupo acredita que o sucesso é

construído no trabalho duro, paixão e habilidades das pessoas com a promoção de oportunidades de treinamento para os colaboradores.



Figura 4: Arquivos digitais da empresa do portal de formação do grupo shoprite

Esta plataforma oferece uma gama de cursos e programas direcionados para aprendizagem dos processos de trabalho na sala de treinamento em todas as dependências. A plataforma E-LEARNING foi implementada em 2014 para apenas 20 estudantes, e usou principalmente para indução, atendimento ao consumidor, complacência, e treinamento de conhecimento de produto.

Em fevereiro de 2018, o MyZone E-Learning, foi implementado em todas lojas e centros de distribuição, com incremento de cursos para percepção do ERP SAP. O Grupo tem como objetivo tornar-se o

retalhista mais eficiente no mundo, oferecendo aprendizagem de extrema importância, as demandas criadas pelo crescimento do Grupo e estratégias transformacionais. Oferece mais de 1 700 cursos para os funcionários e estudantes em situação de desemprego.

A imagem a seguir, mostra a sala concebida e equipada especialmente para formações dos funcionários, com computadores ligados a uma rede que permite o acesso ao portal **MyZone** por meio do número de empregado para aceder aos cursos disponíveis.



Figura 5: Training Room

Com esse investimento em formação, os negócios da Shoprite, no continente africano, geraram receitas de 45 bilhões de rands (US\$2.431.675.000,00) no último exercício financeiro, quase um quarto de toda a receita da empresa, de 215 bilhões de rands (US\$11.613.218.550,00). As vendas do grupo aumentaram 16,9%, para 215,0 bilhões de rands, enquanto as vendas de mercadorias locais aumentaram 17,8%, para 173,6 bilhões de rands (US\$9.344.437.200,00) (SHOPRITE,2023). Isto fez com que os lucros da empresa aumentassem significativamente, já que o lucro por ação principal aumentou 9,6% e o lucro básico por ação aumentou 10%, sendo que o lucro comercial da retalhista aumentou 5,7%, de 11,28 bilhões de rands (US\$ 593.879.000.00 dólares) em 2020 para 11,92 bilhões de rands (US\$594 181 691,04) em 2022.

Níveis de Inovação

O guião de recolha de dados foi elaborado em duas partes, por um lado um questionário de 17 questões de respostas com pendor qualitativo para auxiliar na argumentação da interpretação dos dados numéricos, e por outro lado, o mais importante, um formulário de 42 questões relacionadas à indicadores de inovação tecnológica com resposta baseada em pontuações. Para esta última, Foram utilizadas perguntas de múltiplas escolha do tipo estimação ou avaliação que, conforme Lima (2004) *apud* Silva *et al* (2008), permite escolher e indicar a resposta que mais se aproxima da realidade investigada através do seu julgamento, estimação ou avaliação, seguindo uma escala de intensidade crescente ou decrescente. Baseando-nos em Silva *et al* (2008), este tipo de perguntas facilita a tabulação dos dados coletados, bastando dispor, na visão do autor, um referencial conceitual e teórico consistente sobre o tema investigado para reunir elementos que permitam elaborar

questões adequadas e alternativas de respostas pertinentes ao problema que se logra em investigar.

Para o efeito, adotou-se a técnica de Observação Direta e Extensiva com auxílio do formulário (Marconi e Lakatos, 2001). Para a coleta dos dados necessários ao desenvolvimento da presente pesquisa, foi entrevistado o gerente regional de recursos humanos da SHOPRITE em Luanda, o que permitiu a recolha de informações seguras abordadas no âmbito dos indicadores de inovação e absorção tecnológica da organização.

O critério de pontuação das respostas baseou-se nos critérios de pontuações de pesquisas já publicadas por instituições especializadas, tais como o “*Ranking da Inovação*” realizado pelo Instituto Brasileiro de Intra-empresendedorismo (IBIE), em conjunto com a Revista Exame, onde foram classificadas as 10 (dez) empresas mais intra-empresendedoras e inovadoras do Brasil, consultado no artigo da Revista Produção, publicado pelos professores Silva, Hartman e Reis (2008). O formulário faz a contagem dos pontos automaticamente imputando as questões a seguinte pontuação:

- a) 2,0 (dois pontos) para cada resposta marcada na coluna 1;
- b) 4,0 (quatro pontos) para as respostas marcadas na coluna 2;
- c) 6,0 (seis pontos) para as respostas marcadas na coluna 3;

- d) 8,0 (oito pontos) para as respostas marcadas na coluna 4;
- e) 9,0 (nove pontos) para as respostas marcadas na coluna 5;
- f) 10,0 (dez pontos) para as respostas marcadas na coluna 6.

Além desta pontuação, as respostas marcadas no grupo de questões que revelam os indicadores de saída foram consideradas as mais importantes para caracterizar o grau de inovação tecnológica de uma organização seguidas pelos indicadores dos impactos das inovações sobre a empresa. Portanto, para as respostas lançadas no grupo dos “indicadores de saída” se acrescentaram ainda os seguintes pesos:

- a) Peso 4 (quatro) para as respostas lançadas nas colunas 4, 5 e 6;
- b) Peso 3 (três) para as respostas lançadas na coluna 3;
- c) Peso 2 (dois) para as respostas lançadas na coluna 2.

Quanto às respostas às questões do grupo denominado “impacto das inovações”, foram atribuídos os seguintes pesos:

- a) Peso 3 (três) para as respostas lançadas na coluna 4, 5 e 6;
- b) Peso 2 (dois) para as respostas lançadas na coluna 3.

Atribuiu-se as demais pontuações para a classificação da SHOPRITE, considerando-se o seguinte critério:

Tabela 1: Pontuação para classificação de uma empresa inovadora,

LIMITES	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
De 80 % a 100 % (ou mais) dos 500 pontos	400 a 500	Inovadora (IN)
De 40% a 79 % dos 500 pontos	200 a 399	Medianamente inovadora (MIN)
De 0 % a 39 % dos 500 pontos	0 a 195	Pouco inovadora (PIN)

Este foi então o critério adotado para classificar a organização nos níveis IN, MIN ou PIN de acordo com a sua pontuação obtida automaticamente através da

metodologia informatizada no *Microsoft Excel®* desenvolvida neste trabalho.

Neste sentido, a seguir, são apresentados os resultados obtidos com a aplicação desta metodologia nessa organização.

Tabela 2: Avaliação do grau de inovação do grupo SHOPRITE

AVALIAÇÃO DO GRAU DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA						
RESPOSTAS POR COLUNAS DO FORMULÁRIO						
1	2	3	4	5	6	
1 % ou	2 - 24 %	25 - 49 %	50 - 74 %	75 - 99 %	100 % ou +	
2	68	192	104	36	60	460
Classificação da SHOPRITE:						
INOVADORA (IN)						

Os resultados obtidos com a aplicação da metodologia de avaliação do nível de inovação tecnológica na Empresa são mostrados nos gráficos 1 e 2. A Empresa teve um excelente desempenho na pesquisa realizada através da metodologia aqui desenvolvida. A Empresa alcançou 460,00 (quatrocentos e sessenta pontos), chegando próximo inclusive da pontuação máxima considerada para uma empresa altamente inovadora, que seriam 500,00 (quinhentos pontos).

Segundo Silva *et al* (2008), o nível **IN** serve para classificar uma empresa que possui um

elevado nível de inovação tecnológica, não necessitando muitos ajustes em seus processos de gestão para buscar um elevado nível de faturamento através de suas inovações, ou seja, enquadram-se neste nível as empresas que já obtêm a maior parte de seu faturamento advindo de produtos, processos e/ou serviços inovadores e investem uma parte considerável do seu faturamento em ciência, tecnologia e inovação, como é o caso do Grupo SHOPRITE, assim como está quantitativamente evidente pelo gráfico seguinte.

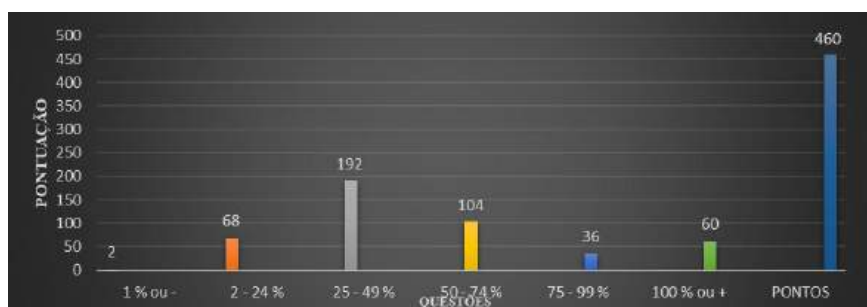


Gráfico 1: Pontuação do grupo SHOPRITE.

O gráfico acima apresentado, é gerado automaticamente com os dados enviados pela planilha da tabela 6 (tabela de classificação). Ao receber os valores emitidos pela última tabela, o gráfico de pontuação permite a visualização do motivo da empresa ter se classificado no nível **IN**, mostrando em qual das 6 (seis) colunas de respostas a empresa obteve uma maior pontuação e qual foi a pontuação total da mesma.

De forma generalizada, observamos a intenção da empresa na criação de disponibilidades para investir em inovação e tecnologia, bem como os resultados que dele advêm. Esse gráfico, mostra que 41% de toda pontuação obtida pela empresa

pertence a coluna 3 do formulário, com uma ponderação variada entre 25% a 49%, levando-nos a concluir que, as ações e os resultados desse processo são considerados suficientes, pois, atendem satisfatoriamente os indicadores de inovação. Vale ainda dizer, entre todas as questões, apenas uma possui resposta com menos de 2%, sinalizado na primeira coluna e com um peso de 2 pontos, que corresponde ao número de funcionários ligados à área de I&D. Portanto, de forma sintética, tal como representada no gráfico, a empresa é inovadora, realçando também que, fatores de impactos da inovação foram assinaladas na última coluna (dos 100% ou mais) e com 60 pontos, o que é interessante, pelo facto

de estes estarem ligados a fatores de sustentabilidade.

CONCLUSÕES

A inovação tecnológica é um dos principais factores de desenvolvimento económico e social no mundo e é visto como uma premissa para as empresas que visam a competitividade. As empresas que inovam são mais competitivas e consolidam suas actividades no mercado interno e externo, gerando renda e emprego para a comunidade em que estão inseridas (KOTLER, 2000).

Portanto, o objetivo deste estudo foi analisar os aspectos condicionantes da implementação da Ciência, Tecnologia e Inovação precisamente no grupo SHOPRITE, uma empresa retalhista de porte continental em África, vislumbrando em atender às demandas de desenvolvimento socioeconómico de Angola. É importante lembrar que Angola tenta se reerguer, deixando para trás uma cultura fustigada pelo conflito armado que durou quase trinta anos. Para isso, urge adotar doravante uma cultura política e estratégias inovadoras como forma de superar as deficiências do desenvolvimento social e económico por meio do conhecimento e da adoção de tecnologias que favoreçam e facilitem a melhor entrega de valores por parte das empresas.

O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação evoca a sinergia entre os actores, partindo da criação de políticas públicas que fomentem a criatividade dos atores para desenvolver suas actividades de forma clara e ordenada para serem competitivos no mercado cada vez mais exigente (KOTLER, 2000). Para tal, as instituições públicas devem apoiar-se em práticas congruentes, a partir das políticas gisadas pelo governo no sentido de criar um fundo para apoiar outras instituições, empresas do sector produtivo, empreendedores que pretendam investir na modernização das suas empresas, bem como em projetos inovadores, além de

promover *start-ups*. Apesar das características sociais e infra estruturais e o nível de acesso às demais tecnologias de informação, inclusive a dificuldade de acesso à internet, Angola ainda alberga o maior número de lojas do grupo SHOPRITE em África fora da África do Sul. Os resultados obtidos com a aplicação da metodologia de avaliação do nível de inovação tecnológica mostram que a empresa tem um excelente desempenho neste quesito. E os ganhos financeiros são visíveis. Estes dados explicam a grandeza do SHOPRITE, que durante todos os anos, fez-se gigante em África desde o número de lojas, empregados e fornecedores, nos países instalados, marcas confiadas e alta faturação. Para o caso de Angola, o grupo tem proporcionado um novo ambiente de negócios com um nível de inovação aceitável, pois prima pelo uso das tecnologias para melhor atender os seus clientes, igualmente agregando valor aos seus colaboradores. Destarte, este trabalho aponta para novas, evidentes e necessárias investigações, propondo acções específicas através das quais o grupo poderá tomar para fortalecer e manter suas actividades. Ao fazê-lo, sem dúvida, melhorará o seu nível de empresa inovadora, tecnologicamente actualizada, e economicamente sustentável. E será capaz de promover um desenvolvimento sustentável aos seus colaboradores, stakeholders, à sociedade africana e, em particular, angolana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Archer, R. (1988). Tecnologia e Desenvolvimento. Revista Brasileira de Tecnologia, 19(1), pp. 46.
- Barbieri. (2010). Inovação e sustentabilidade: Novos modelos e proposições. Revista de Administração de Empresas. São Paulo. V. 50, N. 2. Abr./Jun.
- Belfort, N. (2012). Da Reforma do Código Florestal e o Conflito de Interesses entre Ruralistas e Ambientalistas.

- Revista De Direito Da Unigranrio, v. 5, n. 1, p. 24.
- Bourdieu, P. (2008). *A miséria do mundo / sob direção de Pierre Bourdieu; com contribuições de A. Accardo... ET. AL.* 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes.
- Couto et al. (2004). *Ciência, Inovação e Desenvolvimento Sustentável: Desafios e implicações estratégicas para a universidade. II Seminário Internacional - Rede Alfa PPlanGIES 25-29 de Outubro.* Covilhã, Portugal.
- Dias, R. (2009). *Gestão Ambiental Responsabilidade Social e Sustentabilidade.* 1ª Ed., São Paulo: Atlas.
- Kotler, P. (2000). *Administração de marketing.* São Paulo: Prentice Hall.
- Marconi, M. A. (1999). *Técnicas de Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos.* – 4. ed. – São Paulo: Atlas.
- Meadows, D. H. et al. (1992). *The limits to growth.* New York: Universe Books, 1972. – *Beyond limits: confronting global collapse, envisioning a sustainable future.* S. l.: Chelsea Green Publishing Company.
- Ngunga, E. J. (2015). *Science, Technology and Innovation – The challenges of strengthening the national innovation system of Angola.* BH, Brasil.
- PACTI – Plano de Ação 2007-2010: *Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional,* elaborado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).
- Pinto, A. V. (2005). *O Conceito de Tecnologia.* Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Decreto Presidencial nº201/11 de 20 Julho.
- Porter, M. (1980). *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência.* Rio de Janeiro: Campus.
- Sachs, I. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável.* Rio de Janeiro: Garamond.
- Schumpeter, J. A. (1997). *Teoria do Desenvolvimento Econômico. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.* Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo.
- Shoprite Holdings–Integrated Report, 2023.
<https://www.shopriteholdings.co.z>.
- Silva et al. (2008). *Avaliação do Nível de Inovação Tecnológica nas Organizações: desenvolvimento e Teste de uma Metodologia.* Revista Produção. ISSN 1676 - 1901 / Vol. VIII/ Num. IV/.
- Vanessa, I. (2008). *Inovação Tecnológica E Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise Comparativa Em Empresas.* MG.
- Veraszto, E. V.; et al. (2008). *Tecnologia: Buscando uma definição para o conceito.* Campinas, São Paulo.
- Vergara, S. C. (2007). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração.* 8 ed. São Paulo: Atlas, p. 93.
- Viotti, E. B. (2002). *National Learning Systems: a new approach on technological change in late industrializing economies and evidences from the cases of Brazil and South Korea; Technological Forecasting and Social Change,* 69(7), p. 609-80.

31 - 03 | 2025

DIVERSIDADE E INCLUSÃO – UMA VISÃO DO 3º SETOR EM PORTUGAL

Diversity and inclusion – an overview of 3rd sector in Portugal

Diversidad e inclusión: una visión del 3er sector en Portugal

Jacqueline Batista Rezende¹

¹*Licenciada em Ciências Sociais, mestranda no curso de Gestão em Organizações do 3º Setor IPP – Instituto Politécnico do Porto - 8200800@estg.ipp.pt*

Autor para correspondência: 8200800@estg.ipp.pt

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Rezende, J. B. (2025). Diversidade e inclusão – uma visão do 3º setor em Portugal. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 212-219. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

Este artigo investiga a relação entre diversidade e inclusão na gestão de recursos humanos em instituições do Terceiro Setor em Portugal, destaca-se o papel crucial que essas organizações desempenham no contexto social e econômico do país. A promoção da diversidade e inclusão pode permitir a criação de um ambiente mais acolhedor e justo, mas também usufruir a multiplicidade de habilidades, experiências e perspectivas das pessoas para alcançar melhores resultados e fomentar uma cultura de respeito e colaboração. O estudo tem como objetivo principal analisar a implementação de políticas de diversidade e inclusão nessas organizações, identificar os desafios enfrentados e avaliar os benefícios obtidos. Além disso, busca compreender o impacto dessas práticas na eficácia organizacional e no desenvolvimento social, especialmente no contexto de Portugal. Utilizou-se uma metodologia qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica da literatura acadêmica disponível, com ênfase na busca por estudos relevantes sobre diversidade, inclusão e gestão de recursos humanos no Terceiro Setor português. Os resultados

preliminares do estudo exploratório sugerem que, embora haja uma escassez de literatura específica sobre o tema nos últimos 20 anos, a implementação de políticas de diversidade e inclusão pode potencializar a inovação, representatividade e o fortalecimento social no Terceiro Setor em Portugal. Entretanto, os desafios enfrentados incluem os custos financeiros elevados associados à implementação dessas políticas, a resistência à mudança por parte dos colaboradores e a complexidade na gestão de recursos humanos. A falta de bibliografia abrangente indica a necessidade de mais estudos para aprofundar a compreensão dessas questões e aprimorar as práticas de diversidade e inclusão no Terceiro Setor português.

Palavras-chave: Diversidade, inclusão, terceiro setor, Portugal, gestão.

ABSTRACT

This article investigates the relationship between diversity and inclusion in human resources management in Third Sector institutions in Portugal, highlighting the crucial role that these organizations play in the country's social and economic context.

Promoting diversity and inclusion can allow the creation of a more welcoming and fairer environment, but also take advantage of people's multiplicity of skills, experiences and perspectives to achieve better results and foster a culture of respect and collaboration. The main objective of the study is to analyze the implementation of diversity and inclusion policies in these organizations, identify the challenges faced and evaluate the benefits obtained. Furthermore, it seeks to understand the impact of these practices on organizational effectiveness and social development, especially in the context of Portugal. A qualitative methodology was used, based on bibliographic research of available academic literature, with an emphasis on the search for relevant studies on diversity, inclusion and human resources management in the Portuguese Third Sector. The preliminary results of the exploratory study suggest that, although there is a lack of specific literature on the topic in the last 20 years, the implementation of diversity and inclusion policies can enhance innovation, representation and social strengthening in the Third Sector in Portugal. However, the challenges faced include the high financial costs associated with implementing these policies, resistance to change on the part of employees and the complexity of human resources management. The lack of comprehensive bibliography indicates the need for more studies to deepen the understanding of these issues and improve diversity and inclusion practices in the Portuguese Third Sector.

Keywords: Diversity, inclusion. third sector. Portugal. management.

RESUMEN

Este artículo investiga la relación entre la diversidad y la inclusión en la gestión de recursos humanos en instituciones del Tercer Sector en Portugal, destacando el papel crucial que estas organizaciones desempeñan en el contexto social y

económico del país. Promover la diversidad y la inclusión puede crear un entorno más acogedor y justo, pero también aprovechar las diversas habilidades, experiencias y perspectivas de las personas para lograr mejores resultados y fomentar una cultura de respeto y colaboración. El objetivo principal del estudio es analizar la implementación de políticas de diversidad e inclusión en estas organizaciones, identificar los desafíos a los que se enfrentan y evaluar los beneficios obtenidos. Además, busca comprender el impacto de estas prácticas en la efectividad organizacional y el desarrollo social, especialmente en el contexto de Portugal. Se utilizó una metodología cualitativa, basada en la investigación bibliográfica de la literatura académica disponible, con énfasis en la búsqueda de estudios relevantes sobre diversidad, inclusión y gestión de recursos humanos en el Tercer Sector portugués. Los resultados preliminares del estudio exploratorio sugieren que, aunque existe una falta de literatura específica sobre el tema en los últimos 20 años, la implementación de políticas de diversidad e inclusión puede potenciar la innovación, la representación y el fortalecimiento social en el Tercer Sector en Portugal. Sin embargo, los desafíos que enfrentan incluyen los altos costos financieros asociados con la implementación de estas políticas, la resistencia al cambio por parte de los empleados y la complejidad de la gestión de los recursos humanos. La falta de bibliografía completa indica la necesidad de más estudios para profundizar la comprensión de estos temas y mejorar las prácticas de diversidad e inclusión en el Tercer Sector portugués.

Palabras clave: Diversidad, inclusión. tercer sector. Portugal. gestión

INTRODUÇÃO

A diversidade e a inclusão podem emergir como pilares fundamentais no contexto contemporâneo, especialmente no Terceiro

Setor em Portugal, que abrange organizações não governamentais e sem fins lucrativos. Tais desafios podem ser cruciais para garantir a igualdade de oportunidades e a representação justa de diferentes grupos sociais. Em Portugal, a implementação de políticas inclusivas enfrenta desafios significativos, como preconceitos estruturais e falta de recursos. As recentes tendências empresariais de globalização e a crescente diversidade das pessoas, têm direcionado a atenção dos gestores para a importância da gestão diversa e inclusiva. A literatura que abrange as áreas de gestão e economia social, sugerem que valorizar a diversidade pode aumentar a eficácia organizacional. Contudo, a relação específica entre a gestão da diversidade e a competitividade organizacional ainda é raramente explicitada, e há uma escassez de literatura que explore essa temática de forma aprofundada.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para compreender a relação entre diversidade e inclusão em instituições do Terceiro Setor em Portugal, adotou-se uma metodologia qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica da literatura acadêmica disponível online. Esta abordagem permitiu uma análise exploratória de estudos e artigos acadêmicos que abordam a temática, proporcionando uma visão geral sobre as práticas de gestão da diversidade e inclusão no contexto específico do Terceiro Setor português. A pesquisa envolveu a identificação e análise de fontes relevantes, como artigos científicos, teses e relatórios, focando em aspetos como a diversidade e inclusão pode ser benéfica para a instituição, os colaboradores e a sociedade. A análise qualitativa dos dados coletados visou identificar padrões e tendências com o objetivo de apresentar um enquadramento

geral das práticas atuais e destacar pontos positivos ou não.

Referencial teórico

Para melhor compreensão, apresento os principais conceitos do estudo. Diversidade no seu conceito mais amplo, remete à pluralidade ao considerar os seres humanos em todas as suas características, raças, etnias, culturas, gêneros e contextos em que vivem. Percebemos então o quanto o ser humano é diverso em sua essência. (Amato, 2022).

Por outro lado a inclusão tem sido reconhecida como um elemento crucial na gestão da diversidade dentro das organizações. Refere-se ao grau em que os funcionários se sentem valorizados, respeitados e apoiados no ambiente de trabalho, independentemente de suas características sociodemográficas (Lourenço, 2023) (Hentges, 2023)

O reconhecimento e a gestão eficaz desses elementos podem ser essenciais para fomentar um ambiente de trabalho produtivo, refletindo a verdadeira essência da diversidade humana.

Terceiro setor em Portugal

Podemos entender por três fronteiras difusas o cenário português: com o Estado, “através das formas de organização dos governos e das administrações públicas, que se constituem como o sector público no plano económico; com o mercado, constituído pelas formas privadas de organização empresarial de finalidade lucrativa; com a esfera doméstica enquanto espaço de produção de solidariedades primárias. Entre estes três polos ou sectores, de produção de relações económicas, sociais e políticas” (Quntão, 2011)

O Terceiro Setor, enquanto campo de investigação em afirmação, constitui a

hipótese de reconhecer a existência de um sector composto por um conjunto heterogéneo e difuso de organizações de iniciativa de coletividades da sociedade civil, com características distintas dos restantes polos (Quntão, 2011).

Já para o sociólogo Boaventura Sousa Santos; “Terceiro setor” é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais” (Santos, Amélia, & Camargo, 2001)

Em Portugal atualmente, o Terceiro Setor se apresenta como “um tecido organizacional, jurídico e funcional diverso: cooperativas, associações mutualistas, associações não lucrativas, organizações não governamentais, organizações quase-não governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base, etc.” (Guerra & Santos, 2013) Todas estas designações são variáveis, podem sofrer alterações de país para país, sendo que refletem também diferentes trajetórias políticas, culturais e históricas.

De acordo com Carlota Quintão, Terceiro Setor em Portugal é um conceito com fronteiras difusas, aplicado a uma realidade heterogénea e plástica, para qual não existe uma definição conceptual única e consensual. Entende-se que a designação reúne um maior consenso entre os investigadores a nível internacional (2004) Relevância do terceiro setor de acordo com Quintão (2011):

- **Do ponto de vista económico:** pela produção de bens e serviços em inúmeras áreas de atividade económica (saúde, serviços sociais, meio-ambiente, cultura, educação,

desporto, inserção social profissional de pessoas em vulnerabilidade e serviços de proximidade)

- **Do emprego e da luta contra o desemprego:** inserção socio profissional para pessoas em vulnerabilidade, conforme previsto pela Comissão Europeia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2024).
- **Da luta contra a exclusão social e do potencial para a construção do modelo social europeu:** Na sua génese o Terceiro Setor aceleraria os projetos económicos e sociais alternativos a economia de mercado e mais tarde reafirmariam a sua especificidade e o seu potencial de inovação, com novas formas de trabalho e em rede de parcerias, autónomas do setor público e setor privado.
- **Desenvolvimento local:** Reúne características e ações que convergem para a criação de respostas as situações, públicos e regiões mais deficitárias; a criação de oportunidade de emprego, o estímulo à participação.

Gestão de instituições do 3º setor e diversidade & inclusão

Na década de 90, emergem as primeiras discursões científicas sobre Diversidade e Inclusão; os aspetos culturais, de gênero e étnicos, a gestão da diversidade nas organizações emerge como uma preocupação crescente para promover a inclusão social, harmonizando as diferenças sem negligenciar as desigualdades. (França, 2023) Esse esforço, essencialmente relacionado aos recursos humanos e de interesse de todos os membros da instituição, visa também criar uma vantagem competitiva através da

diversificação dos grupos. (Cox & Blake, 1991). A gestão da diversidade tem como objetivo integrar grupos minoritários em ambientes que tradicionalmente não ocupavam. (Roberson, 2006)

Podemos entender que o Terceiro Setor português é relevante para os aspetos económicos de forma positiva, auxiliando no desenvolvimento local e na luta contra a exclusão social, com potencial para contribuir na construção do modelo europeu. Assim, ambos compartilham causas e atitudes que corroboram a justiça social e a equidade, por meio de práticas diversas e inclusivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo exploratório, utilizou-se a plataforma B-On para a seleção e análise dos resultados. A busca foi centrada nos termos “diversidade”, “inclusão”, “gestão” e “Terceiro Setor”. Foram priorizados artigos científicos no contexto português, escritos por autores nacionais e publicados após o ano 2000. Apesar da amplitude do tema, observou-se uma escassez de bibliografia relevante nos últimos 20 anos. De acordo com o referencial teórico, foram encontrados os seguintes resultados de viés positivo:

Melhoria do ambiente de trabalho: instituições que possuem seu quadro de funcionários mais diverso e inclusivo, pode levar a maior satisfação e produtividade dos colaboradores (Martinho, Quintão, & Gomes, 2018) (Ramos, 2017) (Saraiva & Irigaray, 2009).

Promoção de uma sociedade mais inclusiva; auxilia a reduzir as desigualdades sociais, tais como o objetivo do Terceiro Setor (Fonseca, 2021). As instituições que investem em práticas diversas e inclusivas permitem a melhoria da inovação e criatividade e maior representatividade. Tais ações podem permitir o aumento da

legitimidade e aceitação pública da instituição junto aos seus stakeholders. (Teixeira, 2022) (Souza, Palhares, Santos, & Rosa, 2019) (Silva, 2020)

Por outro lado, os pontos negativos identificados foram:

O investimento financeiro em instituições sem fins lucrativos apresenta um desafio significativo, especialmente quando se trata da implementação de políticas de diversidade e inclusão. (Cox & Blake, 1991) Muitas vezes, é necessária uma gestão financeira e humana eficiente para viabilizar tais iniciativas. No que concerne ao capital humano, a literatura destaca a resistência à mudança dos colaboradores como uma barreira crucial. Essa resistência pode manifestar-se através de conflitos internos e da complexidade envolvida na gestão de recursos humanos durante processos de transformação diversificados e inclusivos. (Cox & Blake, 1991) (Meneses, Azevedo, & Franco, 2010) As alterações necessárias vão desde modificações físicas na estrutura de trabalho até a reformulação das ideias e pensamentos enviesados dos stakeholders. (Souza, Palhares, Santos, & Rosa, 2019)

O Terceiro Setor é composto por organizações não governamentais e sem fins lucrativos, desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e económico em Portugal. A diversidade e a inclusão emergem como pilares fundamentais nesse contexto, especialmente na gestão de recursos humanos. (Ramos, 2017). Essas organizações, ao promoverem a inclusão social e ao harmonizarem as diferenças, visam não apenas a justiça social e a equidade, mas também a criação de vantagens competitivas através da diversificação dos grupos. (Martinho, Lousã, Soares, & Meirinhos, 2017). (Cristovão, 2023)

A gestão da diversidade e inclusão no Terceiro Setor em Portugal apresenta tanto benefícios significativos quanto desafios complexos. A abordagem eficaz desses elementos pode transformar as organizações, promovendo inovação, representatividade e coesão social, enquanto enfrenta as dificuldades inerentes ao processo de mudança e adaptação. O equilíbrio entre os pontos positivos e negativos é crucial para o sucesso sustentável dessas iniciativas e instituições, refletindo a verdadeira essência da diversidade humana e a missão fundamental do Terceiro Setor.

CONCLUSÕES

A análise da diversidade e inclusão no Terceiro Setor em Portugal revela a complexidade e importância desses conceitos na gestão de recursos humanos. Este setor, crucial para o desenvolvimento social e econômico do país, possui desafios significativos na implementação de políticas inclusivas, principalmente devido aos custos financeiros e à resistência à mudança entre os colaboradores. No entanto, os benefícios potenciais são substanciais, incluindo a promoção da inovação, maior representatividade e fortalecimento do tecido social.

A diversidade, entendida como a pluralidade de características humanas, e a inclusão, que assegura a valorização e respeito por todos os funcionários, são essenciais para criar um ambiente de trabalho harmonioso e produtivo. (Santos, Amélia, & Camargo, 2001). Essas práticas não apenas melhoram a satisfação e engajamento dos colaboradores, mas também atraem doadores e voluntários comprometidos com causas justas e equitativas. A capacidade de refletir melhor a comunidade atendida aumenta a legitimidade e aceitação pública das organizações do Terceiro Setor.

Apesar dos desafios, como os custos de implementação e a complexidade na gestão

de mudanças, a promoção da diversidade e inclusão permanece vital. As organizações que conseguem equilibrar esses elementos transformam-se em agentes poderosos de mudança social, contribuindo para uma sociedade mais justa e coesa. (Merzel, 2022) A avaliação contínua e o aperfeiçoamento das políticas de diversidade e inclusão são fundamentais para superar as barreiras e maximizar os benefícios. A produção científica com a temática, também pode auxiliar nos avanços da equidade social e laboral.

Podemos concluir que a gestão eficaz da diversidade e inclusão no Terceiro Setor em Portugal pode promover inovação, coesão social e equidade, refletindo a verdadeira essência da diversidade humana. O sucesso sustentável dessas iniciativas depende de uma abordagem equilibrada que reconheça tanto os benefícios quanto os desafios, comprometendo-se com a construção de um ambiente inclusivo que valorize todas as diferenças. A continuidade e ampliação dos estudos nesta área são essenciais para aprofundar a compreensão e melhorar as práticas existentes, fortalecendo assim o impacto positivo do Terceiro Setor na sociedade portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amato, L. (2022). *Diversidade e inclusão: e suas dimensões*. Brasil: Literare Books.
- Cox, T. H., & Blake, S. (1991). Gestão da diversidade cultural: implicações para a competitividade organizacional. 5(3). *Academia de Perspectivas da Administração*. doi:10.5465/ame.1991.4274465.
- Cristovão, L. (2023). *Impulsionador da Diversidade e Inclusão Organizacional*. Portugal: ISLA - Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.26/45341>.



- Fonseca, G. G. (2021). Diversidade e inclusão: Um enfoque sobre a repercussão social das minorias no ambiente de trabalho. Brasil: Universidade Federal do Ceará. Obtido de <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/68943>.
- França, L. L. (2023). Diversidade e inclusão como fator para obtenção de vantagem competitiva nas organizações. Portugal: IPC - ESTGOH - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.26/44558>.
- Guerra, P., & Santos, M. (2013). Relações entre o Estado e a sociedade: uma diacronia pelo terceiro setor em Portugal. Portugal: Flup - Relatórios Técnicos. Obtido de <https://hdl.handle.net/10216/81591>.
- Lourenço, T. C. (2023). Diversidade e inclusão nas organizações: Compreender o efeito no compromisso organizacional. Portugal: IPSPA - Instituto Universitário. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.12/9252>.
- Martinho, A. L., Lousã, E. P., Soares, R., & Meirinhos, V. (2017). Gestão e desenvolvimento de Recursos Humanos - Práticas Emergentes. Porto, Portugal: Vida Economica Editorial SA.
- Martinho, A. L., Quintão, C., & Gomes, M. (2018). As empresas sociais de inserção na promoção do emprego e inclusão social a partir de estudos de caso europeus. Portugal: Instituto Superior do Instituto Politécnico do Porto - IPP. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.22/12056>.
- Meneses, J. W., Azevedo, C., & Franco, R. C. (2010). Liderança nas Organizações sem Fins Lucrativos. Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos - O Desafio da Inovação Social. Portugal: Imoedições - Edições Periódicas e Multimédia, Lda. (Grupo Editorial Vida Económica).
- Merzel, C. R. (2022). Diversity, Equity, and Inclusion on the Frontlines of Education. Sage Publications Inc. doi:10.1177/23733799221113510.
- ODS. (2024). Objetivos de desenvolvimento Sustentável. Portugal. Obtido em 5 de maio de 2024, de <https://ods.pt/>.
- Quintão, C. (2004). Terceiro sector: elementos para referência teórica e conceptual. (5), 15. Portugal: IS Working Papers. Obtido de <https://hdl.handle.net/10216/54377>.
- Quintão, C. (2011). O terceiro sector e a sua renovação em Portugal: uma abordagem preliminar. (2), 18. Portugal: IS Working Papers. Obtido de <https://hdl.handle.net/10216/54358>.
- Ramos, S. (2017). Diversidade no local de trabalho: estudo de caso numa empresa do setor público. Portugal: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Obtido de <http://hdl.handle.net/10071/15050>.
- Roberson, Q. M. (2006). Disentangling the meanings of diversity and inclusion in organizations. 31, 2, 212-236. Sage publications Inc. doi:10.1177/1059601104273064.
- Santos, B. S., Amélia, C., & Camargo, A. (2001). Os caminhos e os descaminhos do terceiro sector: a propósito da experiência portuguesa recente. Em P. Hespanha, O Diálogo dos 500 Anos. Brasil e

- Portugal entre o passado e o futuro.
Rio de Janeiro: EMC Edições.
- Saraiva, L. A., & Irigaray, H. R. (2009). Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? Brasil: Revista de Administração de Empresas. doi:10.1590/S0034-75902009000300008.
- Souza, A. A., Palhares, J., Santos, T. B., & Rosa, M. A. (2019). Empresa inclusiva? Uma análise comparativa entre os discursos de trabalhadores com deficiência e os gestores de uma empresa cooperativa. Salvador, Brasil: Revista Gestão e Planejamento. doi:10.21714/2178-8030gep.v20.5688.
- Teixeira, M. F. (2022). O estabelecimento de cotas para a inclusão de gênero em cargos diretivos de cooperativas: uma política para promoção da integralidade do princípio da adesão voluntária e livre. Portugal: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto - IPP. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.22/21691>.

31 - 03 | 2025

ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DO CONSUMO DE DROGAS ENTRE JOVENS: CASO DA CIDADE DE MAPUTO ENTRE 2022 E 20023

Strategy for preventing drug use among youth: The case of Maputo city from 2022 to 2023

Estrategia para la prevención del consumo de drogas entre los jóvenes: El caso de la ciudad de Maputo entre 2022 y 20023

Filipe Naftal Filimone¹

¹PhD em finanças Publicas, Docente no Instituto Superior Guaza Muthine; filipenaftal35@gmail.com

Autor para correspondência: filipenaftal35@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Filimone, F. N. (2025). Estratégia de prevenção do consumo de drogas entre jovens: Caso da cidade de Maputo entre 2022 e 20023. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 220-234. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

A pesquisa, tem como tema: “estratégias de prevenção do Consumo de Drogas em Adolescentes: caso da Cidade de Maputo entre 2022 e 20023” Seu objectivo é estimular uma discussão sobre a prevenção do uso de drogas, identificar as abordagens preventivas adotadas por diferentes grupos e, sugerir a mais eficaz. Foram empregues, as técnicas de pesquisa: bibliográfica, documental e entrevista. Esta é de natureza aplicada pois é dedicada à geração de conhecimento para solução de problemas específicos, (Gil, 1999), motivada pela observação contínua do aumento anual no número de consumidores de drogas, que buscaram serviços de saúde devido a complicações relacionadas ao consumo. Por sua vez, utilizou métodos como pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevista semiestruturada e observação não participante. A entrevista semiestruturada foi escolhida para permitir um diálogo espontâneo e uma maior interação entre os participantes. A observação não participante foi realizada de maneira intensiva, sistemática e participante artificial. O estudo adotou uma

abordagem qualitativa, com a inclusão de técnicas estatísticas. Trata-se de um estudo de caso, envolvendo 13 participantes, o processo de codificação, análise e interpretação dos dados seguiu três etapas interdependentes: codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva (Santos e Nóbrega, 2002). A análise e interpretação de dados basearam-se na técnica de análise de conteúdo (Triviños, 1987, p. 160). Conclui-se que a fragilidade das estratégias adotadas resulta da falta de envolvimento significativo dos usuários, da falta de conformidade com a legislação em vigor, em grande parte desatualizada, e, igualmente importante, da falta de adesão de muitos dependentes químicos às medidas preventivas, devido ao estigma ou à dificuldade de acesso a locais de reabilitação.

Palavras-chave: Estratégia, prevenção, desigualdades sociais, adolescente, drogas.

ABSTRACT

The research focuses on the theme: “Strategies for Preventing Drug Use Among Adolescents: The Case of Maputo City from 2022 to 2023.” Its objective is to

stimulate a discussion on drug use prevention, identify the preventive approaches adopted by different groups, and suggest the most effective one. The research employed bibliographic, documentary, and interview techniques. This research is applied in nature, dedicated to generating knowledge for solving specific problems (Gil, 1999), motivated by the continuous observation of the annual increase in the number of drug users seeking health services due to drug-related complications. It utilized methods such as bibliographic research, document analysis, semi-structured interviews, and non-participant observation. The semi-structured interview was chosen to allow spontaneous dialogue and greater interaction among participants. Non-participant observation was conducted intensively, systematically, and through artificial participation. The study adopted a qualitative approach, including the use of statistical techniques. It is a case study involving 13 participants. The process of data coding, analysis, and interpretation followed three interdependent stages: open coding, axial coding, and selective coding (Santos and Nóbrega, 2002). Data analysis and interpretation were based on the content analysis technique (Triviños, 1987, p. 160). The conclusion is that the fragility of the adopted strategies results from the lack of significant user involvement, non-compliance with largely outdated legislation, and importantly, the lack of adherence to preventive measures by many drug dependents due to stigma or difficulty accessing rehabilitation facilities.

Keywords: strategy, prevention, social inequalities, adolescents, drugs.

RESUMEN

La investigación tiene como tema: “Estrategias de prevención del consumo de drogas entre adolescentes: el caso de la ciudad de Maputo entre 2022 y 2023”. Su objetivo es estimular una discusión sobre la prevención del consumo de drogas,

identificar los enfoques preventivos adoptados por diferentes grupos y sugerir el más efectivo. Se utilizaron las siguientes técnicas de investigación: bibliográfica, documental y entrevista. Ema es de carácter aplicado ya que se dedica a generar conocimiento para la solución de problemas específicos (Gil, 1999), motivado por la observación continua del incremento anual del número de usuarios de drogas que acuden a los servicios de salud por complicaciones relacionadas con el consumo. A su vez, se utilizaron métodos como la investigación bibliográfica, el análisis documental, la entrevista semiestructurada y la observación no participante. Se eligió la entrevista semiestructurada para permitir el diálogo espontáneo y una mayor interacción entre los participantes. La observación no participante se llevó a cabo de forma intensiva, sistemática y artificialmente participativa. El estudio adoptó un enfoque cualitativo, con la inclusión de técnicas estadísticas. Se trata de un estudio de caso en el que participaron 13 personas. El proceso de codificación, análisis e interpretación de los datos siguió tres etapas interdependientes: codificación abierta, codificación axial y codificación selectiva (Santos y Nóbrega, 2002). El análisis e interpretación de los datos se basó en la técnica de análisis de contenido (Triviños, 1987, p. 160). Se concluye que la fragilidad de las estrategias adoptadas resulta de la falta de implicación significativa de los usuarios, de la falta de cumplimiento de la legislación vigente, en gran medida obsoleta, y, igualmente importante, de la falta de adhesión de muchos drogodependientes a las medidas preventivas, debido al estigma o a la dificultad de acceso a los recursos de rehabilitación.

Palabras clave: Estrategia, prevención, desigualdades sociales, adolescencia, drogas

INTRODUÇÃO

O artigo em questão tem como propósito explorar a estratégia de prevenção do consumo de drogas entre jovens na cidade de Maputo entre os anos de 2022 e 20023. A atual geração, caracterizada como a mais urbana da história, enfrenta crescentes desafios em relação ao acesso à educação e aos serviços de saúde, o que os expõe cada vez mais aos riscos associados ao uso de drogas, sejam elas legais ou ilegais.

Diversos fatores contribuem para o abuso de substâncias entre os jovens, desde aspectos sociohistóricos, como a industrialização e urbanização recentes, até crises econômicas, como a dos anos 1980, que dificultaram a inserção no mercado de trabalho e geraram insatisfação nas necessidades da juventude. A crescente produção industrial de bebidas alcoólicas e a influência dos meios de comunicação também desempenham papéis significativos nesse cenário.

Embora os fatores de risco associados ao consumo de drogas entre jovens em Maputo sejam pouco estudados localmente, estudos em outras regiões apontam para influências como o envolvimento dos pais no consumo de álcool ou drogas, ausência parental, falta de apoio familiar, influência de amigos que usam drogas, entre outros. O uso e abuso de álcool e drogas são reconhecidos como principais causas de vulnerabilidades na juventude, como acidentes, suicídios, violência, gravidez não planejada e transmissão de doenças sexualmente transmissíveis.

Dessa forma, ações como visitas domiciliares, campanhas comunitárias e parcerias institucionais com famílias, associações juvenis, grupos sociais, religiosos e escolas são cruciais para envolver e educar um maior número de jovens sobre as consequências associadas à escolha de consumir ou se abster do uso de drogas.

O uso de drogas é um fenômeno de longa data na história da humanidade e representa um sério problema de saúde pública, com

consequências significativas tanto pessoais quanto sociais para os jovens e para toda a sociedade.

De acordo com Andrade (2001, p.76), as drogas têm a capacidade de aumentar ou diminuir a atividade mental e causar distorções na percepção. Seus efeitos podem variar de acordo com o usuário e com a droga utilizada. Elas podem estimular a atividade física, inibir o sono e diminuir o cansaço e a fome, promover sensação de poder e euforia, aliviar a tensão, relaxar os músculos, causar descoordenação dos movimentos, falta de ar, perda da capacidade crítica, visão dupla, náuseas, confusão mental, alucinações, delírios, palidez, taquicardia, aguçamento dos sentidos, entre outros sintomas.

O uso prolongado pode levar à morte, e mesmo drogas consideradas leves, como a cannabis sativa, podem causar danos. Tudo depende da pessoa que a utiliza e da maneira como é consumida. Muitos jovens têm dificuldade em reconhecer que o uso de drogas pode ser prejudicial, assim como muitos adultos que consomem álcool ocasionalmente têm dificuldades em admitir que o álcool pode se tornar um hábito nocivo.

Isso ocorre em parte porque a maioria dos consumidores de drogas, sejam elas legais ou ilegais, conhece muitos usuários ocasionais, mas poucas pessoas que se tornam dependentes ou tiveram problemas com o uso de drogas. Além disso, o prazer momentâneo obtido com a droga e a imaturidade não favorecem grandes preocupações com os riscos. Se um jovem deseja experimentar drogas, sempre encontrará alguém disposto a oferecê-las.

Segundo Cavalcante (1997, p.34), cada pessoa tem seus próprios motivos para o uso de drogas. Os pais não devem tirar conclusões precipitadas se suspeitarem ou descobrirem que o filho está usando drogas. É fundamental ouvir com muita atenção para compreender o que está acontecendo.

De acordo com Freitas (2002, p.87), "alguns dos possíveis motivos incluem: oportunidade, curiosidade, influência,

baixa autoestima, pressão externa e busca de prazer".

Um número significativo de jovens internados, aproximadamente 62%, em instituições hospitalares na cidade de Maputo, foi devido ao consumo de múltiplas substâncias e outras drogas. Esses dados não contabilizam aqueles que perderam a vida devido a overdoses nas ruas da cidade, incluindo os arredores do Bairro de Mafalala, apesar dos esforços das associações de combate às drogas. A partir disso, surge a pergunta central: *quais estratégias podem ser adotadas para reduzir os índices de consumo de drogas?*

Revisão da Literatura

Conceito de Droga.

De forma sucinta, "droga" pode ser definida como qualquer substância que, quando ingerida, causa alterações no sistema nervoso central (Sullivan, Thompson, 1994). Ao longo da história, o uso de drogas está intrinsecamente ligado ao significado social atribuído a elas em um determinado momento, sendo adaptável ao longo do tempo. Isso implica que as drogas são problemáticas não apenas pelo que são, mas também pela forma como são socialmente codificadas. O consumo de uma droga ilícita, mesmo que não seja frequente, entra em conflito com as normas não devido à regularidade, mas sim por desafiar a norma.

Tipos de Drogas

a) Depressores do Sistema Nervoso Central (DSNC)

Álcool (Etanol)

O etanol, com fórmula C_2H_5OH , é um líquido incolor presente em todas as bebidas alcoólicas. A propensão para se tornar dependente do álcool varia entre as pessoas. A dependência alcoólica é influenciada por vulnerabilidades e suscetibilidades, que são determinadas por condições biológicas, psicológicas, sociais e ambientais. É relevante notar que as enzimas responsáveis pelo metabolismo do álcool no organismo variam de pessoa para

pessoa, o que é conhecido como vulnerabilidade biológica (Katzung, 2010). O álcool é a causa mais frequente de morbidade e mortalidade, superando todas as outras drogas combinadas, exceto o tabaco. Não é surpreendente observar que os polimorfismos no álcool-desidrogenase e no aldeído-desidrogenase, que resultam em um aumento do acúmulo de aldeído e seus efeitos como rubor facial, náuseas e hipotensão, parecem proteger contra o alcoolismo (Katzung, 2010). Atualmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define um alcoólatra como um consumidor excessivo, cuja dependência em relação ao álcool está associada a distúrbios mentais, de saúde física, relacionamentos interpessoais e comportamento social e econômico (Heckmann & Silveira, 2009).

Efeitos no Sistema Nervoso Central (SNC):

As vias neuronais que utilizam o ácido GAMA - aminobutírico (GABA) desempenham uma importante ação inibitória sobre as demais vias nervosas. Sua ativação promove diversos efeitos, incluindo elevação no limiar convulsivo devido à inibição generalizada do encéfalo, hipnose induzida pela ação sobre neurônios do sistema reticular ativador ascendente, relaxamento muscular pela contenção das vias motoras e incoordenação decorrente da inibição cerebelar (Katzung, 2010).

A ingestão de etanol pode causar diversos efeitos sobre o sistema nervoso central, sendo explicada por três principais teorias: potencialização da inibição mediada pelo GABA, semelhante à ação dos benzodiazepínicos. Além dos efeitos agudos, a administração crônica pode levar a alterações neurológicas irreversíveis, como demência, degeneração do cerebelo e neuropatia periférica (Rang, H. P et al., 2012).

Opiáceos (morfina, codeína, heroína)

Os opiáceos são substâncias extraídas da planta *Papaver somniferum*, comumente conhecida como papoula. Após o corte, a casca da semente exsuda um suco leitoso

que, ao secar, se torna o ópio (Katzung, 2010). Essas drogas, como a morfina, a codeína e a heroína, são potentes analgésicos, mas também podem ser utilizadas como substâncias de abuso, levando rapidamente à dependência (Duarte & Formigoni, 2017).

Efeitos no SNC:

Os opiáceos têm basicamente os mesmos efeitos no sistema nervoso central, diminuindo sua actividade, resultando em analgesia e hipnose (Carlini, 2011).

Solventes ou Inalantes

Essas substâncias são altamente voláteis, o que significa que têm a propriedade de evaporar facilmente e podem ser inaladas, como esmaltes, colas, tintas e gasolina. Após a inalação, os solventes atingem os alvéolos e capilares pulmonares, distribuindo-se pelo organismo. Os efeitos incluem fases de excitação, depressão e podem levar à inconsciência, convulsões e até mesmo morte súbita (Ramsey, 2014).

Efeitos no SNC:

Os efeitos são divididos em quatro fases, desde excitação até depressão profunda do SNC (Formigoni, 2016).

a) Benzodiazepínicos

Os benzodiazepínicos, como ansiolíticos e hipnóticos, atuam seletivamente nos recetores GABA, promovendo uma inibição da excitação celular. Seu uso prolongado pode levar à tolerância, dependência e crises de abstinência (Nunes & Bastos, 2016). Em casos graves, causam sonolência, confusão, convulsões e coma, enquanto a suspensão repentina pode levar a dores e, alucinações, diarreia e convulsões (Mcpherson & Pincus, 2012).

b) Estimulantes do Sistema Nervoso Central

Cocaína

Extraída da planta *Erythroxylon coca*, a cocaína atinge o sistema nervoso central por inalação, ingestão ou fumaça. Seus

efeitos incluem delírios, paranoia e movimentos involuntários, associados à potencialização da neura transmissão do paminérgica (Golan, 2009).

Tabaco

O tabaco, proveniente da planta *Nicotiana tabacum*, contém nicotina. Seu consumo, principalmente por cigarros, é um problema global de saúde pública, ativando recetores nicotínicos e muscarínicos da acetilcolina e provocando dependência (Olivetti, 2013; Golan *et al.*, 2009).

c) Perturbadores do Sistema Nervoso Central

Cannabis Sativa (Maconha)

A maconha, nome atribuído no Brasil à planta *Cannabis Sativa*, é composta por cerca de 400 substâncias químicas, das quais se destacam pelo menos 60 alcaloides conhecidos como canabinoides. Responsáveis pelos efeitos psíquicos, esses canabinoides se dividem em dois grupos: os psicoativos (Delta-8-THC, Delta-9-THC) e os não psicoativos (canabidiol e canabinol). O principal componente psicoativo é o delta-9-tetrahydrocannabinol (Δ^9 -THC), sendo a substância mais abundante e potente desses compostos (Ribeiro & Marques, 2002). A quantidade de THC utilizada varia conforme diversos fatores, como solo, clima, estação do ano, época da colheita e tempo decorrido entre a colheita e o uso, influenciando a potência e, consequentemente, os efeitos (Carlini, 2011).

Efeitos no SNC:

A maconha pode ser introduzida tanto pelos pulmões, via fumaça, como pelo trato gastrointestinal (GI), por meio da ingestão oral. Os efeitos predominantes na intoxicação incluem alterações na percepção e no estado psíquico do usuário. Doses baixas podem resultar em euforia, relaxamento, passividade e mudança na percepção. Doses elevadas podem levar a paranoia, alucinações e desorientação (Mcpherson & Pincus, 2012).

Êxtase

O êxtase, nome popular para a 3,4-metilenodioximetanfetamina (MDMA), é um derivado sintético da anfetamina, classificado como alucinogénio devido ao seu potencial de causar alucinações em doses altas (OMS, 2007). Consumido principalmente em festas raves, sob a forma de comprimidos, cápsulas ou pó, o êxtase também é popular em outros ambientes (Velho *et al.*, 2008).

Efeitos no SNC:

O êxtase provoca diminuição do apetite, dilatação das pupilas, aceleração do batimento cardíaco, aumento da temperatura corporal (hipertermia), rangido de dentes e aumento na secreção do hormônio antidiurético (Carlini, 2011).

Alucinógenos (LSD – 25)

A Dietilamida do Ácido Lisérgico (LSD) é uma droga alucinogénia sintetizada artificialmente, derivada dos alcaloides do esporão do centeio, conhecidos como alcaloides do *ergot*, produtos do metabolismo do fungo *Claviceps purpurea*. Encontrada em diversas formas, como papéis absorventes, tabletes de gelatina, cubos de açúcar, cápsulas e micro pontos (Lisboa *et al.*, 2011).

Efeitos no SNC:

O LSD actua nos sentidos do corpo, com efeitos visuais intensos. Inclui alterações na percepção temporal, ilusões visuais ou alucinações, visão desfocada ou “ondulante” e sinestésias. Casos de morte estão associados a traumas secundários a erros de julgamento, sendo que indivíduos psicóticos e deprimidos limítrofes apresentam risco de tentativas precipitadas de suicídio ou episódios psicóticos prolongados. Os “flashbacks” podem ocorrer dias ou meses após a ingestão, quando o usuário sofre recaídas sem consumir a droga novamente (Mcpherson & Pincus, 2012).

Violência causada por drogas

A desigualdade social, a miséria, o uso de drogas, a falta de amor ao próximo e a programação geral da mídia são consideradas as principais causas da violência. Observa-se que, entre as violências decorrentes do consumo de drogas, as mais evidentes incluem irritabilidade excessiva, mau humor e respostas bruscas a questões simples. Em determinados momentos, dependendo do estágio e do tipo de substância consumida, pode haver violência física, inclusive contra pessoas próximas, como pai, mãe, esposa e filhos. As drogas, portanto, são descritas como uma fantasia que se torna real, destruindo a vida de quem as utiliza e daqueles ao redor.

Souza (2006, p.47) destaca que a maior e mais explícita forma de violência está associada ao tráfico de drogas. Este possui o poder de dilacerar toda uma sociedade, sendo responsável não apenas pela manutenção dos usuários, mas também pelo recrutamento de futuros criminosos. A violência gerada nas disputas por pontos de venda de drogas e na aquisição de armamento para defesa interna e contra a polícia são razões pelas quais se pode afirmar que quem compra drogas é o principal patrocinador da violência.

Constantino (2007, p.3) ressalta que, nos dias atuais, os adolescentes entram no mundo da droga por volta dos 12 anos, e a maior influência é exercida pelo grupo de amigos. Ele destaca o trabalho com adolescentes de 9 a 14 anos, considerando que é nessa fase que começam a descobrir a vida e o universo das drogas. O autor procura conscientizar sobre os males causados pelo vício.

Constantino (2007, p.4) explica que a entrada na vida das drogas inicia geralmente com o cigarro e o álcool, seguido pela maconha. Ele enfatiza que o salto para drogas mais pesadas ocorre rapidamente, destacando a progressão no uso de substâncias.

Os diferentes níveis de prevenção

No contexto do uso de psicotrópicos, as intervenções repressivas e de controle ganharam destaque nas últimas décadas, atingindo seu ápice na década de 80 durante o movimento norte-americano conhecido como "Guerra às Drogas". Este movimento caracterizou-se por um enfoque alarmista, intolerante e repressivo, com o objetivo de "exportar" essa postura para países menos desenvolvidos, incluindo o Brasil (Carlini-Cotrim, 1995). Vários estudos têm apontado as limitações e complicações das medidas proibitivas, como a restrição à venda de psicotrópicos, a repressão ao tráfico de drogas ilícitas e o controle policial voltado aos usuários.

A restrição ao acesso a uma determinada droga, quando aplicada isoladamente, pode reduzir o consumo dessa substância, mas geralmente desencadeia a substituição por outras mais disponíveis (Westermeyer, 1976; Schottstaedt & Bjork, 1977; Carlini-Cotrim & Silva-Filho, 1988; Noto et al., 1998). Assim, torna-se crucial o desenvolvimento de intervenções complementares, voltadas para a prevenção, considerando outros aspectos que envolvem o uso de drogas, como o indivíduo e o meio social.

Prevenção primária

Momade (2020) afirma que o objetivo da prevenção primária é intervir antes que o consumo de drogas se estabeleça. Para alcançar o sucesso nesse tipo de prevenção, é fundamental implementar intervenções que se concentrem principalmente no comportamento, promovendo um estilo de vida saudável. Isso pode ser realizado por meio de atividades como exercícios físicos regulares, adoção de uma alimentação equilibrada e o estímulo ao lazer saudável. Essas abordagens não apenas visam desencorajar o uso inicial de drogas, mas também fortalecer hábitos e valores que promovem uma vida livre de substâncias nocivas, contribuindo assim para a saúde e o bem-estar geral da comunidade.

Além desses modelos, existem abordagens mais recentes, incluindo aquelas que fortalecem atitudes saudáveis, oferecem alternativas esportivas/culturais, modificam o ambiente e práticas institucionais, bem como sensibilizam lideranças naturais para atuarem como multiplicadores do processo. A escolha do modelo mais adequado depende das características e necessidades da comunidade onde se pretende atuar.

Modelo de Prevenção Secundária

O Modelo de Prevenção Secundária consiste em ações que buscam evitar complicações para pessoas que fazem uso ocasional de drogas e apresentam um nível relativamente baixo de problemas (OMS, 1992). Essas ações têm como objectivo sensibilizar as pessoas sobre os riscos, favorecendo a mudança de comportamento por meio do aprendizado de novas atitudes e escolhas mais responsáveis (OMS, 1992; Mesquita ET AL., 1993).

Os serviços específicos de prevenção secundária ainda são pouco explorados na Cidade de Maputo, especialmente devido às inúmeras dificuldades relacionadas à implementação desse tipo de intervenção. Usuários não dependentes muitas vezes não percebem prejuízos imediatos do uso da droga e ainda experimentam prazer em usá-las. Isso dificulta a busca por ajuda em serviços especializados, e esses usuários raramente são identificados. No caso das drogas ilícitas, o reconhecimento do usuário torna-se ainda mais complicado devido ao caráter clandestino desse comportamento.

Prevenção terciária

A prevenção terciária consiste em um conjunto de ações que, partindo de um problema já existente, busca evitar prejuízos adicionais e/ou reintegrar os indivíduos à sociedade. Seu objectivo é melhorar a qualidade de vida dos usuários em relação à família, trabalho e comunidade de maneira geral (OMS, 1992). Na prática, essas acções incluem a

identificação e o manejo de casos emergenciais, como síndrome de abstinência, *overdose*, tentativas de suicídio, entre outros. Além disso, abordam pacientes portadores de problemas que exigem encaminhamento, como hepatite, *AIDS*, cirrose, entre outras condições. A prevenção terciária envolve, também, orientação familiar e assistência na reabilitação social dos usuários, visando proporcionar uma reintegração saudável na sociedade.

Redução de danos secundários ao uso indevido de drogas

Essa categoria aborda políticas públicas voltadas para a redução dos efeitos negativos decorrentes do uso de drogas, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. Reconhecendo que muitas pessoas continuarão usando drogas, independentemente das intervenções convencionais com baixa efetividade, as políticas de redução de danos buscam minimizar os impactos adversos.

A atenção a essa estratégia de saúde pública aumentou, especialmente, ao considerar a participação do consumo de drogas na transmissão do HIV e das hepatites virais, através do compartilhamento de agulhas e seringas contaminadas durante o uso injetável de drogas (O'Hare, 1994; Rhodes *et al.*, 1996). Iniciativas pioneiras nesse contexto incluem o Projeto Mafalala, localizado no bairro de mesmo nome, na Cidade de Maputo.

A Redução de Danos (RD), é compreendida como uma estratégia da política de saúde brasileira focada na prevenção da *AIDS* e na redução de danos associados ao uso de drogas. Essa abordagem é implementada tanto em intervenções de rua quanto em instituições, visando evitar as consequências negativas do uso de drogas (Souza *et al.*, 2013).

É crucial destacar que a Política de Redução de Danos não busca necessariamente a abstinência do usuário. Em vez disso, seu objectivo é oferecer estratégias para proteger a vida do usuário, proporcionando

maior liberdade e consciencializando-o de sua responsabilidade sobre sua vida. A autonomia do sujeito em relação ao tratamento e a não-obrigação da abstinência imediata são pontos fundamentais dessa estratégia. Apesar disso, a implementação da Redução de Danos enfrenta resistências e desafios significativos em sua aplicabilidade (Souza *et al.*, 2013).

Cossa, C.S., (2021) Da a importância da prevenção, especialmente diante do cenário recente em que o tráfico internacional de drogas tem exacerbado os desafios enfrentados por Moçambique, introduzindo novos riscos e ameaças à segurança e à tranquilidade pública. Nos últimos anos, o fenômeno do tráfico de drogas tem crescido exponencialmente em sua complexidade e alcance global, desafiando as estruturas de segurança estabelecidas em cada país. Esse aumento tem suscitado preocupações sobre a capacidade dos sistemas de segurança em lidar com as crescentes demandas e tem gerado um clima generalizado de insegurança entre as populações locais. Assim, torna-se crucial adotar abordagens preventivas eficazes para lidar com essa questão complexa e multifacetada, visando proteger não apenas a segurança pública, mas também a integridade social e o bem-estar dos cidadãos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa justificou-se pelo aumento significativo dos casos de jovens consumidores de drogas em Maputo, evidenciando a urgência de desenvolver um estudo sobre estratégias de prevenção. A área de estudo apresentava grande vulnerabilidade social, tornando imperativo abordar abertamente as questões relacionadas às drogas, trocar informações e diagnosticar a situação de risco da comunidade, que mostrava elevados índices de envolvimento com álcool, tabaco e outras drogas, incluindo as ilícitas.

Os objetivos do estudo são promover um espaço de discussão sobre a prevenção das drogas, vinculado ao desenvolvimento do

protagonismo dos jovens, com foco na saúde e prevenção. Especificamente, buscou-se identificar o tipo de prevenção utilizado por cada associação que atua na área de drogas e propor um estilo de prevenção que reduzisse as desigualdades sociais entre jovens.

O estudo adotou uma abordagem qualitativa, excluindo o uso de técnicas estatísticas. Trata-se de um estudo de caso único, envolvendo entrevistas com 13 participantes, incluindo toxicodependentes, gestores de núcleos e membros da população em geral, codificados como E1, E2 e E3, respetivamente. O processo de codificação, análise e interpretação dos dados seguiu três etapas interdependentes: codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva (Santos e Nóbrega, 2002).

A pesquisa utilizou métodos como pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevista semiestruturada e observação não participante. A entrevista semiestruturada foi escolhida para permitir um diálogo espontâneo e uma maior interação entre os participantes. A observação não participante foi realizada de maneira intensiva, sistemática e participante artificial.

A análise e interpretação de dados basearam-se na técnica de análise de conteúdo (Triviños, 1987, p. 160).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para alcançar os objetivos, foram realizadas entrevistas a 23 respondentes cuidadosamente selecionados entre toxicodependentes, gestores de centros de prevenção e combate às drogas, e a população em geral. Especificamente, buscaram-se indivíduos que sofrem direta ou indiretamente as consequências do consumo e tráfico de drogas. Os entrevistados foram agrupados e mantidos anônimos, de modo a permitir a confidencialidade e respeitar o elemento ético agora, são apresentadas algumas das

respostas obtidas, comparando-as com a literatura relevante observada.

Estratégia adotadas para a prevenção e combate à droga

Na cidade de Maputo trabalha-se na prevenção e combate ao consumo de drogas, sendo que, destacam-se 11 associações de combate e prevenção, nas quais estão envolvidos cerca de 609 jovens como ativistas.

Estes grupos estão sob coordenação do Gabinete de Prevenção e combate à Droga, da Cidade de Maputo. a nota em comum é que, para a prevenção primária foram adotadas as palestras que foram realizadas em diversas escolas e debates, promovidas, de maneira substancial, por diversas instituições governamentais da Cidade, em diferentes esferas. O foco principal dessas iniciativas foi sensibilizar as comunidades, com ênfase especial nos jovens e adolescentes em idade escolar, abordando as graves consequências para a saúde, decorrentes do consumo de substâncias psicoativas, incluindo o álcool.

Durante este período, foram usadas a prevenção primária, que resultou em 253 palestras, disseminadoras de mensagens educativas antidrogas, impactando positivamente um total de 24.485 pessoas. GPCDMC (2023).

No intuito de fortalecer as actividades preventivas, direccionadas à redução da procura de drogas, foi implementado um programa de formação voltado para os ativistas antidrogas, mobilizados pelos diversos sectores governamentais com responsabilidade direta na disseminação de informações educativas contra o tráfico e consumo ilícitos de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Essas formações visaram capacitar os ativistas comunitários para que desempenhem um papel mais eficaz na promoção da consciencialização e prevenção do consumo de drogas em suas comunidades, abordando temas cruciais

relacionados à saúde, educação e direitos humanos.

Destaca-se, também, a prevenção terciária com realização de visitas a cerca de 188 famílias para apoio psicossocial, reintegrados 134 toxicodependentes nas suas famílias, sendo que 30 jovens (4 Mulheres e 26 Homens), Ex usuários de drogas, foram reintegrados pelo Gabinete e os restantes pela Saúde e Direção do Género e Ação Social (DGCAS), 33 visitas de monitorias aos centros de reabilitação

nomeadamente REMAR, Massana, RETO, SOS e nas Escolas. No mesmo período do ano anterior, foram realizadas 68 visitas domiciliárias de apoio psicossocial, reintegrados 46 jovens e 6 visitas de monitorias. (Relatorio Anual de GPCD – CM 2023)

Razoes de aumento de número de Consumidores de Drogas na Cidade de Maputo.

Tabela 1: Total de casos atendidos na consulta externa por idade / 2022

Diagnósticos	15-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	>46	Total	%
F-10 PMC por consumo de álcool	170	240	289	312	255	201	221	1688	38.1
F-11 PMC por consumo de opióides	15	58	44	11	21	3	12	164	3.71
F-12 PMC por consumo de cannabinoides	113	123	111	20	21	11	8	407	9.2
F-13 PMC por consumo de sedativos ou hipnóticos	3	4	2	3	0	2	1	15	0.34
F-14 PMC por consumo de cocaína	1	14	13	8	7	3	3	49	1.11
F-15 Por consumo de outras estimulantes incluindo a cafeína	3	2	3	0	0	2	0	10	0.23
F-16 PMC por consumo de Alucinogénios	2	1	2	1	0	1	1	8	0.18
F-17 PMC por consumo de tabacos	17	88	100	68	37	21	31	362	8.18
F-18 PMC por consumo de solventes e voláteis	3	4	5	4	1	3	3	23	0.52
F-19 Ppor consumo de múltiplas substâncias e outras substâncias	146	467	345	230	216	145	150	1699	38.4
TOTAL	473	1001	914	657	558	392	430	4425	100

Tabela 2: Total de casos atendidos na consulta externa por idade / 2023

Diagnósticos	Idade							Total	%
	15-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	>46		
F-10 PMC por consumo de álcool	244	431	439	432	428	249	196	2419	40.2
F-11 PMC por consumo de opióides	37	129	102	42	49	12	11	382	6.4
F-12 PMC por consumo de cannabinoides	118	174	131	37	33	11	10	514	8.5
F-13 PMC por consumo de sedativos ou hipnóticos	5	9	3	10	0	4	2	33	0.5
F-14 PMC por consumo de cocaína	5	28	42	20	10	14	6	125	2.1
F-15 PMC por consumo de outras estimulantes incluindo a cafeína	12	4	5	0	0	0	0	21	0.3
F-16 PMC por consumo de Alucinógenos	0	1	0	0	0	0	0	1	0.0
F-17 PMC por consumo de tabacos	31	84	100	36	35	22	22	330	5.5
F-18 PMC por consumo de solventes e voláteis	0	1	0	0	0	0	0	1	0.0
F-19 PMC por consumo de múltiplas substâncias e outras substâncias	164	540	430	320	325	325	183	2187	36.4
TOTAL	616	1401	1252	897	880	537	430	6013	100

**Tabela 3: Total de casos atendidos na consulta externa por idade / 2022**

Diagnósticos	15-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	>46	Total	%
F-10 PMC por consumo de álcool	190	432	336	354	292	193	186	1983	40.5
F-11 PMC por consumo de opióides	29	65	46	13	17	5	15	190	3.88
F-12 PMC por consumo de cannabinoides	114	166	122	41	30	10	10	493	10.1
F-13 PMC por consumo de sedativos ou hipnóticos	3	4	2	3	0	2	1	15	0.31
F-14 PMC por consumo de cocaína	1	14	13	8	7	3	3	49	1
F-15 PMC por consumo de outras estimulantes incluindo a cafeína	3	2	3	0	0	2	0	10	0.2
F-16 PMC por consumo de Alucinogénios	0	1	0	0	0	0	0	1	0.02
F-17 PMC por consumo de tabacos	51	94	110	64	36	18	21	394	8.04
F-18 PMC por consumo de solventes e voláteis	0	1	0	0	1	0	1	3	0.06
F-19 PMC por consumo de múltiplas substâncias e outras substâncias	155	479	352	238	246	158	134	1762	36
TOTAL	546	1258	984	721	629	391	371	4900	100

Tabela 4: Total de casos atendidos na consulta externa por idade / 2023

Diagnósticos	Idade							Total	%
	15-20	21-25	26-30	31-35	36-40	41-45	>46		
F-10 PMC por consumo de álcool	36	90	93	83	85	46	58	491	36.8
F-11 PMC por consumo de opióides	9	38	23	6	7	1	3	87	6.5
F-12 PMC por consumo de cannabinoides	28	53	21	9	8	2	3	124	9.3
F-13 PMC por consumo de sedativos ou hipnóticos	0	4	1	0	1	0	0	6	0.4
F-14 PMC por consumo de cocaína	1	10	3	2	1	0	1	18	1.3
F-15 PMC por consumo de outras estimulantes incluindo a cafeína	0	0	0	0	0	0	0	0	0.0
F-16 PMC por consumo de Alucinógenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0.0
F-17 PMC por consumo de tabacos	11	23	11	11	2	2	2	63	4.7
F-18 PMC por consumo de solventes e voláteis	0	0	0	0	0	0	0	0	0.0
F-19 PMC por consumo de múltiplas substâncias e outras substâncias	84	172	98	80	53	37	23	547	40.9
TOTAL	169	390	250	191	157	88	90	1336	100
DIFERENÇA 2003 e 20022	70	143	268	176	251	146	59	1113	+35.8

Em relação a análise de dados, após recolha, os dados foram agrupados por categorias e posteriormente analisados com base em métodos estatísticos recorrendo-se a análises percentuais para melhor interpretar o fenómeno. O uso do Excel ajudou na organização dos resultados. A análise consistiu basicamente na

comparação do que existe escrito por outros autores e os resultados da pesquisa empírica realizada aos utentes do transporte rodoviário publico da região metropolitana de Maputo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados revela um aumento significativo no número de pacientes atendidos nos serviços de Saúde da Cidade de Maputo, relacionados a várias perturbações ligadas ao consumo de drogas. No período em questão, aproximadamente 6.013 pacientes foram atendidos em 2023, um aumento de cerca de 1113 pacientes em comparação com o ano anterior, correspondendo a um aumento de 35,8%. Desta totalidade, 4.166 são jovens de entre 15 a 35 anos.

O estudo buscou compreender melhor essa situação através de entrevistas realizadas a alguns desses pacientes. Entre as várias respostas obtidas, foi concluído que muitos usuários estavam em situações graves, pois, buscaram os serviços de saúde tardiamente devido ao sentimento de discriminação e ao receio de procurar ajuda a tempo.

Além disso, foram coletados dados relacionados a outras questões vinculadas ao desemprego e pobreza: durante as entrevistas realizadas a 13 toxicodependentes, constatou-se que 9 deles estavam desempregados. Esses indivíduos justificaram seu consumo de drogas como uma resposta à falta de oportunidades econômicas, destacando a relação entre o desemprego e o uso de drogas como uma forma de lidar com o estresse e a desesperança.

Desigualdade econômica: observou-se que a disparidade econômica entre ricos e pobres pode levar à alienação e marginalização de certos grupos da população, levando-os a buscar consolo no uso de drogas. Foi constatado que a falta de emprego contribuiu para colocar alguns indivíduos em uma situação de desigualdade econômica, minando sua esperança e aumentando a propensão ao consumo de drogas como uma forma de enfrentar suas dificuldades.

Facilidade de Acesso: a disponibilidade e a acessibilidade de drogas ilícitas foram identificadas como elementos que

contribuem para o aumento do número de consumidores de drogas. Esta situação foi confirmada pela maioria dos jovens consumidores de drogas entrevistados, provenientes de bairros como Mafalala, Chamanculo, Maxaquene e outros, onde existem focos de consumo e tráfico de drogas. Essa maior acessibilidade às drogas ilícitas está ligada à presença de redes de tráfico de drogas e à falta de aplicação da lei em certos casos.

Problemas de Saúde Mental: Foi observado que o aumento dos problemas de saúde mental não tratados, pode levar as pessoas a recorrerem ao uso de drogas como uma forma de automedicação para lidar com condições como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Esta tendência foi evidenciada entre os entrevistados, muitos dos quais relataram ter-se automedicado com drogas antes de procurarem os serviços de saúde, exacerbando assim sua situação de saúde.

Pressões Sociais: O estudo destacou a influência das pressões sociais, como a influência de amigos ou grupos sociais que promovem o uso de drogas, levando alguns indivíduos a experimentá-las. Muitos entrevistados relataram que, devido a problemas familiares, foram convidados por amigos a experimentar drogas como uma forma de aliviar a pressão que enfrentavam em suas vidas pessoais.

Falta de Educação e Consciencialização: Apesar de terem sido realizadas cerca de 250 palestras de consciencialização durante o período analisado o estudo, constatou-se que ainda há estratos sociais desinformados sobre os perigos e consequências do uso de drogas. Isso levou as pessoas a subestimarem os riscos associados ao consumo de drogas, como evidenciado pelos entrevistados nesta pesquisa.

Trauma e Violência: os resultados da pesquisa indicam que a exposição a experiências traumáticas, violência e conflitos aumenta a vulnerabilidade das

peessoas ao uso de drogas como uma forma de lidar com o trauma. Muitos dos entrevistados relataram ter recorrido às drogas como um mecanismo de enfrentamento de situações adversas vivenciadas.

Publicidade e Mídias: Outro fator relevante identificado está relacionado à publicidade enganosa feita por alguns sectores sociais, que glorificam o consumo de certas drogas, como bebidas alcoólicas. Nos últimos anos, Maputo tem sido palco desse tipo de publicidade, o que tem influenciado negativamente as percepções e comportamentos das pessoas em relação ao consumo de drogas.

Falhas nos Programas de Prevenção e Tratamento: a falta de programas eficazes de prevenção e tratamento de drogas pode contribuir para o aumento do consumo, uma vez que as pessoas podem não ter acesso aos recursos necessários para lidar com problemas de dependência. Observou-se, nos parágrafos anteriores, que Maputo conta com várias associações que atuam no âmbito da prevenção, no entanto, foram identificadas divergências nos métodos utilizados, chegando-se ao ponto de algumas abordagens se mostrarem contraditórias e, até mesmo, induzirem ao consumo de drogas. Isso ressalta a necessidade urgente de harmonização dos programas de prevenção e tratamento, a fim de garantir uma abordagem mais eficaz e coerente na prevenção do consumo de drogas.

Propostas de estratégias a adotar para prevenção e combate ao consumo da droga

De entre as várias propostas possíveis ara prevenir e combater o uso de drogas em uma comunidade podem ser adotadas as seguintes:

Educação e Conscientização: continua presente a necessidade de desenvolver e implementar programas educacionais abrangentes nas escolas e na comunidade, para informar as pessoas sobre os perigos e consequências do uso de drogas. Isso pode

incluir campanhas de conscientização, palestras, workshops e materiais educativos. Lembrar que esta quando aplicada isoladamente, tem tido sucesso limitado como medida preventiva, pois, a mudança de conceitos nem sempre se traduz em mudança de comportamento (Carlini-Cotrim, 1992; Dorn & Murji, 1992; Noto et al., 1998).

Intervenção Precoce: identificar e intervir precocemente em casos de uso de drogas, especialmente entre os jovens, oferecendo serviços de aconselhamento, apoio psicológico e encaminhamento para tratamento quando necessário.

Reforço da Lei e da Ordem: fortalecer as políticas de aplicação da lei para combater o tráfico de drogas e dismantelar redes de distribuição ilegal. Isso inclui aumentar a presença policial em áreas conhecidas por actividades de tráfico de drogas e implementar medidas para punir os traficantes.

Programas de Tratamento e Reabilitação: expandir o acesso a programas de tratamento e reabilitação para dependentes de drogas, oferecendo uma variedade de opções de tratamento, incluindo terapia individual e em grupo, desintoxicação, apoio médico e psicológico, e programas de reinserção social.

Apoio à Saúde Mental: garantir o acesso a serviços de saúde mental de qualidade, incluindo avaliação, diagnóstico e tratamento de transtornos mentais que podem estar relacionados ao uso de drogas. Envolvimento da Comunidade: Promover o envolvimento ativo da comunidade no combate ao uso de drogas, incentivando a colaboração entre escolas, organizações da sociedade civil, autoridades locais e líderes comunitários.

Apoio às Famílias: oferecer apoio às famílias afetadas pelo uso de drogas, fornecendo orientação, aconselhamento e recursos para lidar com questões relacionadas ao uso de drogas por parte de um membro da família.

Redução de Danos: implementar programas de redução de danos que visam minimizar

os riscos associados ao uso de drogas, oferecendo serviços como distribuição de seringas limpas, testes de drogas e programas de troca de agulhas. A redução de danos é compreendida como uma estratégia da política de saúde focada na prevenção da AIDS e na redução de danos associados ao uso de drogas. Essa abordagem é implementada tanto em intervenções de rua quanto em instituições, visando evitar as consequências negativas do uso de drogas (Souza et al., 2013).

Pesquisa e Avaliação: investir em pesquisa e avaliação contínuas para entender melhor os padrões de uso de drogas, identificar tendências emergentes e avaliar a eficácia das estratégias de prevenção e intervenção implementadas. Isso permite ajustar e aprimorar, continuamente, as abordagens de combate às drogas com base em evidências científicas sólidas.

Essas estratégias podem ser implementadas de forma integrada e complementar para abordar o problema do uso de drogas de maneira abrangente e eficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, A. G. (2001). As drogas mais usadas no Brasil e suas consequências. In: Drogas, Aids e Sociedade (Programa Nacional de DST/AIDS, ed.), pp. 53-59, Brasília: Ministério da Saúde/Programa Nacional de DST/AIDS.
- Carlini-Cotrim B. (1992). A Escola e as Drogas: Realidade Brasileira e Contexto Internacional. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Carlini-Cotrim, B. (1995). Inhalant use among Brazilian youths. NIDA Research Monograph, vol. 148, p. 64-78.
- COSSA, Carlos Simão. O tráfico internacional de drogas em Moçambique: desafios para a prevenção ao narcotráfico. 2021. Tesis Doctoral.
- DORN, N.; MURJI, K. K. and South, N.(1992) Traffickers: Drug Markets and Law Enforcement.
- Duarte, P. do C.; Formigoni, MLO de S. (2017). SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento.
- Formigoni, M. L. (2016). O uso de substâncias psicoativas no Brasil: módulo 1. 9. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas p. 146.
- De Freitas, L. A. (2002). Adolescência, família e drogas: a função paterna e a questão dos limites. Mauad Editora Ltda.
- Golan, D. E. et al. (2009). Princípios de Farmacologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Heckmann, W; Silveira, C. M. (2009). Dependência do álcool: aspectos clínicos e diagnósticos. In: Andrade AG, Anthony JC, Silveira CM. Álcool e suas consequências: uma abordagem multiconceitual. Minha Editora - Barueri (SP), p. 67-87.
- Katzung, B. G. (2010). Farmacologia Básica e Clínica. 10. Ed. São Paulo: Artmed, p 323.
- Lisboa, C.; Santos, M. M.; Netto, G. C. (2011). A utilização da dietilamida do ácido lisérgico (LSD) na terapeutica clínica. Revista Mirante/ Curso Ciências Biológicas, Rio Grande do Sul. p. 5-10, Dez/.
- Mcpherson, R. A.; Pincus, M. R. (2012). Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais. 21. ed. Barueri, SP: Manole, p. 356-361.
- Momade, S. P. (2020). Análise do papel da educação escolar na prevenção ao consumo de drogas no Ensino Secundário Geral do Distrito Municipal KaMavota: o caso da Escola Secundária Hitakula 2017-2020.

- Nunes, B. S.; Bastos, Fernando, M. (2016). Efeitos colaterais atribuídos ao uso indevido e prolongado de benzodiazepínicos. *Saúde & ciência em ação*, vol. 2, nº 2, pág. 71-82.
- O'hare, P.; Mesquita, F.; Bastos, F. I. (1994). *Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos*.
- Olivetti, R. F. (2013). O tabagismo e suas consequências: uma abordagem sobre a importância da adoção de hábitos saudáveis., p. 24-25. Monografia (Pós graduação em Ensino da Ciência) Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- OMS, O.; Remacha Grau, E. (1992). *Estratigrafia do abanico deltaico de Santa Orosia (Eoceno médio e superior da cuenca de Jaca, Prov. de Huesca)*.
- Ramsey, J. (2014). Drug profiles (LSD, volatile substances). European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction. 17 dez. Disponível em:
- Rang, H. P, et al. (2012). *Farmacologia*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p 686-687.
- Ribeiro, M; Marques, A. C. P. R. (2002). *Abuso e Dependência da Anfetamina*. Projeto Diretrizes: Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina. Disponível em: Acesso em: Abril. 2023).
- Santos, S. R.; Nóbrega, M. M. (2002). A Grounded Theory como alternativa metodológica para pesquisa em enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, vol. 55, p. 575-579.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, p. 20-45.
- Souza, T. P. (2013). *A norma da abstinência e o dispositivo "drogas": direitos universais em territórios marginais de produção de saúde (perspectivas da redução de danos)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- De Souza, F. B., et al. (2015). Avaliação das concepções de educadores de escolas públicas e particulares sobre uso de drogas: um estudo exploratório. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 15, no 3, p. 1081-1095.
- Sullivan, M.; Thompson, W. K.; Hill, G. David. (1994). Succinylcholine-induced cardiac arrest in children with undiagnosed myopathy. *Canadian journal of anaesthesia*, vol. 41, p. 497-501.
- Triviños, G. (1987). Benito Pérez Galdós en la jaula de la epopeya: héroes (y) monstruos en la Primera Serie de Episodios Nacionales. Edicions del Mall.
- Velho, J. D.; Moretti, M.; Gavioli, Elaine C. (2008). O abuso de Êxtase no Brasil: uma droga de final de semana ou algo a mais?. *Arquivos Catarinenses de Medicina*, Santa Catarina, v. 37, n. 2.
- Westermeyer, J. (1976). Uso de um sistema de indicadores sociais para avaliar o alcoolismo entre os indianos em Minnesota. *O Jornal Americano de Abuso de Drogas e Álcool*, vol. 3, nº 3, pág. 447-456.

31 - 03 | 2025

IMPACTOS DA AÇÃO EMPREENDEDORA NA SOBREVIVÊNCIA DAS COMUNIDADES: UM ESTUDO SOBRE O BAIRRO VINTE OITO DE AGOSTO (VULGO BAIRRO DA LIXEIRA) MAIO DE 2024

Impacts of entrepreneurial action on the survival of communities: A study on the bairro Vinte oito de Agosto (AKA bairro da Lixeira) may 2024

Impactos de la acción emprendedora en la sobrevivencia de las comunidades: Un estudio sobre el barrio Veintiocho de Agosto (típicamente llamado barrio de la Basura) mayo de 2024

Fernando Chipuco¹, Nazaré Francisco²

¹*Mestre em Gestão/Empreendedorismo e Inovação, pela Universidade Agostinho Neto*
fernandoantoniofrancisco09@gmail.com.

²*Mestre em Gestão de Recursos Humanos, pela Universidade Lusíada de Angola*
nazare.francisco1@gmail.com.

Autor para correspondência: fernandoantoniofrancisco09@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Chipuco, F.; & Francisco, N. (2025). Impactos da ação empreendedora na sobrevivência das comunidades: Um estudo sobre o bairro Vinte oito de agosto (Vulgo bairro da Lixeira) maio de 2024. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 235-246. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

O referido artigo tem como fundamental foco compreender os impactos da ação empreendedora na sobrevivência das comunidades, de tal modo que fez-se uma pesquisa de campo no bairro Vinte Oito de Agosto em Luanda, cujo nome vulgar atribuído é de Lixeira para, apurar-se como a comunidade é impactada com a ação empreendedora e como podem sobrevier com um novo quadro de empreendedores. Foi pertinente desenvolver conceitos sobre os sistemas econômicos onde todos estão envolvidos com auxílio do rigor metodológico através dos métodos e técnicas de pesquisas utilizadas para o alcance dos resultados. A pesquisa baseou-se em um inquérito submetido a uma amostra não probabilística aleatória estratificada e as questões foram respondidas de forma a concluirmos que os

impactos a ação empreendedora levarão a sobrevivência das famílias.

Palavras-chave: Empreendedor, comunidade, Sobrevivência, economia.

ABSTRACT

The fundamental focus of this article is to understand the impacts of entrepreneurial action on the survival of communities, in such a way that field research was carried out in the Vinte Oito de Agosto neighborhood in Luanda, whose common name is Lixeira, in order to find out how the community is impacted by entrepreneurial action and how they can survive with a new group of entrepreneurs. It was pertinent to develop concepts about economic systems where everyone is involved with the help of methodological rigor through the research methods and techniques used to achieve results. The research was based on a survey

submitted to a stratified random non-probabilistic sample and the questions were answered in order to conclude that the impacts of entrepreneurial action will lead to the survival of families.

Keywords: Entrepreneur, community, survival, economy.

RESUMEN

El artículo mencionado tiene como enfoque fundamental comprender los impactos de la acción empresarial en la supervivencia de las comunidades, tanto es así que se realizó una investigación de campo en el barrio Vinte Oito de Agosto en Luanda, cuyo nombre común es Lixeira, para determinar cómo la comunidad es impactada por la acción empresarial y cómo pueden sobrevivir con un nuevo cuadro de emprendedores. Fue pertinente desarrollar conceptos sobre los sistemas económicos donde todos están involucrados con ayuda del rigor metodológico a través de los métodos y técnicas de investigación utilizados para lograr los resultados. La investigación se basó en una encuesta aplicada a una muestra aleatoria na probabilística estratificada y las preguntas fueron respondidas de tal manera que concluimos que los impactos de la acción empresarial conducirán a la supervivencia de las familias.

Palabras clave: Emprendedor, Comunidad, Supervivencia, Economía

INTRODUÇÃO

As comunidades nas periferias de Luanda enfrentam desafios de pobreza em escalas muito altas segundo os relatos de especialistas. Crianças, jovens, adultos e velhos, do sexo feminino e masculino são as principais vítimas, todos os dias lutam pelas incertezas do rendimento para garantirem a sobrevivência de cada membro. Então, de forma visionária surge a seguinte questão: como a ação empreendedora dos membros da

comunidade do bairro Vinte Oito de Agosto poderá impactar na sua sobrevivência?

Entretanto, é de suma importância levantar a hipótese básica para os referidos questionamentos, na qual será alinda a ideia central das abordagens do tema, isto é: os empreendedores ao aprenderem produzir bens e serviços para gerar renda e fazerem poupanças para investirem, então a comunidade terá maior taxa de empregabilidade, maior renda, melhores condições de saúde e educação que garantirá a sua sobrevivência.

A necessidade de se fazer um alinhamento do tema a outros elementos da pesquisa, traçou-se o objetivo geral no sentido de compreender os impactos da ação empreendedora na sobrevivência das comunidades.

Como objetivos específicos foi pertinente:

- Investigar como as iniciativas empreendedoras geram emprego e renda nas comunidades;
- Avaliar o papel dos empreendedores locais no crescimento socioeconômico do bairro Vinte Oito de Agosto;
- Analisar os desafios enfrentados pelos empreendedores do bairro Vinte Oito de Agosto;
- Contribuir com a identificação de oportunidades para os empreendedores locais fortalecerem suas atividades;
- Propor modelos, estratégias e práticas de intervenção dos empreendedores que impactam na sobrevivência da comunidade do bairro Vinte Oito de Agosto.

Os sistemas econômicos são alvos de estudos para serem cada vez mais melhorados e responderem os desafios da sobrevivência das comunidades. Para Lazana (2002), os agentes econômicos de um lado colocam em disposição os seus recursos para obterem rendimentos, mas de outro lado precisam de outros agentes que escoam os seus produtos, isso implica

responder a cadeia de valores que a própria economia exige. Implica dizer que os agentes econômicos devem estar em alinhamento a dinâmica dos processos econômicos.

De acordo com Romer (2002), as comunidades desfavorecidas que enfrentam graves escassez de recursos para sobreviverem merecem uma atenção redobrada de todos intervenientes da sociedade, tais como as instituições governamentais, as instituições privadas e as público-privadas para o melhoramento das condições socioeconômicas das famílias.

A ação empreendedora no bairro Vinte e Oito de Agosto representa um estudo de suma importância cuja pesquisa foi oportuna para se atuar nas vidas da população vulnerável que se alojou em uma área bastante precárias em condições de guerra em Angola, e como consequência os membros da comunidade vivem grandes dificuldades para sobreviverem.

Os resultados da referida pesquisa publicados neste artigo científico despertam o maior interesse em continuar a desenvolver pesquisas e projetos para apoiar as comunidades através de ações empreendedoras.

Fundamentação teórica

Os sistemas econômicos são resultantes da combinação de conjuntos de fatores de produção, ou seja, de recursos por parte de administradores. Vários são os atores que intervêm no mesmo com a finalidade de obterem benefícios recíprocos (Mankiw, 2005).

Falar de economia é se não, constatar no dia-a-dia grupos de pessoas interagindo entre elas para adquirirem bens e serviços e satisfazerem as suas necessidades, na inerência do binómio limitado e ilimitado (recursos limitados e necessidades ilimitadas) ou seja a lei da escassez, há o maior interesse dos intervenientes de um sistema económico serem mais interventivos (Mill, 1983).

Um país é de fato uma economia, e para tal, a produção de bens e serviços dependem muito de como se administram de um lado as políticas económicas, e de outro a capacidade do mesmo em produzir com eficiência e eficácia, e depois compete as comunidades envolverem-se no sistema de sobrevivência através das suas próprias ações empreendedoras (Romer, 2002).

Em torno das trocas entre as famílias e as empresas, uma entidade supra (Estado) que é representada pela administração pública bem propriamente o governo local ou central, intervém através das suas funções económicas no sentido de regular a economia com a alocação de recursos, com a arrecadação de impostos, taxas e pagamento de subsídios as famílias, isto é, os clássicos foram apologistas de uma mão invisível que possa intervir de forma indireta na economia, isso pelo fato se colocar em causa o impacto da ação particular dos membros local (Chang, 2002).

O crescimento económico e o desenvolvimento económico de acordo Lazana (2002) são frutos do investimento feito pelos investidores de cada economia, implicando um conjunto de pressuposto que de modos operando, contribuem para o produto interno bruto (PIB) (Langlois, 1995).

As economias ao investirem, as variáveis do PIB apresentam uma estrita relação entre famílias, empresas e a administração do Estado (governo). Cujas relações preza-se em consumo; gastos; investimentos; e exportações líquidas (Stone, 2013).

$$PIB = \text{consumo das famílias} + \text{gasto do governo} + \text{investimento das empresas} + \text{exportações líquidas}$$
 (Coyle, 2014).

Para Stone (2013), o consumo das famílias é a operação no sistema económico ou bem propriamente dito, o processo de aquisição de bens e serviços aos produtores, que são as empresas em um espaço denominado de mercado. Pois é no mercado, onde as famílias e as empresas fazem as trocas.

Os gastos do governo, obviamente que se dá na operação de financiamento aos

investimentos públicos, como construção de estradas, pontes, postes de iluminação, jardins, e outros bens comum, e os mesmos refletem na empregabilidade dos membros das comunidades (Mankiw, 2005).

A exportação líquida resulta de uma diminuição significativa de importações de bens e serviços que o país faz, e procura internamente produzir os seus próprios bens e serviços. Isto vai resultar em uma operação de exportações menos importações, e que o resultado será mais vantajoso se de fato as economias reduzirem cada vez mais as importações e somando um valor superior em exportações (Mendes, 2007).

A produção de bens e serviços passa a ser um exercício cada vez mais galopante por parte dos micros e pequenas empresas que por sua vez contribuem para a economia no geral, ajuda a fomentar o autoemprego e melhorar as condições socioeconômicas das comunidades.

As diminuições das importações nas economias contribuem para o crescimento econômico e melhor oportunidade de sobrevivência das populações, e implica a capacidade de se auto financiar.

O financiamento familiar é uma das modalidades de autofinanciamento, portanto é uma das soluções para os micros e pequenos negócios terem sustentabilidade, nesse tipo de financiamento envolve empréstimos informais entre familiares, amigos e vizinhos para se capitalizar o negócio (ROGERS, 2014).

kixikila é um crédito informal, uma modalidade recorrente em Angola do ponto de vista do autofinanciamento, trata-se de um acordo informal, amistoso que os membros de um grupo criado com o propósito de fazerem poupanças aplicam um valor de entrada no processo de contribuições que seja igual para todos, dependendo do número de integrantes cada um recebe a sua contribuição no período rotativo com o mesmo tempo de espera. Pode ser diário, semanal, mensal,

trimestral, semestral ou anual. Portanto, enquanto durar o processo todos os membros devem depositar sempre o mesmo valor monetário com exceção na vez em que ele recebe (Costa, 2011).

As populações nas comunidades sem acesso a créditos têm feito esses tipos de contribuições “kixikila” para fazerem as suas poupanças e angariarem um bem ou serviço útil de maior valor em relação aos seus rendimentos. Elas investem ou não investem, têm conhecimento como podem não ter conhecimento sobre a importância se se fazer investimento do dinheiro poupado. Compreende-se que a poupança é investimento fixo sem a possibilidade de multiplicação do dinheiro guardado, logo, é necessário aplicar o dinheiro para a economia crescer (Romer, 1996).

Empreendedor

O empreendedor é alguém que pratica uma atividade que pode ser social, cultural, religiosa, política ou econômica.

Um empreendedor social realiza atividades em prol, ou seja, em volta da sociedade para ser conhecido. Neste contexto é um empreendedor social.

O empreendedorismo social é confundido com a filantropia. Filantropia é fazer caridade ao próximo sem ter que dar a conhecer a sua pessoa (singular ou coletiva), neste caso, o caridoso. Enquanto o empreendedorismo social, aquele que promove atividades sociais como doar produtos, festas de beneficência, acaba sempre de ser enaltecido pelos seus feitos, isto é, promove a sua imagem.

Na vertente cultural, o empreendedorismo assenta no reconhecimento da cultura de cada povo.

Na vertente religiosa, o empreendedorismo visa destacar os feitos de cada organização que professa um ser supremo.

Finalmente, o empreendedorismo econômico o seu objetivo é o lucro. Na verdade, o empreendedorismo é uma cadeia de valores que se complementam no sentido de produzir um resultado satisfatório, quer para quem empreende como para quem

beneficia do resultado do respetivo esforço ou actividade que alguém sonhou e materializou.

Distinção entre Empreendedorismo e Empreendedor

Empreendedorismo e empreendedor, os respetivos termos distinguem-se pelo facto de que, o primeiro refere-se a um conjunto de elementos que fazem o processo produtivo se complementar, já o segundo refere-se a um único elemento no processo (produtivo).

Empreendedorismo é uma palavra que tem origem do latim (*imprehendere*) tendo o seu significado correspondente “empreender (Barreto, 1998).

O empreendedorismo caracteriza-se ao depara-se com uma crise, e com a inovação que transforma qualquer pessoa ou profissional em um empreendedor ou uma pessoa com espírito empreendedor. É a sua capacidade de analisar as ameaças e oportunidades, prever o futuro e utilizar as adversidades a seu favor.

Empreendedorismo baseia-se no papel do empreendedor. O empreendedor pode ser motivador, em alguns casos, ele é forçado a ser empreendedor (caso de um indivíduo desempregado em busca de uma realização financeira). Para ter um empreendimento

exige prática, e um processo que muitas vezes demora a sua recompensa financeira. O empreendedor não é um insensato, mas sim, uma pessoa que se capacita de conhecimentos e recursos financeiros, e têm visões estratégicas e busca incansavelmente informações sobre o mercado, a fim de diminuir certos riscos e aumentar suas oportunidades de sucesso.

Empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade. Empreendedor é aquele que deteta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados (Dornelas, 2008).

Ser empreendedor é saber fazer acontecer, usar a criatividade, saber captar as novas ideias, de outras fontes. Usar as ideias para cumprir seus objetivos. O espírito empreendedor dá energia a economia, desenvolvendo recursos, criando talentos e ideias dinâmicas. Vê oportunidades e aproveita-se dela, antes que o outro o faça. Empreender é se não realizar uma ideia ou projeto em um negócio lucrativo, assumindo suas responsabilidades e riscos. Conhecer o mercado que pretende atuar ter a capacidades de analisar as oportunidades de negócio que o mercado oferece, explorando as suas necessidades e dificuldades (Chiavenato, 2004).

Empreendedor

Mesmas ideias = não querer assumir riscos



Ideias novas = estar disposto a assumir riscos

Figura 1: diagrama do empreendedor

Para ser bem-sucedido tem que se mudar de ideias, mudar a forma de pensar e partir para a acção.

A palavra risco deriva do latim, '*riscare*' que significa “ousar” (Brealey, 1998).

O risco tem um conceito «cientificizado», através de novas ideias na matemática

relacionadas com as probabilidades. O desenvolvimento do cálculo estatístico do risco e a expansão da insegurança na indústria nos primórdios da era moderna mostraram que as consequências que em primeiro lugar afetam apenas os indivíduos tornam-se riscos.

O risco é visto como uma probabilidade de receber um retorno do capital investido, ou seja, é um resultado negativo, o risco pode ser uma combinação de perigo e oportunidade.

A ideia de risco, de uma forma mais específica, está diretamente ligada às probabilidades de ocorrência de determinados resultados em relação a um valor médio esperado. É um conceito voltado para o futuro, revelando uma possibilidade de perda (Neves, 2000).

O mercado é o local aonde é feita uma troca de interesses, as pessoas vão ao encontro do mercado atendendo as suas necessidades. Os agentes econômicos são os que se beneficiam, com o desenvolvimento dessa atividade econômica (Schumpeter, 1961). O mercado pode ser visto como um grupo de clientes que têm poder de compra e necessidades não satisfeitas. É importante entender que um mercado é mais do que uma área geográfica (Cunha, 2005).

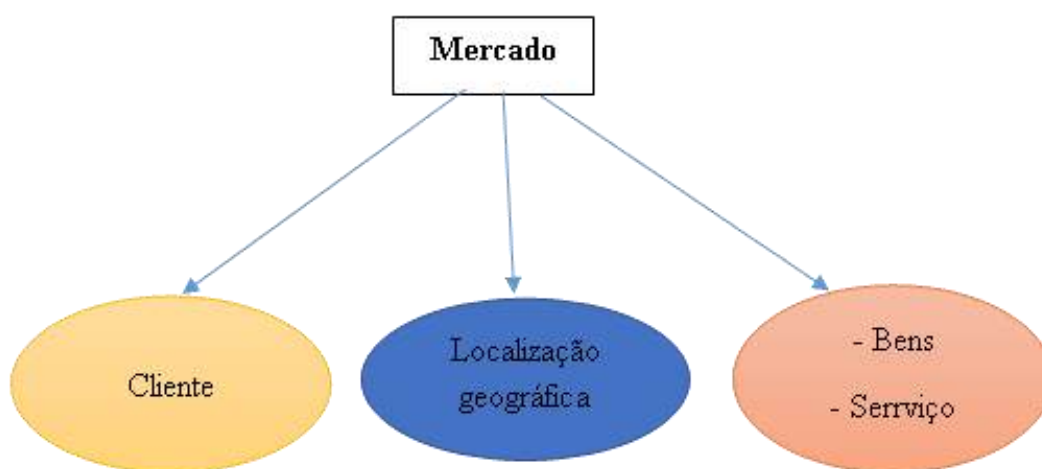


Figura: 2. Mercado tangível e intangível

Obviamente, o cliente é o primeiro a ser pensado, pensar onde ele está localizado e posteriormente que tipo de bem você vai fazer-lhe (vender-lhe um produto ou prestar-lhe um serviço).

Os mercados dividem-se em sub-mercados, o que são chamados de segmentos.

O segmento é dividido por nichos que são os mercados muito pequenos como por exemplo, criança dos zero aos seis meses; crianças dos sete meses aos dois anos etc.

Segmentação de um mercado é a área específica, que tem uma atenção a um certo tipo de clientes. Focam-se em produzir especialmente para

Na óptica do martenkig os segmentos devem seguir alguns requisitos tais como (Kolter, 2006):

- Acessibilidade, as empresas têm que estar atentas para conseguirem alcançar de uma

forma adequada o seu segmento alvo;

- Accionabilidade é definindo o tamanho do segmento alvo, para que possa desenvolver os recursos da empresa;
- Mensurabilidade, quem tem o poder de compra no segmento alvo é o tamanho;
- Substancialidade ao determinar o segmento escolhido tem que ser grande para ser lucrativo (também denominado de significância).

Sendo assim, é no mercado onde o empreendedor vai gerar as suas ações para poder criar valores para as comunidades em particular, e a sociedade em geral.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização deste artigo recorreu-se a pesquisa bibliográfica que serviu para o embasamento teórico, visto que o prévio conhecimento sobre conceitos de ação empreendedora permitiu fazer uma abordagem sucinta no campo de estudo, onde as adequações dos termos científicos foram desmistificadas em termos empíricos. Significa afirmar que não se vai ao campo sem antes ter um prévio conhecimento do assunto abordado. Obvio que também se consultou documentos que forneceram informações da população em estudo e não só, também de instrumentos legais que regulam determinadas atividades relativamente a população em testudo (Lakatos, 2017).

Ao lado das pesquisas científicas respaldou-se com as constatações através das pesquisas empíricas por via dos métodos da observação, da medição e da análise. Nesta ordem de ideias as pesquisas empíricas foram as descritivas e a exploratória. Falar de empreendedorismo tem sido muito usual, mas por via da exploração aprofundou-se mais o grau de conhecimento do empreendedorismo nas comunidades (Bunge, 1976).

Também se fez recurso aos métodos científicos para o auxílio das pesquisas bibliográficas e documental. De concreto usou-se o método histórico, o método estatístico e o método comparativo.

A população em estudo foi a população do bairro Vinte Oito de Agosto. A pesquisa realizada no dia 7 de maio de 2024 incidiu sobre a população de um dos quarterões do bairro Vinte Oito de Agosto com uma população amostral probabilística, aleatória estratificada de 72 membros por géneros masculino e feminino e por idades entre os 12 anos até a idade acima dos 34 anos.

As técnicas utilizadas foram o questionário por via de um inquérito, a técnica de amostragem.

Foi utilizado o formulário como instrumento de recolha de dados que

posteriormente foram analisados através do método estatístico e explicativo.

Partindo de um problema segundo Bunge (1976), desenvolveu-se o estudo sobre a realidade da população vulnerável do bairro Vinte Oito de Agosto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O bairro da Lixeira oficialmente denominado bairro Vinte Oito de Agosto, surge em um contexto da guerra civil em Angola, em um período entre 1992 até 2002, em que milhares de povoações no território angolano procuravam assentamento e meio de sobrevivência. Após a eliminação do aterro sanitário da Liga assim denominado na época, na década de 1980 no Bairro da Boa Vista em Luanda, próximo das mediações do Bairro Miramar, portanto é passada a transferência para um novo aterro sanitário entre o Golfe 2 e o Projeto Nova Vida.

Vários nomes eram denominados para se distinguir o novo local em que centenas de angolanos frequentavam para recolherem todo tipo de lixo que lá eram depositados. De fato era o local que se depositava todo lixo da Provincial de Luanda, até uma nova transferência para um outro local denominado Mulenvos, onde vigora como local único para o aterro sanitário da Província de Luanda (Angola, 2012).

Tabela 16: Género dos inqueridos.

Descrição	F/A	F/R	%
Masculino	24	0,33	33,33
Feminino	48	0,67	66,67
Total	72	1,00	100,00

De acordo a tabela, 1 a amostra estratificada por idade composta por 72 inqueridos, 24 são do sexo masculino e 48 do sexo feminino. O género feminino em termos populacionais é maior com uma cifra de 66,67 %. O Censo populacional realizado em Angola há cerca de 10 anos mostrou a tendência de uma população feminina maior que a população masculina.

Compreende-se que a população feminina representa 2/3 da população do bairro Vinte Oito de Agosto. Uma população maioritariamente feminina implica implementar projetos virados ao empoderamento feminino tal como o conceituado empreendedorismo feminino. Será uma mais-valia que a estrutura dos programas de ação empreendedora leve em conta estratégias que contemplem o género feminino como 2/3 das prioridades.

Tabela 17: Idade dos inqueridos.

Descrição	F/A	F/R	%
12 a 17 anos	16	0,22	22,22
18 a 22 anos	15	0,21	20,83
23 a 28 anos	19	0,26	26,39
29 a 34 anos	9	0,13	12,50
+ de 34 anos	13	0,18	18,06
Total	72	1,00	100

De acordo a tabela 2, os dados apurados sobre a estratificação da amostra por idade, a maior população é da faixa etária entre os 23 aos 28 anos de idade com uma cifra de 26,39 % da população, e segue-se a faixa etária entre os 12 aos 17 anos de idade que representa uma cifra de 22,22 % da população e a faixa etária dos 18 aos 22 anos de idade com uma cifra de 20,83 % da população. Compreende-se que mais de 2/3 da população no bairro 28 de Agosto é Jovem dos 12 anos de idade aos 28 anos de idade. Tendo em conta que a juventude é a maior aposta das instituições em desenvolvimento, conota-se que o campo de empreendedorismo tem grandes probabilidades de ser uma realidade e que os programas de transferência de conhecimento sobre gestão de negócio e inserção da classe juvenil no sistema de formação adequado a realidade existente, tal como formação profissional gratuita e a distância por via de manuais escritos, e essencialmente a formação em empreendedorismo sejam a maior

prioridade para o desenvolvimento da comunidade.

Tabela 18: Como você ganha dinheiro?

Descrição	F/A	F/R	%
Negócio próprio	21	0,29	29,17
Trabalha para alguém	22	0,31	30,56
Através de ajudas	29	0,40	40,28
Total	72	1,00	100

Ao questionar-se como os membros ganham dinheiro de acordo a tabela 3 foi apurado que 40,28 % da população recebe ajuda de outras pessoas, uma dependência do ponto de vista financeira por parte de terceiros; 30,56 % da população trabalha por conta de outrem; e apenas 29,17 % da população faz o seu próprio negócio para um sustento. Tratando-se de sobrevivência da comunidade implica incentivar o autoemprego como uma das preocupações do empreendedorismo. A cifra de 29 % da população que tem o seu próprio negócio com a formação em empreendedorismo poderá ser melhorada ao longo do tempo e o número de pessoas Autoempregadas poderá se reverter.

Tabela 19: O dinheiro que você ganha dá para o teu sustento?

Descrição	F/A	F/R	%
Sim	22	0,31	30,56
Não	50	0,69	69,44
Total	72	1,00	100

De acordo a tabela 4, o rendimento que os membros da comunidade conseguem quer por conta própria, quer por conta de outrem ou mesmo por ajudas, apenas 30,56 % conseguem sustentar-se e 69,44 % da população não consegue sustentar-se com o dinheiro que ganha, ou seja, mais de 2/3 da população na comunidade em estudo não tem uma renda para sustentar-se. A dependência total da empregabilidade coloca em situação desfavorável quanto ao

dinheiro que auferem. A reversão do quadro para o auto emprenho poderá gerar maior sustentabilidade para a comunidade, mais pessoas a empreenderem na comunidade maior será a possibilidade de satisfazerem as suas necessidades.

Tabela 20: Consegues poupar dinheiro?

Descrição	F/A	F/R	%
Sim	34	0,47	47,22
Não	38	0,53	52,78
Total	72	1,00	100

De acordo a tabela 5, a população que consegue fazer poupança na comunidade representa 47,22 % e uma maioria cifrada em 52,78 % da população não consegue fazer poupança. A capacidade de fazer poupança é uma tendência positiva para um empreendedor. Se cerca de 47% da população consegue fazer poupança do dinheiro que ganha, implica afirmar que a população tem a capacidade de investir uma vez que poupança é igual a investimento, mas, um investimento fixo. Logo, o dinheiro poupado deve ser empreendido para que gere resultados no futuro. O recurso a poupança é um ponto forte para o financiamento familiar. Face as várias crises económicas, as instituições têm perdido a capacidade financeira para apoiarem os micros e pequenos negócios, entretanto, por essa razão olhando para iniciativa da comunidade com quase metade da população com a capacidade de poupar será uma mais-valia para o autofinanciamento dos micros e pequenos negócios que se podem criar por parte dos membros.

Tabela 21: Tens ajudado outras pessoas a ganharem dinheiro?

Descrição	F/A	F/R	%
Sim	21	0,29	29,17
Não	51	0,71	70,83
Total	72	1,00	100

De acordo a tabela 6, verificou-se que na comunidade 70,83 % dos membros da comunidade não se ajudam a conseguirem

um rendimento, apenas 29,17% têm a tendência de ajudar os outros a ganharem dinheiro, cuja característica não é favorável ao empreendedor.

Tabela 22: Quais são as dificuldades que tens para fazeres o teu próprio negócio?

Descrição	F/A	F/R	%
O negócio arreia	13	0,18	18,06
Falta de dinheiro	47	0,65	65,28
Não sabe fazer negócio	12	0,17	16,67
Total	72	1,00	100

Ao saber-se dos membros da comunidade que dificuldades enfrentam para fazerem o seu próprio negócio, de acordo a tabela 7 compreendeu-se que, 65,28 % alegou a falta de dinheiro; 18,06 % alega que o negócio arreia; ou seja, vai a falência; e 16,67 % alegam não saber fazer um negócio. A falta de iniciativas implica que os membros da comunidade precisam de estímulo para empreenderem.

Tabela 23: Já fez um curso de empreendedorismo?

Descrição	F/A	F/R	%
Sim	5	0,07	6,94
Não	67	0,93	93,06
Total	72	1,00	100

Foi constado de acordo a tabela 8 que 93,06 não tem uma formação em empreendedorismo. Os estudos apontam que, as pessoas que fazem um curso em empreendedorismo têm maiores oportunidades de sobreviverem nos seus negócios.

Tabela 24: Gostaria de fazer um curso de empreendedorismo?

Descrição	F/A	F/R	%
Sim	27	0,38	37,50
Não	45	0,63	62,50
Total	72	1,00	100

De acordo a tabela 9, 37,50 da população alegou que gostaria de fazer uma formação em empreendedorismo, enquanto 62,50 %

da população dão vê a importância de ter uma formação em empreendedorismo. O empreendedorismo é a área do conhecimento que estuda a ação do empreendedor, cujo impacto reflete-se no bem-estar das comunidades.

Tabela 25: Aqui tem curso de empreendedorismo?

Descrição	F/A	F/R	%
Sim	8	0,11	11,11
Não	64	0,89	88,89
Total	72	1,00	100

De acordo a tabela 10, ao saber-se da existência do curso de empreendedorismo na comunidade, 88,89 % dos membros alegaram não existir um centro de formação em empreendedorismo. A falta de centro de formação em empreendedorismo no bairro 28 de agosto reduz o impacto da ação empreendedora na sobrevivência da comunidade.

Tabela 26: Muita gente empregam os outros nesse bairro?

Descrição	F/A	F/R	%
Sim	9	0,13	12,50
Não	63	0,88	87,50
Total	72	1,00	100

A falta da ação empreendedora na comunidade de acordo a tabela 11 é notário que não existe empregadores na comunidade. Isso pelo fato de 87,50 % dos membros da comunidade alegarem que há poucos empregadores.

Tabela 27: Vocês têm muitas dificuldades para sobreviverem?

Descrição	F/A	F/R	%
Sim	60	0,83	83,33
Não	12	0,17	16,67
Total	72	1,00	100

Foi constado de acordo a tabela 12 que 83,33 % da população enfrenta muitas dificuldades para sobreviver, ao contrário de uma população cifrada em 16,67 %

consegue ultrapassar o nível das muitas dificuldades para sobreviverem.

Tabela 28: Gostarias de dar emprego aos outros?

Descrição	F/A	F/R	%
Sim	70	0,97	97,22
Não	2	0,03	2,78
Total	72	1,00	100

Ao questionar-se se os membros gostariam de dar emprego aos outros membros da comunidade, isto de acordo a tabela 13 foi apurado que 97,22 % da população do bairro 28 de agosto tem a noção da importância de cada membro ter uma fonte de rendimento por via de um emprego. Por tanto. Preza-nos levar ao conhecimento que o fomento ao outro emprego é uma estratégia para se combater o desemprego.

CONCLUSÕES

A pesquisa realizada no bairro Vinte Oito de Agosto, em Luanda realça os impactos da ação empreendedora na sobrevivência das comunidades cujo estudo foi de suma importância pelos resultados que foram alcançados por via do inquérito submetido a uma amostra de 72 moradores no quarteirão mais vulnerável da comunidade. As economias investem em recursos diversos para se desenvolverem, no sentido de melhoram a renda de cada cidadão e melhores condições socioeconómicas. A produção de bens e serviço tem sido uma constante concorrência entre os empresários, em muitas economias a quantidade de bens e serviços não satisfazem as necessidades dos consumidores, entretanto o empreendedorismo surge como uma solução para se atingir o equilíbrio entre a oferta e a demanda, o que significa que a quantidade dos bens e serviços disponíveis satisfazem de forma concorrencial a quantidade de pessoas que adquirem os bens e serviços.

A pesquisa permitiu compreender os impactos da ação empreendedora na sobrevivência das comunidades pelo fato de fazer-se um estudo generalizado por via dos fundamentos teóricos, tais como auferir como as iniciativas empreendedoras geram emprego e renda nas comunidades por via dos argumentos teóricos.

Outrossim, avaliou-se o papel dos empreendedores locais no crescimento econômico do bairro Vinte Oito de Agosto com um peso insignificante, pode-se analisar os desafios enfrentados pelos empreendedores do bairro Vinte Oito de Agosto como a falta de curso em empreendedorismo e falta de financiamentos. Sendo a falta de cursos em empreendedorismo uma dificuldade de 89 % da população e a falta de dinheiro como dificuldade de 65 % da população.

Com os resultados da pesquisa foi viável a identificação de oportunidades para os empreendedores locais fortalecerem suas atividades como primeiro a administração de cursos por via da estratégia de cursos a distância gratuito, ou seja, livres; e práticas de financiamentos para os formandos em empreendedorismo.

Em suma, com o estudo feito com a população do bairro Vinte Oito de Agosto cuja situação é bastante desfavorável atendendo que 83 % dos membros têm muitas dificuldades para sobreviverem, os modelos, as estratégias e práticas de intervenção dos empreendedores para impactam na sobrevivência da comunidade serão feitos no âmbito do empreendedorismo e inovação, cujo impactos da ação empreendedora geram, emprego, renda, melhores condições de saúde e educação. Todavia, os impactos são sociais e econômicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Angola, Decreto Presidencial n.º 190/12, de 24 de Agosto. Disponível em: http://www.gckcc.ao/attachments/article/382/Decreto_Presidencial_190_2012_de_24_de_Agosto_Regula

mento_sobre_Gestao_de_Residuos.pdf. Acesso em: 10/05/2024.

- Barreto, L. P. (1998). Educação para o empreendedor. Educação brasileira.
- Brealey, R.; & Myers, S. (1998). Princípios de finanças empresariais; 5ª edição; McGrawHill.
- Bunge, M. (1976). La investigación científica: su estrategia y su filosofía 5. ed. Barcelona: 2 Ariel.
- Chang, H. (2002). Rompendo o modelo: uma economia política institucionalista alternativa à teoria neoliberal do mercado e do Estado. In: ARBIX, Glauco; COMIN, A.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). Brasil, México, África do Sul, Índia e China. São Paulo: Editora da Unesp.
- Chiavenato, I. (2004). Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva.
- Costa, P. C. (2011). Kixikila e o Desenvolvimento Local em Angola Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Escola de Ciências Sociais e Humanas Departamento de Economia Política, Outubro.
- Coyle, D. (2014). GDP: A Brief but Affectionate History. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Cunha, P. O. (2016). Corporate & Public Governance em Portugal em 2016: fragilidades decorrentes da soft law.
- Dornelas, J. C. A. (2008). Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Kotler, P.; & Keller, R. K. L. (2006). Administração de Marketing. 12ª edição, São Paulo; Pearson Prentice Hall.
- Lakatos, E. M. (2017). Fundamentos de metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. ed. – São Paulo: Atlas.

- Langlois, R. N.; & Robertson, P. L. (1995). Firms, markets and economic change- a dynamic theory of business institutions. London and New York: Routledge.
- Mankiw, N. G. (2005). Introdução à Economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Melo, F. P; & Froes, C. (2002). Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Mendes, C. M. [et al.]. (2007). Economia (introdução) – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC.
- Mill, J. S. (1983). Princípios de economia política. São Paulo: Abril Cultural,
- NEVES, J. C. (2000). Análise Financeira Volume I – Técnicas Fundamentais; 12^a.
- Rogers, D. et al. (2014). Crédito Informal: utilização e sua relevância em micro e pequenas empresas. Conference Paper · October.
- Romer, D. (1996). Advanced Macroeconomics. New York: McGraw-Hill.
- Romer, D. (2002). Macroeconomia Avançada. 2. ed. Madrid: McGraw-Hill.
- Schumpeter, J. A. (1961). Teoria do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- Stone, R. (2013). The role of measurement in economics (Vol. 3). Cambridge: Cambridge University Press.
- Relatório do Instituto Nacional da Comunicação (INACOM), 2022.
- Banco Fomento Angola (2021 - 2017) Relatórios e Contas.

31 - 03 | 2025

INFLUÊNCIA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DOS FUNCIONÁRIOS

Influence of performance assessment on institutional and employee development

Influencia de la evaluación del desempeño en el desarrollo institucional y los empleados

Américo Bernardo Aldredo Sozinho¹

¹PhD (candidate) em Ciências da Educação - especialização em Educação Inclusiva e Pedagogia – Universidade Jean Piaget de Mocambique; Professor Universitário, Investigador, Jornalista e Consultor Académico e similares: e-mail: prof.sozinho@gmail.com.

Autor para correspondência: prof.sozinho@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Sozinho, A. B. A. (2025). Influência da avaliação de desempenho para o desenvolvimento institucional e dos funcionários. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 247-255. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

Este estudo investiga o impacto da avaliação de desempenho no desenvolvimento institucional e dos funcionários, tem como objectivo analisar a contribuição do actual sistema de avaliação e gestão de desempenho na administração pública moçambicana para o desenvolvimento da instituição e dos funcionários. Este é um estudo qualitativo e quantitativo, pois combina ambos os componentes tornando um estudo híbrido. A pesquisa envolveu funcionários dos sectores de educação, juventude e tecnologia de Vanduzi. Para colectar informações, além do método bibliográfico, foi utilizado um questionário para compreensão do processo de avaliação da instituição. A partir da investigação sobre a contribuição da avaliação de desempenho para o desenvolvimento institucional e dos colaboradores, o actual modelo de avaliação de desempenho tem dado um grande contributo para o desenvolvimento da instituição e dos colaboradores, considera que, promoções e mudanças de carreira da maioria dos colaboradores

dependem do trabalho técnico do avaliador e dos seus respectivos resultados.

Palavras-chave: Avaliação, desempenho, desenvolvimento.

ABSTRACT

This study examines the impact of performance evaluation on institutional development and aims to analyze the contribution of the current performance evaluation and management system in the Mozambican public administration to the career development of employees. This is a qualitative and quantitative study, as it combines both components making it a hybrid study. The study involved employees from the education, youth and technical services sectors in the Vanduzi region. To collect information, in addition to the bibliographic method, a questionnaire was used to understand the institution's evaluation process. Based on research on the contribution of performance evaluation to the career development of employees, the current performance evaluation model has made a great contribution to the career development of

employees, considering that promotions, promotions and career changes of the majority of employees depend on the technical work of the evaluator and its respective results.

Keywords: Evaluation, performance, development.

RESUMEN

Este estudio investiga el impacto de la evaluación del desempeño en el desarrollo institucional y de los empleados, y tiene como objetivo analizar la contribución del actual sistema de evaluación y gestión del desempeño en la administración pública de Mozambique al desarrollo de la institución y de los empleados. Se trata de un estudio cualitativo y cuantitativo, ya que combina ambos componentes convirtiéndolo en un estudio híbrido. La investigación involucró a funcionarios de los sectores de educación, juventud y tecnología de Vanduzi. Para recolectar información, además del método bibliográfico, se utilizó un cuestionario para conocer el proceso de evaluación de la institución. Con base en investigaciones sobre la contribución de la evaluación del desempeño al desarrollo institucional y de los empleados, el actual modelo de evaluación del desempeño ha hecho un gran aporte al desarrollo de la institución y de los empleados, considerando que los ascensos y cambios de carrera de la mayoría de los empleados dependen del trabajo técnico del evaluador y sus respectivos resultados.

Palabras clave: Evaluación, desempeño, desarrollo

INTRODUÇÃO

Em Moçambique, as administrações públicas e privadas enfrentam vários desafios, centrando-se na actuação dos funcionários como actores fundamentais na prestação de serviços ao público. O desempenho dos funcionários depende em parte da satisfação no trabalho, bem como das avaliações de desempenho, o que afecta

a capacidade de uma organização de reter funcionários.

É em torno desta questão que este tema foi escolhido. Vivemos em um mundo onde avaliamos constantemente o desempenho das coisas e das pessoas ao nosso redor. As avaliações de desempenho são um fato comum em nossas vidas. Isto também se aplica às organizações, visto que ajuda a melhorar os serviços prestados e criar maior impulso para o desenvolvimento organizacional. O objectivo geral do estudo é analisar a contribuição da avaliação de desempenho para o desenvolvimento institucional e dos funcionários, tendo como objectivos específicos: identificar os factores positivos e negativos do processo de avaliação de desempenho na administração pública; descrever os procedimentos utilizados no processo de avaliação dos funcionários da administração pública e mostrar a importância da avaliação de desempenho na profissão dos funcionários importância no desenvolvimento. O estudo é uma mistura de qualitativo e quantitativo, pois seu objecto de estudo não pode ser quantificado, mas os resultados são apresentados numericamente e visualizados graficamente.

Desenvolvimento

Desempenho

Para Cosme (2016), o desempenho pode ser definido como o estado motivacional e o resultado dos esforços individuais para realizar tarefas e atingir os objectivos organizacionais. Este autor conceitua desempenho como comportamento ou acções que estão relacionadas aos objectivos organizacionais e podem ser medidas em termos do nível ou margem de contribuição para esses objectivos.

De acordo com a definição acima, entende-se por desempenho o esforço realizado por qualquer colaborador para atingir metas previamente estabelecidas.

Na administração pública moçambicana, o Sistema de Gestão de Desempenho da

Administração Pública - SIGEDAP é utilizado para avaliar o desempenho e os seus diversos objectivos incluem o seguinte:

- a) Avaliar o desempenho individual dos funcionários e agentes do Estado para promover a excelência e a melhoria contínua nos serviços prestados aos cidadãos;
- b) Reconhecer e elogiar os funcionários e agentes do Estado pelo desempenho e mérito no desempenho das suas actividades;
- c) Identificar as necessidades de formação e desenvolvimento profissional adequadas à melhoria do desempenho dos funcionários e agentes do Estado;

O SIGEDAP é utilizado para avaliar diversos elementos do desempenho de funções de servidores e agentes. Para tal, importa referir que é dada maior atenção à avaliação de desempenho utilizada nos programas de formação e às competências reveladas após a formação (Cosme, 2016, p. 10).

Benefícios da avaliação de desempenho

Em relação aos objectivos, foi mencionado pelos autores Carvalho et al (2000) que um programa de avaliação de desempenho bem elaborado e utilizado traz benefícios aos subordinados, aos gestores e à organização. O mesmo autor afirma que para a instituição:

- Proporciona melhores condições de avaliação do potencial de cada subordinado;
- Permite uma identificação mais precisa das necessidades de formação, promoção e desenvolvimento de carreira;
- Agiliza a sua política de RH, oferece oportunidades aos funcionários (não apenas para promoção, mas também, mais importante, para crescimento e desenvolvimento pessoal), aumenta a produtividade e os relacionamentos.

Para administração:

- Permite avaliar com maior precisão o desempenho dos seus subordinados;
- Permite melhorar o desempenho futuro dos seus subordinados, estabelecendo metas a atingir;
- Permite-lhe comunicar com os seus subordinados para que compreendam o processo de avaliação.

Para subordinados:

- Permite melhorar seu comportamento e desempenho em relação aos padrões mais valorizados pela Empresa;
- Sabe quais são as expectativas da hierarquia em relação ao seu desempenho, o que lhe permite melhorar o seu desempenho;
- Conhece as directrizes de gestão quanto ao seu desempenho futuro;
- Faz uma autoavaliação mais realista.

Se um sistema de avaliação de desempenho for bem desenhado e utilizado, ele traz benefícios aos subordinados, às hierarquias e à empresa. Vejamos de forma sintética quais são essas vantagens:

Factores que influenciam o processo de avaliação de desempenho nas organizações

Segundo Chiavenato (2002), a avaliação de desempenho, como qualquer outra ferramenta de gestão, está sujeita a determinados factores que distorcem seus benefícios, incluindo:

Motivação

A motivação direcciona e incentiva o comportamento para um determinado propósito. Incentiva os colaboradores a darem o melhor de si pela empresa, o que contribui para o aumento do seu desempenho e, consequentemente, para o aumento da produtividade da empresa. A motivação é um dos factores que influenciam a avaliação de desempenho,

pois condiciona a identificação do verdadeiro potencial dos colaboradores, o que confere à organização uma visão errada dos recursos (Humanos) e competências que dispõe para o seu crescimento.

Liderança

Liderança é um processo de influência social em que o líder busca obter a participação dos subordinados para atingir os objectivos organizacionais.

Liderança é a capacidade de influenciar o comportamento das pessoas.

Cultura da empresa

A cultura organizacional pode ser definida como um sistema compartilhado de valores. A cultura como um conjunto único de características distingue uma organização de qualquer outro factor. Corresponde à personalidade do indivíduo e transmite a forma como as pessoas se comportam na empresa, criando um sistema de valores que se expressa através de rituais, mitos, lendas e acções. Dessa forma, também podemos definir cultura como “o conjunto de valores, crenças e costumes compartilhados pelos membros de uma organização que interagem com sua estrutura formal e criam normas de comportamento”.

Características da avaliação de desempenho

Para Lampião (2011), a avaliação de desempenho possui três características que, quando observadas, funcionam como catalisadoras do desenvolvimento organizacional.

A classificação de desempenho segundo os mesmos autores deverá ser:

- I. Sistemático: requer monitoramento controlado e contínuo do desempenho profissional dos indivíduos.
- II. Periódico: Se isto significa a definição de períodos regulares de observação.
- III. Padronizado e qualificado: atende a um conjunto de critérios e procedimentos tecnicamente

definidos e implementados por meio de formulário e manual de avaliação.

MATERIAIS E MÉTODOS

A realização de uma análise da abordagem ao benefício da avaliação de desempenho representa uma linha de investigação que permitiu identificar factores positivos e negativos que caracterizam o processo de avaliação de desempenho da administração pública no Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia de Vanduzi.

O estudo foi misto, o que permitiu traduzir numericamente algumas conclusões, permitindo uma análise mais específica dos resultados. Quanto ao método, optou-se pelo método indutivo, quanto a técnica de colecta de dados, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que consistiu na obtenção de dados de trabalhos publicados e bibliografias disponíveis relacionadas ao tema analisado, com o objectivo de compreender as diversas contribuições científicas sobre o tema, em seguida foi realizada a pesquisa de campo com o objectivo de confirmar a relação entre teoria e prática, também foi utilizado um questionário, considerada uma forma rápida e relativamente barata de colectar determinado tipo de informação, ou seja, é uma série ordenada de perguntas às quais o informante deve responder por escrito. Lakatos e Marconi (2003) consideram-no um instrumento de colecta de dados, composto por uma série ordenada de perguntas padronizadas que foram respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em relação a técnica de análise de dados, foram processados em tabelas, o que facilitou a verificação das inter-relações entre eles. 3.3 População e amostra, devido à pequena população, foram abrangidos todos os 32 componentes da organização, incluindo técnicos, gestão e demais membros da instituição. Foram igualmente utilizados os softwares e internet.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados de um questionário com o objectivo de analisar a

contribuição do actual sistema de avaliação de desempenho da administração pública moçambicana para o desenvolvimento institucional e dos funcionários.

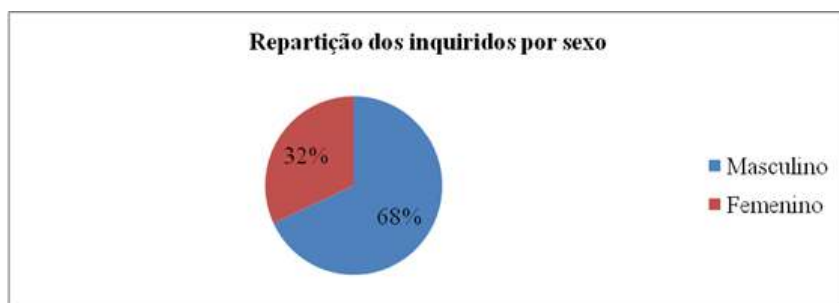


Gráfico 1: Género dos Participantes

Como se pode notar, a percentagem dos homens foi superior em relação a das mulheres de acordo com o tamanho da

amostra, que apresenta a existência de desequilíbrio do género na instituição, sendo a grande aposta para o sexo masculino.

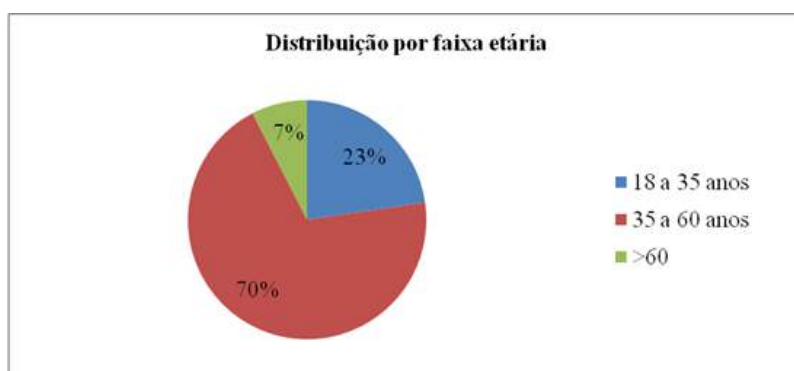


Tabela3: Nivel de satisfacao dos utentes do transporte rodoviário público

Os dados relativos à idade dos inquiridos podem ser examinados no gráfico 2 acima apresentado. A leitura deste Gráfico permite constatar que dos 32 inquiridos, 23% têm idade compreendida entre os 18 a 35 anos,

70% entre 35 a 60 anos, 7% acima dos 60 anos, o que evidencia uma clara tendência para a concentração dos inquiridos na faixa etária de 35 a 60 anos.

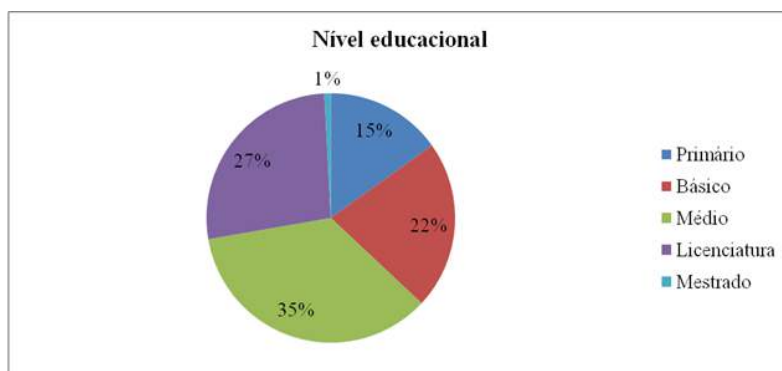


Gráfico 3: Nível de escolaridade dos participantes

Relativamente ao nível educacional dos inquiridos na sua maioria 35%, têm o nível

académico Médio. Se termos em conta a faixa etária da maioria dos inquiridos,

podemos verificar que as pessoas nesta faixa etária não tinham muitas

oportunidades de formação. Daí a razão do baixo nível de formação académica.



Gráfico 4 - Anos de experiência

O Gráfico 4 ilustra que dos colaboradores envolvidos no estudo, 20% possuem de 1 a 5 anos de experiência profissional, 50% já possuem de 6 a 10 anos de experiência, 17% possuem de 11 a 15 anos de experiência e apenas 13% já trabalharam por 16 a 20 anos na administração pública.

Conclui-se destes dados que a maior parte dos colaboradores que participaram na investigação possuem longa experiência profissional e a maioria já se familiarizou com o actual sistema de avaliação de desempenho.

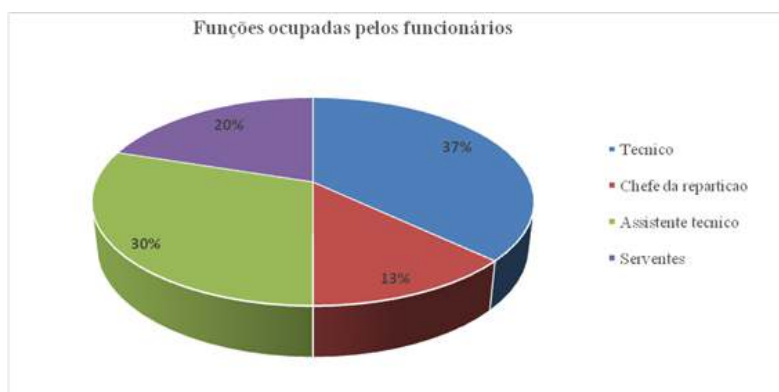


Gráfico 5: Funções dos funcionários

Em relação aos cargos ocupados pelos funcionários participantes do estudo, o gráfico mostra que 37% são técnicos de diversas áreas, 13% são chefes de repartição, 30% são assistentes técnicos e 20% são servidores.

Percebe-se claramente que o estudo incluiu uma variedade de funcionários sem excepção, o que foi muito positivo porque foi possível compreender a contribuição do actual modelo de avaliação de desempenho do serviço público a partir de diferentes fontes.

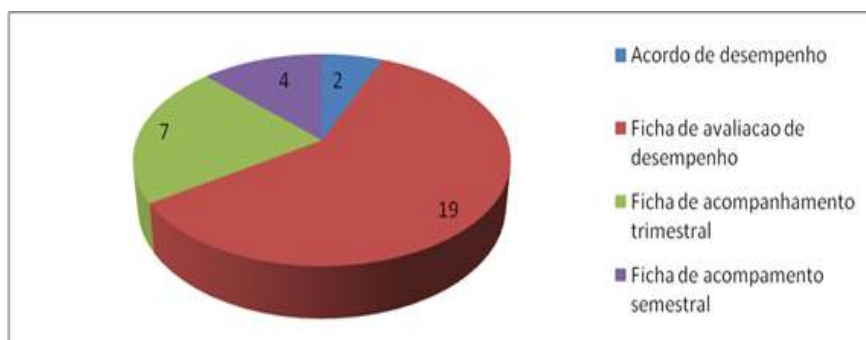


Gráfico 6: Instrumentos usados para avaliar o desempenho dos funcionários

Quando questionados sobre as ferramentas utilizadas no processo de avaliação de desempenho, os colaboradores afirmaram que os formulários de avaliação foram utilizados de acordo com as recomendações previstas no decreto-lei que aprova o sistema de gestão de desempenho da administração pública, apesar da descrição diferente no gráfico, disseram que o acordo individual de execução de trabalho também é utilizado no caso de titulares de cargos de

gestão e liderança; Plano de actividade anual individual; Fichas de acompanhamento semestrais e trimestrais.

De forma a garantir o cumprimento das actividades e os prazos fixados, o plano anual individual de actividades está sujeito a revisão, uma vez que diversos factores podem afectar positiva ou negativamente a execução de algumas actividades previamente planeadas.

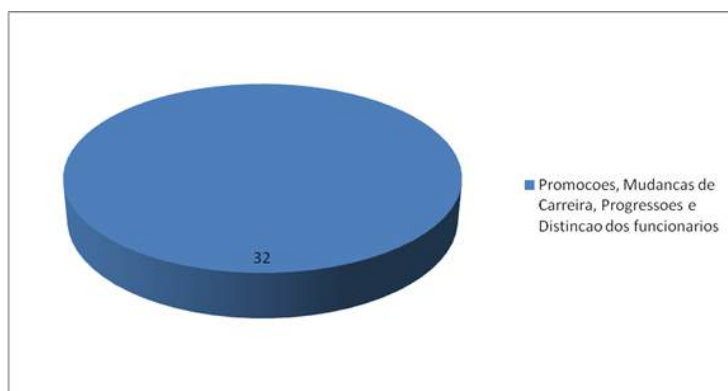


Gráfico 7: Contributo da avaliação de desempenho no desenvolvimento profissional dos funcionários

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, A. G. (2001). As drogas mais usadas no Brasil e suas consequências. In: Drogas, Aids e Sociedade (Programa Nacional de DST/AIDS, ed.), pp. 53-59, Brasília: Ministério da Saúde/Programa Nacional de DST/AIDS.

Carlini-Cotrim B. (1992). A Escola e as Drogas: Realidade Brasileira e

Contexto Internacional. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Carlini-Cotrim, B. (1995). Inhalant use among Brazilian youths. NIDA Research Monograph, vol. 148, p. 64-78.

COSSA, Carlos Simão. O tráfico internacional de drogas em Moçambique: desafios para a prevenção ao narcotráfico. 2021. Tesis Doctoral.

- DORN, N.; MURJI, K. K. and South, N. (1992) Traffickers: Drug Markets and Law Enforcement.
- Duarte, P. do C.; Formigoni, MLO de S. (2017). SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento.
- Formigoni, M. L. (2016). O uso de substâncias psicoativas no Brasil: módulo 1. 9. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas p. 146.
- De Freitas, L. A. (2002). Adolescência, família e drogas: a função paterna e a questão dos limites. Mauad Editora Ltda.
- Golan, D. E. et al. (2009). Princípios de Farmacologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Heckmann, W; Silveira, C. M. (2009). Dependência do álcool: aspectos clínicos e diagnósticos. In: Andrade AG, Anthony JC, Silveira CM. Álcool e suas consequências: uma abordagem multiconceitual. Minha Editora - Barueri (SP), p. 67-87.
- Katzung, B. G. (2010). Farmacologia Básica e Clínica. 10. Ed. São Paulo: Artmed, p 323.
- Lisboa, C.; Santos, M. M.; Netto, G. C. (2011). A utilização da dietilamida do ácido lisérgico (LSD) na terapêutica clínica. Revista Mirante/ Curso Ciências Biológicas, Rio Grande do Sul. p. 5-10, Dez/.
- Mcpherson, R. A.; Pincus, M. R. (2012). Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais. 21. ed. Barueri, SP: Manole, p. 356-361.
- Momade, S. P. (2020). Análise do papel da educação escolar na prevenção ao consumo de drogas no Ensino Secundário Geral do Distrito Municipal KaMavota: o caso da Escola Secundária Hitakula 2017-2020.
- Nunes, B. S.; Bastos, Fernando, M. (2016). Efeitos colaterais atribuídos ao uso indevido e prolongado de benzodiazepínicos. Saúde & ciência em ação, vol. 2, nº 2, pág. 71-82.
- O'hare, P.; Mesquita, F.; Bastos, F. I. (1994). Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos.
- Olivetti, R. F. (2013). O tabagismo e suas consequências: uma abordagem sobre a importância da adoção de hábitos saudáveis., p. 24-25. Monografia (Pós graduação em Ensino da Ciência) Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- OMS, O.; Remacha Grau, E. (1992). Estratigrafia do abanico deltaico de Santa Orosia (Eoceno médio e superior da cuenca de Jaca, Prov. de Huesca)..
- Ramsey, J. (2014). Drug profiles (LSD, volatile substances). European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction. 17 dez. Disponível em:
- Rang, H. P, et al. (2012). Farmacologia. 5. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, p 686-687.
- Ribeiro, M; Marques, A. C. P. R. (2002). Abuso e Dependência da Anfetamina. Projeto Diretrizes: Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina. Disponível em: Acesso em: Abril. 2023).
- Santos, S. R.; Nóbrega, M. M. (2002). A Grounded Theory como alternativa metodológica para pesquisa em enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, vol. 55, p. 575-579.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, p. 20-45.
- Souza, T. P. (2013). A norma da abstinência e o dispositivo “drogas”: direitos universais em territórios marginais de produção de saúde (perspectivas da redução de danos). Campinas:

Universidade Estadual de
Campinas.

- De Souza, F. B., et al. (2015). Avaliação das concepções de educadores de escolas públicas e particulares sobre uso de drogas: um estudo exploratório. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 15, no 3, p. 1081-1095.
- Sullivan, M.; Thompson, W. K.; Hill, G. David. (1994). Succinylcholine-induced cardiac arrest in children with undiagnosed myopathy. *Canadian journal of anaesthesia*, vol. 41, p. 497-501.
- Triviños, G. (1987). Benito Pérez Galdós en la jaula de la epopeya: héroes (y) monstruos en la Primera Serie de Episodios Nacionales. Edicions del Mall.
- Velho, J. D.; Moretti, M.; Gavioli, Elaine C. (2008). O abuso de Êxtase no Brasil: uma droga de final de semana ou algo a mais?. *Arquivos Catarinenses de Medicina*, Santa Catarina, v. 37, n. 2.
- Westermeyer, J. (1976). Uso de um sistema de indicadores sociais para avaliar o alcoolismo entre os indianos em Minnesota. *O Jornal Americano de Abuso de Drogas e Alcool*, vol. 3, nº 3, pág. 447-456.

31 - 03 | 2025

O ENSINO POR MEIOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS NA ERA DAS TECNOLOGIAS: UM ESTUDO ACUTILANTE SOBRE AS VANTAGENS VERSUS DESVANTAGENS DAS AULAS VIRTUAIS NAS IES EM MOZAMBIQUE NO DESAFIO DA GARANTIA DA QUALIDADE (2020-2024)

Teaching through digital platforms in the Age of Technologies: a sharp study on the advantages versus disadvantages of virtual classes in HEIs in Mozambique in the challenge of quality assurance (2020-2024)

La enseñanza a través de plataformas digitales en la era de las tecnologías: Un estudio incisivo sobre las ventajas y desventajas de las clases virtuales en las IES en Mozambique ante el desafío de garantizar la calidad (2020-2024)

João Baptista Amide¹

¹*Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo – Gwaza Muthini (ISGEGM) Marracuene, Maputo – Moçambique* amide69200@yahoo.com.br-amidej2020gmail.com.

Autor para correspondência: amide69200@yahoo.com.br-amidej2020gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Amide, J. B. (2025). O Ensino por meios de plataformas digitais na era das tecnologias: Um estudo acutilante sobre as vantagens versus desvantagens das aulas virtuais nas IES em Mozambique no desafio da garantia da qualidade (2020-2024). *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 256-269. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

O tema desta pesquisa é: o Ensino por meio de plataformas digitais na Era das Tecnologias - um estudo acutilante sobre as vantagens versus desvantagens das aulas virtuais nas IES em Moçambique no desafio da garantia da qualidade (2020-2024). O problema é mesmo: será que com as aulas virtuais garantimos a qualidade de ensino – vantagens versus desvantagens? Essa questão se tornou, ao mesmo tempo, o nosso objectivo geral neste estudo. E, como objectivos específicos temos: descrever as principais dificuldades na prática de aulas virtuais; identificar as vantagens da prática de aulas virtuais para os docentes, estudantes e dos gestores das Instituições de Ensino Superior (IES); identificar as principais desvantagens; descrever as

implicações das aulas virtuais na garantia de qualidade, e, sugerir possíveis estratégias de soluções para os desafios na prática de aulas virtuais no século XXI. A metodologia foi qualitativa, com a pesquisa descritiva conjugado com a interpretativa, o procedimento técnico de pesquisa foi por entrevista semiestruturada, conjugado com a observação activa, pesquisa bibliográfica e documental. Os participantes no estudo foram, alguns estudantes, docentes e gestores de determinadas Instituições do Ensino Superior de Moçambique. Os resultados encontrados são: tanto os estudantes como os docentes e gestores assumem as plataformas digitais e aulas virtuais como uma grande vantagem pois é uma inovação que ajuda a resolver os impasses do ensino e aprendizagem em

circunstâncias cruciais, tais como das epidemias, dos fenómenos naturais sejam ciclones (com vendavais e enxurradas). Ao mesmo tempo, as aulas virtuais constituem uma inovação inevitável da actualidade que existem sem recuo. Por outro lado, tendo em consideração o contexto socioeconómico de Moçambique, as aulas com plataformas digitais se tornam um grande desafio pois muitos estudantes, docentes e Instituições de Ensino Superior (IES) encaram grandes dificuldades na aquisição do equipamento de TICs, e logo, têm dificuldades do uso dos recursos; ademais, as habilidades e competências no uso das TICs são reduzidas; e mesmo para os que já conseguem usar as TICs, ainda têm dificuldades de manutenção e sustentabilidade com os megabytes, a própria internet e energia; descobrimos a desvantagem de falta de honestidade e transparência científica – plágios; e a falta de responsabilidade no uso ético das TICs. Contudo, registamos que há um grande esforço de superação das desvantagens e a consolidação do foco no uso das plataformas virtuais.

Palavras-chave: Plataformas digitais, ensino virtual, desafios, qualidade.

ABSTRACT

The theme of this research is: Teaching through digital platforms in the Age of Technologies: a sharp study on the advantages versus disadvantages of virtual classes in HEIs in Mozambique in the challenge of quality assurance (2020-2024). The problem is: can virtual classes guarantee the quality of teaching – advantages and disadvantages? This question became, at the same time, our general objective in this study. And as specific objectives we have: describe the main difficulties in practicing virtual classes; identify the advantages of practicing virtual classes for teachers, students and HEI managers; identify the main disadvantages; describe the

implications of virtual classes in quality assurance and suggest possible solutions to the challenges in the practice of virtual classes in the 21st century. The methodology was qualitative. With descriptive research combined with interpretative research, the technical research procedure was a semi-structured interview, combined with active observation, bibliographic and documentary research. The participants in the study were some students, teachers and managers from some Higher Education Institutions in Mozambique. The results found are: both students, teachers and managers see digital platforms and virtual classes as a great advantage as it is an innovation that helps to resolve teaching and learning impasses in crucial circumstances, such as epidemics, natural phenomena be cyclones (with gales and floods). At the same time, virtual classes constitute an inevitable innovation today that exists without retreat. On the other hand, taking into account the socioeconomic context of Mozambique, classes with digital platforms become a great challenge as many students, teachers and Higher Education Institutions (HEIs) face great difficulties in acquiring ICT equipment, and therefore, have difficulties in using resources; Furthermore, skills and competencies in the use of ICTs are reduced; and even for those who are already able to use ICTs, they still have difficulties in maintenance and sustainability with megabytes, the internet itself and energy; we discovered the disadvantage of a lack of honesty and scientific transparency – plagiarism; and the lack of responsibility in the ethical use of ICTs. However, we note that there is a great effort to overcome the disadvantages and consolidate the focus on the use of virtual platforms.

Keywords: Digital platforms, virtual teaching, challenges, quality.

RESUMEN

El tema de esta investigación es: Enseñanza a través de plataformas digitales en la era de las tecnologías: un estudio agudo sobre las ventajas versus desventajas de las clases virtuales en las IES de Mozambique en el desafío de la garantía de la calidad (2020-2024). El problema es: ¿garantizamos una enseñanza de calidad con clases virtuales? ¿Ventajas versus desventajas? Esta pregunta se convirtió, al mismo tiempo, en nuestro objetivo general en este estudio. Y, como objetivos específicos tenemos: describir las principales dificultades en la práctica de las clases virtuales; Identificar las ventajas de las clases virtuales para docentes, estudiantes y directivos de Instituciones de Educación Superior (IES); identificar las principales desventajas; Describir las implicaciones de las clases virtuales en el aseguramiento de la calidad y sugerir posibles estrategias de solución para los desafíos en la práctica de las clases virtuales en el siglo XXI. La metodología fue cualitativa, con investigación descriptiva combinada con investigación interpretativa, el procedimiento técnico de investigación fue a través de entrevistas semiestructuradas, combinadas con observación activa, investigación bibliográfica y documental. Los participantes en el estudio fueron algunos estudiantes, profesores y directivos de algunas instituciones de educación superior de Mozambique. Los resultados encontrados son: tanto estudiantes como docentes y directivos consideran que las plataformas digitales y las clases virtuales son una gran ventaja, pues se trata de una innovación que ayuda a resolver impases en la enseñanza y el aprendizaje en circunstancias cruciales, como epidemias, fenómenos naturales o ciclones (con vendavales e inundaciones). Al mismo tiempo, las clases virtuales son una innovación inevitable de hoy que existe sin vuelta atrás. Por otro lado, teniendo en cuenta el contexto socioeconómico de Mozambique, las clases con plataformas digitales se convierten en un gran desafío ya

que muchos estudiantes, docentes e Instituciones de Educación Superior (IES) enfrentan grandes dificultades para adquirir equipos TIC y, por tanto, tienen dificultades para utilizar los recursos; Además, se reducen las habilidades y competencias en el uso de las TIC; e incluso aquellos que ya son capaces de utilizar las TIC, aún tienen dificultades con el mantenimiento y la sostenibilidad con los megabytes, la propia internet y la energía; Descubrimos la desventaja de la falta de honestidad y transparencia científica: el plagio; y la falta de responsabilidad en el uso ético de las TIC. Sin embargo, observamos que hay un gran esfuerzo para superar las desventajas y consolidar el enfoque en el uso de plataformas virtuales.

Palabras clave: Plataformas digitales, enseñanza virtual, retos, calidad

INTRODUÇÃO

Neste trabalho investigamos a cerca do Ensino por meios de plataformas virtuais na Era das Tecnologias aprofundando, sobretudo, sobre as vantagens versus desvantagens nas IES em Mozambique no desafio da garantia da qualidade. Dentro do ensino as plataformas virtuais podem ser usadas tanto no regime presencial de aulas, como no regime híbrido e também no regime à distância.

Em geral os grandes desafios primordiais, dentre vários, têm sido a capacidade financeira para adquirir e manter as plataformas e também os níveis de domínio e as competências que cada individuo possui para o manuseamento o material informático. Esta é a realidade tanto para os estudantes, como para os docentes e também para os gestores das Instituições de Ensino. O contexto actual, em que praticamos a educação, é desafiador pois ainda continuam as longas distâncias de casa à escola, as ocupações profissionais são comprometedoras para quem trabalha e pretende estudar ao mesmo tempo, o fraco poder económico das famílias é uma

realidade premente, as catástrofes naturais e as pandemias acontecem frequentemente e mais. Tudo isso fragiliza todas as actividades humanas incluindo a do ensino e aprendizagem. Em Moçambique, em particular, o governo declarou o estado de emergência pelos Decretos Presidenciais 11/2020 em Março, Decreto 12/2020 em Abril, do Decreto 14/2020, em Maio, do Decreto 21/2020 em junho, Decreto 23/2020 em Agosto, e depois com o Decreto 79/2020 em Setembro, Moçambique passou para o estado de calamidade pública.

Os Ministérios que velam de Educação e Ensino em Moçambique foram, por sua vez, enveredando esforços, articulando estratégias de como viabilizar o processo de ensino sem parar, completamente com o processo de aulas, insentivando as instituições para racionalizarem o tempo com as aulas, dentro das possibilidades humanas, capitalizando as TICs para as aulas virtuais em regime híbrido, recorrendo às diversificadas plataformas digitais.

Portanto, a situação financeira de muitas famílias não permitem custear a educação dos filhos, mais ainda, há muitos funcionários que procuram estudar no turno da noite e que isto se torna muito oneroso e também jovens funcionários nos distritos recônditos que anseiam aumentar o seu grau académico, mas as circunstâncias geográficas não dispõem de instituições de ensino superior. O ensino para todos esses exigem plataformas digitais para aulas virtuais, isto se torna um desafio do ensino. Por isso à distância e virtual focalizamos - nos nos estudantes, docentes e gestores das Instituições de Ensino para analisarmos minuciosamente sobre as vantagens e desvantagens no uso desses meios em vista a garantia da qualidade.

Problematização: os governos traçam as suas estratégias políticas de ensino tendo em consideração os novos modelos de ensino na realidade nacional e

internacional. O governo moçambicano está consciente de que a “educação é um direito fundamental” (PQG, 2020-2024, PEES, 2012-2020) dos cidadãos e por isso permitiu as instituições públicas e privadas de ensino a responder a demanda usando os regimes presencial, híbrido e à distância e usando todos os meios tecnológicos possíveis. E, na tentativa de operacionalização dessas políticas educacionais e modelos de ensino, existem em Moçambique muitas IES que praticam tanto o ensino presencial, híbrido como o à distância usando as plataformas digitais em aulas virtuais, dentre elas, a Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Católica de Moçambique, Universidade S. Tomás, A politécnica, Unilúrio, Unizambeze, UniSave, Unirovuma, Unilicungo, ISCED. Portanto, estamos perante a modalidades que, por um lado fazem com que haja expansão das oportunidades de ensino a todos os moçambicanos, por outro, trata-se do uso normal das plataformas tecnológicas no ensino no século XXI mas ao mesmo tempo, apesar de tudo, estamos diante de uma problemática que impera a garantia da qualidade de ensino.

Diante dessa realidade, pretendemos junto dos gestores de instituições de ensino, docentes e estudantes perscrutar a seguinte questão: quais são os elementos mais salientes no processo de ensino e aprendizagem no uso das plataformas digitais para as aulas virtuais: há mais vantagens e ou desvantagens na garantia de qualidade?

A essa questão se torna, ao mesmo tempo, o nosso objectivo geral neste estudo. E, como objectivos específicos temos: descrever as principais dificuldades na prática de aulas virtuais; identificar as vantagens da prática de aulas virtuais para os docentes, estudantes e dos gestores das IES; identificar as principais desvantagens; descrever as implicações das aulas virtuais na garantia de qualidade, e, sugerir

possíveis soluções para os desafios na prática de aulas virtuais no século XXI.

Para a operacionalização desses objectivos elaboramos as seguintes questões de pesquisa: Quais são as principais dificuldades na prática de aulas virtuais? Quais são as vantagens da prática de aulas virtuais para os docentes, estudantes e dos gestores das IES? Quais são as principais desvantagens da prática de aulas virtuais? Que implicações podemos detectar na garantia de qualidade de ensino na prática de aulas virtuais? E, que sugestões são soluções podem ser avançadas para os desafios na prática de aulas virtuais?

E, como justificativa: pretendemos evidenciar a experiência do autor no contacto constante com os estudantes gerindo instituições de algumas IES, discutindo nas aulas com estudantes de níveis de licenciatura, mestrado e doutoramento em diversas universidades nacionais e internacionais. E, mais ainda, tanto Moçambique como o mundo em geral, experimentam ciclicamente situações ora de pandemias – por exemplo de a do COVID-19 – ora de calamidades naturais de ciclones e chuvas intensas que, muitas vezes, não possibilitam o processo de ensino presencial. Isto tudo nos desafia para uma migração ao regime híbrido usando plataformas digitais em aulas virtuais.

O período de estudo foi de 2020-2024, tendo em consideração as pandemias do Covid-19, os vendavais, ciclones que assolaram Moçambique e a evolução da tecnologia.

Revisão da literatura

As plataformas digitais e aulas virtuais, que segundo diversos autores, e sobretudo Moura e Gomes (2020), comportam os instrumentos tais como o computador, o telefone celular, tablets e tantas outras máquinas digitais. Estes instrumentos são usados em E- learning, isto é, de forma remota com recursos a internet e

plataformas online e também em M-learning, isto é, a aprendizagem “movel” com smartphones, tablets, mesmo laptops ou outros dispositivos portáteis. Desta forma acontece ou a interacção síncrona meio de plataforma moodle, whatsapp, messenger, skype, hangouts, videoconferência, zoom, google meet, microsoft teams, fóruns de discussão, infografia, podcast, eBooks, redes sociais, conversas rápidas e pontuais, linguagem escrita, respostas imediatas, mensagens arquivadas. Ou também acontece uma interacção assíncrona entre docente e estudante por meio de Moodle blackboard, gmail, yahoo, correio electrónico, assistência aos estudantes, partilha de recursos de aprendizagem, partilha de informações genéricas, feedback.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), recomendaram desde 2000, a integração das TIC no processo de EA (UNESCO, 2008), Resolução nº 28/2000, onde o Conselho de Ministros define a Política de informática de Moçambique (BR, N. 49, I SERIE, de 12 de dezembro de 2000). O Governo de Moçambique procurou integrar e disseminar as TIC no sistema de ensino e, por conseguinte, dar face a integração do país no panorama mundial de desenvolvimento e adopção das TIC.

Modelos de ensino e Teorias educacionais modernas: De acordo com Grand'Maison, citado por Bertrand, Pinheiro, Nogueira (2001, p. 180) a escola “sofre de reducionismo em muitos modelos”, por exemplo: a Escola tecnoburocrática, onde governo determina o andamento do processo educativo; a Escola correia-da-máquina económica que está ao serviço da sociedade capitalista e dos poderes políticos dominantes; a Escola centro-integradora das aprendizagens, que está para a revolução tecnológica na invenção racional; e a Escola comunitária e privada que é um regresso às comunidades de base - neoconservadorismo. Isto tudo é essencial

quando discutimos sobre o ensino por meio de plataformas digitais de forma virtual no contexto social e político-econômico moçambicano com escolas públicas e privadas.

Essas teorias complementam-se com as teorias educacionais modernas e contemporâneas (Valente, 1999; Libâneo, 2005) que dispoletam sobre o pensamento pedagógico na educação e a necessidade de formação de professores dentro da: abordagem tradicional, comportamentalista, Humanista, cognitivista (Libâneo, 2005, 2005), abordagem cultural de Freire (2014) e as correntes pós-modernas que vincam muito o carácter racional, neocognitivo, sociocrítico, histórico-cultural, o uso de meios tecnológicos, o construtivismo, o carácter holístico que foca a complexidade, ecopedagogia e conhecimento em rede em vista ao ensino de excelência (Souza, 2020). As aulas virtuais remetem-nos também às tendências que discutem a questão “Adeus professor” e a descolarização (Libâneo, 2014, p. 21) e novas exigências educacionais e profissionais do docente (Sant’ana, 2019).

O desafio e necessidade do uso das tecnologias no ensino: Sousa (2013) defende que o termo desafio induz, antes de tudo, a atitude de per a confiança, remete-nos a um certo negativismo que precisa de ser superado. França, Pagliuca e Baptista (2008) afirma que desafios são limitações que o meio ambiente ou as pessoas impõem no decorrer de um plano de acção que podem ser por factores externos e também internos. Mais ainda, Passos (2019) defende que dentro da educação há desafios próprios identificados como dificuldades que devem ser suplantados. Neste estudo articulamos as teorias acima mencionadas com as reflexões sobre a psicopedagogia e os docentes no ensino em aulas virtuais, a comunicação pelas tecnologias de e-learning (Pereira, 2016; Silva, Nunes &

Marques, 2018), que oferecem várias possibilidades aos estudantes e docentes, o que leva a que, os professores repensem a sua condição de docente na sociedade (Dos Santos, 2020; Martins, & Dos Reis, 2008) vincando a autonomia do estudante no ensino híbrido e a necessidade de imprimir uma nova dinâmica e activismo no seu estudo (Rolindo, Dos Reis & Melo, 2019).

Qualidade de ensino – trata-se de um objectivo que todos almejam e que exige também de todos, um esforço e envolvimento aturado. Cunha (1997) ao reflectir sobre a qualidade evidencia o interesse pela excelência que significa a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos diante dos desafios do desenvolvimento. Suleman (2007) defende que a excelência pode ser obtida pelas competências, pois o indivíduo estará em condições de enfrentar com sucesso uma situação profissional desafiante e será capaz de gerir os contornos em diversos contextos. Portanto, a formação contínua de gestores é também um aspecto que se discute incutindo a incorporação de tecnologias na escola para o ensino por meio de plataformas diversas para garantir a qualidade de ensino (Cruz, Arxer & Bzelli 2016; Rocha, Oliveira, & Lima, 2020).

Como estudos empíricos, consideramos os resultados das pesquisas de Fernando & Gonçalves (2021); Singo (2020), na passagem dos 60 anos do Ensino Superior em Moçambique, que questionaram o passado, presente e futuro das TIC no Ensino Superior e o impacto da transformação digital na dinâmica Institucional. Eles encontraram que, apesar dos altos e baixos, há muitos registos de desenvolvimento satisfatório mas também há muitos desafios dependendo de diversos contextos socioeconomicos. Adicionado a estes tivemos em consideração a obra de Cruz (2020) sobre as estratégias de ensino

remoto frente ao cenário de suspensão provisória das aulas presenciais no Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto ao modo, usamos a abordagem metodológica qualitativo (Will (2012), pois o conhecimento resulta de um processo de construção orientado para o diálogo permanente com a realidade social - desafios mais relevantes do ensino por meio de plataformas digitais de forma virtual - tendo presente o rigor e pertinência de cada passo do processo de investigação. Sobre o tipo de pesquisa, tivemos em consideração ao objectivo geral optando pelo tipo de pesquisa é descritivo conjugado com o interpretativo (Moreira, Costa, 2009)) vincando as características de determinada população, fenómeno social e Ramos e Naranjo (2013) defende o poder de especificar as propriedades importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenómeno para uma análise profunda. Conjugamos o descritivo a pesquisa bibliográfica e documental (Severino, 2007).

Quanto aos instrumentos de recolha de dados elaboramos 3 guiões de entrevistas (Silva & Menezes, 2005): 1 para os estudantes, 1 para os docentes e 1 para os gestores de instituições de ensino superior. E, sobre as técnicas de colecta de dados, usamos a entrevista semiestruturada, conjugado com a observação activa (Lakatos & Markoni, 2007), definimos os lugares, da pesquisa, a população, os participantes. E, de acordo com Oltman (2016), capitalizamos a possibilidade de usar os meios de tecnologia e comunicação para os estudos qualitativos.

Como universo tomamos em consideração todas as Instituições do Ensino Superior em Moçambique e destacamos 6 províncias e 7 IES: Niassa-UCM; Nampula- UCM e Uni Rovuma; Sofala- Unizambeze da Beira;

Gaza- Uni Save; Maputo- ISGE-GM; e Maputo Cidade USTM. Em cada IES identificamos 3 estudantes, 3 docentes e 2 gestores do topo, totalizando 56 participantes. Os participantes foram: em cada IES, dos 3 estudantes, 1 homem, 2 mulheres. Destes, 2 estudantes para o grau de licenciatura e 1 mestrando. Quanto aos docentes e gestores, 2 foram homens e 1 mulher; os gestores sendo 1 reitor ou Director Geral e 1 director académico. E, sobre o tipo de IES, 3 foram publicas e 4 privadas.

Saturação teórica: ao longo das das entrevistas e sua transcrição fomos descobrindo que os últimos entrevistados não expressavam algo de novo que acrescentasse uma grande valia àquilo que os primeiros declararam e, de acordo com, (Fontanella et al.; 2011; Ribeiro, Souza, Lobão, 2018), nessas situações interrompemos o processo e concentramo-nos naquilo que já havia sido processado até então.

Técnicas de apresentação de dados - Os dados recolhidos por meio das entrevistas semiestruturadas, foram apresentados tendo em conta as questões de investigação, a formulação de categorias e subcategorias. Realizámos o devido processamento de dados organizando-os, trabalhando-os, classificando-os de maneira que se possa fazer uma análise o mais objetivo e fiável possível da referida informação (Ramos & Naranjo, 2014)". Efectuámos a triangulação, combinando metodologias e técnicas, triangulação de dados, triangulação de investigadores, triangulação de teorias (Carmo & Ferreira, 1998) para garantir a transparência, fidelidade, clareza e sistematização dos dados.

Limitações da Pesquisa - A distância constituiu, logo no início da pesquisa, como dificuldade. Porém, tivemos diversas

oportunidades de estar presencialmente em 7 IES e para as restantes 2 usamos as TICs para superar os entraves de comunicação.

Quanto a Ética da Pesquisa: pedimos aos entrevistados o consentimento prévio, garantimos a eles o respeito, a liberdade de participar ou não da pesquisa, asseguramos o direito da privacidade e anonimato mantendo a confidencialidade e

asseguramos o acesso aos resultados da pesquisa (Sampieri, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Procuramos ser muito práticos e fiéis às declarações dos entrevistados usando as técnicas metodológicas próprias de apresentação, interpretação e discussão de dados nos estudos qualitativos (Sousa & Figueiredo, 2010).

Estudantes

Dificuldade	- "...não somos treinados em diferentes tipos de plataformas digitais" (E2) - "...não somos capacitados no uso das plataformas digitais" (E8); - "...inscrevemo-nos para o regime presencial e de repente apresentam-nos o híbrido com aulas virtuais..."(E11); - "...não me convenço ser ensino de qualidade este com meios virtuais, porque alguns docentes só mandam fichas, não explicam e de repente marcam teste"(E13);
Dificuldades nos Meios tecnológicos	- "...eu não tenho nem computador e nem telefone celular com facilidades de usos para <i>whatsapp</i> , ou sei lá dizem <i>zoom</i> ou <i>google classroom</i> "(E15). - "...perco fichas porque não tenho um celular com capacidades para receber esses documentos" (E16); - "...os meus pais não têm dinheiro para comprar telefone com <i>android</i> e muito menos computador" (E18); - "...tenho celular com capacidades, mas não tenho dinheiro para megas" (E20).
Domínio da tecnologia	- "...tenho computador e celular, mas não consigo mexer para usar as plataformas" (E1); - "...os docentes dizem para usar <i>zoom</i> ou <i>google classroom</i> ou também falam de <i>plataforma moodle</i> ...eu não domino esses meios" (E3); - "...no início os docentes falavam de plataformas digitais. Eu não sabia de que se tratava. Mas depois passei a saber o que são plataformas digitais e comeci a empenhar-me treinando muito. E hoje sei o suficiente...não muito" (E16)
Interação com os docentes	- "...é muito difícil comunicar-se com alguns docentes...não te atendem" (E9) - "...há docentes disponíveis, mas outros não atendem as nossas chamadas" (E10); - "...para alguns docentes tivemos dificuldades de comunicação em aulas presenciais...e agora a situação piora" (E17)
Material implicações na qualidade?	- "...alguns docentes enviam-nos fichas, artigos, slides de qualidade, mas outros docentes despacham muito o seu material" (E11); - "...não sei se alguns docentes preparam bem os seu <i>slides</i> , as vezes enviam-nos com muitos erros, ou mesmo são <i>slides</i> sem gosto para ler" (E14); - "...há docentes que só encontram um ou dois ou três livros volumosos e enviam-nos dizendo leiam...e difícil assim" (E17)
Implicações nas Avaliações	- "...não é fácil realizar um teste ou exame, de forma virtual, pois o tempo fica curto para podermos baixar, responder, pelo computador e enviar de volta.... complicado" (E5); - "...eu, que não tenho computador, realizo o teste a manuscrito e envio pelo <i>whatsapp</i> em fotos, mas o docente reclamanfco penalizado" (E13); - "...a tendência de alguns docentes é de elaborar um teste para respondermos verdadeiro ou falso...para mim não vejo qualidade" (E19).
Vantagens Desvantagens na direção	- "...reduzem-se os dias de ir à universidade, poupamos dinheiro de chapa, embora também usamos o mesmo para adquirir megabytes..." (E15). "... facilita a concentração em lugar sem muito barrulho que nem na escola...(E18); - "...penso a pesquisa fica facilitada com os meios virtuais" (E20).

estudantes, existe também a falta de meios tecnológicos, a interação com os docentes e com a instituição é deficiente, há falta de domínio da tecnologia, o material para o

estudo é de má qualidade, dificuldades nas avaliações à distância e logo a qualidade de ensino é deficiente. Tal como podemos observar as dificuldades são explícitas.

De facto, em Moçambique em geral existem essas dificuldades em meios tecnológicos (Brito, et al., 2017), mas também dificuldades de investir na aquisição de laptop ou telemóveis compatíveis- smartphone, biblioteca digitais (Dos Santos, 2020). Com as novas tecnologias de comunicação exige-se-nos o conhecimento e domínio das novas tecnologias de informação em particular as plataformas de ensino a distância online, e-learning moodle, aperfeiçoar o uso das TICs, na vertente dos aplicativos básicos

Docentes

Dificuldades	- "...como docente a situação de ensino por meio de plataformas digitais de forma virtual encontrou-me sem muita preparação em TICs" (D1). - "...alguns docentes conhecem as TICs mas outros deviam ser capacitados" (D3); - "...há docentes meus colegas que desistiram de dar aulas por não se sentirem capacitados ao ensino por meio de plataformas digitais de forma virtual, mas eu prefiro desafiar" (D7).
Exiguidade de meios	- "...alguns docentes não temos celulares compatíveis às plataformas... não estávamos preparados" (D16); - "...ainda não tinha comprado um computador pois usei sempre das instituições e agora..." (D19).
Dificuldade de Domínio	- "...sei usar o computador, normalmente, mas sem muitas plataformas" (D13) - "...é difícil usar as plataformas digitais e alguns estudantes conhecem melhor que o docente" (D14); - "...uso, somente, <i>WhatsApp</i> e falam de <i>zoom</i> , <i>google classroom</i> , eu ainda não sei" (D20).
Dificuldade de Interação	- "...não é fácil! Custa sim e temos de redobrar o esforço para ganhar os estudantes" (D1); - "...em 30 estudantes interagem somente 18 ou 20, normalmente, e para os testes aparecem os 30 e reclamam" (D16) - "...o docente lança uma pergunta só um estudante ou alguns poucos estudantes respondem, E os outros?" (D18) - "...em muitas avaliações aparecem em <i>copy da internet e paste</i> " (D13). - "...não sei se são os próprios estudantes que fazem os trabalhos e testes ou entregam a um amigo, ou familiar de outro nível" (D15).
Dificuldade de Avaliações	- "...os testes, alguns aparecem em forma de foto por <i>whatsapp</i> ... custa corrigir!" (D17); - "...os alguns estudantes reclamam que o tempo para o teste é muito curto e não conseguem entregar na hora combinada" (D18) - "...custa corrigir os testes em digital..." (D19)
Vantagens	- "...o docente não precisa de se deslocar muitas vezes por semana" (D16) - "...por um clique, o docente já pode mandar um subsídio de estudo aos estudantes... já pode convocar aos estudantes para uma sessão de feedback com facilidade..." (D18)

Observando o quadro encontramos que a maioria dos docentes apontou como suas dificuldades: eles não estavam mentalmente preparados, de forma prévia, para o regime híbrido, e dessa forma também não se prepararam com meios tecnológicos adequados. Aliado a isso, muitos deles faltam-lhes o domínio da tecnologia. A interação de muitos dos

como Word, PDF, PPT, POWER POIT, na vertente dos aplicativos para aulas online (WhatsApp, Zoon, youtube e outras) (Pereira, 2016; Da Silva, et al., 2018) adquirindo aparelhos com capacidades e funcionalidades capazes de responder adequadamente às aulas virtuais. Capacidades financeiras é crucial para aquisição constante de crédito e megabytes. No uso correcto desses instrumentos vai-se garantir a qualidade de ensino (Gadotti, 2010).

docentes com estudantes é deficiente. Os docentes descobrem com frequência os trabalhos de copy and paste, plágios e isto coloca em causa a qualidade de ensino. Há dificuldades nas avaliações à distância, quanto à sua elaboração, a respectiva aplicação e a correcção. Há multiplicação de turmas e de horários que exige uma mente atenta e organizada.

Portanto, diante de todas essas realidades continua a existir a necessidade de capacitação de docentes, aquisição de laptops, smartphones e outro material compatível as TCs, aperfeiçoamento no uso das TICs e o conhecimento adequado dos software(s) nos computadores e nos celulares (os aplicativos básicos como Word, PDF, PPT; WhatsApp, Zoon, google classroom, plataforma moodle, youtube, etc) (Dos Santos 2020; Martins, & Dos Reis, 2008). Os docentes procuram investir em créditos, megabyts e energia constante

em casa. Estamos numa situação em que pouco e pouco se concretiza, em parte, a teoria de “adeus escola, adeus professor” entendendo adeus às salas de aulas em concentração de alunos em paredes (Sant'ana, 2019, p. 13). Aprofundando bem os depoimentos dos docentes percebemos o desafio das competências. E, como defende Suleman (2007) os profissionais devem se capitalizar, formar-se para garantir as competências, excelencia de ensino e qualidade (Cunha, 1997).

Gestores

Dificuldades de Preparação prévia	- “...a covid-19 veio nos encontrar desprevenidos. Insistimos aos docentes e estudantes para meios digitais que mesmo nos os gestores precisaríamos antes de ter aprendido” (G1). - “...estamos na corrida de nos capacitarmos-nos também a nós os directores” (G8).
Exiguidade de meios tecnológicos	- “...temos computadores para o uso básico, mas agora precisamos de aumentar ainda mais e com <i>software(s)</i> modernos e aplicações múltiplas” (G4). - “...pensamos de comprar mais <i>moden(s)</i> para facilitar o nosso trabalho de gerir estudantes, docentes, funcionários e facilitar a nossa comunicação entre os directores” (G6). - “...precisamos de investir nos telefones celulares <i>android</i> , investir no crédito e megabytes, mais do que antes” (G7). - “...precisamos de criar nossas plataformas institucionais e oficiais e torná-las operacionais e eficientes” (G12).
Dificuldades de Domínio da tecnologia	- “...nem todos os gestores dominam as plataformas, precisamos de uma capacitação constante em matérias das TICs” (G7). - “...vejo que mesmo nas video-conferências há colegas com muitas dificuldades no uso” (G4). - “...os sistemas tecnológicos existentes, <i>SIGA</i> , <i>ESURA</i> , <i>PRIMAVERA</i> , não são ainda de domínio de todos os gestores” (G10).
Dificuldades de Interação com os estudantes e docentes	- “...temos dificuldades institucionais de comunicação com todos os estudantes no envio de comunicados...as vezes os sistemas e plataformas não funcionam bem” (G6). - “...os estudantes insistem na redução de propinas alegando que se inscreveram para aulas presenciais e não à distância. Assim a tensão é constante” (G11). - “...tem sido difícil gerir os docentes em tempo útil de leccionação de aulas digitais e controlar as suas efectividades” (G5).
Avaliações Vantagens	- “...recebemos reclamações de estudantes sobre docentes que despacham as aulas, as correções de avaliações...” (G3). - “...alguns estudantes reclamam sobre o tempo para o teste ser curto e resolvemos” (G5); - “...há docentes que reclama existir avaliações em <i>copy</i> da <i>internet</i> e <i>paste...</i> ” (G7); - “...há docentes que reclamam da inconstância dos estudantes nas aulas” (G8) - “...os custos em energia, água, e material didáctico reduziram mas capitalizamos em material de TICs” (G1); - “pensamos em migrar para a biblioteca virtual, livros informatizados, embora ainda seja uma miragem!” (G3); - “o estudante participa aulas em qualquer lugar.” (G9)

Assim como podemos observar no quadro acima que, a maior parte dos próprios gestores descreveram que existem suas dificuldades tais como: a falta de sua preparação antecipada à mudança de

presencial à distância ou híbrido, tanto tecnológica como mentalmente, a falta dos próprios meios tecnológicos suficientes e sofisticados para o processo de ensino e aprendizagem, existem dificuldades de

interacção com todos os estudantes em tempo útil e também com os docentes. Os gestores apontaram a falta de domínio da tecnologia que precisa ser suprida. Frizaram também o desafio da reestruturação das turmas com respectivas salas e turnos. Adicionado a isso, os gestores evidenciaram as dificuldades de controle eficiente no processo de avaliações à distância, os gestores reconhecem que a qualidade de ensino pode estar desafiada pelos plágios. Mais ainda, os gestores apontaram as dificuldades de administrar várias turmas com recurso a plataformas digitais e controle da efectividade dos docentes.

Para esses desafios requerem, de facto uma capacitação e formação adequada aos gestores e é imperioso o investimento das escolas no que diz respeito à equipamentos tecnológicos adequados ao ensino híbrido e a distância (Rocha, et al., 2020; Almeida, 2009). Tudo isto vai permitir o monitoramento de todo o processo de ensino e aprendizagem. O MCTESTP e MEDH procura promover as IES para diversas plataformas digitais nos seus comunicados (PE 2012-2020, Decreto Presidencial 23/2020).

Vantagens e Desvantagens do ensino com aulas virtuais

Nesta parte procuramos trazer a descrição, de forma literal, das declarações dos participantes da pesquisa, excluindo os depoimentos repetidos respeitando a saturação teórica (Fontanella et al., 2011).

Vantagens: O ensino de regime híbrido e à distância reduz custos com o pessoal, custos de uso de material, de energia, água, combustível, transporte e mais, reduz o risco de contágio de doenças transmissíveis, tais como o COVID-19 e mais. Este regime facilita a fluidez da informação, recorre-se à bibliografia

electrónica, há mais tempo de pesquisa para os estudantes, mais liberdade no processo, responsabilidade acrescida no ensino centrado no estudante. O estudante estuda em qualquer lugar livremente e é flexível a todo o tempo. As plataformas digitais permitem ter acesso ao debate do dia e o material didáctico disponibilizado. Há possibilidade de testes autocorrigíveis, o estudante sabe programar-se, autonomiza aos docentes e estudantes. Desenvolvem-se mais habilidades individuais, cultiva-se mais o espírito investigativo, evita-se grandes aglomerações, menos mobilidade física dos intervenientes no processo de ensino, diminuem-se possíveis assédios, clientelismos e amiguismos.

Desvantagens: Dificulta a interação entre os intervenientes, exclui estudantes e professores sem condições de plataformas digitais, exige maior trabalho na parte do estudante para assimilar as matérias e este não está intelectualmente maduro para o efeito. Para as cadeiras práticas as dificuldades são enormes. Falta de conexão de forma segura e estável da internet, falta de rigor na gestão escolar, pouca seriedade de alguns estudantes na aprendizagem, assistência inadequada e inconsistente à aula, há mais possibilidade de fraudes, falta de fiabilidade e transparência nos trabalhos com a tentação para o copy and paste. Encomendam-se os trabalhos científicos e logo pouca fiabilidade dos resultados das avaliações, tendência de testes multichoice. A interacção é feita entre desconhecidos – docente e estudantes e reduz a interacção entre os intervenientes, há excessiva liberdade individual, falta de práticas nos exercícios necessários, o conhecimento parece ser superficial. Os spam, publicidades, notificações atrapalham e distraem na tecnologias e redes sociais.

Portanto, podemos perceber, como Nonato e Pinto (2016); Pinto (2013), que para além

das vantagens da democratização do ensino, tomamos atenção a qualidade e credibilização versus descredibilização do ensino que pode correr o risco de influenciar na formação integral ou deformação do cidadão colocando em causa o futuro de um País. Estas desvantagens se tornam desafios que para Souza (2020), França, et al (2008) e Passos (2019) devem ser encarados e transformados em oportunidades para criar novas estratégias e avançar o sucesso.

CONCLUSÕES

Chegados a este ponto pensamos ter conseguido alcançar os resultados que preconizámos sobre este trabalho de desafios mais salientes do ensino por meio de plataformas digitais de forma virtual e as respectivas estratégias de solução. Tais resultados culminam nas sugestões específicas de estratégias de solução das dificuldades próprias do ensino por meio de plataformas digitais de forma virtual que passamos a apresentar a seguir.

E, como possíveis estratégias de solução os participantes e o autor avançam com as seguintes sugestões: Que as IES continuem a incentivar na mudança de mentalidade dos estudantes e docentes demonstrando que é possível o ensino com plataformas digitais pelas aulas virtuais de qualidade facultando meios básicos para a interação e a respectiva capacitação. Que as IES continuem a investir na capacitação de docentes e gestores na matéria das TICs, metodologias e técnicas próprias de um ensino com plataformas digitais apostando nas aulas virtuais de qualidade. Que as IES invistam na aquisição de meios tecnológicos, sistemas suficientes e sofisticados para facilitar a comunicação da comunidade académica, para as a prática de

aulas virtuais, para evitar o plágio com anti-plágios e para facilitar o controle eficiente no processo de monitoria e acompanhamento do ensino de qualidade. Que os gestores, docentes e estudantes de diferentes IES tenham alguns intercâmbios para partilharem experiências do uso de plataformas digitais para as aulas virtuais de qualidade. Que as famílias, apesar das dificuldades económicas, possam ganhar e assumir a mentalidade da necessidade de meios e recursos digitais para a prática de aulas virtuais dos seus filhos. Que o governo procure renovar as políticas educacionais traçando estratégias de solução no apoio e aquisição de recursos para a materialização de aulas virtuais garantindo a equidade na sociedade. Que o governo continue a intensificar o seu apoio à todas IES, não só públicas, mas também privadas, atraindo investimentos para o desenvolvimento de meios tecnológicos e científicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. E. (2009). A educação a distância na formação continuada de gestores para a incorporação de tecnologias na escola. *ETD Educação Temática Digital*, 10(2), pp. 186-202.
- Baptista, M. N.; & Campos, D. C. (2015). Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. In: *Metodologias de Pesquisa em Ciências: análises Quantitativa e Qualitativa*. p. 299-299.
- Bertrand, Y.; Pinheiro, E.; & Nogueira, C. (2001). Teorias contemporâneas da educação.
- Brito, C. E. et al. (2017). O Ensino à Distância (EaD) na Universidade

- Eduardo Mondlane (UEM): situação actual e desafios. v. 9.
- Carmo, H.; Ferreira, M. M. (1998). Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem. Lisboa: Universidade Aberta; 21.
- Nazarko L. Enabling bladder control following stroke. Nursing & Residential Care [serial on the Internet], 2010.
- Cunha, P. D. (1997). Excelência e qualidade em educação. Educação em debate, p. 83-11.
- Da Silva, D. F. et al. (2018). Ensino híbrido com a utilização da plataforma Moodle. Revista Thema, 15(3), p. 1175-1186.
- Sant'ana, C. (2019). Adeus Professor, Adeus Professora? Novas Exigências Educacionais e Profissão Docente. Revista Ciências & Ideias ISSN: 2176-1477, p. 254-258.
- Decreto 35/2009 7 de Julho. Regulamento do Ensino à Distância.
- Decreto 79/2020, 4 de Setembro; Decreto Presidencial 11/2020, 20 de Março; Decreto Presidencial 12/2020, 29 de Abril; Decreto Presidencial 14/2020, 28 de Maio; Decreto Presidencial 21/2020, 26 de Junho; Decreto Presidencial 23/2020, 5 de Agosto.
- Fernando, O. M.; & Gonçalves, B. F. (2023). Análise do impacto da transformação digital no setor da educação: um olhar sobre instituições de ensino superior em Moçambique. NJINGA e SEPÉ: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras, 3(2), p. 302-316.
- Fontanella, B. J. B. et al. (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. Cadernos de saúde pública, 27(2), pp. 388-394.
- Freire, P. (2014). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e terra.
- França, I. S. X.; Pagliuca, L. M. F.; & Baptista, R. S. (2008). Política de inclusão do portador de deficiência: possibilidades e limites. Acta Paulista de Enfermagem, 21, p. 112-116.
- Gadotti, M. (2010). Qualidade na educação: uma nova abordagem.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. (2007). Fundamentos de metodologia científica. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 310.
- Libâneo, J. C. (2005). As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. Campinas: Alínea, 1, p. 19-62.
- Libâneo, J. C. (2014). Adeus professor, adeus professora?. Cortez editora.
- Martins, A. E.; & Dos Reis, F. L. (2008). A importância das plataformas no ensino à distância. Li ta e pa ti pantes sd r ci, p. 33.
- Moreira, A.; Sá, P.; & Costa, A. P. (2009). Metodologias de Investigação.
- Moura, N. L.; & Gomes, A. (2020). O “boom” das plataformas digitais nas práticas de ensino: Uma experiência do E@ D no ensino superior. Revista Practicum, 5(1), pp. 106-120.
- Nonato, Helena Pinto; Pinto, Ernerstina Nonato. Educação à distância– vantagens e desvantagens. Instituto de Informática, Universidade Federal de Goiás, 2015.
- Oltmann, S. et al. (2016). Qualitative interviews: A methodological discussion of the interviewer and

- respondent contexts. In: Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research.
- Passos, T. K.; & Teixeira, S. (2019). Os desafios da participação e da efetivação da cidadania na contemporaneidade.
- Pereira, I. S. (2016). Uma experiência de Ensino Híbrido utilizando a plataforma Google sala de aula. SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância.
- Plano Estratégico do Ensino Superior 2021-2030.
- Plano Quinquenal do Governo (PQG, 2020-2024). Maputo.
- Ribeiro, J.; De Souza, F. N.; & Lobão, C. (2018). Saturação da análise na investigação qualitativa: quando parar de recolher dados?. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 6(10), p. iii-vii.
- Rocha, R. S.; Oliveira, G. P.; & Lima, G. S. (2020). E-learning como ferramenta digital híbrida: uma metodologia colaborativa na formação técnica. *Revista Docência e Ciberultura*, 4(2), p. 85-102.
- Rolindo, J. M. R. et al. (2019). Modelo híbrido: possibilidade de ensino no século XXI. *Brazilian Journal of Development*, 5(9), p. 14262-14279.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; & Lucio, P. B. (2006). Metodologia de pesquisa. In: *Metodologia de pesquisa*. p. xxiv, 583.
- Severino, J. (2017). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez editora.
- Singo, F. (2020). O Passado, Presente e Futuro das TIC no Ensino Superior e o Impacto da Transformação Digital na Dinâmica Institucional.
- Sousa, M. M. (2017). As ideias pedagógicas modernas e contemporâneas na formação do educador. 5(2).
- Souza, F. L. B. et al. (2020). Famílias empresárias: desafios intergeracionais.
- Suleman, F.; & Paul, J. J. (2007). A produção e a destruição da competência individual: o papel da experiência profissional. *Revista Europeia de Formação Profissional*, 40, pp. 114-134.
- Valente, J. A. (1999). Diferentes abordagens de educação a distância. Artigo Coleção Série Informática na Educação–TV Escola, pp. 1-7.
- Vieira, F. G. D. (2017). Ensino de Marketing por meio de entrevista semi-estruturada. *Revista Espaço Acadêmico*, 17(195), p. 01-08.
- Will, D. E. (2012). *Metodologia da pesquisa científica: livro digital (segunda edição)*. UnisulVirtual. Brasil.

31 - 03 | 2025

AS METAMORFOSES CURRICULARES E A CONSTRUÇÃO DE UM HOMO MOCAMBICANUS - UMA VISÃO FILOSÓFICA

Curricular metamorphoses and the construction of a homo mocambicanus - a philosophical vision

Metamorfosis curriculares y construcción de un homo mocambicanus - una mirada filosófica

Joaquim Mulamula Sabino Mbanguine¹, João Baptista Amide², Itélio Joana Muchisse³

¹ *Mestre em Intervenção psicológica no desenvolvimento e na educação -UNEATLANTICO; Mestrando em Empreendedorismo e desenvolvimento Local- Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini* mulamulajoaquim011@gmail.com.

² *Doutor em Ciências de Educação na UCP-Portugal, Director Científico e Pós graduação; Director Geral Interino do Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini*

³ *Mestrando em Direitos Humanos, Justiça e Paz- Universidade Católica de Moçambique*

Autor para correspondência: mulamulajoaquim011@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Mbanguine, J. M. S.; Amide, J. B.; & Muchisse, I. J. (2025). As metamorfoses curriculares e a construção de um homo mocambicanus – uma visão filosófica. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 270-281. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

Neste artigo pesquisamos sobre as metamorfoses curriculares e a construção de um homo mocambicanus – uma visão filosófica, desde o tempo colonial até 2024. Concentramo-nos na análise crítica dos currícula do ensino primário e secundário. Usamos o método qualitativo com o tipo de pesquisa bibliográfico, documental e observação fazendo a hermenêutica e uma análise crítica a trajetória histórica do desenvolvimento curricular. E, como resultados, evidenciamos que durante o período colonial, o sistema educativo estava assente em dois tipos de currícula, sendo um destinado aos filhos dos civilizados e assimilados e o outro destinado aos indígenas os não civilizados; os currícula tinham um suporte político para impor a tarefa de civilizar e aculturar os africanos para facilitar a edificação de

uma nação moderna portuguesa; o Estado português e Igreja Católica eram muito entrelaçados sendo o Estado com uma postura hostil para com as diversas ceitas religiosas emergentes e mais complacente com Igreja Católica, descobrimos que sempre houve a ideia de uma pedagogia africana antes da colonização pelas habilidades da educação informal do indígena dentro das suas práticas culturais, descobrimos ainda que o tipo de educação que os portugueses implantaram em Moçambique orientava-se para a formação de uma personalidade servil e subserviente perpetuando a exclusão dos povos não civilizados versus civilizados, o currículo escolar não se manteve estático pois foi se desenvolvendo por meio de conjunto de metamorfoses a procura de qualidade de ensino; houve uma espécie de revolução curricular com a mudança do sistema político de socialista para capitalista, pela

inovação tecnológica e pela introdução do currículo local. E, mesmo assim, o número de aprovação que tem sido relativamente alto nem sempre coincide com a qualidade de ensino e muito menos de aprendizagem e, na tentativa de formar um homem novo, o sistema colonial caiu na tendência de excluir os valores tradicionais da africanidade diabolizando os preceitos ritualísticos ancestrais das culturas de Moçambique e de África.

Palavras-chave: Currículo, educação, homem novo; metamorfoses.

ABSTRACT

In this article we research curricular metamorphoses and the construction of a homo mocambicanus – a philosophical vision, from colonial times to 2024. We focus on the critical analysis of primary and secondary education curricula. We use the qualitative method with the type of bibliographical, documentary and observational research, carrying out hermeneutics and a critical analysis of the historical trajectory of curricular development. And, as a result, we showed that during the colonial period, the educational system was based on two types of curriculum, one aimed at the children of civilized and assimilated people and the other aimed at indigenous and non-civilized people; the curricula had political support to impose the task of civilizing and acculturating Africans to facilitate the building of a modern Portuguese nation; the Portuguese State and the Catholic Church were very intertwined with the State having a hostile stance towards the various emerging religious beliefs and more complacent towards the Catholic Church, we discovered that there was always the idea of an African pedagogy before colonization through the skills of informal indigenous education. Within their cultural practices, we also discovered that the type of education that the Portuguese implemented in Mozambique was oriented towards the formation of a servile and

subservient personality, perpetuating the exclusion of uncivilized versus civilized peoples, the school curriculum did not remain static as it was developing through a set of metamorphoses in the search for quality teaching; There was a kind of curricular revolution with the change of the political system from socialist to capitalist, through technological innovation and the introduction of the local curriculum. And even so, the approval number, which has been relatively high, does not always coincide with the quality of teaching, let alone learning, and, in an attempt to form a new man, the colonial system fell into the tendency to exclude the traditional values of Africanity, demonizing the ancestral ritualistic precepts of the cultures of Mozambique and Africa.

Keywords: Curriculum, education, new man; metamorphoses.

RESUMEN

En este artículo investigamos las metamorfosis curriculares y la construcción de un homo mocambicanus: una visión filosófica, desde la época colonial hasta 2024. Nós centramos en el análisis crítico de los currículos de educación primaria y secundaria. Utilizamos el método cualitativo con el tipo de investigación bibliográfica, documental y de observación, realizando una hermenéutica y un análisis crítico de la trayectoria histórica del desarrollo curricular. Y, como resultado, hemos demostrado que durante el período colonial, el sistema educativo se basaba en dos tipos de currículos, uno dirigido a los hijos de los pueblos civilizados y asimilados y el otro dirigido a los pueblos indígenas e incivilizados; Los planes de estudio tenían un apoyo político para imponer la tarea de civilizar y aculturar a los africanos para facilitar la construcción de una nación portuguesa moderna; El Estado portugués y la Iglesia católica estaban muy entrelazados, siendo el Estado hostil hacia las diversas sectas religiosas emergentes y más complaciente con la

Iglesia católica. Descubrimos que siempre había existido la idea de una pedagogía africana antes de la colonización a través de las habilidades de la educación informal de los pueblos indígenas dentro de sus prácticas culturales. También descubrimos que el tipo de educación que los portugueses implementaron en Mozambique estaba orientada a la formación de una personalidad servil y sumisa, perpetuando la exclusión de los pueblos incivilizados frente a los civilizados. El currículo escolar no permaneció estático sino que se desarrolló a través de un conjunto de metamorfosis en busca de la calidad de la educación. Se produjo una especie de revolución curricular con el cambio del sistema político del socialista al capitalista, a través de la innovación tecnológica y la introducción del currículo local. Y aun así, la cifra de aprobación, que ha sido relativamente alta, no siempre coincide con la calidad de la enseñanza, mucho menos del aprendizaje, y en el intento de formar un hombre nuevo, el sistema colonial cayó en la tendencia a excluir los valores tradicionales de la africanidad, demonizando los preceptos ritualistas ancestrales de las culturas de Mozambique y África.

Palabras clave: Currículo, educación, hombre nuevo; metamorfosis

INTRODUÇÃO

A educação constitui o epicentro para o desenvolvimento e construção de um homem capaz de resolver problemas concretos do presente e do futuro. Na senda de Mazula (2006) destaca que a educação propicia a criatividade, a inovação, que por sua vez, “são dinâmicas importantes para o desenvolvimento” de uma sociedade e/ou Estado. É nesta perspectiva esta pesquisa pretende analisar as metamorfoses curriculares e a construção de um *homo mocambicanus*.

Depreende-se que nem sempre os currículos desenhados espelham o homem moçambicano que pretende construir, o que de certa forma, a educação depara-se com falta de objetivos concretos de tipo do homem e de sociedade que se pretende construir.

Problematização: A educação é condição fundamental para o despertar intelectual, assim como a prática da cidadania e desenvolvimento do Estado, mas que é condicionada pela política educativa. Entendemos que o currículo é como um instrumento que espelha a política de educação, determina o tipo de homem que deve ser formado, assim como o homem capaz de contribuir de forma crítica na sociedade moçambicana e construir um futuro melhor. Contudo, existem fragilidades demonstradas, ao longo da história, no desenho dos currículos, isto porque, nem sempre espelham formar e/ou construir o homem capaz de resolver problemas concretos.

Este estudo, portanto, visa analisar as metamorfoses curriculares e a construção de um *homo mocambicanus*. Para sua operacionalização pretende-se descrever a Trajetória das mudanças curriculares em Moçambique e reflectir em torno da consistência dos conteúdos ministrados no ensino básico em Moçambique.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo é de cunho qualitativo, onde na base da revisão da literatura faz-se uma análise crítica da trajetória histórica das mudanças curriculares e, por sua vez, o impacto que essas mudanças trouxeram na formação do homem moçambicano do presente e do futuro. Neste caso, o material usado para a recolha de informação foi na base livros e artigos de autores como Mondlane (1979); Mazula (1995), Muchisse e Mbanguine (2022), Muchisse, Mbanguine e Tomás (2023), Muchisse, 2023a, Muchisse, 2023b, Castiano e

Ngoenha (2013); Machel (1970) Muhache (2015).

Referencial teórico

Currículo -O currículo é um elemento central na educação, representando um conjunto estruturado de conteúdos e experiências de aprendizagem organizadas de forma sistemática. Segundo Sacristán (2013, p. 15), "o currículo escolar é o resultado de uma seleção cultural, político-pedagógica e técnica, que define o que se ensina e o que se aprende na escola". Portanto, ele reflete as intenções educativas e os valores de uma sociedade, configurando-se como um campo de disputa política e ideológica.

Além disso, o currículo deve ser visto como um processo dinâmico e flexível, capaz de se adaptar às mudanças sociais e tecnológicas. Como destaca Pacheco (2005, p. 35), "a organização curricular deve ser um processo contínuo de construção e reconstrução de conhecimento, com base nas necessidades dos alunos e da sociedade". Assim, o currículo precisa ser constantemente revisado e atualizado para garantir que a educação fornecida seja relevante e eficaz.

Educação - A educação é um processo fundamental para o desenvolvimento individual e social, proporcionando não apenas o conhecimento, mas também a formação de valores, habilidades e competências essenciais para a vida em sociedade. Freire (1996, p. 47) argumenta que "a educação deve ser um ato de amor, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade, a investigação crítica e a contestação das injustiças". Dessa forma, a educação crítica é essencial para a formação de cidadãos conscientes e atuantes.

Por outro lado, a educação não deve se limitar à transmissão de conhecimentos técnicos e científicos, mas também deve promover o desenvolvimento integral do indivíduo. Segundo Gadotti (2000, p. 22), "a educação é um processo de humanização

que visa ao desenvolvimento pleno do ser humano, em suas dimensões física, emocional, intelectual e social". Assim, uma abordagem holística da educação é necessária para preparar os indivíduos para os desafios do mundo contemporâneo.

Homem Novo

O conceito de "Homem Novo" surge no contexto das revoluções e movimentos de libertação, representando uma nova mentalidade e capacidade de resolver problemas concretos da sociedade. De acordo com Mazula (1995), "o Homem Novo é aquele imerso na luta revolucionária, dotado de uma consciência crítica e comprometido com a transformação social". Esse ideal foi particularmente promovido pela FRELIMO (1974), que visava formar cidadãos capazes de reconstruir a nação após a independência.

Muhache (2015) complementa essa visão, destacando que "o Homem Novo deve ser um agente ativo de mudança, capaz de pensar criticamente e agir em prol do bem comum". Ngoenha e Castiano (2006) também enfatizam a importância desse conceito na formação de uma sociedade mais justa e equitativa. Portanto, a ideia de "Homem Novo" está intrinsecamente ligada à educação e à formação de uma nova geração comprometida com os valores revolucionários e o desenvolvimento sustentável.

Metamorfoses - As metamorfoses na educação refletem as mudanças profundas e contínuas que ocorrem na sociedade e, conseqüentemente, nas práticas educacionais. Segundo Morin (2000), "a educação deve acompanhar as transformações do mundo, adaptando-se às novas demandas e desafios que surgem". Isso significa que o sistema educacional precisa ser flexível e capaz de incorporar inovações tecnológicas e pedagógicas.

Além disso, as metamorfoses educativas também envolvem a reconfiguração dos papéis dos professores e alunos. Como

aponta Nóvoa (1992, p. 34), "os professores devem assumir novos papéis de mediadores e facilitadores, enquanto os alunos devem ser vistos como protagonistas ativos do seu próprio processo de aprendizagem". Essa mudança de paradigma é essencial para promover uma educação mais participativa e centrada no aluno, capaz de responder às necessidades da sociedade contemporânea.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trajectória das mudanças curriculares em Moçambique

A trajectória das mudanças curriculares no contexto moçambicano coincide, por lado, com a orientação política e o tipo de cidadão que recorrentemente se pretendeu construir. Segundo Mazula (1995), a educação no tempo colonial era juridicamente regida pelo Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor. O objectivo deste Estatuto era impor sobre as referidas missões a tarefa de “civilizar” e aculturar os africanos a fim de que estes pudessem contribuir eficazmente para a edificação de uma nação moderna que Portugal pretendia ser.

Na estrutura administrativa e governativa deste período, encontravam-se as relações de dupla valência entre o Estado e Igreja Católica, tendo o Estado português uma postura hostil tanto para com as diversas ceitas religiosas emergentes, como para o histórico protestantismo, e sendo mais complacente com Igreja Católica.

Embora a Igreja Católica tivesse alguma participação na gestão da educação e das escolas, este processo não se limitava à Igreja, como alguma percepção pretende dar a entender. Em Castiano e Ngoenha (2013) podem ser percebidas diversas passagens que apontam para uma clara evolução do pensamento pedagógico, principalmente desde a chegada dos portugueses. Os autores referem ter havido tentativas, mesmo dentro da Igreja Católica colonial, de africanizar a pedagogia, por

diversas formas ou perspectivas. Apesar de ser pouco discutida, é preciso notar que a ideia de uma pedagogia africanizada não é neutra nem nula na evolução do pensamento pedagógico, pelo menos, o período que vai de 1498 a até 1834.

Através da koinonia efectivava-se a educação do indígena, na definida e conhecida habilidade da educação. Porém, a ideologia dominante no período colonial favoreceu a formação do ser humano africano para o auxílio da jornada colonial (Muchisse & Mbanguine, 2022). Em termos históricos, o tipo de educação que os portugueses implantaram em Moçambique orientava-se para a formação de uma personalidade servil e subserviente, dentro de um “arranjo nacional” composto por várias instituições para o efeito.

A 7 de Maio de 1940 foi publicado o Acordo Missionário que visava criar corporações missionárias católicas que servissem, por um lado, para moralizar o indígena e, por outro, criar um espírito de colaboração do indígena. No ano seguinte, foi estabelecido para efeitos de desenvolvimento e gestão da nação portuguesa, o curso de Administração colonial na Escola Superior Colonial, que pretendia ensinar alguns dos métodos de educação capazes de serem animadores a ponto de, a longo prazo, formarem o seu modelo.

A antropologia darwiniana foi fundamental para a construção social do arcaboço que distinguisse o colonizador do colonizado, que, por sua vez, foi apoiada pelos diversos recrudescimentos que esta teoria teve, tais como o darwinismo social que, além de ajudar na suposta “construção da intelectualidade do indígena”, serviu de meio para o estrangulamento e para a exclusão dos povos ditos não civilizados. Esta atitude de educação de cariz colonial preconizava eliminar o outro da categoria de cidadão, assim como criar mecanismos para que a sua liberdade fosse sempre condicionada, tanto ao nível da consciência individual, assim como colectiva.

Conforme se pode ler em autores como Mazula (1995), Mondlane (1976) e Muhache (2015), durante o período colonial, o sistema educativo estava assente em dois tipos de curricula, ou seja, dois subsistemas de ensino, sendo o oficial que era destinado aos filhos dos civilizados e assimilados e o subsistema destinado aos indígenas, os quais eram os filhos dos proclamados “não civilizados”. Portanto, era um sistema de ensino que advinha de uma filosofia ancorada na legitimação da dominação por meio de uma estratificação social demasiadamente excludente e impeditiva do progresso social, moral, político, científico, intelectual, etc. dos moçambicanos.

Ademais, no Estatuto Missionário, concretamente, nos Artigos 66.º e 68.º encontravam-se os fundamentos que corporificavam os objectivos do referido ensino. Concomitantemente, o Diploma legislativo n.º 238 de 17 de Maio de 1930 clarificava os objectivos de cada ensino, em que o “ensino indígena” fora atribuído a missão de transformar a vida do selvagem moçambicano, de modo que este pudesse escolher para si hábitos que condissessem uma vida civilizada. Em contrapartida, o “ensino primário oficial” ou, não indígena servia para dar as bases do saber, assim como nacionalizar os indígenas das colónias, isto é, ensinar a língua, cultura e costumes portugueses. Com efeito, foi à luz disso que Portugal criou a figura jurídica do “assimilado”, à qual foi incumbida a missão de catapultar a economia da metrópole.

Apesar do carácter atrasado da economia e indústria portuguesas, o currículo escolar não se manteve estático. Antes pelo contrário, o mesmo foi sofrendo um conjunto de mutações, passando a comportar três níveis distintos, nomeadamente: “Ensino Primário Rudimentar”, que tinha três classes compreendendo a sequência de três idades (sete, oito e nove anos) para ingresso em cada uma delas; o “Ensino Profissional Indígena” ora subdividido em duas

perspectivas: Escola de Artes e Ofícios (composta por 4 classes e, destinada a indivíduos do sexo masculino) e a Escola Profissional Feminina (que era completada mediante a frequência e com sucesso de duas classes).

Para além da segregação dos alunos por sexo, cabe frisar que, em decorrência do ensino das Artes e Ofícios, os alunos indígenas eram obrigados a permanecer de dois a três anos nas 1ª, 2ª e 3ª classes. Em adição a isso, refira-se que a permanência na 4ª classe era indeterminada. Ora, em decorrência de mudanças legislativas e críticas internacionais que consideram demasiado pejorativo o “indígena”, em 1961, verificou-se que o ensino para os indígenas passou para a designação de “Ensino de Adaptação”.

No entanto, Mazula (1995) e Muhache (2015) são unânimes em apontar a criação em 1930 da Escola de Preparação de Professores Primários Indígenas, para as escolas primárias rudimentares. E, concomitantemente, estes autores advogam que em 1933 o governo da altura promulgou o regulamento para a formação de professores que devia ser implementado na recém-criada escola, cujos critérios de entrada incluíam ser da nacionalidade moçambicana, ter a idade compreendida entre 16 a 27 anos, ser “bem-comportado”; ter concluído a 4ª classe e estar em condições de boa saúde.

Ainda segundo apontam Mazula (1995) e Muhache (2015), através da portaria 4469, de 13 de Agosto de 1941 o ensino rudimentar confiado à Igreja Católica seria, sobremaneira, ministrado nos desígnios da fé católica, isto numa tentativa ideológica de civilizar e nacionalizar o indígena à moda portuguesa, desiderato este que seria sustentado pelas Normas Reguladoras e Programas de Ensino Indígena de 16 de novembro de 1946. É assim que o ensino católico legitimou o poder colonial.

Por outro lado, o Ensino Oficial Colonial, regido pelo Regulamento do Ensino

Primário Oficial, conforme a Portaria 8.395 de Maio de 1950, continuou a favorecer os filhos dos colonizadores e dos assimilados, e preparava-os para o ensino superior. A sua estrutura comportava o Ensino Primário, Ensino Liceal e Ensino Profissional. O ensino Liceal estava dividido em três ciclos, conforme o decreto-lei n. 35.507, de 17 de setembro de 1947, em que o primeiro tinha a duração de dois anos, o segundo três anos e o terceiro dois. Nos primeiros dois ciclos, o objectivo era preparar o aluno a seguir com os estudos, conhecer a cultura, aperfeiçoar as faculdades intelectuais, formar o carácter e valor profissional, ao passo que o terceiro ciclo estava mais orientado para a preparação dos alunos para ingressarem ao ensino superior.

Por sua vez, no respeitante ao ensino indígena, Mondlane (1976) assevera que em 1959 havia 392.796 crianças no ensino de adaptação, em que somente 6982 teve oportunidade de passar para o ensino primário. Desde logo, compreende-se que mesmo que a intenção fosse educar o indígena, como se pretendia fazer entender, havia um plano oculto no currículo do dia, o qual não apenas preconizava educar, mas sobretudo criar condições de perpetuação da colonização, não das terras, mas também das mentes. Portanto, isto explica o facto de o acesso à educação melhorada ter sido uma prerrogativa exclusiva dos filhos dos colonizadores e dos assimilados, numa altura em que os negros eram impelidos a repetir a mesma classe, transformando-os em condenados da terra (Frantz Fanon, 1925-1961), e excluindo-os do acesso ao direito à educação efectiva, aquela que constitui a arma fundamental para libertar ou condenar.

Em termos comparativos, ainda que o contexto da educação actual seja marcado por vicissitudes de vária ordem, esta parece oferecer a quase todos a possibilidade de acesso e de aprovação de classe sobretudo no ensino básico, onde os alunos são submetidos a exames ao fim de cada ciclo de aprendizagem, que coincide com a 3ª, 6ª

e 9ª classes. De qualquer forma, o número de aprovação que tem sido relativamente alto nem sempre coincide com a qualidade de ensino e muito menos de aprendizagem.

Desde logo, parece existir na actual realidade moçambicana uma tendência para a educação do homem que não condiz com os anseios dos próprios moçambicanos, pois as pressões exercidas pela UNESCO e por outros organismos internacionais para a rápida erradicação do analfabetismo e da iliteracia têm estado em dissonância com as necessidades internas de uma cultura pedagógica eficaz. Ademais, as sucessivas mudanças curriculares em tempos históricos relativamente curtos demonstram, efectivamente, não haver estudos consistentes sobre os objectivos que a educação deve perseguir.

Na antiga Grécia, a educação era concebida como uma condição indispensável à liberdade. Ali a educação não favorecia uma democracia inclusiva, mas apenas aos que podiam desfrutar da democracia na qualidade de cidadãos livres. Dando um salto para hoje, embora já não haja em África um sistema de escravatura formal, a educação continua a não estar ao serviço das massas. De facto, ela tem servido como meio de estupidificação dos cidadãos, em que homens e mulheres livres são reificados e alienados por meio de um sistema de conhecimentos que não tem nada a ver com o seu meio, ou que não contribui para uma melhor e esclarecedora visão do seu mundo, tudo o qual legitima um sistema ideológico que coloca os seres humanos na condição de objectos.

Analisando retrospectivamente os rumos educativos assumidos durante a luta armada de libertação de Moçambique, verifica-se a adopção de um paradigma educacional que requeria uma educação que permitisse a continuidade da luta de libertação, no sentido de a própria educação servir como a arma para o sucesso. Desde logo, foram criadas condições técnicas e básicas, que fossem eficientes para a geração de uma consciência política inerente aos desafios

da altura, que eram formar estratégias militares (soldados) para defender e criar a nação, bem como uma educação formal e técnica que permitisse formar funcionários para o Estado, que posteriormente emergiria. Na sequência disso, fundado em 1963, o Instituto de Moçambique, em Tanzânia, na província de Dar-es-Salam de modo a proporcionar o direito à educação às crianças moçambicanas que se haviam refugiado naquele país, assim como os guerrilheiros da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Mais tarde, o Instituto foi fechado e em seu lugar criada a Escola Secundária de Bagamoyo em 1970, transferida para Ribaué em 1976.

Já nas zonas libertadas, a educação decorreu dentro dos centros da FRELIMO, e um dos pontos centrais consistia na educação popular, que trazia uma forte componente sobre as práticas de liberdade, que promovesse uma pedagogia da libertação, de modo a fortificar o espírito de emancipação que se ia formando, cujo objectivo era romper com as amarras culturais da tradição colonial que alienavam a sociedade da sua cultura. Convém referir que apesar desses esforços, continuou e ainda continua notoriamente visível uma pedagogia assente em princípios da pedagogia colonial, já que os guerrilheiros da luta armada “não tinham ainda as bases criadas para conduzir estudos de alto impacto [...] que pudessem explicar os desafios que a independência acarretava” (Muchisse, 2023b, p. 593).

Com efeito, este cenário permitiu que entre 1969 e 1970 a luta se transformasse em Revolução Democrática Popular (Mec, 1980; Mazula, 1995), o que, por sua vez, justificaria uma mudança curricular que se alicerçaria num “Homem Novo”, dotado de uma nova mentalidade, e capaz de resolver os problemas concretos que à sociedade enfermavam. No fundo, tratava-se de um homem imerso na luta revolucionária (Mazula, 1995).

Esta educação, enquanto formadora e educadora de um Homem Novo, residia na

realidade sociocultural, na assimilação crítica e auto-crítica das ideias, na consciência da responsabilidade, no serviço ao povo, criando e desenvolvendo a atitude científica, a unidade do povo a fim de que este último pudesse tomar o poder (Machel, 1970). Em suma, no ponto mais alto deste desiderato estava a necessidade de criar uma “Nova Sociedade”, na qual a educação, concebida sob forte ligação com a instituição escolar serviria de base para a transformação social, política, na medida em que a mesma deveria solucionar os problemas quotidianos das comunidades.

Entretanto, algumas das críticas deste modelo provieram de Litsure (2021) e Muchisse (2023a), os quais referem que o modelo tão-somente teve a tendência de excluir os valores tradicionais da africanidade, num claro esforço de diabolização dos preceitos ritualísticos ancestrais das culturas de Moçambique e de África, o que em última análise acabou por condicionar a sua efectivação prática.

Em 1983 seria criado o Sistema Nacional de Educação (SNE), o qual na sequência dos objectivos políticos e económicos pretendidos, era um pilar para o alcance dos pontos contemplados no Plano Prospectivo Indicativo (PPI) implementado a partir de 1981. No entanto, para operacionalizar o SNE, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou linhas orientadoras, as quais ficaram conhecidas como “Linhas Gerais do Sistema Nacional de Educação”, que foram aprovadas pela Resolução n.º 11/81, de 17 de Dezembro. Vale a pena ressaltar que isto foi feito com o objectivo de, fundamentalmente, criar o arcaboço de soluções para dinamizar o crescimento económico do país através da educação do Homem Novo. Ainda em 1983, em decorrência do IV Congresso da FRELIMO (de 26 a 30 de abril), fez-se a revisão de objectivos do projecto socialista em crise e, num contexto em que a Guerra dos 16 anos se intensificava.

O SNE ancorado na Lei n.º 4/83, de 23 de Março estabelecia cinco subsistemas,

denominadamente o Subsistema de Educação Geral; de Educação de Adultos; de Formação de Professores (SSFP); de Educação Técnico-Profissional; e o de Educação Superior. Quanto à Formação de Professores implementaram-se até 1987 os seguintes modelos de formação: 6+3, 6+1 e 9+2. Em 1989, introduziu-se a 7ª classe no 2º grau do Ensino Primário e, a partir de 1990, os cursos de professores passaram a orientar-se pelo modelo 7+3, situação que veio a mudar com a mudança curricular de 2002, que instituiu o modelo de formação baseado em 10+1; 10+3, 12+1 e 12+3. Já presentemente (2024) estão em curso os modelos de formação baseados em 10+3, 12+1 e 12+3.

Ao dar um olhar diacrónico sobre a educação, Muhache (2015) salienta as bases criadas pela Lei n.º 4/83, de 8 de Março ora revogada à luz da Lei n.º 6/92, de 6 de Maio. O autor argumenta ser com base nesta última lei que o SNE rompe com os ideais socialistas e adopta uma linha neoliberal sob a coordenação das Instituições de Bretton Woods, que passaram a financiá-lo.

De antemão, foi a partir de então que educação moçambicana abraçou o âmbito regional e internacional, mas com pouca relevância ao contexto nacional, uma vez que o apoio financeiro implicou também imposições. Desde logo, foram operadas reformas, tais como a reforma curricular de 2002, que é o resultado do processo de revisão curricular iniciado em 1995. Essa reforma foi guiada pela Resolução, 8/95 de 27 de Agosto, na qual se defendia a necessidade do acesso a educação para todos, ou seja, massificação da escolaridade básica que compreenderia as classes que iam da 1ª até à 7ª.

Neste cômputo, a inovação patente no Plano Curricular do Ensino Básico – PCEB (INDE/MINED, 2003, p. 24) centrou-se na introdução dos “Ciclos de Aprendizagem; o Ensino Básico integrado; o Currículo Local; Distribuição de Professores; a Promoção Semi-Automática e a Introdução

de Línguas Moçambicanas, do Inglês, de Ofícios e de Educação Moral e Cívica”. Tratou-se de práticas de inovações que tinham sido negligenciadas no âmbito do Homem Novo.

Olhado para inovação técnica operada, há aquilo que aqui e agora pode ser denominado de ‘revolução da estrutura curricular’. Essa revolução, pelo menos, sob ponto de vista teórico, pode estar acompanhada de uma progressão nos objectivos, isto é, existe uma tendência de acompanhar o espírito do tempo (zeitgeist). Em contrapartida, o que se torna problemático nesta revolução é a sua implementação. Existem alguns factores que suscitam tal problemática, como as passagens semi-automáticas no ensino básico que foram implementadas em 2004 obedecendo ao princípio de passagem por classe, mas que na nova lei do SNE (a Lei n.º 18/2018, de 28 de Dezembro) obedecem ao princípio de passagem por ciclo, em que estando o ensino organizado em ciclos de três classes cada, os três primeiros, isto é, da 1ª à 9ª classe correspondem ao ensino básico e, nestes ciclos, o aluno pode transitar de classe, porém, podendo ser retido no fim do ciclo por não apresentar requisitos para avançar ao ciclo subsequente. Isto significa que o aluno pode passar mesmo que não tenha adquirido as habilidades necessárias, pelo menos ao nível das classes que correspondem ao mesmo ciclo. Esse factor pode estar directamente ligado às reprovações em massa que se tem verificado nas classes terminais de cada ciclo.

Outro elemento problemático destas transformações jurídico-curriculares é a questão do currículo local que não apresenta uma grelha de conteúdos sólidos, nem manuais que ajudem os alunos e professores a se orientarem, sendo que em muitos casos o professor é impelido a fazer arranjos. É na sequência disto que Basílio (2021) diz que nem mesmo a Lei 18/2018, de 28 de dezembro do SNE conseguiu ultrapassar esse impasse.

Ora, seguindo a lógica historiográfica de Muchisse, Mbanguine e Tomás (2023), estes são alguns dos avanços e dificuldades da implementação de modelos curriculares em Moçambique ao longo do tempo. Ademais, esta breve resenha visa introduzir a discussão sobre os conteúdos que são programados, ou seja, quão relevantes esses mesmos conteúdos são para a formação de um ser humano habilitado a intervir em diferentes campos da sociedade.

Decerto, este foi um recorte daquilo que constitui a história da orientação curricular em Moçambique. Mas, quiçá, até aqui não tenham ficado bem claros os porquês de se retornar à longínqua distância temporal. Tal pode ser devido a três factores preponderantes, o primeiro é a necessidade de compreender a dimensão histórica, entre avanços e recuos que permearam a chegada ao estágio actual, o segundo é a existência de um sentido crítico por parte de todo aquele que retoma o passado para fazer uma reflexão sobre a situação do presente (Ngoenha, 2009) e o último, a necessidade de fazer uma crítica cínica, a qual será desvendada nas páginas que se seguem. De qualquer forma, o que se poderá dizer da educação em Moçambique se o período actual não for comparado com o anterior vivido no mesmo sector?

Consistência dos conteúdos ministrados no ensino básico em Moçambique

A reforma curricular de 2002 previa a introdução do currículo local no ensino numa margem percentual de 20% da grelha dos conteúdos de ensino. No entanto, tanto Muchisse, Mbanguine & Tomás (2023) como Muhache (2015) apontam o facto de não haver clareza nos conteúdos, nem existirem programas curriculares a esse propósito. No respeitante às línguas de ensino, os autores entendem que Moçambique possui um amplo mosaico de línguas que acaba por levantar a questão daquela que seria utilizável como veículo de ensino. Em suma, a ideia de um currículo local permanece num nível raso, carecendo de profundidade na sua abordagem, pois

entende-se que a componente da língua deve ser incluída nesta temática.

Assim, partindo de uma abordagem da educação com objectivos endógenos e baseada no projecto de construção de uma moçambicanidade alicerçada na cultura local, pode afirmar-se uma ausência de clareza nos planos educativos. Com efeito, este posicionamento pode ser sustentado olhando para a quantidade lectiva que é dedicada aos conteúdos locais (20%), os quais ainda não têm sistematização.

Por outro lado, a maioria dos conteúdos programáticos das disciplinas leccionadas não espelha a realidade concreta e diária do aluno, e dada a diversidade etno-linguística existente, um dos elementos desafiadores é a língua usada, o que acaba por favorecer a uns em detrimento de outros. Relativamente ao currículo local, isto significa que apesar da sua institucionalização formal, na prática, as escolas não o implementam, para além de que em alguns casos não existe sequer uma brochura que oriente esse currículo.

Assim, para além dos erros nos manuais, entendemos que a qualidade de ensino tem sido perrigada pelo excesso de disciplinas que têm imposto uma maior carga horária, levantando a questão da consistência e contextualização da aprendizagem dos próprios alunos.

Importa frisar que a contextualização de que se fala não se limita apenas à teoria, mas também envolve a prática. Numa entrevista não-directiva em decorrência do nosso trabalho de campo, os entrevistados, entre eles professores alunos, referem que em muitos casos os conteúdos ministrados não são relevantes ao contexto moçambicano, são altamente abstractos e carecem de uma aplicabilidade para as questões práticas do quotidiano. Mais ainda, não perseguem as tendências da investigação contemporânea, pelo que não estão contextualizados.

No entanto, ao se debruçarem a respeito destas questões, Armando, Alberto e

Mapera (2023) advogam, por exemplo, que no manual de história, os conteúdos estão bastante simplificados e pouco esclarecedores, e que nesta disciplina, os conteúdos que dizem respeito ao contexto moçambicano são apresentados de forma bastante tímida e desviante ao sentido histórico dos factos políticos, principalmente.

CONCLUSÕES

Portanto, podemos afirmar que foram constatadas as evidências de metamorfoses revolucionárias dos curriculares e diferentes épocas históricas, desde o tempo colonial, pós-independência e no período de mudanças de sistemas políticos nas últimas décadas. E isto tinha a sua razão que implicava esse impulsionamento. O fim de todas as razões era o de formar o homem novo muito bem qualificado. Contudo, numa análise crítica filosófica constatamos também os resultados dessas metamorfoses não são muito satisfatórios, pois, exige-se muito mais o esforço de criação de políticas com estratégias eficazes e eficientes e a criação de curricula proactivas e producentes para a construção de um *homo mocambicanus*.

De forma geral, vale ressaltar que a implementação do currículo, de qualquer natureza, deve proporcionar um ensino significativo e construtivo, uma visão crítica e transformadora, na medida em que conciliaria a teoria e prática. É preciso que a implementação desse mesmo currículo se traduza numa pedagogia libertadora, a qual é centrada nas experiências do aluno, em vez de uma pedagogia “bancária e opressora” (cf. Paul Freire 1921-1997), que considera o aluno como “papel em branco” (cf. John Locke 1632-1704). Assim, o currículo deve espelhar a cultura da sociedade a que é destinado, tendo em conta o desenvolvimento do aluno em diversas perspectivas. Conforme aponta Basílio (2006), os conteúdos e os programas de ensino ao terem em conta os saberes e culturas locais, bem como o contexto

sociológico de nível macro, socializam o conhecimento e, na sequência disso, envolvem as diferentes comunidades na produção do conhecimento útil ao desenvolvimento nacional, onde se espera que haja aprendizagens horizontais e verticais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Armando, A.; Alberto, A.; & Mapera, J. C. (2023). Nó Górdio e relações entre Moçambique e Portugal: Futuro inventado nas escolas moçambicanas da Província de Sofala. *Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, (16), 2023: 127-150.
- Basílio, G. (2021). Políticas educacionais e a agenda internacional para educação 2030 em Moçambique: continuidades e descontinuidades de paradigmas. in: Mubarak, Rizuane; Chibemo, Julio Taimira & Freixo, Manuel Vaz (Org.). *Uma educação para o século XXI*. Universidade Alberto Chipande.
- Basílio, G. (2006). Os saberes locais e o novo currículo do ensino básico. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de São Paulo.
- Castiano, J. P. & Ngoenha, S. E. (2013). *A Longa Marcha Duma “Educação Para Todos” em Moçambique*. 3ª ed. Maputo: Publifix Editora.
- Departamento de Educação e Cultura (DEC). II Conferência do D.E.C. Recomendações. s/l., FRELIMO (1970).
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. Ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2000). *Educação e Transformação*. 9. Ed. São Paulo: Cortez.
- INDE/MINED (2003). *Plano Curricular do Ensino Básico*, Maputo: INDE/MINED.

- Litsure, H. F. (2021). A Independência e o Processo da Definição da Identidade Moçambicana. *África [s]-Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África*, 8(16), p. 75-87.
- Machel, S. M. (1970). Educar o homem novo para vencer a guerra, criar uma Sociedade nova para desenvolver a pátria: Mensagem à II Conferência do Departamento de Educação e Cultura. FRELIMO.
- Mazula, B. (1995). Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985. Porto: Edições Afrontamento.
- Mazula, B. (1995). Moçambique: Identidade, Colonialismo e Libertação. Maputo: Centro de Estudos Africanos.
- Mazula, B. (2006). Na esteira da academia: Razão, Democracia e Educação. Texto editores.
- Ministério da Educação e Cultura (MEC). Sistema de Educação de Moçambique (SEM). Maputo: Gabinete do Sistema de Educação.
- Mondlane, E. (1979). Lutar por Moçambique. 2ªed.Tradução de Maria da Graça Forjaz. Lisboa: Sá da Costa.
- Muchisse, I. J. (2023a). Diversidade Étnica em Moçambique: Discurso de Identidades. *Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas*, 10 (1), p. 50-65.
- Muchisse, I. J. (2023b). Banhar-se em águas limpas sem mudar de essência: uma perspectiva antropológica. *ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 10 (24), p. 585-596.
- Muchisse, I. J.; & Mbanguine, J. M. S. (2022). Uma Abordagem Sobre o Papel da Universidade na Sociedade Moçambicana. *Revista Minerva Universitária*. Disponível em <https://www.revistaminerva.pt/uma-abordagem-sobre-o-papel-da-universidade-na-sociedade-mocambicana/>
- Muchisse, I. J.; Mbanguine, J. M. S.; & Tomás, A. E. (2023). A educação em Moçambique: tempos e trajectos. *Revista Educação E Políticas Em Debate*, 13(1), p. 1–16. <https://doi.org/10.14393/REPOD-v13n1a2024-68353>
- Muhache, E. (2015). Educação e Desenvolvimento em Moçambique: Desafios e Perspectivas. Maputo: Ndjira.
- Muhache, C. F. (2015). Influência do Poder Político no Processo Educacional em Moçambique, 1975-2002. Maputo: Editora Educar.
- Ngoenha, S.; & Castiano, J. (2006). A modernidade africana e os desafios da construção de uma nova cidadania. Maputo: Paulinas.
- Ngoenha, S. E. (2009). Machel, ícone da República? Maputo: Ndjira.
- Nóvoa, A. (1992). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote.
- Pacheco, J. A. (2005). Currículo: Teoria e Práxis. 2. Ed. Porto: Porto Editora.
- Sacristán, J. G. (2013). O currículo: uma reflexão sobre a prática. 4. Ed. Porto Alegre: Artmed.

31 - 03 | 2025

A INTEGRAÇÃO CURRICULAR DAS TIC'S NO PROCESSO DE ENSINO – APRENDIZAGEM. UM ENFOQUE A IMPLEMENTAÇÃO DO COMÉRCIO ELECTRÓNICO NA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE KIMPA VITA

The curricular integration of ICT's in the teaching – learning process. A focus on the implementation of electronic commerce at the faculty of economics at Kimpa Vita University

La integración curricular de las TIC's en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Un enfoque en la implementación del comercio electrónico en la facultad de economía de la Universidad Kimpa Vita

Amoussou Dorothée¹, José Mário João², Ivano Castelo João Puza³, Jaime César Manuel⁴

¹Professor Doutor, Universidade Kimpa Vita, amousdorothe@yahoo.com.br

Licenciado, Universidade Kimpa Vita, josemariojoao23@gmail.com

Licenciado, Universidade Kimpa Vita, laspamapuza10@gmail.com

Licenciado, Universidade Kimpa Vita, jaimecesarmanuel58@gmail.com

Autor para correspondência: amousdorothe@yahoo.com.br

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Dorothée, A.; João, J. M.; Puza, I. C. J.; & Manuel, J. C. (2025). A integração curricular das TIC's no processo de ensino – aprendizagem. Um enfoque a implementação do comércio electrónico na faculdade de economia da Universidade Kimpa Vita. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 282-295. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

O presente estudo versa sobre a integração curricular das TICs no processo de ensino-aprendizagem, com enfoque na implementação do comércio eletrónico (E-COM) na Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita, dentro do contexto da globalização. Explora-se a integração do comércio eletrónico nos currículos académicos, examinando as estratégias utilizadas para ensinar e promover a compreensão do E-COM. O estudo busca analisar os impactos da implementação tanto no ensino superior,

como é o caso da Faculdade de Economia da UNIKIVI, quanto no mercado de trabalho, considerando as demandas e tendências globais existentes. O objetivo geral é avaliar o impacto da inclusão do comércio eletrónico no currículo sobre os perfis de saída dos estudantes, diante dos desafios e oportunidades do mercado globalizado. A pesquisa foi realizada utilizando uma combinação de métodos quantitativo e qualitativo. O método quantitativo ajudou a analisar dados secundários sobre a implementação curricular do E-COM na Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita.

Paralelamente, o método qualitativo foi aplicado através de um inquérito junto a docentes, administrativos e estudantes, para obter opiniões mais aprofundadas sobre os fatores determinantes da integração curricular do E-COM. As técnicas bibliográfica e de observação direta também foram utilizadas. Os resultados do estudo destacam a importância de adaptar os currículos para refletir as mudanças do paradigma atual, capacitando os estudantes com habilidades relevantes e inovadoras para uma era desafiadora e bastante competitiva.

Palavras-chave: Integração curricular, TIC's, comércio electrónico, faculdade de economia.

ABSTRACT

The present study examines the integration of ICTs into the teaching-learning process, focusing on the implementation of electronic commerce (E-COM) at the Faculty of Economics of Kimpa Vita University within the context of globalization. It explores the integration of electronic commerce into academic curricula, examining the strategies used to teach and promote the understanding of E-COM. The study aims to analyze the impacts of its implementation both in higher education, as is the case with the Faculty of Economics at UNIKIVI, and in the job market, considering existing global demands and trends. The general objective is to assess the impact of including electronic commerce in the curriculum on the students' profiles upon graduation, in light of the challenges and opportunities of the globalized market. The research was conducted using a combination of quantitative and qualitative methods. The quantitative method helped analyze secondary data on the curricular implementation of E-COM at the Faculty of Economics of Kimpa Vita University. Similarly, the qualitative method involved a survey conducted with teachers,

administrative staff, and students to obtain more in-depth opinions on the key factors of the curricular integration of E-COM. Bibliographic and direct observation techniques were also utilized. The study's results highlight the importance of adapting curricula to reflect current paradigm shifts, equipping students with relevant and innovative skills for a challenging and highly competitive era.

Keywords: Curricular integration, ICTs, electronic commerce, faculty of economics.

RESUMEN

Este estudio aborda la integración curricular de las TIC en el proceso de enseñanza-aprendizaje, con foco en la implementación del comercio electrónico (E-COM) en la Facultad de Economía de la Universidad Kimpa Vita, en el contexto de la globalización. Se explora la integración del comercio electrónico en los programas académicos examinando las estrategias utilizadas para enseñar y promover la comprensión del comercio electrónico. El estudio busca analizar los impactos de la implementación tanto en la educación superior, como es el caso de la Facultad de Economía UNIKIVI, como en el mercado laboral, considerando las demandas y tendencias globales existentes. El objetivo general es evaluar el impacto de la inclusión del comercio electrónico en el currículo en los perfiles de egreso de los estudiantes, dados los desafíos y oportunidades del mercado globalizado. La investigación se llevó a cabo utilizando una combinación de métodos cuantitativos y cualitativos. El método cuantitativo ayudó a analizar datos secundarios sobre la implementación curricular del E-COM en la Facultad de Economía de la Universidad Kimpa Vita. Paralelamente, se aplicó el método cualitativo a través de una encuesta a docentes, directivos y estudiantes, para obtener opiniones más profundas sobre los factores determinantes de la integración curricular del E-COM. También se

utilizaron técnicas de observación bibliográfica y directa. Los hallazgos del estudio resaltan la importancia de adaptar los planes de estudio para reflejar los cambios de paradigma actuales, dotando a los estudiantes de habilidades relevantes e innovadoras para una era desafiante y altamente competitiva.

Palabras clave: Integración curricular, TIC, comercio electrónico, Facultad de Economía

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o comércio eletrônico emergiu como uma força transformadora nos mercados globais, redefinindo a maneira como as empresas interagem com os consumidores e conduzem transações comerciais (Telles; Junior, 2022). Com o rápido crescimento da internet e o avanço das tecnologias digitais, o comércio eletrônico tornou-se uma parte essencial da economia moderna, apresentando oportunidades significativas de crescimento e inovação. Reconhecendo a importância crescente do comércio eletrônico e sua influência nos negócios e na sociedade, a Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita está comprometida em incorporar o estudo e a prática do E-COM em seu currículo acadêmico. Esta iniciativa visa preparar os estudantes para os desafios e oportunidades do mercado digital, capacitando-os com as habilidades e conhecimentos necessários para prosperar em um ambiente de negócios cada vez mais digitalizado.

O estudo visa a implementação curricular do comércio eletrônico (E-COM) na Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita, dentro do contexto da globalização. Explora-se a integração do comércio eletrônico nos currículos acadêmicos, examinando as estratégias utilizadas para ensinar e promover a compreensão do E-COM. O estudo buscará analisar os impactos da implementação do E-COM tanto no ensino superior, especificamente na Faculdade de Economia

da UNIKIVI, quanto no mercado de trabalho, considerando as demandas e tendências globais atuais. O objetivo geral do estudo consiste em avaliar como a inclusão do comércio eletrônico no currículo da Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita pode preparar os estudantes para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do mercado globalizado.

No que diz respeito aos objetivos específicos, o exposto visa criar um currículo detalhado que cubra os principais tópicos do comércio eletrônico, como marketing digital, gestão de E-COM, segurança da informação, análise de dados e entre outros; selecionar os materiais didáticos, recursos online, estudos de caso e ferramentas de software necessários para apoiar o ensino e a aprendizagem dos conceitos de comércio eletrônico; Promover treinamento e capacitação para os professores sobre ferramentas de tecnologias e práticas do comércio eletrônico; Implementar plataformas de e-learning, ferramentas de comunicação online e outras tecnologias que facilitem o ensino e a aprendizagem do comércio eletrônico, proporcionando uma experiência de aprendizagem envolvente e interativa; Criar oportunidades para que os estudantes trabalhem em projetos práticos, participem de discussões online e colaborem com colegas e professores para aplicar os conceitos aprendidos em situações do mundo real e Fomentar parcerias externas com empresas locais, organizações da indústria e profissionais do setor de comércio eletrônico para fornecer oportunidades de estágio, projetos colaborativos e palestras convidadas, enriquecendo a experiência educacional dos estudantes.

No entanto, a rápida expansão do comércio eletrônico como uma forma fundamental de transação comercial no cenário global atual e o avanço da tecnologia da informação têm impulsionado essa transformação, alterando fundamentalmente a maneira

como as instituições conduzem suas atividades e interagem com a comunidade. O comércio eletrônico, ou E-COM, refere-se a transações económicas realizadas por meio de plataformas tecnológicas, facilitando a comercialização de produtos e serviços através da evolução científica de computadores e smartphones, com o surgimento da internet, criando uma conexão electrónica entre cliente e empresa.

É notório que o mundo está em constante expansão tecnológica e digitalmente interconectado. De acordo com Suminski (2017) a evolução da internet possibilitou o acesso rápido, prático e eficiente às informações, permitindo a intercomunicação de computadores a longa distância. Sua criação deu-se em tempos remotos da Guerra Fria, para permitir a comunicação entre os militares dos Estados Unidos.

Segundo aborda Boleta, Andrade e Palma (2022) a internet nos dá muitas opções de compras, fazendo com que o cliente tenha controle de sua transação e também da venda. Onde havia escassez de escolhas, agora há um excesso de opções. A implementação curricular do comércio eletrônico não apenas enriquecerá a experiência educacional dos estudantes, mas também os capacitará a enfrentar os desafios do mercado de trabalho actual e futuro.

Ao integrar o ensino do E-COM em nosso currículo, buscamos equipar os estudantes com as habilidades práticas, o pensamento crítico e a compreensão abrangente necessários para navegar com sucesso no cenário comercial digital. Ora as tecnologias estão presentes em todo o mundo, nos negócios empresariais, nas faculdades, no campo, nas cidades, nos transportes e em todos os seguimentos do círculo social. Com as novas tecnologias a forma de ensinar mudou, novos papéis são exigidos perante as mudanças sociais, políticas económicas que ocorrem de forma

vertiginosa incorporando novas maneiras de conduta e formas de aprendizagem (Santiago, 2006, p. 56-86).

A implementação curricular do comércio eletrônico (E-COM) na Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita é fundamentada em diversas razões que destacam sua importância e relevância para a formação académica e profissional. O mundo encontra-se cada vez mais globalizado, exigindo a adequação das questões teóricas com as práticas para preparar os estudantes para os desafios do mercado atual, principalmente digital. O comércio eletrônico tornou-se uma parte essencial da economia global, com um crescimento significativo nas transações online em todo o mundo. Profissionais precisam entender suas dinâmicas e estratégias para se destacarem no ambiente empresarial atual. Dentre as razões que destacam a importância do E-COM na academia, incluem-se a demanda por habilidades digitais, inovação e empreendedorismo, adaptação às mudanças tecnológicas e impacto socioeconómico.

Por essas razões, é conveniente abordar essa temática para ajudar no desenvolvimento da ciência e da instituição, implementando o E-COM no plano curricular. Isso elevará a competitividade institucional e aumentará a atratividade da Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita para futuros estudantes e parceiros académicos e empresariais. Ao fornecer uma compreensão sólida dos princípios e práticas do E-COM, na faculdade capacitará os estudantes a desenvolverem suas próprias iniciativas de negócios online e contribuirão para a economia local e global.

No entanto, a implementação curricular do comércio electrónico na Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita envolve desafios como a falta de conhecimento prévio dos estudantes em assuntos relacionados ao E-COM a

atualização constante do currículo, o acesso limitado a recursos e tecnologia, a capacitação docente e a integração com o currículo existente.

Objectivos do estudo

O estudo visa examinar as estratégias de implementação curricular do E-COM na Faculdade de Economia da Universidade Kimpá Vita e avaliar seus impactos no ensino e no mercado de trabalho. Busca-se fornecer informações valiosas sobre como as instituições de ensino superior podem adaptar seus planos curriculares para preparar os estudantes para os desafios e oportunidades do mercado globalizado, especialmente no campo do comércio electrónico.

Fundamentação teórica

A integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem é um tema amplamente debatido no cenário educacional contemporâneo. Diversos estudos comprovam a efetividade das TICs como ferramentas pedagógicas que podem tornar o ensino mais dinâmico, interativo e eficaz, além de preparar os estudantes para os desafios do mundo digitalizado.

Histórico e Evolução da Internet e do E-COM

Durante a Guerra Fria (1947 a 1991), os Estados Unidos da América (EUA) empregaram a rede Advanced Research Projects Agency Network (ARPANET), que permitia a comunicação entre suas bases militares. O objetivo dessa rede era estabelecer conexão entre os departamentos de pesquisa e reduzir as vulnerabilidades existentes na comunicação. Inicialmente uma ferramenta militar, o acesso à ARPANET foi liberado para as universidades na década de 1970. Ainda na década de 70, surgiram os primeiros conceitos de comércio electrónico com a

Transferência Electrónica de Fundos (TEF), permitindo transferências de dinheiro eletronicamente, restritas às grandes instituições e corporações financeiras. A internet só se tornou comercial a partir de 1990, com a popularização da World Wide Web, e foi nesse contexto que o termo "electronic commerce" (E-COM) passou a ser utilizado (Araújo, 2003, p.13).

Desenvolvimento do E-COM

O crescimento das redes de computadores e softwares, bem como a competitividade dos negócios, impulsionaram o desenvolvimento do E-COM (Turban; King, 2004). Nos anos 90, as lojas começaram a vender produtos e serviços pela internet, destacando-se a Amazon, uma das pioneiras no comércio electrónico internacional. Com sede nos EUA, a Amazon oferecia uma maior diversidade de livros a preços acessíveis, beneficiando-se dos baixos custos de armazenagem e deslocamento.

Ora, neste período, a internet comercial ainda estava em sua fase inicial, desenvolvendo-se melhor no começo dos anos 2000. Em 1996, surgiu a loja virtual Brasoftware, marcando o início de uma era de expansão e melhoria contínua do comércio electrónico, onde a diversificação de produtos e serviços oferecidos online acompanhou as mudanças tecnológicas e os novos hábitos de consumo, com as pessoas valorizando a praticidade proporcionada pelas plataformas de E-COM.

Definições e Benefícios do E-COM

E-COM ou comércio electrónico referem-se às operações de compra e venda de produtos e serviços em ambiente virtual, utilizando plataformas electrónicas conectadas à internet. Atualmente, essas plataformas são acessíveis por meio de computadores, tablets, smartphones, smart TVs e até geladeiras. Turban e King (2004, p. 3) definem o E-COM como "o processo

de compra, venda e troca de produtos, serviços e informações por redes de computadores ou outros meios electrónicos", abrangendo também processos de gestão, estoque e logística.

Na visão de Laudon e Laudon (2004) destacam os benefícios do comércio electrónico: "Pela automatização das transações de compra e venda, as empresas podem reduzir seus procedimentos manuais e baseados em papel, acelerando pedidos, entrega e pagamento de produtos e serviços". O comércio electrónico minimiza os efeitos negativos da distância entre os lados de uma transação comercial, beneficiando tanto organizações quanto consumidores.

Vantagens do E-COM

A utilização das TICs permite reduzir procedimentos manuais e burocráticos, acelerando a cadeia produtiva e reduzindo o impacto ambiental. Segundo O'Brien (2004), TIC inclui o hardware, o software, redes e dados, diferenciando-se dos Sistemas de Informação que incluem pessoas além dos recursos de TIC. o sucesso das organizações que expandem seus negócios para plataformas virtuais está associado a diversas vantagens, como rapidez, segurança nas transações e confiabilidade nos produtos e serviços adquiridos. Para alcançar esses benefícios, é crucial que as empresas observem elementos importantes ao utilizar o ambiente online como canal de vendas.

Implementação do E-COM na Educação

"A integração das TIC no processo educativo em todos os seus níveis, é fundamental para qualquer instituição de ensino, uma vez que estas técnicas já estão presentes na vida de todos os indivíduos, mas funcionando de forma desigual" (Belloni, 2001). Quanto ao E-COM, importa referir de forma geral, que ele ocorre quando todo o processo de compra e venda é realizado em uma plataforma

virtual, do início ao fim da negociação. Para isso, é fundamental contar com pessoal totalmente qualificado, através do processo da educação e ensino, capaz de navegar neste mundo global.

Impactos da Integração Curricular do E-COM

"O mundo hoje está em uma nova dimensão, composta por novos conceitos e termos como redes sociais, comunidades online, blogs e microblogs, e-mails, fóruns de discussão, e-books e assim por diante, todos esses instrumentos também precisam ser adaptados ao processo de aprendizagem" (Petrov; Dorothee; Pedrova, 2018, p.18). A implementação do comércio electrónico como ferramenta pedagógica é uma oportunidade inovadora para aprimorar a formação dos futuros economistas. Através da simulação de situações reais, os estudantes podem desenvolver habilidades essenciais para o mercado de trabalho, tais como:

- Capacitação dos estudantes com habilidades inovadoras para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de um mercado digital competitivo.
- adequação das questões teóricas com as práticas de modos estar melhor preparados para os desafios do mercado actual
- A Faculdade de Economia capacitará os estudantes a desenvolverem suas próprias iniciativas de negócios online e a contribuir para a economia local e global, uma vez que o comércio electrónico desempenha um papel significativo no desenvolvimento económico e social, facilitando o acesso a bens e serviços, promovendo a inclusão digital e impulsionando o crescimento empresarial.
- Permitirá com que a universidade permaneça relevante e atualizada e

por sua vez contribuirá para o desenvolvimento sustentável da comunidade e da região

- Tornar o ensino mais dinâmico, interativo e eficaz face aos desafios do mercado
- Aprimoramento da formação dos futuros economistas, através da simulação de situações reais.
- Desenvolvimento de habilidades essenciais para o mercado de trabalho, tais como: Análise de mercado: Identificação de oportunidades e tendências no mercado online; Marketing digital: Realização de negociações eficazes em ambientes virtuais.
- Preparação para o mercado de trabalho, atualização dos conhecimentos, estímulo ao empreendedorismo, promoção da inclusão digital, aprimoramento das habilidades digitais, contribuição para o desenvolvimento económico.

Vantagens da Integração das TICs no Ensino-Aprendizagem

A integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no ensino-aprendizagem oferece diversas vantagens:

- **Maior interatividade:** As TICs permitem que os estudantes participem mais ativamente das aulas, tornando o aprendizado mais dinâmico e interessante.
- **Acesso à informação:** As TICs facilitam o acesso à informação, permitindo que os estudantes pesquisem e explorem diferentes temas de forma autónoma.
- **Personalização da aprendizagem:** As TICs permitem personalizar o processo de aprendizagem, adaptando-o às necessidades e estilos de aprendizagem dos estudantes.
- **Preparação para o mercado de trabalho:** As TICs são ferramentas

essenciais no mercado de trabalho atual, e os estudantes que dominam essas ferramentas estarão mais preparados para os desafios profissionais.

Implementação Curricular do E-COM

A implementação curricular do E-COM destaca-se como uma resposta necessária às mudanças no mercado, preparando os estudantes com habilidades relevantes para um mercado de trabalho em constante evolução. De acordo com Amoussou, Puza, Jaime e João (2023, p.8) “as últimas tendências das TICs na educação estão intimamente relacionadas com a variedade existente de ferramentas da web e da internet”. A Faculdade de Economia já tem vindo a promover esta iniciativa por conta de um centro de processamento de dados, fruto do processo da integração curricular das TIC's mediante um estudo real, versando que Há um grande desafio para professores e estudantes superarem a lacuna técnica e integrá-los ao processo de ensino-aprendizagem para melhorar a qualidade do aprendizado usando os benefícios das ferramentas é um ambiente propício para explorar essa integração, dada sua reputação académica e compromisso com a excelência no ensino, investigação e extensão universitária.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia científica aplicada ao tema enfoca a integração curricular das TICs e do comércio eletrónico na Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita. Inicia-se com uma análise diagnóstica por meio de questionários e análise documental, visando compreender percepções e necessidades dos envolvidos. Em seguida, são desenvolvidas estratégias de integração curricular com base nos resultados, utilizando técnicas de planeamento colaborativo e benchmarking. Durante todo o processo, são respeitados princípios de validade,

confiabilidade e replicabilidade, garantindo a robustez dos resultados obtidos por meio de análises estatísticas e qualitativas. Essa abordagem sistemática visa identificar e resolver desafios, preparando os alunos para o mercado de trabalho digitalizado.

Métodos

O método empregado é principalmente de pesquisa aplicada, que inclui a utilização de métodos quantitativos e qualitativos, como questionários estruturados e análise documental. Esses métodos são empregados para coletar dados e compreender as percepções e necessidades dos envolvidos. Em resumo, essa abordagem combina diferentes métodos para investigar, analisar e propor soluções para os desafios da integração das TICs e do comércio eletrônico no currículo universitário.

Técnicas

As técnicas utilizadas incluem:

1. Elaboração de Questionários:

- Desenvolvimento de um questionário estruturado contendo perguntas relacionadas ao uso das TICs e ao conhecimento sobre o comércio electrónico.
- Inclusão de perguntas fechadas para análise quantitativa e perguntas abertas para análise qualitativa.

2. Análise Documental:

- Revisão crítica de documentos curriculares, planos de ensino, programas de disciplinas e materiais didáticos.
- Identificação de conteúdos relacionados às TICs e ao comércio eletrônico nos documentos analisados.

Procedimentos

Os procedimentos adotados para a integração curricular das TICs e do comércio eletrônico na Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita incluem:

1. Desenvolvimento de Questionários: Elaboração, validação e distribuição de questionários para alunos, professores e administradores.
2. Análise Documental: Colecta, leitura e análise de documentos curriculares para identificar conteúdos relacionados às TICs e ao comércio eletrônico.
 - A elaboração das perguntas teve como base científica o uso do conteúdo programático da mesma cadeira no curso de Engenharia Informática do Instituto Politécnico da UNIKIVI
 - O Google Forms tornou a criação do questionário online mais eficiente e acessível, oferecendo uma plataforma intuitiva para criar, distribuir e analisar o questionário. Isso facilitou significativamente a coleta de dados.

Em suma, a metodologia adotada combina diferentes métodos, técnicas e procedimentos de pesquisa aplicada para investigar, analisar e propor soluções para os desafios da integração das TICs e do comércio electrónico no currículo universitário. Essa abordagem sistemática visa preparar os estudantes para o mercado de trabalho digitalizado, contribuindo para uma formação académica e profissional de qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que diz respeito à apresentação dos resultados e sua discussão, importa salientar que, para a concretização do estudo, foi possível a compilação e submissão de um inquérito via Google Forms que abarcou uma série de questões pontuais ligadas ao tema em abordagem. Pela sua pertinência, houve uma significativa adesão do público-alvo, totalizando 503 participantes que

gentilmente responderam às questões projetadas. Esses participantes foram distribuídos entre docentes, investigadores,

estudantes e pessoal administrativo da Faculdade de Economia, conforme mostra o gráfico abaixo.

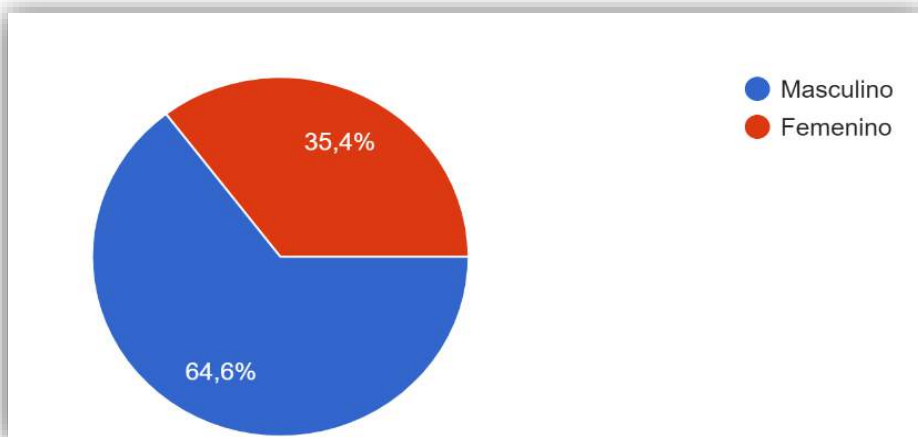


Gráfico 1: Apresentação do gênero dos inquiridos

Do total de 503 respostas, aferiu-se que 35,4% são de mulheres (aproximadamente 178 respostas) e 64,6% são de homens (aproximadamente 325 respostas). Isso indica uma maior representatividade do

gênero masculino em relação ao gênero feminino no inquérito.

Link.: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf_nSnM0JySpzGNIe7_zu9IESHMskMmGEKxxzvb2V383ZILXg/viewform.

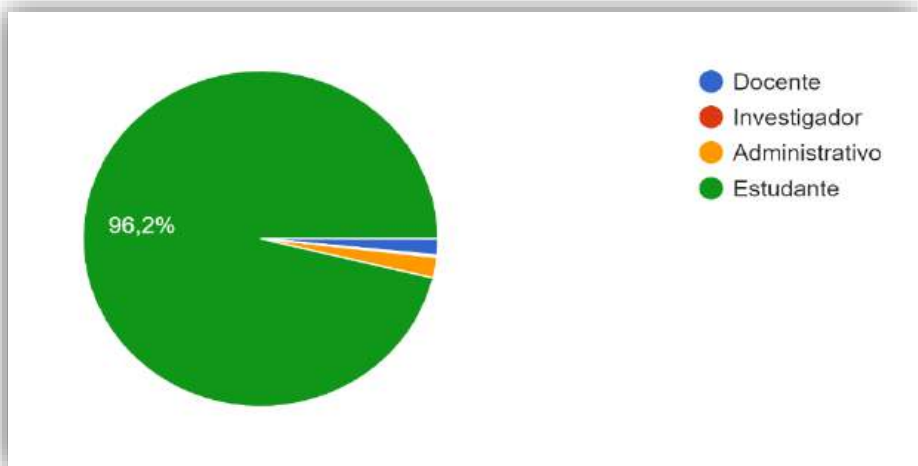


Gráfico 2: Apresentação das funções dos inquiridos

Dos 503 participantes do inquérito, observou-se uma maior representatividade dos estudantes, com 92,2% das respostas (aproximadamente 201 respostas). Esta distribuição mostra que os estudantes são a

categoria mais representada, o que pode influenciar os resultados do inquérito, dado que são o público-alvo específico do estudo.

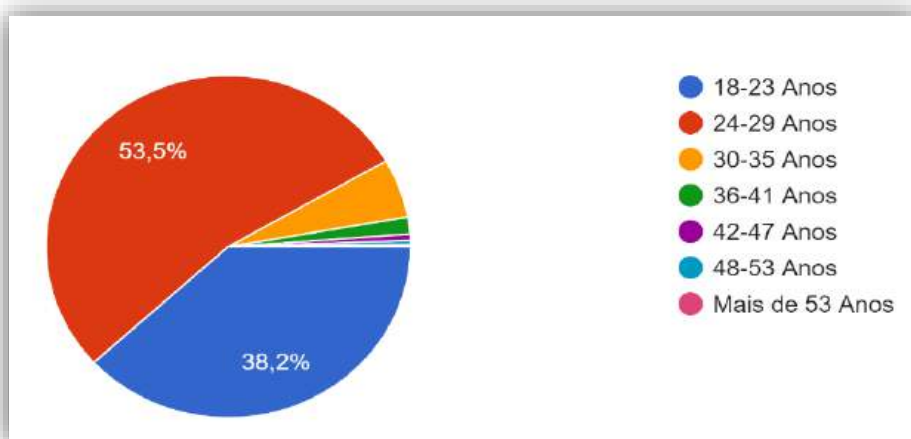


Gráfico 3: Apresentação da faixa-etária dos inquiridos

Ao analisar o gráfico, percebe-se que a maioria dos entrevistados possui um computador ou smartphone em comparação com aqueles que não têm essa ferramenta. Dos entrevistados, 448 pessoas (89,1%)

afirmaram ter um, enquanto 55 pessoas (10,9%) disseram não ter. Isso indica uma forte disposição para participar do estudo por parte da maioria absoluta dos usuários.

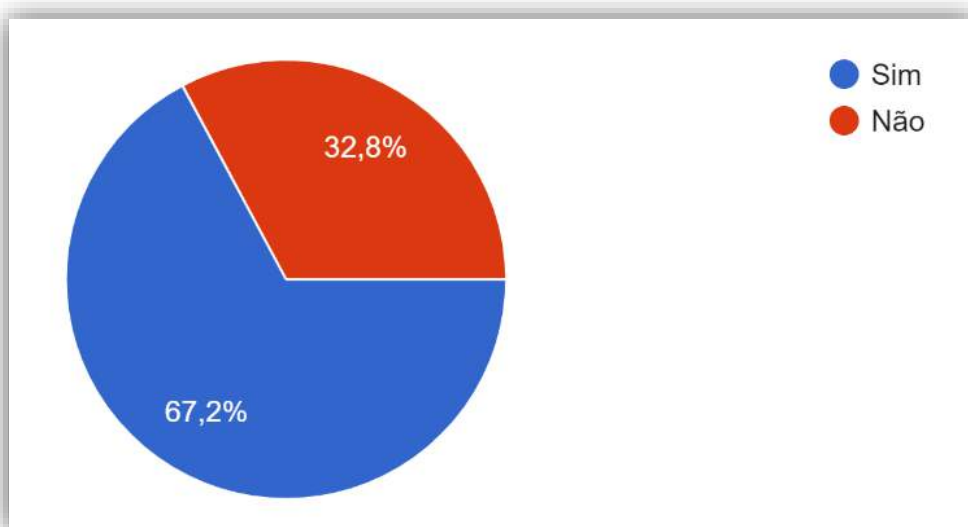


Gráfico 4: Reações sobre a existência do E-COM

Diante das perguntas feitas no questionário, buscamos saber se os entrevistados já tinham conhecimento sobre o comércio eletrônico. Das 503 respostas, 165 pessoas (32,8%) afirmaram que sim, enquanto 338 pessoas (67,2%) disseram que não. Com a

maioria expressiva desconhecendo sobre o assunto, há uma oportunidade para que essa plataforma seja útil e esteja presente na vida acadêmica, auxiliando os estudantes nos desafios do mercado atual.

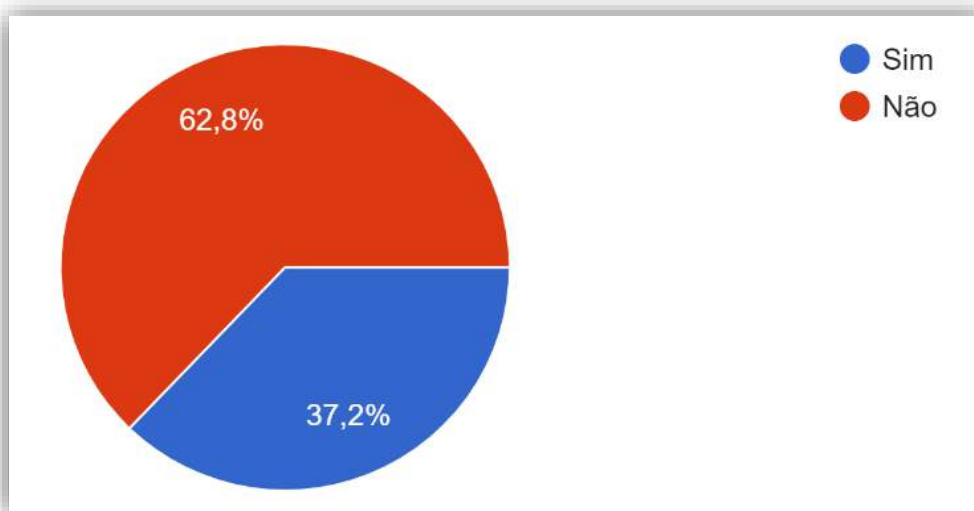


Gráfico 5: Reações sobre o conhecimento académico e prático do E-COM

Diante dessa questão, verificou-se que 316 participantes, correspondendo a 62,8%, responderam afirmativamente, enquanto 187, correspondendo a 37,2%, responderam negativamente. Esses resultados indicam

uma oportunidade para que os indivíduos sejam dotados de conhecimentos académicos e práticos, promovendo a inclusão digital e impulsionando o crescimento profissional.

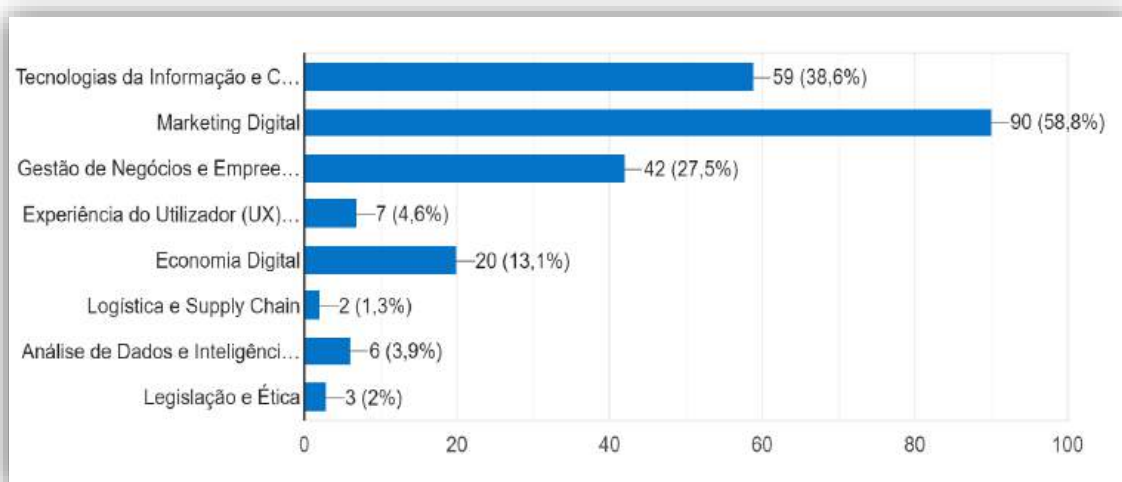


Gráfico 6: Reações sobre as áreas de conhecimento académico e prático do E-COM que pretendem

De acordo com as respostas apresentadas no gráfico nº 5, os entrevistados indicaram que os conhecimentos académicos relacionados à aplicação prática do E-COM destacam-se em várias áreas. Tecnologias da Informação e Comunicação receberam 59 respostas (38,6%), assim como o

Marketing Digital. Gestão de Negócios e Empreendedorismo, juntamente com a Experiência do Utilizador (UX), foram destacadas com 90 respostas cada (58,8%). Economia Digital e Logística e Supply Chain obtiveram 42 respostas cada (27,5%). Análise de Dados e Inteligência

Artificial receberam 6 respostas (3,9%), enquanto Legislação e Ética receberam 20 respostas (13,1%).

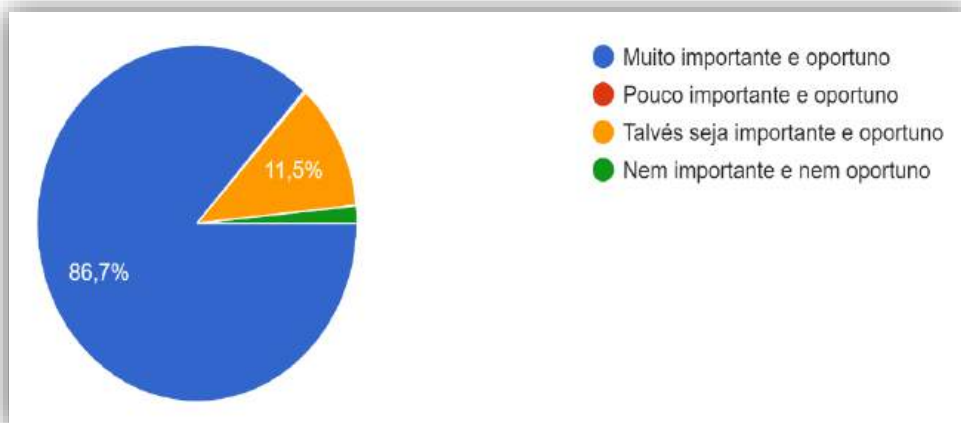


Gráfico 7: Reações sobre a Importância e oportunidade da implementação do E-COM no plano curricular da Faculdade de Economia

Em relação a esta questão, dos 503 inquiridos que participaram do inquérito, 435 pessoas, correspondendo a 86,7%, afirmaram que é Muito importante e oportuno. Diante da crescente importância da economia digital e das oportunidades que ela oferece, é crucial e oportuno incorporar o ensino do comércio eletrónico no currículo da Faculdade de Economia.

Isso nos leva a entender que é essencial e oportuna a implementação curricular do E-COM, pois tem ganhado destaque como uma resposta necessária às mudanças, reconhecendo sua importância na preparação dos estudantes com habilidades relevantes para um mercado de trabalho em constante evolução.

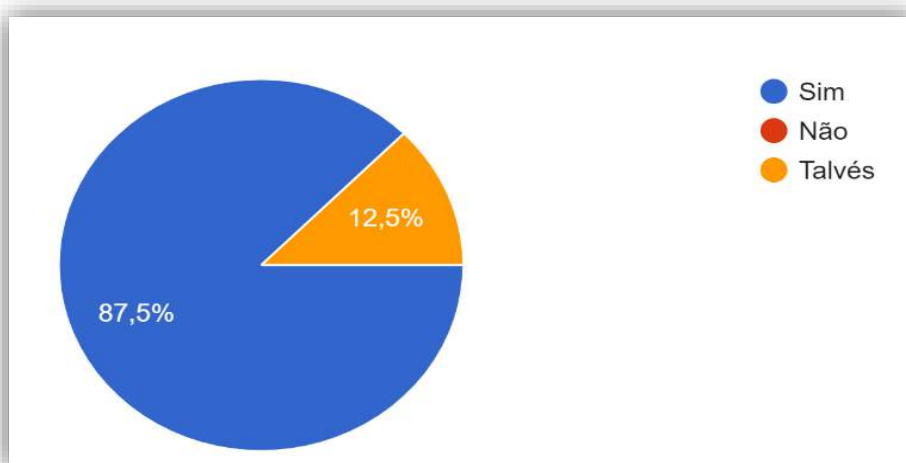


Gráfico 8: Reações sobre a implementação do E-COM no plano curricular da Faculdade de Economia.

Em relação a esta questão, dos 503 inquiridos que participaram do inquérito, 440 pessoas, correspondendo a 87,5%, responderam afirmativamente, enquanto 63 pessoas, correspondendo a 12,5%, responderam negativamente, sem nenhuma reação contrária registrada. Observou-se que a maioria dos respondentes, 87,5%, acredita que a integração curricular do comércio eletrónico será importante para preparar os estudantes diante dos desafios e oportunidades do mercado globalizado. Nesse contexto, a Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita emerge como um ambiente propício para explorar essa integração, dada sua reputação acadêmica e seu compromisso com a excelência no ensino, pesquisa e extensão universitária. Isso está alinhado com o objetivo do estudo, que visa examinar as estratégias de implementação curricular do E-COM na Faculdade de Economia e avaliar seus impactos no ensino e no mercado de trabalho. Ao fazê-lo, busca-se fornecer informações valiosas sobre como as instituições de ensino superior podem adaptar seus currículos para preparar os estudantes para os desafios e oportunidades do mercado globalizado, especialmente no campo do comércio eletrónico

CONCLUSÕES

O estudo focaliza a integração das TICs no processo de ensino-aprendizagem, especialmente a implementação do comércio eletrónico (E-COM) na Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita. O objetivo geral foi avaliar como a inclusão do E-COM no currículo pode preparar os estudantes para os desafios do mercado globalizado. Os métodos e técnicas utilizados na pesquisa foram cruciais para alcançar essas conclusões. Dos 503 participantes, 80,5%

têm conhecimento sobre as TICs, enquanto 37,2% não têm conhecimento sobre o E-COM.

Esses resultados indicam a necessidade de fornecer tanto conhecimento teórico quanto prático para promover a inclusão digital e impulsionar o crescimento profissional. Diante da crescente importância da economia digital, 86,7% dos participantes consideraram fundamental incluir o ensino do E-COM no currículo da Faculdade de Economia.

Além disso, a maioria dos participantes, 87,5%, acredita que a integração curricular do E-COM será essencial para preparar os estudantes para os desafios e oportunidades do mercado globalizado. Esses resultados destacam a importância de adaptar os currículos para refletir as mudanças atuais, capacitando os estudantes com habilidades relevantes e inovadoras para uma era desafiadora e altamente competitiva, usando as tecnologias de informação e comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, S. M. (2003). Comércio Eletrónico: Evolução E Perspectivas, Monografia (Bacharelato em Relações Internacionais) – Centro Universitário de Brasília, disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/9307/1/9967131.pdf> Acesso em: 29 ago. 2002. Brasília – DF, p.13
- Belloni, M. L. (2001). Mediatização: os desafios das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC). _____. Educação à distância, 2, p. 53-77.
- Boleta, R. T.; Andrade, J. H.; Rocha, B. C. N.; & Palma, J. M. B. (2022). A internet das coisas (IoT): compreensão e aplicação no contexto da indústria 4.0. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO

- CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 5., 22 e 23 de outubro de 2020, São Carlos. Anais [...]. São Carlos: IFSP, 2020. ISSN: 2526-6772. Disponível em: <https://arq.ifsp.edu.br/eventos/index.php/enict/5EnICT/paper/viewFile/491/295> Acesso em: 16 mar. 2022. <https://arq.ifsp.edu.br/eventos/index.php/enict/5EnICT/paper/viewFile/491/295>
- Dorothee, A.; D.; Jaime, D.; Puza.; & João, M. J. (2023). A integração curricular das tecnologias de informação e da comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem: estratégias de implementação e impactos socioeconómicos no desenvolvimento da Unidade Orgânica-um estudo feito na Faculdade de economia da Universidade Kimpa Vita em Angola. In: IVº SIMPÓSIO DE ECONOMIA E GESTÃO DA LUSOFONIA, Vol. 1 No. 1 (2023): 1ª Edição, 1(1), Uíge – Angola. Disponível em: https://ciencia.unikivi.ao/_!/index.php/ciencia/article/view/4/5
- O'brien, J. A. (2004). Sistemas de informação. São Paulo: Saraiva, p. 18.
- Oliveira, Adriana C.; Laudon, Jane Price. Sistemas de informação gerencial: Gerenciando a empresa digital. Pearson Educação, 2004.
- Petrov, M.; Dorothee, A.; Pedrova, Políticas e estratégias voltadas para a integração das TICs nos processos de ensino e aprendizagem. In:Conférence internationale sur la technologie, l'éducation et la développement, ISBN: 978-84-697-9480-7, p.14, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344042172_Experimental_framework_for_evaluation_of_ICT_impact_on_the_learning_process
- Santiago, Dalva Gonzalez. Novas tecnologias e o ensino superior: repensando a formação docente. 2006. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006. Disponível em: Acesso em: 20 jul. 2008.
- Suminski, L. N. (2017). Mensuração de resultados em comunicação: conceitos e práticas em ambientes de inovação. Master's Thesis. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Telles, A. R.; & Junior, A. K. (2022). Smart IoT: a revolução da Internet das Coisas para negócios inovadores. Curitiba: Intersaberes,.
- Turban, E. et al. (2004). Electronic Commerce: a managerial perspective 2004. London, UK: Pearson Education.

31 - 03 | 2025

COMPETÊNCIAS PARA O FUTURO NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DO PROJETO STRONG DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Competencies for the future in higher education: the case of the strong project at the Polytechnic University of Tomar

Competencias para el futuro en la Educación Superior: El caso del proyecto strong del Instituto Politécnico de Tomar

Célio Gonçalo Marques¹, Lígia Mateus²

¹Doutor, Instituto Politécnico de Tomar, celiomarques@ipt.pt

²Mestre, Instituto Politécnico de Tomar, ligia.mateus@ipt.pt

Autor para correspondência: celiomarques@ipt.pt

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Marques, C. G.; & Mateus, L. (2025). Competências para o futuro no Ensino Superior: O caso do projeto strong do Instituto Politécnico de Tomar. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 296-306. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

Num contexto de desafios globais cada vez mais prementes, a preparação dos jovens para enfrentar a complexidade do mundo moderno torna-se uma prioridade. O Instituto Politécnico de Tomar (IPT) tem-se destacado pelo seu compromisso com a inovação e o ensino de excelência. A comunicação aborda o projeto STRONG, desenvolvido pelo IPT, focado em promover a inovação no ensino e aprendizagem no sentido de preparar os alunos para os desafios do século XXI. Com objetivos claros de investir em métodos pedagógicos inovadores, capacitar os docentes com recursos para uma preparação prática dos estudantes para o mercado de trabalho e estimular a autoaprendizagem e o trabalho em equipa, o projeto implementou um conjunto de atividades entre abril de 2022 e outubro de 2023. Estas atividades focaram-se na investigação e diagnóstico das competências futuras necessárias, na análise do impacto das práticas inovadoras

de ensino, no desenvolvimento de conteúdos digitais, e na criação de uma plataforma digital para transferência de conhecimento entre a academia e o mundo empresarial. O projeto promoveu, também, a interação entre a comunidade académica, alumni e empresa, através de eventos de networking, estágios em empresas e outras iniciativas colaborativas. O impacto do projeto foi evidente na capacitação dos docentes para adotar práticas pedagógicas inovadoras e na preparação dos estudantes para o mercado de trabalho, fortalecendo assim o papel do IPT como agente de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Aprendizagem ao longo da vida, competências, conhecimento, empregabilidade, inovação pedagógica.

ABSTRACT

In a context of increasingly pressing global challenges, preparing young people for the complexities of the modern world has become a priority. The Polytechnic University of Tomar (IPT) has

distinguished itself through its commitment to innovation and excellence in teaching. This communication looks at the STRONG project developed by the IPT, which focuses on promoting innovation in teaching and learning to prepare students for the challenges of the 21st century. With the clear objectives of investing in innovative teaching methods, providing teachers with resources to practically prepare students for the labour market, and stimulating self-learning and teamwork, the project implemented a series of activities between April 2022 and October 2023. These activities focused on researching and diagnosing future skills needs, analysing the impact of innovative teaching practices, developing digital content, and creating a digital platform for knowledge transfer between academia and business. The project also promoted interaction between the academic community, alumni and business through networking events, work placements and other collaborative initiatives. The impact of the project was evident in the training of teachers to adopt innovative teaching practices and in the preparation of students for the labour market, thus strengthening IPT's role as a regional development agent.

Keywords: Lifelong learning, skills, knowledge, employability, pedagogical innovation.

RESUMEN

En un contexto de desafíos globales cada vez más urgentes, preparar a los jóvenes para afrontar las complejidades del mundo moderno se convierte en una prioridad. El Instituto Politécnico de Tomar (IPT) se ha destacado por su compromiso con la innovación y la excelencia en la enseñanza. La comunicación aborda el proyecto STRONG, desarrollado por el IPT, centrado en promover la innovación en la enseñanza y el aprendizaje con el fin de preparar al alumnado para los retos del siglo XXI. Con los objetivos claros de invertir en métodos de enseñanza innovadores, dotar a

los docentes de recursos para preparar prácticamente a los estudiantes para el mercado laboral y fomentar el autoaprendizaje y el trabajo en equipo, el proyecto implementó un conjunto de actividades entre abril de 2022 y octubre de 2023. Estas actividades se centraron en investigar y diagnosticar las competencias futuras necesarias, analizar el impacto de las prácticas docentes innovadoras, desarrollar contenidos digitales y crear una plataforma digital para la transferencia de conocimiento entre el mundo académico y el empresarial. El proyecto también promovió la interacción entre la comunidad académica, exalumnos y empresas, a través de eventos de networking, pasantías en empresas y otras iniciativas colaborativas. El impacto del proyecto fue evidente en la capacitación de docentes para adoptar prácticas pedagógicas innovadoras y en la preparación de los estudiantes para el mercado laboral, fortaleciendo así el papel del IPT como agente de desarrollo regional.

Palabras clave: Aprendizaje permanente, habilidades, conocimientos, empleabilidad, innovación pedagógica

INTRODUÇÃO

O panorama do mercado de trabalho e os desafios sociais estão a evoluir a um ritmo sem precedentes, exigindo um novo conjunto de aptidões e competências da próxima geração (Harmoko, 2021). No centro desta mudança de paradigma estão a resiliência, a adaptabilidade, o empreendedorismo, a inovação e a literacia digital – atributos essenciais para navegar nas complexidades do mundo de hoje e prosperar na força de trabalho de amanhã (Rasca, 2017).

À medida que navegamos numa paisagem moldada pelas exigências da era digital e pelas profundas transformações desencadeadas por crises globais, a necessidade de indivíduos equipados com um conjunto diversificado de competências é mais acentuada do que nunca (Vuorikari; Kluzer; Punie, 2022). O ensino superior

tem procurado acompanhar as novas políticas e os novos contextos tecnológicos e sociais. Por um lado, é importante proporcionar as aptidões necessárias aos docentes para que sejam resilientes no campo do ensino e aprendizagem, bem como na investigação. Por outro lado, é imperativo proporcionar aos estudantes as oportunidades e os recursos necessários para cultivarem as competências, os conhecimentos e a resiliências necessários para enfrentarem e superarem os obstáculos com que se deparam (D'angelo, 2022; Purwanto; Hartono; Wahyuni, 2023).

No âmbito do ensino superior, o Instituto Politécnico de Tomar (IPT), destaca-se como uma instituição com uma ampla experiência na integração das tecnologias de informação e comunicação, na adoção de ferramentas digitais inovadoras e na promoção de métodos pedagógicos avançados. No entanto, um desafio crucial reside na necessidade de aprimorar a qualidade instrucional e pedagógica dos docentes. Em muitos casos, essa melhoria requer uma compreensão mais profunda e específica do contexto das práticas de ensino e aprendizagem, bem como estratégias eficazes para apoiar o desenvolvimento profissional dos docentes e, por conseguinte, o progresso académico dos estudantes (Kim; Raza; Seidman, 2019).

Neste contexto, iniciativas como o “STRONG: Skills e DocenTes Resilientes fOcados Nas próximas Gerações” (POCH-02-53I2-FSE-000010), um projeto do IPT financiado pelo Programa Operacional do Portugal 2020 (POCH), estão a emergir como exemplos de resposta proativa para capacitar a próxima geração, dotando-a das ferramentas necessárias para moldar um futuro melhor.

Este projeto procurou dotar tanto os docentes como os estudantes do ensino superior de uma maior preparação para a evolução das exigências do mercado de trabalho. Deu prioridade ao fomento das competências de resiliência e competências

digitais, essenciais para navegar numa sociedade cada vez mais digitalizada. Ao adotar abordagens inovadoras, o projeto visava enfrentar os desafios multifacetados decorrentes da pandemia de Covid-19, tanto no seu rescaldo como no futuro.

A presente comunicação tem por base o enquadramento teórico do projeto STRONG, de acordo com os objetivos definidos e as atividades desenvolvidas no projeto, a metodologia adotada e os resultados alcançados. Apresenta, também, algumas reflexões finais sobre a evolução do projeto e o impacto na comunidade académica.

O projeto STRONG

Os objetivos estabelecidos pelo IPT para o projeto STRONG visam promover a inovação dos métodos de ensino e aprendizagem utilizados pelo Instituto Politécnico de Tomar, no sentido de seguir o caminho de outras instituições de ensino internacionais com métodos inovadores; contribuir para que os docentes tenham ao seu dispor ferramentas e materiais que propiciem estudantes mais preparados a nível prático para o mercado de trabalho; estimular a autoaprendizagem e o trabalho em equipa, entre vários interlocutores em diferentes etapas (docentes, estudantes, entidades empregadoras, outras entidades de ensino nacional e internacional).

Este projeto tira partido da investigação realizada nos últimos anos ao nível das estratégias de ensino e aprendizagem de competências de resiliência, inovação e empreendedorismo, tanta na autoeficácia dos docentes como dos estudantes. O objetivo é desenvolver um modelo de intervenção que promova práticas inovadoras de ensino e aprendizagem, tornando os projetos educativos mais inclusivos e adaptados à aprendizagem ao longo da vida (Kim; Raza; Seidman, 2019). O STRONG abrange dois eixos principais: o reforço das competências e a gestão dos conhecimentos. As atividades centradas no desenvolvimento de competências

individuais inspiraram-se na iniciativa “Competências para o Futuro” e nos termos do projeto “Labour Market Relevance and Outcomes” (LMRO) liderado pela Comissão Europeia e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Ao mesmo tempo, os esforços para promover a transferência de conhecimentos foram meticulosamente elaborados para apoiar as iniciativas apoiadas pelas medidas PRR Impulso Adultos e Impulso Jovens STEAM. Estes esforços tiveram como objetivo dinamizar as iniciativas aprovadas, promovendo práticas inovadoras de ensino e aprendizagem. Tendo em conta a diversidade do panorama educativo, o projeto privilegiou a diversificação das metodologias de ensino e das ferramentas tecnológicas para responder a sistemas educativos mistos e diferenciados.

O projeto inclui 10 atividades distintas, cada uma delineada por um conjunto de ações.

A atividade 1 tem como objetivo a realização de dois estudos de diagnóstico e auscultação de competências para futuros empregos. O primeiro estudo tem como foco as ramificações de questões globais prementes, tais como as alterações climáticas, a transição energética, as alterações demográficas, as tensões geopolíticas, os conflitos militares e a instabilidade económica na nossa aprendizagem, nos nossos esforços profissionais e nas nossas interações sociais. O segundo estudo centra-se nos desafios resultantes da evolução dos panoramas educativo e profissional, dando especial ênfase à empregabilidade e às perspetivas empresariais de diversos grupos.

A atividade 2 tem como objetivo a realização de um estudo de diagnóstico para avaliar a influência das práticas inovadoras de ensino e aprendizagem nas tendências futuras da educação, tanto a nível nacional como internacional, com o objetivo de analisar estratégias bem-sucedidas utilizando tecnologias digitais que

promovem o desenvolvimento de competências essenciais alinhadas com as exigências do mercado.

A atividade 3 tem como objetivo a organização de eventos orientados para a sensibilização para as competências necessárias para futuros empregos e para o impacto transformador das práticas inovadoras de ensino e aprendizagem, nomeadamente um evento de divulgação, um bootcamp e 10 seminários sobre as competências emergentes necessárias para a futura força de trabalho.

A atividade 4 pretende criar uma infraestrutura digital para a transferência de conhecimentos, promovendo a empregabilidade ao facilitar a comunicação entre as instituições de ensino superior e as empresas, tendo como base os conhecimentos adquiridos nos estudos das atividades 1 e 2. Simultaneamente, visa reforçar a inovação regional e fortalecer as capacidades de colaboração, interação e prestação de serviços a empresas, entidades públicas e outras instituições de ensino superior.

A atividade 5 visa a organização de um seminário para apresentar e mostrar a plataforma desenvolvida na Atividade 4. O seminário pretende servir de plataforma para disseminar informações sobre o portfolio diversificado de serviços junto das empresas, entidades públicas, associações, bem como a docentes, estudantes e alumni. A atividade 6 tem como objetivo promover experiências de aprendizagem imersivas e facilitar a transferência de conhecimentos para uma maior empregabilidade, tal como visitas de estudo e sessões de capacitação, dirigidas a alunos e docentes, respetivamente.

A atividade 7 tem por objetivo a criação de conteúdos digitais destinados a fomentar a transferência de conhecimentos, a melhorar a empregabilidade e a promover a aprendizagem ao longo da vida, através da criação de recursos multimédia utilizando metodologias *agile learning*.

A atividade 8 visa a realização de estágios de dois meses, em colaboração com



empresas envolvidas nos estudos de diagnóstico de competências emergentes para o emprego futuro.

A atividade 9 tem como objetivo a disseminação nacional e internacional, compreendendo ações-chave destinadas a comunicar e difundir todos os conteúdos, plataformas, metodologias, estratégias e práticas inovadoras de ensino e aprendizagem do projeto, promovendo a

imersão em novos contextos do mercado de trabalho.

Por fim, a atividade 10 visa o acompanhamento, avaliação e monitorização do projeto.

Para assegurar a eficácia e a eficiência do STRONG foram definidos os seguintes entregáveis (KPI's), de acordo com cada uma das atividades do projeto.

Quadro 1: Atividades e respetivos entregáveis do projeto STRONG

Atividade		KPI's
1	Estudos de diagnóstico e auscultação de novas competências para futuros empregos	2 estudos
2	Estudo de diagnóstico do impacto das práticas inovadoras de ensino e aprendizagem para o futuro, a nível nacional e internacional	1 estudo
3	Seminário novas competências para futuros empregos – Transferência de conhecimento – Empregabilidade – Inovação	1 ação de divulgação 1 feira de emprego 10 seminários
4	Produção de uma infraestrutura digital para a transferência de conhecimento e que fomenta a empregabilidade através da comunicação entre o ensino superior e o tecido empresarial	Plataforma Strong
5	Seminário Plataforma STRONG – Transferência de conhecimento – Empregabilidade – Inovação	1 seminário
6	Atividades de imersão e experimentação para a empregabilidade e transferência de conhecimento	1 visita de estudo a universidade na Hungria 1 visita de estudo a universidade na Eslovénia 2 ações de capacitação a docentes 2 visita de estudos a 2 empresas nacionais
7	Produção de conteúdos digitais para a promoção da transferência de conhecimento e de empregabilidade e da aprendizagem ao longo da vida	18 unidades curriculares
8	Mentoria para a empregabilidade e transferência do conhecimento	15 estágios de 2 meses
9	Disseminação a nível nacional e internacional da oferta formativa do Consórcio A23 e Tejo & Mar	5 ações de comunicação presenciais Marketing digital permanente
10	Acompanhamento, avaliação e monitorização da execução do projeto	Realização de inquéritos por cada atividade Realização de inquéritos pós-operação Realização de 2 relatórios (intercalar e final)

Planeamento e gestão do estudo

O STRONG teve início em abril de 2022 e terminou em outubro de 2023. A comissão de coordenação do projeto era composta por cinco pessoas, um coordenador científico-pedagógico e quatro coordenadores gerais da operação. Por sua

vez, cada uma das atividades do projeto era composta por um coordenador geral da atividade e por um ou mais co-coordenadores e uma equipa técnica, de acordo com os objetivos da atividade.

As atividades do projeto, conforme delineadas no diagrama de Gantt (Quadro

2), foram organizadas numa linha temporal, permitindo a monitorização e a gestão eficazes do cronograma de trabalho.

Quadro 2: Diagrama de Gantt do projeto STRONG.

	2023																		
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Atividade 1. Estudos de diagnóstico e auscultação de novas competências para futuros empregos																			
Atividade 2. Estudos de diagnostico do impacto das práticas inovadoras de ensino e aprendizagem para o futuro, a nível nacional e internacional																			
Atividade 3. Seminário novas competências para futuros empregos - Transferência de conhecimento - Empregabilidade – Inovação																			
Atividade 4. Produção de uma infraestrutura digital para a transferência de conhecimento e que fomenta a empregabilidade através da comunicação entre o ensino superior e o tecido empresarial.																			
Atividade 5. Seminário "Plataforma Strong" - Transferência de conhecimento - Empregabilidade – Inovação																			
Atividade 6. Atividades de imersão e experimentação para a empregabilidade e transferência de conhecimento.																			
Atividade 7. Produção de conteúdos digitais para a promoção da transferência de conhecimento e empregabilidade e para a aprendizagem longo da vida																			
Atividade 8. Mentoria para a empregabilidade e transferência do conhecimento																			
Atividade 9. Disseminação a nível nacional e internacional da oferta formativa do Consórcio A23 e Tejo & Mar																			
Atividade 10. Acompanhamento, avaliação e monitorização da execução do projeto.																			

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos de diagnóstico e auscultação de novas competências

A atividade 1 esteve sob a responsabilidade do coordenador Sérgio Nunes. O primeiro estudo de diagnóstico da atividade sobre as novas competências para empregos futuros, teve por base uma revisão da literatura das 4 dimensões identificadas pelo coordenador da atividade: 1. Tendências globais; 2. Contexto de interação do conhecimento; 3. Atores relevantes; 4. Competências

essenciais para o mercado de trabalho. Após a recolha de informação foi desenvolvido um modelo analítico que orientou a investigação.

No segundo estudo da atividade, de diagnóstico dos desafios resultantes para os novos contextos de aprendizagem e de trabalho, a revisão da literatura focou-se nas competências necessárias para os estudantes enfrentarem os desafios e as oportunidades das dimensões mencionadas, avaliando como essas competências influenciam a empregabilidade e o empreendedorismo. Tal como no primeiro

estudo, foi desenvolvido um modelo analítico que serviu de base para a investigação.

Durante a realização dos estudos, foram identificadas recomendações para estudantes, empresas, instituições de ensino e administrações públicas.

A recolha de dados utilizou métodos qualitativos (*Focus Group*) e quantitativos (questionários) aplicados a estudantes, docentes e parceiros, tendo sido realizados 4 *Focus Group* em 4 regiões dos consórcios A23 e Tejo & Mar, e distribuídos questionários a estudantes de diferentes cursos.

Após o processamento dos dados, foi criada uma base de dados com 76 observações e 220 variáveis. Os *Focus Group* foram gravados, transcritos e analisados, enquanto os dados quantitativos foram submetidos a análises estatísticas e econométricas. Por fim, foram realizados 2 relatórios detalhados que apresentam o enquadramento teórico-concetual dos dois estudos, os objetivos, a metodologia, o trabalho empírico, os resultados e a discussão, as conclusões e as recomendações.

Estudo das práticas inovadoras de ensino e aprendizagem

A atividade 2 esteve sob a responsabilidade da coordenadora Susana Domingos. Os estudos de diagnóstico centraram-se na avaliação do impacto de práticas inovadoras de ensino e aprendizagem, tanto a nível nacional como internacional. Esta atividade envolveu a análise em instituições como a Universidade de Aveiro, a Universidade do Minho, a Universidade de Recursos Naturais e Ciências da Vida, a Universidade de Primorska, a Universidade Metropolitana de Budapeste, a Universidade de Linköping e a Universidade Técnica de Delft.

Foi efetuada uma revisão da literatura especializada, identificando a importância das competências transversais para a promoção da empregabilidade sustentável e as mais valorizadas. Além disso, o estudo aprofundou as estruturas de apoio ao ensino implementadas nas universidades e instituições de ensino superior da União Europeia, com o objetivo de facilitar a integração efetiva de metodologias ativas que utilizam tecnologias digitais. A análise revelou vários exemplos de atividades educativas que utilizam ferramentas digitais, não só para reforçar a aquisição de conhecimentos disciplinares, mas também para promover o reconhecimento e a utilização de competências transversais.

Os dados foram recolhidos através de um inquérito e uma entrevista. O inquérito, intitulado “Utilização de métodos e tecnologias digitais no ensino superior”, foi aplicado aos docentes. Posteriormente, os dados recolhidos foram objeto de uma análise rigorosa, incluindo uma análise estatística descritiva, a fim de extrair conhecimentos significativos e informar os processos de tomada de decisões. A entrevista foi conduzida ao responsável científico-pedagógico do projeto STRONG.

Encontros, Seminários, Workshops, Ações de Divulgação

A atividade 3, sob a responsabilidade da coordenadora Helena Monteiro, englobou a organização e a promoção de vários eventos destinados a fomentar a colaboração, a divulgar conhecimentos e a explorar tendências emergentes.

Um dos eventos centrou-se nas tendências do mercado de trabalho, com apresentações de vários profissionais nas áreas das tecnologias e empreendedorismo. Num contexto interativo, foi, também, realizado um *bootcamp* que envolveu estudantes, antigos alunos e empresas regionais.

A coordenação da atividade realizou uma sessão dedicada à partilha de recomendações e responsabilidades relativamente à implementação de metodologias de ensino inovadoras. Esta sessão serviu de plataforma para debates frutuosos entre os investigadores, docentes, estudantes e parceiros do projeto.

Em complemento a estas iniciativas, foram organizados 10 seminários para aprofundar novas competências cruciais para o futuro, com base nos resultados dos estudos de diagnóstico realizados na Atividade 1, e para divulgar os resultados da investigação do projeto, promovendo o intercâmbio de conhecimentos e o envolvimento da comunidade. Estes seminários contaram com a participação de oradores convidados de diversas áreas, enriquecendo o discurso e fornecendo perspetivas valiosas a docentes e estudantes.

Infraestrutura digital

A atividade 4 esteve sob a responsabilidade do coordenador José Casimiro. Foi focada na criação de uma infraestrutura digital para consolidar os resultados do projeto, teve como principal objetivo ajudar tanto os atuais alunos como os antigos alunos a percorrerem as suas trajetórias profissionais em consonância com as exigências em evolução e as oportunidades futuras do mercado de trabalho nacional e global.

Para a criação da plataforma foram identificados os requisitos necessários, como tal, foi auscultada a comunidade IPT, incluindo docentes, alunos e ex-alunos, bem como entidades externas. O sistema desenvolvido recebeu o nome de *Chair4Future*, uma marca registada do IPT, que integra os sons das palavras *chair* (cadeira) e *share* (partilhar), e representa os pilares do projeto: estudantes, alumni e empregadores, com o objetivo de fortalecer o IPT para o futuro.

Três módulos foram especificados neste contexto: Alunos, para reunir alunos atuais

e ex-alunos do IPT; Empregadores, para facilitar a interação entre empresas e a comunidade IPT, seja em ofertas de emprego ou propostas de trabalhos de investigação; e Eventos, para disseminar conhecimento sobre eventos realizados dentro do IPT. A plataforma, disponível em <https://chair4future.ipt.pt/>, foi desenvolvida conforme as melhores práticas de aplicativos *web*, sendo totalmente *responsiva* para se adaptar a diferentes dispositivos.

Projetada como uma ponte entre os *stakeholders* do projeto, a plataforma oferece acesso a diferentes funcionalidades por meio de um menu inicial. Os dados são suportados por um sistema de informação com autenticação condicionada, utilizando o mecanismo de autenticação federada do IPT para usuários diretamente ligados à instituição.

Uma análise dos sistemas existentes no IPT resultou na elaboração do relatório “Plano e Métricas” para aprimorar a integração dos sistemas e serviços da instituição. Além disso, foi identificada a necessidade de reforçar a interação com sistemas externos, documentando riscos e oportunidades associados. Também foi compilada uma lista de diplomas jurídicos relevantes para orientar as práticas e uso no IPT, considerando a legislação vigente em Portugal nesta área.

Divulgação da plataforma

A atividade 5 esteve sob a responsabilidade da coordenadora Graciete Honrado. Durante a atividade realizou-se um evento de apresentação da plataforma do *Chair4Future*, no Campus IPT de Tomar. A sessão foi conduzida pela Coordenadora da Atividade e contou com a participação dos responsáveis pela implementação da plataforma como oradores convidados.

Tal como referido acima, o objetivo central da plataforma é promover a transferência de conhecimento entre o ensino superior e o

setor empresarial. Esta ferramenta visa ligar os estudantes, os alumni e as empresas, facilitando a criação de sinergias entre todos os envolvidos. Isso inclui apoio na transição para o mercado de trabalho e acompanhamento da empregabilidade.

Atividades de imersão e experimentação

A atividade 6, que esteve sob a responsabilidade da coordenadora Olinda Sequeira, envolveu 2 visitas de estudo, cada uma com a participação de 5 facilitadores e 5 alunos, a duas universidades europeias – University of Primorska (Eslovénia) e a Budapest Metropolitan University (Hungria). O objetivo dessas visitas foi realizar *benchmarking* nas áreas de transferência de conhecimento relacionadas à tecnologia e competências digitais, com foco na aprendizagem ao longo da vida e no desenvolvimento do processo do sistema de microcredenciações.

Além disso, foram organizadas 2 sessões de capacitação dirigidas a docentes, com oradores especializados em técnicas e processos de conceção de conteúdos digitais. Um *instructional designer* com experiência na criação de conteúdos digitais para MOOCs e outro na conceção de cursos de *Digital Life Learning*.

Para complementar essas atividades, foram realizadas duas visitas de estudo nacionais à fábrica da Mitsubishi Fuso Truck Europe, no Tramagal, Abrantes, e às instalações do Grupo Henriques & Henriques SA, em Ourém. Essas visitas proporcionaram uma oportunidade valiosa para os participantes conhecerem de perto as práticas e processos relacionados à indústria e à tecnologia.

Produção de conteúdos digitais

A atividade 7 esteve sob a responsabilidade do coordenador António Manso. Nesta atividade, dedicada à produção de conteúdos digitais educativos, foram contratados 2 *instructional designers* para

apoiar no desenvolvimento dos conteúdos para as unidades curriculares. A equipa conduziu diversas atividades de capacitação e suporte para os docentes, incluindo workshops sobre *course design*, *media production*, *open education*, *ScreenPal* e *Moodle*.

Os docentes estruturaram as suas unidades curriculares com recursos educativos como vídeos, áudios, textos, apresentações, infográficos, artigos e outros materiais. As atividades de aprendizagem englobaram um conjunto de exercícios, tarefas práticas, questionários, problemas para resolver e projetos com o objetivo de ajudar os participantes a aplicar o conhecimento adquirido, desenvolver competências e reforçar conceitos importantes. Além disso, integraram, também, atividades de avaliação para medir o progresso e o desempenho dos participantes, podendo incluir testes de escolha múltipla, questionários, projetos práticos, participação em fóruns de discussão e avaliação por pares.

Os conteúdos de áudio e vídeos foram gravados no estúdio do LIED.IPT, com o apoio da equipa de *instructional designers*, em *screencast* no computador ou através de outros recursos interativos. Os conteúdos de áudio e vídeo foram depois editados pela equipa, integrando os respetivos elementos gráficos necessários.

Estes profissionais contribuíram para a criação de conteúdos destinados a 22 unidades curriculares em cursos de tecnologia e gestão.

Todos os materiais produzidos foram disponibilizados no *Moodle* associado à plataforma *Chair4Future*, proporcionando aos usuários acesso fácil e integrado aos recursos educacionais desenvolvidos, respondendo às necessidades de professores, alunos, associações, instituições de ensino superior e empresas.

Mentoria

A atividade 8 esteve sob a responsabilidade da coordenadora Fátima Pedro. Os mentores para a empregabilidade forneceram suporte aos alunos durante os estágios nas empresas. Os estágios foram planeados para estarem alinhados com os objetivos específicos de cada curso dos participantes, bem como com os desafios abordados pelo projeto. No total, foram conduzidos 15 estágios de 2 meses, conforme estipulado no projeto. Estes estágios proporcionaram aos participantes uma experiência prática inestimável, alinhada com a evolução das exigências do mercado de trabalho.

Disseminação

A atividade 9 esteve sob a responsabilidade da coordenadora Rita Anastácio. Durante as ações de disseminação nacional e internacional, ocorreu a sessão inaugural da pós-graduação em Território e Proteção Civil, um curso integrado na oferta formativa do consórcio A23. Além disso, foi realizada a Semana de Ensino Profissional, para promover os cursos disponíveis nos consórcios A23 e Tejo & Mar. Participaram nesta iniciativa, cerca de 400 estudantes de escolas e agrupamentos do Médio Tejo, onde tiveram a oportunidade de vivenciar práticas inovadoras nos laboratórios do IPT, nas áreas da tecnologia, artes, gestão e turismo. Durante as ações de disseminação, o IPT marcou presença na Feira de Ensino Superior Qualifica e na Futurália, Feira de Educação, Formação e Empregabilidade, com o intuito de divulgar nacionalmente a oferta formativa integrada nos consórcios. Além disso, o IPT organizou a Academia de Verão – *Tomar Emotional Academy*, para cerca de 50 estudantes de todo o país. Esta iniciativa proporcionou uma imersão no mundo das artes, da cultura e da tecnologia, através de diversas formas de comunicação.

Com foco em atividades práticas e trabalho em grupo, a academia abordou áreas como Artes Gráficas, Fotografia, Televisão, Rádio, Vídeo, Cinema, e Conservação e Restauro. Por meio dessas atividades e workshops, foi possível apresentar metodologias de ensino inovadoras associadas à oferta formativa do IPT.

Acompanhamento e monitorização

A atividade 10 foi dedicada ao acompanhamento e monitorização do projeto. Neste contexto, foi preparado um dossier financeiro e monitorizada a execução financeira do projeto.

Durante o projeto, relatórios bimensais de todas as atividades foram elaborados. Após a conclusão do projeto, um inquérito por atividade foi realizado para avaliar o grau de satisfação dos coordenadores das atividades, em relação ao apoio da coordenação geral, comunicação, apoio administrativo e envolvimento da comunidade académica.

Adicionalmente, foi realizado um inquérito pós-operação a todos os membros do projeto STRONG para avaliar o grau de satisfação com os resultados e os desafios enfrentados durante a execução. Num total de 22 respostas, 96,1% dos respondentes estavam satisfeitos ou muito satisfeitos com os resultados do projeto. Os maiores desafios enfrentados durante o projeto estão relacionados com a gestão do tempo/prazos, a comunicação e o envolvimento das partes interessadas.

CONCLUSÕES

O projeto STRONG representa uma abordagem abrangente e inovadora na promoção de novas metodologias de ensino e da aprendizagem no Instituto Politécnico de Tomar, com um impacto significativo junto de docentes, alunos e comunidade académica em geral. Através das várias atividades desenvolvidas, o projeto demonstrou um sólido compromisso com a

preparação dos estudantes para os desafios do mercado de trabalho do século XXI.

Uma das principais realizações do projeto foi o desenvolvimento e a implementação de estratégias inovadoras de ensino e aprendizagem destinadas a desenvolver não só competências técnicas, mas também competências transversais como a resiliência, a inovação e o empreendedorismo, fundamentais para a sustentabilidade da empregabilidade. Os estudos de diagnóstico realizados foram cruciais para identificar as necessidades e tendências globais, fornecendo uma base sólida para as iniciativas do projeto.

Através de seminários, workshops e outras atividades de capacitação, os docentes receberam formação para adotarem abordagens pedagógicas mais eficazes, promovendo assim uma experiência de aprendizagem mais enriquecedora para os alunos. Esses esforços foram complementados pela criação da plataforma Chair4Future, que serviu de infraestrutura digital para agregar e disseminar os resultados do projeto e fazer a ponte entre a comunidade IPT e o mercado de trabalho, promovendo a troca de conhecimentos e experiências essenciais para o desenvolvimento profissional.

Paralelamente, o projeto incentivou a participação ativa da comunidade académica, dos antigos alunos e das empresas, promovendo a colaboração e a partilha de conhecimentos entre todas as partes interessadas. A organização de eventos de networking, a partilha de recursos educativos digitais e a realização de estágios em empresas foram apenas algumas das formas como o projeto facilitou esta interação e contribuiu para uma maior integração entre o mundo académico e o mundo empresarial.

O STRONG não só reforçou as competências do corpo docente e dos alunos do IPT, como também reforçou o papel da instituição como catalisador da inovação e do desenvolvimento regional. Ao proporcionar um ensino de qualidade

que prepara os alunos para os desafios do futuro, o IPT demonstrou, mais uma vez, o seu empenho em promover o progresso e o desenvolvimento sustentável da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- D'Angelo, S. (2022). Building resilience now and for the future: Adolescent skills to address global challenges. Development Policy Review. John Wiley and Sons Inc, 1 out.
- Harmoko, D. D. (2021). Digital Literacy As A Solution To Improve The Quality Of Indonesia's Human Resources. Research and Development Journal of Education, 7(2), p. 413, 1 out.
- Kim, S.; Raza, M.; & Seidman, E. (2019). Improving 21st-century teaching skills: The key to effective 21st-century learners. Research in Comparative and International Education, 14(1), p. 99–117, 1 mar.
- Purwanto, M. B.; Hartono, R.; & Wahyuni, S. (2023). Essential Skills Challenges for the 21st Century Graduates: Creating A Generation of High-Level Competence in The Industrial Revolution 4.0 Era. Asian Journal of Applied Education (AJAE), 2(3), p. 279–292, 31 jul.
- Rasca, L. (2017). Human resources challenges for the 21 st century. Proceedings of the International Conference on Business Excellence, 11(1), p. 475–481.
- Vuorikari, R.; Kluzer, S.; & Punie, Y. (2022). DigComp 2.2. The Digital Competence framework for citizens: with new examples of knowledge, skills and attitudes. [s.l.] European Union.

31 - 03 | 2025

DIÁLOGO E ALTERIDADE: PERSPECTIVAS PARA UMA PEDAGOGIA DO ENCONTRO EM MARTIN BUBER

Dialogue and otherness: Perspectives for a pedagogy of encounter in Martin Buber**Diálogo y alteridad: Perspectivas para una pedagogía del encuentro en Martin Buber****João Chimene Júnior¹**

¹ *Docente no Instituto Superior Mutasa (ISMU)- Maputo/Moçambique, Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco (USF)- São Paulo/Brasil, Mestre em Filosofia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM)- Maputo. Correio eletrônico: chimenecm@hotmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0579-7020>.*

Autor para correspondência: chimenecm@hotmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Chimene Júnior, J. (2025). Diálogo e alteridade: Perspectivas para uma pedagogia do encontro em Martin Buber. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 307-316. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

A presente pesquisa, embasada no contributo filosófico de Martin Buber, é desenvolvida como alternativa para o reencantamento da Educação cada vez mais marcada por uma crise axiológica que, no nosso entender, deriva do desencontro entre os sujeitos fazedores da educação. Nessa senda, este estudo, de âmbito qualitativo e de análise bibliográfica, objectiva, centralmente, compreender como as categorias buberianas de diálogo e alteridade podem conduzir-nos a uma pedagogia do encontro. Em Martin Buber, o diálogo e alteridade estão atrelados a dois pares de palavras basilares para a dialogicidade: por um lado, o par Eu e Tu, que pressupõe uma relação autêntica entre o ser humano e o seu semelhante, assim como a relação deste com o que Buber chama “essencialidades espirituais”. Por outro lado, o par de palavras Eu e Isso, que tem que ver com ser humano na sua relação com o mundo, a natureza e com os objectos. O grande problema em Buber dá-se quando essas relações são reificadas, ou seja, quando o ser humano passa a ser tratado

como objecto entre objectos e as coisas ou objectos são idolatrados. Para além da relação dialógica, o artigo discute sobre a educação cuja finalidade, em Buber, não é outra senão a de preparar o Homem para o sentido de comunidade. A educação não deve ser meramente teórica e sim, deve embasar-se na dimensão da práxis. Aliás, esta deve ser dada a partir da presença, do exemplo e do testemunho. Isso requer um sair de si mesmo para outro. Por fim, o estudado chegará a conclusão de que as categorias buberianas de diálogo e alteridade colaboram para uma pedagogia do encontro na medida em que possibilitam que os actores educacionais se reconheçam como fins e si mesmos e nunca como meios passíveis de manipulação e coisificação.

Palavras-chave: Diálogo. Alteridade. Educação. Pedagogia do Encontro.

ABSTRACT

This research, based on the philosophical contribution of Martin Buber, is developed as an alternative for the re-enchantment of Education, increasingly marked by an



axiological crisis that, in our opinion, derives from the disagreement between the subjects who make education. Along this path, this study, with a qualitative scope and bibliographical analysis, aims, centrally, to understand how Buberian categories of dialogue and alterity can lead us to a pedagogy of encounter. In Martin Buber, dialogue and otherness are linked to two pairs of basic words for dialogicity: on the one hand, the pair I and You, which presupposes an authentic relationship between the human being and his fellow man, as well as the latter's relationship with what Buber calls "spiritual essentialities". On the other hand, the pair of words I and It, which has to do with human beings in their relationship with the world, nature and objects. The big problem in Buber occurs when these relationships are reified, that is, when the human being starts to be treated as an object among objects and things or objects are idolized. In addition to the dialogical relationship, the article discusses education whose purpose, in Buber, is none other than to prepare Man for the sense of community. Education must not be merely theoretical but must be based on the dimension of praxis. In fact, this must be given through presence, example and testimony. This requires going out of oneself into another. Finally, the student will conclude that the Buberian categories of dialogue and alterity contribute to a pedagogy of encounter to the extent that they enable educational actors to recognize themselves as ends and themselves and never as means subject to manipulation and reification.

Keywords: Dialogue, otherness, education, encounter pedagogy.

RESUMEN

Esta investigación, basada en el aporte filosófico de Martin Buber, se desarrolla como una alternativa para el reencantamiento de la Educación, cada vez más marcada por una crisis axiológica que,

a nuestro entender, deriva del desajuste entre los sujetos responsables de la educación. En este sentido, este estudio, de carácter cualitativo y análisis bibliográfico, tiene como objetivo, centralmente, comprender cómo las categorías buberianas de diálogo y alteridad pueden conducirnos a una pedagogía del encuentro. En Martin Buber, diálogo y alteridad están vinculados a dos pares de palabras fundamentales para la dialogicidad: por un lado, el par Yo y Tú, que presupone una relación auténtica entre el ser humano y su prójimo, así como la relación entre este último y lo que Buber llama "lo esencial espiritual". Por otro lado, el par de palabras Yo y Ello, que tiene que ver con el ser humano en su relación con el mundo, la naturaleza y los objetos. El gran problema en Buber surge cuando estas relaciones se cosifican, es decir, cuando el ser humano empieza a ser tratado como un objeto entre objetos y se idolatran las cosas o los objetos. Además de la relación dialógica, el artículo aborda la educación, cuya finalidad, en opinión de Buber, no es otra que preparar al hombre para el sentido de comunidad. La educación no debe ser meramente teórica, sino que debe basarse en la dimensión de la praxis. De hecho, esto debe darse mediante la presencia, el ejemplo y el testimonio. Esto requiere salir de uno mismo hacia el otro. Finalmente, el estudio concluirá que las categorías de diálogo y alteridad de Buber contribuyen a una pedagogía del encuentro en la medida en que permiten a los actores educativos reconocerse como fines en sí mismos y nunca como medios susceptibles de manipulación y objetivación.

Palabras clave: Diálogo. Alteridad. Educación. Pedagogía del Encuentro

INTRODUÇÃO

No presente artigo, subordinado ao tema *Diálogo e Alteridade: perspectivas para uma pedagogia do encontro em Martin Buber* pretende-se abordar sobre o legado filosófico e educacional do autor em alusão,

procurando perceber de que maneira as categorias de Diálogo e Alteridade podem conduzir-nos para uma pedagogia do encontro que desembocaria numa educação humanizadora, que visa, acima de qualquer outro desiderato, formar o ser humano para o sentido de comunidade ou de convivência com o outro.

Nessa senda, numa primeira fase, contextualizaremos o autor, trazendo alguns marcos que teriam influenciado a construção do seu pensamento. Seguidamente discutiremos sobre as categorias de diálogo e alteridade em Buber e por fim, abordaremos sobre a visão buberiana sobre a educação.

Para a pesquisa tomamos como instrumentos basilares as obras *Eu e Tu*, na qual se discute afundo sobre o diálogo e alteridade e a obra *Sobre a Comunidade*, na qual o autor dá o eu contributo sobre a educação.

Contextualização sobre o autor

Pretendemos, nesta etapa inicial, abordar sobre as influências determinantes para a construção do pensamento de Martin Buber, um proeminente filósofo do séc. XX. Nasceu em Viena- Áustria em 1878, mas ainda na sua infância, aos 10 anos, teve de se mudar para Lemberg, cidade na qual viveu com os seus avós¹⁴, após o episódio, para ele traumático, da separação dos seus pais. Aliás, sua coíncidência da outreidade ou alteridade nasce mesmo nessa altura, ao ver seus pais desavindos e começa a questiona-se: como é que duas pessoas de excelentes qualidades humanas, como eram seus pais, não conseguem encontrar no diálogo o meio para resolver seus conflitos? O facto de ter-se distanciado de sua mãe com quem só veio a reencontrar-se volvidos 20 anos, gerou nele o que veio a chamar de

desencontro, que teria sido um dos impulsos basilares para a edificação da sua filosofia dialógica, tal como ele o afirma:

Mais tarde construí para mim mesmo o sentido da palavra "desencontro", através da qual estava descrito, aproximadamente, o fracasso de um verdadeiro encontro entre seres humanos. Quando, após outros 20 anos, reví minha mãe, que viera de longe visitar a mim, minha mulher e meus filhos, eu não conseguia olhar nos seus olhos, ainda espantosamente bonitos, sem ouvir de algum lugar a palavra "desencontro" como se fosse dita a mim. Suponho que tudo o que experimentei, no decorrer da minha vida, sobre o autêntico encontro, tenha a sua primeira origem naquela hora na galeria (Buber, 1991, p. 8).

Outro facto que marcou a vida de Buber foi a perseguição nazista que o fez, inclusive, ser distituido, em 1933, da docência na Universidade de Frankfurt, a onde lecionava História das Religiões e Ética judaica até que em 1938 aceitou o convite da Universidade Judaica de Jerusalém para leccionar Sociologia, local no qual trabalhou até às vésperas de sua morte em 1965.

Em termos de referenciais, Buber teve também influência de filósofos como Kant, Dilthey, Kierkegaard, Tonnies, entre outros. Outrossim, foi influenciado por dois (2) grandes movimentos: o Sionismo¹⁵ e o Hassidismo¹⁶.

Embora muitos o conotem como místico, existencialista ou personalista, Buber mostrou-se sempre atípico, uma vez que não se filia a nenhum movimento filosófico.

¹⁴ Seus avós jogaram um papel importante na medida em que o ensinaram a língua hebraica e o introduziram na tradição judaica.

¹⁵ O Sionismo foi um movimento cultural e político hebraico que surgiu na metade do séc. XIX, e defendeu a volta e ou à reaproximação da terra de Israel, como forma de salvaguardar os traços constitutivos da identidade do povo judeu. A ideia

de retorno a Israel foi enaltecida por Moses Hess (1812-1875).

¹⁶ o Hassidismo foi movimento místico- religioso nascido no início do séc. XVIII que designa as pessoas cuja prática moral e religiosa é superior à norma. Foi fundado pelo o polaco, Rabi Israel Bem Eliezer mais conhecido por Baal Shem Tov.

Aliás, se o quiséssemos situar diríamos que pertence à “Filosofia da vida”, pois, como diria um dos maiores estudiosos dele no Brasil, sua filosofia visava “levar os homens a descobrirem a realidade vital de suas existências e abrirem os olhos para a situação concreta que estavam vivendo” (Zuben, 2006, p. 15).

Diálogo, Alteridade e seus desdobramentos

Não se compreende a existência do diálogo sem actuação dos sujeitos. Esses sujeitos podem ser constituídos através dos pares de palavras Eu-Tu e Eu-Isso. Ou seja, Não se compreende a existência de um Eu ensimesmado, pois “*o homem habita no mundo revestido de outros*” (De Melo, 2003, p. 38). O Eu deve estar necessariamente concatenado a um Tu e/ou a um Isso. Aliás, o próprio Buber legitima isso ao afirmar:

“Quem diz tu não tem nenhuma coisa por objecto. Porque onde uma coisa existe, outra existe também, cada Isso confina com o outro. Mas, onde se diz Tu, não existe algo. O Tu não confina com coisa alguma. Quem diz tu não tem uma coisa, não tem nada. Mas encontra-se na relação” (Buber, 2014, 9).

Portanto, a relação dialógica requiere a alteridade ou o reconhecimento do outro num prisma de reciprocidade, ou melhor, de um dar e receber. Entretanto, precisamos reconhecer que, numa primeira fase,

A relação com outro ser humano encontra-se sempre marcada pelo sentimento de estranheza, ante algo grande demais para ser apreendido na sua inteireza; aquele que é para nós sempre outro – um Tu infinito. O convite, e o desafio maior daquele que se depara com o outro, é a aceitação, o reconhecimento da alteridade. Ante a perplexidade do estranho que se nos defronta cabe-nos a abertura, o

acolhimento, a generosidade, que dispensa a indagação da identificação de “quem é o outro”, sem que para isso seja necessária a sua dissecação transformando-o em coisa”. (SANTIGO, 2008, p. 74).

Por isso, ao mergulharmos na esfera dialógica, precisamos pôr de lado as diferenças, as estranhezas a fim de acolhermos e aceitarmos o outro tal como ele é, sem questionarmos quem é, ou o que tem, o que faz, porque quando fizermos isso estaremos a medir o outro em função dos nossos interesses. Nesse caso, não estaríamos interessados em entrar em relação genuína com o outro, mas numa relação de objetificação do outro.

Por sua vez, a relação dialógica Eu- Isso diz respeito a relação do homem com o mundo, ou melhor, com a natureza e com as coisas. Como se discute actualmente, num mundo cada vez mais dilacerado pela crise climática, há uma grande preocupação pela atitude do homem perante a natureza, pois dela pode advir harmonia com a natureza, como pode eclodir grandes desastres provocados pela acção irresponsável do humano.

É inevitável para o homem viver sem o Isso, sem as coisas, sem os bens, pois ele precisa deles para facilitar-lhe a vida no seu dia-a-dia, mas, diz Buber: “o homem não pode viver sem o Isso. Mas quem só com ele vive não é homem” (Buber, 2014, p. 37). Ou seja, apesar de Buber reconhecer a importância da relação Eu-Tu, ele dá maior primazia àquela que chama de relação conducente ao diálogo autêntico, que seria a relação Eu-Tu. Esta relação requer reciprocidade e respeito pelo espaço do outro, ou melhor,

“na experiência do diálogo, constitui-se um terreno comum entre outrem e mim, meu pensamento e o seu formam um só tecido, meus ditos e aqueles do interlocutor são reclamados pelo estado da discussão, ele se inserem em uma operação comum da qual nenhum de nós

é o criador” (Marleau- Ponty, 1994, p. 475).

Ora, o diálogo exige de nós que façamos um movimento que consiste no sair de nós mesmo em direção ao outro e, como diria Buber, nesse local de encontro

encontra-me
um homem em
quem há
alguma coisa,
que eu nem
consigo captar
de uma forma
objectiva, que
“diz algo” a
mim. Isto não
significa de
forma alguma
que esta coisa
me diga como
este homem é,
o que se passa
nele ou coisa
semelhante.

Mas significa
que ele diz
algo a mim,
transmite algo
a mim, fala
algo que se
introduz
dentro da
minha vida
(Buber, 1982,
p. 42).

Portanto, o encontro com o outro é sempre algo misterioso na medida em que nos possibilita dele aprendermos e também levar um pouco de nós para ele. Ademais, na visão de Buber (1982: 8), o homem só pode realizar plenamente o seu Eu se entrar em relação dialógica com o outro, ele precisa dizer tu ao outro com toda a totalidade do seu ser. É preciso que se aceite o outro “na sua totalidade, na sua unicidade”. Ora, para que singremos na esfera dialógica precisamos nos despir do espírito de altivez e aceitarmos o outro na sua forma de ser, de viver e de pensar.

De igual modo, ao entrar numa relação dialógica que se diga genuína, é necessário que nos livremos auto-suficiência, ou melhor, que consideremos que “não há

ignorantes nem sábios absolutos, há homens que em comunhão buscam saber mais” (Freire, 1994, p. 45). Portanto, para que ocorra um diálogo autêntico precisamos abandonar a tendência bancária de querermos depositar no outro as nossas ideias, como se este fosse um receptáculo vazio que nada tem a oferecer.

Buber (1982) apresenta-nos três formas de diálogo: o diálogo autêntico, técnico e monológico. O diálogo *autêntico*, que pode ser verbalizado ou silencioso, pressupõe que cada um dos participantes tenha, de facto, em mente o outro na sua presença e no seu modo de ser e a ele se volte com a intenção de estabelecer uma reciprocidade viva. Por sua vez, o *diálogo técnico* é movido unicamente pela necessidade de um entendimento objectivo. O *Monólogo*, possibilita que o ser humano se volte para si mesmo.

O diálogo dá-se a partir daquilo que Buber chamou de movimentos básicos, que consistem no “voltar-se para o outro”. O movimento básico monológico “não é como se pode pensar o desviar-se do outro em oposição ao voltar-se para o outro, mas é o dobrar-se em si mesmo” (Buber, 1982, p. 57). Esse dobrar-se em si mesmo é diferente de mergulhar no egoísmo, significar um exercício de auto-examinar-se, mas mais do que isso significa admissão da existência do outro sob forma da vivência própria.

Numa relação dialógica, o homem que está face a mim nunca pode ser meu objecto; eu tenho algo a ver com ele. Talvez eu tenha que realizar algo nele; mas talvez eu apenas tenha que aprender algo e só se trata do meu aceitar. O que importa agora não é unicamente que eu me encarregue deste responder. Não é somente um outro homem que se torna um Tu para mim- pode ser um animal, uma árvore, até uma pedra e, através de todos esses, Deus o Tu Eterno (Buber, 1982, p. 8).



Portanto embora Buber admita que a partir que haja um diálogo Eu e Isso, que diz respeito à vida dos humanos com a natureza, com as coisas ou objectos, Buber é contra a substituição da relação Eu-Tu pela relação eu-isso. Ou seja, que se trate as coisas como pessoas e se encare as pessoas como objectos entre objectos. Por comunidade Buber entende a

união de homens em nome de Deus numa instância viva de sua realização. Tal união pode efectivar-se somente quando homens se aproximam uns dos outros e se encontram de modo imediato, na imediaticidade de seu dar e de seu receber. Esta imediaticidade existe entre os homens quando são retirados os véus de uma conceitualidade ditada pela procura de proveito, véus que não permitem ao indivíduo manifestar-se como pessoa mas como membro de uma espécie, como cidadão, como membro de uma classe; a imediaticidade existe quando eles se encontram como únicos e responsáveis por tudo (BUBER, 1987, p. 47).

A união de que se fala é recíproca e feita de imeditividade, quer dizer, quando o outro, por exemplo, está passando por alguma situação difícil, devemos ir socorrer-lo como se estivéssemos indo socorrer alguém que está queimando a fogo.

A Educação para o Sentido de Comunidade

Educar, em Buber, significar preparar o homem para o sentido de comunidade, para a perspectiva do saber viver com o outro numa coexistência pacífica.

Na comunidade, não pode vigorar o espírito de usurpação da propriedade dos outros mas deve haver partilha. A partilha pressupõe que eu trago a minha parte e o Outro também traz a dele e na base disto tornamos próspera a comunidade. Doravante, a partir da união de duas ou mais pessoas, a comunidade torna-se um

fundamento da vida em comum. Esta coesão entre homens acontece numa “casa comum”, emprestando a terminologia do Papa Francisco, que se chama terra. É nesse espaço que

surge a comunidade de vila que administra o solo comum; se a união acontece sob o signo do trabalho, surge a cooperativa que se dedica à obra comum; se a união acontece sob o signo da ajuda, surge a camaradagem que aspira em comum à realização pela educação mútua; se a união acontece sob o signo do espírito, surge a fraternidade que invoca em comum o Absoluto, o problema e o celebra” (BUBER, 1987, p. 48).

O sistema comunitário constitui a legítima união de uma pluralidade de comunidades concretas de tipologias diversificadas, assim como “a comunidade concreta é a legítima união de uma pluralidade de homens e se forma pelas mesmas leis do encontro mútuo em nome de Deus, da imediaticidade, da ajuda e da liderança” (ibidem). As comunidades constituem as células através das quais se constrói o organismo do sistema comunitário.

Buber faz alusão a dois tipos de comunidade: a Antiga Comunidade, que é aquela união de pessoas que se constituía de acordo com os laços de consanguinidade formando uma tribo; e a Nova Comunidade cuja base para a pertença a esta nova ordem social é a escolha. Esta baseia em princípios libertários e não coercitivos como acontece na Antiga comunidade. Ademais, para Buber (1987), a nova comunidade tem como finalidade a própria comunidade, ou seja, o objectivo desta é a vida, não esta vida ou aquela, vidas dominadas, em última análise, por delimitações injustificáveis, mas a vida que liberta de limites e conceitos, pois conceitos são curiosas andas para pessoas cujos pés não suportam a terra por ser demasiada áspera e selvagem; entretanto, aquele que conseguiu situar-se na própria vida, aquele que aprendeu a falar a linguagem da acção, festejará sorridente

sua libertação da rigidez escravizante do pensamento, e após longo afastamento, a reunificação de suas forças na unidade da vida (Buber, 1987, p. 34).

A comunidade de que estamos a falar é diferente da antiga forma da comunidade que tinha em vista interesses económicos e religiosos. Ora, comunidade no entanto que virada para interesses economicistas toma a designação de “gens, corporação ou associação”. A função desta é “procurar sempre vantagem para o grupo” (Buber, 1987, p. 34). O que se nota nestas duas características da antiga comunidade é a sua ligação com o utilitário, com as vantagens e proveito.

Vários são os teóricos que consideram o Homem como sendo por natureza anti-social, mau e egoísta. Thomas Hobbes, só para tomar um exemplo, chega a considerar o humano como sendo *homo homini lupus*. Ora, o processo de socialização começa no núcleo mais restrito que é a família, se alastra para a comunidade e alcança a sua sistematização na escola (educação formal). Por conseguinte, é pela educação que o homem se torna sociável, deixando a animalidade para humanizar-se, tal como advoga Kant: “a educação é atributo específico do Homem e é necessária para que este se torne humano” (Kant, 1999, p. 16). Na busca de tornar o homem mais humano, Buber propõe-nos uma educação comunitária ou para a comunidade, que consiste em “qualificar ou equipar o homem em desenvolvimento com a capacidade de se orientar diante de grandes objectivos, tais como: sociedade, Estado, partido, associações nas quais a vida irá situá-lo” (buber, 1987, p. 82). A educação tem esta nobre missão de inserir o ser humano nas diversas esferas da vida.

Portanto, a educação em Buber, consiste na “preparação para o sentido de comunidade, na vida pessoal e com a vida pessoal, introduzindo a partir desta vida naquilo que existe hoje, na sociedade, neste mecanismo ou como se queira chamar” (BUBER, 1987, p. 89). Ou seja, é através da Educação para a comunidade que o homem aprende a viver

e conviver pacificamente com o outro. Nisso subjaz o sentido de alteridade na proposta educacional de Buber.

A Educação para a Comunidade não deve ser meramente teórica, e sim deve alicerçar-se na *práxis*. Neste tipo de educação “(...) aquele que quer educar não educa! O que educa é o espontâneo” (Buber, 1987, 90). Buber chega a tomar o exemplo da natureza, e diz que ela educa através da luz, do ar, da floresta, dos animais e tudo que se pode experimentar.

A comunidade educa por meio da presença e o individuo aprende e ensina também pela presença. Estar presente significaria, nesse caso, dar testemunho de vida. Portanto, “a espontaneidade é o factor preponderante na educação e educar para a comunidade só é possível na medida em que existe comunialidade que educa para a comunidade (Buber, 1987, p. 90). A educação conhece o seu cerne no núcleo mais restrito que é a família, pois,

se ela é realmente uma família, do mesmo modo que a verdadeira pessoa educa através da sua existência (...) de modo autêntico a família educa através de tua existência, uma vez que ela é necessariamente a menor célula da comunidade, indispensável para a construção desta comunidade (buber, 1987, pp. 90-91).

Portanto, a família como a menor célula da comunidade educa, pela sua existência e testemunho. Aliás, uma comunidade que se considere autêntica não é constituída por indivíduos mas por pequenas células comunitárias, apesar das crises (necessárias) pelas quais estas passam. Ora, a célula educa para a comunidade na medida em que “ela é realmente uma comunidade; não o faz entretanto, através de propaganda consciente para a comunidade” (idem, p. 91). Ademais, as pessoas são educadas para a comunidade pela simples vida comunitária na qual nascem e crescem.

A Crítica Buberiana da Escola Formal

As Escolas Comunitárias são essencialmente as comunidades. Nas suas análises, Buber (1987, p. 91) constatou que nas escolas particulares não há, quase comunidade entre o corpo docente e os membros da administração. O corpo docente é constituído por indivíduos solitários. Ora, isto impede que haja comunidade entre os professores e alunos e até entre os próprios alunos, não favorecendo o nascimento de um sentido de comunidade.

No entender de Buber, a existência de algum tipo de escola que apresenta um aspecto favorável à comunidade: é a escola municipal. Ele reconhece que, “apesar da degeneração do campesinato, existe ainda nele um conteúdo de comunidade natural, incólume e provisoriamente imperturbável, e isso é, vestígio de comunidade primitiva” (Buber, 1987, p. 92). Refere-se, nesse caso, à comunidade primitiva, no entanto que dinâmica.

Quanto às escolas públicas, tanto a primária como a secundária, “não possuem nem o que a escola particular tem, a sabe, ao menos a possibilidade de uma comunidade, nem a possibilidade se se referir à antiga tradição de comunidade como a escola rural” (Buber, 1987: 92). Na escola pública (urbana) a situação só pode ser resolvida a partir da iniciativa pessoal do professor, pois “os professores que, apesar de todas as dificuldades, arriscam a iniciativa pessoal e conseguem promover a educação comunitária, tais professores, serão considerados pioneiros na época em que se ousar lançar um olhar retrospectivo para a experiência” (idem, pp. 92-93).

A educação é relação e como tal deve ser “directa, isenta de propósitos, cujo fim é ela mesma, isto é, a capacidade para tal relação com as pessoas com as quais se convive” (Buber, 1987, p. 93). É para essa finalidade que a educação para a comunidade educa. Ela permite que nos contactos indirectos entre homens haja relações directas.

A Educação comunitária deve orientar-nos para um “voltar para o outro”, ou melhor deve permitir que se crie um elo genuíno com o outro. Para isso, “é necessário voltar-se para o outro como ele é (...) para a face vital desta pessoa como à sua própria face” (BUBER, 1987: 93). Para escapular-se da relação verdadeira, Buber considera que o homem tem uma tendência materialista muito forte, que é a de “considerar o outro como uma soma de propriedades cognoscíveis, utilizáveis, ou então ele pode reconhecer o outro (...) reconhecê-lo, experienciá-lo naquele sentido específico, como a relação amorosa que às vezes é descrita como conhecimento” (idem, pp. 93-94). Ora, na nova interacção que Buber nos lega, o homem aprende a reconhecer o outro não mais como soma de propriedades, pois só desta forma sai do vazio e torna os contactos humanos verdadeiramente sociáveis.

Na educação comunitária há uma relação comunitária que se mostra sempre ausente, é o caso do “vínculo entre os professores: comunidade entre os docentes, entre as pessoas que devem realizar esta obra mais difícil e mais séria de nosso tempo” (Buber, 1987, p. 95). Outra fragilidade das relações nota-se entre professores e alunos, ou melhor, falta que “o professor esteja relacionado com o aluno com espírito comunitário para o qual ele quer educá-lo” (ibidem). Portanto, o professor só pode introduzir o aluno num espírito comunitário se este (professor) tiver o senso natural de comunidade, de acordo com seu ser.

Outro aspecto importante que impacta na organização da escola é a interacção entre as faixas etárias. Algumas escolas solucionam este problema promovendo aulas comuns. Buber propõe que “dever-se-ia encontrar uma possibilidade de estabelecer contacto com as classes de alunos de mais idade, assim elas teriam realmente de construir os interesses de vida para permutar”. (Buber, 1987, p. 96). O mesmo se pode dizer também em relação ao sexo, é preciso que as crianças do sexo

feminino e masculino compartilhem do mesmo espaço de aulas, ou seja, “que não seja instituído um terceiro sexo durante o período escolar, mas que haja uma verdadeira relação entre as pessoas que se desenvolvam (...) na diversidade” (Buber, 1987, p. 96). De igual modo, é importante que as pessoas dos cinquenta anos não se confinem nas relações com gente da mesma faixa etária, mas que se entretenham com as de vinte, “não com ar de condescendência, mas que se relacionem com elas livremente, sem reservas, revelando-se a elas” (ibidem). Buber mostra uma preocupação enorme pelas escolas particulares, pois estas são como que “oásis singulares, verdadeiras ilhas, clareiras” (ibidem). Esse oásis são um perigo, pois não permitem que os alunos conheçam o contexto em que vivem. Aliás, Buber dizia conhecer escolas particulares cujos alunos desconhecem que indústrias existem na vizinhança. Quer dizer, as pessoas formadas nessas escolas, a saírem delas chegam a um mundo para o qual não foram preparadas, então, ou são arruinadas, ou se adaptam de modo estranho. Geralmente os que são formados em tais escolas, em suas casa conservam “um santuário e horas consagradas durante as quais relembram o paraíso perdido” (Buber, 1987, pp. 96-97).

Para ultrapassar-se o problema dos oásis singulares, as escolas devem estar relacionadas com a sociedade, tal como ela é, para que não suceda que se prepare um aluno por exemplo africano, para uma realidade do Ocidente, fazendo com que este conheça mais a realidade estrangeira do que a sua realidade continental, regional e local.

CONCLUSÕES

Ao finalizarmos esta análise sobre a pedagogia do encontro em Martin Buber, torna-se evidente a relevância e a atualidade dos conceitos de diálogo, alteridade e comunidade na prática educativa. A partir da reflexão sobre as categorias buberianas de Eu e Tu e Eu e Isso, percebemos a

importância de promover relações autênticas e significativas no ambiente escolar e não só, valorizando a singularidade de cada sujeito e fomentando a construção de uma comunidade educativa baseada na reciprocidade e na responsabilidade mútua. A obra de Buber nos convida a repensar os paradigmas tradicionais da educação, colocando o encontro interpessoal no centro do processo de ensino-aprendizagem.

A implementação da pedagogia do encontro requer uma mudança de perspectiva por parte dos educadores e demais agentes educacionais, que devem se comprometer com a promoção de espaços de diálogo e convivência respeitosa.

É fundamental que as instituições de ensino valorizem não apenas o conhecimento acadêmico, mas também o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando suas emoções, valores e experiências de vida. Nesse sentido, a pedagogia do encontro proposta por Buber oferece um caminho promissor para a humanização da educação e a formação de cidadãos críticos e éticos.

Em suma, as categorias de Diálogo e Alteridade colaboram para uma pedagogia do encontro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Buber, M. (1982). *Do Diálogo e do Dialógico*. Tradução de Marta Ekstein et al. Editora Perspetiva: São Paulo.
- Buber, M. (1987). *Sobre Comunidade*. Tradução de Newton Von Zuber. Editora Perspectiva: São Paulo, 1987.
- Buber, M. (2000). *As Histórias do Rabi Nakhman*. Tradução de Fany Kon e J. Guinsburg, Editora Perspectiva: São Paulo.
- Buber, M. (2014). *Eu e Tu*. Tradução de Artur Morão e Sofia Favila. Editora Paulinas: Águeda.



- De Melo, N. V. (2003). A Ética da Alteridade em Emmanuel Lévinas. EDIPUCRS: Porto Alegre.
- Freire, P. (1994). Pedagogia do Oprimido. 11ª Edição. Editora Paz e Terra: São Paulo.
- Kant, I. (1999). Sobre a Pedagogia. 2ª Edição, Editora UNIMEP: São Paulo.
- Marleau- Ponty, M. (1999). Fenomenologia da percepção. Tradução de Carlos Alberto. 2ª Edição. Editora Martins Fontes: São Paulo.
- Santiago, M. (2002), Betânia do Nascimento. Ética, educação e transcendência: compreendendo a formação humana na visão de Martin Buber. Recife, s.ed.

31 - 03 | 2025

EDUCAÇÃO E O SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, CULTURAL E SOCIAL: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DESAFIOS PARA O ENSINO SUPERIOR NA LUSOFONIA, NA ERA DA INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE

Education and his impact on economic, cultural and social development: Artificial Intelligence and Challenges for Higher Education in Lusofonia, in the interdisciplinarity and transdisciplinarity era

La educación y su impacto en el desarrollo económico, cultural y social: Inteligencia artificial y desafíos para la Educación Superior en Lusofonía, en la era de la interdisciplinarietà y la transdisciplinarietà

Dizunguidi Makanda¹, Cristóvão João Zua², Miguel Bungo³

¹*Mestre, Instituto Superior Politécnico de Ndalatando, ernestomakanda19@gmail.com*

²*Professor Doutor, Instituto Superior Politécnico de Ndalatando, cristovaojoazua@gmail.com*

³*Licenciado, Instituto Superior Politécnico de Ndalatando, miguelbungo1108@yahoo.com*

Autor para correspondência: ernestomakanda19@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Makanda, D.; Zua, C. J.; & Bungo, M. (2025). Educação e o seu impacto no desenvolvimento económico, cultural e social: Inteligência Artificial e Desafios para o Ensino Superior na Lusofonia, na era da interdisciplinarietà e transdisciplinarietà. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 317-324. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

O título deste trabalho já traduz o seu objetivo que é o de refletir e propor vias de soluções urgentes para os múltiplos avanços da IA neste campo face as políticas de ensino e aos métodos usuais de avaliação escolar até hoje, também aos tipos de profissões e cursos que não resistirão às ameaças da IA. Este estudo convoca pesquisadores e políticos responsáveis pela educação a uma reflexão levando em conta os diferentes processos técnicos e tecnológicos que a IA já nos apresenta sobre a possível capacidade de assimilação das lições pelos alunos independentemente das situações-problemas e as tarefas solicitadas, sem fazendo muito esforço. Para lá chegar, recorreremos à pesquisa exploratória e bibliográfica, que nos

permitiu iluminar o objeto do estudo e também um desenho bibliográfico, baseado em um certo número de teorias e área. Observou-se que é possível perceber o perigo que a IA apresenta no campo da educação, e o mesmo já supera o humanismo.

Palavras-chave: Inteligência artificial, avaliações de ensino, super- humanismo.

ABSTRACT

The title of this work already reflects its objective, which is to reflect and propose voices of urgent solutions for the multiple advances of AI in this field in the face of the usual methods of school evaluation until today to the types of professions that will not resist the threats of AI. This study

invites researchers and politicians responsible for education to reflect on considering the different technical and technological processes that AI already presents us with on the possible ability of learners to assimilate lessons regardless of the problem situations and tasks requested, without making a lot of effort. To get there, we resorted to exploration and bibliographic research, which allowed us to illuminate the object of study and a bibliographic design, based on a certain number of theories and fields. It was observed that it is possible to perceive the danger that AI presents in the field of education, and it already borders on super-humanism.

Keywords: Artificial intelligence, teaching evaluations, about humanism.

RESUMEN

El título de esta obra ya refleja su objetivo, que es reflexionar y proponer soluciones urgentes a los múltiples avances de la IA en este campo de cara a las políticas docentes y los métodos habituales de evaluación escolar hasta la fecha, así como los tipos de profesiones y cursos que no resistirán las amenazas de la IA. Este estudio llama a los investigadores y políticos responsables de la educación a reflexionar, teniendo en cuenta los diferentes procesos técnicos y tecnológicos que la IA ya nos presenta, sobre la posible capacidad de los estudiantes para asimilar las lecciones independientemente de las situaciones problemáticas y las tareas solicitadas, sin realizar mucho esfuerzo. Para llegar a ello, se utilizó una investigación exploratoria y bibliográfica, que permitió iluminar el objeto de estudio y también un diseño bibliográfico, basado en un cierto número de teorías y áreas. Se observó que es posible percibir el peligro que representa la IA en el campo de la educación, y ya supera al humanismo.

Palabras clave: Inteligencia artificial, evaluaciones docentes, superhumanismo

INTRODUÇÃO

Após várias constatações e observações sobre os avanços e retrocessos da vida causados pelas revoluções técnicas e tecnológicas na base dos processos de IA, e também após a revisão de várias publicações, incluindo a de Laurent (2022) sobre os embates entre máquinas inteligentes e o homem, vice-versa, causando diversas mudanças e consequências não menos importantes na vida do homem. Porque estes choques têm muitas consequências em áreas como: educação, economia, saúde... Diante desta realidade e como investigadores, somos obrigados a apresentar uma reflexão de forma a alertar as nossas comunidades para os perigos crescentes, não só em África, mas no mundo em geral. Nossa intenção não é dar uma aula de IA onde explicaríamos uma infinidade de disciplinas combinadas, como matemática discreta, sistema lógico, Biologia, Anatomia, Psicologia, TIC e outras, mas sim mostrar os efeitos positivos e negativos da IA para despertar não só os decisores que nos dão as orientações e políticas do país nas diversas áreas, mas também para um despertar individual. Tentando mostrar como podemos resistir à invasão da IA em nossas vidas profissionais e não só. Nos dias de hoje, a IA tem provocado uma transformação em vários aspetos da vida, sendo os mais visíveis, como já dissemos, nos domínios da educação, economia e saúde.

De facto, segundo o Dicionário (2020), é um conjunto de técnicas implementadas para tentar criar autômatos (dispositivos ou máquinas) que adaptam comportamentos semelhantes aos do pensamento humano". Baseia-se em processos de máquinas e algoritmos de programação, cujo modelo pretende reagir a estratégias pré-programadas que por vezes permitem a aprendizagem. A IA surgiu na década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial. Neste estudo, destacamos os

inconvenientes da IA como princípios orientadores.

Além da introdução que contextualiza o tema em geral, e da conclusão; este trabalho é composto por três seções, A primeira seção descreve as abordagens sobre IA em geral (vantagens e desvantagens), explicando teoricamente como a IA pode nos beneficiar ao mesmo tempo que pode prejudicar nossas vidas; a segunda seção mostra como a IA levanta um grande tabu em nossas vidas, e a terceira seção coloca uma indagação sobre os intelectuais, e a quarta seção enfoca a estrutura metodológica.

Desenvolvimento

Antes da descoberta da energia elétrica por Isaac Newton, em Paris (França) havia mais de 29.000 transportadores de água e cada um tinha uma tripulação de cinco pessoas, ou 29.000 vezes 5 é cento e quarenta e cinco mil (145.000) empregos eliminados pelo avanço tecnológico (descoberta da eletricidade); esses empregos desapareceram com a descoberta da eletricidade porque a França, graças à eletricidade, canalizou água por todo Paris, ou houve a eliminação de vários empregos na época. Só para mostrar que, por maior que seja uma revolução técnica ou tecnológica, sempre há vantagens e desvantagens.

Também no nosso tempo ocorre esta triste e terrível realidade, se canalizarmos água potável e colocarmos torneira em todas as casas, imaginam o resto. E veja também nos bancos onde o atendimento é gradativamente substituído por uma IA ou um autômato seja no caso de saques e depósitos de valores monetários via autômato ou IA, nas áreas aeroportuárias, hotéis (autômatos que falam quase todos os idiomas, gerenciam e orientam os usuários), na área da contabilidade, na banca. Esta triste realidade fala por si (os softwares) também nos hotéis cujo atendimento é feito por robos ou IA e guerras realizadas por

droner e Kamicazes robos (Brynjolfsson; McAfee, 2014).



Imagem 1: Hotéis totalmente robotizados



Imagem 2: Droner nas guerras (sem tripulantes)



Imagem 3: Kamicazes roboticas

Para Laurant (2021), muitas profissões vão desaparecer, mas algumas não vão desaparecer, mas sim vão mudar, vários profissionais terão o dever adicional de aprender um pouco de IA para não serem laminados pela invasão de autômatos ou IA. Para nós, o mais importante é que o ensino nacional (os dois subsistemas) da mesma forma que se trata os problemas sindicais internos ou do posicionamento neste ou naquele cargo departamental ou ministerial, deveria também se tratar e sobre tudo da criação de uma unidade de perspectiva ou um departamento que lidaria das

perspectivas de profissões e IA em nossos países.

Em junho de 2022, a União Europeia tomou a decisão de que até 2030 deixará de fabricar veículos a gasolina ou a gasóleo, ficaremos apenas com veículos elétricos ou eletrônicos, estes veículos requerem menos manutenção e assistência mecânica, você pode imaginar quantas garagens vão fechar em África, quantos mecânicos vão ficar

desempregados só porque os programas de formação não são atualizados com relação aos avanços da IA (Idem).

Seria o tempo em que o Ministério da Educação reflectisse sobre algumas reformas curriculares ou a lusofonia padronizasse os mesmos (programas de formação) a fim de nos auxiliarmos uns aos outros dentro do espírito da Lusofonia.



Imagem 4: Fábrica dos carros eléctricos e electrónicos

Estes são apenas alguns cursos, mas, na verdade, o Ministério da Educação deve pensar profundamente (numa célula de prospectos para profissões, cursos e IA) para que não continuemos a formar jovens africanos em áreas onde brevemente serão laminados pela invasão da IA, mas onde podem ser complementares à IA. Ao fazê-lo, pensaríamos no futuro das profissões e dos setores futuros com probabilidade de resistir à IA, em vez de esperar que as coisas nos surpreendam, caso contrário acabaremos gastando tanto dinheiro para formar profissionais que na realidade não conseguirão resistir à invasão de IA.

Se não chamarmos a atenção para esse aspecto das coisas como investigadores, notamos que a IA faz coisas em pouco tempo onde os humanos fariam mais tempo e correndo o risco de cometer erros de fadiga. No caso por exemplo da radiologia

ou das análises clínicas ou mesmo da odontologia, a IA detecta o princípio ou a premissa de um câncer com mais facilidade e eficiência do que o radiologista ou o "especialista em imagem" ou mesmo a interpretação de ecografia.

De forma a podemos entender as profissões e setores diretamente ameaçados pela IA, neste caso surge a seguinte pergunta: Quem se beneficia / quais empresas ou países que são os maiores beneficiários da IA.

Actuais beneficiários da IA

Primeira categoria

Empresas que dominam a IA, como: Google, Apple, Facebook, Amazon, American Giant Tech... Todas são empresas americanas e a maioria delas está sediadas na Califórnia.

Na parte chinesa temos: BATX, ALIBABA. nem uma única empresa europeia premiada nesta corrida e muito menos uma empresa africana.

Segunda categoria

Para indivíduos ou humanos é ainda mais claro, numa economia de conhecimento e da IA, os mais inteligentes e inovadores continuarão a dominar o mundo; e quanto os menos inteligentes, menos inovadores se não prestarmos atenção a isso, se não os treinarmos e não os motivarmos, continuaremos vassalos desses países (Laurent, 2021).

IA na educação e na saúde

Como a IA está cada vez mais desenvolvida na Califórnia nos EUA e até certo ponto na China, em algum tempo ou anos, a saúde e a educação serão feitas na Califórnia (made in California) porque a IA será essencial para personalizar a educação e a saúde; é a IA que nos dirá que para uma determinada criança, como ela pode aprender melhor, a IA que nos mostrará e determinará isso. Por exemplo, uma determinada criança que tem este ou aquele tipo de DNA e a estrutura do seu raciocínio, e o método de aprender de forma personalizada para ele é este, ou seja, este ou aquele método é necessário para esta criança aprender melhor. Se todas as crianças aprendem corretamente e sem errar, qual será a necessidade e o lugar das avaliações no processo de ensino e aprendizagem (Idem).

Sendo uma atividade socioeducativa, o ensino sempre utilizou a avaliação como uma muleta essencial, senão necessária para verificar sua eficácia. Ensino e avaliação sempre foram corolários; estes são dois atos ou fenômenos que possuem estreita ligação, cumplicidade e complementaridade em seu funcionamento. Imagine o ato de ensinar sem avaliação, porque todos os alunos entendem melhor, corremos o risco de estudar três classes por ano! Claro que o número de candidatos a concursos públicos irá multiplicar-se

proporcionalmente à progressão geométrica de finalistas e especialistas.

Com estas probabilidades estatísticas, presumivelmente um terrível desequilíbrio na progressão geométrica dos licenciados ou especialistas, e as políticas de criação de emprego em progressão aritmética, neste caso, uma explosão avulta no horizonte. Serão necessárias boas políticas para conter esse desequilíbrio! Portanto, é necessário pensar bem sobre isso; e paradoxalmente, as consequências para um determinado país que não se adaptar à IA, esses países, essas áreas geográficas, esses continentes ficarão subdesenvolvidos, independentemente de sua localização geográfica; estejam esses países na Europa ou na Ásia, eles se tornarão subdesenvolvidos de qualquer maneira (Goostmen, 2019).

Se você olhar para a Grécia de hoje, ontem (2000 anos atrás) era o centro do desenvolvimento e de toda a ciência, hoje ela se tornou um país subdesenvolvido, se você olhar para a Espanha ontem, um país desenvolvido, agora um país menos desenvolvido; se você olhar a África (antigo Egito), hoje é só história, mas ontem era centro de diversão e aprendizado (a 1ª universidade do mundo: Tumbuctu), tudo caiu na entropia.

Queremos apenas dizer-vos que não é a primeira vez que um determinado continente, um país ou uma determinada zona geográfica deixa a desejar no seu desenvolvimento tecnológico.

Se continuarmos reclamando enquanto os outros trabalham, se continuarmos a nos prejudicar, a brincar com quem pode produzir a ciência, nossos países continuarão vassalos (pessoas que dependem do senhor) dos Estados Unidos e da China e de outros países desenvolvidos, porque a Europa não lidera esta corrida da IA, mas também não dorme e não se deixa. Nessa perspectiva, a IA está assumindo o controle dos humanos e vendo o mundo entrar na era do trans-humanismo. Além disso, existem muitos autores pessimistas como El Musk que, pensam que em 10 anos

o mundo estará completamente dominado e controlado pela IA (Hospital GEORGES POMPIDOU: Fábrica de corações aqui e fabrica de bebeis ali graças à IA), o negócio dos órgãos humanos são estritamente interditos de um lado, de outro lado estão abertas as fabricas seres humanos (bebeis), estes e outros paradoxos num mundo regulamentado e padronizado.



Imagem 5: Hospital georges pompidou

Além disso, mesmo que a IA não se torne hostil em pouco tempo exterminando a humanidade, mas constitui um problema social e educacional real. Para tal, urge a necessidade de reformular o ensino a todos os níveis, pois, face a esta realidade, seria desejável que formemos os nossos alunos para resistirem à evolução e revolução da IA.

Dado o alto custo para formar um aluno (economia da educação), aconselhamos nossos tomadores de decisão a parar de criar uma ampla gama de cursos que treinam alunos em áreas que logo desaparecerão devido à força da invasão da IA, como banqueiros, contabilistas, radiologistas, ortodontistas. Que nas nossas escolas disponhamos de programas multidisciplinares susceptíveis de facilitar a aquisição de um espírito analítico, crítico (aceitar apenas o que é claro e verificável) para se formar intelectuais, senão anos e anos estaremos formando técnicos e tecnocratas exercendo profissões predefinidas, e incapaz de pensar nem refletir e tomarem decisões com alma (Dicionário, 2020).

A IA levanta um grande tabu em nossas vidas

Aqui queremos levantar uma espécie de tabu: Segundo Laurent Alexandre, nos próximos anos todos vão querer melhorar o seu QI (coeficiente intelectual) senão o do seu filho (QI), é a fonte das desigualdades económicas e sociais no mundo, é claro que 95% dessas desigualdades económicas e sociais são causadas por desigualdades intelectuais persegue o autor; os mais inteligentes (não se referindo apenas a diplomas e certificados, mas à capacidade de superação e criação de soluções para uma situação-problema), ganham honestamente mais do que os menos inteligentes, os mais inovadores ganham honestamente mais do que os menos inovadores.

De acordo o Dicionário (2020), é uma terrível realidade, mas é a verdade. Quando o menos inteligente ganha mais que o mais inteligente, há fraude ou desonestidade (corrupção ou culto à personalidade, ou seja, pai ou mãe na cozinha) Imagina com o avanço da IA, vai piorar. Vivemos numa época em que nos dificilmente aceitaremos gente de pouco inteligência, sem formação, mas não há como deixar ir tanta gente menos inteligentes, menos inovadoras ou menos formadas, esta é a razão que nos leva a exigir dos nossos líderes e dirigentes dos países a reforma estratégica da educação em todos os níveis em função das realidades de cada país.

Numa altura em que todos querem ter um filho superdotado, um verdadeiro problema de ética social surge no horizonte, porque todos os países vão querer usar as tecnologias e IA existentes no campo da educação para manipular o ADN do seu filho ou futuro filho resistir à invasão de IA e obter o melhor resultado de aprendizagem.

Os desafios causados pela IA

Com relação ao exposto, duas questões políticas e filosóficas surgem no horizonte:

Primeiro desafio causado pela IA: A seleção do embrião, já na China 50% dos

pais concordam em mexer no embrião de seus futuros filhos. Quando essa tecnologia provar seus benefícios, os chineses correrão e o mundo seguirá: Ter filhos com o QI de Bill Gates é mais digno e mais precioso do que ter um consertador de estradas ou uma criança pouco inteligente esperando por um emprego no governo.

Segundo problema causado pela IA: A empresa NERLING criou um chip (Circuito Integrado) do tipo planeamento familiar, para ser colocado no cérebro de nossos filhos para torná-los mais inteligentes e competitivos contra a invasão da IA (Laurant, 2021).

Reflexão para os intelectuais

Será que o mundo está pronto para aceitar essa IA que coloca o chip no cérebro de nossos filhos! Mesmo que coloquemos óculos para melhorar nossa visão, isso é bom para nós, mas colocar óculos para melhorar nossa visão e colocar o chip no cérebro de nossos filhos não são da mesma natureza, e isso é quase contranatureza. Pode até catapultar um rápido desenvolvimento, mas ao mesmo tempo pode nos precipitar em um colapso humanitário se no final não formos mais capazes de controlar os efeitos colaterais dos mesmos processos técnicos e tecnológicos da invasão da era da IA. Bill Gate, Elon Musk e Estehen, donos da empresa Tesla e fabricante de foguetes SpaceX, foram além: estão financiando 37 projetos de pesquisa que visam entender melhor a IA e criar um mecanismo de defesa contra ela (Brynjolfsson; McAfee, 2014).

A final quem o intelectual?

Para nós, ser intelectual hoje, consideramos três aspectos:

- 1 Um intelectual deve ter uma especialidade num determinado domínio ao nível muito avançado e capaz de distinguir Analisar e Calcular com Pensar e refletir (pensar e refletir significa conceber e formular um

problema com links de combinações que apelam questões profundas);

- 2 Com espírito de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, o intelectual deve clariar a sociedade com as suas conclusões mais importantes na sua área, ficando sensível nas contribuições dos outros;
- 3 No fundo dos dois primeiros aspectos, um intelectual deve tomar posição de forma clara e crítica nos problemas da sua sociedade, da sua época e do seu tempo em que está vivendo, fazendo o uso da radicalidade ética, isto é, não defender o indefendável, não aceitar o inaceitável, não explicar o inexplicável, se fechando num jargão da ganância e arrogância, que no fim de tudo prostitue o seu saber e torna pseudo-intelectual.

Quando os intelectuais deixarmos de explicar o inexplicável, deixaremos de aceitar o inaceitável. Nestas condições sairemos do "pseudo-intelectualismo" e envergaremos no uso da radicalidade ética porque somos a luz, somos a encarnação do saber e constituímos a última esperança das nossas comunidades

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo baseia-se na pesquisa bibliográfica e exploratória ao proporcionar maior familiaridade com o problema e na constituição de hipóteses que, segundo Gil (2006), visam aprimorar ideias ou descobrir intuições e cresce com a pesquisa qualitativa, ou com o objetivo de promover a qualidade e importância do objeto a ser analisado (Masandi, 2016).

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica, por considerar uma série de etapas, desde a natureza do problema até a redação do texto, nesse tipo de estudo, após escolhido o tema, cabe ao pesquisador realizar o levantamento bibliográfico preliminar, a formulação do problema, o desenvolvimento do plano provisório de assuntos, a busca de fontes, a leitura do

material, a classificação, a organização lógica de assunto e a redação do texto, com base em material já publicado (Gil, 2006).

A pesquisa tem caráter documental a fim de trazer um debate constante aos intelectuais. E é a partir de leituras e pesquisas bibliográficas que o artigo foi escrito considerando diversas fontes, tanto sobre IA (essas vantagens e desvantagens) que sobre o ensino. Dois tópicos na agenda, IA e reforma educacional. A pesquisa documental utiliza materiais que não foram objeto de tratamento analítico ou que ainda podem ser retrabalhados com os objetos de pesquisa (Gil, 2006).

O método utilizado foi o indutivo, pois se baseia em estudos que não se envolvem totalmente na análise crítica e onde o pesquisador lida com fontes de informação deixando-o no controle das suas próprias conclusões no estudo com base em suas próprias reflexões. E por se tratar de um artigo destinado apenas à reflexão dos leitores, não há análise dos resultados. Trata-se, portanto, de uma pesquisa em andamento com o objetivo de aprofundar a investigação a reflexão com base na teoria e domínio de alguns autores.

CONCLUSÕES

Em suma, um autômato, um robô ou uma IA, por melhor que seja, jamais educará plenamente o ser humano, ainda que tenha capacidade de exposição e ilustração para ensinar de forma mais ilustrativa mais que um humano, só que neste caso o ensino será cartesiano, racionalista, pois um computador, um robô ou uma IA, por mais notável e sofisticado que seja, jamais conseguirá a simpatia com a solidão, dúvida, ansiedade, conflito, tolerância com os erros dos outros com paixão, afetividade e altruísmo.

Então, como você explica o fato de que até hoje o AI ou o computador não conseguem se conectar, mais ele não consegue se conectar por si ou sozinho como se for uma pessoa, mesmo que sua capacidade e velocidade sejam comparáveis a o da luz.

Ou seja, afinal a presença do homem é sempre imprescindível em qualquer atividade.

Tendo em conta que é o homem quem põe e simula a sua inteligência nos autômatos e fabrica a IA, nunca o contrário, terminemos por dizer o seguinte: É bom a chegada da inteligência artificial, mas façamos nossa a ideia de Confúcio que diz: "Ciência sem consciência é apenas ruína da alma". Quanto a guerras das inteligências, entre máquinas hiper-inteligentes e a inteligência humana no campo da educação, um antigo presidente americano dizia: Todos os dispositivos sofisticados e wi-fi do mundo não vão fazer diferença nem uma se não tivermos grandes professores motivados em sala de aulas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brynjolfsson, E.; & McAfee, A. (2014). *The Second Machine Age: Work, Progress, and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies*. New York: W. W. Norton & Company.
- Dicionário (2020). *Informática e novas tecnologias de informação*. Local de publicação: Editora.
- Gil, A. C. (2006). *Como preparar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Goostmen, A. (2019). *Sociedade de Londres*. Local de publicação: Editora.
- Laurant, A. (2021). *La guerre des intelligences: Intelligence Artificielle contre l'Intelligence humaine*. Paris: Éditions.
- Masandi, J. (2016). *Dinâmica afetiva na avaliação das aprendizagens escolares*. São Paulo: Editora Educação.

31 - 03 | 2025

UM OLHAR CTS AO ENFRENTAMENTO DAS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS

A STS perspective on addressing climate emergencies

Una mirada de CTS para enfrentar las emergencias climáticas

Victor Henrique dos Santos Silva¹

¹IFPR - Campus Paranaguá IFPR. Victorhenriqued16@gmail.com.

Autor para correspondência: Victorhenriqued16@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Silva, V. H. S. (2025). Um olhar CTS ao enfrentamento das emergências climáticas. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 325-332. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

Discussões voltadas para a injustiça ambiental sobretudo no enfrentamento das emergências climáticas são necessários uma vez que a mesma visa compreender os paradigmas entre o natural e o artificial e a sua relação com a sociedade, isto ao considerar que atualmente esta percepção encontra-se de forma destoadada, uma vez que a sociedade tem histórico intensivo sobre o uso desenfreado do ambiente natural sem ao menos pensar nas devidas consequências. Tais ações afetam as classes sociais de diferentes formas, onde a classe alta com suas grandes indústrias se beneficia com a extração desses recursos monetizando por meio de produtos e serviços, enquanto a classe baixa é destinada para a mão de obra dessas atividades. A metodologia da pesquisa incluiu revisão bibliográfica e consulta a obras de Foladori, Latour, Leff, além de materiais do IPCC e da NASA. A fundamentação teórica explora as relações entre o natural e o não natural, destacando a ruptura entre natureza e sociedade. A discussão aborda a visão de Latour sobre a natureza como mercado de recursos, evidenciando a degradação ambiental como uma crise civilizacional. No entanto, apenas

a classe baixa é afetada uma vez que a mesma não dispõe dos mesmos recursos e infraestrutura, principalmente ao considerar os possíveis eventos climáticos presentes nos dias atuais, como as enchentes, o aumento da temperatura, a perda da fauna e da flora, além das doenças que podem ser intensificadas devido aos eventos climáticos. Posto isto, o presente artigo visa fomentar um pensamento crítico sobre o capital e o seu processo de adaptação durante as crises ambientais vivenciadas.

Palavras-chave: Injustiça ambiental, emergência climática, natural e artificial, sociedade e tecnologia, políticas públicas.

ABSTRACT

Discussions focused on environmental injustice, especially in addressing climate emergencies, are necessary as they aim to understand the paradigms between the natural and the artificial and their relationship with society. This is considering that currently this perception is discordant, given that society has a history of intensive use of the natural environment without even considering the consequences. Such actions affect different social classes in various ways, where the upper class, with its large industries, benefits from the

extraction of these resources, monetizing them through products and services, while the lower class is relegated to the labor force for these activities. The research methodology included a literature review and consultation of works by Foladori, Latour, Leff, as well as materials from IPCC and NASA. The theoretical foundation explores the relationships between the natural and the non-natural, highlighting the rupture between nature and society. The discussion addresses Latour's view of nature as a resource market, highlighting environmental degradation as a civilizational crisis. However, only the lower class is affected since they do not have the same resources and infrastructure, especially considering the possible climate events present today, such as floods, temperature rise, loss of fauna and flora, and the intensification of diseases due to climate events. Given this, this article aims to foster critical thinking about capital and its adaptation process during the environmental crises experienced.

Keywords: Environmental injustice, climate emergency, natural and artificial, society and technology, public policies.

RESUMEN

Las discusiones centradas en la injusticia ambiental, especialmente en el enfrentamiento de las emergencias climáticas, son necesarias pues pretenden comprender los paradigmas entre lo natural y lo artificial y su relación con la sociedad, considerando que esta percepción está actualmente desfasada, pues la sociedad tiene una intensa historia de uso desenfrenado del medio ambiente natural sin siquiera pensar en las consecuencias. Tales acciones afectan a las clases sociales de diferentes maneras, donde la clase alta con sus grandes industrias se beneficia de la extracción de estos recursos, monetizándolos a través de productos y servicios, mientras que la clase baja es destinada a la fuerza laboral de estas actividades. La metodología de

investigación incluyó una revisión bibliográfica y consulta de trabajos de Foladori, Latour, Leff, así como materiales del IPCC y la NASA. La base teórica explora las relaciones entre lo natural y lo no natural, destacando la ruptura entre naturaleza y sociedad. El debate aborda la visión de Latour de la naturaleza como un mercado de recursos, destacando la degradación ambiental como una crisis de civilización. Sin embargo, sólo la clase baja se ve afectada ya que no cuenta con los mismos recursos e infraestructura, sobre todo si se consideran los posibles eventos climáticos presentes en la actualidad, como inundaciones, aumento de temperaturas, pérdida de fauna y flora, además de enfermedades que pueden intensificarse debido a los eventos climáticos. Dicho esto, este artículo pretende fomentar el pensamiento crítico sobre el capital y su proceso de adaptación durante las crisis ambientales vividas.

Palabras clave: Injusticia ambiental, emergencia climática, natural y antropogénica, sociedad y tecnología, políticas públicas

INTRODUÇÃO

O primeiro relatório do Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC), surgiu em 1990 após as preocupações dos órgãos mundiais sobre a questão da mudança do clima, onde a mesma havia sido intensificada conforme os anos por meio da influência da humanidade sobre o ambiente, podendo ocasionar diversas crises. A crise ambiental compreende as ameaças emergentes voltadas à natureza global, uma vez que o impacto acelerado no meio ambiente intensifica os problemas ocasionados por tais eventos.

Diante disso, as principais crises ambientais estão vinculadas ao processo de desenvolvimento dos grandes países do mundo conforme nosso histórico global. No entanto, mesmo consolidados, eles precisam de mais recursos naturais para

manter a sua atividade, em consequência disso, aceleram o processo da extração dos recursos ambientais de países mais pobres por meio da compra desses recursos.

Desse modo, evidencia que uns dos principais responsáveis pelas emergências climáticas são as questões vinculadas ao capital econômico, onde o próprio tem o poder de acelerar e intensificar esses processos, visando apenas o lucro. Por mais que haja diversos diálogos sobre a sustentabilidade de tais ações, as mesmas são ignoradas pelas grandes indústrias e dos órgãos públicos mundiais devido à flexibilidade das leis.

Sendo assim, torna-se necessário a compreensão das relações voltadas à sociedade e natureza, uma vez que elas destacam as relações da ciência e da tecnologia por meio de pensamentos críticos sobre a questão natural e artificial.

MATERIAIS E MÉTODOS

A fundamentação da pesquisa é compreender a busca de ampliar os conhecimentos teóricos estimulação do tema em questão, utilizou-se um processo de revisão bibliográfica, foi conduzida uma pesquisa utilizada as palavras-chaves como injustiça ambiental, emergências climáticas, natureza e artificial, sociedade e tecnologia.

Diante disso, foi realizada a pesquisa nos livros de Foladori, Latour, Leff e alguns artigos do Google acadêmico para obter uma variedade de matérias que conecta com os autores, visando enriquecer a discussão do artigo. Para a discussão da crise climática foram usados os materiais disponíveis do IPCC e da Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos (NASA). O IPCC é conhecido por suas avaliações científicas abrangentes sobre as mudanças climáticas. Essas avaliações são baseadas em uma revisão extensiva da literatura científica global e envolvem milhares de cientistas,

produz relatórios de avaliação principais aproximadamente a cada seis ou sete anos, além de relatórios especiais sobre temas específicos. Esses documentos resumem o estado atual do conhecimento sobre mudanças climáticas.

Com isso a NASA desempenha um papel significativo no monitoramento e na compreensão das mudanças climáticas globais. A agência utiliza satélites, observações de aeronaves e outras tecnologias avançadas para coletar dados sobre a Terra e sua atmosfera.

Fundamentação teórica

Relações entre não natural e natural

Essa discussão traz uma temática do artificial e natural, para Foladori (2004) “que tudo que é feito por seres humanos é natural pois vivemos no mesmo ecossistema, tudo que fabricamos vem da natureza”, a sociedade ao longo dos anos vem desenvolvendo em aspecto de usar a natureza como objeto, não se importando com o bem estar dos ecossistemas, apenas se alto beneficiando a si próprio, exequendo do equilíbrio de para e pensar que nos pertencemos ao mesmo ambiente onde ambos sofre, porém uma parte da sociedade começou a ter consciências de seus atos a partir do livro primavera silenciosa de Rachel Carson que traz uma primeira discussão contra os efeitos nocivos do uso de pesticidas na agricultura, livro também influenciou e vários movimentos ambientalista. Na figura 1 destaca que existe uma ruptura natureza ‘não social’ e ‘social’.

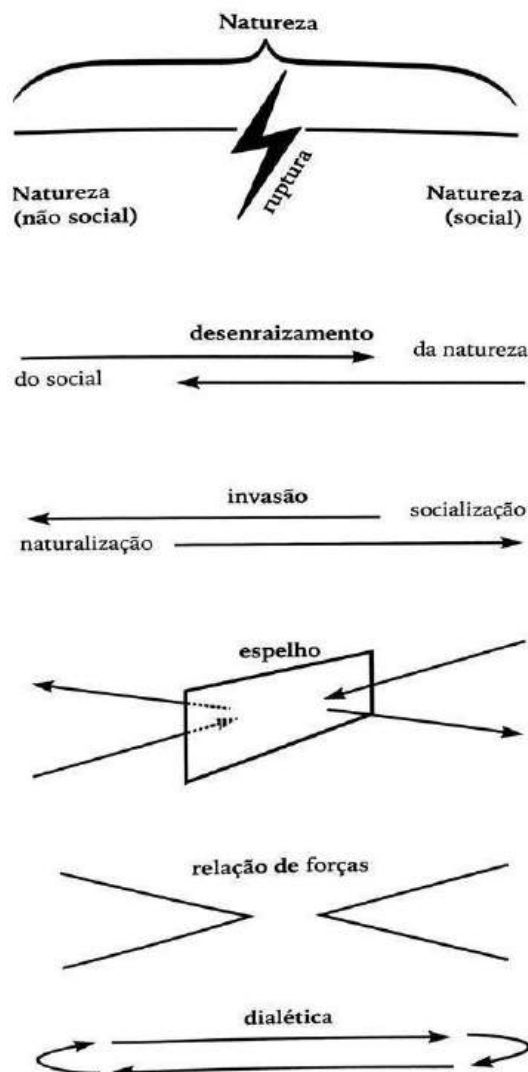


Figura 1: Recapitulando

Nessa figura a perspectiva dessa ruptura é interligada às redes. Latour (2019, p 90)

Todas essas formas mantêm a distinção natureza/sociedade - sobretudo a dialética, que faz dessa diferença, elevada a contradição, o motor da história. Mas a palavra "natureza" designa também o conjunto, ou mais exatamente a reunião, que compreende ao mesmo tempo a natureza (não social) e a sociedade humana.

Essa ruptura discutida na obra afirma que a reconciliação e recombinação no coletivo se recusa a reunir a natureza e sociedade. Contudo, como ainda existe um poder maior de um dos lados, em que apenas se vê o lucro capital na natureza, “a discussão de degradação ambiental se manifesta de uma

crise civilização” (LEFF, 1998, p. 17), no qual a natureza era vista e ainda por grande parte da população como grande mercado de recursos e estéticas para a qualidade de vida social.

Quanto a nós, seres humanos, não funcionamos bem em molduras – embora constantemente submetidos a elas. Além da vida orgânica, precisamos de atributos da vida animal para nos sentirmos completos, mas podemos perdê-los ou tê-los comprometidos quando distanciados de nossa própria identidade e privados de qualquer forma de liberdade. (Vieira, 2022, p. 22)

Podemos afirmar que quando a saúde humana começou a ter um problema por conta das relações das crises ambientais, grandes potências começaram a interferir nas relações natureza/sociedade. “A situação global na dominância na alta produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução de recursos e uma massiva extinção de espécies” (Boff, 2015, p. 488).

A questão é que agora, no Antropoceno e diante das catástrofes ecológicas e sanitárias que já começam a acontecer, todo mundo de certa forma se torna índio, inclusive quem não era. (Latour, 2020, p. 185)

Essa visão destaca que todas as sociedades humanas estão interligadas e serão impactadas pelas crises climáticas. Aqueles com recursos financeiros altos têm a capacidade de sobreviver por um período, enquanto o restante da população enfrenta desafios para garantir a sobrevivência.

Emergências climáticas

Conforme indicado pelo mapa da NASA de 2023, são retratadas anomalias de temperatura global no verão meteorológico de 2023 (junho, julho e agosto), como ilustrado na Figura 2. Ele destaca que as diferenças de temperaturas em regiões da Terra foram mais quentes ou frias em comparação com a média de base de 1951 a 1980.

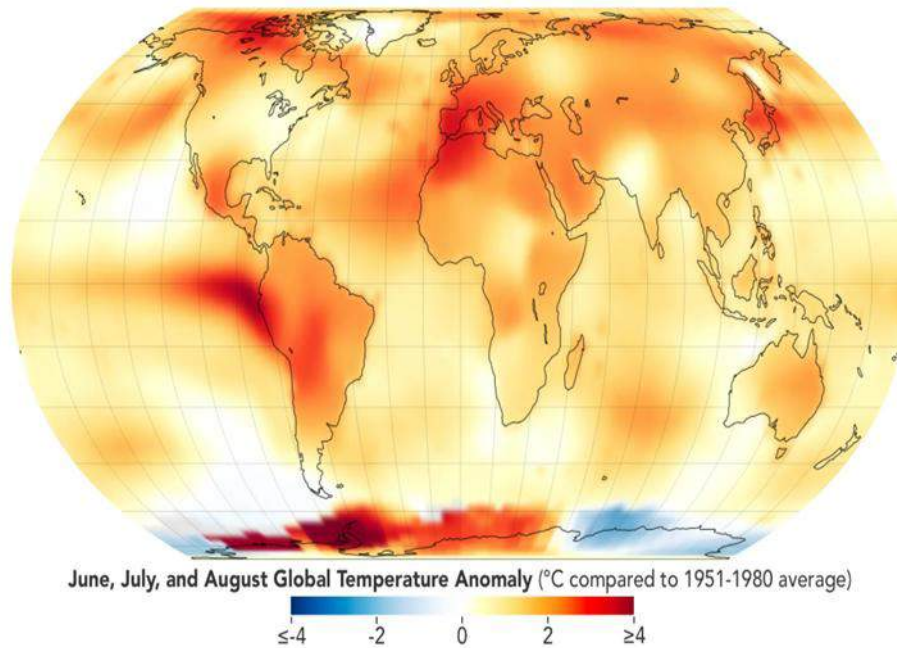


Figura 2: Variação de temperatura

O sexto relatório de avaliação do IPCC relata que:

A vida e os meios de subsistência das pessoas, bem como a propriedade e a infraestrutura crítica, incluindo sistemas de energia e transporte, estão sendo cada vez mais adversamente afetados por riscos de ondas de calor, tempestades, secas e inundações, bem como mudanças de início lento, incluindo a elevação do nível do mar.

Indústrias estão adotando uma narrativa de desenvolvimento sustentável, visando benefício próprio e a obtenção de lucros elevados. Este movimento é impulsionado por diversos fatores.

À medida que a sociedade se torna mais consciente das questões ambientais e sociais, as empresas estão adotando práticas sustentáveis para preservar sua reputação diante dos consumidores. A preferência crescente dos consumidores por empresas sustentáveis é vista como uma estratégia para atrair clientes e garantir lealdade. Além disso, muitas empresas reconhecem a importância da responsabilidade ética e social, considerando as práticas

sustentáveis como uma maneira de cumprir essa responsabilidade e contribuir para o bem-estar da sociedade.

A mitigação de riscos associados a desafios ambientais, a conformidade com regulamentações e normas, a eficiência operacional e o acesso a mercados internacionais são apresentados como benefícios adicionais da adoção de práticas sustentáveis, destaca-se a interconexão entre a conscientização social, as preferências dos consumidores e as estratégias empresariais voltadas para a sustentabilidade, apontando para uma abordagem que não apenas atende às expectativas da sociedade, mas também proporciona vantagens econômicas e operacionais para as empresas.

O discurso politicamente pragmático, que enfatiza a dimensão econômica e tecnológica da sustentabilidade entende que a economia de mercado é capaz de liderar o processo de transição para o desenvolvimento sustentável, através da introdução de “tecnologias limpas”, da contenção do crescimento populacional e do incentivo a processos de produção e consumo ecologicamente orientados.



A natureza por muito tempo foi usada como um mercado de negócios para fins lucrativos para capital, segundo Latour (2019, p 90).

A cada vez que nos falarem de natureza, não importa se para defendê-la, dominá-la, atacá-la, protegê-la ou ignorá-la, saberemos que assim se designa a segunda câmara de uma vida pública que deseja paralisar.

O desafio reside no fato de que, embora estejamos atualmente imersos em discussões cruciais sobre questões ambientais, como as emergências climáticas, a preeminência dada pelos governos mundiais muitas vezes recai sobre as preocupações econômicas.

Injustiça Ambiental

A injustiça ambiental, ou justiça ambiental como também é chamada, trata da distribuição desigual dos impactos positivos e negativos no meio ambiente em diferentes comunidades. Isso ocorre frequentemente devido a fatores sociais, econômicos e raciais. Esse conceito realça as diferenças na exposição a riscos ambientais e na disponibilidade de recursos naturais, impactando, muitas vezes de forma desproporcional, comunidades menos favorecidas e grupos marginalizados.

Segundo Cartier, et al. (2009, p 2969) destaca a importância da temática da vulnerabilidade para compreender as dificuldades enfrentadas por diferentes regiões, sociedades e populações em relação aos problemas ambientais. O sexto relatório do IPCC (AR6) estima que 3,3 bilhões a 3,6 bilhões de pessoas vivem em locais ou contextos altamente vulneráveis à mudança do clima (IPCC, 2022). O Quinto Relatório de Avaliação do IPCC (AR5) Mostra que os indivíduos em situação de desfavorecimento social e geográfico,

expostos a desigualdades persistentes resultantes da interseção de diversas dimensões de discriminação, abrangendo gênero, idade, etnia, classe e casta. (IPCC, 2014). As discussões sobre a crise climática, injustiça ambiental, justiça ambiental vem mostrando a realidade onde existem populações que vão sofrer mais que outras. A época, todos sabiam que a questão dos limites se apresentaria mais cedo ou mais tarde; mas a decisão tomada (ao menos entre os modernos) foi a de ignorar solenemente o problema, motivados por uma forma muito estranha de desinibição. (Latour, 2020, p. 148).

CONCLUSÕES

A partir da revisão bibliográfica, torna-se imperativo que os governos globais conduzam uma discussão aprofundada sobre as implicações da interação entre o ambiente natural e as intervenções humanas. A falta de harmonia entre o ser humano e a natureza tem desencadeado consequências adversas, claramente evidenciadas em nosso cotidiano. Entre os impactos observados atualmente, destacam-se mudanças climáticas drásticas, elevação de temperaturas, e a perda significativa da biodiversidade

Conceitos como vulnerabilidade, interseccionalidade e justiça climática fornecem insights importantes sobre como os impactos sociais das mudanças climáticas são influenciados e determinados por contextos mais amplos de desenvolvimento social.

Diante desse cenário, urge uma reformulação nos nossos padrões de consumo. A inércia nesse aspecto pode resultar em danos irreparáveis, especialmente se não ocorrer uma reavaliação dos métodos de utilização dos

recursos ecossistêmicos, principalmente por parte dos países mais desenvolvidos. O tempo é limitado, e os recursos escassos.

A sociedade como um todo deve buscar estratégias tangíveis de adaptação para mitigar os efeitos climáticos. Exemplos práticos incluem a construção de edifícios eficientes, a adoção de fontes de energia renovável, a implementação de práticas adequadas de uso do solo, e crucialmente, o engajamento ativo das comunidades mais abastadas e dos órgãos públicos. O sucesso desse empreendimento depende não apenas de medidas individuais, mas de uma colaboração coordenada e global para garantir a sustentabilidade de nosso planeta.

Os órgãos governamentais em todas as esferas devem priorizar políticas e alocar recursos financeiros em iniciativas voltadas para a prevenção e adaptação às mudanças climáticas, em detrimento de uma abordagem meramente reativa às situações emergenciais. Essa abordagem envolve a concepção e implementação de infraestrutura resiliente, a execução de planos de gestão de riscos e a promoção de práticas sustentáveis no que tange à ocupação do solo e investimentos em projetos como Adaptação baseada em ecossistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boff, L. (2015). *Ecologia: Grito da terra, grito dos pobres*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Cartier, R., Barcellos, C., Hübner, C., & Porto, M. F. (2009). Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. *Cadernos de Saúde Pública*, 25, p. 2695-2704.
- Foladori, G.; & Taks, J. (2004). Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana*, 10, p 323-348.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade e Estado. Disponível em: Paranaguá (PR) | Cidades e Estados | IBGE. Acesso em: 07 de junho de 2023
- International Panel on Climate Change (IPCC). *Climate Change 2023: The Physical Science Basis. Working Group II Contribution to the IPCC Sixth Assessment Report (AR6). Chapter 8: Water*. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/chapter/chapter-8/>. Acesso em: 23 de janeiro de 2023
- Latour, B. (2019). *Políticas da Natureza: como associar as ciências à democracia*. São Paulo: Editora Unesp.
- Latour, B. (2020). *Onde aterrar?: como se orientar politicamente no antropoceno*. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA.
- Leff, E. (2015). *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- NASA. (2023). *A NASA anunciou o verão de 2023 mais quente já registrado*. Disponível em: NASA anuncia verão de 2023 mais quente já registrado – Mudanças climáticas: sinais vitais do planeta. Acesso: 23 de setembro de 2023.
- Ruckelshaus, W. (1932 e 2019). Ex-administrador da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos. "O meio ambiente é onde todos vivemos; e a degradação desse meio ambiente prejudica, em última análise, a todos nós." Disponível em: <<https://www.politico.com/news/201>



9/11/27/william-ruckelshaus-first-
epa-chief-dies-at-87-074237>.

Acesso: 11 de dezembro de 2023

Unep - United Nations Environment
Programme. (2022). Sexto
Relatório de Avaliação IPCC.
Disponível em: Sexto Relatório de
Avaliação do IPCC: Mudança
Climática | UNEP - UN
Environment Programme. Acesso:
19 de julho de 2023

Vieira, E. A. (s/d). Nas trilhas de Gaia.

31 - 03 | 2025

A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ: UM ENSAIO FOTOGRÁFICO

Family Farming in the Municipality of Paranaguá: A Photographic Essay

La agricultura familiar en el municipio de Paranaguá: Un ensayo fotográfico

Georgia Celina Barboza de Macedo¹

¹Mestranda no Programa de pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade no IFPR.
georgiademacedo@gmail.com.

Autor para correspondência: franciscodonaldo@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: De Macedo, G. C. B. (2025). A agricultura familiar no município de Paranaguá: Um ensaio fotográfico. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 333-342.
<https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

Este estudo visou destacar, por meio de um ensaio fotográfico em formato de storytelling, a relevância da agricultura familiar no litoral do Paraná. O objetivo era sensibilizar para sua contribuição significativa na economia regional, segurança alimentar, preservação do meio ambiente e sustentabilidade, demonstrando a viabilidade de uma agricultura que respeitasse o ecossistema. As fotografias documentaram diversas etapas dessa prática, desde a colheita até a comercialização dos produtos em feiras locais, evidenciando a preocupação dos agricultores com os processos e o ambiente de trabalho. Além disso, ilustraram a capacidade de adaptação das famílias às condições geográficas e climáticas únicas da região, ressaltando sua inovação e resiliência. O estudo também enfatizou a necessidade de reconhecimento e apoio a essa forma de agricultura, destacando seu papel multifacetado na sociedade. Os resultados foram apresentados por meio de uma narrativa fotográfica, capturando as práticas agrícolas, as histórias de vida dos agricultores e comerciantes locais, bem

como os desafios e conquistas das famílias envolvidas. Concluiu-se que a agricultura familiar no litoral do Paraná não só impulsionava o comércio local de produtos frescos e nativos, mas também contribuía para a preservação do ecossistema e promovia a conscientização afetiva dos moradores regionais por meio da venda direta em feiras e participação em eventos agroecológicos.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Litoral do Paraná, Fotografia, CTS.

ABSTRACT

This study aimed to highlight, through a photographic essay in storytelling format, the relevance of family farming in the coastal region of Paraná. The goal was to raise awareness of its significant contribution to regional economy, food security, environmental preservation, and sustainability, demonstrating the feasibility of agriculture that respected the ecosystem. The photographs documented various stages of this practice, from harvesting to selling products at local markets, highlighting farmers' concern for processes

and work environment. Additionally, they illustrated families' adaptability to the unique geographical and climatic conditions of the region, emphasizing their innovation and resilience. The study also emphasized the need for recognition and support for this form of agriculture, underscoring its multifaceted role in society. The results were presented through a photographic narrative, capturing agricultural practices, life stories of local farmers and vendors, as well as the challenges and achievements of the involved families. It was concluded that family farming in the coastal region of Paraná not only boosted the local trade of fresh and native products but also contributed to ecosystem preservation and promoted emotional awareness among regional residents through direct sales at markets and participation in agroecological events.

Keywords: Family Farming, Paraná Coast, Photography, STS.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo resaltar, a través de un ensayo fotográfico en formato de storytelling, la relevancia de la agricultura familiar en el litoral de Paraná. El objetivo fue visibilizar su importante contribución a la economía regional, la seguridad alimentaria, la preservación del medio ambiente y la sostenibilidad, demostrando la viabilidad de una agricultura respetuosa con el ecosistema. Las fotografías documentaron diversas etapas de esta práctica, desde la cosecha hasta la venta de los productos en ferias locales, resaltando la preocupación de los agricultores con los procesos y el ambiente de trabajo. Además, ilustraron la capacidad de las familias para adaptarse a las condiciones geográficas y climáticas únicas de la región, destacando su innovación y resiliencia. El estudio también enfatizó la necesidad de reconocimiento y apoyo a esta forma de agricultura, destacando su papel

multifacético en la sociedad. Los resultados se presentaron a través de una narrativa fotográfica, capturando las prácticas agrícolas, las historias de vida de los agricultores y comerciantes locales, así como los desafíos y logros de las familias involucradas. Se concluyó que la agricultura familiar en el litoral paranaense no sólo dinamizó el comercio local de productos frescos y nativos, sino que también contribuyó a la preservación del ecosistema y promovió la conciencia emocional de los habitantes de la región a través de la venta directa en ferias y la participación en eventos agroecológicos.

Palabras clave: Agricultura familiar, Costa de Paraná, Fotografía, CTS

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a agricultura familiar é constituída por pequenas propriedades rurais que produzem e habitam no mesmo território e dependem principalmente da mão-de-obra familiar. No Brasil, o tema vem ganhando espaço de interesse nas discussões sobre segurança alimentar, desenvolvimento rural e sustentabilidade, pois é a partir dela que vem 70% da alimentação dos brasileiros (IBGE). No contexto específico do litoral do Paraná, esta forma de produção agrícola desempenha um papel fundamental na economia local e na preservação ambiental.

As peculiaridades geográficas e climáticas do litoral paranaense conferem à agricultura familiar uma dinâmica única. Segundo Oliveira (2020), a região apresenta uma combinação de ecossistemas costeiros, manguezais e áreas de restinga, que moldam as práticas agrícolas e influenciam nas estratégias de subsistência das famílias rurais. A presença de pequenas propriedades é predominante, o que reforça o papel da agricultura familiar na manutenção da paisagem rural e na promoção da biodiversidade (PEREIRA & SANTOS, 2018).

Ainda que a agricultura familiar no litoral do Paraná contribua significativamente para a economia e o abastecimento alimentar local, ela enfrenta desafios significativos em termos de infraestrutura, acesso a mercados e políticas de incentivo. De acordo com Rocha (2017), a falta de investimentos e a vulnerabilidade das famílias rurais a variações climáticas têm sido entraves importantes para o desenvolvimento sustentável dessa atividade. O sexto relatório do IPCC (2021) “ressalta que as variações de temperaturas contínuas prejudicaram ainda mais a economia agrícola”, trazendo prejuízos para essas famílias, pois a falta de políticas públicas para essa população não ajudará nas eventuais emergências climáticas futuras. Enfatizamos essa questão em razão da importância da manutenção de práticas sustentáveis em ambientes como o do litoral do Paraná, visto que temos mais de 80% dessa região tomadas por unidades de conservação e os modos de vida(s) camponeses são um importante elemento para a manutenção da mata atlântica.

Dessa forma, compreender a agricultura familiar no litoral do Paraná não se limita apenas às dimensões agronômicas, mas também engloba fatores socioeconômicos, ambientais e culturais. O ensaio fotográfico apresentado buscou iluminar essas diversas facetas da agricultura familiar por meio de uma abordagem visual, captando não apenas as práticas agrícolas, mas também histórias e os desafios das famílias envolvidas.

Sendo assim, este trabalho teve como objetivo geral enaltecer a agricultura familiar no litoral do estado do Paraná, para assim gerar visibilidade e presença aos pequenos produtores, vez que ocupam um espaço importante na economia e alimentação do país. Então para que ele ocupasse um local de destaque, tendo também uma leitura visual, escolheu-se a fotografia para traduzir e assumir este objetivo.

Revisão da literatura

De acordo com dados da EMPRAPA, a agricultura familiar no Brasil representa a extensão de área de 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Conforme dados indicados pelo levantamento do Censo Agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos agrícolas no país foram classificados com agricultura familiar, sendo apresentados ainda, nesta estatística que a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas em setembro do ano indicado.

Ainda, conforme dados do Censo revelam, o setor de destaca como produtor de alimentos como milho, mandioca, café, trigo, fruticulturas, hortaliças, pecuária leiteira, gado de cortes, entre outros, destacando -se nas culturas permanentes a produção de café e banana; temporárias a produção da mandioca, abacaxi, feijão, entre outros. Dessa forma, a EMBRAPA relata que em consoante aos dados “a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes”.

Nesse trilhar, segundo a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos familiares Rurais, aprovada pela Lei nº 11.326/2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo os seguintes requisitos simultaneamente: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais ;II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Ainda,

são beneficiários desta Lei os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Diante de tal manifestação, é indubitável a importância do setor não apenas na produção de alimentos, como também sua função social e ambiental, vez que tais ações garantem uma segurança alimentar e nutricional além de mitigar os riscos decorrentes da degradação ambiental e da realidade climática.

Constituído por sete municípios litorâneos (Paranaguá, Morretes, Antonina, Matinhos, Guaratuba, Pontal do Paraná e Guaraqueçaba), o litoral do Paraná era originalmente território dos índios tupi-guarani, sendo colonizado a partir do século XVI por europeus no entorno do município de Paranaguá. Passado tempo, duplicou-se a população entre os anos de 1980 e 1910, onde utilizou-se parte do território para o plantio acelerado de banana. No entanto, com a perda da fertilidade do solo e a competitividade com o estado de São Paulo, ocasionou-se uma busca alternativa mais rentável para as famílias produtoras como: extração de palmito e a produção da farinha de mandioca.

Entretanto, essas atividades não foram suficientes para a crise, forçando assim, as famílias migrarem para a região portuária de Paranaguá ou a região metropolitana de Curitiba (Estades, 2003). As famílias que permaneceram no campo ainda praticam uma agricultura de pequena escala e com uma diversidade de alimentos desde a banana, mandioca, maracujá, palmitos, entre outras.

Encontra-se ainda algumas áreas devastadas e inférteis, que são frutos de exploração sem consciência. (Borsatto et al, 2007). O caso mais emblemático aconteceu no município de Antonina onde os búfalos degradam extensas áreas de florestas, que resultaram até mesmo na diminuição dos volumes de águas dos rios. Isso somente foi revertido após a ocupação

desse espaço pelo Movimento dos Sem Terras (MST) que recuperaram todo o espaço mediante a implantação de uma agrofloresta.

A utilização de fotografias como meio de documentação na pesquisa sobre agricultura familiar no litoral do Paraná enriquece a compreensão desse fenômeno complexo, proporcionando uma visão holística que abrange aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais. As imagens fotográficas não apenas registram a realidade, mas também a tornam acessível e envolvente, estimulando um diálogo mais amplo e informado sobre o papel crucial da agricultura familiar na economia local e na preservação ambiental, bem como sobre os desafios enfrentados por essas famílias rurais.

A fotografia, para Flusser (1983), tem a capacidade de capturar e comunicar aspectos multidimensionais da realidade: “a imagem fotográfica transcende a mera representação visual, sendo um instrumento de comunicação que carrega consigo informações contextuais e subjetivas”. Nesse sentido, a imagem fotográfica permite além do registro a transmissão de histórias, sentimentos e desafios enfrentados pelas famílias envolvidas na agricultura familiar.

Para Berger (2017) as imagens fotográficas têm o poder de evocar empatia e compreensão, conectando o observador com a realidade representada. Então, ao documentar a agricultura familiar por meio de fotografias, podemos promover uma maior sensibilização para as questões que envolvem essa prática, estimulando o interesse público e político em seu apoio e desenvolvimento sustentável.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada neste trabalho foi de caráter exploratório com uma abordagem qualitativa, possibilitando o encontro com o “real” dos produtores

rurais, em busca de conhecer a rotina de cada família e registrar os cenários e processos de agricultura.

Quanto ao uso de abordagem qualitativa, Freitas e Prodanov (2013) acreditam que propicia que o ambiente estudado seja a principal fonte de dados, nas palavras dos autores a abordagem qualitativa “preocupa-se mais com o processo do que com o produto”, de modo que, sua utilização não prioriza os dados estatísticos para análise e interpretação da pesquisa.

Para a concretização deste estudo, foi inicialmente realizado um levantamento abrangente de projetos e famílias de agricultores rurais localizados no litoral paranaense. Esse levantamento teve como objetivo identificar e documentar a diversidade e as especificidades das práticas agrícolas na região. O processo incluiu a coleta de dados, o agendamento de visitas e a elaboração das imagens, atividades que se estenderam ao longo de um período de três meses. As fotografias resultantes deste esforço foram selecionadas para participar de uma exposição na 75ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrido em julho de 2023.

Em função da necessidade de apresentar um recorte representativo e manejável, optou-se por focar em municípios específicos, iniciando com Paranaguá, que é o município destacado e detalhado neste trabalho. Essa abordagem permitiu uma análise mais aprofundada e contextualizada das realidades locais, contribuindo para a compreensão das dinâmicas rurais no litoral paranaense.

Escolheu-se Paranaguá para realizar os registros pois além estar o Campus onde foi desenvolvido o projeto, é também uma cidade conhecida por abrigar o Porto, que segundo o estudo de Silva (2021): “é

considerado um dos mais importantes centros de comércio marítimo do mundo, possuindo uma das melhores infraestruturas portuárias da América Latina” (p.3).

A partir disso, entende-se que os olhares econômicos e ambientais da cidade estão voltados para o gerador macro da economia do município, então contribuir para destacar os pequenos agricultores da cidade, que também colaboram para o PIB (Produto Interno Bruto) local, além dos cuidados com a constituição da fauna/flora e a não degradação do meio ambiente em que vivem, foi a prioridade deste trabalho.

O método utilizado para a apresentação das imagens foi a partir da narrativa fotográfica de storytelling, criando uma narrativa com diferentes personagens sem deixar de criar laços entre as imagens (Balabanović; Chu; Wolff, 2000). Pois sabemos que a partir do fragmento de registro há uma história que se construiu e continua a se desenvolver depois da captura (Manini, 2011).

Através de um mapeamento de produtores rurais em Paranaguá, cadastrados na FAEP, foram selecionados dois produtores, que gostariam de participar do projeto de fotografias. O intuito foi traduzir, em três partes, uma narrativa fotográfica, que contasse em um modo de storytelling todo o processo e itens que fazem parte da agricultura, ou seja: o comércio local em feiras, a produção de itens primários e hortaliças e o produto comercializado já pronto para o consumo.

O processo de narrativa foi dividido então em três etapas: a colheita, a fabricação de produtos e a comercialização na feira de produtores rurais da cidade, onde não teve seleção de participantes e sim o objetivo de contemplar a pluralidade de comerciantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As primeiras imagens foram capturadas na tradicional feira de Paranaguá, um evento que ocorre todos os sábados e é amplamente reconhecido na cidade. A feira constitui um ponto central de encontro para a comunidade local, onde produtores e consumidores interagem diretamente. Durante a visita à feira, foi possível observar uma ampla variedade de produtos e entender em profundidade o trabalho e os métodos de comercialização adotados pelos produtores locais. Entre os itens oferecidos na feira (Figura 1), encontram-se alimentos frescos, como peixes recém-pescados, ervas, grãos diversos e hortaliças cultivadas de forma sustentável. Além desses produtos, a feira também oferece itens já processados, como pães artesanais, geleias caseiras e sucos naturais, que refletem a diversidade e a riqueza da produção local.



Figura 1: Feira livre de Paranaguá

Então, foi na feira que o primeiro contato com os produtores teve início, conhecendo melhor o que era comercializado e entrando em contato com os produtores que aceitariam realizar esse trabalho fotográfico para iniciar as visitas e os registros nas propriedades.

Conforme as visitas às propriedades dos produtores rurais foram realizadas, o

Essa diversidade de produtos não apenas atende às necessidades alimentares da comunidade, mas também destaca a importância da feira como um espaço de preservação das práticas agrícolas tradicionais e de promoção da sustentabilidade.

As feiras livres formam uma complexa rede de interações que abrange uma variedade diversificada de ocupações, fluxos de mercadorias e relações sociais. Essas feiras são, essencialmente, atividades de trabalho informal, predominando a participação de famílias. Os membros da família geralmente estão diretamente envolvidos na operação das bancas, o que, por sua vez, gera uma considerável demanda por serviços diretos e indiretos, como transporte, fornecimento de insumos, embalagens e atendimento ao cliente (Godoy, 2007).

vínculo e cuidado com aquele espaço foi sendo exaltado, que além dos registros trouxeram proximidade aos agricultores locais, suas histórias e a relação deles com a terra e sua preocupação em manter aquele ambiente fértil e produtivo para as gerações futuras e filhos. Essa preocupação e valores pelo espaço se dá por viverem e trabalharem mesmo ambiente e terem uma

Onde nasce a ciência

comunidade que exercem a mesma prática, chamada por Sabourin (2009) de “estruturas de reciprocidade” (p.7), ou seja, não é apenas um mercado capitalista que visa o lucro e a produção em grande escala, ocupando preocupações sociais e ambientais com relações diretas entre produtor e consumidor, suas propriedades e o que será deixado para seus filhos e netos (Sabourin, 2009).

A primeira visita foi realizada na propriedade do Sr. João (Figura 2), um agricultor que participa ativamente da feira livre de Paranaguá, onde comercializa coxinhas de mandioca produzidas com mandiocas cultivadas em suas próprias terras. A propriedade do Sr. João é caracterizada pela diversificação de culturas, permitindo uma produção contínua ao longo do ano. Durante o

período de entressafra das mandiocas, ele cultiva uma variedade de hortaliças e temperos, os quais são destinados às escolas públicas da região, contribuindo para a merenda escolar e promovendo a alimentação saudável entre os estudantes.

Além das hortaliças e temperos, o Sr. João também se dedica ao cultivo de maracujá, utilizado para a produção de suco, que é comercializado em sua barraca na feira, agregando valor à sua produção e diversificando suas fontes de renda. Esta abordagem multifacetada não só maximiza a utilização de sua terra, mas também atende a diversas demandas do mercado local, evidenciando a importância da agricultura familiar na promoção da sustentabilidade e segurança alimentar na região (Silva, 2019)



Figura 2: Propriedade de agricultor rural

Em contato com sua produção e sua propriedade foi possível visualizar o cuidado que o proprietário tem com sua área, mantendo somente para plantio uma porcentagem que rende o sustento de sua família e que é possível ele e sozinho dar conta de cuidar e lhe proporciona uma boa vida, mantendo a uma boa parte de seu território como área de preservação. Seu João também mantém um contato direto com universidade, sempre de portas abertas

para essa troca de conhecimentos agregando sempre para a vida dos alunos que tem a oportunidade do conhecimento real de campo e para ele que obtém o conhecimento e os resultados dos projetos da comunidade acadêmica como frisa Oliveira et al., (2022):

A formação dos estudantes engajados no projeto é um dos principais benefícios para a Universidade. Os cursos na área de Ciências Agrárias contêm grade

curricular extensa, com poucas possibilidades de vivenciar o enfrentamento de problemas dos sistemas produtivos. Mesmo os cursos que têm boa composição da grade curricular com disciplinas práticas geralmente não conseguem ofertar às estudantes situações vivenciadas no cotidiano da produção agropecuária, em especial da estruturação da organização social da agricultura familiar. Dessa forma, projetos de extensão possibilitam aos estudantes o conhecimento dos problemas reais dos sistemas produtivos e a participação no diálogo com os produtores rurais na busca de melhores soluções (Oliveira et al., 2022).

A segunda visita foi realizada na propriedade de Matilde (Figura 3), uma agricultora que comercializa frutas, verduras e hortaliças na feira, todas cultivadas sem o uso de agrotóxicos. Matilde adota práticas agrícolas

sustentáveis, garantindo que seus produtos sejam orgânicos para os consumidores. Assim como o Sr. João, Matilde mantém uma parte de sua propriedade reservada para a preservação da mata nativa, utilizando apenas o território que ela, seu marido e seu filho conseguem produzir e manejar. Essa prática contribui para a conservação da biodiversidade local e reflete um compromisso com a sustentabilidade e o uso responsável dos recursos naturais.

Durante essa visita, foi possível observar o cuidado com a propriedade e os itens ali plantados, além do orgulho e amor que transpassa pela Matilde por seus produtos e trabalho, demonstrados através da atenção aos detalhes e do entusiasmo ao compartilhar informações sobre suas práticas agrícolas e produtos com os visitantes. Esse cuidado e dedicação não apenas garantem a qualidade dos produtos oferecidos por Matilde, mas também fortalecem os laços entre a comunidade local e os produtores, promovendo uma relação de confiança e respeito mútuo.



Figura 3: Propriedade de agricultor rural

A partir das três visitas realizadas, tornou-se evidente como a agricultura familiar, muitas vezes subestimada, desempenha um papel fundamental no dia a dia e na segurança alimentar do município de Paranaguá. Essas visitas destacaram a importância desses agricultores no abastecimento local e na conservação do território, bem como na conscientização sobre o uso sustentável dos recursos naturais.

CONCLUSÕES

O estudo proporcionou uma visão aprofundada sobre a agricultura familiar no litoral do Paraná, revelando sua importância econômica, social, ambiental e cultural. A análise dos dados e das experiências compartilhadas durante as visitas às propriedades rurais permitiu compreender a dinâmica complexa dessa forma de produção agrícola e seus impactos na comunidade local.

A agricultura familiar, apesar de ter desempenhado um papel crucial na segurança alimentar e no desenvolvimento regional, enfrentou uma série de desafios. Entre eles, destacam-se a falta de infraestrutura, acesso limitado a mercados, vulnerabilidade climática e ausência de políticas de apoio adequadas. Essas questões apontam para a necessidade de ações coordenadas por parte dos governos, instituições e da sociedade civil para promover o fortalecimento e a sustentabilidade desse setor.

A utilização da fotografia como ferramenta de pesquisa revelou-se extremamente eficaz para transmitir não apenas informações visuais, mas também narrativas emocionais e contextuais. As imagens capturadas durante o estudo ofereceram um retrato vívido das práticas agrícolas, das histórias de vida dos agricultores e do ambiente rural do litoral do Paraná, estimulando uma reflexão mais profunda sobre os desafios e as potencialidades da agricultura familiar.

Diante disso, este trabalho mostrou que iniciativas colaborativas e inclusivas podem promover um sistema agrícola mais justo e sustentável, reconhecendo o papel dos pequenos produtores rurais no sistema agrícola brasileiro além da contribuição única da agricultura familiar para a segurança alimentar, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balabanović, M.; Chu, L. L.; Wolff, G. J. (2000). Storytelling with digital photographs. Proceedings of the SIGCHI conference on Human Factors in Computing Systems. Anais... Em: CHI00: HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS. The Hague The Netherlands: ACM, abr. Disponível em: <<https://dl.acm.org/doi/10.1145/332040.332505>>. Acesso em: 29 maio. 2024
- Berger. J. (2017). Para entender uma fotografia. Companhia das Letras. São Paulo.
- Borsatto et al. (2007). Problemas agrários do litoral paranaense: abordagem histórica. Revista Scientia Agraria, Curitiba, v.8, n.4, p.421-430.
- Denardin et al. (2009). Farinha de Mandioca no Litoral Paranaense: Um Produto com Potencial Agroecológico. 4 n. 1: VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latinoamericano de Agroecologia / v. 4 n. 1 (2009) / 5. VI CBA e II CLAA - Des. Rural/ Sociocultural
- EMPRAPA. Agricultura familiar. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>> Acesso em 02/05/2023.
- Estades, N. P. (2003). O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 8, p. 25-41, jul./dez.
- Expoagro Afubra. (2020). O Agronegócio é responsável por 21,1% do PIB do Brasil. Revista Expoagro. Página 11. 2020. Disponível em:
- Flusser. V. (1985). Filosofia da Caixa Preta: Ensaio para uma futura filosofia da fotografia. Editora Hucitec. São Paulo.
- Godoy. W. I. & Anjos. F. S. (2007). A importância das feiras livres



ecológicas: Um espaço de trocas e saberes da economia local. Rev. Bras. Agroecologia, 2(1), fev.

Manini, M. P. (2011). Imagem, Memória e Informação: um tripé para o documento fotográfico. Domínios da Imagem, Londrina.

Oliveira, M. S. (2020). Agricultura familiar no litoral do Paraná: desafios e perspectivas. Revista de Geografia Agrária.

Pereira, A. S. & Santos, G. R. (2018). Agricultura familiar e uso do solo no litoral paranaense. Revista de Geografia (UFPE).

Rocha, V. R. (2017). Agricultura familiar no litoral do Paraná: desafios e perspectivas. Monografia de Graduação, UFPR.

Silva, J. L. et al. (2019). Caracterização da agricultura familiar no litoral do Paraná. Revista Brasileira de Agroecologia.

Silva, N. F. M. et al. (2021). Governança no porto de Paranaguá/Paraná: em busca da sustentabilidade portuária. Brazilian Journal Development, Curitiba.
https://afubra.com.br/content/texto_file/Revista%20Expoagro%202020.pdf> Acesso em 02/05/2023.

UNEP. (2022). United Nations Environment Programme. Sexto Relatório de Avaliação IPCC. Disponível em: Sexto Relatório de Avaliação do IPCC: Mudança Climática | UNEP - UN Environment Programme. Acesso: 19 de julho de 2023

Saborin, E. (2006). A diversidade da agricultura familiar. Desenvolvimento rural: atores,

instituições e políticas públicas. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS: PGDR, Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos 208 -232 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural-UFRS.

Silva, J. R., Almeida, R. M., & Pereira, L. A. (2020). "A importância das feiras livres na promoção da agroecologia e no fortalecimento da economia local." Revista Brasileira de Agroecologia, 15(2), pp. 234-247.

31 - 03 | 2025**SISTEMA DE APOIO A COCRIAÇÃO DE INOVAÇÃO, CRIATIVIDADE E EMPREENDEDORISMO: UM PROJETO VENCEDOR E A INTERPRETAÇÃO DE ALGUNS DESVIOS AOS RESULTADOS****Support System for the Co-creation of Innovation, Creativity and Entrepreneurship: A winning project and the interpretation of some deviations from the results****Sistema de Apoyo a la Co-creación de Innovación, Creatividad y Emprendimiento: Un proyecto ganador y la interpretación de algunas desviaciones de los resultados****João Paulo Samartinho¹, Maria Potes Barbas², Olinda Sequeira³**¹*Docente Instituto Politécnico de Santarém. Polo em Literacia Digital e Inclusão Social do CIAC – Centro de Investigação em Artes e Comunicação, samartinho@esg.ipsantarem.pt**Docente Instituto Politécnico de Santarém. Polo em Literacia Digital e Inclusão Social do CIAC – Centro de Investigação em Artes e Comunicação, maria.barbas@ese.ipsantarem.pt**Docente Instituto Politécnico de Tomar. SmartCities Center, olinda.sequeira@ipt.pt*Autor para correspondência: samartinho@esg.ipsantarem.pt*Data de recepção: 17-01-2025**Data de aceitação: 02-03-2025***Como citar este artigo:** Samartinho, J. P.; Barbas, M. P.; & Sequeira, O. (2025). Sistema de Apoio à Cocriação de Inovação, Criatividade e Empreendedorismo: Um projeto vencedor e a interpretação de alguns desvios aos resultados. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 343-357. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.**RESUMO**

O projeto “Link Me Up – 1000 ideias, Sistema de Apoio à cocriação de inovação, criatividade e empreendedorismo”, executado entre 2021 a 2023 por um consócio de 13 politécnicos portugueses teve como principal objetivo “reforçar a cooperação entre Institutos Politécnicos portugueses, enquanto agentes de promoção do empreendedorismo qualificado, de cocriação com o meio empresarial, envolvendo professores, estudantes e empresas/organizações, para a geração de ideias inovadoras e a criação de novas empresas.”, foi vencedor do prémio, em Portugal, do European Enterprise Promotion Awards na categoria “promoção do espírito de empreendedorismo” Das

conclusões baseadas nos indicadores-chave de desempenho apresentadas em “Link Me Up. Resultados Globais”, pretendemos trabalhar e desmitificar, a interpretação de alguns desvios aos resultados, nomeadamente em dois importantes indicadores de resultado (R40 e R34) e um identificador de realização (R35), que estão diretamente associados ao número de empresas criadas, à percentagem de jovens que se considera mais capacitados para criarem o seu próprio emprego / empresa e o número de jovens/empreendedores que pretendem criar o seu próprio emprego e se considera mais preparado, capacitado no âmbito das temáticas do projeto. Iremos analisar os valores obtidos nestes três indicadores de resultados/realização (R40, R34 e R35) na perspectiva dos

jovens/empreendedores que participaram no projeto Link Me Up - 1000 ideias, no eixo do da cocriação de inovação, recorrendo para tal à compreensão do processo e metodologia utilizada neste eixo, assim como a análise de exemplos práticos de aplicação e dos trabalhos produzidos por equipas de projeto. Da interpretação, análise e discussão, produziremos os resultados, conclusões e elaboraremos um conjunto de sugestões para edições futuras que sigam as linhas orientadoras do eixo da cocriação de inovação.

Palavras-chave: Cocriação, criatividade, empreendedorismo, ideias, inovação.

ABSTRACT

The project 'Link Me Up - 1000 ideas, Support System for the co-creation of innovation, creativity and entrepreneurship', implemented between 2021 and 2023 by a consortium of 13 Portuguese polytechnics, whose main objective was to 'strengthen cooperation between Portuguese Polytechnic Institutes, as agents for the promotion of qualified entrepreneurship, co-creation with the business environment, involving teachers, students and companies/organizations, for the generation of innovative ideas and the creation of new companies. ', was awarded the Portuguese prize at the European Enterprise Promotion Awards in the "promotion of the spirit of entrepreneurship" category. From the conclusions based on the key performance indicators presented in 'Link Me Up. Global Results', we intend to work on and demystify the interpretation of some divergences from the results, namely in two important result indicators (R40 and R34) and one realization identifier (R35), which are directly associated with the number of companies created, the percentage of young people who consider themselves better able to create their own job/company and the number of young people/entrepreneurs who

intend to create their own job and consider themselves better prepared and better able in the context of the project's themes. We analysed the values obtained in these three result/realisation indicators (R40, R34 and R35) from the perspective of the young people/entrepreneurs who took part in the Link Me Up - 1000 ideas project, in the area of co-creation of innovation, using an understanding of the process and methodology, as well as analysing practical examples of their application and the work produced by the project teams. From the interpretation, analysis and discussion, we will produce the results, conclusions and draw up a set of suggestions for future editions that follow the guidelines of the co-creation of innovation axis.

Keywords: Co-creation, creativity, entrepreneurship, ideas, innovation.

RESUMEN

El proyecto "Link Me Up – 1000 ideas, Sistema de Apoyo a la co-creación de la innovación, la creatividad y el emprendimiento", llevado a cabo entre 2021 y 2023 por un consorcio de 13 politécnicos portugueses, tenía como principal objetivo "fortalecer la cooperación entre los Institutos Politécnicos Portugueses, como agentes para la promoción del emprendimiento cualificado, la co-creación con el entorno empresarial, involucrando a profesores, estudiantes y empresas/organizaciones, para la generación de ideas innovadoras y la creación de nuevas empresas.", ganó el premio, en Portugal, de los Premios Europeos de Promoción Empresarial en la categoría "promoción del espíritu emprendedor". A partir de las conclusiones basadas en los indicadores clave de desempeño presentados en "Link Me Up. Resultados Globales", pretendemos trabajar y desmitificar la interpretación de algunas desviaciones en los resultados, concretamente en dos indicadores de resultados importantes (R40 y R34) y un

identificador de logro (R35), que están directamente asociados al número de empresas creadas, el porcentaje de jóvenes que se consideran más capaces de crear su propio empleo/empresa y el número de jóvenes/empreendedores que pretenden crear su propio empleo y se consideran más preparados y capaces en el ámbito de los temas del proyecto. Analizaremos los valores obtenidos en estos tres indicadores de resultados/logros (R40, R34 y R35) desde la perspectiva de los jóvenes/empreendedores que participaron en el proyecto Link Me Up – 1000 ideas, en el eje de co-creación de innovación, utilizando para ello la comprensión del proceso y metodología utilizada en este eje, así como el análisis de ejemplos prácticos de aplicación y del trabajo producido por los equipos del proyecto. A partir de la interpretación, análisis y discusión, elaboraremos los resultados, conclusiones y elaboraremos un conjunto de sugerencias para futuras ediciones que sigan las líneas directrices del eje de co-creación de innovación.

Palabras clave: Co-creación, creatividad, emprendimiento, ideas, innovación

INTRODUÇÃO

Com início no período pandémico o projeto Link Me Up – 1000 ideias, Sistema de Apoio à cocriação de inovação, criatividade e empreendedorismo, teve como objetivo principal “Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral”. O Projeto foi implementado e desenvolvido por treze Institutos Politécnicos de Portugal com a missão de “promover o espírito empresarial através da capacitação de jovens estudantes e/ou empreendedores com vista ao incremento da qualidade do emprego e à criação de empresas inovadoras”, (Rodrigues; Pereira, 2023).

O Link Me Up pretendia desenvolver e apresentar, no decurso das suas seis edições (2021-2023), um total de 1000 ideias em

iniciativas associadas aos seus dois eixos de atuação, nomeadamente o eixo da “cocriação de inovação” onde equipas envolvidas em cocriação inovadora promoviam a resolução de desafios empresariais e o eixo da “geração de ideias” onde equipas participavam na construção de projetos com potencial empreendedor, gerando ideias e planos de negócios, com vista à criação de empresas.

Os resultados finais apurados dos KPI's (*Key Performance Indicators* ou Indicadores-chave de desempenho) do projeto apresentados foram globalmente excecionais, indicando que o “número de jovens/estudantes, empresas/organizações, e docentes envolvidos do ensino superior e do ensino profissional, bem como o conjunto de iniciativas desenvolvidas de empreendedorismo e de cocriação de inovação com o propósito de estimar a criatividade tendente à criação de produtos/serviços inovadores com impacto para o desenvolvimento regional, são singulares”, (Rodrigues; Pereira, 2023).

Os resultados foram obtidos com base na análise a 41 indicadores de resultado ou de realização (R ou KPI) associados às atividades dos projetos, nomeadamente nos eixos da “Cocriação”, “Concurso de Ideias” e “Cocriação e Concurso de Ideias (simultaneamente)”.

Nas conclusões baseadas nos indicadores de resultado e de realização, apresentadas em “Link Me Up. Resultados Globais.” (Rodrigues; Pereira, 2023), pretendemos trabalhar e desmitificar, alicerçados na interpretação de alguns desvios aos resultados, nomeadamente olhando com mais atenção e tentando compreender dois importantes indicadores de resultado (R40 e R34) e um identificador de realização (R35), que estão diretamente associados ao número de empresas criadas, à percentagem de jovens que se considera mais capacitados para criarem o seu próprio emprego / empresa e o número de jovens/empreendedores que pretendem criar o seu próprio emprego e se considera

mais preparado, capacitado no âmbito das temáticas do projeto.

Assim, neste trabalho tentaremos compreender os valores obtidos nestes três indicadores de resultados/realização (R40, R34 e R35) na perspectiva dos jovens/empreendedores que participaram no projeto Link Me Up - 1000 ideias, no eixo do da cocriação de inovação, recorrendo para tal à compreensão do processo e metodologia utilizada neste eixo, assim como a análise de exemplos práticos de aplicação e dos trabalhos produzidos por equipas de projeto.

Desta interpretação, análise e discussão, produziremos os resultados, conclusões e elaboraremos um conjunto de sugestões para edições futuras que sigam as linhas orientadoras do eixo da cocriação de inovação.

Fundamentação teórica

O Projeto Link Me Up – 1000 ideias, Sistema de Apoio à cocriação de inovação, criatividade e empreendedorismo, projeto POCI-03-33B5-F-SE-072070, integrou 13 Politécnicos portugueses das regiões Centro, Norte e Alentejo de Portugal no período compreendido entre 12 de fevereiro de 2021 e 30 de junho de 2023 prevendo um investimento de 5,6 M€ dos quais 4,7 M€ de incentivos do Fundo Social Europeu.

Visou a promoção do espírito empresarial através da capacitação de jovens estudantes e/ou empreendedores com vista ao incremento da qualidade do emprego e à criação de empresas inovadoras”, (Rodrigues; Pereira, 2023).

O Projeto incorporou sete atividades: “A1 Formação de equipas para apoio à cocriação de inovação na resolução de desafios empresariais. A2 Desenvolvimento de concursos de ideias e planos de negócio para seleção de projetos com potencial empreendedor com vista à criação de empresas. A3 Mentoria e coaching para apoio à resolução de desafios empresariais, consolidação de planos de negócio e implementação do projeto

empresarial. A4 Dinamização de atividades de imersão em ambiente empresarial. A5 Estudo de avaliação do impacto do projeto. A6 Ações de promoção do projeto e divulgação de resultados. A7 Gestão técnica do projeto.”, (Rodrigues; Pereira, 2023) e estava dividido em dois eixos que pretendiam no decorrer do projeto a criação / apresentação de “1000 iniciativas relacionadas com a criação de ideias de negócio e planos de negócios através do concurso de Ideias, e o processo de cocriação de inovação, a ser desenvolvido com empresas/organizações locais, permitindo-lhes criar ou melhorar significativamente os produtos, processos e serviços, respondendo aos desafios da sociedade”, (Rodrigues; Pereira, 2023).

O projeto previa apoiar 1000 ideias no âmbito dos seus dois eixos de intervenção: o eixo da Geração de Ideias onde alunos, empreendedores, ex-alunos e docentes podiam participar na apresentação de ideias de negócio e planos de negócio em projetos de empreendedorismo recebendo dos Politécnicos envolvidos ações de capacitação que visavam preparar as equipas para um concurso realizado anualmente em 2021, 2022 e 2023 e onde o vencedor do concurso regional ia representar o seu Politécnico nas finais nacionais frente aos vencedores dos concursos regionais nos outros Institutos Politécnicos; o eixo da Cocriação de Inovação onde os docentes (facilitadores) trabalhavam com equipas de alunos (talentos), em parceria com empresas ou instituições (stakeholders) em cocriação no sentido de identificarem desafios para um médio e longo prazo, a partir de uma metodologia específica e num período de 8 semanas iniciada com uma reunião de abertura do projeto (*Kick-off*) e finalizada com o encerramento do projeto (*Final Pitch*) e entrega de um relatório final da equipa. Para concluir todo o processo as equipas de talentos deveriam apresentar aos *stakeholders* em particular e à comunidade académica em geral, em sessão de concurso

regional, as suas soluções, que poderiam ser ou protótipos de baixo nível (com possível evolução para protótipos de alto nível), ou serviços/soluções inovadoras ou, alternativamente, uma solução orientada à descrição onde entregavam um conjunto de linhas orientadoras e boas práticas que deveriam ser seguidas pelas organizações para facilitar o atingir dos objetivos a que se propunham a médio e longo prazo.

Os objetivos globais pretendidos para o Projeto

O primeiro dos principais objetivos do projeto Link Me Up era o de apoiar 1000 ideias no âmbito dos seus dois eixos de intervenção: - Eixo da Geração de Ideias: 400 projetos de empreendedorismo; - Eixo da Cocriação de Inovação: 600 desafios de cocriação de inovação, (Rodrigues; Pereira, 2023).

Era igualmente espectável que o Projeto estivesse alinhado e promovesse a inovação pedagógica em cada um dos Politécnicos nomeadamente a partir da prática do seu corpo docente e discente, ao nível de novas abordagens pedagógicas, que envolvessem os parceiros, nomeadamente empresas, organizações, instituições.

Paralelamente deveria ser promovido, a partir das metodologias de trabalho a prática do trabalho colaborativo e multidisciplinar, com ferramentas interativas e colaborativas, num espaço de investigação, inovação, criatividade e colaboração entre a academia e o mundo organizacional.

No espaço da docência, e uma vez que em cada uma das seis edições, havia a exigência de participação de equipas compostas de 8 docentes do Politécnico e 2 docentes do ensino profissional, por politécnico, houve um reforço e estímulo ao trabalho conjunto entre estes docentes.

Complementarmente pretendeu-se a integração de todos os participantes no projeto numa rede entre institutos politécnicos, comunidade educativa,

alunos, docentes, empresas, nacionais e internacionais.

O Eixo da Cocriação de Inovação

O Eixo da Cocriação de Inovação do Projeto Link Me Up – 1000 ideias caracterizam-se e acordo com o seu objetivo em “capacitar para ajudar a resolver desafios/problemas às entidades/empresas, e não para a criação do negócio”, (Rodrigues; Pereira, 2023).

Integrado no objetivo principal do projeto “Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral” o eixo cocriação de inovação está associado à atividade A1 do projeto “Formação de equipas para apoio à cocriação de inovação na resolução de desafios empresariais”. Este eixo de cocriação de inovação não estará a avaliar pelos seus objetivos, orientado para a criação de empresas.

O motivo do nosso trabalho centra-se neste facto e nos resultados obtidos na análise “Link Me Up. Resultados Globais”, onde são apontados desvios aos resultados esperados para os indicadores de resultado nomeadamente:

- o Indicador de Resultado R40, “KPI relacionado com o número de empresas criadas até 6 meses após a conclusão da intervenção/projeto em atividades intensivas em conhecimento e/ou tecnologia, no âmbito dos desafios societais e sociais” onde se constatou que apenas foram constituídas 21 novas empresas face ao objetivo que era a criação de 50;

- o Indicador e Resultado R34, KPI associado à “Percentagem de jovens que se encontram mais capacitados para criarem o seu próprio emprego / empresa” onde se verificou que apenas 67% dos participantes, contra os 75% esperados, pretendia criar o seu próprio emprego e se considerava mais preparado, capacitado no âmbito das temáticas do projeto;

- o Indicador de Realização R35, “Número de Jovens/empreendedores que pretendem criar o próprio emprego/empresa (valores finais)” onde pudemos constatar que o valor

global até à 6ª edição da Cocriação de Invocação foi de 1.269 face aos 63 jovens/empreendedores apontados como objetivo deste indicador de realização,

Cocriação de Inovação com metodologia Demola

Importa compreender o processo de Cocriação de Inovação assim, como a metodologia que nele foi utilizada e para a qual foi contratualizada a empresa finlandesa Demola Global. A empresa garantiu nas seis edições do projeto, entre fevereiro de 2021 e junho de 2023 a preparação, capacitação, treino de docentes (facilitadores) assim como a adoção da metodologia Demola no âmbito dos desafios de cocriação de invocação que os alunos (talentos) deveriam trabalhar durante a oito semanas.

Cocriação de Inovação tem implícito o aspecto da inovação quando se tenta definir como uma forma de inovação, uma iniciativa de estratégia económica ou de gestão que reúne diferentes *stakeholders*

que participando no processo agregam inovação de valor, conteúdos, marketing ou outros contributos, a fim de se atingirem ou produzirem resultados mutuamente valorizados, aos quais estes *stakeholders* têm acesso sobre a forma de produtos valorizados, promoção de ideias, serviços inovadores. (Prahalad; Ramaswamy, 2004). A adoção da metodologia Demola estabelece um ponto de partida para os projetos de cocriação onde as equipas de talentos, face aos desafios propostos, envolvem a compreensão do desafio projetado, das variáveis contextuais e do perfil dos diferentes públicos que o compõem. Portanto, o foco de investigação abrange o presente e ainda, as tendências e megatendências que moldarão o futuro (Wessman; Rintaniemi, 2021).

Assim, o processo de cocriação associado à metodologia Demola foi estabelecido e desenvolvido em três fases principais nomeadamente a fase da descoberta, a fase da criação, e o refinamento e entrega, conforme figura 1.

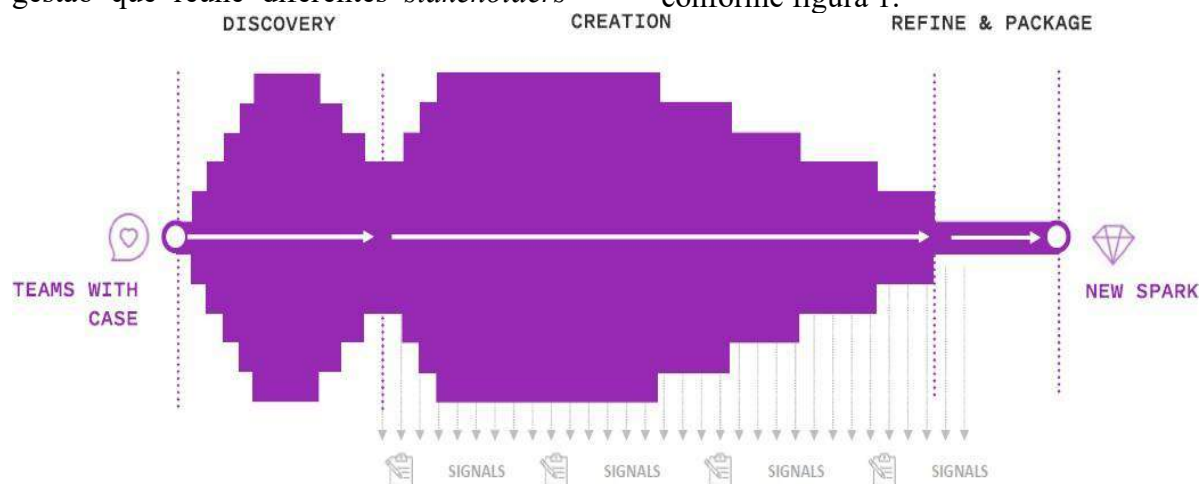


Figura 1: Modelo DEMOLA Wessman, J.; Rintaniemi, H. (2021). Co-creation process, [Electronic version]. Demola Global

A duração temporal do trabalho das equipas (oito semanas) é apresentado na figura 2, que nos permite compreender as principais tarefas das equipas a serem realizadas em cada uma das fases/semanas. Desta forma é visível na figura 2 cada uma das fases, nomeadamente: descoberta (Discovery phase) e criação (Creation phase). Nestas fases os talentos deveriam trabalhar e

completar uma tarefa semanalmente. A título de exemplo, entre a semana 1 e a semana 4, na fase da descoberta, os talentos tinham de entregar as três tarefas descritas (Design research, User group/stakeholder mapping and Synthesis on design research insights). Após 4 semanas a equipa deveria decidir qual o caminho a seguir. Duas alternativas/soluções podem ser adotadas

nesta fase, uma solução orientada (Solution-oriented) cujo produto final seria um protótipo, um serviço ou um produto;

ou uma solução orientada para a descrição (Descriptive-oriented).

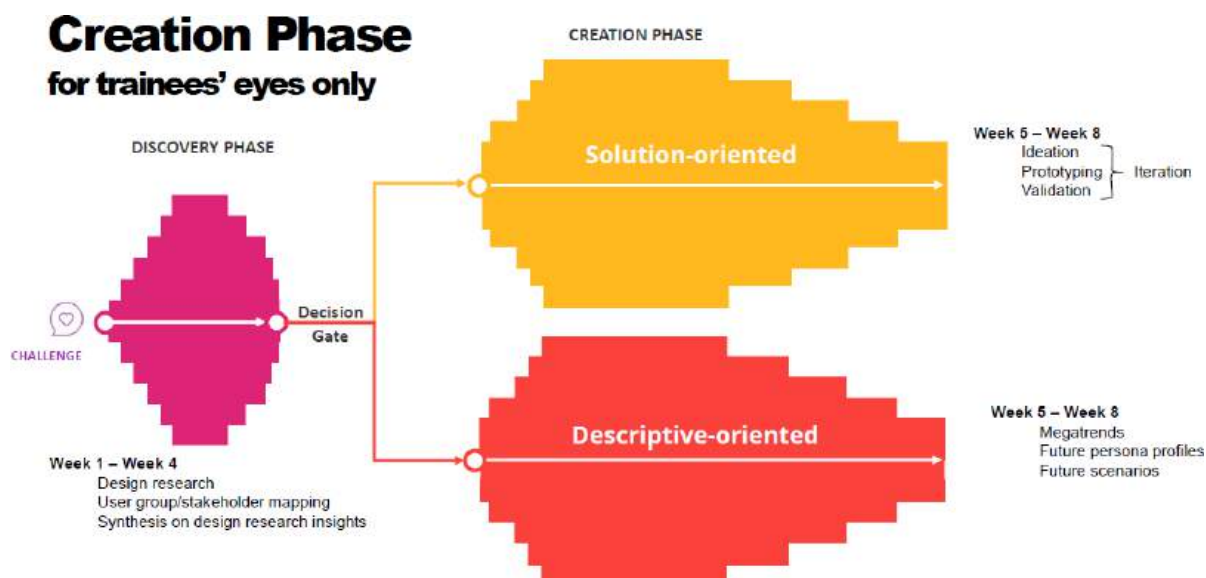


Figura 2 - Fases da cocriação Demola (2021a, July). Atlas

De referir que o trabalho da equipa de talentos era suportado por todo um manancial de ferramentas colaborativas adequadas a cada uma das tarefas.

Devemos referir que a metodologia Demola teve de ser implementada num tempo particularmente difícil para a humanidade, estávamos perante a pandemia do século XXI.

Quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou oficialmente o surto da COVID-19, em março de 2020, como uma pandemia e sugestões de medidas preventivas para conter sua propagação (Contreras; Baykal; Abid, 2020), a necessidade de implementação do trabalho online, contraposto ao tradicional face-to-face, passou a ser uma exigência que viria também a obrigar estas equipas de talentos, muitas delas com características multiculturais, multifuncionais e transcontinentais, a estarem preparadas para este novo desafio, tendo sido adoptadas as medidas necessárias e adequadas, que obrigaram também os talentos à aquisição de soft-skills. A liderança de equipas em ambientes virtuais, adquire aqui especial relevância no

contexto das organizações e do trabalho. Esta liderança necessária ao trabalho de todas as equipas, a e-liderança, não pode ser considerada apenas uma extensão da liderança tradicional (Contreras; Baykal; Abid, 2020) ou, ainda, tão somente a mera transposição das práticas adotadas em ambientes presenciais para uma perspectiva virtual, mediada pela tecnologia (Samartinho; Silva; Faria, 2012). Apesar de diversos princípios de liderança tradicional serem aplicáveis à e-liderança, liderar equipas em ambientes virtuais obriga ao desenvolvimento de novas habilidades e a uma mudança de práticas por parte dos líderes (Contreras; Baykal; Abid, 2020).

MATERIAIS E MÉTODOS

Segundo (Gable, 1994; Stolen, 1993) a metodologia de investigação pode ser alvo de “discussão” pois encontra-se em constante evolução.

Neste trabalho optou-se por adotar várias abordagens simultâneas e articuladas nomeadamente de natureza “interpretativista”, subjetiva/argumentativa, (Mayers, 2007),

abordagem que se baseia na opinião e na “especulação” do observador/investigador (Vogel; Wetherb, 1984) através das observações efetuadas. Pretende-se com esta abordagem a criação de ideias novas e perspectivas utilizáveis na construção de teorias que poderão ser validadas por outros métodos.

Neste enquadramento, numa primeira fase, o nosso trabalho envolveu pesquisa documental e a escolha dos indicadores com os quais iríamos trabalhar.

A partir da escolha dos indicadores e da interpretação numa perspectiva subjetiva/argumentativa aos questionários dos resultados globais, preenchidos no âmbito do projeto pelos elementos dos treze institutos politécnicos de Portugal, foram após identificação na escolha, transferidos os indicadores de resultado e de realização (Rs ou KPIs) que serviram de base ao estudo para uma segunda fase.

Na segunda fase foi criado um ambiente de debate e especulação, interpretativista, onde foram analisados os resultados dos indicadores de resultado e de realização (Rs ou KPIs) escolhidos anteriormente. A interpretação dos resultados foi conduzida a partir de modelo “simplificado” de Focus-Group, realizado com a participação dos coordenadores do projeto de três dos treze politécnicos envolvidos. Estes elementos tiveram ao longo do projeto em estudo a participação ativa num número de desafios de cocriação num posicionamento de observador/investigador. Dois dos elementos participantes são mesmo “facilitadores em cocriação de inovação” tendo participado com equipas de talentos em desafios no âmbito da sua capacitação realizada na primeira edição do projeto de fevereiro a junho de 2021.

No final da segunda fase foram registados e validados os resultados obtidos pelos

investigadores, resultados esses apresentados na terceira fase deste estudo.

No ponto seguinte iremos apresentar e discutir os principais resultados, considerando as três fases da abordagem proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os principais resultados, considerando as três fases principais do processo de cocriação.

FASE 1: Os resultados globais

Como referido anteriormente, a incidência do nosso estudo prende-se com o eixo da cocriação de inovação, onde das 1000 ideias do projeto era expectável serem apresentadas 600 ideias associadas ao eixo de cocriação de inovação. As ideias apresentadas (ver Quadro 1) foram superiores conforme nos mostra o Indicador R4 “Nº de casos da plataforma de cocriação de inovação” que tinha no objetivo do projeto o atingir de 600 casos, mas os valores finais foram 774 casos, (Rodrigues; Pereira, 2023).

A nossa atenção vai especialmente para os aspetos relacionados com as exceções, com os valores não atingidos ou claramente superiores aos propostos nos objetivos, e que estavam associados, em particular:

- À criação de empresas (R40 “Nº de empresas criadas até 6 meses após a conclusão da intervenção/projeto em atividades intensivas em conhecimento e/ou tecnologia, no âmbito dos desafios sociais e societais” onde apenas foi identificado o valor de 21 empresas criadas das 50 empresas previstas nos objetivos;
- Aos jovens que se sentem mais capacitados para criarem o próprio emprego / empresa (R35) onde contra os 63 propostos para o objetivo do projeto foram conseguidos 1269 jovens;

- À percentagem de jovens/empreendedores que se encontram mais capacitados para criarem o próprio emprego/empresa (R34), onde a percentagem esperada era de 75%, mas apenas foi observada uma percentagem de 67% dos jovens participantes.

Conforme explicito na INTRODUÇÃO, os resultados finais apurados dos KPI's do projeto, foram globalmente excecionais, indicando que o “número de jovens/estudantes, empresas/organizações, e docentes envolvidos do ensino superior e do ensino profissional, bem como o conjunto de iniciativas desenvolvidas de empreendedorismo e de cocriação de inovação com o propósito de estimar a criatividade tendente à criação de produtos/serviços inovadores com impacto para o desenvolvimento regional, são singulares”, (Rodrigues; Pereira, 2023). A título de exemplo podemos referir que o valor do indicador R5 – “Nº de estudantes que participaram nas equipas criadas de cocriação de inovação”, correspondente ao número de estudantes envolvidos nas seis edições deste eixo do projeto, foi de 3935.

Os resultados foram obtidos com base na análise a 41 indicadores de resultado ou de realização (R ou KPI) associados às atividades dos projetos, nomeadamente nos eixos da “Cocriação”, “Concurso de Ideias” e “Cocriação e Concurso de Ideias (simultaneamente)”.

Nas conclusões baseadas nos indicadores de resultado e de realização, apresentadas em “Link Me Up. Resultados Globais.”

(Rodrigues; Pereira, 2023), pretendemos trabalhar e desmitificar, alicerçados na interpretação de alguns desvios aos resultados, nomeadamente olhando com mais atenção e tentando compreender dois importantes indicadores de resultado e um identificador de realização:

- Os dois indicadores de resultado (Rs ou KPIs) nomeadamente o Indicador de Resultado R40, “KPI relacionado com o número de empresas criadas até 6 meses após a conclusão da intervenção/projeto em atividades intensivas em conhecimento e/ou tecnologia, no âmbito dos desafios societais e sociais” onde se constatou que apenas foram constituídas 21 novas empresas face ao objetivo que era a criação de 50. O segundo Indicador e Resultado R34, KPI associado à “Percentagem de jovens que se encontram mais capacitados para criarem o seu próprio emprego / empresa” onde se verificou que apenas 67% dos participantes, contra os 75% esperados, pretendia criar o seu próprio emprego e se considerava mais preparado, capacitado no âmbito das temáticas do projeto;

- Um indicador de realização (R ou KPI) nomeadamente o Indicador de Realização R35, “Número de Jovens/empreendedores que pretendem criar o próprio emprego/empresa (valores finais)” onde podemos constatar que o valor global até à 6ª edição da Cocriação de Inovação foi de 1.269 face aos 63 jovens/empreendedores apontados como objetivo deste indicador de realização.



Quadro 1: Tabela de resultados globais relativa aos Indicadores considerados mais significativos para o estudo. Fonte: (Rodrigues; Pereira, 2023)

KPI's (R's)	Métricas	Valores Finais	Objetivo do projeto
R4	Nº de casos na plataforma de cocriação de inovação	774	600
R5	Nº de estudantes que participaram nas equipas criadas de cocriação de inovação	3935	2745
R14	Nº de ideias de negócio a concurso	932	400
R30	Nº Empresas internacionais que cooperam no processo de cocriação de inovação	45	42
R33	(Incremento de capacitação. Percentagem de jovens que se encontram mais capacitados	81%	75%
R34	Percentagem de jovens/empreendedores que se encontram mais capacitados para criarem o próprio emprego/empresa	67%	75%
R35	Nº de jovens/empreendedores que pretendem criar o próprio emprego/empresa que foram abrangidos no âmbito das ações do projeto	1269	63
R40	Nº de empresas criadas até 6 meses após a conclusão da intervenção/projeto em atividades intensivas em conhecimento e/ou tecnologia, no âmbito dos desafios sociais e societais	21	50
R59	Nº de publicações em revistas Técnicas e Científicas	28	4

Outros indicadores foram entendidos como importantes, no decorrer do Focus Group, no sentidos de nos ajudarem a compreender e a especular, como representativos ou geradores de possível influência nos resultados dos Indicadores que tentamos compreender, neste trabalho, nomeadamente os três indicadores de resultados/realização (R40, R34 e R35). Esse Indicadores são também apresentados no Quadro 1.

FASE 2: Análise dos resultados dos Indicadores de Resultado e de Realização (R's ou KPI's)

Tendo por base o “Quadro 1” apresentado na secção anterior e a abordagem interpretativa resultante do Focus Group onde participaram os coordenadores de três Politécnicos participantes no projeto, e onde dois dos elementos são especializados

em cocriação de inovação e três no eixo do projeto de geração de ideias, foram recolhidas um conjunto de possíveis interpretações para os valores obtidos nos indicadores de resultados/realização (R40, R34 e R35).

Além da análise aos R's do Quadro 1 foi igualmente identificado e revisto o processo de trabalho das equipas de talentos, no eixo da cocriação de inovação, até porque tinha sido adotada a metodologia Demola, metodologia que estabeleceu um ponto de partida para os projetos de cocriação, onde cada uma das equipas de talentos, face aos desafios propostos, tinham de envolvem a compreensão do desafio projetado, as variáveis contextuais, o perfil dos diferentes públicos que o compõem mas, também, face às exigências da pandemia todo um conjunto de plataformas e

ferramentas colaborativas onde podiam trabalhar em tempo real e diferido.

Da comparação dos resultados do Quadro 1 com o que era exigido a cada uma das equipas nos projetos de cocriação de inovação o grupo de trabalho foi unânime em aceitar que o eixo da cocriação de inovação não tinha nos seus objetivos, na sua metodologia ou nos seus resultados esperados a intenção de fazer com que as equipas gerassem como resultado das 8 semanas de projeto, uma empresa ou criassem o seu próprio emprego. Este aspecto pode em parte ajudar a compreender por que o R40 obteve um valor final de 21 empresas criadas face às 50 propostas como objetivo do projeto (Quadro 1).

Foram também apreciados os valores dos Indicadores R4 e R5, relativos à cocriação de inovação, (Quadro 1) que nos mostram, respetivamente, que o número de casos na plataforma de cocriação de inovação (R4) são superiores ao objetivo do projeto. Mais 174 ideias que as 600 propostas para as seis edições do eixo em cocriação de inovação. Igualmente podemos constatar que o número de estudantes que participaram nas equipas criadas de cocriação de inovação (R5) foi superior em 1190 estudantes o que representa em mais 43,35% estudante a participarem do que o objetivo.

Por outro lado, também foi apreciado o Indicador R14 relativo às ideias de negócio apresentadas no eixo de ideias de negócio (Quadro 1) onde as 932 ideias apresentadas em equipas de estudantes/empreendedores nos 3 concursos do eixo de ideias de negócio corresponde a 2,33 vezes o número do objetivo proposto para o projeto.

Ao nível da internacionalização constatou-se que o objetivo do projeto foi conseguido, o Indicador R30, indicador do eixo da cocriação de inovação, ostra-nos no Quadro 1 um valor de 45 empresas internacionais a cooperar com as equipas de

talentos nos desafios dos processos de cocriação de inovação. Este valor foi considerado de extrema importância pois sabemos que muito desafio, mesmo em período de pandemia, conseguiu internacionaliza-se não apenas com desafios globais e talentos de diferentes países, mas, também, trabalhando com empresas internacionais. Um dos especialistas presentes lembrou o exemplo da primeira edição do eixo cocriação de inovação onde, em plena pandemia e confinamento, trabalhou três desafios com equipas multiculturais oriundas de quatro instituições de ensino superior, de três países de três Continentes e com um parceiro (empresa) em cada um desses Continentes.

O Indicador R33 “(Incremento de capacitação). Percentagem de jovens que se encontram mais capacitados” é um Indicador de cocriação de inovação e mostra-nos que 81% dos os talentos e os alunos/empreendedores se consideram mais aptos ou capacitados e onde apenas 67% (Indicador R34) se considera mais capacitado para criarem o próprio emprego / empresa. Estes indicadores R33 e R34, quando interpretados em conjunto, levou os elementos participantes no Focus Group a especular sobre a possibilidade de grande parte do “desvio” destes resultados ser justificado pelo facto de no eixo de cocriação de inovação não existirem conteúdos ao nível da capacitação dos talentos associados à área da criação de empresas e/ou plano de negócios, contrariamente ao eixo de geração de ideias e, complementarmente, a capacitação ser orientada para o trabalho colaborativo, em equipa, onde o objetivo é encontrar uma solução para um desafio e não a criação de uma empresa.

Estes dois indicadores R33 e R34, o primeiro acima dos valores tidos como objetivo do projeto e o segundo com valores

abaixo não expressam, no entanto, os valores obtidos no Indicador R35 representativo do número de jovens/empreendedores que pretendem criar o próprio emprego/empresa que participaram neste projeto. O objetivo de 63 jovens/empregadores foi de forma exponencial ultrapassado com o registo de 1269 jovens/empregadores que pretendem criar o próprio emprego/empresa. Estes valores serão também objeto de análise quando confrontados com o Indicador R40, número de empresas criadas até 6 meses após a conclusão do projeto onde face ao objetivo do projeto de 50 empresas apenas foram identificadas 21 empresas criadas (Quadro 1).

Finalmente a análise ao Indicador R59, relativo ao número de publicações em revistas Técnicas e Científicas, o número dos valores finais de 28 publicações é de todo inferior ao que poucos meses depois poderia ter sido registado. Ele representa, igualmente, um forte indicador de sucesso deste projeto em especial na vertente da investigação e da internacionalização pois, muitas destas publicações encontram-se publicadas em revistas com indexação e nelas podemos a participação de investigadores internacionais ou a descrição de projetos que envolveram participantes de vários países e continentes. Neste projeto participaram em equipas dos treze institutos politécnicos participantes, durante os três anos de execução, estudantes internacionais oriundos de 41 países, (Rodrigues; Pereira, 2023).

FASE 3: Discussão dos resultados

Nas conclusões baseadas nos indicadores de resultado e de realização, apresentadas em “Link Me Up. Resultados Globais.” (Rodrigues; Pereira, 2023), e no objetivo pretendemos trabalhar e desmitificar, foram interpretados alguns desvios aos resultados,

nomeadamente olhando com mais atenção e tentando compreender dois importantes indicadores de resultado (R40 e R34) e um identificador de realização (R35), que estão diretamente associados ao número de empresas criadas, à percentagem de jovens que se considera mais capacitados para criarem o seu próprio emprego / empresa e o número de jovens/empreendedores que pretendem criar o seu próprio emprego e se considera mais preparado, capacitado no âmbito das temáticas do projeto.

Para o fazermos recorremos também a outros indicadores identificados no Quadro 1 da seção 4.1. a partir dos quais conseguimos promover com mais profundidade a nossa discussão.

Passamos de imediato à apresentação dos resultados.

O Indicador de Resultado R40, “número de empresas criadas até 6 meses após a conclusão da intervenção/projeto em atividades intensivas em conhecimento e/ou tecnologia, no âmbito dos desafios societários e sociais”, mostra que apenas foram constituídas 21 novas empresas face ao objetivo que era a criação de 50.

A disparidade registada no R40 não é tão surpreendente uma vez que quando analisamos as áreas onde os jovens estão mais capacitados se verifica que o empreendedorismo e as ferramentas de gestão são das mais baixas de onde se pode concluir que eventualmente deveria haver a realização de sessões de preparação mais intensas, provavelmente com maior profundidade, e mais prolongadas no tempo.

Nos inquéritos efetuados no decorrer das edições do projeto, apresentados no “Link Me Up. Resultados Globais”, (Rodrigues; Pereira, 2023), quando analisadas as áreas onde os jovens se encontram mais capacitados (valores finais em %) identificamos o trabalho de equipa (85%), a comunicação (84%) e pesquisa, recolha e

análise de informação (83%), a criatividade (82%) e o espírito crítico (81%) já aspetos igualmente fundamentais para a criação e uma empresa encontram-se com os valores mais baixos nomeadamente as ferramentas de gestão (76%), a liderança (77%), as competências digitais (78%) e empreendedorismo (79%). Estes valores são igualmente indicadores de uma menos preparação e capacitação dos estudantes em matérias associadas à geração de ideias e criação de empresas.

Provavelmente até em função do país ter atravessado uma crise associada à pandemia que se instalou mundialmente terá consistido num dos elementos principais porque a vontade e a capacitação que os jovens evidenciaram em questionário não tivesse vindo a ser concretizada através da criação de empresas.

A forte probabilidade do confinamento do coronavírus SARS-CoV-2 | Covid-19 ter condicionado alguns destes resultados finais do projeto face aos objetivos propostos poderá ser um fator a ter em conta e justificativo para os mesmos.

Eventualmente poderão existir em futuros trabalhos um aprofundamento desta questão e tentar validar o grau de impacto da pandemia para o resultado apresentado no Indicador R40.

Uma outra justificação para o desvio do resultado é o facto do questionário ter sido exposto quer a estudantes do eixo da cocriação de inovação, quer a estudantes do concurso de ideias. Efetivamente os estudantes que participaram nos casos de cocriação não tinham como objetivo a criação de empresas nem, tão pouco, foram preparados para o mesmo, ao contrário dos estudantes que participaram no eixo de geração de ideias que tiveram preparação específica orientada para a criação de empresas.

No Indicador de Resultado R34 “Percentagem de jovens que se encontram mais capacitados para criarem o seu próprio emprego / empresa” verificou que apenas 67% dos participantes, contra os 75% esperados, pretendia criar o seu próprio emprego e se considerava mais preparado, capacitado no âmbito da temática do projeto.

Da análise das áreas onde os jovens se encontram mais capacitados e menos capacitados, referimos anteriormente que nos inquéritos realizados aos estudantes eles consideravam estarem menos preparados em que já aspetos igualmente fundamentais para a criação e uma empresa nomeadamente na preparação para utilizarem “ferramentas de gestão”, na “liderança” e no “empreendedorismo” considerando-se que estes valores são indicadores de uma menos intensa preparação e capacitação dos estudantes em matérias associadas à geração de ideias e criação de empresas.

O Indicador de Realização R35, “Número de Jovens/empreendedores que pretendem criar o próprio emprego/empresa (valores finais)” onde aparecem surpreendente, ou não, valores em que 1.269 estudantes (jovens/empreendedores) pretendem criar o seu próprio emprego ou a sua empresa de futuro, eventualmente quando terminarem o seu curso (o objetivo para o projeto era de 63 jovens/empreendedores), permite-nos compreender que o estímulo, o incentivo, a motivação que o projeto Link Me Up promoveu nos seus participantes foi simples e exponencialmente potenciado.

Se compararmos o valor obtido em R40 (apenas 21 empresas criadas) e a intenção demonstrada em R35 (vontade de 1269 estudantes pretenderem criar o seu próprio emprego ou a sua empresa de futuro); Se especularmos que apenas 5% destes estudantes conseguirão após o final do seu curso criar o seu próprio emprego ou

empresa, estaríamos a falar de um valor de 63 (sessenta e três) que per si já era superior ao objetivo do projeto para R40 (50 empresas).

CONCLUSÕES

Concordamos e subscrevemos a conclusões do grupo de trabalho de produziu “Link Me Up. Resultados Globais.” (Rodrigues; Pereira, 2023) nomeadamente quando afirmam que a rede politécnica, representada pelos treze politécnicos participantes no projeto, “mostrou a sua capacidade distinta de cooperação e de cocriação” e que o projeto “aproximou a academia à comunidade, alavancando o desenvolvimento regional” tendo dado a conhecer e tendo potenciado “a inovação, aproximando a investigação das empresas/organizações” e tendo estimulado a internacionalização e as “redes de comunicação e de trabalho entre os vários atores, proporcionando e alavancando trabalho conjunto no consórcio e internacionalmente”, proporcionando experiências internacionais, a participação de estudantes e empresas internacionais nas equipas.

Conforme podemos constatar no Indicador R59 o projeto criou conhecimento através das suas publicações científicas quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Desenvolveu nos estudantes, docentes e empresas a cooperação, partilha de ideias e desenvolvimento de soluções, em projeto que potenciaram o trabalho colaborativo e a exploração de ferramentas colaborativas associadas a metodologias de desenvolvimento, a experiência do contacto com a realidade organizacional para os estudantes e a aproximação da Academia aos seus parceiros organizacionais.

Nas conclusões baseadas nos indicadores de resultado e de realização, estudados, onde se pretendeu abordar alguns desvios aos resultados, nomeadamente nos indicadores de resultado (R40 e R34) e no identificador de realização (R35), podemos considerar que os mesmos nos levam a exprimir três de muitas outras conclusões que poderiam aqui ser expressas:

- Os resultados obtidos nos inquéritos aos estudantes das seis edições realizadas entre 2021 e 2023 expressos nos indicadores R40 (apenas 21 empresas criadas) e a intenção demonstrada em R35 (vontade de 1269 estudantes pretenderem criar o seu próprio emprego ou a sua empresa de futuro) parecem ser contraditórios mas na análise e discussão mais atenta levou-nos a considerar a hipótese dos mesmos serem consequência do facto de no eixo de cocriação de inovação não estar previsto e não ser considerado na metodologia Denola adotada (ver ponto 2.3., fig. 1 e 2) a criação de emprego e a constituição de empresa. A metodologia prevê como resultados dos desafios a criação de um protótipo, de um produto, de um serviço ou, na solução descritiva, um conjunto de orientações e caminhos a seguir pela empresa para atingir a médio e longo prazo a solução pretendida;
- O indicador R40 é um indicador de resultados do projeto apresentado no âmbito do eixo da cocriação de inovação e concordando e transcrevendo “(Rodrigues; Pereira, 2023), a “cocriação de inovação desenvolve capacidades de trabalho em equipa, de comunicação, de pesquisa, recolha e análise de informação de espírito crítico, de criatividade (...) Não

capacita para a criação da unidade de negócio”;

- Em edições futuras de capacitação em cocriação de inovação, se entre nos objetivos do projeto estiver associada a vontade dos estudante promoverem o próprio emprego ou criarem a sua própria empres, como o Indicador de Resultado R40, “relacionado com o número de empresas criadas até 6 meses após a conclusão da intervenção/projeto em atividades intensivas em conhecimento e/ou tecnologia, no âmbito dos desafios societais e sociais” então deveremos incluir ou reforçar na capacitação dos os estudantes conteúdos igualmente fundamentais para a criação e uma empresa como as ferramentas de gestão, a liderança, as competências digitais, empreendedorismo, plano de negócios e outros necessários à preparação e capacitação dos estudantes em matérias associadas à geração de ideias e criação de empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Contreras, F.; Baykal, E.; Abid, G. E- (2020). Leadership and Teleworking in Times of COVID-19 and Beyond: What we know and where do we go. *Frontiers in Psychology*, 11. DOI: 10.3389/fpsyg.2020.590271
- Gable, G. G. (1993). “Integrating case study and survey research methods: an exemple in informations systems”. *European Journal of Information Systems*. 3(2), p. 112-126.
- Mayers, M. (2007). “The qualitative interview in IS Research: examining the craft”, *Information and Organizations*. 17(1), p. 2-26.
- Prahalad, C.K.; Ramaswamy, V. (2004). “Co-creation Experiences: The Next Practice in Value Creation”. *Journal of Interactive Marketing*. 18(3).
- Rodrigues, S.; Pereira, P. (202). *3Link Me Up – Resultados Globais (2021-2023)*. Lidergraf. ISBN: 978-989-35251-4-2. Depósito Legal: 526917/24. www.linkmeup.pt
- Rosa, M.; (2023). Samartinho, J. Isolamento social de idosos e a importância das relações sociofamiliares – projeto Link Me Up. *Revista da UI_IPSantarém*, 11(4), p. 15-23. Edição Temática: Ciências Exata e das Engenharias. Número especial IV Conferência Intercontinental em Transformação Digital. Disponível em: <https://doi.org/10.25746/ruiips.v11.i4.34139> / Acesso em: 27 mai. 2024.
- Samartinho, J.; Silva, P.; & Faria, J. (2012). e-Liderança: Revisão de Literatura, Desafios e Orientações Futuras. In: *Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação. Atas [...]*. DOI: 10.18803/capsi.v12.%25p
- Stolen, J. (1993). “The Development of IS Faculty: Toward a Maturing MIS Field”. *Data Base*. 24(3), 23-26.
- Vogel, D. R.; & Wetherb. (1984). “MIS Research: A Profile of Leading Journals and Universities”. *Data Base*. 16(1), p. 3-14.
- Wessman, J.; Rintaniemi, H. (2021). *User Groups and Design Research*. Finland: Demola Global.

31 - 03 | 2025

MODELAGEM DE PROCESSOS DE PAGAMENTO DOS EMOLUMENTOS NUMA IES EM ANGOLA: CASO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DA UNIVERSIDADE KIMPA VITA- UÍGE

Modeling Processes of Payment of Fees in an IES in Angola: Case of the Polytechnic Institute of Kimpa Vita University-Uíge

Modelización de los procesos de pago de tasas en un instituto de educación superior en Angola> caso del Instituto Politécnico de la Universidad Kimpa Vita- UIGE

Makiese Mavakala¹

¹*Instituto Politécnico da Universidade Kimpa Vita. mack.mavakala@gmail.com.*

Autor para correspondência: mack.mavakala@gmail.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Mavakala, M. (2025). Modelagem de Processos de Pagamento dos Emolumentos numa IES em Angola: Caso do Instituto Politécnico da Universidade Kimpa Vita- Uíge. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 1(7), pp. 358-371. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/9>.

RESUMO

Este trabalho tem como objectivo divulgar, por uma linguagem de modelagem compreensível para todos interessados, os processos rotineiros concernentes os pagamentos de emolumentos pelos estudantes de Ensino Superior em Angola, no caso do Instituto Politécnico. O Instituto Politécnico da Universidade Kimpa Vita, em sigla IP-UNIKIVI, instituição pública com personalidade jurídica e classificada como estabelecimento de ensino superior público, tem por missão formar profissionais de nível superior em diversas áreas do conhecimento, além de desenvolver pesquisas e prestar serviços à comunidade. Neste trabalho, trata-se de apresentar aos actores do sistema do Ensino Superior um padrão de procedimentos dos diferentes pagamentos realizados cada ano académico por seus parceiros, saber os estudantes. Para por fim ao analfabetismo constatado nos estudantes e nos

funcionários das áreas académica e financeira, foi modelado, usando a UML, os processos relacionados ao pagamento em diferentes momentos vivenciados pelos estudantes: matrícula e avaliação. No contexto actual, apresentamos de modo geral os modelos dos casos genéricos; as particularidades não abrangem este estudo. No sentido de acompanhar as receitas ou recursos próprios das IES, o Executivo Angolano implementou um sistema de pagamento na conta do Estado com base a RUPE (Referência Única de Pagamento ao Estado), documento fundamental para desencadear o pagamento referido, por meio de um portal do Ministério de Finanças. Os estudantes, ao matricular-se para um ano académico ou ao inscrever-se a um exame da época de recurso ou recuperação ou ainda especial, devem cumprir com seus deveres junto das áreas académica e financeira da IES que frequentam para serem avaliados.

Palavras-chave: Modelagem, processos, emolumentos, RUPE, UML.

ABSTRACT

This work aims to disseminate, by a modeling language understandable to all interested, the routine processes concerning the payment of fees by Higher Education students in Angola, in the case of the Polytechnic Institute. The Polytechnic Institute of KimpaVita University, IP-UNIKIVI, a public institution with legal personality and classified as a public higher education institution, has the mission to train higher education professionals in various areas of knowledge, research and provide services to the community. In this work, it is to present to the actors of the Higher Education system a standard of procedures of the different payments made each academic year by their partners, know the students. To end the illiteracy found in students and staff of academic and financial areas, was modeled, using the UML, the processes related to payment at different times experienced by students: enrollment and evaluation. In the current context, we present in general the models of generic cases; the particularities do not cover this study. In order to monitor the revenues or own resources of the HEIs, the Angolan Executive implemented a payment system in the State account based on RUPE (Single Reference of Payment to the State), a key document to trigger the payment, through a portal of the Ministry of Finance. Students, when enrolling for an academic year or when registering for an examination of the time of appeal or recovery or special, must fulfill their duties with the academic and financial areas of the HEI they attend to be evaluated.

Keywords: Modeling, processes, emoluments, RUPE, UML.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo difundir, a través de un lenguaje de modelado

comprensible para todos los interesados, los procesos rutinarios relacionados con el pago de tasas por parte de los estudiantes de Educación Superior en Angola, en el caso del Instituto Politécnico. El Instituto Politécnico de la Universidad Kimpa Vita, acrónimo IP-UNIKIVI, institución pública con personalidad jurídica y clasificada como establecimiento público de educación superior, tiene la misión de formar profesionales de la educación superior en diversas áreas del conocimiento, además de desarrollar investigaciones y brindar servicios a la comunidad. Este trabajo tiene como objetivo presentar a los actores del sistema de Educación Superior un estándar de procedimientos para los diferentes pagos que realizan cada año académico sus socios, es decir los estudiantes. Para acabar con el analfabetismo observado entre estudiantes y personal en las áreas académicas y financiera, se modelaron mediante UML los procesos relacionados con el pago en los diferentes momentos que viven los estudiantes: inscripción y evaluación. En el contexto actual, generalmente presentamos los modelos de casos genéricos; Las particularidades no cubren este estudio. Para monitorear los ingresos o recursos propios de las IES, el Ejecutivo angoleño implementó un sistema de pago en la cuenta del Estado basado en la RUPE (Referencia Única de Pago al Estado), documento fundamental para accionar el mencionado pago, a través de un portal del Ministerio de Finanzas. Los estudiantes, al momento de matricularse en un año académico o inscribirse para un examen de recuperación o de repaso o incluso un examen especial, deberán cumplir con sus obligaciones con las áreas académicas y financieras de la IES a la que asiste para poder ser evaluados.

Palabras clave: Modelado, procesos, tarifas, RUPE, UML.

INTRODUÇÃO

A modelagem é uma actividade técnica que se inscreve em vários processos de

engenharia. Seu objectivo é fornecer uma representação aproximada do sistema ou do produto que queremos analisar, conceber ou realizar. Esta representação, chamado modelo, contribui ao estudo das características técnicas do sistema, fenómenos relativos a seu funcionamento ou de sua arquitectura. A elaboração de um modelo é muitas vezes motivada por uma importante complexidade do sistema estudado. Com essa complexidade, é difícil, ou mesmo impossível, de representar o sistema de modo global e exaustivo com um nível de detalhe suficiente para o compreender, o definir ou documentar. De modo geral, os modelos são, portanto, abstracções, isto é, eles são elaborados em relação ao conjunto restrito das propriedades que queremos estudar (Muller; Gaertner, 2003).

Os diagramas UML são elementos de concepção que permitem uma leitura e despoleta um interesse por parte do Executivo a qualquer nível de gestão, em particular nas Instituições de Ensino Superior (IES) através suas áreas académica e financeira. Eles possuem formalismo para diversas aplicações, como o Sistema de pagamento dos Emolumentos na IES.

Desta feita, a modelagem dos processos de pagamento dos emolumentos para o Instituto Politécnico pode servir de guião para divulgar no seio da comunidade académica os passos apresentados através dos diagramas como solução considerada para especificar os deveres dos estudantes e actores nas IES.

Essa modelagem é um instrumento que pode fornecer aos gestores das IES dados estatísticos sobre o pagamento dos emolumentos referentes a matrícula, exames de recurso e de recuperação, após cumprimento pelos estudantes desta obrigação. Todavia (além disso), os gestores terão possibilidade de tomar decisões no momento certo no que diz respeito a planificação sobre a utilização de

recursos próprios necessários para o bom funcionamento da instituição.

Fundamentação Teórica

A modelagem dos processos de pagamentos dos emolumentos pelos estudantes do Instituto Politécnico da Universidade Kimpa Vita assenta na linguagem UML- *Unified Modeling Language*. Escolhemos essa linguagem por ser uma linguagem padrão para elaboração da estrutura de projectos de software, serve para visualizar, especificar, construir e documentar artefactos que façam uso de sistemas complexos de software.

Conceitos da UML

Os objectivos da UML são: modelar sistemas (não apenas de software) usando os conceitos da orientação a objectos, estabelecer uma união fazendo com que métodos conceituais sejam também executáveis, criar uma linguagem de modelagem usável tanto pelo homem quanto pela máquina.

A modelagem de um sistema é uma actividade realizada pela produção de modelos conhecidos por **diagramas** e são produzidos segundo três (3) eixos: estático, funcional e dinâmico.

Diagramas UML

Um diagrama é uma representação gráfica de um conjunto de elementos que constituem um sistema (Sommerville, 2011).

Para o eixo estático, apresentamos o diagrama de classe (dados estruturais), enquanto para o eixo funcional apresentamos o diagrama de casos de uso (operações funcionais) e concernente o eixo dinâmico modelamos os processos com os diagramas de sequência, diagrama de comunicação e diagrama de actividades.

A construção dos diagramas contou com a ferramenta *Astah Community* como ferramenta CASE (Computer Aided Software Engineering).

Diagrama de casos de uso

Um diagrama de casos de uso captura o comportamento de um sistema, de um subsistema, de uma classe ou de um componente como um utilizador externo o veja. Ele divide a funcionalidade do sistema em unidades correntes, os casos de uso, tendo um sentido para os actores. Os casos de uso permitem de exprimir o desejo dos utilizadores de um sistema, são portanto uma visão orientada utilizador desse desejo pelo contrário de uma visão informática (Roques P. , 2018).

O papel de um diagrama de casos de uso é colectar, analisar e organizar as necessidades, e de recensar as grandes funcionalidades de um sistema.

Os objectos do diagrama de casos de uso são os **actores**, os **casos** de uso e as relações entre actores e casos de uso (Roques, 2008 ; 2011).

- Um actor é a idealização de um papel desempenhado por uma entidade externa ou um processo que interage com um sistema.
- Um caso de uso é uma unidade coerente de uma funcionalidade visível do exterior. Ele realiza um serviço do início ao fim, com um desencadeamento, um desenrolamento e um fim para o actor que o inicia.

Diagrama de classes

O diagrama de classes modeliza as regras e mostra a estrutura interna de um sistema. Ele permite fornecer uma representação abstracta dos objectos do sistema que vão interagir junto para realizar os casos de uso. É importante realçar que um mesmo objecto pode intervir na realização de vários casos de uso (Booch, Rumbaugh, & Jacobson, 2006).

Um diagrama de classe expressa a estrutura estática do sistema em termos de classes e relacionamentos ou associações entre classes. O interesse do diagrama de classes é de modelar as entidades do sistema de informação.

Diagrama de sequência

Com o diagrama de sequência representa-se participantes à mensagens trocadas entre os objectos (linhas de vida), apresentadas numa ordem cronológico. As mensagens são as principais informações nelas contidas. O diagrama de sequência serve para descrever o comportamento de cada caso de uso (Rumbaugh *et al.*, 2004).

Diagrama de actividades

Os diagramas de actividades permitem que se dê ênfase sobre os tratamentos. São, portanto, particularmente adaptados à modelização do caminho de fluxos de controlo e de fluxos de dados. Assim, permitem de representar graficamente o comportamento de um método ou o desenrolamento de um caso de uso (Rumbaugh *et al.*, 2004; Blanc *et al.*, 2006). O diagrama de actividades descreve o desenrolamento das actividades e indica a parte tomada por cada objecto na execução de uma operação, podendo ser enriquecido pelas condições de sequenciamento. O diagrama de actividades permite descrever as etapas realizadas em caso de uso UML, bem como demonstrar a lógica de um algoritmo (Guedes, UML2: Uma Abordagem Prática, 2018).

Diagrama de componentes

Para descrever o sistema modelado sob forma de componentes recicláveis e que destacam suas relações de dependência, recorre-se a um diagrama de componentes. Ele descreve os recursos materiais e a repartição do *software* (ou do modelo) nesses recursos (Pressman, 2009).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para realizar este estudo, recorreremos aos métodos analítico, hipotético-dedutivo e as técnicas de observação, de inquérito, sendo a população escolhida é a comunidade estudantil e administrativa.

A amostragem é constituída de 148 estudantes de diferentes classes (1º a 4º

Anos) concernidos pelos processos de pagamento dos emolumentos referentes a matrícula, exames de recurso e de recuperação e 8 funcionários das áreas académica e financeira do Instituto Politécnico da Universidade Kimpa Vita (IP-UNIKIVI).

Desta feita, interagimos com 46 indivíduos por meio de uma ficha de inquérito no sentido de recolher dados do estudo (Tabelas 1 e 2). Estes foram tratados em MS Word e analisados em MS Excel para culminar em uma interpretação dos resultados obtidos (Gráficos 1 e 2).

Para a própria modelagem, recorremos a Astah community para construir os diagramas UML por ser uma ferramenta CASE de fácil uso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

UML é a linguagem padrão para elaboração da estrutura de projectos de software. É empregada para visualizar, especificar, construir e documentar artefactos que façam uso de sistemas complexos de

software. Ajudar a conceber as ideias, em relação ao sistema projectado

Os objectivos da UML são: modelar sistemas (não apenas de software) usando os conceitos da orientação a objectos, estabelecer uma união fazendo com que métodos conceituais sejam também executáveis, criar uma linguagem de modelagem usável tanto pelo homem quanto pela máquina.

A modelagem de um sistema é uma actividade realizada pela produção de modelos conhecidos por diagramas e são produzidos segundo três (3) eixos: estático, funcional e dinâmico.

Modelagem estática

Com esse eixo, a modelagem do sistema é feita por meio de diagrama de classes. Este diagrama expressa a estrutura estática do sistema em termos de classes e relacionamentos ou associações entre classes.

Para o IP-UNIKIVI apresentamos o diagrama de classes do processo de inscrição ao exame da época de recurso pela figura 1.

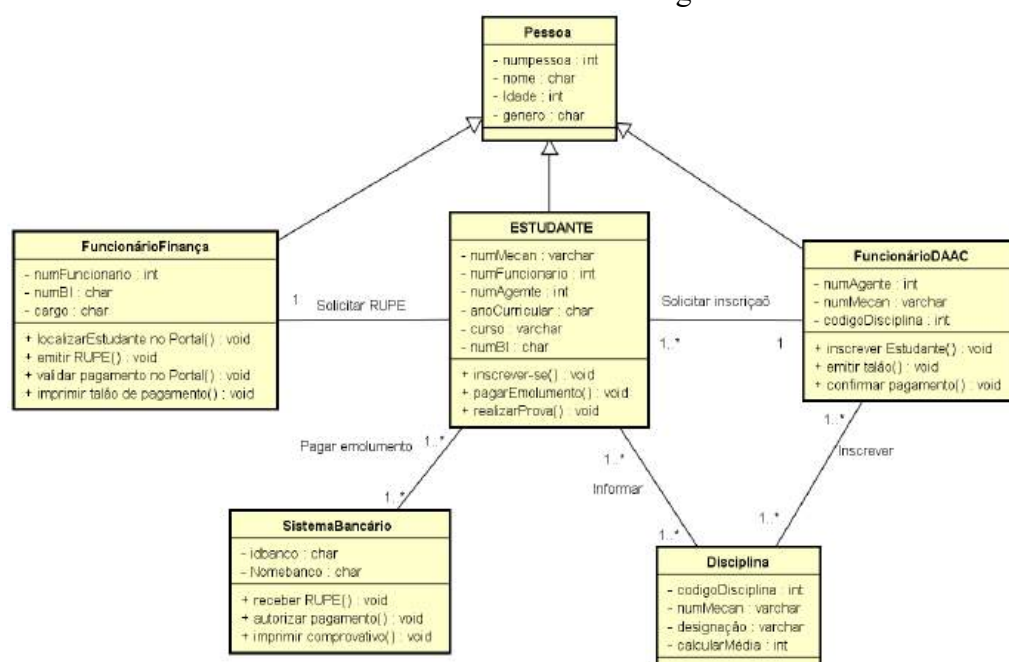


Figura 1 Diagrama de classes

Modelagem funcional

A modelagem funcional referente ao processo de pagamento dos emolumentos é apresentada pelo diagrama de caso de uso (ou use case). O diagrama de caso de uso é uma representação gráfica utilizada na

engenharia de software para modelar e descrever a interacção entre utilizadores (ou actores) e um sistema (Grady Booch, 2002). A Figura 2 apresenta-nos o diagrama de casos de uso do processo de inscrição ao exame da época de recurso.

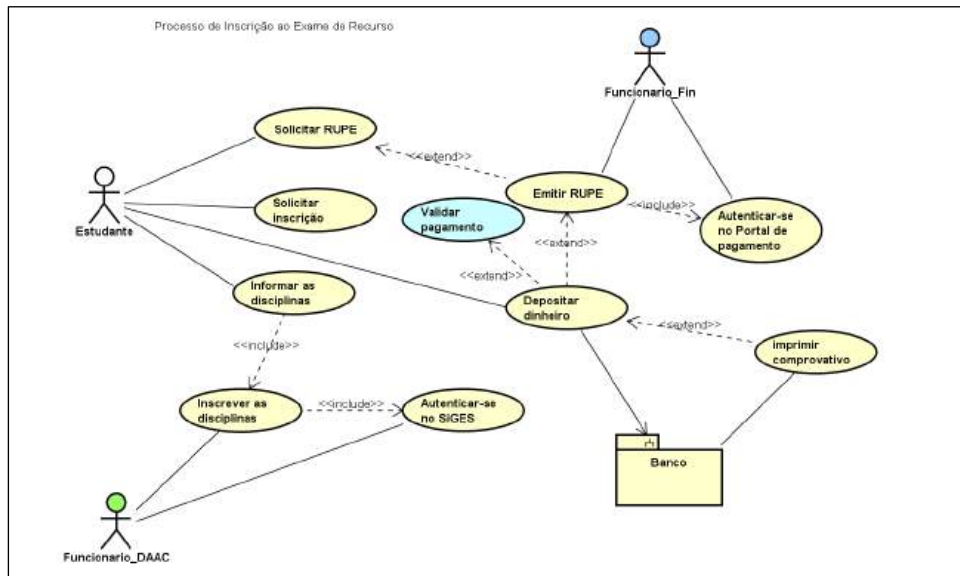


Figura 2 Diagrama de caso de uso

Modelagem dinâmica

A modelagem dinâmica dos processos de pagamento dos emolumentos referentes aos atos de matrícula, exames de recurso, de recuperação e especial, é feita com os diagramas seguintes; diagrama de sequência, diagrama de estado-transição e diagrama de actividade.

Diagrama de sequência

O diagrama de sequência mostra as interacções constituídas por um conjunto de objectos e seus relacionamentos, incluindo as mensagens que poderão ser enviadas entre eles (Rumbaugh, 2002).

As Figuras 3 e 4 apresentam os diagramas de sequência concebidos para os processos de matrícula, inscrição ao exame de recurso.

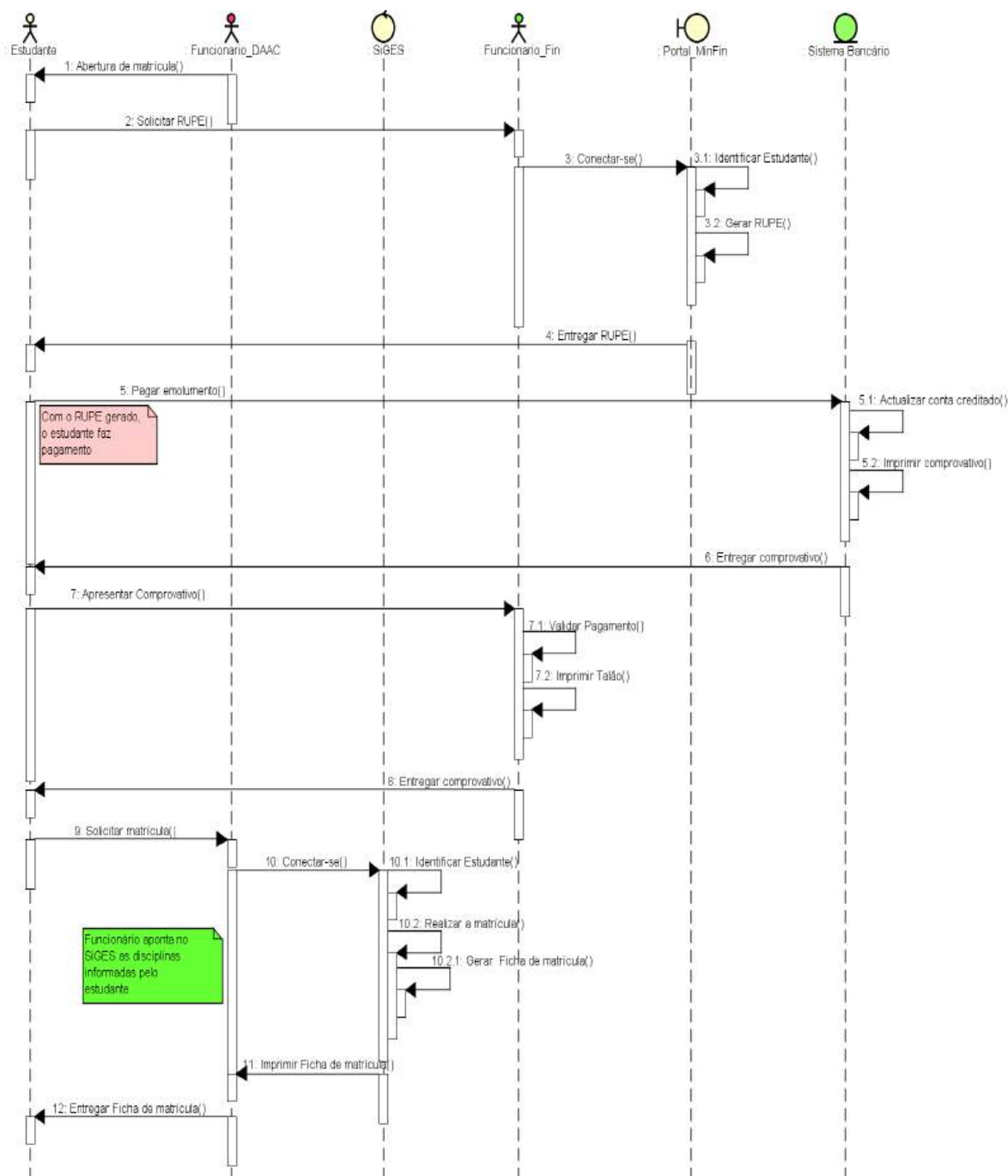


Figura 3 Diagrama de sequência de “Solicitar matrícula”

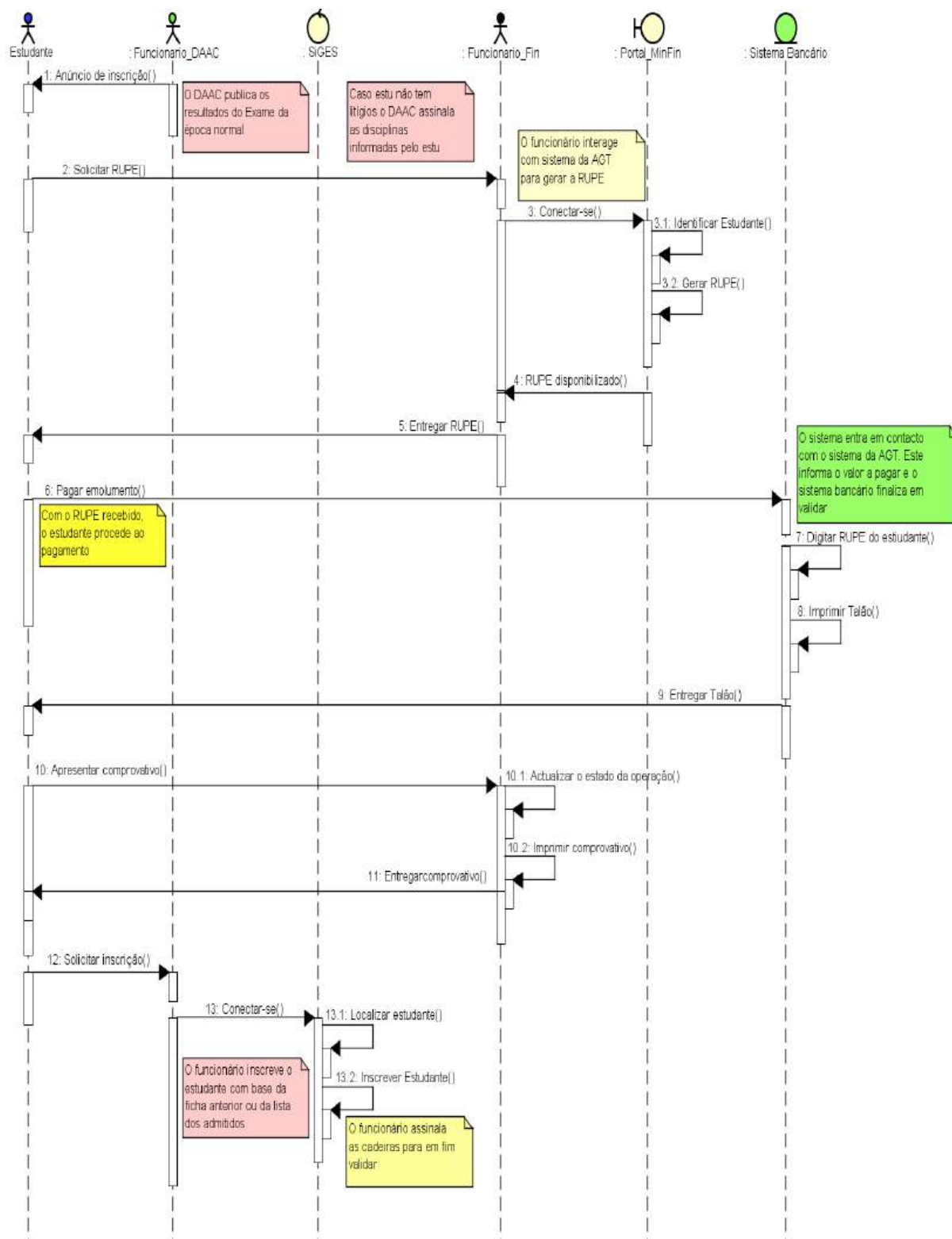


Figura 4 Diagrama de sequência de “Inscrição a exame de recurso”

Diagrama de comunicação

O diagrama de comunicação é outra representação das interações diferente do diagrama de sequência. Na verdade, o diagrama de comunicação dá mais ênfase

ao aspecto espacial das trocas do que ao aspecto temporal.

Para o processo de inscrição ao exame de recurso (ou exame da época especial), a Figura 5 apresenta o diagrama de comunicação.

Figura 6ª: Diagrama de Actividade “Solicitar RUPE”

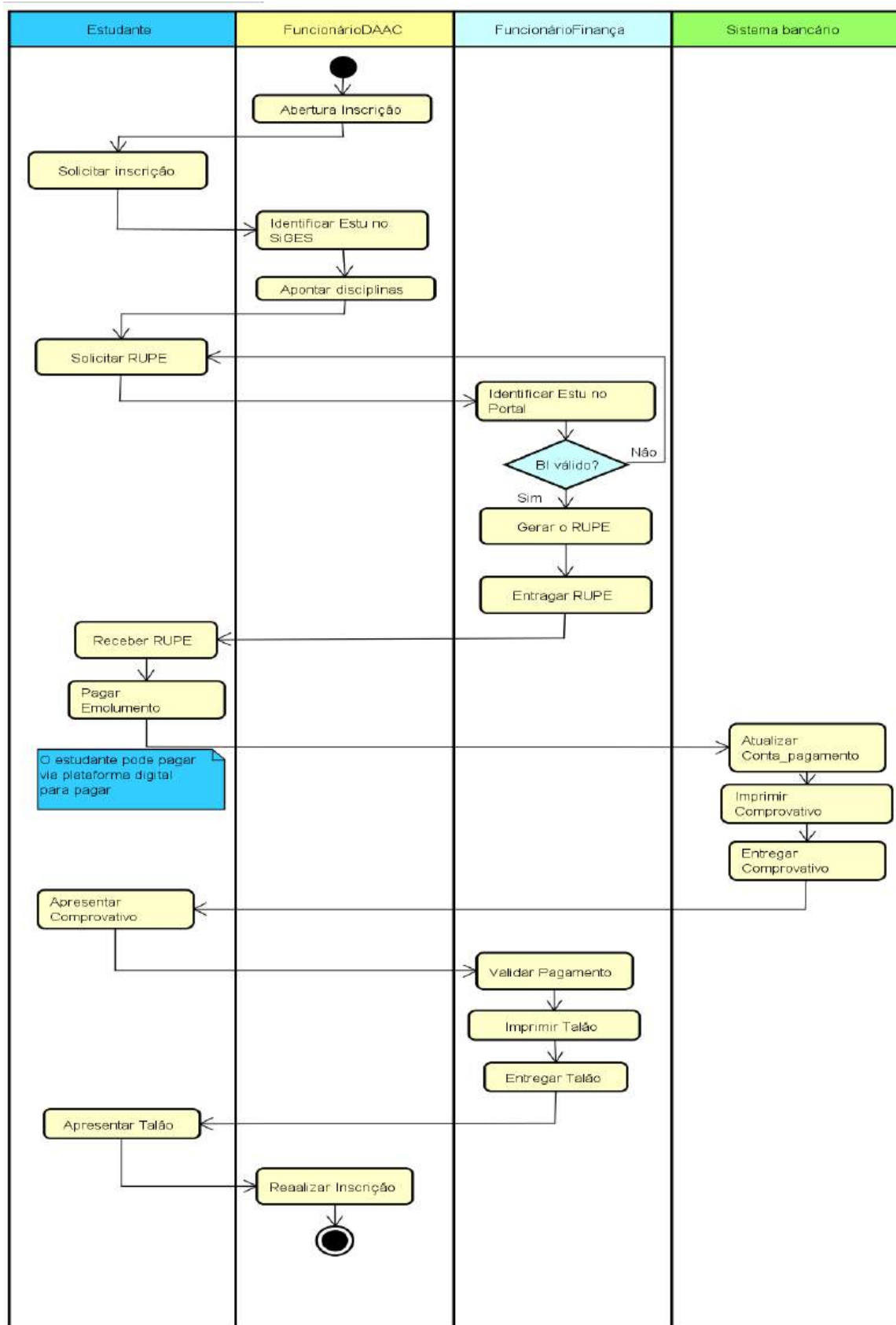


Figura 6b: Diagrama de Actividades “Inscrever-se ao exame de recurso”

A modelagem feita proporciona um padrão que esclarece os gestores das IES em geral dos passos a serem respeitados pelo pessoal de atendimento nas áreas financeira e académica, orienta os estudantes envolvidos no processo de pagamento dos emolumentos no IP-UNIKIVI sobre as acções a cumprir no ato das matrículas, dos exames de recurso e de recuperação. O próprio instrumento indica claramente os postos de cumprimento dessas acções e seus responsáveis.

As questões eram relacionadas ao conhecimento dos passos referentes aos processos de pagamento dos emolumentos pelos estudantes do IP-UNIKIVI nos actos de matrícula, exames das épocas de recurso, de recuperação e especial. Do inquérito

realizado no seio da comunidade estudantil, reparamos que pelas respostas dos estudantes a maioria não possuíam informação correcta sobre os referidos processos e por conseguinte a modelagem. Observamos que uma média de 74,8% dos estudantes inqueridos sem conhecimento sobre os passos a seguir quando devem pagar os emolumentos nos actos de matrícula, exames das épocas de recurso, de recuperação e especial, 10% dos estudantes conheciam dos passos a seguir para pagar os emolumentos nos actos de matrícula, exames das épocas de recurso, de recuperação e especial. Maioritariamente são estudantes dos 1º e 2º anos que não possuam a informação correcta sobre esses processos.

Tabela 1: Descritivo dos resultados do inquérito aos estudantes

Perguntas	Classes: 1º Ano - 4º Ano								TOTAL
	Sim		Não		Muito bem		Um pouco		
	TotalS	%	TotalN	%	TotalMB	%	TotalUp	%	
Q1	32	21,6%	74	21,6%	16	10,8%	26	17,6%	148
Q3	20	13,5%	102	68,9%	12	8,1%	14	9,5%	
Q4	2	1,4%	131	88,5%	4	2,7%	11	7,4%	
Q5	11	7,4%	128	86,5%	3	2,0%	6	4,1%	
Q6	26	17,6%	82	55,4%	18	12,2%	22	14,9%	
MÉDIA		10,0%		74,8%					

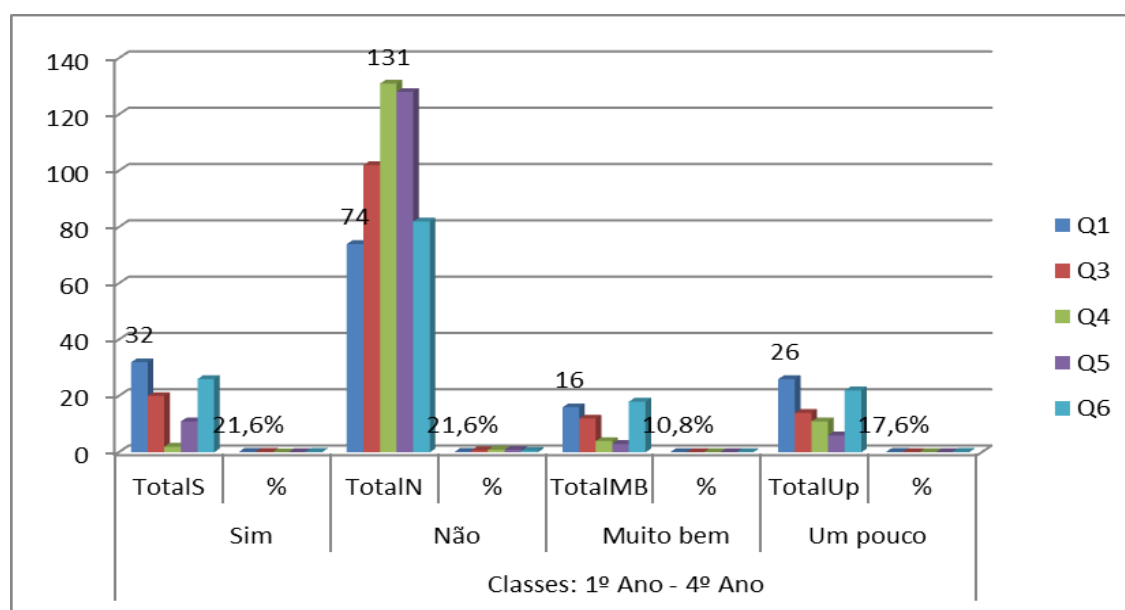


Gráfico 1: Resultados do inquérito aos estudantes

Para os funcionários das áreas académica e financeira, observa-se que a maior parte dos funcionários não domina os passos necessários para o pagamento dos emolumentos nos actos de matrícula, exames das épocas de recurso, de

recuperação e especial. Daí, notou-se que Z% deles não são capazes de apoiar os estudantes a cumprir com seus deveres, diz respeito pagamento dos emolumentos nos actos de matrícula, exames das diferentes épocas.

Tabela 2: Descritivo dos resultados do inquérito aos funcionários

Perguntas	Funcionários								TOTAL
	Sim		Não		Muito bem		Um pouco		
	TotalS	%	TotalN	%	TotalMB	%	TotalUp	%	
Q7	2	25,0%	5	62,5%	1	12,5%	0	0,0%	8
Q8	1	12,5%	6	75,0%	0	0,0%	1	12,5%	
Q9	3	37,5%	4	50,0%	1	12,5%	1	12,5%	
Q10	1	12,5%	5	62,5%	2	25,0%		0,0%	
Q11	1	12,5%	6	75,0%	0	0,0%	1	12,5%	
MÉDIA				65,0%					

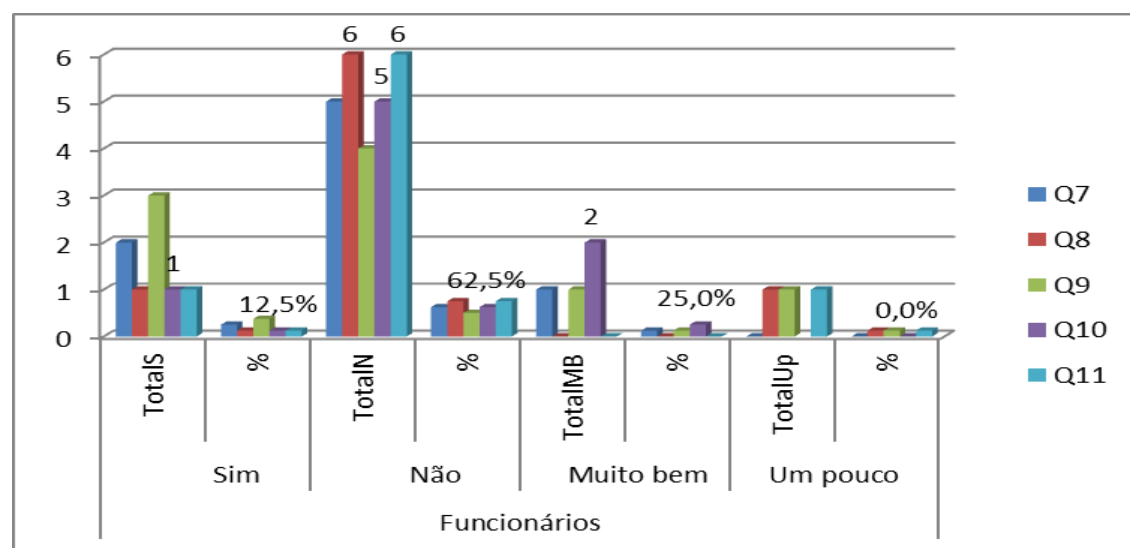


Gráfico 2: Resultados do inquérito aos funcionários

CONCLUSÕES

A modelagem dos processos de pagamento dos emolumentos apresentada constitui um conjunto de procedimentos que serve de padrão aos estudantes bem como aos funcionários dos serviços de Finanças e dos assuntos académicos do Instituto Politécnico da UNIKIVI. É uma ferramenta que pode ajudar os gestores da UNUKIVI para controlar o bom andamento dos processos de pagamento dos emolumentos

pelos estudantes, verificar o respeito das etapas necessárias para o efeito de pagamento pelos estudantes.

A identificação da importância de realizar a modelagem desses processos deveu-se ao facto de constatar a ignorância por parte dos estudantes das diferentes etapas a seguir para poder pagar seus emolumentos no acto de exames de recurso (e /ou de recuperação e especial). Para tal, foram utilizadas técnicas de observação e inquérito, além de métodos analíticos e históricos.

O suporte da modelagem UML possibilitou a construção dos diagramas com foco nos eixos estático, funcional e dinâmica. Os objectivos foram alcançados, desde que o reparo feito pós -inquérito mostra que a comunidade académica, particularmente a comunidade estudantil chegou a conhecer perfeitamente os passos a seguir quando deve se pagar os emolumentos dos exames.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Booch, G., Rumbaugh, J., & Jacobson, I. (2006). UML-Guia do usuário. São Paulo: Elsevier.
- Gabay, J., & Gabay, D. (2008). UML 2- Analyse et concetion: Mise en oeuvre guidée avec études dss cas. Paris: Dunod, 2008.
- Grady Booch, J. R. (2002). The UML use guide. Monctown: Addison Wesley.
- Grady Booch, J. R. (2006). UML-Guia do usuário. São Paulo: Elsevier.
- Guedes, G. T. (2018). UML2: Uma Abordagem Prática. São Paulo.
- Pressman, R. (2009). Engenharia de Software. São Paulo: Pearson Makron Books.
- Roques, P. (2006). UML 2 para la pratique- Études de cas et Exercices corrigés. Paris: Eyrolles.
- Roques, P. (2018). UML 2.5 para la pratique: Études des cas et exercices corrigés. Paris: Eyrolle.
- Sommerville, I. (2011). Engenharia de Software. Pearson Brasil.

OFERTAS FORMATIVAS

LICENCIATURAS

- ▶ Administração Pública
- ▶ Contabilidade e Auditoria
- ▶ Direito
- ▶ Educação e Serviço Social
- ▶ Gestão Bancária e Mercados Financeiros
- ▶ Gestão de Empresas
- ▶ Gestão de Recursos Humanos
- ▶ Marketing E Publicidade
- ▶ Psicologia Social e do Trabalho
- ▶ Relações Internacionais

FORMAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA COM RESPECTIVOS CREDITOS ACADÉMICOS (CA)

▶ Avaliação de aprendizagens dos estudantes	– 3 CA
▶ Didática Geral – a arte de ensinar	- 10 CA
▶ Psicopedagogia e intervenção psicopedagógica	– 3 CA
▶ Ética e Deontologia do Docente do Ensino Superior	– 3 CA
▶ Teorias do Ensino e Teorias de aprendizagem	– 4 CA
▶ Currículo e Desenho Curricular	– 8 CA
▶ Desenho de materiais de ensino e instrucionais	– 9 CA
▶ Indução do Estudante, Docente e CTA – Escrituração Académica	– 3 CA
▶ Orientação Profissional e Orientação Vocacional	– 5 CA

FORMAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA COM RESPECTIVOS CREDITOS ACADÉMICOS (CA)

▶ Estatística para Investigação usando SPSS	– 9 CA
▶ Investigação Qualitativa	– 10 CA
▶ Investigação Quantitativa	– 6 CA
▶ Técnicas de Análises de Dados	– 5 CA

TEMÁTICAS DOS ARTIGOS

- ▶ Administração Pública
- ▶ Contabilidade e Auditoria
- ▶ Direito
- ▶ Educação e Serviço Social
- ▶ Gestão Bancária e Mercados Financeiros
- ▶ Gestão de Empresas
- ▶ Gestão de Recursos Humanos
- ▶ Marketing E Publicidade
- ▶ Psicologia Social e do Trabalho
- ▶ Relações Internacionais

Os autores devem utilizar o modelo do artigo original, enviá-lo juntamente com as declarações de responsabilidade, conflito de interesses e transferência de direitos autorais devidamente assinadas pelo autor principal.

Para receber os documentos diretrizes e enviar os trabalhos, deverá escrever para o email: albaisfic@gmail.com ou alba@isfic.ac.mz

O arquivo a ser enviado deve estar em formato Microsoft® Word® tipo carta (21,5 x 29,7). O texto deve ter espaçamento entre linhas simples, espaço de 6 pts antes e depois do parágrafo. A fonte deve ser Times New Roman, tamanho 12. As expressões em língua estrangeira devem ser escritos em itálico. Todas as ilustrações, figuras e tabelas devem estar dentro do texto no local que lhes corresponde e não no final, portanto não são aceites anexos. Deve ter no mínimo 10 referências bibliográficas e no máximo 20, escritas no estilo APA (*American Psychological Association*) sétima edição.

LINK DA REVISTA CIENTÍFICA ALBA
<https://alba.ac.mz>



ALBA

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL

ONDE NASCE A CIÊNCIA



Indexada em



<https://alba.ac.mz>



MAPUTO. MOÇAMBIQUE